Diário Oficial do
Município

Prefeitura Municipal de Jequié

quinta-feira, 29 de junho de 2023 Ano IX - Edição nº 01780 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Jequié publica



Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
C442A78DE98683399B3365A1EAD23A3C

Prefeitura Municipal de Jequié

SUMÁRIO

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO 005/2023 SUMTRAN
- EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO ELETRONICO 037/2023
- CHAMAMENTO PÚBLICO PARA APRESENTAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA - DEMOLIÇÃO
- DECISÃO IMPUGNAÇÃO P.E 065.2023
- AVISO DE SUSPENSÃO P.E 065/2023
- PORTARIA Nº 438/2023 – INCORPOPRAÇÃO DA FUNÇÃO GRATIFICADA – JOSÉ PAIVA DOS SANTOS.
  PORTARIA Nº 439/2023 - INCORPORAÇÃO DE 50% - MATILDES PONHEIRO DA SILVA.
  PORTARIA Nº 440/2023 - INCORPORAÇÃO DE HORAS EXTRAS – ANTONIO BISPO CORREIA.
  PORTARIA Nº 441/2023 – INCORPORAÇÃO DE HORAS EXTRAS – MADALENA PEREIRA DOS SANTOS.
  PORTARIA Nº 442/2023 – INCORPORAÇÃO DE 50% - ALMIR GOMES PEIXOTO.
  PORTARIA Nº 443/2023 – INCORPORAÇÃO DE 50% - HERONILDO RODRIGUES DOS REIS.
  PORTARIA Nº 444/2023 - INCORPORAÇÃO DE HORAS EXTRAS – RAILSON VIEIRA MATOS.
  PORTARIA Nº 445/2023 – INCORPORAÇÃO DE HORAS EXTRA – EDIENE NETO SANTOS.
  PORTARIA Nº 446/2023 – INCORPORAÇÃO DE 60% - RAILSON VIEIRA MATOS.
  PORTARIA Nº 447/2023 – INCORPORAÇÃO DE HORAS EXTRAS – ANTONIO CARLOS DOS SANTOS.
  PORTARIA Nº 448/2023 – AVERBAÇÃO – DAVID GOMES DOS SANTOS.
- ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO 040/2023
- PORTARIA Nº 449/2023 – GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO PROFISSIONAL – HELENITA ANDRADE MACHADO
  PORTARIA Nº 450/2023 - GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO PROFISSIONAL – MAISA DOS SANTOS SOUZA
  PORTARIA Nº 451/2023 – INCORPORAÇÃO DE HORAS EXTRAS – MARIA DE FÁTIMA MATOS PEREIRA SANTOS
  PORTARIA Nº 452/2023 - GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO PROFISSIONAL – MARIA JOSÉ NOGUEIRA MARCELO
  PORTARIA Nº 453/2023 - GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO PROFISSIONAL – LUCINEIA OLIVEIRA ANDRADE
  PORTARIA Nº 454/2023 - GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO PROFISSIONAL – RESONALDO SANTOS NEVES
  PORTARIA Nº 455/2023 - GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO PROFISSIONAL – EDNA NUNES DE SOUZA
  PORTARIA Nº 456/2023 - GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO PROFISSIONAL – JUSSARA ARAÚJO SOUZA
  PORTARIA Nº 457/2023 - NOMEAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PARA ANÁLISE DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES DOS SOFTWARES (GESTÃO DE PESSOAS) A SEREM LICITADOS".
  PORTARIA Nº 458/2023 - GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO PROFISSIONAL – MARCIA CRISTINA DE SOUZA SILVA
- DECRETO Nº 24506/2023 - ATUALIZAÇÃO DOS MEMBROS DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
- LEI Nº 2.317 DE 29 DE JUNHO DE 2023 - "AUTORIZA A CONSTRUÇÃO, EDIFICAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO PÚBLICO, EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, DE ACORDO COM O ART. 4º, § 10, INCISO III DA LEI Nº 12.651/2012, COM REDAÇÃO DADA PELO ART. 2º, DA LEI Nº 14.285/2021".
  LEI Nº 2.318 DE 29 DE JUNHO DE 2023 - "AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
- EDITAL Nº 01/2023 SELEÇÃO PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DE DIRETOR E VICE-DIRETOR ESCOLAR DO SISTEMA PÚBLICO MUNICIPAL DE ENSINO DE JEQUIÉ –BA.
- HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
- EDITAL Nº 01/2023 SELEÇÃO PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DE DIRETOR E VICE-DIRETOR ESCOLAR DO SISTEMA PÚBLICO MUNICIPAL DE ENSINO DE JEQUIÉ –BA.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
C442A78DE98683399B3365A1EAD23A3C

Prefeitura Municipal de Jequié

Pregão Eletrônico

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2023
PROCESSO LICITATORIO ADMINISTRATIVO Nº 184/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2023

DRM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, com endereço à **AV ACM, 2501 ED. PROF. CENTER SALAS 914,916,917, BROTAS, SALVADOR – BA, CEP. 40.280-000,** CNPJ/MF Sob o **42.021.022/0001-88,** conforme instrumento em anexo, vem pela presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS,** firmada com a **Superintendência Municipal de Trânsito-SUMTRAN,** neste ato representado pela superintendente, obrigar-se ao quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 Registro visando AQUISIÇÃO DE COLETES DE PROTEÇÃO BALISTICA, PARA USO DOS AGENTES DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ.
1.2 Os preços da PROPONENTE constante desta Ata de registro de preços ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento e do Contrato que venha a ser firmado entre a PROPONENTE e a Administração.
1.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
2.1 O valor da presente Ata de registro de preços é **R$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)**, constantes da proposta de preços apresentada no Pregão Eletrônico SRP nº 005/2023, que é parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, fixo e irreajustável, inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, impostos e taxas de qualquer natureza. Valor dos itens:

LOTE: UNICO -

ITEM	MARCA	QTD	UNID	DESCRIÇÃO RESUMIDA	PREÇO OFERTADO	TOTAL
001	TAMTEX COL-TAM-0001.22	24	UN	COLETE DE PROTEÇÃO BALÍSTICA, CONFECCIONADO EM MATERIAL LEVE E FLEXÍVEL DE ARAMIDA, NÍVEL II-A, PARA PROTEÇÃO DAS COSTAS, TÓRAX, ABDÔMEN E DAS LATERAIS DO TRONCO DO USUÁRIO, DE FORMA QUE NO MÍNIMO TODA A ÁREA VITAL ACIMA DA CINTURA E ABAIXO DO PESCOÇO FIQUEM PROTEGIDAS E QUE ATENDA AOS REQUISITOS DA NORMA NIJ STANDARD 0101.04	1.200,00	28.800,00
					TOTAL DO LOTE	28.800,00

2.2 Nas hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea “d” da lei 8.666/93, o órgão gerenciador poderá promover o equilíbrio econômico – financeiro do contrato, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração. O pagamento será efetuado mensalmente após o 10° dia do mês subsequente à prestação, no valor correspondente ao quantitativo comprovadamente entregue. A licitante vencedora apresentará nota fiscal referente à prestação realizado a CONTRATANTE, que encaminhará ao Setor de pagamento, toda a documentação necessária ao seu pagamento.
2.3 Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da contratada o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas foram cumpridas.
2.4 O faturamento correspondente ao objeto contratado deverá ser apresentado pelo prestador, através de Nota Fiscal, em duas vias, após assinatura do Contrato e recebimento da Nota de Empenho.
2.5 A entrega do objeto, deverá ser feita após recebimento da ordem de fornecimento pela empresa, conforme consta no Termo de Referência .

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORCECIMENTO DOS MATERIAIS
3.1 A empresa vencedora fornecerá os materiais licitados ao CONTRATANTE, livre de quaisquer ônus ou encargo, no prazo máximo determinado pelo edital, contados a partir da emissão da ordem de serviços.

CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
81767CBDF8F9F27177335A9AF10415F6

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

4.1 Esta Ata de Registro de preços tem validade de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, conforme art. 15 da lei nº. 8.666/93, e decreto nº. 7892/2013.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE
5.1 Cumprir, integralmente, sob pena de cancelamento da presente Ata de registro de preços todas as cláusulas constantes dos contratos por ventura firmados.
5.2 Cumprir a presente Ata de Registro de Preços, nos termos aqui dispostos, sem prejuízo da cobrança da multa correspondente ao período total do atraso.

CLÁUSULA SEXTA – INCIDÊNCIAS FISCAIS
6.1 Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente Ata, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido nas Normas tributárias.
6.2 A PROPONENTE declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de matéria, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nesta avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA SÉTIMA – REVISÃO DE PREÇOS
8.1. Fica vedada a revisão dos preços estabelecidos na ata, observando-se as disposições legais acerca da matéria.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES
9.1 Poderão ser aplicadas pela Administração à adjudicatária, as sanções previstas no art. 7º da lei 10.520/02, art. 87 da Lei nº. 8666/93 e na legislação aplicável à espécie.

CLÁUSULA NONA – CANCELAMENTO E ALTERAÇÃO DA ATA
10.1 O órgão gerenciador poderá, desde que conveniente aos interesses administrativos, cancelar esta ATA, sem que com isso, o fornecedor tenha direito a interpor recursos ou a indenizações.
10.2 O cancelamento parcial ou total de itens registrados far-se-á sempre a critério do órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO
12.4. Fica eleito o foro da Cidade de Jequié/BA, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jequié-Ba, 28 de junho de 2023, Contratante: KARLA CARINE RODRIGUES GEAMBASTIANE, Superintendente da SUMTRAN. Fornecedor: DRM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, CNPJ: 42.021.022/0001-88.

(Versão publicação, documento original encontra-se assinado nos autos do processo).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
81767CBDF8F9F27177335A9AF10415F6

Prefeitura Municipal de Jequié

Pregão Eletrônico

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO
N° 201/2023

Em cumprimento às disposições do Parágrafo Único, do art. 61, da Lei 8.666/93, torna-se público a síntese do contrato administrativo, com dezenove cláusulas, celebrado com a seguinte Pessoa Jurídica:

MICROSENS S/A, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 78.126.950/0003-16.**

Valor Global de: **R$ 88.245,60 (oitenta e oito mil, duzentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos).**

OBJETO: LICENÇA DE SOFTWARE MDM (MOBILE DEVICE MANAGEMENT) PARA OS TABLETS ADQUIRIDOS PARA OS ESTUDANTES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO.

Data do Contrato: **27/06/2023.**
Vigência: **12 (doze) MESES A PARTIR DA ASSINATURA.**

SECRETARIA	ELEMENTO DE DESPESA	PROJETO ATIVIDADE	FONTE DE RECURSO
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2200 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	15001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2200 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	15400000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2200 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	15410000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAF
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2200 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	15430000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAR

Origem do Contrato: Processo Administrativo n° **129/2023** – Pregão Eletrônico n° **037/2023.**

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
26951C11DDF1853870BDDF33F0186E1E

Prefeitura Municipal de Jequié

Credenciamento

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CHAMAMENTO PÚBLICO

PARA APRESENTAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

A Prefeitura Municipal de Jequié-Bahia, tendo em vista a solicitação enviada pela secretaria de Infraestrutura, convoca os interessados, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, para apresentação de Cotação de Preços no prazo de **5 (cinco) dias úteis,** com vistas à contratação de empresa para execução de serviços de demolição e retirada de material em uma casa com 02 (dois) pavimentos localizada na Rua São Luís, nº 98, Bairro Mandacaru, Jequié-BA, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a empresa interessada deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado pelo servidor José Fernando Santos Silva, Engenheiro Civil, de segunda à sexta-feira, das 09hs às 16hs, devendo o agendamento ser efetuado previamente na Secretaria Municipal de Infraestrutura, setor Unidade Executora Local – UEL.

No ato da vistoria, a empresa deverá se inteirar das condições, complexidade e do grau de dificuldade dos serviços, bem como ter conhecimento das instalações físicas objeto desta, não se admitindo, posteriormente qualquer alegação de desconhecimento destes.
A visita técnica acima mencionada gerará a DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA, que deverá ser assinada por representante da empresa e da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Juntamente com a cotação solicitamos que sejam encaminhadas de forma atualizada os seguintes documentos:

Documentos relativos à Habilitação Jurídica (Contrato Social Consolidado ou todas as respectivas alterações, documentos dos sócios e Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (Cartão CNPJ);
Documentos de Regularidade Fiscal e Trabalhista – Certidão de Regularidade Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Certificado de Regularidade relativa com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
Atestado de Capacidade Técnica compatível com o objeto;
Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU);

A empresa antes de executar os serviços de demolição e retirada, deverá:

1. **Licenças e Permissões:** O prestador de serviços de demolição deve possuir todas as licenças e permissões necessárias para realizar a demolição da casa de dois pavimentos. Isso inclui a obtenção de autorizações junto às autoridades municipais e outras entidades reguladoras relevantes.

2. **Plano de Demolição**: O prestador de serviços deve fornecer um plano de demolição detalhado, preparado por um engenheiro civil qualificado. O plano deve incluir uma descrição dos métodos de demolição a serem utilizados, a sequência de

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
6CA7E3D09F89246DDA6030FA807252ED

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

atividades, medidas de segurança e proteção ambiental, bem como a estimativa de tempo necessário para completar a demolição.

3. **Avaliação Estrutural:** Antes de iniciar a demolição, é importante realizar uma avaliação estrutural completa da casa de dois pavimentos. Um engenheiro civil ou estrutural qualificado deve inspecionar a estrutura para identificar quaisquer elementos de risco, como materiais perigosos ou elementos estruturais enfraquecidos.

4. **Segurança e Proteção:** O prestador de serviços de demolição deve adotar medidas adequadas de segurança para proteger os trabalhadores, a vizinhança e as propriedades adjacentes durante todo o processo de demolição. Isso inclui a instalação de cercas de segurança, a implementação de procedimentos de controle de poeira e ruído, e a adoção de medidas para prevenir danos a edifícios vizinhos, como escoramentos ou proteções.

5. **Descarte de Resíduos:** O prestador de serviços deve garantir que todos os resíduos gerados durante a demolição sejam adequadamente coletados, classificados e descartados. Isso inclui a conformidade com as regulamentações locais e a contratação de empresas especializadas no transporte e disposição adequada de resíduos de construção e demolição.

6. **Remoção de Materiais Perigosos:** Caso sejam identificados materiais perigosos durante a avaliação estrutural, o prestador de serviços deve seguir os procedimentos adequados para a remoção e descarte desses materiais de forma segura e em conformidade com as regulamentações ambientais.

7. **Monitoramento Ambiental:** Durante a demolição, deve-se implementar um programa de monitoramento ambiental para controlar e minimizar os impactos ambientais. Isso pode incluir monitoramento da qualidade do ar, controle de poeira, proteção de corpos d'água próximos e medidas para prevenir a disseminação de substâncias químicas nocivas.

8. **Remoção de Entulho:** Após a conclusão da demolição, o prestador de serviços deve ser responsável pela remoção eficiente de todos os entulhos e limpeza completa da área. Isso inclui a desmontagem e remoção de estruturas restantes, bem como a limpeza do terreno para deixá-lo em condições seguras e prontas para futuras etapas de construção ou desenvolvimento.

A empresa deverá emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, antes de iniciar qualquer tipo de serviço no local.

As empresas interessadas deverão enviar a proposta através do e-mail: comprasadmjequie@gmail.com, respeitando o prazo estabelecido.

Jequié-BA, 29 de junho de 2023.

PRISCILLA OLIVERA DA SILVA
COORDENADORA DE PLANEJAMENTO DE COMPRAS

Pça Duque de Caxias, s/n – Fone 73-3526-8020Fax 73-3526-8030 – CEP 45.208-903 - Jequié - Bahia

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
6CA7E3D09F89246DDA6030FA807252ED

Prefeitura Municipal de Jequié

Pregão Eletrônico

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Processo: Pregão Eletrônico n.º 065/2023
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO/MANUTENÇÃO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS, NO ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DE TERRAPLANAGEM, FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE ADITIVO NANO ESTABILIZANTE IÔNICO DE SOLOS, NA ZONA RURAL DAS QUEIMADAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ.

IMPUGNANTE:
IMPUGNANTE:
IMPUGNANTE:

1. DAS RAZÕES DAS IMPUGNANTES.

As Impugnantes contestam objetivamente o Edital Pregão Eletrônico nº 065/2023, alegando que: (i) o item 7.1.3, “b”, do Edital, que trata da qualificação técnica, seria restritivo, requerendo a sua exclusão; (ii) o item 7.1.3, “e”, do Edital, que trata da qualificação técnica, seria restritivo, requerendo sua exclusão e; (iii) que seja apresentado o estudo de solo, uma vez que este é necessário para a elaboração das propostas de preço dos licitantes e para a divulgação de informações técnicas essenciais ao conhecimento das condições de execução do serviço licitado, bem como para justificar a contratação.

Por estas razões, a Impugnante busca o provimento da presente Impugnação, com a consequente alteração do Edital licitatório, bem como sua republicação, requerendo que sejam designadas novas datas para recebimento das propostas e inicio da sessão publica.

2. DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇAO

Inicialmente, cabe analisar o requisito de admissibilidade das referidas impugnações, ou seja, apreciar se a mesma foi interposta dentro do prazo estabelecido para tal. Considerando, a previsão do artigo 24, do Decreto nº 10.024/2019, que assim dispõe:

> Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, **até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.**

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A660C31B42E4FB93CFE6CCE4536C4184

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

O Edital prevê, em seu item 18.1, o prazo decadencial de até 02 (dois) dias úteis antes da data da sessão pública para apresentação de Impugnação ao Edital:

> 18.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, deverão ser enviados a Pregoeiro, através do e-mail: comprasadmjequie@gmail.com, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de um (1) dia útil a contar da data de recebimento. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame

Sobre a contagem do prazo de impugnação, Jorge Ulisses Jacoby:

> "O dia 19 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos não se computa o dia de início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 18; o segundo o dia 17. Portanto, até o dia 16, último minuto do encerramento do expediente no órgão poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos. (FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 454.)". (grifo nosso)

O Edital determina que o prazo para a apresentação de impugnação se encerra 03 (três) dias uteis antes da data da apresentação das propostas, que no presente caso concreto ocorrerá no dia 30/06/2023, sendo, portanto, o último dia para a apresentação a data de 27/06/2023 às 23h59.

Assim sendo, considerando que as Impugnantes apresentaram suas razões no dia 27/06/2023 por meio do e-mail previsto no Edital, estando, portanto, **tempestivo.**

3 – DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES.

3.1. DO ITEM 7.1.3, ALÍNEA "B"

A Impugnante alega que o item 7.1.3, "b", do Edital, que trata da qualificação técnica de possuir engenheiro agrimensor no quadro permanente da empresa, seria restritivo, requerendo a sua exclusão.

Razão **não** assiste à Impugnante.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A660C31B42E4FB93CFE6CCE4536C4184

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

De forma simplificada, a alegação da Impugnante e seu requerimento perderam seu objeto, tendo em vista que a Administração já realizou a exclusão do item 7.1.3, "b", do Edital, conforme se verifica da publicação da retificação do Edital no DOM, de 22/06/2023, Ano IX, Edição nº 01776, Caderno 1, vejamos:



quinta-feira, 22 de junho de 2023 | Ano IX - Edição nº 01776 | Caderno 1 Diário Oficial do **Município** 003

Prefeitura Municipal de Jequié

Pregão Eletrônico

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2023

P.E 65/2023 **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO/MANUTENÇÃO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS, NO ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DE TERRAPLANAGEM, FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE ADITIVO NANO ESTABILIZANTE IÔNICO DE SOLOS, NA ZONA RURAL DAS QUEIMADAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ.

A Prefeitura Municipal de Jequié, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, a EXCLUSÃO da alínea b) do item 7.1.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA do edital.

7.1.3 ITEM QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- EXCLUI-SE:

b) comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente Engenheiro Agrimensor, responsavél técnico pelos serviços de Topografia, devidamente registrado em seu conselho profissional.

Permanecem inalterada as demais exigências do Edital.

Jequié-BA, 22 de junho de 2023.

Juliana Bispo
Pregoeira

Destarte, deve ser mantido incólume o Edital.

3.2. DO ITEM 7.1.3, ALÍNEA "E"

A Impugnante alega que o item 7.1.3, "e", do Edital, que trata da qualificação técnica de apresentação de "Atestado Técnico de Laudo não destrutivo do Módulo de Resiliência / deflexão LWD / FWD", seria restritivo e sem fundamento legal, requerendo a sua exclusão.

Razão assiste à Impugnante.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A660C31B42E4FB93CFE6CCE4536C4184

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A partir do entendimento do setor técnico do órgão solicitante, verificou-se que a exigência do atestado respectivo não encontra fundamento legal dentre as normas regentes, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93, o que viola a competitividade.

Assim, **deve ser excluído do Edital o item 7.1.3, "e", que exige a apresentação de"Atestado Técnico de Laudo não destrutivo do Módulo de Resiliência / deflexão LWD / FWD".**

3.3. DO ESTUDO DO SOLO

A Impugnante requer seja apresentado o estudo de solo, uma vez que este é necessário para a elaboração das propostas de preço dos licitantes e para a divulgação de informações técnicas essenciais ao conhecimento das condições de execução do serviço licitado, bem como para justificar a contratação.

Razão assiste à Impugnante.

Tendo em vista a necessidade de se disponibilizar elementos técnicos suficientes para que as licitantes possam apresentar as propostas de preço, **o setor técnico do órgão solicitante irá juntar ao Edital o respectivo estudo do solo, devendo ser alterado o Edital nesse ponto**.

4. DECISÃO

Isto posto, conheço, uma vez que presentes os pressupostos de admissibilidade, e, no mérito, com lastro nos posicionamentos da equipe técnica do órgão solicitante, julgar pelo seu **DEFERIMENTO PARCIAL,** alterando o Edital, nos termos da legislação pertinente.

É o que decido.

Jequié/BA, 29 de junho de 2023.

Juliana Bispo
Pregoeira

Praça Duque de Caxias, s/n, Jequiezinho, Jequié -Ba 45.206-903 CNPJ 13.894.878/0001-60 administracao@jequié.ba.gov.br (73) 3526-8000

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A660C31B42E4FB93CFE6CCE4536C4184

Prefeitura Municipal de Jequié

Pregão Eletrônico

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CERTAME

Considerando a supremacia da Administração Publica na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios, com fundamento no teor do art.49, caput, da Lei Federal 8.666/93 e nos termos do Enunciado nº 473 da Sumula do Supremo Tribunal Federal.

Considerando, ainda, que de acordo com o ilustre doutrinador Marçal Justen Filho em sua obra intitulada Comentários á Lei de Licitações e Contratos Administrativo, pág. 401, 9ª Edição, Ed. Didática, São Paulo, 2002, em que preleciona: "A Administração matem permanentemente a faculdade de revisa os próprios atos, até mesmo de oficio...(omissis)...".

A Pregoeira no uso de suas atribuições vem comunicar às empresas interessadas no **Pregão Eletrônico nº 065/2023**, derivado pelo Processo Administrativo nº 212/2023, cujo objeto é: "Contratação de empresa especializada na futura e eventual prestação de serviços de recuperação/manutenção de estradas não pavimentadas, no acompanhamento técnico de terraplanagem, fornecimento e aplicação de aditivo nano estabilizante iônico de solos, na zona rural das queimadas, para atender a demanda da secretaria de infraestrutura do município de Jequié.", a **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA**, do aludido certame, motivada pela necessidade a readequação do Edital e seus anexos.

Diante dos fatos expostos, esta Pregoeira comunica a suspensão temporária do certame em apreço correções sejam executadas, para que uma nova data da sessão seja amplamente divulgada na imprensa oficial.

Jequié/BA, 29 de junho de 2023.

Juliana Bispo dos Santos
Pregoeira.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
6B6BFD5ECCABD8FF9E23A47E77BBEC5B

Prefeitura Municipal de Jequié

Portaria

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 438 - EM 28 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos e pareceres exarados no processo administrativo n.º 1165/01, de 01 de junho de 2001,

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo de averbação, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - De acordo com o artigo nº 18, inciso XXIV, da Lei nº 1.130/90, de 05 de abril de 1990 (Lei Orgânica do Município de Jequié), conceder Incorporação de 22% (vinte e dois) por cento, da Função Gratificada sobre os vencimentos básico do funcionário desta Prefeitura, **JOSÉ PAIVA DOS SANTOS**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, na Função de Assistente Administrativo, Nível/Classe: A – 15, Matrícula nº 67, conforme parecer Jurídico nº 0234/01.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 28 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 438 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 28 DE JUNHO DE 2023.

VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
BE096298EF6A11E87ECBDEFE43CD1E2B

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 439 - EM 28 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos e pareceres exarados no processo administrativo n.º 2786/02, de 05 de setembro de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo de averbação, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - De acordo com o artigo nº 18, inciso XXIV, da Lei nº 1.130/90, de 05 de abril de 1990 (Lei Orgânica do Município de Jequié), conceder Incorporação de 50% (cinquenta) por cento, de Gratificação por Serviços Extraordinários sobre os vencimentos básico da funcionária desta Prefeitura, **MATILDES PINHEIRO DA SILVA**, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, na Função de Gari, Nível/Classe: A – 15, Matrícula nº 964.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 28 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 439 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 28 DE JUNHO DE 2023.

VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
BE096298EF6A11E87ECBDEFE43CD1E2B

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 440 - EM 28 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos e pareceres exarados no processo administrativo n.º 2441/05, de 19 de julho de 2005,

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo de averbação, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - De acordo com o artigo nº 18, inciso XXIV, da Lei nº 1.130/90, de 05 de abril de 1990 (Lei Orgânica do Município de Jequié), conceder Incorporação de 60 (sessenta) horas extras, sobre os vencimentos básico do funcionário desta Prefeitura, **ANTONIO BISPO CORREIA**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, na Função de Pedreiro, Nível/Classe: A – 15, Matrícula nº 486, conforme parecer Jurídico nº 0671/05.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 28 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 440 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 28 DE JUNHO DE 2023.

VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Praça Duque de Caxias, s/n, Jequiezinho, Jequié-BA – Tel. (73) 3526-8031; Telefax: (73) 3526-8030;
email: pmj@jequie.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
BE096298EF6A11E87ECBDEFE43CD1E2B

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 441 - EM 28 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos e pareceres exarados no processo administrativo n.º 2938/07, de 17 de agosto de 2007,

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo de averbação, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - De acordo com o artigo nº 18, inciso XXIV, da Lei nº 1.130/90, de 05 de abril de 1990 (Lei Orgânica do Município de Jequié), conceder Incorporação de 42 (quarenta e duas) horas extras, sobre os vencimentos básico da funcionária desta Prefeitura, **MADALENA PEREIRA DOS SANTOS**, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, na Função de Gari, Nível/Classe: A – 15, Matrícula nº 921, conforme parecer Jurídico nº 0731/07.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 28 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 441 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 28 DE JUNHO DE 2023.

VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
BE096298EF6A11E87ECBDEFE43CD1E2B

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 442 - EM 28 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos e pareceres exarados no processo administrativo n.º 5741/09, de 04 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo de averbação, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - De acordo com o artigo nº 18, inciso XXIV, da Lei nº 1.130/90, de 05 de abril de 1990 (Lei Orgânica do Município de Jequié), conceder Incorporação de Gratificação de 50% (cinquenta) por cento, sobre os vencimentos básico do funcionário desta Prefeitura, **ALMIR GOMES PEIXOTO**, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, na Função de Fiscal de Tributos, Nível/Classe: A – 15, Matrícula nº 46 conforme parecer Jurídico nº 0036/10.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 28 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 442 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 28 DE JUNHO DE 2023.

VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
BE096298EF6A11E87ECBDEFE43CD1E2B

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 443 - EM 28 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos e pareceres exarados no processo administrativo n.º 5696/09, de 02 de outubro de 2009,

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo de averbação, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - De acordo com o artigo nº 18, inciso XXIV, da Lei nº 1.130/90, de 05 de abril de 1990 (Lei Orgânica do Município de Jequié), conceder Incorporação de Gratificação de 50% (cinquenta) por cento, sobre os vencimentos básico do funcionário desta Prefeitura, **HERONILDO RODRIGUES DOS REIS**, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, na Função de Fiscal de Tributos, Nível/Classe: A – 15, Matrícula nº 62, conforme parecer Jurídico nº 37/10.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 28 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 443 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 28 DE JUNHO DE 2023.

VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
BE096298EF6A11E87ECBDEFE43CD1E2B

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 444 - EM 28 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos e pareceres exarados no processo administrativo n.º 1112/15, de 14 de abril de 2015,

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo de averbação, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - De acordo com o artigo nº 18, inciso XXIV, da Lei nº 1.130/90, de 05 de abril de 1990 (Lei Orgânica do Município de Jequié), conceder Incorporação de 98 (noventa e oito) horas extra, sobre os vencimentos básico do funcionário desta Prefeitura, **RAILSON VIEIRA MATOS**, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, na Função de Motorista, Nível/Classe: A – 15, Matrícula nº 979, conforme parecer da Procuradoria Jurídica do Município nº 0189.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 28 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 444 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 28 DE JUNHO DE 2023.

VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
BE096298EF6A11E87ECBDEFE43CD1E2B

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 445 - EM 28 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos e pareceres exarados no processo administrativo n.º 4071/11, de 18 de outubro de 2011,

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo de averbação, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - De acordo com o artigo nº 18, inciso XXIV, da Lei nº 1.130/90, de 05 de abril de 1990 (Lei Orgânica do Município de Jequié), conceder Incorporação de 132 (cento e trinta e duas) horas extra, sobre os vencimentos básico da funcionária desta Prefeitura, **EDIENE NETO SANTOS**, lotada na Secretaria Municipal de Governo, na Função de Guarda Municipal, Nível/Classe: A – 13, Matrícula nº 144, conforme parecer da Procuradoria Jurídica do Município nº 032/12.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 28 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 445 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 28 DE JUNHO DE 2023.

VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
BE096298EF6A11E87ECBDEFE43CD1E2B

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 446 - EM 28 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos e pareceres exarados no processo administrativo n.º 780/96, de 22 de março de 1996,

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo de averbação, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - De acordo com o artigo nº 18, inciso XXIV, da Lei nº 1.130/90, de 05 de abril de 1990 (Lei Orgânica do Município de Jequié), conceder Incorporação de Gratificação de 50% (cinquenta) por cento, sobre os vencimentos básico do funcionário desta Prefeitura, **RAILSON VIEIRA MSTOS**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, na Função de Motorista, Nível/Classe: A – 13, Matrícula nº 979,

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 28 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 446 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 28 DE JUNHO DE 2023.

VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
BE096298EF6A11E87ECBDEFE43CD1E2B

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 447 - EM 28 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos e pareceres exarados no processo administrativo n.º 1322/15, de 04 de maio de 2015,

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo de averbação, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - De acordo com o artigo nº 18, inciso XXIV, da Lei nº 1.130/90, de 05 de abril de 1990 (Lei Orgânica do Município de Jequié), conceder Incorporação de 79 (setenta e nove) horas extras, sobre os vencimentos básico do funcionário desta Prefeitura, **ANTONIO CARLOS DOS SANTOS**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, na Função de Motorista, Nível/Classe: A – 15, Matrícula nº 784, conforme Parecer Jurídico nº 0484/15,

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 28 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 447 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 28 DE JUNHO DE 2023.

VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
BE096298EF6A11E87ECBDEFE43CD1E2B

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 448 - EM 28 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos e pareceres exarados no processo administrativo n.º 6530/22, de 17 de maio de 2022,

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo de averbação, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - De acordo com o artigo nº 42 e 80, da Lei nº 1.800/2008 (Regime Próprio de Previdência Social do Município de Jequié), conceder **AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,** referente ao período de 10 (dez) meses, e 28 (vinte e oito) dias, para efeito de Aposentadoria ao servidor, **DAVID GOMES DOS SANTOS**, lotado na Secretaria Municipal de Educação na Função de Gari, Nível/Classe: A - 15, Matrícula nº 818, conforme parecer jurídico nº 101/23 da Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 28 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 448 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 28 DE JUNHO DE 2023.

VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
BE096298EF6A11E87ECBDEFE43CD1E2B

Prefeitura Municipal de Jequié

Pregão Eletrônico

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2023
PROCESSO LICITATORIO ADMINISTRATIVO Nº 127/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2023

G3 POLARIS SERVIÇOS EIRELI, com endereço à **Rua Antônio dos Santos Gouveia, n° 263, Galpão 1, Sala 8, CEP 41.233-020,** CNPJ/MF Sob o **20.155.999/0001-55** através do seu representante legal, conforme instrumento em anexo, vem pela presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS,** firmada com a **Prefeitura Municipal de JEQUIÉ,** neste ato representado **Prefeito Municipal,** obrigar-se ao quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 Registro visando Contratação de empresa para fornecimento e assentamento de guias e sarjetas em diversas ruas do município de Jequié..
.
1.2 Os preços da PROPONENTE constante desta Ata de registro de preços ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento e do Contrato que venha a ser firmado entre a PROPONENTE e a Administração.
1.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
2.1 O valor da presente Ata de registro de preços é **R$ 3.794.758,96 (três milhões, setecentos e noventa e quatro mil, setecentos e cinquenta e oito reais e noventa e seis centavos)**, constantes da proposta de preços apresentada no Pregão Eletrônico SRP nº 040/2023, que é parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, fixo e irreajustável, inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, impostos e taxas de qualquer natureza. Valor dos itens:

LOTE: UNICO -

ITEM	MARCA	QTD	UNID	DESCRIÇÃO RESUMIDA	PREÇO OFERTADO	TOTAL
001		1	UN	FORNECEIMENTO E ASSENTAMENTO DE GUIAS E SARJETAS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE JEQUIÉ	3.794.758,96	3.794.758,96
					TOTAL DO LOTE	3.794.758,96

2.2 Nas hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea “d” da lei 8.666/93, o órgão gerenciador poderá promover o equilíbrio econômico – financeiro do contrato, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração. O pagamento será efetuado mensalmente após o 30° dia do mês subsequente ao fornecimento, no valor correspondente ao quantitativo comprovadamente entregue. A licitante vencedora apresentará nota fiscal referente ao fornecimento realizado a CONTRATANTE, que encaminhará ao Setor de pagamento, toda a documentação necessária ao seu pagamento.
2.3 Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da contratada o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas foram cumpridas.
2.4 O faturamento correspondente ao objeto contratado deverá ser apresentado pelo fornecedor, através de Nota Fiscal, em duas vias, após assinatura do Contrato e recebimento da Nota de Empenho.
2.5 A entrega do objeto, deverá ser feita de acordo com o cronograma da SEINFRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORCECIMENTO DOS MATERIAIS
3.1 A empresa vencedora fornecerá os materiais licitados ao CONTRATANTE, livre de quaisquer ônus ou encargo, no prazo máximo determinado pelo edital, contados a partir da emissão da ordem de serviços.

CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE
4.1 Esta Ata de Registro de preços tem validade de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, conforme art. 15 da lei nº. 8.666/93, e decreto nº. 7892/2013.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
DC38C6A99F0193E0B9F8C701F650AEBD

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE
5.1 Cumprir, integralmente, sob pena de cancelamento da presente Ata de registro de preços todas as cláusulas constantes dos contratos por ventura firmados.
5.2 Cumprir a presente Ata de Registro de Preços, nos termos aqui dispostos, sem prejuízo da cobrança da multa correspondente ao período total do atraso.

CLÁUSULA SEXTA – INCIDÊNCIAS FISCAIS
6.1 Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente Ata, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido nas Normas tributárias.
6.2 A PROPONENTE declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de matéria, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nesta avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA SÉTIMA – REVISÃO DE PREÇOS
8.1. Fica vedada a revisão dos preços estabelecidos na ata, observando-se as disposições legais acerca da matéria.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES
9.1 Poderão ser aplicadas pela Administração à adjudicatária, as sanções previstas no art. 7º da lei 10.520/02, art. 87 da Lei nº. 8666/93 e na legislação aplicável à espécie.

CLÁUSULA NONA – CANCELAMENTO E ALTERAÇÃO DA ATA
10.1 O órgão gerenciador poderá, desde que conveniente aos interesses administrativos, cancelar esta ATA, sem que com isso, o fornecedor tenha direito a interpor recursos ou a indenizações.
10.2 O cancelamento parcial ou total de itens registrados far-se-á sempre a critério do órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO
12.4. Fica eleito o foro da Cidade de Jequié/BA, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jequié, 28 de junho de 2023, Contratante: ZENILDO BRANDÃO SANTANA, Prefeito Municipal. Fornecedor: G3 POLARIS SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: 20.155.999/0001-55.

(Versão publicação, documento original encontra-se assinado nos autos do processo).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
DC38C6A99F0193E0B9F8C701F650AEBD

Prefeitura Municipal de Jequié

Portaria

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 449 - EM 29 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos exarados nos Processos n.º 4018/04, de 20 de agosto de 2004,

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - nos termos do artigo Art. 38 da lei 1.445/98 e 47, da Lei nº 1.613/04, de 21 de maio de 2004, (Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Jequié), fica concedido **10% (dez)** por cento**,** de **Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional**, sobre o vencimento básico da funcionária desta Prefeitura, **HELENITA ANDRADE MACHADO,** Lotada na Secretaria Municipal de Educação, na Função de Professora, Nível III, Classe "G", Matrícula nº. 3003, conforme parecer jurídico nº 064/04.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 29 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 449 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 29 DE JUNHO DE 2023.

_____
VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Praça Duque de Caxias, s/n, Jequiezinho, Jequié-BA – Tel. (73) 3526-8031; Telefax: (73) 3526-8030;
email: pmj@jequie.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
30300E9E6C6EFAF9334DC3FA5A7FF4A4

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 450 - EM 29 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos exarados nos Processos n.º 3352/98, de 26 de outubro de 1998,

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - nos termos do artigo Art. 38 da lei 1.445/98 e 47, da Lei nº 1.613/04, de 21 de maio de 2004, (Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Jequié), fica concedido **10% (dez)** por cento**,** de **Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional**, sobre o vencimento básico da funcionária desta Prefeitura, **MAISA DOS SANTOS SOUZA,** Lotada na Secretaria Municipal de Educação, na Função de Professora, Nível III, Classe "G", Matrícula nº. 1130, conforme parecer jurídico nº 083/99.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 29 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 450 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 29 DE JUNHO DE 2023.

_____
VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Praça Duque de Caxias, s/n, Jequiezinho, Jequié-BA – Tel. (73) 3526-8031; Telefax: (73) 3526-8030;
email: pmj@jequie.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
30300E9E6C6EFAF9334DC3FA5A7FF4A4

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 451 - EM 29 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos exarados nos Processos n.º 3426/08, de 28 de outubro de 2008,

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - De acordo com o artigo nº 18, inciso XXIV, da Lei nº 1.130/90, de 05 de abril de 1990 (Lei Orgânica do Município de Jequié), conceder Incorporação de 50 (cinquenta) horas extras, sobre os vencimentos básico da funcionária desta Prefeitura, **MARIA DE FÁTIMA MATOS PEREIRA SANTOS**, lotada na Secretaria Municipal de Governo, na Função de Guarda Municipal, Nível/Classe: A – 13, Matrícula nº 246, conforme parecer Jurídico nº 0887/08.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 29 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 451 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 29 DE JUNHO DE 2023.

_____
VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Praça Duque de Caxias, s/n, Jequiezinho, Jequié-BA – Tel. (73) 3526-8031; Telefax: (73) 3526-8030;
email: pmj@jequie.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
30300E9E6C6EFAF9334DC3FA5A7FF4A4

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 452 - EM 29 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos exarados nos Processos n.ºs, 3367/98 – 3144/04 e 3547/09;

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - nos termos do artigo Art. 38 da lei 1.445/98 e 47, da Lei nº 1.613/04, de 21 de maio de 2004, (Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Jequié), fica concedido **Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional**, sobre o vencimento básico dá funcionária desta Prefeitura, **MARIA JOSÉ NOGUEIRA MARCELO VIEIRA**, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, na Função de Professora, Nível IV, Classe "G", Matrícula nº. 1151, conforme percentuais descritos abaixo:

- **10%** (dez por cento) - Processo nº 3367/98 de 26/10/1998;
- **10%** (dez por cento) – Processo nº 3144/04 de 28/06/2004;
- **10%** (dez) por cento – Processo nº 3547/09 de 22/07/2009.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 29 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 452 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 29 DE JUNHO DE 2023.

VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Praça Duque de Caxias, s/n, Jequiezinho, Jequié-BA – Tel. (73) 3526-8031; Telefax: (73) 3526-8030;
email: pmj@jequie.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
30300E9E6C6EFAF9334DC3FA5A7FF4A4

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 453 - EM 29 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos exarados nos Processos n.ºs, 3567/98 e 855/08;

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - nos termos do artigo Art. 38 da lei 1.445/98 e 47, da Lei nº 1.613/04, de 21 de maio de 2004, (Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Jequié), fica concedido **Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional**, sobre o vencimento básico dá funcionária desta Prefeitura, **LUCINEIA REIS DE OLIVEIRA**, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, na Função de Professora, Nível IV, Classe "G", Matrícula nº. 1127, conforme percentuais descritos abaixo:

- **10%** (dez por cento) - Processo nº 3567/98 de 05/11/1998;
- **5%** (cinco por cento) – Processo nº 855/08 de 19/03/2008.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 29 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 453 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 29 DE JUNHO DE 2023.

_____
VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
30300E9E6C6EFAF9334DC3FA5A7FF4A4

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 454 - EM 29 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos exarados nos Processos n.ºs, 3174/99 – 4629/07 - e 1195/15;

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - nos termos do artigo Art. 38 da lei 1.445/98 e 47, da Lei nº 1.613/04, de 21 de maio de 2004, (Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Jequié), fica concedido **Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional**, sobre o vencimento básico do funcionário desta Prefeitura, **RESONALDO SANTOS NEVES**, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, na Função de Professor, Nível IV, Classe "G", Matrícula nº. 1383, conforme percentuais descritos abaixo:

- **10%** (dez por cento) - Processo nº 3174/99 de 31/05/1999;
- **5%** (cinco por cento) – Processo nº 4629/07 de 22/11/2007;
- **10%** (dez) por cento – Processo nº 1195/15 de 22/04/2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 29 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 454 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 29 DE JUNHO DE 2023.

_____
VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Praça Duque de Caxias, s/n, Jequiezinho, Jequié-BA – Tel. (73) 3526-8031; Telefax: (73) 3526-8030;
email: pmj@jequie.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
30300E9E6C6EFAF9334DC3FA5A7FF4A4

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 455 - EM 29 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos exarados nos Processos n.ºs, 371/99 – 4629/11 – 3667/12 e 1203/15;

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - nos termos do artigo Art. 38 da lei 1.445/98 e 47, da Lei nº 1.613/04, de 21 de maio de 2004, (Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Jequié), fica concedido **Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional**, sobre o vencimento básico da funcionária desta Prefeitura, **EDNA NUNES DE SOUZA**, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, na Função de Professora, Nível IV, Classe "G", Matrícula nº. 1077, conforme percentuais descritos abaixo:

- **5%** (cinco por cento) – Processo nº 371/11 de 02/02/2011;
- **10%** (dez por cento) - Processo nº 3667/12 de 19/11/2012;
- **20%** (vinte) por cento – Processo nº 1203/15 de 22/04/2015, referente Incorporação de Regência Excepcional, conforme parecer Jurídico nº 138/2019

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 29 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 455 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 29 DE JUNHO DE 2023.

_____
VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
30300E9E6C6EFAF9334DC3FA5A7FF4A4

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 456 - EM 29 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos exarados nos Processos n.ºs, 1974/01 – 3169/04 – 4980/09 e 1209/01 – 3157/04 e 4981/09;

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - nos termos do artigo Art. 38 da lei 1.445/98 e 47, da Lei nº 1.613/04, de 21 de maio de 2004, (Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Jequié), fica concedido **Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional**, sobre o vencimento básico da funcionária desta Prefeitura, **JUSSARA ARAÚJO SOUZA SANTOS**, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, na Função de Professora, Nível IV, Classe "G", Matrícula nº. 3053 e 1889, conforme percentuais descritos abaixo:

- **10%** (dez por cento) – Processo nº 1974/01 de 02/10/2001- Mat. 3053
- **10%** (dez por cento) - Processo nº 3161/04 de 28/06/2004 - Mat .3053
- **10%** (dez por cento) – Processo nº 4980/09 de 21/10/2009 - Mat. 3053;
- **10%** (dez por cento) – Processo nº 1209/01 de 11/06/2001 – Mat. 1889;
- **10%** (dez por cento) – Processo nº 3157/04 de 08/06/2004 – Mat. 1889;
- **10%** (dez por cento) – Processo nº 4981/09 de 21/10/2009 – Mat .1889;
-

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 29 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 456 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 29 DE JUNHO DE 2023.

_____
VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Praça Duque de Caxias, s/n, Jequiezinho, Jequié-BA – Tel. (73) 3526-8031; Telefax: (73) 3526-8030;
email: pmj@jequie.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
30300E9E6C6EFAF9334DC3FA5A7FF4A4

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 457 - EM 29 DE JUNHO DE 2023.

"NOMEAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PARA ANÁLISE DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES DOS SOFTWARES (GESTÃO DE PESSOAS) A SEREM LICITADOS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Responsáveis técnicos para análise dos requisitos exigidos para aprovação/reprovação da apresentação do software (Gestão de Pessoas - recursos humanos, folha de pagamento, portal do servidor e contracheque online e e-social), conforme relação abaixo:

NOME	CARGO	SECRETARIA
Lina Batista Joaquina Flores	Diretora do Dep. De Recursos Humanos	**RH**
Eleuzita Nunes da Silva Miranda	Assistente Administrativa	
Ana Paula Meneses Carvalho	Agente Administrativa	
Virginia Sousa Pereira	Coord. Folha de Pagamento	
Andreia Silva Carvalho Cardoso	Agente Administrativa	
Josenilda Gomes Nogueira	Oficial Administrativa	
Irenice Melo Lima	Agente Administrativa	
Gabriele Santos Sousa	Coord. Administrativa	
Maria da Conceição Nascimento Souza	Agente Administrativa	
Geovana Lacerda Oliveira	Agente Administrativa	
Rita de Cassia Sampaio Oliveira	Coordenadora Administrativa	**SUMTRAN**

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
30300E9E6C6EFAF9334DC3FA5A7FF4A4

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 29 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 457 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 29 DE JUNHO DE 2023.

VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
30300E9E6C6EFAF9334DC3FA5A7FF4A4

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

P O R T A R I A N.º 458 - EM 29 DE JUNHO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista despachos exarados nos Processos n.ºs, 3494/98 – 409/07 e 025/12;

CONSIDERANDO a necessidade de documentação obrigatória atinente aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, proferidos pela autoridade competente do município, e de decisão emitida em processo, nos moldes do inciso VIII, do art. 4º da Resolução nº 1.369/2018 do TCM/BA;

Resolve:

Art. 1º - nos termos do artigo Art. 38 da lei 1.445/98 e 47, da Lei nº 1.613/04, de 21 de maio de 2004, (Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Jequié), fica concedido **Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional**, sobre o vencimento básico dá funcionária desta Prefeitura, **MÁRCIA CRISTINA DE SOUZA SILVA**, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, na Função de Professora, Nível IV, Classe "G", Matrícula nº. 1132, conforme percentuais descritos abaixo:

- **10%** (dez por cento) - Processo nº 3494/98 de 03/11/1998;
- **10%** (dez por cento) – Processo nº 409/07 de 04/02/2007;
- **10%** (dez) por cento – Processo nº 025/12 de 03/01/2012.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 29 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 458 ÀS FLS. DO LIVRO PORTARIA

EM 29 DE JUNHO DE 2023.

VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÀRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Praça Duque de Caxias, s/n, Jequiezinho, Jequié-BA – Tel. (73) 3526-8031; Telefax: (73) 3526-8030;
email: pmj@jequie.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
30300E9E6C6EFAF9334DC3FA5A7FF4A4

Prefeitura Municipal de Jequié

Decreto

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

D E C R E T O Nº 24.506 - EM 29 DE JUNHO DE 2023.

"ATUALIZAÇÃO DOS MEMBROS DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade de incluir no sistema informatizado o nome do (a) Servidor (a) responsável pela fiscalização e acompanhamento dos contratos celebrados de cada Secretaria Municipal;

CONSIDERANDO a indicação dos (as) Ilustres Secretários (as) Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - Atualizar a composição dos Servidores (as) Municipais que serão responsáveis pela fiscalização e acompanhamento dos contratos de suas respectivas Secretarias Municipais, passando a vigorar com a seguinte composição abaixo relacionada:

Secretaria Municipal de Administração – JULIANE SANTOS CARDOSO.

Secretaria Municipal da Fazenda – THAIS GOMES CARNEIRO.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – ANA PAULA BARROS BRITTO MAIA.

Secretaria Municipal de Saúde – RUILAN ALVES SANTOS.

Secretaria Municipal de Governo – ARIANNE ALMEIDA DE SANTANA.

Secretaria Municipal de Educação – LUCIANA LOPES ALMEIDA GONÇALVES.

Secretaria Municipal de Infraestrutura – SAMUEL SILVA SOUZA.

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – CAMILO BARBOSA DE SOUZA.

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – ALAN DOS SANTOS VIEIRA.

Procuradoria Geral do Município – LARESSA ARAÚJO DE SOUZA. .

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
E34F7F0BBCE7BAACBF7B167490786C1C

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente – ROBSON ANDRADE OLIVEIRA.

Controladoria Geral do Município – MARCIA BARRETO DE SOUZA.

Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Comunicação Social – JONATAS GERSON SANTOS MARQUES.

Secretaria Municipal de Serviços Públicos – GILSON CESIMBRA BASTOS

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – FÁBIA SAMPAIO VIANA

Art. 2º - Os (as) Servidores (as) ora nomeados serão responsáveis, também, em informar ao Setor de Compras da Prefeitura sobre a necessidade ou não de prorrogação contratual.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 29 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
= PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 24.506 ÀS FLS. DO LIVRO DECRETO.

EM 29 DE JUNHO DE 2023.

_____
VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
E34F7F0BBCE7BAACBF7B167490786C1C

Prefeitura Municipal de Jequié

Lei

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

LEI Nº 2.317 DE 29 DE JUNHO DE 2023.

"AUTORIZA A CONSTRUÇÃO, EDIFICAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO PÚBLICO, EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, DE ACORDO COM O ART. 4º, § 10, INCISO III DA LEI Nº 12.651/2012, COM REDAÇÃO DADA PELO ART. 2º, DA LEI Nº 14.285/2021".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ, **ESTADO DA BAHIA**, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica, e considerando o quanto previsto na Lei nº 12.651/2012, com redação dada pelo art. 2º, da Lei nº 14.285/2021, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º- Fica autorizada construção, edificação e operação de um estacionamento público, em área de preservação permanente, à margem direita do Rio Jequiezinho, de acordo com o art. 4º, § 10, inciso III da Lei nº 12.651/2012, com redação dada pelo art. 2º, da Lei nº 14.285/2021:

A área localizada na margem direita do Rio Jequiezinho, na faixa de preservação permanente, configurada em zona urbana consolidada, tendo o acesso pela Avenida Humberto Alencar Castelo Branco, abrangendo aproximadamente a área total de 2.700 m², com uma extensão de 290 m por 15 m de largura, compreendendo as coordenadas geográficas estabelecidas do pontos A (383561.27 m E; 8467004.10 m S), B (383574.61 m E, 8466997.49 m S), C (383685.28 m E, 8467304.47 m S), D (383671.21 m E, 8467312.14 m S) para fins de viabilizar a obra de construção do estacionamento do CEAVIG enquadrada como de utilidade pública e interesse social, conforme Ata da 3ª Reunião Ordinária ocorrida no dia 08/03/2023 do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA.

§ 1º- A autorização para construção do equipamento público de que trata esta Lei fica condicionada à medidas mitigadoras dos impactos cabendo a obra fazer uso de métodos construtivos de baixo impacto como o uso de pisos drenantes e/ou intercalado com gramíneas para o tráfego interno dos automóveis com apenas uma parcela do solo sendo impermeabilizada para o estacionamento e tráfego de veículos, e drenagens das águas pluvial para a calha do rio.

§ 2º- A autorização da construção, edificação e operação de um estacionamento público, em área de preservação permanente de que trata esta Lei fica condicionada a medidas compensatórias dos impactos, cabendo ao município a obrigação de elaborar um projeto de restauração da faixa de APP oposta, como também em área contínua (antes e depois) ao empreendimento, dentro de um entendimento da Secretaria de Agricultura,

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Irrigação e Meio Ambiente, proporcionando com isso, resultados significativos de conservação, visto a atual situação antropizada das margens do Rio Jequiezinho.

Art. 2º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º -Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 29 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
=PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 2.317 ÀS FLS. DO LIVRO LEI

EM 29 DE JUNHO DE 2023.

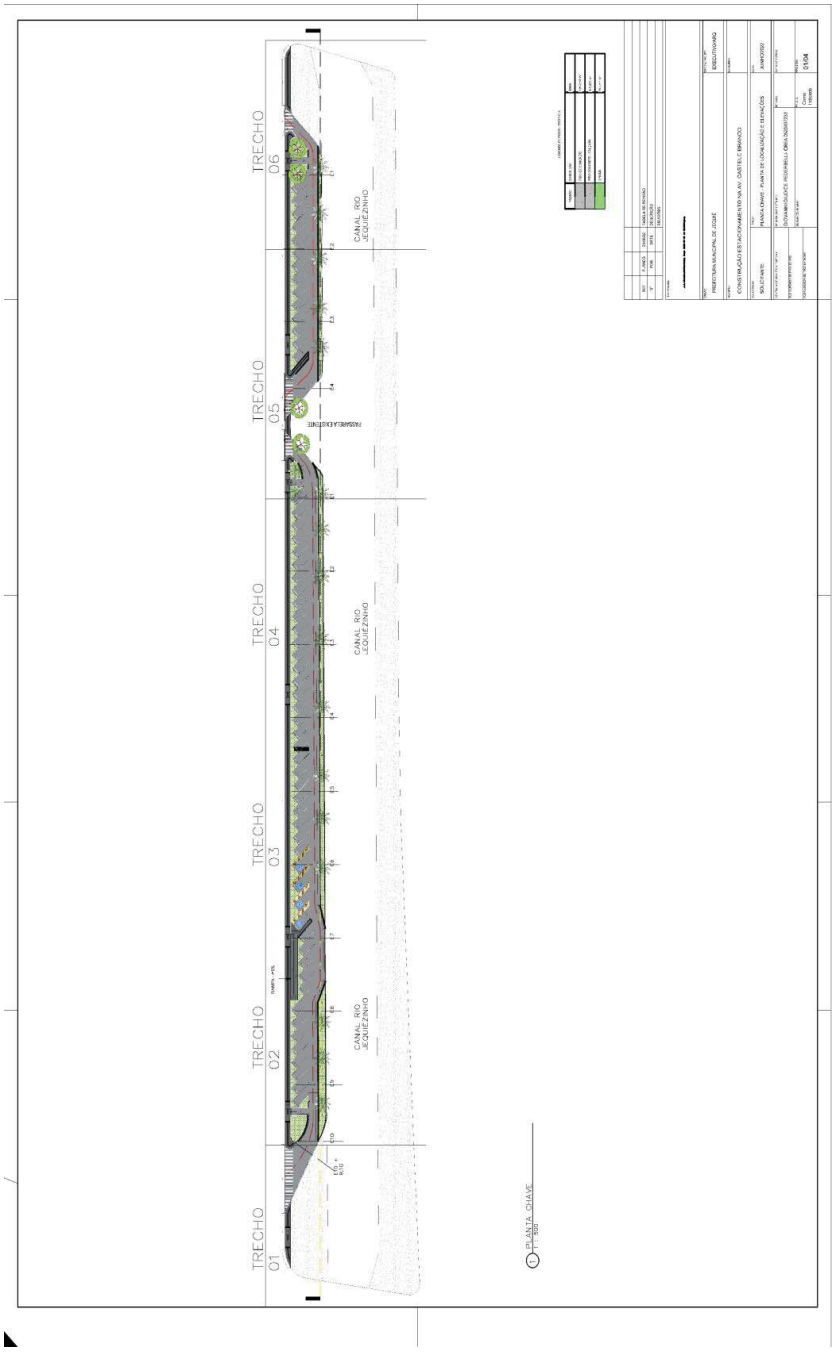
_____
VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

PLANTA BAIXA DO ESTACIONAMENTO DO CEAVIG



Praça Duque de Caxias, s/n, Jequiezinho, Jequié-BA – 45206-903 – Tel. 0800 808 0118;
email: pmj@jequie.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Praça Duque de Caxias, s/n, Jequiezinho, Jequié-BA – 45206-903 – Tel. 0800 808 0118;
email: pmj@jequie.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
CONDEMA

ATA DA REUNIÃO

DATA: 08/03/2023 – 3ª Reunião Ordinária
LOCAL: Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente.
HORÁRIO: 09h00min
PAUTA: Implantação do Projeto de Estacionamento do CEAVIG.

No dia 08 de Março de 2023 aconteceu na Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente – SAIMA, precisamente às 09h18min uma Reunião Online via Plataforma Google Meet com pauta – Implantação do Projeto de Estacionamento do CEAVIG. Fizeram-se presentes, o presidente do Conselho José Claudemiro Passos Brandão; os conselheiros Thiago Bruno Santos Fonseca e Moara Moura Galvão, representando a SAIMA/DMA; Claudia Coelho conselheira titular da UESB; Gilson Cesimbra, conselheiro titular da Secretaria Municipal de Serviços Públicos; Isaias representante da Associação Comercial E Industrial de Jequié – ACIJ; Raphael Andrade Almeida e Adriano Iure Silva Santos representando Secretaria Municipal de Infraestrutura; Rita de Cássia S.Q. Lopes representando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA; Marcos Virgílio Ramos Porto e Ivana Lago conselheiros do GERC; Alberto Pinto da Costa Filho, representando a Secretaria Municipal de Saúde; Antônio Lourenço de Andrade Filho da Associação Indígena Kariri; Ruiter Franco conselheiro do Roatry Club Jequié Norte; e como convidados a assistente técnica da Diretoria de Meio Ambiente Emanuele Santos Carvalho; Bruno Meira e Gilvan Mota responsáveis pelos estudos do empreendimento e Isana Almeida representando a empresa responsável pela execução da obra.

A reunião deu início com a apresentação do projeto de implantação do estacionamento do CEAVIG pela Empresa "Status Engenharia", sendo representada pela colaboradora Isana Almeida. Em sua leitura, dentre os pontos citados do projeto, fazia-se presente os esclarecimentos quanto á respectivamente: do aterramento da área para que se adeque ao nível da calçada já existente; da demolição total do passeio e meio fio para fazer a substituição por um de concreto comum; quanto ao piso do estacionamento em sua totalidade será de concreto armado; no paisagismo, por sua vez, terá o plantio de 59 arbustos; 14 palmeiras e o revestimento em grama.

Rita Queiroz pede um momento de fala, fazendo um questionamento a respeito da pavimentação da área, quanto ao seu processo de drenagem, e a sua impermeabilização. Inclusive, fazendo uma sugestiva de um piso poroso para a criação do estacionamento. Porém, foi esclarecido pela empresa licitada que esse tipo de pavimentação, traria futuramente uma problemática como, por exemplo, limitar a área do estacionamento para veículos automotores de porte médio, pois o mesmo, não suportaria veículos mais pesados. Afirmando ainda, que o piso aprovado em projeto é um piso que permite a drenagem e absorção de água pelo solo.

Finalizando a apresentação do projeto por parte da empresa, Alberto Pinto abre a fala fazendo uma explanação a respeito da realidade da área, sobre o impacto ambiental que trará com a implantação do estacionamento, e um questionamento quanto aos indivíduos arbóreos que serão plantados anterior e posterior à obra, citando a preferência por árvores

Av. Ulisses Coelho, 262-484, Km 3, Jequié - Bahia (ao lado do 19º Batalhão da Policia Militar)
- Telefone (73) 3527-2262 E-mail: diretoriademeioambiente.pmj@gmail.com

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
CONDEMA

nativas. Ressalta ainda dizendo, que os impactos naquela localidade serão mínimos, mas, que há sim a importância da estabilidade geológica, bem como da prevenção e precaução, não somente no entorno do Rio Jequiezinho e Rio de Conta, como também no município em sua totalidade.

Por ora, cita que se faz necessário à preservação da margem do rio contra possível erosão, sobre a importância do fluxo gênico para espécies transitórias em áreas de APP, apesar de que naquela área urbana onde será efetuada a obra, não há existência de circulação de animais silvestres. E que a flora por sua vez, será recompensada por uma flora paisagística. Outrossim, menciona que o estacionamento do CEAVIG é uma demanda de caráter de urgência por parte do município. Ou seja, trará de certa forma o benefício da coletividade, assegurando o bem estar da população em si.

Mediante as dúvidas esclarecidas, e dos questionamentos realizados durante todo o percurso da reunião, por fim foi dado o início da votação do encaminhamento do projeto de lei para a Câmara de Vereadores, obtendo os seguintes resultados por instituições: IFBA, ACIJ, Sec. Infraestrutura, Sec. Serviços Públicos, SAIMA, GERC, Sec. Saúde e Rotary sendo a favor; UESB - Abstenção; Comunidade Indígena Kariri Sapuyá – não sendo a favor. Totalizando 08 votos a favor, 01 abstenção e 01 contra.

Sem mais para a discussão, foi encerrada a reunião às 10h40min. Eu, Moara Moura Galvão, Assistente Técnica da Diretoria de Meio Ambiente e conselheira, lavrei a presente ATA numerada em duas vias, que após lida e aprovada, foi assinada por mim, pelo representante do Presidente do CONDEMA e os presentes.

MOARA MOURA GALVÃO
Assistente Técnica /Suplente

JOSÉ CLAUDEMIRO PASSOS BRANDÃO
Presidente do CONDEMA

RITA DE CÁSSIA SOUZA DE QUEIROZ LOPES
Vice-presidente do CONDEMA

1- Thiago Bruno Santos Fonseca (SAIMA)
2- Claudia Coelho (UESB)
3- Marcos Virgílio Ramos Porto (GERC)
4- Ivana Lago Pires (GERC)
5- Gilson Cesimbra (Sec. Serviços Públicos)
6- Adriano Yure Silva Santos (Sec.de Infraestrutura)
7- Raphael Andrade Almeida (Sec.de Infraestrutura)

Av. Ulisses Coelho, 262-484, Km 3, Jequié - Bahia (ao lado do 19º Batalhão da Policia Militar)
- Telefone (73) 3527-2262 E-mail: diretoriademeioambiente.pmj@gmail.com

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
CONDEMA

8- Ruiter Franco (Rotary Norte)_____

9- Isaias Matos de Santana Júnior (ACIJ)_____

10- Antonio Lourenço de Andrade Filho (Assoc. Indígena Kariri)_____

11- Alberto Pinto da Costa Filho (Sec. Saúde)_____

12- Emanuele Santos Carvalho (Convidada/SAIMA)_____

13- Bruno Meira (Convidado) _____

14- Gilvan Mota (Convidado)_____

15- Isana Almeida (Convidado)_____

ANEXO

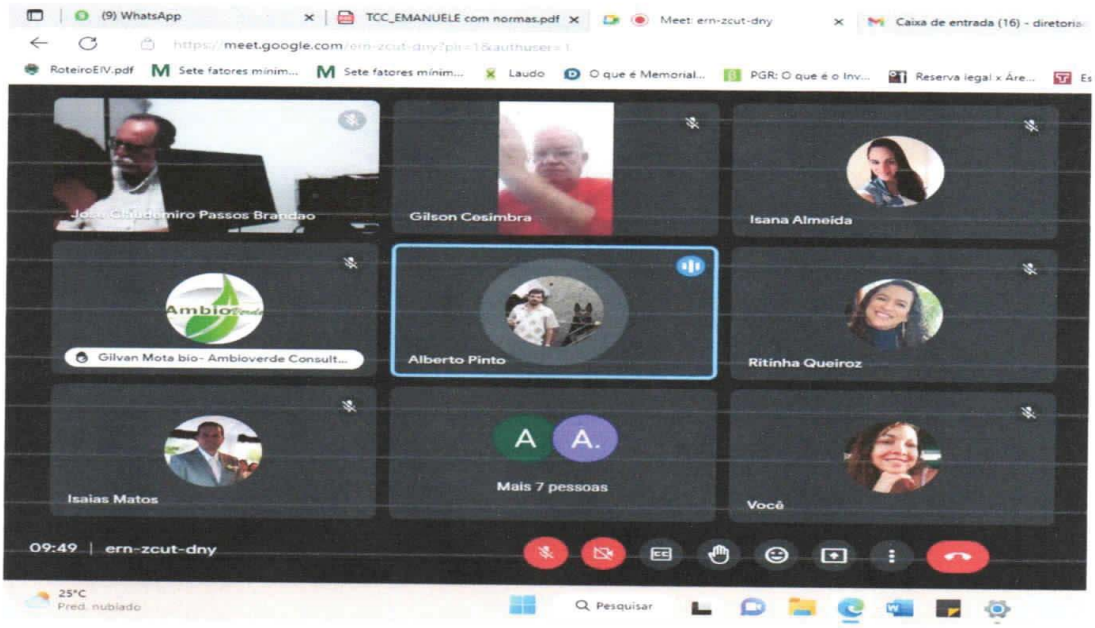


Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
CONDEMA



Av. Ulisses Coelho, 262-484, Km 3, Jequié - Bahia (ao lado do 19º Batalhão da Policia Militar)
- Telefone (73) 3527-2262 E-mail: diretoriademeioambiente.pmj@gmail.com

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO - ESTACIONAMENTO DO CEAVIG

MOTA CONSULTORIA AMBIENTAL EIRELI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ-BA

ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL EM FACE DA CONSTRUÇÃO DO ESTACIONAMENTO DO CEAVIG NA APP DO RIO JEQUIEZINHO

JEQUIÉ - BAHIA
FEVEREIRO/2023

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL EM FACE DA CONSTRUÇÃO DO ESTACIONAMENTO DO CEAVIG NA APP DO RIO JEQUIEZINHO

JEQUIÉ - BAHIA
FEVEREIRO/2023

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SUMÁRIO

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO.....4
1. IDENTIFICAÇÃO 5
1.1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR 5
1.2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.....5
1.3. IDENTIFICAÇÃO DA CONSULTORIA RESPONSÁVEL PELO ESTUDO 5
2. LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.....6
3. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.....6
4. CARACTERIZAÇÃO DO RIO JEQUIEZINHO E APP.....9
5. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICADA A ZONA URBANA DO RIO JEQUIEZINHO.....14
6. CARACTERÍSTICA DO BEM A SER PROTEGIDO.....28
6.1. CURSO D'ÁGUA NATURAL, PERENE E INTERMITENTE 28
6.2. A FUNÇÃO AMBIENTAL DA FAIXA DE PROTEÇÃO.....29
6.3. DESCARACTERIZAÇÃO DAS APPS - NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA NORMA DE FORMA SISTÊMICA E NÃO ISOLADA.....31
6.4. DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÕES DE INTERVENÇÃO EM APP 33
7. MEDIDAS MITIGADORAS DOS IMPACTOS 35
8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS DOS IMPACTOS.....36
9. CONCLUSÃO 38
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....40
11. ANEXO – ART´S 42

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

BRUNO MEIRA GOMES:05496298580

Assinado de forma digital por BRUNO MEIRA GOMES:05496298580
Dados: 2023.02.08 10:09:01 -03'00'

Bruno Meira Gomes Engenheiro Florestal e Segurança do Trabalho

Especialista em Gestão e Educação Ambiental

CREA-BA nº 051562690-0 - CTF/IBAMA nº 6819046

GILVAN MOTA DE SOUZA:41249330530

Assinado de forma digital por GILVAN MOTA DE SOUZA:41249330530
Dados: 2023.02.08 15:05:37 -03'00'

Gilvan Mota de Souza Biólogo Ms. Especialista em Recuperação de Áreas Degradadas

Ms.em Ecologia e Biomonitoramento

CRBio nº 11.695-08-D - CTF /IBAMA nº 5642913

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

Razão Social: MUNICÍPIO DE JEQUIÉ

Nome Fantasia: PREFEITURA DE JEQUIÉ

CNPJ: 13.894.878/0001-60

Endereço: Praça Duque de Caxias, s/nº110, CEP: 45.206-100, Jequiezinho, Jequié-BA

CNAE: CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

84.11-6-0 – Administração Púbica em Geral

1.2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Denominação: ESTACIONAMENTO CEAVIG

Endereço: Avenida Humberto Alencar Castelo Branco, s/nº, CEP: 45.208-065, Centro, Jequié-BA

1.3. IDENTIFICAÇÃO DA CONSULTORIA RESPONSÁVEL PELO ESTUDO

Razão Social: MOTA CONSULTORIA AMBIENTAL EIRELI

CNPJ: 22.474.403/0001-05 **CREA-BA:**001002602-9 **CTF:**6819336

Endereço: Rua João Braga (anexo Rua Juca Rebouças), Jequiezinho, nº463b, CEP: 45.208-201, Jequié-BA

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

2. LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A área que proposta para a construção do estacionamento, localiza-se na margem direita do Rio Jequiezinho, na faixa de preservação permanente, configurada em zona urbana consolidada. O acesso se dá pela Avenida Humberto Alencar Castelo Branco, conforme mapa de localização exposto na figura 1 (13°51'44.54'' S; 40°04'37.07'' O).

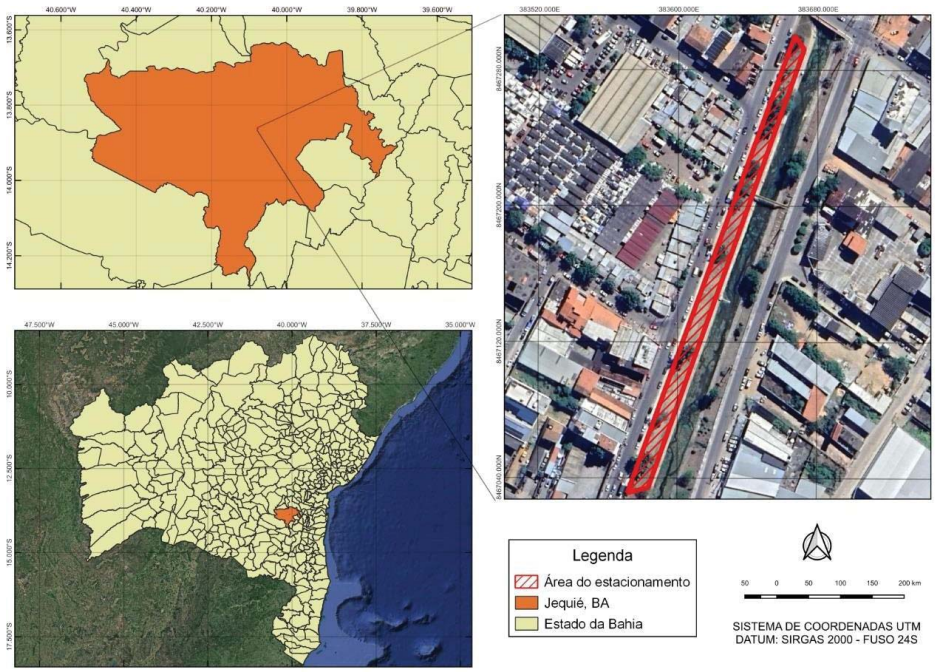


Figura 1. Localização do futuro empreendimento. Fonte: AmbioVerde.

3. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A área do empreendimento está inserida na Macrozona de qualificação, Centro Tradicional Municipal – correspondente a Concentrações de Usos Não Residenciais – de acordo com anexo III, planta 01 da Lei Complementar N°002/07.

A construção do estacionamento, objeto desse estudo, contempla a utilização da área de preservação permanente (APP) do Rio Jequiezinho (sua margem direita) na Avenida

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Humberto Alencar Castelo Branco, para atender as necessidades do Centro de Abastecimento Vicente Grilo (CEAVIG) na cidade de Jequié;

Os serviços, objeto deste certame, deverão ser executados conforme as especificações e demais do edital modalidade: tomada de preços nº 009/2022, processo administrativo nº 291/2022, licitado pela Prefeitura Municipal de Jequié.

Ocorre que, para a instalação do estacionamento, serão implementadas 59 vagas para automóveis, o que implicará na utilização de toda a faixa de APP da margem direita do Rio Jequiezinho, abrangendo aproximadamente a área total de 2.700 m², com uma extensão de 290 m por 15 m de largura, compreendendo as coordenadas geográficas estabelecidas do pontos A (383561.27 m E; 8467004.10 m S), B (383574.61 m E, 8466997.49 m S), C (383685.28 m E, 8467304.47 m S), D (383671.21 m E, 8467312.14 m S) (Figuras 2 e 3).



Figura 2. Área de construção do estacionamento (margem direita). Fonte: Google Earth (2023).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 3. Área de construção do estacionamento (margem direita). Fonte: Prefeitura Municipal de Jequié (2021).

É sabido que a APP da margem do curso d'água do Rio Jequiezinho é protegida pelas legislações: Código Florestal – Lei nº 12.651/2012, Lei municipal – Lei Complementar do Município de Jequié nº 002/2007 nº 003/2007, além de considerar também as leis urbanísticas Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Figura 4).

Entretanto, pelo fato de o poder público não encontrar outra alternativa locacional no raio de influência do Centro de Abastecimento Vicente Grilo (CEAVIG) que viabilize o empreendimento, essa análise ambiental se faz necessário perante as intervenções propostas nessa área urbana consolidada (Figura 5).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

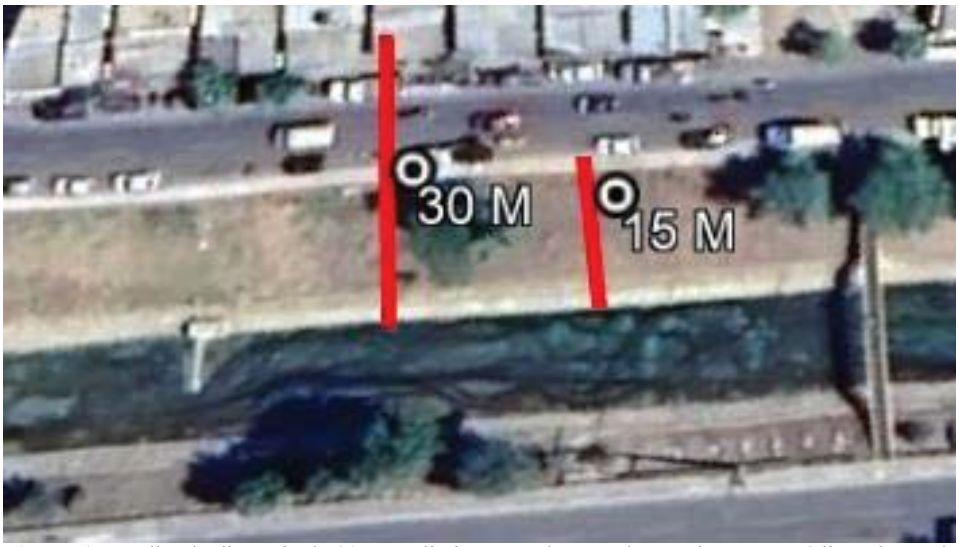


Figura 4. Detalhe da distância de 30 m no limite norte da APP de acordo com o Código Florestal vigente, sendo 15 m de solo exposto e 15 m de ocupação por infraestrutura. Fonte: Google Earth.

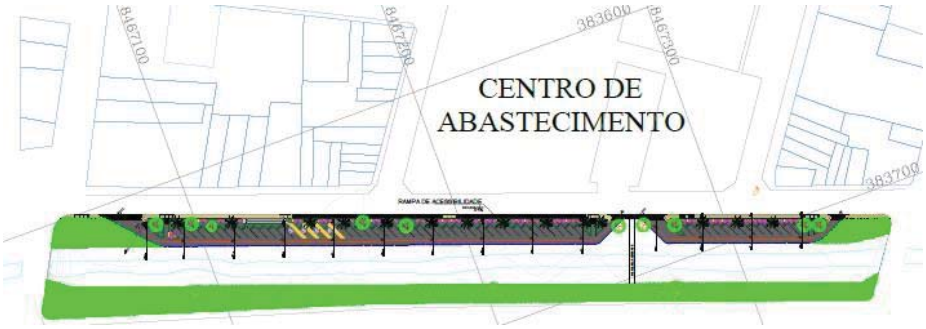


Figura 5. Planta do empreendimento e intervenção na APP do Rio Jequiezinho. Fonte: Prefeitura Municipal de Jequié (2022).

4. CARACTERIZAÇÃO DO RIO JEQUIEZINHO E APP

O rio Jequiezinho tem suas nascentes localizadas em uma altitude de aproximadamente 800 m (município de Maracás), e atinge o seu patamar mais baixo nas imediações do município de Jequié, onde desemboca na margem esquerda do rio de Contas. Na zona urbana, recebe contribuição do riacho Conceição que tem as suas nascentes no

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

município de Lajedo do Tabocal e possui um curso de 47,71 km até desembocar no rio Pati.O Pati, por sua vez, nasce no município de Itiruçu e possui 20,72 km de extensão. Após estender-se por 58,23 km, tem sua confluência com o riacho Conceição e o rio Pati na zona rural do município de Jequié.

Após atravessar a zona urbana de Jequié pelo Distrito Industrial II (Poliduto) e de conglomerados de residências, com vazão intermitente, encontra-se mais na zona central canalizado com estrutura de paredes de pedra e concreto nas suas margens, apresentando-se bastante impactado pela urbanização e consequente aporte de esgotos domésticos e daí desemboca no rio de Contas

Dentre os principais impactos ocorrentes no rio Jequiezinho, destacam-se desmatamento, assoreamento, disposição de resíduos sólidos urbanos, esgoto doméstico e intervenções em alguns trechos para passagens de veículos e pessoas (Figura 6 a 11).

A faixa de APP pertencente a área de estudo possui largura em torno de 15 m, estando antropizada. A flora representativa é composta de espécies exóticas utilizadas no paisagismo como algaroba (*Prosopis juliflora*) que comumente é colonizadora dos rios da região, jenipapeiro (*Genipa americana*), palmeira imperial (*Roystonea oleracea*), *Bounguenvillea spectabilis*, fícus (*Ficus benjamina*), Neem (*Azadirachta indica*) e espirradeira (*Nerium oleander*) e uma espécie nativa da mata atlântica, a sibipiruna (*Caesalpinia pluviosa* - variedade *peltophoroides*). No período chuvoso, ocorre a colonização de gramíneas nativas como grama estrela, capim de burro (*Cynodon nlemfuensis*) e exóticas como capim búfalo (*Buffel grass*).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 6. Leito do Rio Jequiezinho na área do centro industrial II (Poliduto). Fonte: AmbioVerde 2019.



Figura 7. Leito do Rio Jequiezinho em um conglomerado urbano (Barro Preto), onde ocorre lançamento de resíduos sólidos e despejo de águas de galerias (período de seca). Fonte: AmbioVerde 2019.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 8. Leito do Rio Jequiezinho em um conglomerado urbano (Barro Preto), onde ocorre criação de animais (período de seca). Fonte: AmbioVerde 2019.



Figura 9. Canal do Rio Jequiezinho no período chuvoso (dezembro 2021). Fonte: PS Drone.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 10. Canal do Rio Jequiezinho em dezembro 2021 (área do estacionamento na margem direita). Fonte: PS Drone.



Figura 11. Canal do Rio Jequiezinho no local do empreendimento no período seco. Fonte: Drone Solução Filmes.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

5. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICADA A ZONA URBANA DO RIO JEQUIEZINHO

Como base legal que assegure a proteção da APP na margem deste recurso hídrico, têm-se: o Código Florestal, Lei Nº 12.651/2012 e a Lei Complementar do Município de Jequié, Nº 003/2007, além de considerar também as leis urbanísticas Federal N° 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e municipal Lei Complementar 002/2007.

O Código Florestal trouxe muitas inovações, entretanto, aparentemente não sanou muitas dúvidas que permeiam as relações estabelecidas diante do Direito Ambiental, sobre diversos aspectos de seu conteúdo, entre elas a que se pretende dirimir por meio deste parecer.

No Art. 3º da referida lei Nº 12.651/2012, entende-se por:

> II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;
>
> VI - uso alternativo do solo: substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana;
>
> IX - interesse social, além dos itens descritos nas alíneas de a a f, o disposto na alínea g) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo federal;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

> XIX - leito regular: a calha por onde correm regularmente as águas do curso d'água durante o ano;
>
> XXVI - área urbana consolidada: aquela de que trata o inciso II do caput do art. 47 da Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009; e (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012). II – área urbana consolidada: parcela da área urbana com densidade demográfica superior a 50 (cinquenta) habitantes por hectare e malha viária implantada e que tenha, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:
>
> a) drenagem de águas pluviais urbanas;
>
> b) esgotamento sanitário;
>
> c) abastecimento de água potável;
>
> d) distribuição de energia elétrica; ou
>
> e) limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos;
>
> (Revogado pela Medida Provisória nº 759, de 2016)
>
> (Revogado pela Lei nº 13.465, de 2017)

Na situação em análise deste parecer, resta caracterizada a APP, uma vez tratar-se de área urbana consolidada, de acordo com o art. 4º, do mesmo diploma legal, pelo que revela em seu dispositivo, de acordo com o Art. 4º da Lei, considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas:

> I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perenee intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012). (Vide ADIN Nº 4.903)
>
> a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

Neste interim, o Direito Ambiental nos ensina que qualquer "alteração" que de alguma forma modifique, interfira e interaja com área tida por APP, deve ser compreendida como exceção.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Assim, podemos entendê-las por porções de terra cuidadosamente delimitadas na propriedade, seja ela urbana ou rural, nas quais o legislador cuidou de não permitir a exploração do solo ou a supressão da cobertura vegetal, a não ser se houver autorização do Poder Público.

Em conformidade com as hipóteses normativas, quais sejam: utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, o caso descrito em tela, salvo melhor juízo, deve estar caracterizado como hipótese de baixo impacto ambiental, a ser confirmado em parecer técnico ambiental.

Observando a Lei municipal - Lei complementar do município de Jequié, n.º 003/07 de 27 de dezembro de 2007, no art. 39, onde são apresentadas diretrizes específicas para as Áreas de Preservação Permanente: são apresentadas as seguintes ações por parte do município:

a) enquadrar e delimitar as áreas de incidência;
b) efetivar o saneamento ambiental dos rios;
c) implementar proteções estruturais com a finalidade de impedir aterros e edificações nas margens dos rios;
d) preservar as faixas inundáveis dos rios que correspondem, no mínimo, para cada lado, a 50 metros para o Rio Jequiezinho e a 15 metros para os demais rios e riachos;
e) controlar e coibir a ocupação dessas áreas e relocar as populações residentes ao longo das áreas alagadiças do Rio das Contas e do Rio Jequiezinho;

Sob o ponto de vista ecológico, áreas inundáveis são aquelas que recebem periodicamente o aporte lateral das águas de rios, lagos, da precipitação direta ou de lençóis subterrâneos (CPRM, 2017).

Inundação é o transbordamento das águas de um canal de drenagem, atingindo as áreas marginais (planície de inundação ou área de várzea). A inundação ocorre quando o volume da água do corpo hídrico não se limita à calha principal do rio e extravasa para áreas marginais, habitualmente não ocupadas pelas águas (CPRM, 2017) (Figura 12).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 12. Diferentes elevações do nível de um Rio. Fonte: Proteção e Defesa Civil de São Bernardo do Campo-SP http://dcsbcsp.blogspot.com.br/.

Segundo Tucci (2009), quando a precipitação é intensa, a quantidade de água que chega simultaneamente no córrego pode ser superior ao que este comporta, ou seja, o volume gerado pelo escoamento superficial supera a capacidade normal de drenagem da sua calha, ocasionando em transbordamentos e inundação das áreas ribeirinhas. Os problemas resultantes das inundações dependem do grau de ocupação das várzeas (margens dos rios) pela população e da frequência com a qual as inundações ocorrem.

Analisando a lei municipal que delimita faixa de 50 m, a alínea ‘d’ é clara quando prevê a preservação das faixas inundáveis, mas é sabido que nem todas as laterais que compreende o talvegue do rio seja inundável, não sendo delimitado nesta lei quais áreas são inundáveis no trajeto da zona urbana.

Neste caso, caberia ao município delimitar a faixa de inundação para os seus rios, identificando a área de abrangência do escoamento nas margens do curso d’água em caso de uma chuva máxima, através da avaliação da caracterização física da bacia hidrográfica do rio, definição do hidrograma, levantamento planialtimétrico e transformação dos dados da modelagem hidrodinâmica para concepção da faixa de inundação com o desenho georreferenciado, o que já vem sendo realizado em planejamento urbanístico em várias cidades (OLIVEIRA E OUTROS, 2016).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Fazendo-se um levantamento topográfico da área de estudo, com base nas cotas de elevações e baseado em histórico de regime de chuvas e cheias no município, observa-se quea mesma caracteriza uma área inundável no período de cheias, tendo em vista o retorno de água do Rio de Contas, mas que diminui o volume em curto período, vide o fato recente ocorrido no final do ano de 2021 e início de 2022.

Historicamente, ocorreram inundações a mais de 30 anos, como na década de 80, sendo a última grande inundação constatada do Rio Jequiezinho (em 1986), onde se estendeu até a área do CEAVIG, Avenidas Franz Gedeon, Landulfo Caribé e parcialmente a Rua Coronel Costa Brito (antiga 'manga do costa') (Figuras 13 a 17).



Figura 13. Enchente do Rio Jequiezinho (ano desconhecido). Fonte: autor desconhecido.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 14. Enchente do Rio Jequiezinho no ano de 1981. Fonte: autor desconhecido.



Figura 15. Enchente do Rio Jequiezinho no ano de 1982. Fonte: Nildo Cine Foto.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 16. Enchente do Rio Jequiezinho no periodo dezembro de 2021 a janeiro de 2022. Fonte: Prefeitura Municipal de Jequié (2021).



Figura 17. Enchente do Rio Jequiezinho em dezembro de 2021. Fonte: Juliane Pereira.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

As precipitações que ocorreram no município de Jequié-BA e região (Maracás, Manoel Vitorino, Iramaia, Mirante) e Lafaiete Coutinho (Bacia do Rio Jequiezinho) fizeram com que na data de 25/12/2022 o Reservatório da Pedra atingisse 93,34% de seu volume útil, com defluência média de 2.300 m^3/s, ocasionando inundação, alagamento, deslizamentos e erosão por diversos pontos da cidade, consequentemente causando danos em diversos setores públicos e privados (Figura 18).

Tendo em vista o evento adverso ocasionado no município de Jequié-BA foram registrados prejuízos sociais, econômicos e ambientais, como imóveis afetados, com danos estruturais e/ou perda total, desalojamentos, desabrigados, obstrução de vias, formação de crateras e desmoronamentos, interferindo na qualidade de vida da população e no comercio local. Os principais pontos atingidos do perímetro urbano foram Jequiezinho, Mandacaru, Mandacaru II, Km 3, Km 4, Centro, Joaquim Romão, Avenida César Borges, Estrada da Barragem das Pedras, Centro Industrial.



Área do Empreendimento Dia 25/12/2022



Área do Empreendimento Dia 26/12/2022

Figura 18. Enchente do Rio Jequiezinho em dezembro de 2022. Fonte: PS Drone.

O Art. 94. da Lei complementar 003, disciplina que as atividades que utilizem ou tenham influência sobre os recursos hídricos do Município deverão adequar-se aos planos, projetos e políticas estaduais estabelecidos para a Bacia Hidrográfica do Rio das Contas.

No §1º é descrito o conjunto das coleções hídricas localizados no território do Município de Jequié, integral ou parcialmente e dentre ele o Rio Jequiezinho.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

A Lei N° 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências, no Art. 3° Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal. (Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999):

Parágrafo único - Não será permitido o parcelamento do solo: I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;

Il - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III - em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;

V - em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

O art. 26 da lei municipal - Lei Complementar 002/2007 também contempla as mesmas restrições:

Art. 26. Não se admitirá o parcelamento do solo para fins urbanos:

I – em áreas alagadiças e sujeitas à inundação, antes de tomadas às providências para assegurar o escoamento das águas;

II – em locais contaminados ou fundamentalmente suspeitos de contaminação por material nocivo ao meio ambiente ou à saúde pública, sem que sejam previamente recuperados;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

III – em áreas sujeitas à deslizamentos de terra ou erosão, antes de tomadas as
providências necessárias para garantir a estabilidade geológica e geotérmica;

IV – em locais onde a poluição ambiental impeça condições sanitárias adequadas, sem que sejam previamente saneados;

V – em áreas que integrem Unidades de Conservação, incompatíveis com esse tipo de empreendimento;

VI – onde for técnica e economicamente inviável a implantação de infraestrutura básica, serviços públicos de transporte coletivo ou equipamentos comunitários;

VII – onde houver proibição legal para parcelamento em razão da proteção ambiental, do patrimônio paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou espeleológico, especialmente nas áreas de preservação permanente e de mananciais;

Parágrafo único. O órgão licenciador deverá especificar os estudos técnicos, a serem apresentados pelo empreendedor, necessários e indispensáveis à comprovação do pleno atendimento ao disposto neste artigo.

Nestes termos, para a área em questão, cabe seguir o que disciplina o Novo Código Florestal (Lei Nº 12.651/2012).

O Código Florestal deve ser aplicado às zonas urbanas, em detrimento da Lei do Parcelamento do Solo Urbano, não apenas porque há previsão expressa a esse respeito, mas também porque é lei específica sobre a proteção jurídica do meio ambiente.

- Havendo qualquer hipótese de conflito de leis em relação a matéria ambiental, deverá prevalecer a Lei Ambiental sobre qualquer outra.
- Veto ao §§ 7º e 8ª do art. 4ª da Lei n. 12.651/2012, impedindo a aplicação de leis municipais:

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

"§ 7º. Em áreas urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural que delimitem as áreas da faixa de passagem de inundação terão sua largura determinada pelos respectivos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo, ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais do Meio Ambiente".

"§ 8º. No caso de áreas urbanas e regiões metropolitanas, observar-se-á o disposto nos respectivos Planos Diretores e Leis Municipais de Uso do Solo".

Como visto, o Código Florestal remete a responsabilidade de disciplinar o uso do solo urbano para os planos diretores municipais, porém, conforme já visto, o código municipal de Jequié em questão disciplinou sobre intervenções na faixa inundável. Neste caso onde não há cotas topográficas propensas a inundação, não foi disciplinado a largura da margem, o que remeteria para a lei federal de uso e ocupação do solo 6.766/79, mas que a mesma foi substituída pelo novo código florestal ao incluir às faixas marginais da Área de Preservação Permanente (APP) as zonas urbanas no art. 4º da Lei.

O Art. 8º preconiza que a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei.

O art. 3º da lei inciso IX define como de interesse social, além dos itens descritos nas alíneas de 'a' a 'f', o disposto na alínea g) o que inclui outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do chefe do poder executivo federal.

A Lei mais recente de nº 14.285, de 29 de dezembro de 2021, que altera as Leis nos 12.651, de 25 de maio de 2012 onde dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre regularização fundiária em terras da União, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para dispor sobre as áreas de preservação permanente no entorno de cursos d'água em áreas urbanas consolidadas.

O Art. 1º desta Lei altera as Leis nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobrea proteção da vegetação nativa, nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

regularização fundiária em terras da União, e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para definir e aprimorar o conceito de áreas urbanas consolidadas, para tratar sobre as faixas marginais de curso d'água em área urbana consolidada e para consolidar as obras já finalizadas nessas áreas.

O Art. 2º A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º, XXVI - área urbana consolidada: aquela que atende os seguintes critérios:

a) estar incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo plano diretor ou por lei municipal específica;

b) dispor de sistema viário implantado;

c) estar organizada em quadras e lotes predominantemente edificados;

d) apresentar uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou direcionadas à prestação de serviços;

e) dispor de, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:

1. drenagem de águas pluviais;

2. esgotamento sanitário;

3. abastecimento de água potável;

4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública; e

5. limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos; " (NR).

"Art. 4º, § 10 - Em áreas urbanas consolidadas, ouvidos os conselhos estaduais, municipais ou distrital de meio ambiente, lei municipal ou distrital poderá definir faixas marginais distintas daquelas estabelecidas no inciso I do caput deste artigo, com regras que estabeleçam:

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

I - a não ocupação de áreas com risco de desastres;

II - a observância das diretrizes do plano de recursos hídricos, do plano de bacia, do plano de drenagem ou do plano de saneamento básico, se houver;

III - a previsão de que as atividades ou os empreendimentos a serem instalados nas áreas de preservação permanente urbanas devem observar os casos de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental fixados nesta Lei."

Art. 3º- O art. 22 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º.

"Art. 22. § 5º Os limites das áreas de preservação permanente marginais de qualquer

curso d'água natural em área urbana serão determinados nos planos diretores e nas leis municipais de uso do solo, ouvidos os conselhos estaduais e municipais de meio ambiente."

Art. 4º - O art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

III-A - ao longo da faixa de domínio das ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de, no mínimo, 15 (quinze) metros de cada lado;

III-B - ao longo das águas correntes e dormentes, as áreas de faixas não edificáveis deverão respeitar a lei municipal ou distrital que aprovar o instrumento de planejamento territorial e que definir e regulamentar a largura das faixas marginais de cursos d´água naturais em área urbana consolidada, nos termos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, com obrigatoriedade de reserva de uma faixa não edificável para cada trecho de margem, indicada em diagnóstico socioambiental elaborado pelo Município.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

As modificações trazidas pela Lei 14.285/2021 no que se refere ao regime jurídico de APPs autorizam aos municípios a dispor de forma distinta sobre faixas marginais em curso d'água em regiões urbanas, com dimensões/larguras díspares e sem obrigatoriedade de observância de um parâmetro mínimo, a depender, apenas, da definição das "áreas urbanas consolidadas".

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de reconhecer a competência legislativa municipal em matéria de meio ambiente *"no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados"* (RE 586.224, relator ministro Luiz Fux, j. 5-3-2015, P, *DJE* de 8-5-2015, Tema 145). Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça fixou o Tema nº 1010, que, ao interpretar o NCF (Novo Código Florestal), assentou que vigência do NCF, a extensão não edificável nas APPs de qualquer curso d'água, perene ou intermitente, em trechos caracterizados como área urbana consolidada, deve respeitar o que foi disciplinado pelo seu artigo 4º, *caput*, inciso I, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", a fim de assegurar a mais ampla garantia ambiental a esses espaços territoriais especialmente protegidos e, por conseguinte, à coletividade.

Diante do exposto, fica estabelecida que a lei municipal regulamentará a largura das faixas marginais de cursos d'água naturais em área urbana consolidada, com obrigatoriedade de reserva de uma faixa não edificável para cada trecho da margem (art. 4º, III-B), cabendo, portanto, ao município assegurar as áreas pontuais de intervenção (construção do estacionamento CEAVIG), de modo que não abra precedentes para demais intervenções na faixa marginal do canal do Rio Jequiezinho delimitando o trecho com coordenadas geográficas no corpo da lei.

Para o município legislar sobre o tema, observando desde a análise do conceito, no âmbito de seus limites, tendo em destaque a função ambiental da APP, gera uma discussão a respeito da manutenção da proteção legal quando a área, em decorrência de intervenção consolidada no entorno, bem como da proposta objeto desse estudo, já não estiver mais exercendo plenamente tal função.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

6. CARACTERÍSTICA DO BEM A SER PROTEGIDO

6.1.CURSO D'ÁGUA NATURAL, PERENE E INTERMITENTE

O Código Florestal nos ensina a respeito das faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular.

Nele, cursos d'água ou correntes de água podem ser definidos como massa de água escoando geralmente num canal superficial natural. Também se encontram outras definições: denominação para fluxos de água em canal natural para drenagem de uma bacia, tais como: boqueirão, rio, riacho, ribeirão ou córrego.

Já os cursos d'água intermitentes são aqueles que, em geral, escoam durante as estações de chuvas e secam nas de estiagem. Nessa época, o lençol freático se encontra em um nível inferior ao do leito do rio, o escoamento superficial cessa ou ocorre somente durante, ou imediatamente após, as tormentas.

Em contrapartida, os cursos d'água perenes são aqueles que contêm água durante todo o tempo, o lençol subterrâneo mantém uma alimentação contínua e não desce nunca abaixo do leito do rio, mesmo durante as secas mais severas.

Não se estabelece faixa de proteção ao redor dos cursos d'água efêmeros, isto é, são aqueles nos quais ocorre escoamento superficial, durante períodos de precipitação ou imediatamente após.

Neste aspecto, suscitam dúvidas a respeito da análise dos casos concretos, se quando os cursos d'água não apresentarem especificamente tais características, a área em questão pode ser definida como área de preservação permanente, visto que não se trata a rigor de uma marginal de um curso d´água natural, perene e intermitente.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

6.2.A FUNÇÃO AMBIENTAL DA FAIXA DE PROTEÇÃO

A proteção das Áreas de Preservação Permanente procura assegurar harmonia e equilíbrio à paisagem, buscando permitir a formação de corredores de vegetação entre remanescentes da vegetação nativa, a exemplo das Reservas Legais e Unidades de Conservação ou outras áreas protegidas, públicas ou privadas (arts. 2º e 26 da Lei Federal no 9.985/2000).

Assim, a manutenção das APPs preserva a integridade dos processos ecológicos (inciso I, § 1º, art. 225 CF), nestas áreas especialmente protegidas (inciso III, § 1º, art. 225 CF), além de manter serviços ambientais necessários à saúde, à segurança, ao bem-estar e à melhoria da qualidade de vida das populações rurais e urbanas.

Nas áreas urbanas a preservação e a recuperação das APPs garantem a manutenção de áreas verdes, requisito essencial para proporcionar maior qualidade de vida e conforto ambiental à população, amenizando a temperatura e mantendo a umidade do ar.

Ademais, via de regra, manutenção da vegetação das APPs das áreas urbanas transforma as cidades em um ambiente aprazível, em ambientes onde há excessivo adensamento urbano, funciona como atenuante na poluição visual, ao inserir elementos naturais no cenário urbano, garantindo o direito da população a cidades sustentáveis, aclamado pelo Estatuto da Cidade.

A Lei ao dispor sobre APP se refere a uma área, mais precisamente uma faixa marginal mínima de 30 metros para todos os cursos d'água. Área protegida dotada de funções ambientais, na qual a fundamentação técnica e científica exige faixas fixas de mata ciliar, buscando a redução dos impactos negativos sobre os recursos hídricos.

Apesar da necessidade de faixa mínima de proteção dos corpos de água da ordem de 30 metros, expressa em legislação, não se identifica, na literatura, estudo consistente que rejeite a hipótese da necessidade dessas áreas ou mesmo aponte para faixas de menor extensão.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Acredita-se que as dimensões convencionadas na Lei 4.771/65 foram decididas empiricamente, o que não merece prosperar, em virtude do conhecimento científico produzido à época, quando, a dimensão mínima da área de preservação permanente ao longo dos rios, que originalmente na supramencionada lei era de 5m (cinco metros), passou para 30m (trinta metros) com o advento da lei 7.803/89.

Muitos trabalhos foram desenvolvidos em diferentes países a partir da década de 80, com objetivo de estabelecer faixa mínima da vegetação com fim de proteger os recursos hídricos. Estudos que foram base da mudança do Código Florestal no que tangencia às áreas de preservação permanente.

A Lei 10.431/06, que regulamenta a Constituição Estadual Baiana e dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado, em seu art. 89 definiu tais espaços territoriais como áreas especialmente protegidas, na categoria APP, mas não definiu os limites para esses espaços.

O entendimento consoante da Lei 6.766/79, na qual elucida a respeito do parcelamento do solo urbano, assentando como requisito fundamental a obrigatoriedade de uma faixa não edificável de 15m (quinze metros) de cada lado, ao longo das águas correntese dormentes, bem como das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.

Seguindo os princípios desta lei, e, considerando bastante nítida a intenção do legislador quanto à jurisprudência sobre construções em APP, as obras poderão ser feitas, legalmente, a 15 metros de rios que sofreram intervenção humana (antropizados) e a 30 metros de rios de cursos d'água natural, com menos de 10 metros de largura.

Assim, diante do caso concreto, nas obras realizadas próximas aos cursos d'água classificados como APP, a distância permitida pelo Código Florestal, Lei nº 12.727/12, é de 30 metros para os cursos d'água menores que 10 metros de largura.

Nesta área, acham-se o que a ecologia denomina de matas ciliares, que são principais responsáveis pela estabilização de taludes e encostas. Dentre as funções exercidas por elas

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

existem não apenas aquelas ligadas à proteção dos recursos hídricos, manutenção da morfologia do rio, mas também à retenção de sedimentos e nutrientes, proteção contra inundações e regulação da temperatura da água.

O sistema de raízes da vegetação ciliar, além de dificultar o cisalhamento do solo, forma uma rede de canais que permitem a interação da vazão com a margem, ou seja, a água fluvial consegue percolar no solo marginal, reduzindo a taxa de erosão e permitindo, consequentemente, a estabilização da margem (DAVIDE et al., 2002).

Ademais, é importante tampão e filtro entre os terrenos mais altos e o ecossistema aquático, visto que participa do controle do ciclo de nutrientes na bacia hidrográfica. Atua na diminuição e filtragem do escoamento superficial dificultando o carreamento de sedimentos para o sistema aquático, contribuindo, dessa forma, para a manutenção da qualidade da água nas bacias hidrográficas.

Ademais, promove a integração com a superfície da água, proporcionando coberturae alimentação para peixes e outros componentes da fauna aquática. Por fim, através de suas copas, intercepta e absorve a radiação solar, contribuindo para a estabilidade térmica dos pequenos cursos d'água.

Consoante em análise, essa importante formação vegetal deve ser acompanhada com vias de preservação, podendo ser objeto de programa de recomposição de matas ciliares.

6.3. DESCARACTERIZAÇÃO DAS APPS - NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA NORMA DE FORMA SISTÊMICA E NÃO ISOLADA

Muito embora a lei federal tenha em seu bojo dispositivo normativo de delimitação de APP, aqui estudado, não pode ser examinado de forma isolada, mas sim de forma sistêmica, visto que a sua existência se justifica quando verificada a possibilidade de cumprimento da função a que se destina, na forma da lei.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Em verdade, é imperioso observar que, a existência da APP decorre simplesmente do fato de que, na sua ausência, serviços ambientais deixariam de ser cumpridos. Neste viés, a APP é uma faixa não apenas de proteção, como também de prestação de serviços ambientaise outros bens ambientais. Se inexistirem esses serviços e bens ambientais – que necessitariam da faixa de preservação para cumprirem suas funções ambientais, não há razão de imposição da observância dessa limitação.

Nesse segmento, nos ensina Paulo Bessa Antunes:

> Definir áreas de preservação permanente (APP) é tarefa aparentemente simples, haja vista que o Novo Código Florestal dispõe de conceito normativo específico. De fato, o art. 3º. II, define APP como: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas

Os pressupostos anteriormente referidos se constituem em matéria de legalidade e devem estar presentes na área para que ela possa ser declarada como de preservação permanente. É o que se chama de função ambiental desempenhada pela área.

Tal entendimento está resguardado nas disposições legais da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro, ao determinar que ao aplicador da norma deve-se levar em consideração os fins sociais das regras e princípios.

Para tanto, a aplicação do supramencionado art. 4º em áreas urbanas perpassa por uma precedente inafastável que é a de saber se, de fato, a área cogitada preenche, simultaneamente, os requisitos arrolados.

Na forma da Lei Complementar 01/2007, nos artigos da Lei Federal do Código Florestal e da Constituição do Estado da Bahia, caberá ao órgão licenciador da atividade, no caso concreto, identificar a existência ou não da APP, no âmbito dos procedimentos de

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

licenciamento ambiental, mediante parecer técnico fundamentado, e indicar se a função ambiental tratada pelo inciso II do art. 3º. do Novo Código Florestal existe ou não no caso concreto. Também é essa a conclusão de Yara Maria Gomide Gouveia:

> Evidentemente, considerando as disposições do Código Florestal, há uma presunção legal de que as faixas ou locais que se constituem em Áreas de Preservação Permanente elencadas em seu art. 4º, se destinam a garantir o cumprimento da função ambiental estabelecida. Entretanto, a partir da inclusão da definição de função a que se destinaa APP na lei florestal, seu objetivo não pode mais ser ignorado. É princípio elementar de hermenêutica que a lei não contém nela palavras desnecessárias e que não se interpreta isoladamente os dispositivos de uma norma legal.

Portanto, avançando em nossa análise, deve-se verificar se a área analisada, a que se pretende proteger, é marginal a um curso d'água natural, intermitente ou perene, com função ambiental, devendo ser levados em consideração diversos fatores a serem examinados, tal como as interferências humanas existentes, até mesmo a função social a que se destina, os possíveis benefícios de um novo empreendimento trazidos à área, econômico social e por que não ambiental.

6.4. DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÕES DE INTERVENÇÃO EM APP

O Município de Jequié tem competência para editar normas que levem em consideração a cidade existente, podendo dispor diferentemente com relação à matéria, desde que atenda aos dispositivos constitucionais e o ordenamento jurídico urbano-ambiental vigente, visando à preservação do meio ambiente e à execução da política urbana, conformeo Estatuto da Cidade.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Ultrapassada a definição, cabe delinear as competências dos entes federativos para emissão da supressão suplicada e, para tanto, cumpre mencionar que a legislação ambiental separa as hipóteses de intervenção e supressão nestas áreas protegidas.

O Código Florestal de 2012, por sua vez, não prevê dispositivo correspondente sobre as definições de competências, na medida em que o mencionado art. 8º omite tais informações.

Na vigência do Código Florestal anterior, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) expediu a Resolução nº. 369/2006 sobre o assunto, delimitando as competências aos entes federativos.

Em que pese posicionamentos distintos, partilho o entendimento que a Resolução CONAMA 369/2006 encontra-se sem efeitos, sendo que o regime jurídico de autorização para fins de intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente, nos casos de interesse social, utilidade pública e baixo impacto ambiental, encontra-se integralmente inserido na Lei 12.651/2012.

Para a situação descrita, a qual trata-se do uso alternativo do solo em APP, o mesmo diploma legal definiu a competência municipal para a concessão da intervenção, exclusivamente em área urbana.

Portanto, como a área de intervenção requerida é localizada no endereço na Avenida Humberto Alencar Castelo Branco, centro, e na forma da Lei Municipal, está a mesma situada dentro do perímetro urbano, fixando, portanto, a competência do órgão ambiental municipala concessão de autorização para a referida intervenção suplicada, conforme regulamentação municipal, baseada no trâmite legal do licenciamento e ouvido o conselho de meio ambiente municipal.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

7. MEDIDAS MITIGADORAS DOS IMPACTOS

Como medidas mitigadoras para intervenção na APP, caberá a empresa fazer uso de construções de baixo impacto como o uso de um tipo de pisos drenantes e/ou intercalado com gramíneas para o tráfego interno dos automóveis.

Apenas uma parcela do solo será impermeabilizada para o estacionamento e tráfego de veículos, com uso de drenagens para a calha do rio. Estas medidas alternativas de intervenção nos limites do empreendimento que estará inserido por completo dentro da faixa da APP de 15 m, deixando uma faixa não edificável, contemplando o mínimo impacto para a APP do rio (Figura 19).

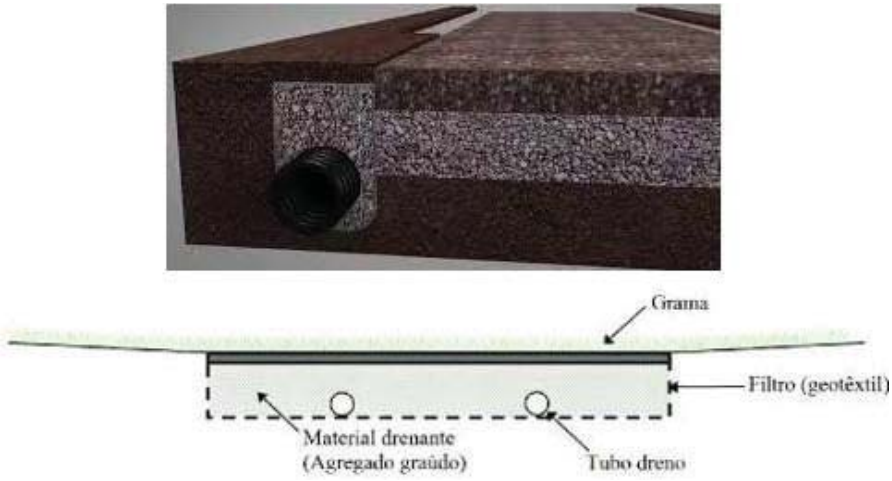


Figura 19. Tipo de estrutura drenante a ser usado no empreendimento.

Os pisos drenantes feitos de concreto e fibras naturais normalmente são encontrados em placas pré-moldadas, sendo muito resistentes e possuindo um ótimo custo-benefício. Este tipo de piso absorve até 90% da água sobre sua superfície.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F



Figura 20. Tipos de pisos drenantes e intercalados com grama.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS DOS IMPACTOS

O empreendimento interventor é obrigado a desenvolver na sua política ambiental medidas de compensação pela ocupação da faixa de APP de 15 m, que conforme exposto, de baixo impacto ambiental.

No caso da área de estudo, grande parte da vegetação existente será suprimida, devido ao método construtivo de terraplanagem e adequação da área. Caberá ao empreendedor elaborar um projeto de restauração da faixa de APP oposta, como também em área contínua (antes e depois) ao empreendimento, dentro de um entendimento da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, proporcionando com isso, resultados significativos de conservação, visto a atual situação antropizada.

Já existe um entendimento em algumas promotorias dos estados como é o caso do MP/SC em propor medidas de compensação ambiental em TAC´s como preconizado no ASSENTO N. 001/2013/CSMP:

Estabelece critérios para a estipulação de medidas compensatórias em compromissos de ajustamento de conduta firmados pelo Ministério Público.

No Art. 2º Consideram-se medidas compensatórias para fins deste Assento as seguintes modalidades:

a) MEDIDA DE COMPENSAÇÃO RESTAURATÓRIA:
corresponde à restituição de um bem jurídico a uma condição

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

não degradada que deve ser o mais próximo possível da sua condição original;

b) MEDIDA DE COMPENSAÇÃO MITIGATÓRIA: corresponde à adoção de providências que visem à redução dos efeitos dos danos e/ou a sua prevenção e/ou precaução; e

No Art. 4º A reparação do dano obedecerá, prioritariamente, a seguinte ordem, mediante o cumprimento de obrigação de fazer, consistente na:

I - restauração do dano in natura, no próprio local e em favor do mesmo bem jurídico lesado;

II - recuperação do dano in natura, no próprio local E/OU em favor do mesmo bem jurídico lesado;

O Art. 7º da Lei Nº 12.651/2012 prevê que a vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

§ 1º Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados previstos nesta Lei.

§ 2º A obrigação prevista no § 1º tem natureza real e é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.

§ 3º No caso de supressão não autorizada de vegetação realizada após 22 de julho de 2008, é vedada a concessão de novas autorizações de supressão de vegetação enquanto não cumpridas as obrigações previstas no § 1º.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

9. CONCLUSÃO

Conforme acima exposto, infere-se as seguintes conclusões:

De certo que nossa Constituição Federal consagrou o meio ambiente ecologicamente sadio, como preceito fundamental. Diante da necessidade que urge de estacionamento público face a ampliação do mercado municipal para atender os munícipes e comerciantes e não se encontra outro espaço nesta área para a construção, constituindo-se como única alternativa locacional para o empreendimento, conforme esta preconizado no art. 3º, XI, g do NCF "outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo federal" e "outras ações ou atividades similares, reconhecidas como eventuais e de baixo impacto ambiental em ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) ou dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente" (artigo 4º, X).

A intervenção em APP para a construção de um estacionamento público dentro de padrões não invasivos, situa-se dentro das hipóteses legais autorizadoras, enquadrando-se como de atividade de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental fixados de acordo com o art, 8º do Novo Código Florestal Lei nº 12.651/12.

A recente lei vigente 14.285/2021 que altera e reforça a aplicação do art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que estabelece faixa de 15m para área de APP urbana consolidada e dá poder ao município através de lei municipal a definir faixas marginais, ouvido o conselho municipal de meio ambiente e outras diretrizes previstas no art 3º e 4º,6º e 8º do NCF.

O Município de Jequié tem competência para editar normas que levem em consideração a realidade da cidade existente, podendo dispor diferentemente com relação à matéria, desde que atenda aos dispositivos constitucionais e o ordenamento jurídico urbano-

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

ambiental vigente, visando à preservação do meio ambiente e à execução da política urbana, conforme o plano diretor vigente da Cidade.

Ademais, através de seu órgão ambiental especializado, é competente para a concessão da referida autorização, nos termos das normas municipais.

Entende-se que a norma mais protetiva deve ser sempre vista como regulamentadora das tomadas de decisões no que tange as questões ambientais.

Entretanto, diante de toda fundamentação técnica ambiental dos documentos que acompanham e lastrearam a presente fundamentação jurídica do parecer, tornou-se possível dimensionar as interferências do empreendimento na área de pretensão.

Desta feita, entendemos ser possível ao órgão ambiental exarar decisões fundamentadas nos casos em que estiver descaracterizada a APP, afastando a incidência da norma mais restritiva, como explicado no corpo deste parecer.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBIOVERDE. LARCO PETROLEO. Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA),Jequié – Bahia, fevereiro /2019.

AMBIOVERDE & PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ. Diagnóstico Ambiental e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas da Prainha de Lomanto. Jequié – Bahia, Setembro/2017.

ANTUNES, Paulo Bessa. Comentários ao Novo Código Florestal. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Riscos. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/7511-riscos>. Acesso em 07 de novembro de 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei 11.105, de 24 de março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e Vdo § 1o do art. 225 da Constituição Federal Brasília, DF, 28 de Março de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11105.htm>. Acesso em: 31 de outubro de 2022.

BAHIA, (Estado da) – **Decreto nº 7.967** de 05 de junho de 2001, Regulamenta a Política Estadual de Administração de Recursos Ambientais Salvador, 2001.

BRASIL. **Código Florestal**. Lei nº 12.651/12. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASL. Lei de Crimes Ambientais. Lei 9.605/98. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 14.285, de 29 de dezembro de 2021. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14285.htm. Acesso em: 09 de novembro de 2022.

CARIBÉ, Karla Virgínia Bezerra. Área de Preservação Permanente - APP em Reservatórios d'água artificiais após o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). In: **Âmbito Jurídico**,

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Rio Grande, XVI, n. 116, set 2013. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13671> Acesso em: 25 de novembro de 2022.

CANIL, KÁTIA, VASCONCELOS, MARIA MARTA T.. Diagnóstico de Processos Erosivos e Diretrizes para Recuperação de Área Degradada, bacia do Córrego Pau d' Alho, Município de Piracicaba, SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA DE ENGENHARIA E AMBIENTAL, 10º, 2002, Ouro Preto MG, **ANAIS**, Ouro Preto, MG, 2002, Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental – ABGE, 2002. p 1-10

Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). **Resoluções**, n. 302. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_2002_302.pdf. >. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

MAGALHÃES, P.S.; Gomes, A. S.; Souza, C. M. P.; Fernandes, E.S. **Análise Fisiográfica da Sub-Bacia de Transição do Rio das Contas, Bahia, Brasil**. REDE - Revista Eletrônica do Prodema, v.8, n.1, p. 26-45, abr. 2014, Fortaleza, Brasil. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/275584651>. Acesso: em 21 de novembro de 2022.

PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JÚNIOR, A. **Meio Ambiente, Direito e Cidadania: Uma Interação Necessária**. In Meio Ambiente, Direito e Cidadania. Philippi Jr et al. Editores. – São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, Faculdade de Direito, Faculdade de arquitetura e Urbanismo, Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora, 2002.

RODRIGUES, Ricardo Ribeiro. Leitão Filho, Hermógenes de Freitas. **Matas Ciliares: Conservação e Recuperação.** Edusp. São Paulo, 2000.

SANTOS, ROZELY F. dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática.** São Paulo: Oficina de Textos, 2004

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
GABINETE DO PREFEITO

ESTUDO SOCIOAMBIENTAL DA APP URBANA DO RIOJEQUIEZINHO

MOTA CONSULTORIA AMBIENTAL EIRELI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ

ESTUDO SOCIOAMBIENTAL DA APP URBANA DO RIO JEQUIEZINHO

Análise da Legislação Ambiental para construção do Estacionamento do CEAVIG

JEQUIÉ - BAHIA
FEVEREIRO/2023

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ

ESTUDO SOCIOAMBIENTAL DA APP URBANA DO RIO JEQUIEZINHO

Análise da Legislação Ambiental para construção do Estacionamento do CEAVIG

JEQUIÉ - BAHIA
FEVEREIRO/2023

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SUMÁRIO

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO 5
1. IDENTIFICAÇÃO 6
1.1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR 6
1.2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO 6
1.3. IDENTIFICAÇÃO DA CONSULTORIA RESPONSÁVEL PELO ESTUDO 6
2. LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO 7
3. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO 7
4. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL 10
A. MEIO FÍSICO 10
I.1.1 GEOLOGIA LOCAL 10
I.1.2 GEOMORFOLOGIA 11
I.1.3 CLIMA 14
I.1.4 HIDROLOGIA E QUALIDADE DAS ÁGUAS 15
I.1.5 SOLOS 24
B. MEIO BIÓTICO 28
I.1.6 FLORA 28
I.1.7 METODOLOGIA 28
I.1.8 CARACTERIZAÇÃO DA VEGETAÇÃO REGIONAL 28
I.1.9 CARACTERIZAÇÃO DA VEGETAÇÃO LOCAL 29
I.1.10 CARACTERIZAÇÃO DA FAUNA 36
I.1.11 MAMÍFEROS TERRESTRES 37
I.1.12 ESPÉCIES AMEAÇADAS, RARAS, ENDÊMICAS DA AII 39
6.3.1. FAUNA DOMÉSTICA OU SINANTRÓPICA 41
I.1.13 FAUNA DE INTERESSE ECOLÓGICO 41
I.1.14 ESPÉCIES CINEGÉTICAS 42
I.1.15 ESPÉCIES DE INTERESSE CIENTÍFICO OU DE RISCO EPIDEMIOLÓGICO 43
I.1.16 AVIFAUNA 44
I.1.17 LISTA GERAL 46

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

I.1.18 HERPERTOFAUNA 53
I.1.19 LISTA GERAL 54
I.1.20 METODOLOGIA 64
I.1.21 METODOLOGIA DE AMOSTRAGEM PARA HERPETOFAUNA 67
I.1.22 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS 68
I.1.23 RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO DA AVIFAUNA 70
I.1.24 RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO DA HERPETOFAUNA 81
c. MEIO SÓCIO-ECONÔMICO 87
5. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICADA A ZONA URBANA DO RIO JEQUIEZINHO 102
6. CARACTERÍSTICA DO BEM A SER PROTEGIDO 117
6.1. CURSO D'ÁGUA NATURAL, PERENE E INTERMITENTE 117
6.2. A FUNÇÃO AMBIENTAL DA FAIXA DE PROTEÇÃO 118
6.3. DESCARACTERIZAÇÃO DAS APPS - NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA NORMA DE FORMA SISTÊMICA E NÃO ISOLADA 121
6.4. DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÕES DE INTERVENÇÃO EM APP 123
7. MEDIDAS MITIGADORAS DOS IMPACTOS 124
8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS DOS IMPACTOS 126
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS 127
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 130
11. ANEXO – ART´S 135

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

BRUNO MEIRA GOMES:05496298580

Assinado de forma digital porBRUNO MEIRA GOMES:05496298580
Dados: 2023.02.08 14:55:16 -03'00'

Bruno Meira Gomes Engenheiro Florestal e Segurança do TrabalhoEspecialista em Gestão e Educação Ambiental

CREA-BA nº 051562690-0 - CTF/IBAMA nº 6819046

Assinado de forma digitalpor GILVAN MOTA DE SOUZA:41249330530

GILVAN MOTA DE SOUZA:41249330530Dados: 2023.02.08 15:06:13 -03'00'

Gilvan Mota de Souza Biólogo Ms. Especialista em Recuperação de Áreas Degradadas Ms.em Ecologia e Biomonitoramento

CRBio nº 11.695-08-D - CTF /IBAMA nº 5642913

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

Razão Social: MUNICÍPIO DE JEQUIÉ

Nome Fantasia: PREFEITURA DE JEQUIÉ

CNPJ: 13.894.878/0001-60

Endereço: Praça Duque de Caxias, s/nº110, CEP: 45.206-100, Jequiezinho, Jequié-BA

CNAE: CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

84.11-6-0 – Administração Púbica em Geral

1.2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Denominação: ESTACIONAMENTO CEAVIG

Endereço: Avenida Castelo Branco, s/nº, CEP: 45208065, Centro, Jequié-BA

1.3. IDENTIFICAÇÃO DA CONSULTORIA RESPONSÁVEL PELO ESTUDO

Razão Social: MOTA CONSULTORIA AMBIENTAL EIRELI

CNPJ: 22.474.403/0001-05 **CREA-BA:**001002602-9 **CTF:**6819336

Endereço: Rua João Braga (anexo Rua Juca Rebouças), Jequiezinho, nº463b, CEP: 45.208-201, Jequié-BA

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

2. LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A área que proposta para a construção do estacionamento, localiza-se na margem direita do Rio Jequiezinho, na faixa de preservação permanente, configurada em zona urbana consolidada. O acesso se dá pela Avenida Castelo Branco, conforme mapa de localização exposto na figura 1 (13°51'44.54'' S; 40°04'37.07'' O).

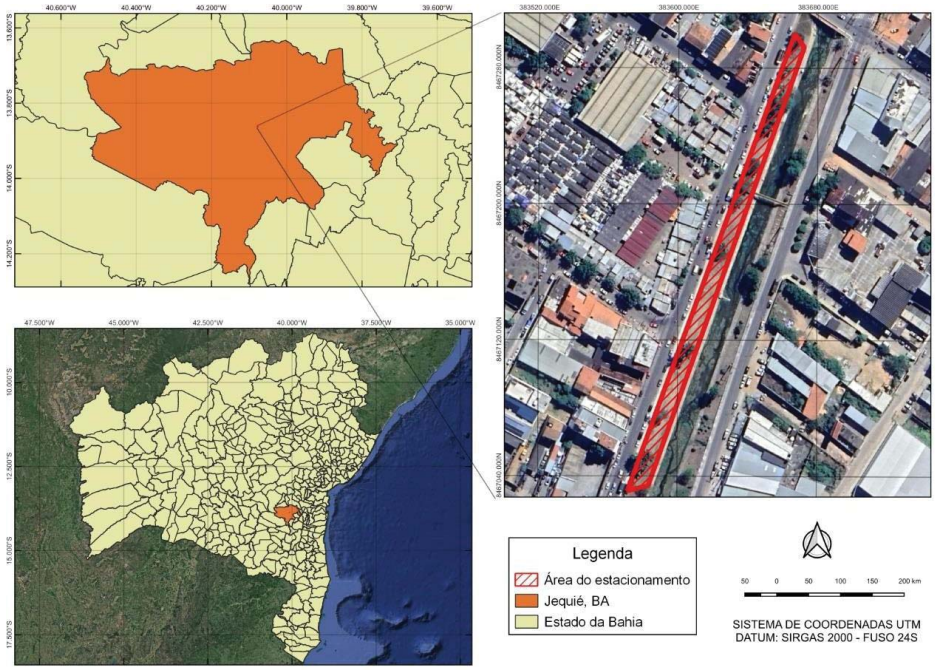


Figura 1. Localização do futuro empreendimento. Fonte: AmbioVerde.

3. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A área do empreendimento está inserida na Macrozona de qualificação, Centro Tradicional Municipal – correspondente a Concentrações de Usos Não Residenciais – de acordo com anexo III, planta 01 da Lei Complementar N°002/07.

A construção do estacionamento, objeto desse estudo, contempla a utilização da área de preservação permanente (APP) do Rio Jequiezinho (sua margem direita) na Avenida

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Castelo Branco, para atender as necessidades do Centro de Abastecimento Vicente Grilo na cidade de Jequié (Figura 2).



Figura 2. Área de construção do estacionamento (margem direita). Fonte: Prefeitura Municipal de Jequié (2021).

Os serviços, objeto deste certame, deverão ser executados conforme as especificações e demais do edital modalidade: tomada de preços nº 009/2022, processo administrativo nº 291/2022, licitado pela Prefeitura Municipal de Jequié.

Ocorre que, para a instalação do estacionamento, serão implementadas 59 vagas para automóveis, o que implicará na utilização de toda a faixa de APP da margem direita do Rio Jequiezinho, abrangendo aproximadamente a área total de 2.700 m², com uma extensão de 290 m por 15 m de largura, compreendendo as coordenadas geográficas estabelecidas do pontos A (383561.27 m E; 8467004.10 m S), B (383574.61 m E, 8466997.49 m S), C (383685.28 m E, 8467304.47 m S), D (383671.21 m E, 8467312.14 m S) (Figura 3).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 3. Área de construção do estacionamento (margem direita). Fonte: Google Earth (2023).

É sabido que a APP da margem do curso d'água do Rio Jequiezinho é protegida pelas legislações: Código Florestal – Lei nº 12.651/2012, Lei municipal – Lei Complementar do Município de Jequié, nº 003/2007, além de considerar também as leis urbanísticas Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e, Municipal Lei Complementar nº 002/2007 (Figura 4).

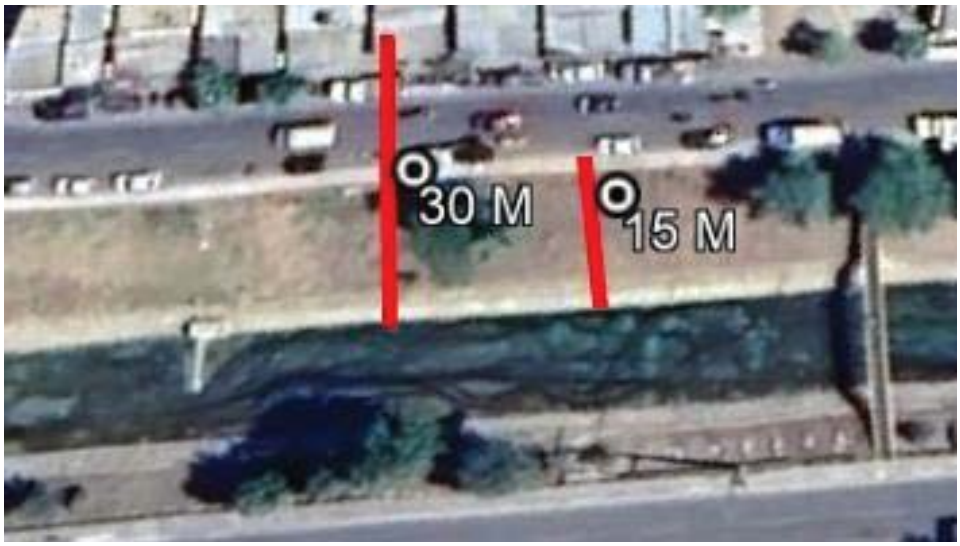


Figura 4. Detalhe da distância de 30 m no limite norte da APP de acordo com o Código Florestal vigente, sendo 15 m de solo exposto e 15 m de ocupação por infraestrutura. Fonte: Google Earth.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Entretanto, pelo fato de o poder público não encontrar outra alternativa locacional no raio de influência do Centro de Abastecimento Vicente Grilo (CEAVIG) que viabilize o empreendimento, essa análise ambiental se faz necessário perante as intervenções propostas nessa área urbana consolidada (Figura 5).

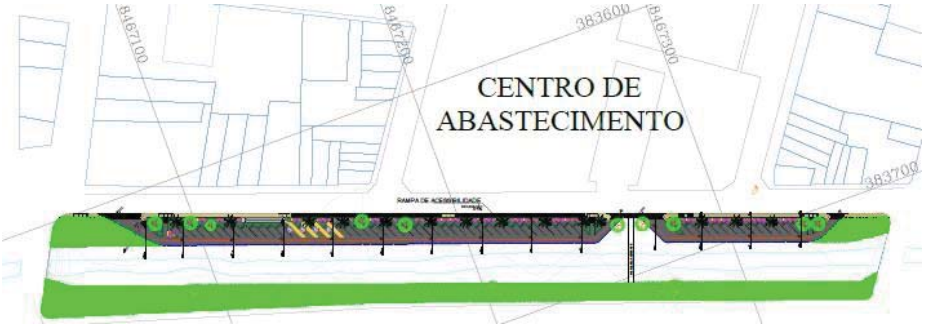


Figura 5. Planta do empreendimento e intervenção na APP do Rio Jequiezinho. Fonte: Prefeitura Municipal de Jequié (2022).

4. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

a. MEIO FÍSICO

I.1.1 GEOLOGIA LOCAL

De acordo com PEDREIRA *et al.* (1975), a geologia local é composta por Biotita- Gnaisses, Depósitos eluvionares e coluvionares, Depósitos fluviais, Gnaisses, ortognaisses charnockíticos a enderbitico, calcarismo normal, com enclaves de rochas metamórfica granulítica gnaisse quarto-feldpáticos e restos de rochas supracrustais.

A inventariação dos locais de interesse geológico decorre em simultâneo com a cartografia geológica regional (FERREIRA *et al.,* 2003).

Neste sentido, a caracterização geológica determina a composição mineralógica e a estrutura dos afloramentos rochosos, que se faz relevante para a conservação de áreas naturalmente frágeis, tais como regiões propícias à movimentos de massa, e por possibilitar a análise dos elementos que condicionam a formação dos atrativos naturais (SÁ *et al.,* 2018).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

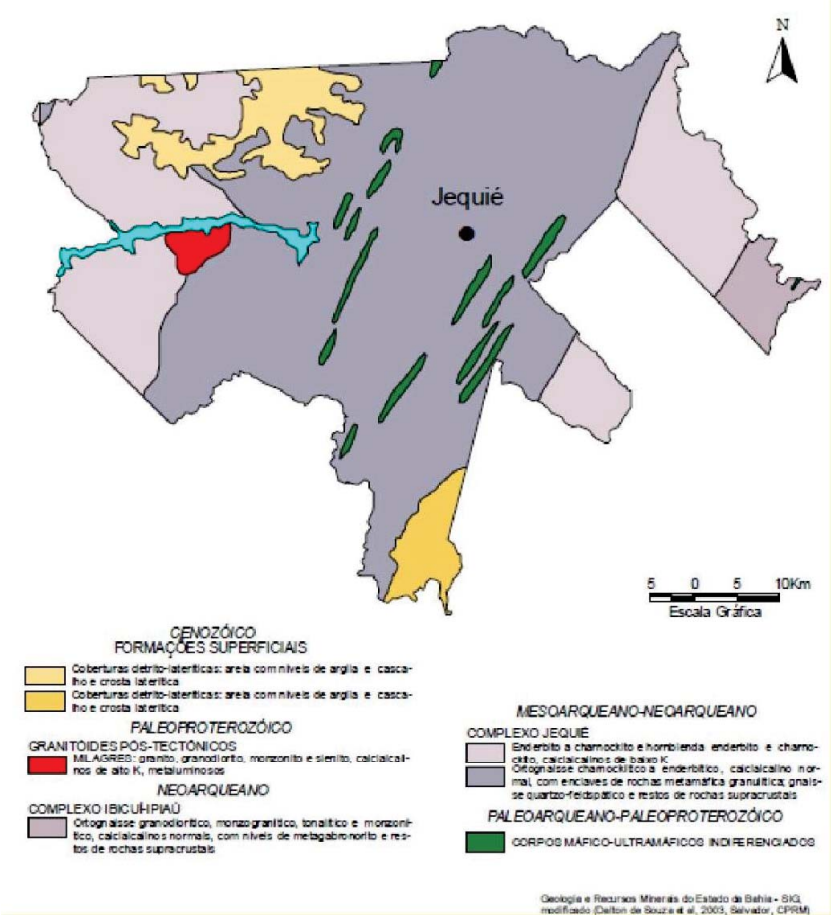


Figura 6. Recorte mapa geológico do município de Jequié-BA. Fonte: Secretaria da Indústria,Comércio e Mineração Governo da Bahia.

I.1.2 GEOMORFOLOGIA

A área de estudo está dentro da unidade geomorfológica Patamares do Médio Rio das Contas. Estes patamares representam um rebaixamento topográfico do Planalto Baiano provocado pela faixa do vale do Rio de Contas que subdivide o Planalto Baiano em dois: Planalto de Maracás, a norte, e o Planalto de Conquista, a sul.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Os patamares do Médio Rio das Contas transacionam para as Serras Marginais e representam uma superfície com cotas dominantes variando em torno de 157 a 950 m de altitude, caracterizados por relevos dissecados bastante uniformes, compondo sucessões de amplas lombadas e colinas baixas. Em toda a área do estudo identifica-se um relevo com variações de cotas altimétricas (Figura 7).

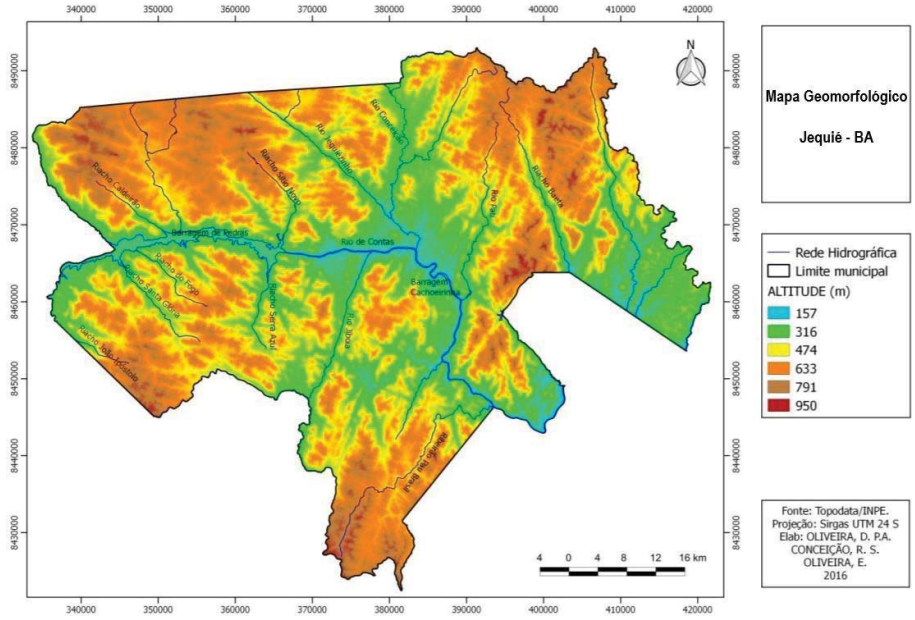


Figura 7. Mapa geomorfológico e altimetria do município de Jequié.

A área de estudo está em uma área suavemente plana e possui altitude entre 202 m noanel viário e 184 m na foz do rio de Contas (Figura 8).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

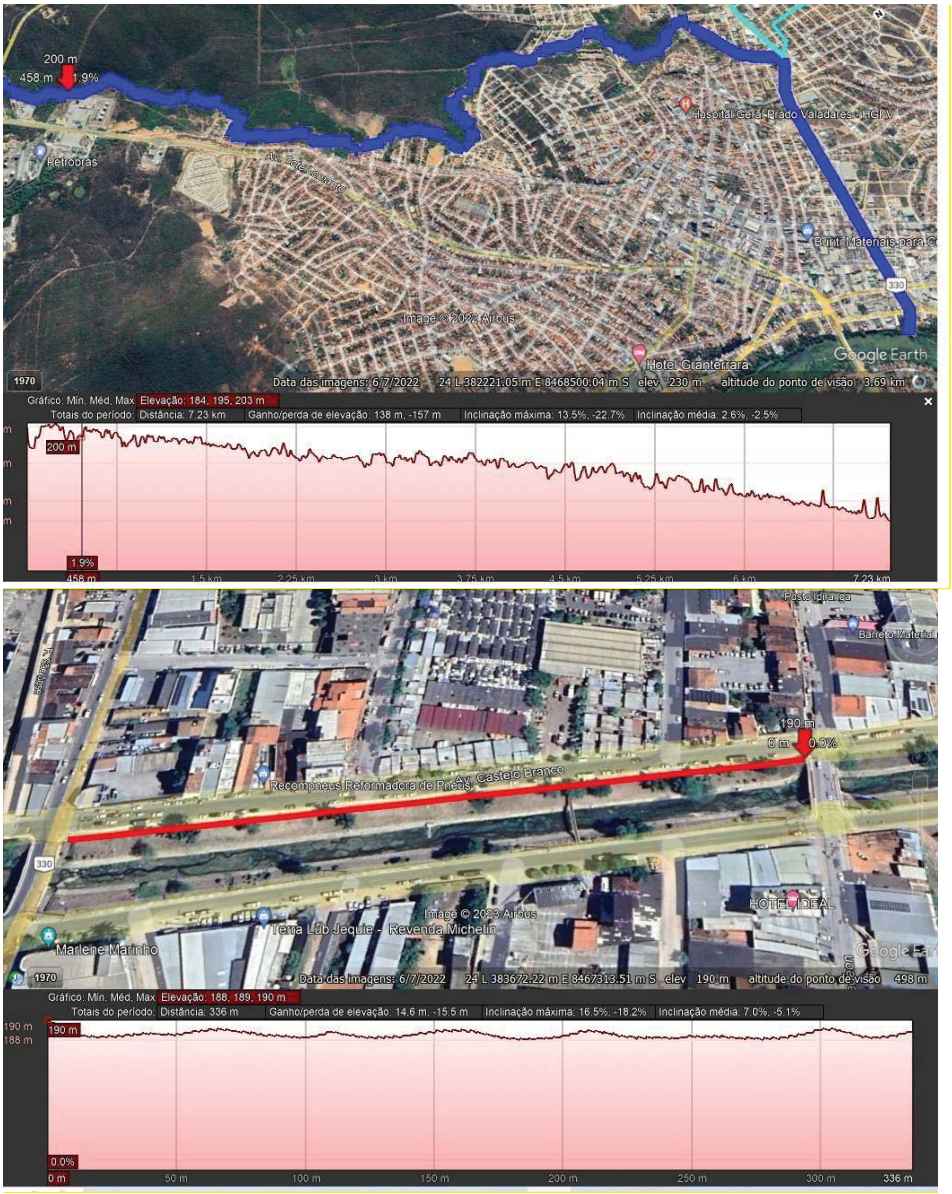


Figura 8. Mapa geomorfológico e altimetria da parte urbana (acima) e área de estudo (abaixo). Fonte: Adaptado Google Earth Pro.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

I.1.3 CLIMA

O município de Jequié encontra-se inserido no Polígono das Secas, onde regionalmente ocorrem os tipos climáticos Aw tropical da classificação de Köppen, caracterizados por temperaturas elevadas, com média é de 23.3 °C. As precipitações pluviométricas são escassas e mal distribuídas e possui alta taxa de evapotranspiração. Localmente, predomina o tipo Aw, tropical quente-úmido, tipo savana, com cinco meses secos e chuvas de inverno (julho) e verão (novembro a abril).

As precipitações pluviométricas raramente ultrapassam os 703 mm/ano, predominando médias anuais entre 500 e 703 mm, com máximas mensais quase sempre emmarço e novembro. O mês mais seco é setembro com 25 mm. Em dezembro cai a maioria daprecipitação, com uma média de 102 mm (Figura 9).

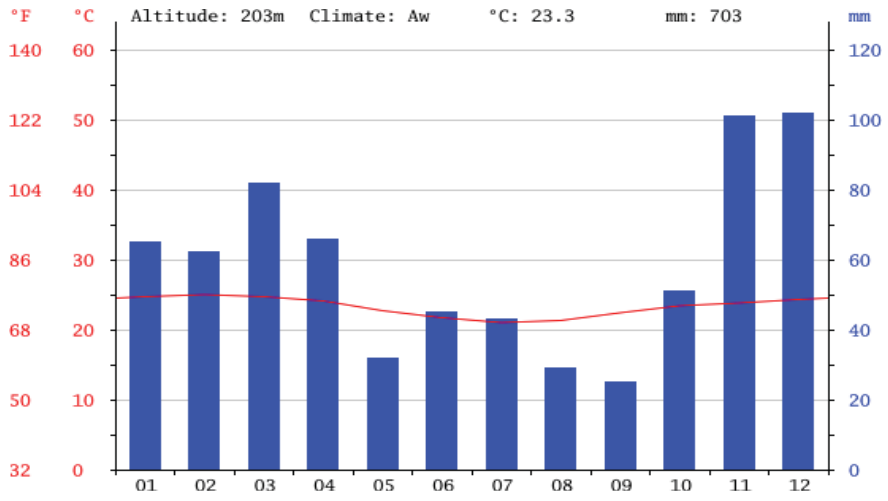


Figura 9. Dados mensais de precipitação da cidade de Jequié. Fonte: http://pt.climate-data.org/location/4465/.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

I.1.4 HIDROLOGIA E QUALIDADE DAS ÁGUAS

A área do empreendimento está localizado dentro da microbacia hidrográfica do Rio Jequiezinho que faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio de Contas, que integra a Região de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA): VIII- Rio de Contas.

Essa bacia origina-se nas nascentes do rio Jequiezinho, localizada em uma altitude de aproximadamente 800 m (município de Maracás), e atinge o seu patamar mais baixo nas imediações do município de Jequié, onde desemboca na margem esquerda do rio de Contas.O riacho Conceição tem as suas nascentes no município de Lajedo do Tabocal e possui umcurso de 47,71 km até desembocar no rio Pati. O Pati, por sua vez, nasce no município deItiruçu e possui 20,72 km de extensão. O rio Jequiezinho, após estender-se por 58,23 km,tem sua confluência com o riacho Conceição e o rio Pati na zona rural do município de Jequié.O rio Jequiezinho desemboca no rio de Contas após atravessar a parte urbana de Jequié, sendo que, neste trecho, possui uma vazão perene e encontra-se retificado ecanalizado, apresentando-se bastante impactado pela urbanização e consequente aporte de esgotos domésticos.

A Bacia Hidrográfica do Rio Jequiezinho (BHRJ) está situada no sudoeste da Bahia entre as coordenadas 13º 40" e 13º 50" S e 40º 17 e 40º 06" WGr. A sua área de drenagem éde 1.339 km e apresenta um perímetro de 211,61 km, abrangendo os municípios de Maracás, Lajedo do Tabocal, Itiruçu, Lafaiete Coutinho e Jequié. A figura 10 apresenta os limites da BHRJ e sua rede de drenagem.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

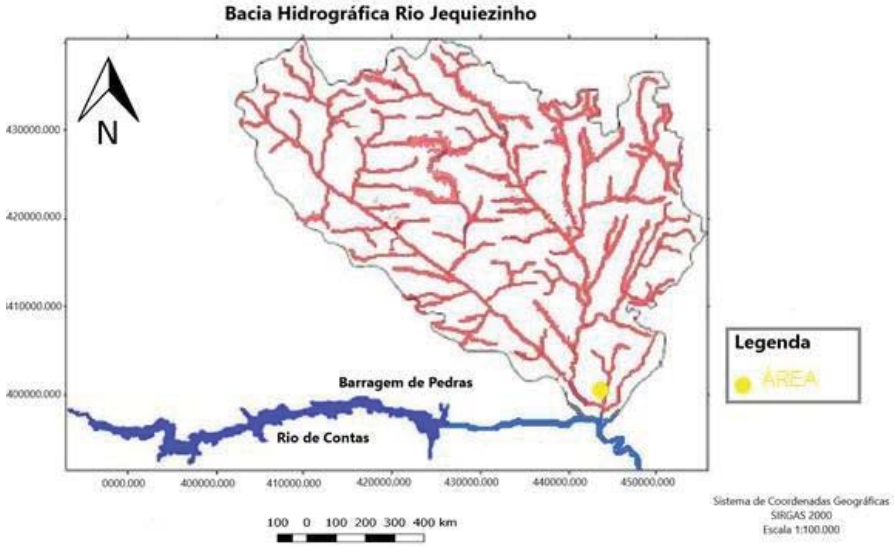


Figura 10. Bacia hidrográfica do Rio Jequiezinho com indicação da área de estudo.

O rio Jequiezinho tem suas nascentes localizadas em uma altitude de aproximadamente 800 m (município de Maracás), e atinge o seu patamar mais baixo nas imediações do município de Jequié, onde desemboca na margem esquerda do rio de Contas. Na zona urbana, recebe contribuição do riacho Conceição que tem as suas nascentes no município de Lajedo do Tabocal e possui um curso de 47,71 km até desembocar no rio Pati. O Pati, por sua vez, nasce no município de Itiruçu e possui 20,72 km de extensão. Após estender-se por 58,23 km, tem sua confluência com o riacho Conceição e o rio Pati na zona rural do município de Jequié.

Após atravessar a zona urbana de Jequié pelo Distrito Industrial II (Poliduto) e de conglomerados de residências, com vazão intermitente, encontra-se mais na zona central canalizado com estrutura de paredes de pedra e concreto nas suas margens, apresentando-se bastante impactado pela urbanização e consequente aporte de esgotos domésticos e daí desemboca no rio de Contas

Em um diagnóstico da qualidade da água da bacia do rio de Contas, realizado em 2002, dos 12 pontos amostrados nesta bacia, o rio Jequiezinho foi o único a apresentar um

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

comprometimento na qualidade de suas águas, sendo que o Índice de Qualidade da Água (IQA) foi classificado como "Ruim" e "Péssimo" em duas ocasiões da amostragem (BAHIA. CRA, 2002).

No diagnóstico da qualidade da água da bacia do Rio Jequiezinho bacia (MAGALHAES E OUTROS, 2016), foram coletados e analisados parâmetros físico- químicos, sendo que os resultados para o ponto mais próximo do empreendimento localizado a montante apresentaram os seguintes dados dispostos na Tabela 1.

Tabela 1. Variáveis físicas e químicas da água amostrado no ponto distante do empreendimento, na ponte sobre o Rio Jequiezinho no anel viário (setembro de 2002 - agosto de 2003).

	Tar	TA	pH	AT	CE	OD	Prof	MST	MSO	MSI
Média	33,0	28,8	7,6	2,4	4721,7	5,5	0,5	11,6	5,9	5,7
Des.pad	4,2	2,9	0,2	0,5	949,8	2,1	0,1	3,3	2,3	2,9
Mínimo	25,2	24,5	7,5	2,0	4270,0	6,6	0,3	5,8	3,8	2,0
Máximo	37,7	33,5	8,1	3,5	7850,0	13,5	0,6	17,4	11,2	10,8

Tar — Temperatura do Ar (ºC); TA — Temperatura da Água (*C); pH, AT —Alcalinidade (Meq.L-1); CE— Condutividade Elétrica da Água (uS.cm-1); OD -Oxigênio Dissolvido (mg.L-1); Prof. — Profundidade de Coleta (m); MST —-Material em Suspensão Total (mg.L-1); MSO — Material Orgânico em Suspensão(mg.L-1) e MSI — Material Inorgânico em Suspensão (mg.L-1). Fonte: MAGALHAES E OUTROS (2016).

Segundo o Relatório do Programa Monitora (INEMA, 2014), O resultado da análise da qualidade da água dos corpos hídricos monitorados, o Índice da qualidade da Água – IQAfoi de 39, classificado como Regular, IET de 74 e classificado como Hipereutrófico, mantendo-se em situação desfavorável quanto ao estado trófico de suas águas. Nesse caso, ocorpo d´água vem se comportando com alta produtividade algal, o que eleva as concentrações de matéria orgânica e nutrientes e compromete os múltiplos usos de suas águas, inclusive sobre as atividades pecuárias nas regiões ribeirinhas (INEMA, 2014).

De acordo com o projeto monitora, esse ponto do Rio Jequiezinho efetivamente violou parâmetros segundo a Resolução nº 357/03, sendo considerado um ponto em estado mais crítico quanto à qualidade da água e ao estado trófico. Ainda excedeu os limites formais

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

estabelecidos pela Resolução nº 357/03 quanto ao nitrogênio amoniacal e ao fósforo total, oxigênio dissolvido e nitrogênio nitrato (INEMA, 2014) (Tabela 2).

Tabela 2. Variáveis físicas e químicas da água amostrado no ponto próximo do empreendimento, naponte sobre o Rio Jequiezinho na avenida João Goulart (única campanha de 2014).

Parâmetros Águas salobras, classe 1	**Padrões da Resolução nº357/05**	**Unidade**	**Rio Jequiezinho Ambiente lótico CON-JQZ-100**
1. Físico-químicos			
Alcalinidade		mg CaCO3/L	400
Condutividade		µmhos/cm	3240
Salinidade		o/o	2,2
Temperatura - campo		ºC	35
pH - campo	6,5 a 8,5		8,03
Turbidez	≤ 100,0	NTU	9,8
Sólidos totais		mg/L	1922
Sólidos Dissolvidos	≤500	mg/L	1794
Sólidos Suspensos		mg/L	28
Oxigênio dissolvido	≥ 5,0		3,25
DBO	≤ 5,0	mg DBO/L	6
DQO		mg O2/L	77,3
2. Nutrientes			
Nitrogênio totaL		mg N/L	21
Nitrogênio Amoniacal	3,7 para pH ≤ 7,5 2,0 para 7,5 < pH ≤ 8,0 1,0 para 8,0 < pH ≤ 8,5 0,5 para pH > 8,5	≤0,40	12,3
Nitrogênio Nitrato	≤10	≤0,40	6
Fósforo total	≤ 0,03 (Lêntico)	≤ 0,124	1,26
≤ 0,1 (Lótico)			
3. Biológicos			
Coliformes termotolerantes		NMP/100mL	>1,6X104
Clorofila a	≤ 30	µg/L	20,3

Fonte: INEMA, Programa Monitora, 2014.

Os rios que compõem a BHRJ são de caráter temporário, ou seja, no período de chuvas, eles apresentam deflúvio, e no período de seca, o volume das águas diminui e eles secam, com exceção de um trecho do rio Jequiezinho, que se encontra próximo à sua desembocadura e é perene.

A BHRJ é composta por rios intermitentes, dentre os quais o Jequiezinho, o Patí e o rio Conceição são seus principais afluentes. Atividades antrópicas (queimadas, irrigação, uso doméstico, degradação da mata ciliar e assoreamento) são frequentemente desenvolvidas no

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

entorno destes sistemas aquáticos, sendo responsáveis por alterar as características físicas e químicas da água.

Esses sistemas são altamente biodiversos e mantêm flora e fauna aquáticas específicas. Neles encontram-se macroalgas e todos os tipos funcionais de macrófitas aquáticas (emersas, submersas, submersas com folhas flutuantes e flutuantes). A fauna compreende peixes, anfíbios, larvas de dípteros, coleópteros, gastrópodes, odonatas, ostrácodes, cladóceros, copépodes e rotíferos.



Figura 11. Rede hidrográfica da zona urbana do Rio Jequiezinho: Azul claro – afluente temporário / Azul escuro – Rio Jequiezinho. Fonte: Adaptado Google Earth Pro.

O Rio Jequiezinho após adentrar o trecho urbano da cidade Jequié pelo Distrito Industrial II (Poliduto), existe um trecho ainda conservado com mata ciliar, depois segue por um longo conglomerado de residências até chegar a faixa com lastro de pedras e concreto em ambas as margens na região central (Avenida Cesar Borges e Castelo Branco) e desemboca no Rio das Contas, ainda na zona urbana.

Dentre os principais impactos ocorrentes no rio Jequiezinho, destacam-se desmatamento, assoreamento, disposição de resíduos sólidos urbanos, esgoto doméstico e intervenções em alguns trechos para passagens de veículos e pessoas (Figura 12 a 15).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 12. APP do Rio Jequiezinho na área do centro industrial II (Poliduto): Anel viário (acima) e fundo da Larco e Raizen (abaixo). Fonte: AmbioVerde 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 13. APP do Rio Jequiezinho conservada na área próximo à Avenida Nazaré. Fonte:AmbioVerde 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 14. APP do Rio Jequiezinho em um conglomerado urbano (Barro Preto), onde ocorre Lançamento de resíduos sólidos e despejo de águas de galerias(acima) e Criação de animais - período seco(abaixo). Fonte: AmbioVerde 2019.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 15. APP do Rio Jequiezinho entre a ponte do São Judas Tadeu, Raio de Luz e o Beta Ville.Fonte: AmbioVerde 2022.

Próximo à área do empreendimento, a faixa de APP possui largura em torno de 15 m,estando antropizada com vegetação exótica e de arborização urbana esparsa (Figura 16).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 16. Canal do Rio Jequiezinho (futura área do estacionamento na margem direita) no período chuvoso (acima) em dezembro/2021 (Fonte: PS Drone) e com obras de limpeza no período seco (abaixo). Fonte: Drone Solução Filmes.

I.1.5 SOLOS

A classificação de solo do município é diversificada, composta por quatro domínios de solos: Argissolo (Pv - Podzólico Vermelho Amarelo e PE - Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente a Eutrófico), Latossolo Vermelho Amarelo, Neossolos Regolíticos (Regossolo)

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

e Vertissolo. O solo de maior representatividade da malha pedológica do município e encontrado na área de estudo é o Argissolo Vermelho Amarelo (PVA), antigo PodzólicoVermelho Amarelo (PV), nomenclatura utilizada pela Empresa Brasileira de Pessquisa Agropecuária – EMBRAPA (Figura 17).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ-BACNPJ
13.894.878/0001-60
ESTUDO SOCIOAMBIENTAL DA APP URBANA DO RIO JEQUIEZINHO

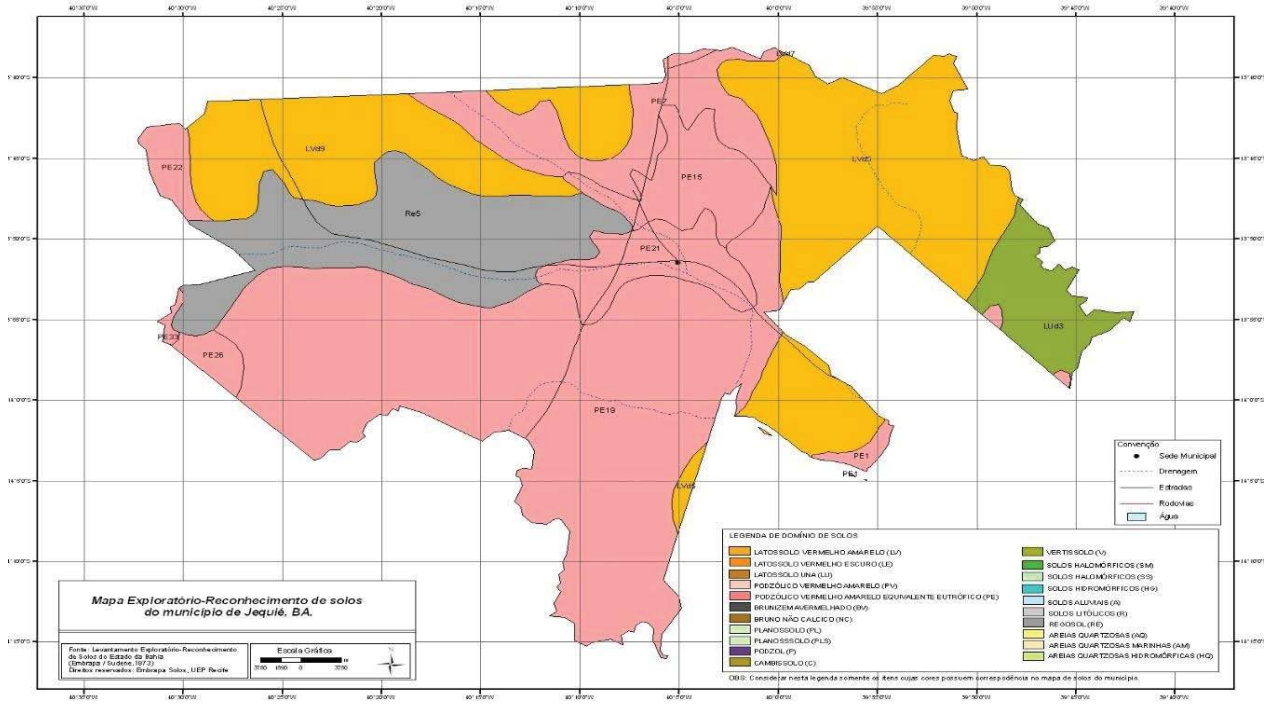


Figura 17. Mapa exploratório de solos Jequié-BA. Fonte: EMBRAPA/Sudene.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Os Argissolos Vermelho-Amarelos (PVA), desenvolvidos do Grupo Barreiras de rochas cristalinas ou sob influência destas, são solos minerais, não-hidromórficos, com horizonte A ou E (horizonte de perda de argila, ferro ou matéria orgânica, de coloração clara)seguido de horizonte B textural (Bt), com nítida diferença entre os horizontes, com cores vermelho-amareladas devido à presença da mistura dos óxidos de ferro hematita e goethita.

As cores destes solos situam-se principalmente no matiz 5YR com valores de 4 a 6 e croma de 6 a 8, podendo em menor frequência ocorrer cores no matiz 7,5YR com valor 4 e croma 6, com a presença ou não de mosqueados, constituindo ou não coloração variegada, com ou sem plintita e, muito raramente com a presença de horizonte fragipânico. São solos profundos e muito profundos; bem estruturados e bem drenados; com sequência de horizontes A, Bt; A, BA, Bt; A, E, Bt etc. Há predominância do horizonte superficial A do tipo moderado e proeminente, apresentam principalmente a textura média/argilosa, podendo apresentar em menor frequência a textura média/média e média/muito argilosa. Apresentam também baixa a muito baixa fertilidade natural, com reação fortemente ácida e argilas de atividade baixa (Figura 18).



Figura 18. Perfil de solo da área de estudo. Fonte: AmbioVerde 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

b. MEIO BIÓTICO

I.1.6 FLORA

I.1.7 METODOLOGIA

Para realização da caracterização da vegetação da área de influência do empreendimento, utilizou-se do mapa de vegetação do INEMA (2014) e foram realizadas visitas de campo percorrendo-se a área do entorno e área de estudo o qual teve por objetivo conhecer a flora nativa representativa do local, contribuindo assim, para conhecimento da diversidade a fim de diagnosticar o meio biótico e subsidiar o plano de recuperação da área degradada do bota-fora em estudo.

A vegetação da área de estudo foi caracterizada por meio de levantamento florístico *in loco*, onde os espécimes foram fotografados fazendo-se observações e coletas de material botânico em seu estágio fértil, contendo flores e/ou frutos e também não-férteis paraidentificação.

Foram amostrados indivíduos que constituem os estratos arbóreo, arbustivo e herbáceo, considerando que este estrato, apesar de conter muitas espécies anuais, é um estrato importante, tendo em vista que muitas das espécies arbóreas tardias dependem deste estrato por um período de suas vidas, além de ser um aporte de biomassa e proteção para o substrato.

I.1.8 CARACTERIZAÇÃO DA VEGETAÇÃO REGIONAL

A cobertura vegetal ocorrente na área de influência indireta (AII - município de Jequié) situa-se dentro de uma área de transição dos biomas Caatinga e Mata Atlântica, e corresponde às Fitofisionomias de Caatinga, de Transição Contato Caatinga-Floresta Estacional, Floresta Estacional e Áreas Antropizadas (IBGE, 1992; SEMA, 2014).

Na área de transição Caatinga-Floresta Estacional, há dominância de representantes isolados de Caatinga Arbustiva e Arbórea e Floresta Estacional (mata de cipó). A caatinga

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

ocorre em uma região que apresenta um clima bem determinado por um período seco que varia de 5 a 9 meses, estando hoje na maior parte degradada devido aos sucessivos cortes para a retirada de lenha, para a implantação de culturas de subsistência e principalmente pastagens (pecuária extensiva) que tem sido a principal atividade desenvolvida nesta região, sendo observados nas regiões anteriormente ocupados por caatinga arbustiva (IBGE,1992).

A florestal estacional decidual caracterizado na região como mata-de-cipó ocorre de maneira descontinua e em fragmentos isolados, como é verificado no mapa de vegetação do INEMA (Figura 19).

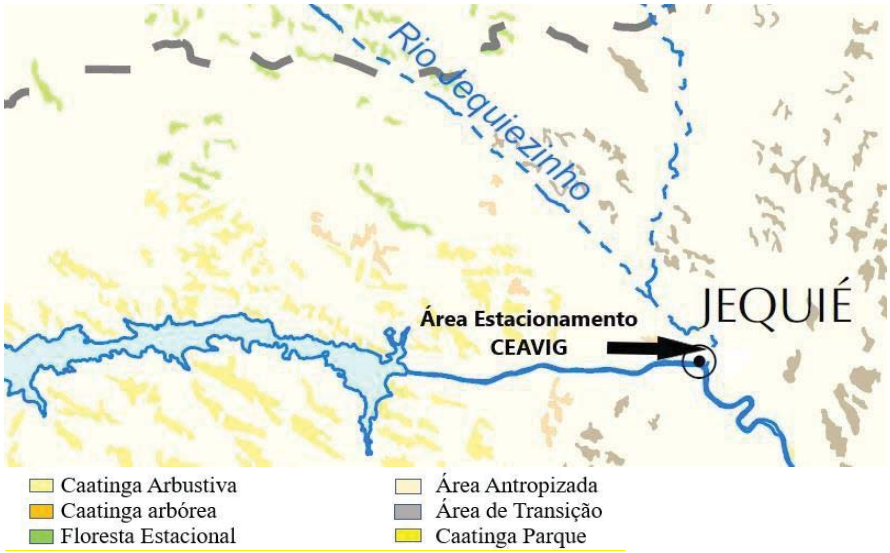


Figura 19. Mapa vegetação Jequié-BA. Fonte: Adaptado DDF - 1998 e Banco de Dados do INEMA(2014).

I.1.9 CARACTERIZAÇÃO DA VEGETAÇÃO LOCAL

Conforme levantamento fisionômico e florístico realizado na área de estudo, área diretamente afetada – ADA pelo empreendimento da foz do rio até a ponte do bairro São Judas Tadeu é de espécies arbóreas de arborização urbana composta de espécies exóticas utilizadas no paisagismo como algaroba (*Prosopis juliflora*) que comumente é colonizadorados rios da região, jenipapeiro (*Genipa americana*), palmeira imperial (*Roystonea oleracea*),

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Bounguenvillea spectabilis, fícus (*Ficus benjamina*), neem (*Azadirachta indica*) e espirradeira (*Nerium oleander*) e uma espécie nativa da mata atlântica, a sibipiruna (*Caesalpinia pluviosa* - variedade *peltophoroides*). No período chuvoso, ocorre a colonização de gramíneas nativas como grama estrela, capim de burro (*Cynodon nlemfuensis*) e exóticas como capim búfalo (*Buffel grass*) (Figura 20).



Figura 20. Vegetação da margem do Rio Jequiezinho (Trecho CEAVIG). Fonte: Prefeitura Municipal de Jequié (2021).

Na área de influência direta ao longo do rio Jequiezinho mais afastado do centro urbano, após a ponte do São Judas Tadeu, em direção ao Poliduto, a vegetação ciliar é mais preservada constituído por espécies como monzé (*Albizia polycephala*), farinha seca (*Guapira darwinii*), jurema preta (*Mimosa tenuiflora*), jurema branca (*Mimosa pteridifolia*), calumbi (*Mimosa* sp.), quiabento (*Pereskia grandifolia, Pereskia aculeata*), cansanção(*Cnidoscolus urens*), são joão (*Senna obtusifolia*), aroeira do sertão (*Myracrodruon*

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

urundeuva), braúna (*Schinopsis brasiliensis*), juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), quixabeira (*Sideroxylon obtusifolium*), juá-mirim (*Celtis iguanaea)* entre outras arbustivas (Tabela 3, Figura 21), entre outras espécies herbáceas nativas e ruderais.



Figura 21. Vegetação da margem do Rio Jequiezinho (Trecho Base da Larco/Raízen/Av. Nazaré).

Na tabela 3 apresenta-se a lista das espécies levantadas na ADA e AID doempreendimento.

Tabela 3. Levantamento florístico das espécies vegetais registradas na área do empreendimento e no entono da toda a extensão do Rio Jequiezinho na área urbana.

Família	Nome científico	Nome comum	Hábito
Acanthaceae	*Ruellia paniculata*	Azulzinha	Arb
Aizoaceae	*Sesuvium portulacastrum*	Forragem	Herb
Asteraceae	*Eremanthus glomerulatus*		Herb

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

	Eclipta alba		Herb
	Cordia trichotoma	Freijó	Arb
Anacardiaceae	*Schinopsis brasiliensis*	Braúna	Arv
	Myracrodruon urundeuva	Aroeira-do-sertão	Arv
Amaryllidaceae	*Hippeastrum* sp.	Amaralis	Herb
Apocynaceae	*Nerium oleander*	Espirradeira	Arb ex
Boraginaceae	*Cordia verbenacea*	Maria milagrosa,maria preta	Arb
Bromeliaceae	*Bromelia laciniosa*	Macambira	Herb
	Tillandsia sp.	Tilandsia	Herb
	Heliotropium L.		Herb
Cannabaceae	*Celtis iguanaea*	Juá-mirim	
Cactaceae	*Opuntia sp*	Palma	Arb
	Pereskia aculeata	Quiabento	Arb
	Pereskia grandifolia	Quiabenta	Arb
	Cereus jamacaru	Mandacaru	Arv
Celatraceae	*Maitenus sp*	Pau de colher	Arb
Cleomaceae	*Cleome hassleriana*		Arb
Commelinaceae	*Dichorisandra* sp.		Herb
	Commelina obliqua		Herb
Convolvulaceae	*Ipomoea chiliantha*	Ipomea	Trep
	Jacquemontia sp		Trep

32

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Merremia sp	Prado	Herb

Legenda: Arb- Arbusto, Arv-Árvore, Herb- Herbácea, Sub-arb- Sub-arbustiva, Palm-Palmeira, Tre-Trepadeira, Ep- Epífita, Ci- Cipó.

Tabela 3. Levantamento florístico das espécies vegetais registradas na área de entorno (continuação).

Família	Nome científico	Nome comum	Hábito
Cyperaceae	*Bulbostylis capillaries*		He
	Cyperus distans L..	Sombrinha chinesa	He
	Cyperus sp.	Tiririca	He
	Eleocharis interstincta		He
	Rhynchospora sp	Capim navalha	He
	Scleria scabra	Tiririca	He
Cucurbitaceae	*Momordica charantia*	São Caetano	Trep
	Cuscuta sp		Epi
Dioscoreaceae	*Dioscorea dodecaneura*	Dioscorea	Trep
Erythroxylaceae	*Erythroxylum* sp		Arb
Euphorbiaceae	*Jatropha gossypiifolia*	Pinhão –roxo	Arv
	Julocroton humilis	Velame	Arb
	Cnidoscolus urens	Cansanção	Arb
	Cnidoscolus obtusifolius	Urtiga	Herb
	Croton sp.	Velame	Arb
Fabaceae	*Acacia glomerosa*	Espinheiro	Arv
	Albizia Polycephala	monzé	Arv

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

	Desmanthus virgatus		Arb
	Caesalpinia pluviosa var peltophoroides	Sibipiruna	Arv
	Centrosema brasilianum	Feijão-bravo	Herb
	Mimosa tenuiflora	Jurema preta	Arb
	Mimosa verrucosa	Jurema branca	Arb
	Mimosa ophtalmocentra	Jurema de embira	Arb
	Mimosa sp.	Calumbi	Arb
	Senna macranthera var. striata	São Joãozinho	Arb

Legenda: Arb- Arbusto, Arv-Árvore, Herb- Herbácea, Sub-arb- Sub-arbustiva, Ci- Cipó.

Tabela 3. Levantamento florístico da vegetação da área de entorno (continuação).

Família	Nome científico	Nome comum	Hábito
	Senna alata	Fedegoso	Arb
	Senna multijuga	São joão	Arv
	Senna obtusifolia	São-joão	Arb
	Chamaecrista sp.Crotolaria sp	Chamaecrista	Sub-arb
	Prosopis juliflora	Crotalária Algaroba	Sub-arb
	Leucena leucocephala	Leucena	Arv ex
			Arb ex
	Senna alata	Fedegoso	Arb
Juncaceae	*Lagenocarpus rigidus*	Junco	He
Malvaceae	*Herissantia tiubae*	Malva	Herb

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

	Herissantia crispa	Malva	Herb
	Sida ciliares	Malva	Herb
Malpighiaceae	*Stigmaphyllon* sp		Herb
Moraceae	*Ficus benjamina*	Fícus	Arv ex
Meliaceae	*Azadirachta indica*	Nem	Arv ex
Nyctaginaceae	Bougainvillea glabra Choisy	Primavera	Ar
Nymphaeaceae	*Nymphaea sp*	Alface d´água	Flut
Passifloraceae	*Passiflora foetida*	Maracujá do mato	Trep
Poaceae	*Cenchrus ciliaris L*	Capim-buffel	Herb ex
	Aristida sp	Capim penasco	Herb

Legenda: Arb- Arbusto, Arv-Árvore, Herb- Herbácea, Sub-arb- Sub-arbustiva, Palm-Palmeira, Tre-Trepadeira, Ep – Epífita, Flut -Flutuante.

Tabela 3. Levantamento florístico da vegetação da área de entorno (continuação).

Família	Nome científico	Nome comum	Hábito
Poaceae	*Brachiaria decumbens*	Braquiaria	He
	Setaria vulpiseta	Capim	Herb
	Cenchrus echinatus	Capim de burro	Herb
Polygonaceae	*Polygonum lapathifolium L.*	Capim estrela	Herb
Pontederiaceae	*Eichhornia crassipes*	Aguapé	Flut.
Portulacaceae	*Portulaca* sp.	Onze horas	Herb
Rutaceae	*Mitracarpus hirtus*	Vassourinha	Herb
Rhamnaceae	*Ziziphus joazeiro*	Juazeiro	Arv.
Rubiaceae	*Genipa americana*	Jenipapeiro	Arv

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Solanaceae	*Solanum* sp.	Jurubeba	Sub-arb
	Solanum asperolanatum	Jurubeba	Sub-arb
	Solanum erianthum	Jurubeba	Sub-arb
Sapotaceae	*Sideroxylon obtusifolium*	Quixabeira	Arv
Smilacaceae	*Smilax sp.*	presa-de-cachorro	Trep
Verbenaceae	*Lantana camara*	camará	Arb

Legenda: Arb- Arbusto, Arv-Árvore, Herb- Herbácea, Sub-arb- Sub-arbustiva, Palm-Palmeira, Tre- Trepadeira, Ex – Exótica, Flut – flutuante.

Quanto as ameaças de extinção não foram encontradas espécies constantes na Lista oficial da Flora Brasileira e Baiana Ameaçada de Extinção - MMA (2014).

I.1.10 CARACTERIZAÇÃO DA FAUNA

Estudos recentes têm apontado o bioma Caatinga como biologicamente diverso e com elevado grau de endemismos (WERNECK, 2011; PENNINGTON *et al.,* 2004; PENNINGTON, 2000; PRADO, 2000; DE OLIVEIRA *et al.,* 1999). Segundo dados do FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (2013), são
conhecidas 156 espécies de mamíferos (10 endêmicas); 510 espécies de aves (com cerca de 15 espécies endêmicas (SILVA *et al.,* 2003; MARINI e GARCIA, 2005), entre os répteis
(118) e anfíbios (56), 15% também são endêmicas (FAPESP, 2013), sendo um importante bioma para estudos de biodiversidade, biogeografia e paleoclimatologia. No entanto, apesar dessas evidências, a Caatinga ainda é o bioma brasileiro menos estudado e os esforços de proteção dependem basicamente de recursos internos (SANTOS *et al.,* 2011).

A importância dos remanescentes florestais para a fauna é indiscutível. Estes remanescentes concentram uma distribuição significativa das mais variadas espécies, desde marsupiais, pequenos roedores, répteis, anfíbios, até animais de médio porte e invertebrados.Variações na distribuição desses animais indicam transformações tanto no meio biótico quanto no abiótico, referenciando modificação na estrutura dos fragmentos de vegetação.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Alguns autores sugerem que se pode atribuir o uso potencial da fauna, por exemplo, de pequenos mamíferos, para diferentes categorias ecológicas e considerá-los como indicadores da qualidade ambiental, pois atestam o grau de alteração em que se encontra o seu habitat.

As espécies generalistas são pouco exigentes, apresentam hábitos alimentares variados, um alto potencial de dispersão e altas taxas de crescimento. Estes fatores permitema estes animais viverem em áreas de vegetação mais aberta ou mata secundária.

São chamados de generalistas por causa do alto grau de tolerância e à capacidade de aproveitar eficientemente diferentes recursos oferecidos pelo ambiente, sendo pouco afetados pelo grau de antropização da área.

Os animais especialistas, ao contrário das espécies generalistas, são extremamente exigentes quanto aos habitats que ocupam. São animais que dependem de fragmentos de floresta nativa, apresentando uma dieta bastante específica. Para este grupo, a alteração do ambiente significa a necessidade de procurar novos habitats que apresentem condições semelhantes às anteriores. Alguns destes animais, por representarem o topo de cadeias alimentares, possuem um número reduzido de filhotes, o que dificulta ainda mais a manutenção destas populações.

Para a caracterização da diversidade da fauna para o município de Jequié com possível ocorrência para a área de estudo, utilizou-se de metodologias de dados compilados em outros estudos no município baseado na experiência da equipe de campo complementado com entrevistas de moradores e ex-caçadores locais através de guias de campo com especificidadepara cada grupo faunístico a seguir.

I.1.11 MAMÍFEROS TERRESTRES

A utilização da metodologia de entrevistas com a comunidade local com utilização de guias de campo, revelou quais as principais espécies de animais presentes na região. Utilizou- se também bibliografia especializada, para complementar os dados de campo.

Para contribuir com a ocorrência na região de estudo, recorreu-se também a relatórios anuais de diagnóstico de fauna atropelada realizado diariamente pela concessionária Via Bahia, que administra a BR-116, onde registra algumas espécies vítimas de atropelamento

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

como raposa (*Cerdocyon thous*), onça-parda (*Puma concolor*), jaguarandi (*Herpailurus yagouaroundi*), gatomirim (*Leopardus tigrinus*), sariguê (*Didelphis albiventris*), gambá (*Conepatus semistriatus*), rato-silvestre (*Oryzomys sp*.), mocó (*Kerodon rupestris*), preá (*Galea spixii*) e coelho-do-mato (*Sylvilagus brasiliensis*) (VIA BAHIA, 2017, AMBIOVERDE, 2017).

As espécies regionais do município de Jequié (AII) que podem ocorrer na área de estudo associados a ambientes de mata de cipó, em altitudes maiores e proximidades da área de influência direta do empreendimento são listadas na Tabela 4.

Tabela 4. Relação das espécies regionais de mamíferos (AII).

Família	Espécie	Nome Comum
Canidae	*Cerdocyon thous*	Raposa
Felidae	*Puma concolor*	Onça-parda
	Herpailurus yagouaroundi	Jaguarandi
	Leopardus tigrinus	Gato mirim
Cervidae	*Mazama gouazoubira*	Veado-catingueiro
	Mazama Americana	Veado-mateiro
Caviidae	*Galea spixii*	Preá
	Kerodon rupestris	Mocó
Cricetidae	*Cerradomys sp*	Rato silvestre
Dasypodidae	*Dasypus novemcinctus*	Tatu-verdadeiro
	Dasypus septemcinctus	Tatuí
Chlamyphoridae	*Euphractus sexcinctus*	Tatu-peba
Cebidae (Callitrichinae)	*Callithrix jacchus*	Mico Sagui tufo branco
	Callithrix pennicilata	Mico Sagui tufo preto
	Cuniculus paca	Paca
Dasyproctidae	*Dasyprocta sp*	Cutia
Didelphidae	*Didelphis albiventris*	Sariguê-de-orelhas brancas
	Didelphis aurita	Sariguê de orelhas-pretas
Erethizontidae	*Coendou prehensilis*	Ouriço-caixeiro
Leporidae	*Sylvilagus brasiliensis*	Coelho-do-mato
Mustellidae	*Conepatus semistriatus*	Gambá
	Eira barbara	Irara
Myrmecophagidae	*Tamandua tetradactyla*	Tamanduá-mirim
Sciuridae	*Guerlinguetus aestuans*	Caticôco
Procyonidae	*Nasua nasua*	Quati
	Procyon cancrivorus	Guará, mão pelada
Phyllostomidae	*Carollia perspicillata*	Morcego
Erethizontidae	*Artibeus lituratus*	Morcego

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Molossidae	*Molossus molossus*	Morcego
Vespertilionidae	*Myotis nigricans*	Morcego
Tayassuidae	*Tayassu pecari*	Caetitú

I.1.12 ESPÉCIES AMEAÇADAS, RARAS, ENDÊMICAS DA AII

Em termos de espécies ameaçadas de extinção, no Brasil, aproximadamente 16% das espécies de mamíferos são catalogadas dentro dessa categoria (PAGLIA *et al*., 2012;ICMBio/MMA, 2018).

No município de Jequié, há relatos de ocorrência de *Herpailurus yagouaroundi*, *Puma concolor* e *Leopardos tigrinus*, contudo na visita de campo não foram registradas essas espécies, que constam na lista de espécies ameaçadas (MMA,2014), SEMA (2017).

Herpailurus yagouaroundi está inserida na categoria "Vulnerável", segundo a Lista Oficial das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção do Estado da Bahia (SEMA, 2017), eo Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção – volume II (ICMBio/MMA, 2018). Segundo as fontes citadas, a diminuição de recursos devido à perda do habitat florestal, aliada a práticas de perseguição sob alegação de predação de animais de criação e mortes por atropelamentos são os principais fatores responsáveis pela baixa populacional destas duas espécies. A espécie também está inserida no apêndice II da CITES (2019), o quallista as espécies não necessariamente ameaçadas de extinção, mas cujo comércio deve ser controlado a fim de evitar usos incompatíveis com sua sobrevivência.

Como os conhecimentos acerca da sua biologia/ecologia são extremamente limitados, o desenvolvimento de pesquisas científicas torna-se essencial para melhor conhecer a espécie e, dessa forma, conseguir traçar estratégias de ação mais eficazes. O diagnóstico das populações naturais aparece como uma ferramenta importante na conservação da espécie (ICMBio/MMA, 2018).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Puma concolor é classificada como "vulnerável" (VU) segundo a Lista Oficial das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção do Estado da Bahia (SEMA, 2017), e o Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (ICMBio/MMA, 2018). A espécie também está inserida no apêndice II da CITES (2019), o qual lista as espécies não necessariamente ameaçadas de extinção, mas cujo comércio deve ser controlado a fim de evitar usos incompatíveis com sua sobrevivência.

As principais ameaças à perda de indivíduos da espécie no Brasil são a supressão e fragmentação de habitats, a retaliação por predação de animais domésticos ou de criação (tanto o abate "preventivo" de onças-pardas quanto o abate após o evento de predação), e os atropelamentos. Essas ameaças são recorrentes em todos os biomas brasileiros em que a onça-parda ocorre, havendo algumas particularidades como a caça esportiva nos biomas Pantanal e Pampas, as queimadas em fazendas produtoras de cana-de-açúcar na MataAtlântica e Cerrado, a expansão da matriz energética eólica na Caatinga, e o conflito com canídeos domésticos nos Pampas (AZEVEDO et al., 2013; ICMBio/MMA, 2018).

Leopardus tigrinus é o menor dos gatos malhados da América do Sul, pouco maior que um gato doméstico, pesando entre 1,5 e 3,5 kg, medindo entre 38 e 55 cm de comprimento e cauda de 22 a 42 cm. O macho é um pouco maior que a fêmea. Difícil diferenciá-lo do gato-maracajá, é um pouco menor e tem manchas menores e mais numerosas. São animais de hábitos noturnos, preferindo caçar após o entardecer e durante a noite toda. Classificados como "vulneráveis" pela IUCN, porém como "em perigo" de acordo com a lista nacional do ICMBio. A maior ameaça à espécie está, intimamente, ligada ao desmatamento, pela perda e fragmentação de habitats.

Apesar de *Cerdocyon thous* não se encontrar inserida na lista de animais ameaçados da fauna brasileira (ICMBio/MMA, 2018), e constar na lista da IUCN (2020.1) como Pouco Preocupante (PP) e com população estável, sua presença na área de estudo merece atenção, pois suas populações vem sofrendo muitas perdas através de atropelamentos nas rodovias e estradas de todo o país, sendo uma das espécies de mamíferos mais frequentemente

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

encontrada morta (KOENEMANN, 2009; TURCI & BERNARDI, 2009), além disso, écitada no Apêndice II da CITES (2019).

A espécie *Sylvilagus brasiliensis,* apesar de a classificação mais recente da IUCN ser "Em Perigo" (EN) (RUEDAS, SMITH, 2018), ela não é referente à S. brasiliensis sensu lato, identificação adotada nesse trabalho seguindo as revisões taxonômicas mais recentes do gênero (ver RUEDAS et al., 2017; RUEDAS, SMITH, 2018, 2019; SILVA et al., 2019). Por
isso, em acordo com o exposto por RUEDAS & SMITH (2018) em sua avaliação na IUCN,a espécie passa a ser considerada nesse estudo como Não Avaliada (NE).

6.3.1. FAUNA DOMÉSTICA OU SINANTRÓPICA

Durante o levantamento foi possível encontrar vestigios ou verificar a presença de animais domésticos, notadamente cães nas áreas de amostragem.

A área como um todo se caracteriza por propriedade agropecuária, a qual foi adquirida pelo empreendimento que de certa forma, já gera impactos as comunidades selvagens.

A ocorrência de cães domésticos nas áreas de amostragem pode gerar impactos significativos à fauna nativa e influenciam a dinâmica natural do ecossistema, como a predação de filhotes, ninhegos e animais de pequeno porte que habitam o local, resultando em alteração nas populações locais.

Além disso, alguns estudos avaliam a transmissão de parasitas entre humanos, animais domésticos e silvestres. Animais silvestres estão mais suscetíveis às epidemias causadas por parasitas provenientes de animais domésticos. A ocorrência de patógenos pode afetar a abundância e distribuição das populações de espécies silvestres (DASZAK *et al*., 2001; JORGE *et al*., 2010).

I.1.13 FAUNA DE INTERESSE ECOLÓGICO

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Dentre as espécies registradas, os carnívoros (*Cerdocyon thous*) apresentam grande importância ecológica, pois atuam como reguladores das populações de presas naturais. Na sua ausência, suas presas naturais como mamíferos herbívoros (veados), roedores (ratos), aves (pombas), répteis (cobras) e insetos (gafanhotos) tendem a se multiplicar exponencialmente, podendo trazer sérios prejuízos à agricultura e consideráveis perdas financeiras (PITMAN *et al*., 2002).

Além disso, os carnívoros apresentam conflitos com comunidades e produtores rurais devido a predação de animais domésticos, notadamente, gado bovino, ovinos, caprinos e suínos. Este fato é esperado quando ocorre a diminuição das presas naturais no ambiente, podendo ser causada pela caça predatória, ou pelo desmatamento das áreas de vegetação nativa. Desta forma, muitas vezes esses carnívoros são caçados de maneira preventiva (antesque causem danos ao produtor).

Neste sentido, a espécie *Puma concolor* que não foi avistado na área, mais de ocorrência regional, destaca-se por ser um animal de topo de cadeia e possui a capacidade de predar espécie maiores como o gado bovino, por exemplo.

A conservação dos carnívoros é um importante foco por serem animais que estão no topo da pirâmide alimentar, sua conservação representa a conservação de todo o ambiente e ecossistemas onde estão inseridos (PITMAN *et.al*., 2002).

I.1.14 ESPÉCIES CINEGÉTICAS

Cada grupo de mamífero apresenta importância distinta na avaliação e no diagnóstico de alterações ambientais, sendo úteis de acordo com suas características ecológicas (CHIARELLO *et al*., 2008). Assim, a presença de diferentes mamíferos nos ecossistemas configura-se como importante bioindicador da qualidade destes ambientes.

Em atividades de diagnóstico, a continuidade de ocorrência de certas espécies na área de estudo pode indicar o nível de impacto da instalação/operação do empreendimento, bem como de outras pressões antrópicas como a caça, por exemplo. Dentre tais espécies, destacam-se aquelas consideradas indicadoras das ações antrópicas (cinegéticas ou

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

xerimbabos), que são comumente vítimas de caçadores ou capturadas para serem utilizadas como "pets".

Considerando o levantamento realizado, as espécies *Dasypus novemcinctus*,*Euphractus sexcinctus, Galea spixii, Mazama gouazoubira* , registradas em campo e outras citadas em entrevistas são consideradas cinegéticas, ou seja, são alvo intenso de caça, tantopara alimentação quanto para esporte, uma das principais pressões antrópicas sobre os mamíferos silvestres (ALVES *et al*., 2016). Por esse motivo, são importantes indicadoras dapressão de caça em uma determinada região.

Estas espécies tendem a tornar-se raras na região, ou mesmo se extinguirem localmente, apresentando índices populacionais muito reduzidos. A fiscalização e o desenvolvimento de programas de educação ambiental para as comunidades próximas aos projetos são imprescindíveis para reduzir este impacto, sendo observado a presença de caçadores na área durante este diagnóstico.

I.1.15 ESPÉCIES DE INTERESSE CIENTÍFICO OU DE RISCO EPIDEMIOLÓGICO

Todas as espécies de mamíferos terrestres podem ser consideradas como de interesse científico, pois cada uma possui papel importante dentro do ambiente em que vivem, atuando como predadores/reguladores ou presas, por exemplo.

Além disso, as espécies de mamíferos podem estar associadas a problemas de saúde pública, uma vez que se comportam como hospedeiros de parasitas e, consequentemente, vetores de doenças como a esquistossomose (MELLO, 1982; D'ANDREA *et al*., 2000; FUNDAÇÃO NACIONAL De SAÚDE, 2002), além de apresentarem importância econômica por algumas espécies serem consideradas pragas agrícolas (STENSETH *et al*., 2003).

Dentre as espécies registradas destaca-se *C. thous*, pois pode atuar como reservatório da *Leishmania* sp., além do *Trypanosoma cruzi*, que possui uma gama de hospedeiros ainda mais ampla entre os mamíferos (OLIVEIRA, 2008). Além disso, o vírus da raiva também

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

pode ser encontrado em *C. thous*, considerado um dos principais reservatórios silvestres do vírus no nordeste do Brasil (KOTAIT *et al*., 2007).

Também em fezes de *C. thous* pode ser encontrado o *Cryptosporidium parvum*, agente patogênico da *Criptosporidiose* (CABRAL *et al*., 2001; CARVALHO FILHO *et al*., 2006). Essa doença vem se destacando como importante enteropatia associada a casos gravíssimos em pacientes imunodeficientes (NEVES, 1995).

Contudo, faz-se necessário ressaltar que a presença do agente patogênico e do vetor não significa a ocorrência da doença. Esses fatores, apesar de fundamentais, não são suficientes para o desenvolvimento de epidemias.

I.1.16 AVIFAUNA

As aves são os vertebrados mais abundantes para a região estudada, haja vista a maior facilidade de registro tanto visual quanto em relação as suas vocalizações características. Assim, um grande número de exemplares desta classe pôde ser evidenciado na área em estudo. O registro mostrou dominância de espécies comuns de ambientes alterados e/ou de vegetação tipicamente esparsa. Este grupo inclui espécies granívoras, insetívoras, nectarívoras e de alimentação mista contendo itens como frutos, sementes, insetos e brotos de plantas.

Os falconiformes, representados na região pelas famílias Falconidae e Accipitridae, se localizam no topo da teia alimentar. Para estas aves rapineiras, a dieta é composta, dentreoutras coisas, de pequenos lagartos e mamíferos, anfíbios, artrópodes e outras aves. Os principais registros para esse grupo foram: gavião-miúdo (*Accipiter* sp.), gavião (*Buteo* sp.), gavião-carrapateiro (*Milvago chimachima*) e o carcará (*Carcara plancus*). Este último é o representante mais visualizado, deste grupo, tanto em áreas conservadas, como em áreas antropizadas. Algumas aves oportunistas como o urubu (*Coragyps atractus*), urubu-de- cabeça-vermelha (*Cathartes aura*) e o carcará (*Caracara plancus*), se alimentam de animaismortos.

As aves atuam em uma série de processos ecológicos com benefícios diretos e

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

indiretos para o ser humano, a exemplo de funções ecossistêmicas como dispersão de sementes, polinização e predação de insetos (SEKERCIOGLU *et al.,* 2004). Por ser um táxon com alta mobilidade, tem sido apontado como um grupo bioindicador de qualidade ambiental, uma vez que apresenta a capacidade de responder rapidamente as alterações antrópicas (WHELAN *et al.,* 2008; SICK, 1997). Adicionalmente, as aves constituem um dos grupos de vertebrados mais conhecidos do mundo, tendo expressiva representatividade (riqueza e/ou abundância) em diferentes tipos de habitats (SEKERCIOGLU *et al*., 2004). Istoreforça a sua importância na avaliação de impactos ambientais.

No Brasil ocorre uma das maiores riquezas de aves do mundo, totalizando cerca de 1.919 espécies (PIACENTINI *et al.,* 2015) e mais de 240 endêmicas (SILVEIRA e STRAUBE, 2008). Do total registrado para o país, 824 tem ocorrência no estado da Bahia (MACHADO *et al.,* 2014). Embora a expressiva riqueza, as aves brasileiras estão fortemente ameaçadas, principalmente, pelos avanços da fragmentação de habitat, da caça ilegal e do tráfico (MARINE e GARCIA, 2005). Diante dos riscos de perda de diversidade, diversas áreas prioritárias de conservação (do inglês IBAs) tem sido proposta para conservação das aves do Brasil, sendo que o estado da Bahia possui 31, entre elas, o município de Jequié (BENCKE e MAURÍCIO, 2006).

A região de Jequié destaca-se pela ocorrência predominante do bioma Caatinga comáreas de transição com a Mata Atlântica (matas secas e de cipó), fato que evidencia a alta riqueza da área (BENCKE *et al.,* 2006). Desmatamento e pecuária aparecem como as principais ameaças, destacando a ocorrência de aves em risco de extinção, como o gravatazeiro (*Rhopornis ardesiacus*), chorozinho-da-caatinga (*Herpsilochmus sellowi*) e o formigueiro-do-nordeste (*Formicivora iheringi*) (BENCKE *et al.,* 2006). Assim, ações que visem à recuperação das matas da região são necessárias para assegurar a importância ecológica deste relevante IBA do bioma Caatinga.

Contudo, não há levantamentos oficiais publicados que permitam comparações dentro da região do município. As principais informações sobre a avifauna de Jequié compreendem um compêndio de registros pontuais realizados por diferentes observadores de aves, no qual

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

totaliza, até o momento, 393 registros de espécies de aves (WIKI AVES, 2022), destacando assim ainda mais a importância da região. Ainda, há um estudo realizado para o EIA-RIMA da Ferrovia Oeste-Leste, o qual registrou 192 espécies na Caatinga de Jequié (OIKOS, 2010), Prainha de Lomanto que registrou 74 espécies (AMBIOVERDE & PMJ, 2017) e MineradoraPedra do Sol com 106 espécies de aves (AMBIOVERDE, 2021) e Loteamento Smart Valley com registro de 78 espécies (AMBIOVERDE, 2021).

I.1.17 LISTA GERAL

As aves regionais que poderão ocorrer na área de estudo estão listadas na Tabela 5. Não foram registradas espécies ameaçadas pela lista vermelha IUCN (2021), ICMBio (2018)e SEMA (2017).

Tabela 5. Espécies da avifauna do município de Jequié dentro da AII do empreendimento.

Táxon	Nome comum	IUCN[1]	MMA[2]	SEMA[3]
Tinamidae Gray, 1840				
Crypturellus parvirostris	inhambu-chororó	LC	-	-
Crypturellus tataupa	inhambu-chintã	LC	-	-
Nothura boraquira	codorna-do-nordeste	LC	-	-
Columbidae Leach, 1820				
Leptotila rufaxilla	juriti-de-testa-branca	LC	-	-
Zenaida auriculata	avoante	LC	-	-
Claravis pretiosa	pararu-azul	LC	-	-
Columbina talpacoti	rolinha-roxa	LC	-	-

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Columbina squammata	rolinha-fogo-apagou	LC	-	-
Columbina picui	rolinha-picuí	LC	-	-
Cuculidae Leach, 1820				
Guira guira	anu-branco	LC	-	-
Crotophaga ani	anu-preto	LC	-	-
Tapera naevia	saci	LC	-	-
Piaya cayana	alma-de-gato	LC	-	-
Caprimulgidae Vigors, 1825				
Antrostomus rufus	joão-corta-pau	LC	-	-
Nyctidromus albicollis	bacurau	LC	-	-
Trochilidae Vigors, 1825				
Florisuga fusca	beija-flor-preto	LC	-	-
Chrysolampis mosquitus	beija-flor-vermelho	LC	-	-
Anthracothorax nigricollis	beija-flor-de-veste-preta	LC	-	-
Chlorostilbon lucidus	besourinho-de-bico-vermelho	LC	-	-
Eupetomena macroura	beija-flor-tesoura	LC	-	-
Chionomesa lactea	beija-flor-de-peito-azul	LC	-	-
Chlorestes notata	beija-flor-de-garganta-azul	LC	-	-
Rallidae Rafinesque, 1815				

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Gallinula galeata	Galinha-d'água	LC	-	-
Jacanidae Chenu & Des Murs, 1854				
Jacana jacana	jaçanã	LC	-	-
Pellicaniformes Sharpe, 1891				
Ardeidae Leach, 1820				
Butorides striata	socozinho	LC	-	-
Cathartidae Lafresnaye, 1839				
Coragyps atratus	urubu-preto	LC	-	-
Cathartes aura	urubu-de-cabeça-vermelha	LC	-	-
Accipitridae Vigors, 1824				
Ictinia plumbea	sovi	LC	-	-
Heterospizias meridionalis	gavião-caboclo	LC	-	-
Rupornis magnirostris	gavião-carijó	LC	-	-
Buteo albonotatus	gavião-urubu	LC	-	-
Strigidae Leach, 1820				
Athene cunicularia	coruja-buraqueira	LC	-	-
Galbulidae Vigors, 1825				
Galbula ruficauda	ariramba-de-cauda-ruiva	LC	-	-
Bucconidae Horsfield, 1821				

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Nystalus maculatus	rapazinho-dos-velhos	LC	-	-
Picidae Leach, 1820				
Picumnus pygmaeus	picapauzinho-pintado	LC	-	-
Dryocopus lineatus	pica-pau-de-banda-branca	LC	-	-
Falconidae Leach, 1820				
Caracara plancus	carcará	LC	-	-
Milvago chimachima	carrapateiro	LC	-	-
Falco femoralis	falcão-de-coleira	LC	-	-
Psittacidae Rafinesque, 1815				
Pionus maximiliani	maitaca-verde	LC	-	-
Forpus xanthopterygius	tuim	LC	-	-
Eupsittula cactorum	periquito-da-caatinga	LC	-	-
Aratinga auricapillus	jandaia-de-testa-vermelha	LC	-	-
Primolius maracana	maracanã	LC	-	-
Thamnophilidae Swainson, 1824				
Myrmorchilus strigilatus	tem-farinha-aí	LC	-	-
Formicivora iheringi	formigueiro-do-nordeste	NT	-	-
Formicivora melanogaster	formigueiro-de-barriga-preta	LC	-	-
Sakesphoroides cristatus	choca-do-nordeste	LC	-	-

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Thamnophilus capistratus	choca-barrada-do-nordeste	LC	-	-
Thamnophilus pelzelni	choca-do-planalto	LC	-	-
Taraba major	choró-boi	LC	-	-
Radinopsyche sellowi	chorozinho-da-caatinga	LC	-	-
Dendrocolaptidae Gray, 1840				
Dendroplex picus	arapaçu-de-bico-branco	LC	-	-
Lepidocolaptes angustirostris	arapaçu-de-cerrado	LC	-	-
Furnariidae Gray, 1840				
Furnarius figulus	casaca-de-couro-da-lama	LC	-	-
Phacellodomus rufifrons	joão-de-pau	LC	-	-
Cranioleuca semicinerea	joão-de-cabeça-cinza	LC	-	-
Synallaxis frontalis	petrim	LC	-	-
Tityridae Gray, 1840				
Pachyramphus polychopterus	caneleiro-preto	LC	-	-
Rhynchocyclidae Berlepsch, 1907				
Tolmomyias flaviventris	bico-chato-amarelo	LC	-	-
Todirostrum poliocephalum	teque-teque	LC	-	-
Hemitriccus margaritaceiventer	sebinho-de-olho-de-ouro	LC	-	-
Tyrannidae Vigors, 1825				

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Elaenia spectabilis	guaracava-grande	LC	-	-
Phaeomyias murina	bagageiro	LC	-	-
Myiarchus ferox	maria-cavaleira	LC	-	-
Pitangus sulphuratus	bem-te-vi	LC	-	-
Myiodynastes maculatus	bem-te-vi-rajado	LC	-	-
Megarynchus pitangua	neinei	LC	-	-
Myiozetetes similis	bentevizinho-de-penacho-vermelho	LC	-	-
Tyrannus melancholicus	suiriri	LC	-	-
Empidonomus varius	peitica	LC	-	-
Xolmis irupero	noivinha	LC	-	-
Corvidae Leach, 1820				
Cyanocorax cyanopogon	gralha-cancã	LC	-	-
Hirundinidae Rafinesque, 1815				
Progne tapera	andorinha-do-campo	LC	-	-
Troglodytidae Swainson, 1831				
Troglodytes musculus	corruíra	LC	-	-
Pheugopedius genibarbis	garrinchão-pai-avô	LC	-	-
Polioptilidae Baird, 1858				
Polioptila atricapilla	balança-rabo-do-nordeste	DD	-	-

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Turdidae Rafinesque, 1815				
Turdus amaurochalinus	sabiá-poca	LC	-	-
Turdus rufiventris	sabiá-laranjeira	LC	-	-
Mimidae Bonaparte, 1853				
Mimus saturninus	sabiá-do-campo	LC	-	-
Fringillidae Leach, 1820				
Euphonia chlorotica	fim-fim	LC	-	-
Euphonia violacea	gaturamo-verdadeiro	LC	-	-
Passerellidae Cabanis & Heine, 1850				
Zonotrichia capensis	tico-tico	LC	-	-
Icteridae Vigors, 1825				
Cacicus haemorrhous	guaxe	LC	-	-
Icterus jamacaii	corrupião	LC	-	-
Icterus pyrrhopterus	encontro	LC	-	-
Gnorimopsar chopi	pássaro-preto	LC	-	-
Agelaioides fringillarius	asa-de-telha-pálido	LC	-	-
Chrysomus ruficapillus	garibaldi	LC	-	-
Parulidae Wetmore, Friedman1947				
Setophaga pitiayumi	mariquita	LC	-	-

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Thraupidae Cabanis, 1847				
Nemosia pileata	saíra-de-chapéu-preto	LC	-	-
Chlorophanes spiza	saí-verde	LC	-	-
Hemithraupis ruficapilla	saíra-ferrugem	LC	-	-
Volatinia jacarina	tiziu	LC	-	-
Coryphospingus pileatus	tico-tico-rei-cinza	LC	-	-
Sporophila sp.		-	-	-
Tachyphonus rufus	pipira-preta	LC	-	-
Conirostrum speciosum	figuinha-de-rabo-castanho	LC	-	-
Sicalis flaveola	canário-da-terra	LC	-	-
Schistochlamys ruficapillus	bico-de-veludo	LC	-	-
Paroaria dominicana	cardeal-do-nordeste	LC	-	-
Thraupis sayaca	sanhaço-cinzento	LC	-	-
Thraupis palmarum	sanhaço-do-coqueiro	LC	-	-
Stilpnia cayana	saíra-amarela	LC	-	-

[1]International Union for Conservation of Nature; [2]Ministério do Meio Ambiente; [3]Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia.

I.1.18 HERPERTOFAUNA

A Herpetofauna ainda é considerada um grupo com informações escassas e preliminares (RIBEIRO *et al.*, 2008), a exemplo de biomas como a Caatinga (RODRIGUES,2003).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

O estudo sobre a herpetofauna no semiárido nordestino é relativamente recente, inicialmente composto por informações pontuais. Até o momento o bioma Caatinga possui uma riqueza de 47 anfíbios anuros e dois gimnofionos, 44 espécies de lagartos, 47 espécies de serpentes, nove espécies de anfisbenídeos, quatro quelônios, três crocodilianos (RODRIGUES, 2000).

Contudo, estudos mais atualizados de Rodrigues (2003) relata pelo menos 165 espécies para a herpetofauna da Caatinga, destacando a maior riqueza dos lagartos e anfíbios e a predominância de répteis em áreas abertas. Tais espécies estão associadas a condições e regimes climáticos específicos, tendo a precipitação anual, gradiente altitudinal, heterogeneidade ambiental (LOEBMANN e HADDAD, 2010), como diferenças de vegetação e ocorrência de ambientes aquáticos, locais florestados, solos arenosos (SOUZA *et al.,* 2013; RODRIGUES, 2003), bem como a oferta de recursos abundantes (SOUZA, 2012) explicam a distribuição da herpetofauna da Caatinga.

I.1.19 LISTA GERAL

Para avaliar a herpetofauna, foi realizada uma compilação de registros para a região de Jequié, os quais foram confirmados mediante entrevistas com os moradores e ex-caçadoresexistentes na área e entorno. Para anfíbios utilizou-se da pesquisa de Lantyer-Silva e outros (2013).

É muito comum a travessia de serpentes entre outros animais nas rodovias da região, o que são confirmadas por registros de atropelamentos na região de Jequié pela concessionária VIA BAHIA, que administra a rodovia BR-116 (VIA BAHIA, 2017).

Quanto as ameaças de extinção as espécies constantes na Lista oficial da Fauna Brasileira e Baiana Ameaçada de Extinção - ICMBio (2018) e SEMA (2017) como pouco preocupante e com dados insuficientes.

A relação das espécies regionais da herpetofauna que poderão ocorrer na área do estudo constam na Tabela 6.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Tabela 6. Relação das espécies regionais da herpetofauna (AII).

Família	Espécie	Nome Popular	IUCN	MMA
Bufonidae	*Rhinella diptycha* (Cope, 1862)	Sapo-Cururu	LC	LC
	Rhinella granulosa (Spix, 1824)	Sapo-Cururuzinho	LC	LC
Hylidae (Cophomantinae)	*Boana albomarginata* (Spix, 1824)	Perereca-verde	LC	LC
	Boana crepitans (Wied-Neuwied, 1824)	Perereca	LC	LC
	Boana faber (Wied-Neuwied, 1821)	Sapo-ferreiro	LC	LC
	Dendropsophus branneri (Cochran, 1948)	Pererequinha	LC	LC
	Dendropsophus oliveirai (Bokermann, 1963)	Pererequinha	LC	LC
	Dendropsophus elegans (Wied-Neuwied, 1821)	Perereca-de-moldura	LC	LC
	Dendropsophus minutus (Peters, 1872)	Pererequinha	LC	LC
	Scinax x-signatus (Spix, 1824)	Perereca-de-banheiro	LC	LC
	Scinax eurydice (Bokermann, 1968)	Perereca	LC	LC
Leptodactylidae (Leptodactylinae)	*Physalaemus kroyeri* (Reinhardt and Lütken, 1862)	Rãzinha-do-folhiço	LC	LC
	Physalaemus cicada (Bokermann, 1966)	Rãzinha	LC	LC
	Leptodactylus latrans (Steffen, 1815)	Caçote	LC	LC

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

	Leptodactylus troglodytes (Lutz, 1926)	Caçote	LC	LC
	Leptodactylus fuscus (Schneider, 1799)	Caçote	LC	LC
	Leptodactylus vastus (Lutz, 1930)	Gia	LC	LC
Phyllomedusidae	*Pithecopus nordestinus* (Caramaschi, 2006)	Perereca-macaco	DD	LC
	Phyllomedusa bahiana Lutz, 1925	Perereca-macaco	DD	LC
Gymnophiona Siphonopidae	*Siphonops annulatus* (Mikan, 1822)	Cobra-cega	LC	LC
Boidae	*Boa c. constrictor*	Jibóia	LC	LC
	Epicrates assisi	Salamanta-da - caatinga	LC	LC
	Philodryas olfersii	Cobra-verde	LC	LC
	Spilotes pullatus pullatus	Cainana	LC	LC
Colubridae	*Chironius exoletus*	Cobra Cipó	LC	LC
	Chironius carinatus	Cipó	LC	LC
	Mastigodryas bifossatus	Jararacucú-do-brejo	LC	LC
Dipsadidae	*Boiruna sertaneja*	Cobra-preta	LC	LC
	Erythrolamprus mossoroensis	Jararaquinha	LC	LC
	Erythrolamprus viridis viridis	Cobra-verde	LC	LC
	Oxyrhopus trigeminus	Coral-falsa	LC	LC
Viperidae	Bothrops leucurus	Jararaca-malha-de-	LC	LC

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

		sapo		
	Crotalus durissus cascavella	Cascavel	LC	LC
Teiidae	*Ameiva ameiva ameiva*	Calango Bico-doce	LC	LC
	Salvator merianae	Teiú	LC	LC
	Ameivula ocellifera	Calanguinho-listrado	LC	LC
Tropiduridae	*Tropidurus hispidus*	Calango	LC	LC
	Tropidurus torquatus	Lagartixa	LC	LC
	Tropidurus semitaeniatus	Lagartixa	LC	LC
Chelidae	*Mesoclemmys tuberculata*	Cágado D´água	DD	LC
Testudinidae	*Chelonoidis carbonarius*	Jabuti	LC	LC

Quanto as ameaças de extinção não foram encontradas em todos os grupos espécies constantes na Lista oficial da Fauna Brasileira e Baiana Ameaçada de Extinção - ICMBio (2018) e SEMA (2017).

I.1.20. PEIXES

A bacia do Rio das Contas caracteriza-se por possuir espécies de peixes de pequeno a médio porte, como a traíra, curimatã, acarí, piaus, bobós, berés e lambaris, que são peixes de piracema (FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALES, 2005). Segundo Souza e Barreto (2000), após a formação do reservatório da Barragem da Pedra, dentre as espécies introduzidas, a corvina (*Plagioscion squamosissimus*) e a pirampeba (*Serrasalmus brandtii*) são as espécies mais abundantes do lago artificial.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Estudos sobre a alimentação e peixes são importantes para o conhecimento da biologia das espécies, para o entendimento das interações entre estas e seus organismos, seus hábitos alimentares e também para a obtenção de informações sobre as relações de uma espécie com o ambiente em que vive (LOWE-MCCONNEL,1999). Os peixes exibem a habilidade de mudar de um alimento para outro, conforme ocorram alterações na abundânciarelativa do recurso alimentar em uso, indicando que a dieta reflete a disponibilidade de alimento no ambiente (ABELHA et al., 2001).

No estudo da FUNDAÇÃO APOLONIO SALES (2005), pesquisadores analisaram diversos itens alimentares presentes nos estômagos das espécies de peixes de *Plagioscion squamossiimus* (pescada branca), *Astyanax fasciatus* (piaba), *Astyanax gr. bimaculatus* (piaba), *Serrasalmus brandtii* (pirampeba) e observaram que além de insetos, moluscos, partes de peixes, crustáceos, microalgas, sedimentos de rocha, nematódeos, a presença de material vegetal e sementes, o que comprova a importância do monitoramento da dispersão de espécies ciliares destas espécies e peixes no geral na recuperação de áreas ciliares degradadas.

LISTA GERAL

Segue abaixo uma lista de peixes identificados no Lago da Barragem da Pedra pela Fundação Apolônio Sales (2006), LIMA E CHAGAS (2019) e SAMPAIO E OUTROS (2006), a qual constitui a lista de ocorrências para o Rio das Contas e área de estudo (Tabela7).

Tabela 7. Relação de peixes identificados no lago da Barragem de Pedra, Jequié-Ba pela FUNDAÇÃO APOLONIO SALES (2005), LIMA E CHAGAS (2019) e SAMPAIO E OUTROS (2006).

Família/Nome Científico	Nome Popular
Leporinus bahiensis	Piau
Prochilodontidae	
Prochilodus costatus	Curimatã
Callichthyidae	
Hoplosternum litoralle	Cambuti
Callichthys callichthys	Comboatã

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Characidae	
Astyanax bimaculatus	Piaba
Astyanax gr. fasciatus	Piaba
Serrassalmus brandtii	Pirampeba
Pygocentrus piraya	Piranha preta
Lignobrycon myersi	Piaba falcão
Metynnis maculatus	Pacu
Cichlidae	
Astronotus ocellatus	Apaiari
Cichlassoma sp	Cará, beré
Cichla sp.	Tucunaré
Cichla sp.	Tucunaré- verdadeiro
Geophagus brasiliensis	Beré
Cichlidae	
Oreochromis niloticus	Tilápia
Cyprinidae Cyprinus carpio	
	Carpa
Aristichthys nobilis	Carpa-cabeçuda
Curimatidae	
Curimatella lepidura	Bobo
Erythrinidae	
Hoplias malabaricus	Traíra
Loricariidae	
Hypostomus sp.1	Cascudo,acari
Hypostomus sp.2	Cascudo, acari
Pimelodidae	
Pimelodus sp	Bagre
Poecilidae	
Poecilia sp.	Guaru
Sciaenidae	
Plagioscion squamosissimus	Pescada branca
Serrasalmidae	
Colossoma macropomum	Tambaqui
Synbranchidae	
Synbranchus marmoratus	Peixe-cobra
Triportheidae	
Lignobrycon myersi	Sardinha

Nenhum dos peixes citados na tabela 7 consta na Lista de Espéceis ameaçadas deExtinção ICMBIO (2018).

3.2.2.2.5. MACROINVERTEBRADOS TERRESTRES

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Macroinvertebrados constituem a maior parte da biodiversidade mundial, situando-se em torno de 5-15 milhões de espécies (ODEGAARD, 2000). Avaliar invertebrados terrestres, em especial insetos, em listas vermelhas ainda é uma tarefa árdua, tendo em vista a falta de conhecimento. Contudo, a lista vermelha oficial de espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção consta 130 espécies de invertebrados terrestres (MMA, 2014).

3.2.2.2.5.1. LISTA GERAL

Para a região do empreendimento não existem dados secundários que possam caracterizar, ainda de forma básica, a fauna de invertebrados (terrestres e aquáticos). No geral, pode-se inferir que ocorrem na área os táxons listados na Tabela 8, por serem os que mais comumente ocorrem com frequências nos levantamentos de campo.

Tabela 8. Relação de macroinvertebrados terrestres de ocorrência regional citados na literatura e que podem ocorrer na área de entorno do empreendimento.

Classe/Ordem/Família/Espécie	Nome científico	Nome Popular
Molusca: Gastropoda		Caramujo
		Concha
Anellida: Clitellata: Oligochaeta		Minhoca
Insecta: Odonata		Libélula
Insecta: Orthoptera: Acrididae		Gafanhoto
Orthoptera: Gryllidae		Grilo
Orthoptera: Tettigoniida		Esperança
Phasmatodea: Phasmatidae		Inseto-pau
Mantodea: Mantidae		Louva-a-Deus
Blattodea: Blattellidae		Barata
Insecta: Isoptera: Termitidae		Cupim
Insecta: Hemiptera: Cicadidae		Cigarra
Cicadellidae		Cigarrinha

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Fulgoridae		Fulgorídeo
Aphididae		Pulgão
Pentatomidae		Percevejo
Insecta:Coleoptera:Curculionidae		Besouro
Histeridae		Besouro
Scarabaeidae		Besouro
Insecta: Diptera: Simulidae		Mosca
Syrphidae		Mosca
Tabanidae		Mosca
Muscidae	*Musca domestica*	Mosca
Culicidae		Mosquito
Calliphoridae	*Calliphora sp*	Varejeira
Insesta: Lepidoptera:Saturniidae		Lagarta-de-fogo
	Automeris sp	Lagarta-de-fogo
Nimphalidae		Borboletas
Lasiocampidae		Mariposas Fitófagas
Insecta: Odonata		Libélula
Noctuidae		Mariposa mirmecófila
Insecta: Hymenoptera: Apidae	*Apis melifera*	Abelha-doméstica
	Bombus sp	Abelhão
	Melipona mandacaia	Mandaçaia
	Melipona quadrifasciata anthidioides	Mandaçaia
	Tetragonisca angustula	Jataí
	Xylocopa sp.	Asa branca Mamangava

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Tabela 8. Relação de macroinvertebrados terrestres de ocorrência regional citados na literatura quepodem ocorrer na área de entorno do empreendimento.

Classe/Ordem/Família/Espécie	Nome científico	Nome Popular
Insecta: Hymenoptera:Vespidae		
	Synoeca cyanea	Marimbondo-tatu
	Apoica pallens	Exu-de-chápeu
	Pepsis sp	Cavalo-do-cão
	Brachygastra lecheguana	Exu
	Angiopolybia pallens	Peito-de-moça
	Polistes versicolor	Marimbondo-percata
Insecta: Hymenoptera:Formicidae	*Azteca sp.*	Caçarema
		Formigas
	Atta sp	Formiga cortadeira
	Solenopsis sp.	Formiga preta
Chilopoda:Scolopendridae	*Scolopendra sp.*	Piolho-de-cobra
Diplopoda: Spirostripidae		Gongolo
Crustacea:Arachnida:Scorpiones:		
Buthidae	*Tityus serrulatus*	Escorpião amarelo
	Titys sp.	Escorpião
Arachnida:Opiliones		Opilião
Arachnida:Acari		Ácaro
		Carrapato-comum
Arachnida:Araneae	*Lasiodora sp.*	Caranguejeira
		Caranguejeira
	Argyope argentata	Aranha de jardim
	Phoneutria sp.	Armadeira
	Lycosa sp	Aranha

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Nenhum dos macroinvertebrados terrestres citados na tabela 8 consta na Lista Nacional de Espéceis ameaçadas de Extinção (ICMBIO, 2014) e Baiana (SEMA,2017).

3.2.2.2.6. ZOOPLANCTON (Microcrustáceos)

Um total de 30 taxa de microcrustáceos foi identificado (Tabela 11) na BHRJ, distribuído entre a subclasse Cladocera e a classe Copepoda, sendo esta última representada pelas ordens Cyclopoida, Calanoida e Harpacticoida. O número de taxa pode aumentar quando os membros da família Chydoridae forem identificados ao nível de espécie. A classe Copepoda foi a mais representativa em número de taxa, com 21 espécies registradas, sendo 17 espécies de ciclopoides (MAGALHÃES E OUTROS, 2016).

Tabela 9. Lista de Microcrusáceos (Cladocera e Copepoda) encontrados na Bacia Hidrográfica doRio Jequiezinho (2002-2003). Fonte: Magalhães e outros (2016).

Copepoda Calanoida

Argyrodiaptomus azevedoi Wright,1935

Notodiaptomus cearensis Wright, 1936

Notodiaptomus iberingi Wright, 1935 Copepoda

Cyclopoida

Ectocyclops cf rubescens Brady, 1904

Eucyclops sp

Halicyclops cf venezuelnensis Lindberg, 1954a Mesocyclops cf ellipticus Kiefer, 1936d

Mesocyclops longisetus longisetus Thiébaud, 1914

Mesocyclops meridianus Kiefer, 1926

Mesocyclops sp

Metacyclops sp Copepoda

Calanoida

Microcyclops alius Kiefer, 1935a Microcyclops

cfciebaensis Marsh, 1919

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Microcyclops anceps
Microcyclops anceps anceps Richard, 1897
Copepoda Calanoida
Thermocyclops inversus Kiefer, 1929
Thermocyclops minutus Lowndes, 1934
Thermocyclops sp
Thermocyclops cf tenuis Marsh, 1910 Thermoyelops cf brebmi Kiefer, 1927Copepoda
Harpacticoida
Cladocera
Ceriodaphnia cornuta Sars, 1886 Daphnia gessneri
Herbst, 1967 Latonopsis australis Sars 1888
Macrothrix laticornis Jurine, 1820 Macrothrix
superaculeata Smirnov, 1992Macrothrix triserialis
Brady, 1886 Moinodaphnia macleayi King, 1853
Simocephalus latirostris Stingelin, 1906 Chydoridae Stebbing, 1902

I.1.20 METODOLOGIA

I.1.20.1 Delineamento Amostral

A descrição do delineamento amostral para o diagnóstico de cada grupo faunístico estudado é apresentada a seguir.

A área de estudo tem como referência tanto a Área de Influência Direta (AID) que compreende áreas com vegetação do entorno e áreas úmidas, quanto a Área Diretamente Afetada ADA) do empreendimento (margem direita da APP do Rio Jequiezinho da ponte daAvenida Franz Gedeon até a foz com o rio de Contas). O percurso deu-se através de transecto ao longo da APP, percorrendo-se toda a área.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Também foram considerados no levantamento os registros ocasionais ocorridos em áreas localizadas fora dos transectos pela equipe de fauna.

Neste levantamento a área de amostragem foi vistoriada para conhecer melhor toda aárea de influência direta e diretamente afetada, que será objeto futuro de diagnóstico nas operações do empreendimento.

A área diretamente afetada (ADA) do empreendimento de 2700 m^2, que encontra-se com alteração antrópica devido a conversão da vegetação original para vegetação ruderal, será construída integralmente e destinado a construção do estacionamento (Figura 22).



Figura 22. Áreas de influência do empreendimento. Fonte: Adaptado TERRAPLAN, A. (2014).

Dentro da AID existe a drenagem natural do rio Jequiezinho sendo uma importante área de dessedentação e reprodução para fauna, principalmente como habitas de anfíbios anuros. Nos períodos de chuva ocorre a cheias, onde há o escoamento para o Rio de Contas. Em períodos mais críticas, ocorre o transbordamento para as avenidas em ambos os lados.

No período seco, possui uma cobertura de macrófitas aquáticas (Nymphaea), isso possivelmente é devido ao suprimento de material alóctone, que é carreado para a área e favorece o estabelecimento de macrófitas aquáticas flutuantes (Figura 23). Nestas áreas, foram realizadas amostragens de aves e anfíbios anuros visualizadas e por vocalizações.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 23. Macrófitas aquáticas presentes no trecho urbano do Rio Jequiezinho. Fonte: Ambioverde,2022.

I.1.20.2 Tratamento Estatístico dos Dados

Para a realização da interpretação de dados e análises estatísticas, será analisado de maneira qualitativa, de acordo com cada grupo faunístico, que têm como função de estabelecer relação entre a riqueza e a abundância das espécies.

I.1.20.3 Metodologia de Amostragem da Mastofauna

A amostragem de mamíferos de médio e grande porte foi realizado utilizando-se o método de Procura Visual Ativa (PVA) e Encontros Ocasionais no período de 16 a 20 de dezembro de 2022. Neste método, foi realizado o caminhamento em transecto horizontais na APP do rio a partir de avenidas e estradas de chão e caminhos já abertos, buscando por vestígios diretos (p.ex. visualizações, vocalizações, animais mortos, etc.) e indiretos (p.ex. rastros, pegadas, esqueletos, tocas, fezes).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Os transectos foram percorridos, uma vez durante 4 dias, no período matutino (entre 5h30 e 8:30h), e no período noturno (entre 17h e 20h), perfazendo cerca de 12 hs de PVA, por transecto, em cada turno. Ao final de cada campanha têm-se um esforço amostral de 24 horas.

Status de conservação

O status de conservação das espécies segue a Lista Oficial das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção do Estado da Bahia (SEMA, 2017), o Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (ICMBio/MMA, 2018) e União Internacional pela Conservação da Natureza (IUCN, 2019.3). A nomenclatura adotada segue Paglia *et al.* (2012).

I.1.20.4 Metodologia de Amostragem da Avifauna

Foram inventariados aproximadamente 20 hectares sendo 3 ha na área de impacto direto (ADA) e 17 ha na área de influência direta (extensão urbana da APP do rio), ambas estando inseridas no Bioma Caatinga, classificada como área antopizada (INEMA, 2014). A área apresenta um alto grau de antropização. Apresenta um mosaico de gramíneas e arbustos espinhosos de pequeno porte com algumas árvores esparsas.

Dada a homogeneidade da fitofisionomia e o tamanho da área, o método de busca ativa foi adotado para o inventário da avifauna no local, permitindo uma maior cobertura daárea de estudo bem como a utilização de acessos já existentes (trilhas, carreiros).

O diagnóstico foi realizado durante os dias 20 a 23 de dezembro de 2022, totalizando 24 horas de esforço amostral nos horários de maior atividade das aves (inícios da manhã e final da tarde e início da noite).

I.1.21 METODOLOGIA DE AMOSTRAGEM PARA HERPETOFAUNA

Foi realizado o método de Procura Visual Ativa (PVA) durante 4 dias consecutivos entre os dias 20 a 23 de dezembro de 2022, onde aplicamos as técnicas de registro visuais e auditivas em sítios reprodutivos (SCOOT et al., 1994; ZIMMERMAN, 1994). Buscando aumentar as possibilidades de registro dos indivíduos, realizamos 3 buscas no período

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

matutino (6 h – 8 h), 2 buscas no período vespertino (13 -16h) para otimizar a visualização de lagartos e 3 no período noturno (17 h – 20 h) para anuros, totalizando 21 horas de esforçoamostral.

Para registro dos espécimes foram fotografados os indivíduos encontrados durante asbuscas em campo com câmera digital e com auxílio de gravadores foram registradas as vocalizações no ambiente para posterior identificação.

Para categorizar o status internacional de conservação das espécies utilizamos os dados da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN, 2021), para o status nacional de conservação seguimos o Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (ICMBio, 2018).

I.1.22 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste item são apresentados os resultados obtidos nos levantamentos de campo, para cada grupo faunístico investigado.

I.1.22.1 Resultados do Levantamento da Mastofauna

Os registros aqui referenciados correspondem a aplicação das metodologiasapresentadas no item 5.1 por Procura Visual Ativa

Durante o Levantamento da mastofauna terrestre da área de estudo, com um esforçoamostral de observação de 24h pelo método de busca ativa.

Na ADA e AID foram encontrados vestígios e espécimes dos mamíferos que habitamas áreas do empreendimento ou as usam como corredor (Tabela 10, Figura 24).

Tabela 10. Vestígios e espécimes dos mamíferos que habitam as áreas do empreendimento (AID e ADA) ou as usam como corredor.

Família	Espécie	Nome Comum	LOCAL	IUCN	MMA
Caviidae	*Galea spixii*	Preá	AID	LC	LC
Cervidae	*Mazama gouazoubira*	Veado-catingueiro	AID	LC	LC
Dasypodidae	*Dasypus novemcinctus*	Tatu-verdadeiro	AID	LC	LC
Didelphidae	*Didelphis albiventris*	Saruê	ADA	LC	LC

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 24. Registros da mastofauna encontrados na AID do empreendimento: A – pegada de Veado-catingueiro (*Mazama americana*); B – fuçada de Tatu verdadeiro (*Dasypus novemcinctus*); C – pegada de preá (*Galea spixii*). D – avistamento de saruê (*Didelphis albiventris*). Fonte: AmbioVerde.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

I.1.22.2 Considerações sobre o levantamento da Mastofauna

Neste diagnóstico para as áreas de influência direta e diretamente afetada do empreendimento foram encontrados registros de 4 espécies de mamíferos terrestres após empregar um esforço amostral nas áreas por meio de busca ativa.

Apesar de escasso, há a importância de se manter um monitoramento, visando o acompanhamento da dinâmica populacional das espécies, particularmente frente às modificações ambientais ocorridas nas Áreas de Influência do empreendimento, que pode fornecer dados importantes para auxiliar na conservação das espécies encontradas, principalmente as espécies endêmicas, raras e ameaçadas.

I.1.23 RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO DA AVIFAUNA

Foram registradas 58 espécies de aves pertencentes a 15 ordens e 28 famílias, sendo as famílias Tyrannidae (n=8), Trochilidae (n=5, Thraupidae (n=4) e Cuculidae (n=4) as mais representativas (Tabela 11).

Tabela 11. Espécies da avifauna da área de influência direta (AID) e diretamente afetada doempreendimento durante o levantamento de campo em dezembro/22.

Táxon	Nome comum	IUCN1	MMA2	SEMA3
Tinamiformes Huxley, 1872				
Tinamidae Gray, 1840				
Crypturellus tataupa	inhambu-chintã	LC	-	-
Nothura boraquira	codorna-do-nordeste	LC	-	-
Anseriformes Linnaeus, 1758				
Anatidae Leach, 1820				
Amazonetta brasiliensis	marreca-ananaí	LC	-	-
Columbiformes Latham, 1790				
Columbidae Leach, 1820				

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Columbina minuta	rolinha-de-asa-canela	LC		
Columbina talpacoti	rolinha-roxa	LC	-	-
Columbina picui	rolinha-picuí	LC	-	-
Zenaida auriculata	Avoante	LC		
Cuculiformes Wagler, 1830				
Cuculidae Leach, 1820				
Guira guira	anu-branco	LC	-	-
Crotophaga ani	anu-preto	LC	-	-
Tapera naevia	Saci	LC	-	-
Cuculinae Leach, 1820				
Coccyzus melacoryphus	papa-lagarta-acanelado	LC	-	-
Apodiformes Peters, 1940				
Trochilidae Vigors, 1825				
Chlorostilbon lucidus	besourinho-de-bico-vermelho	LC	-	-
Eupetomena macroura	beija-flor-tesoura	LC	-	-
Chionomesa lactea	beija-flor-de-peito-azul	LC	-	-
Anthracothorax nigricollis	beija-flor-de-veste-preta	LC	-	-
Glaucis hirsutus	balança-rabo-de-bico-torto	LC	-	-
Gruiformes Bonaparte, 1854				
Rallidae Rafinesque, 1815				
Gallinula galeata	Galinha d´água	LC		
Porphyrio martinica	frango-d'água-azul	LC	-	-
Charadriiformes Huxley, 1867				
Charadriidae Leach, 1820				
Vanellus chilensis	quero-quero	LC	-	-
Jacanidae Chenu & Des Murs, 1854				
Jacana jacana	Jaçanã	LC	-	-
Pellicaniformes Sharpe, 1891				

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Ardeidae Leach, 1820				
Ardea alba	garça-branca-grande	LC	-	-
Butorides striata	Socozinho	LC	-	-
Egretta thula	Garça-pequena-branca	LC		
Cathartiformes Seebohm, 1890				
Cathartidae Lafresnaye, 1839				
Coragyps atratus	urubu-preto	LC	-	-
Cathartes aura	urubu-de-cabeça-vermelha	LC	-	-
Accipitriformes Bonaparte, 1831				
Accipitridae Vigors, 1824				
Rupornis magnirostris	gavião-carijó	LC	-	-
Strigidae Leach, 1820				
Athene cunicularia	coruja-buraqueira	LC	-	-
Falconiformes Bonaparte, 1831				
Falconidae Leach, 1820				
Caracara plancus	Carcará	LC	-	-
Psittaciformes Wagler, 1830				
Psittacidae Rafinesque, 1815				
Eupsittula cactorum	periquito-da-caatinga	LC	-	-
Passeriformes Linnaeus, 1758				
Thamnophilidae Swainson, 1824				
Myrmorchilus strigilatus	tem-farinha-aí	LC	-	-
Thamnophilus capistratus	choca-barrada-do-nordeste	LC	-	-
Furnariidae Gray, 1840				
Furnarius rufus	João-de-barro	LC	-	-
Pseudoseisura cristata	casaca-de-couro	LC	-	-
Synallaxis frontalis	Petrim	LC	-	-
Certhiaxis cinnamomeus	Curutié	LC		

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Rhynchocyclidae Berlepsch, 1907				
Tyrannidae Vigors, 1825				
Camptostoma obsoletum	Risadinha	LC	-	-
Fluvicola nengeta	lavadeira-mascarada	LC		
Pitangus sulphuratus	bem-te-vi	LC	-	-
Megarhyncus pitanguá	Neinei	LC	-	-
Suiriri suiriri	Suiriri	LC	-	-
Arundinicola leucocephala	Freirinha	LC	-	-
Xolmis irupero	Noivinha	LC	-	-
Myiophobus fasciatus	Filipe	LC	-	-
Hirundinidae Rafinesque, 1815				
Progne chalybea	andorinha-grande	LC	-	-
Pygochelidon cyanoleuca	andorinha-pequena-de-casa	LC		
Stelgidopteryx ruficollis	andorinha-serradora	LC		
Troglodytidae Swainson, 1831				
Troglodytes musculus	Corruíra	LC	-	-
Mimidae Bonaparte, 1853				
Mimus saturninus	sabiá-do-campo	LC	-	-
Estrildidae				
Estrilda astrild	bico-de-lacre	-	-	-
Passeridae				
Passer domesticus	Pardal	-	-	-
Fringillidae Leach, 1820				
Euphonia chlorotica	fim-fim	LC	-	-
Icteridae Vigors, 1825				
Gnorimopsar chopi	pássaro-preto	LC	-	-
Chrysomus ruficapillus	Garibaldi	LC	-	-
Thraupidae Cabanis, 1847				

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Volatinia jacarina	Tiziu	LC	-	-
Sicalis flaveola	canário-da-terra	LC	-	-
Paroaria dominicana	cardeal-do-nordeste	LC	-	-
Thraupis sayaca	sanhaço-cinzento	LC	-	-

1- *International Union for Conservation of Nature*; 2- Ministério do Meio Ambiente; 3- Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia.

Para o município de Jequié encontram-se registradas no Wikiaves 386 espécies de aves atualmente. O número de 58 espécies levantadas neste diagnóstico representa cerca de 15% das espécies ocorrendo no município. Importante ressaltar que este estudo foi realizado no final da estação reprodutiva, novas amostragens em futuras estações reprodutivas podem fornecer registros de novas espécies que ocorram na área, ou que a frequentem em regime migratório.

As figuras 25 a 27 ilustram as espécies registradas durante o levantamento de avifauna na área diretamente afetada (ADA) e área de influência direta (AID) do empreendimento. As figuras 28 a 30 ilustram espécies registradas em outro levantamento no munícipio de Jequié que ocorrem na área de estudo.





Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

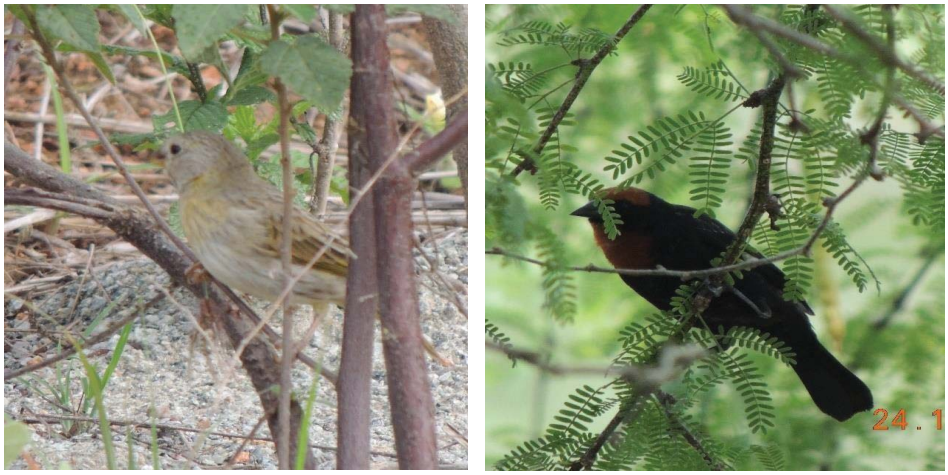
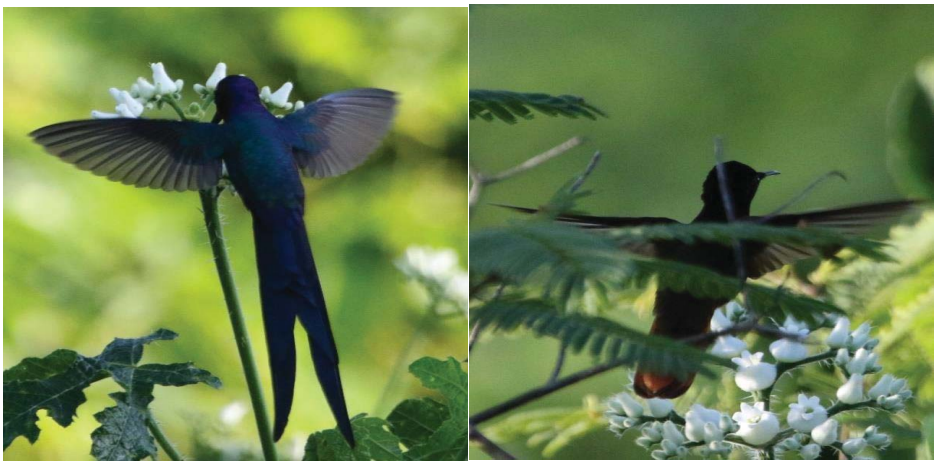


Figura 25. Espécies registradas no levantamento de avifauna. A) socozinho (*Butorides striata*); B) Garça-branca (*Ardea alba*); C) canário-da-terra (*Sicalis flaveola*), D) Garibaldi (*Chrysomus ruficapillus*).



Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 26. Espécies registradas no levantamento de avifauna (continuação). A) beija-flor-tesoura (*Eupetomena macroura*); B beija-flor-vermelho (*Chrysolampis mosquitus*); C) *Pitangus suphuratus* (Bem-te-vi); D) canário-da-terra (*Sicalis flaveola*).



Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 27. Espécies registradas no levantamento de avifauna. A) *Paroaria dominicana* (cardeal-do- nordeste); B) *Vanellus chilensis* (quero-quero); C) Suiriri-cinzento (*Suiriri suiriri*); D) Tiziu (*Volatinia jacarina*).



Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 28. Arquivos de imagens de aves de registros no município referente as mesmas espécies levantadas em campo: A) *Crotophaga ani* (anu-preto), B) *Cathartes aura* (urubu-de-cabeça- vermelha); C) *Jacana jacana* (jaçanã); D) *Porphyrio martinica* (frango-d'água-azul).



Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 29. Arquivos de imagens de aves de registros no município referente as mesmas espécies levantadas em campo: A) *Furnarius figulus* (casaca-de-couro-da-lama; B) tico-tico (*Zonotrichia capensis*); C) *Athene cunicularia* (Coruja-buraqueira); D) *Columbina talpacoti* (Rolinha-roxa).



Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 30. Arquivos de imagens de aves de registros no município referente as mesmas espécieslevantadas em campo: G) Sabiá-do-campo (*Mimus saturninus*); H) Suiriri (*Tyrannus melancholicus*); I) Anu-branco (*Guira guira*); J) piriquito-da-caatinga (*Eupsittula cactorum*); K) *Gnorimopsar chopi* (Pássaro-preto); L) *Rupornis magnirostris* (gavião-carijó).

Não foram observadas espécies raras ou ameaçadas de extinção.

I.1.23.1 Considerações sobre o diagnóstico da Avifauna

A riqueza de espécies apresentada neste levantamento mostra a presença e importância da avifauna, a vista de se entender melhor as interferências do empreendimento sobre a dinâmica populacional e outros aspectos ecológicos.

Das 386 espécies de aves (Wikiaves) atualmente no município de Jequié, o número de 59 espécies levantadas neste diagnóstico representa cerca de 15% das espécies ocorrendono município.

Importante ressaltar que este estudo foi realizado no final da estação reprodutiva, então, espera-se que novas amostragens em futuras estações reprodutivas podem fornecer registros de novas espécies que ocorram na área, ou que a frequentem em regime migratório.

O diagnóstico da área com regularidade é de extrema importância para que seja possível avaliar o impacto do empreendimento sobre estas espécies ao longo do tempo tendo

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

em vista a necessidade de supressão de vegetação em um ecótono mesmo já bastante antropizado.

I.1.24 RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO DA HERPETOFAUNA

I.1.24.1 Anfíbios

Registramos um total de 12 espécies para a área amostrada, sendo elas distribuídasem quatro famílias e sete gêneros (Tabela 12).

Todas as espécies aqui registradas estão classificadas como pouco preocupante (LC)para o status de conservação nacional e internacional (ICMBio, 2018; IUCN, 2022).

Tabela 12. Lista de anfíbios registrados no Rio Jequiezinho na ADA e AID do empreendimento, município de Jequié, Bahia. IUCN – *Status* de conservação internacional; BRA – *Status* de conservação nacional (ICMBio, 2018). LC – Pouco preocupante.

Táxon	Nome Popular	Status de Conservação	
		IUCN	BRA
Anura			
Bufonidae			
Rhinella diptycha (Cope, 1862)	Sapo-Cururu	LC	LC
Rhinella granulosa (Spix, 1824)	Sapo-Cururuzinho	LC	LC
Hylidae			
Dendropsophus branneri (Cochran, 1948)	Pererequinha	LC	LC
Dendropsophus oliveirai (Bokermann, 1963)	Pererequinha	LC	LC
Dendropsophus elegans (Wied-Neuwied, 1821)	Perereca-de-moldura	LC	LC
Scinax x-signatus (Spix, 1824)	Perereca-de-banheiro	LC	LC
Scinax eurydice (Bokermann, 1968)	Perereca	LC	LC
Boana crepitans (Wied-Neuwied, 1824)	Perereca	LC	LC
Leptodactylidae			
Physalaemus kroyeri (Reinhardt and Lütken, 1862)	Rãzinha-do-folhiço	LC	LC
Leptodactylus latrans (Steffen, 1815)	Caçote	LC	LC
Leptodactylus troglodytes Lutz, 1926	Caçote	LC	LC
Leptodactylus fuscus (Schneider, 1799)	Caçote	LC	LC
Phyllomedusidae			
Pithecopus nordestinus Caramaschi, 2006	Perereca macaco	DD	LC

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

A figura 31 ilustra as espécies de anfíbios registrados no município e que que foramlevantadas pela vocalização na área de estudo no levantamento da herpetofauna.



Figura 31. Arquivos de imagens de anfíbios de levantamento no município referente as mesmas espécies que ocorrem na área de estudo: A – *Rhinella diptycha*; B – *Leptodactylus latrans*; C – *Physalaemus kroyeri;* D – *Leptodactylus fuscus.*

I.1.24.2 Répteis

Dentre as espécies de répteis, foram feitos alguns registros em campo de lagartixas *Tropidurus hispidus* e *Tropidurus torquatus*, associados a instalações rurais (Tabela 11).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

A figura 33 ilustra as espécies de répteis levantados na área de influência direta ediretamente afetada pelo empreendimento.

Tabela 11. Espécies registradas em campo durante o levantamento da herpetofauna.

Família	Espécie	Nome Popular	IUCN	MMA
Tropiduridae	*Tropidurus hispidus*	Calango	LC	LC
	Tropidurus torquatus	Lagartixa	LC	LC
Teiidae	*Salvator merianae*	Teiú	LC	LC
	Ameiva ameiva ameiva	Calango Bico-doce	LC	LC



Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F



Figura 32. Espécie de répteis levantados na AID do empreendimento: A - *Tropidurus hispidus* (lagartixa); B - *Tropidurus torquatus* (Lagartixa); C - *Ameiva ameiva ameiva* (calango bico-doce); D – *Philodryas olfersii* (cobra-verde). Fotos: Gilvan Mota.

I.1.24.3 Espécies ameaçadas

As espécies registradas constam nas listas CMBio (2018) e SEMA (2017) como pouco preocupante (LC).

I.1.24.4 Considerações sobre o diagnóstico da herpetofauna

Neste diagnóstico para as áreas de influência do empreendimento foram avistadas 11 espécies de anfíbios e 4 espécies de répteis durante a campanha de campo, sendo identificadas nas áreas por meio de busca ativa e gravação sonora. Este número indica uma rica fauna de anfíbios, resultante da poções de áreas úmidas e lagoas existente na paisagem, que compõemos habitats e distribuição dos espécies.

De maneira geral, as espécies encontradas nas áreas amostradas durante o levantamento são consideradas generalistas, ou seja, possuem alta plasticidade ecológica e tolerância a ambientes antropizados.

O conjunto de resultados encontrados aponta para a importância de realização de diagnóstico. Desta forma, a manutenção destes corredores de fauna durante algum período

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

do ano entre estas áreas mesmo antropizadas, apresenta-se como uma importante ferramenta na conservação destas espécies.

Sendo assim, o diagnóstico da fauna visando o acompanhamento da dinâmica populacional destas espécies, particularmente frente às modificações ambientais ocorridas nas áreas de influência direta (AID) do empreendimento, pode fornecer dados importantes para auxiliar na conservação das espécies encontradas.

3.2.2.2.4. PEIXES

Na pesquisa de campo, através de entrevistas com moradores locais e comprovado por fotos de coleta feita pelos mesmos, foram registradas as espécies constantes na tabela 13.

Tabela 13. Peixes identificados no Rio Jequiezinho, Jequié-BA.

Família	Nome Científico	Nome Popular
Anostomidae	*Leporinus bahiensis*	Piau
Cichlidae	*Oreochromis cf. niloticus*	Tilápia
Callichthyidae	*Callichthys callichthys*	Comboatã
Characidae	*Astyanax cf. bimaculatus*	Piaba
	Astyanax gr. fasciatus	Piaba
	Serrassalmus brandtii	Pirampeba
Erythrinidae	Hoplias malabaricus	Traíra
Prochilodontidae	Prochilodus costatus	Curimatã
Poecilidae	Poecilia sp	Pari viva

As espécies citadas na tabela 13 não consta na Lista de Espécies ameaçadas de Extinção ICMBIO (2018).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 33. Alguns registros de peixes encontrados no rio Jequiezinho na AID do empreendimento. Fonte: AmbioVerde, 2022. *Hoplias malabaricus* (Traíra), *Oreochromis cf.niloticus* (Tilápia), *Pimelodus* sp (Bagre) e *Poecilia vivipara* (Pari-viva).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

c. MEIO SÓCIO-ECONÔMICO

A Área de Influência Indireta (AII) neste empreendimento para o meio antrópico foi considerado, o trecho urbano do Rio Jequiezinho, e, características do município de Jequié no qual o mesmo está localizado, sendo apresentados os principais aspectos socioeconômicosda AII.

O município de Jequié está inserido na Mesorregião do Centro Sul Baiano (IBGE, 2020) e na Região Intermediária de Vitória da Conquista. Atualmente o município continua com uma economia forte pautada no desenvolvimento do comércio e serviços, indústria e da agricultura e pecuária, tendo a primeira como foco o plantio de cacau, cana-de-açúcar, maracujá e melancia. O setor mineral também tem apresentado crescimento, principalmente em função das jazidas em prospecção em toda a região (SIGMINE-ANM, 2021).

Aspecto Demográfico

A população total residente em Jequié estimada para 2021 foi de 156.277 habitantes,segundo dados do IBGE. Com uma área de 2.969,039 km², possui uma densidade demográfica de 47,07 hab/km².

Uso e Ocupação do Solo

O município de Jequié é ocupado na zona rural pela agropecuária e urbana por residências e atividades comerciais e industriais (Figura 34). Na AID do empreendimento é desenvolvida atividade de comercialização de hortifrutigranjeiros, produtos agropecuários, restaurantes, farmácias, loja de confecção, embalagens e outros. O município está inserido na bacia hidrográfica do Rio de Contas.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

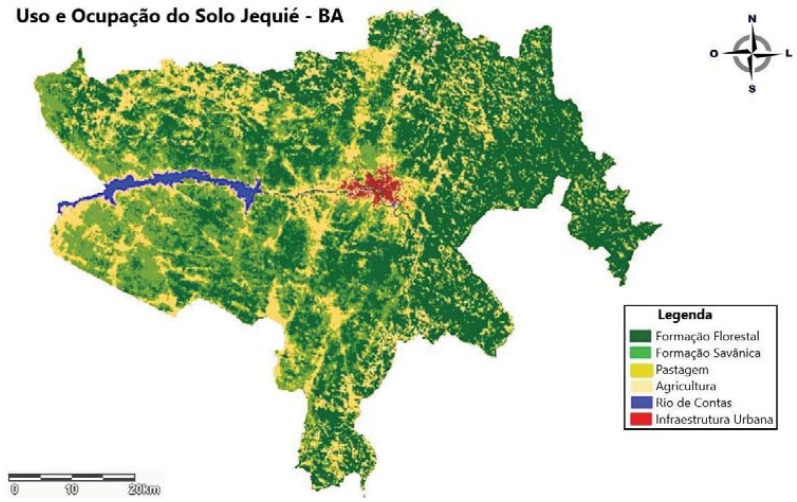


Figura 34. Uso e ocupação do solo Jequié-BA. Fonte: Adaptado MapBiomas (2022).

A pecuária e expansão da urbanização são as principais atividades conflitantes da bacia do rio de Contas no trecho de Jequié (MMA/SRH, 2006), sendo estas também as principais ameaças a biodiversidade da região.

Agropecuária

O uso atual do solo rural é representado, na sua maioria, por pequenas propriedades agrícolas (sítios e moradias urbanas) em sua maioria. Grande parte da área de influência direta e indireta do empreendimento está inserida dentro das propriedades rural urbanizada, onde predomina construções. A vegetação apresenta-se aberta, com plantio de arvores para arborização e frutíferas.

Indicadores Municipais

A publicação Indicadores Municipais 2019 (Tabelas 12 a 16), apresentada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) trata-se de uma

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

atualização do compêndio de indicadores socioeconômicos do município de Jequié-BA disponibilizados pela SEI. Exibe o perfil do município com informações demográficas, educacionais, de saúde, além de dados da atividade econômica e do mercado de trabalho, estabelecendo a caracterização, permitindo uma noção preliminar sobre a realidade do município (SEI, 2019).

Tabela 12. Indicadores populacionais Jequié-BA.

Jequié			
Território de Identidade	**Distância da capital (em km)**	**Área (em km²)**	**Densidade demográfica (população/km²)**
Médio Rio de Contas	358	3227,3	48,33

POPULAÇÃO					
Censo demográfico		**Estimativa**	**Projeção**		
2000	**2010**	**2019**	**2020**	**2025**	**2030**
147.202	151.895	155.966	157.220	160.110	161.878
População censitária por situação de moradia – 2010					
Urbana	**Rural**	**Urbanização**	**Total**		
139.426	12.469	91,8%	151.895		
População censitária por faixa etária – 2010					
0 a 14 anos	**15 a 64 anos**	**Acima de 64 anos**	**Total**		
36.665	102.588	12.642	151.895		
População censitária por gênero – 2010					
Masculino	**Feminino**	**Razão de sexo**	**Total**		
73.612	78.283	94,0	151.895		

Fonte: IBGE (2018); SEI (2018).

Tabela 13. Indicadores educacionais Jequié-BA.

EDUCAÇÃO					
Instituições de ensino					
Nível escolar	**Dependência administrativa**	**2012**	**2014**	**2016**	**2018**
Pré escola	**Pública**	41	35	35	34
	Privada	45	46	42	43
Ensino fundamental	**Pública**	112	108	100	96
	Privada	62	64	62	65
Ensino médio	**Pública**	14	15	14	14
	Privada	4	5	5	5
Matrículas nas instituições de ensino					
Nível escolar	**Dependência administrativa**	**2012**	**2014**	**2016**	**2018**

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Pré escola	**Pública**	1858	1907	1756	2264
	Privada	2311	2274	2114	2023
Ensino fundamental	**Pública**	17937	16595	15783	15122
	Privada	5771	6355	6640	6543
Ensino médio	**Pública**	5621	5930	6172	6014
	Privada	489	577	500	448

Notas da prova do IDEB

Nível escolar	**Dependência administrativa**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**
Ensino fundamental	**Séries iniciais**	3,5	3,2	3,8	4,4
Ensino fundamental	**Séries finais**	2,7	2,8	3,2	3,4

Taxa de analfabetismo

Ano	**2000**	**2010**
Bahia	22,1%	16,3%
Jequié	21,0%	15,0%

Fonte: anuário estatístico da Bahia (2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018).

Tabela 14. Indicadores de saúde Jequié-BA.

SAÚDE

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Leitos hospitalares	423	446	293	377	370	418
Médicos	162	180	163	195	216	232
Enfermeiros	184	223	229	253	306	321
Equipes de PSF	26	26	26	28	28	25
Cobertura de equipes PSF**	22,6%	55,7%	59,8%	60,0%	59,6%	55,4%

Fonte: DataSUS (2019). Cálculos da Coest/SEI.
**Proporção da população coberta pelo atendimento de equipes PSF.

Tabela 15. Indicadores econômicos de Jequié-BA.

ECONOMIA

Produto Interno Bruto (PIB)

PIB	**Ano**			
	2013	**2014**	**2015**	**2016**
PIB (R$ milhões)	1.906,6	2.059,6	2.239,7	2.438,4
PIB per capita	R$11.813,36	R$12.780,55	R$13.865,48	R$15.062,91
Ranking no PIB Bahia	18º	19º	19º	18º

Participação dos setores na atividade econômica – 2016	**Agropecuária**	**Indústria**	**Comércio e Serviços**	**Total**
	2,1%	18,1%	79,8%	100%

Fonte: IBGE (2018); SEI (2018).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Tabela 16. Indicadores econômicos de Jequié-BA.Fonte: MTE-Caged/MTE-RAIS (2018).

MERCADO DE TRABALHO						
População em Idade Ativa (2010)	População Economicamente Ativa – PEA (2010)				Taxa de Desocupação (2010)	
128.478	70.548				10,3%	
Mercado de Trabalho Formal (RAIS)						
Setor de Atividade	**2014**			**2017**		
	Estabelecimentos	**Estoque do Emprego Formal**	**Renda Média do Trabalhador Formal**	**Estabelecimentos**	**Estoque do Emprego Formal**	**Renda Média do Trabalhador Formal**
Extrativa Mineral	6	71	R$1191,16	4	33	R$1527,81
Indústria de Transformação	240	6797	R$1060,13	212	5724	R$1326,22
Serviços Industriais de Utilidade Pública	5	53	R$3549,89	5	47	R$4534,39
Construção Civil	167	1520	R$1815,96	111	970	R$1522,32
Comércio	1445	7328	R$1178,36	1360	6522	R$1400,55
Serviços	802	5759	R$1316,94	848	6.291	R$1647,75
Administração Pública	6	3159	R$2776,73	6	3477	R$3682,84
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	218	454	R$825,89	218	407	R$1015,40
Total	2889	25141	R$1416,12	2747	23471	R$1793,16
Saldo do Mercado de Trabalho Formal (admissões – demissões) – Caged						
Ano	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Saldo	-216	1.043	-1112	-282	-871	601

*Empregos com carteira assinada.
**exclusos os sem rendimentos
Obs. Este documento foi gerado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahiaem 09/09/2019.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

3.3.2.2. ÁGUA E ESGOTO

O abastecimento de água é realizado pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento da Bahia (EMBASA). Na localidade, têm-se instalada uma estação de bombeamento (estação elevatória 2 (dois) – que realiza a coleta de 85% do esgoto do município) até a estação de tratamento de esgoto (ETE) no bairro Espírito Santo.

3.3.2.3. SAÚDE

Atualmente o município possui uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA no bairro do, Policlínica Intermunicipal de Saúde e posto de saúde no bairro campo do América e em diversos bairros que é mantido pelo poder municipal e estadual que atendem os moradores e comerciantes da localidade. Os casos mais graves são transportados para Hospital Geral Prado Valadares – HGPV, um dos maiores hospitais do interior da Bahia.

3.3.2.4. TELECOMUNICAÇÕES

A cidade de Jequié conta com uma torre da Operadora Oi, Claro, Vivo e Tim, que distribui o sinal local.

3.3.2.5 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL

Não ocorre na área comercial local físico que configura uso para associação de comerciantes locais. Nas entrevistas, percebe-se que existe uma despolitização por parte da grande maioria dos mesmos em não fazer parte das organizações comerciais da cidade comoa Câmara de Dirigentes Lojistas de Jequié (CDL), Associação Comercial e Industrial de Jequié (ACIJ), e, Sindicato dos Comerciários de Jequié (SICOMERCIO).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

3.3.2.6 EDUCAÇÃO

Do ponto de vista educacional a localidade é atendida por uma Escola Estadual (Colégio Modelo) (Figura 35).



Figura 35. Colégio Estadual mais próximo do empreendimento. Fonte: AmbioVerde.

3.3.2.7. LAZER E ESPORTES

Na extensão das Avenidas Castelo Branco e Cesar Borges ocorre a prática de caminhadas, sendo utilizadas também pela população a ciclofaixa e a academia ao ar livre (Figuras 36 e 37).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 36. Academia ao ar livre. Fonte: AmbioVerde.



Figura 37. Área pública da avenida Cesar Borges utilizada para caminhadas e prática de ciclismo.Fonte: AmbioVerde.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

3.3.2.8. RELIGIOSIDADES

Por se tratar da região central de Jequié, a igreja Matriz de Santo Antônio, é a mais próxima. Ocorre o trezenário de Santo Antônio, no mês de junho, padroeiro da cidade. Conta também com templos evangélicos situados nas adjacências do bairro onde acontece os cultos(Figura 38).



Figura 38. Catedral de Santo Antônio, próximo ao empreendimento. Fonte: https://www.guiadoturismobrasil.com/cidade/BA/276/jequie.

3.3.2.9. ENERGIA ELÉTRICA

O consumo de energia elétrica, teve a seguinte distribuição: comercial (24.115.258 kWh), industrial (23.721.686 kWh), pública (20.818.966 kWh), residencial (57.327.725 kWh) e rural (3.549.785 kWh) (SEI, 2009).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

3.4. Análise dos Percepções dos comerciantes sobre cidadania, sustentabilidade local e da construção do estacionamento

Para conhecer as percepções sobre sustentabilidade local e quanto aos impactos gerados pela implantação do estacionamento sobre o rio Jequiezinho, procurou-se ouvir os comerciantes do mercadão municipal e na avenida principal e secundárias.

A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas com aplicação de formulários, contendo questões abertas e fechadas (adaptado de Souza e Silva, 2012; Pádua *et al.,* 2004). Foram entrevistados 20 comerciantes que foram abordados aleatoriamente e as respostas eram anotadas sinteticamente pelos entrevistadores.

Os dados obtidos foram tratados a partir de análise qualitativa e quantitativa. Desse modo, efetuou-se a análise de conteúdo (Minayo, 2004) dos dados qualitativos, com base em categorias e subcategorias descritivas, definidas a partir do referencial teórico do estudo e utilizou se a estatística descritiva na abordagem quantitativa das informações coletadas.

Através da análise dos dados coletados, as respostas foram listadas, codificadas eorganizadas nas respectivas categorias e subcategorias, associando os significados explícitosou implícitos, presentes no discurso ao contexto sociocultural dos atores sociais envolvidos.Esta pesquisa visa gerar informações para subsidiar o empreendedor para compreender as percepções dos comerciantes locais e elaborar um programa de educação ambiental para essa comunidade local.

Perfil dos entrevistados

Do total de 20 comerciantes que foram entrevistados, com relação à idade, 50% têm entre 31-50 anos, 25% têm entre 17-30 anos e 25% têm entre 51-67 anos. Quanto ao grau de instrução, os comerciantes possuem nível médio (35%) e fundamental (35%) e nível superior(30%). Com respeito ao estado civil, 60% são casados, 30% solteiros e 10% divorciados. Com respeito à renda familiar 75% dos entrevistados foram empresários e 25 % foram empregados do comércio.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Perfil do Comércio

Com respeito ao comércio local, quanto ao tempo de permanência, 50% têm menos de 10 anos, 35% têm entre 11 a 25 anos e 15% tem entre 31 a 40 anos. Com respeito a usa da água 100% usam a água da EMBASA. 70 % têm banheiro no comércio e 30 % usam o banheiro público do mercadão. 77% não são filiados à associação comercial e apenas 3% sãoassociados ao CDL e ACIJ.

Destinação dos Resíduos Sólidos

Quanto ao destino dos resíduos, o caminhão da empresa responsável contratada pelaprefeitura realiza a coleta nas principais ruas, sendo que os comerciantes destinam 99% para a coleta do caminhão, coletando com frequência, após as 18 h através do caminhão coletor da empresa que presta coleta de limpeza pública, a Locar Gestão de Resíduos. Apenas 2 (dois) comerciantes entrevistados informar destinar os resíduos nas caixas coletoras face a rota do caminhão não passar em frente ao seu comércio.

Conhecimento sobre reciclagem dos Resíduos Sólidos

Foi diagnosticado através das perguntas sobre a importância da reciclagem para redução de resíduos sólidos nesta área comercial, diagnosticando que há disposição adequadade resíduos sólidos através de containers coletores (Figura 39).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 39. Disposição dos resíduos do comercio local em contêineres. Fonte: AmbioVerde, 2022.

Observou-se nas entrevistas que existe um conhecimento adequado de como ocorre o processo da reciclagem e do reaproveitamento desse material.

Também foi trazido no questionário, a citação pelo menos de 2 (dois) produtos que podem ser reciclados e responderam: “garrafa PET e papel’, ‘plástico e metal’ e ‘papelão”.

Na abordagem dos comerciantes, foi possível observar a necessidade de mudanças positivas na situação socioambiental dessa área comercial, onde os comerciantes têm um sentimento de melhoria deste local.

Um programa de educação ambiental deve enfatizar ações de cidadania onde precisam conhecer seus direitos e desempenhar seus deveres para si e para a comunidade emque vivem. Deve dotar os cidadões de senso crítico para cobrar também dos comerciantes questões relacionadas ao saneamento básico e poluição do solo, sensibilizando a ter melhorescondições ambientais e de saúde coletiva.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Percepções sobre o Rio Jequiezinho

Com relação à concepção sobre o Rio Jequiezinho, observou-se que entre 90% dos comerciantes predominam uma percepção de um rio mau cuidado, que exala mau cheiro, acúmulo de entulhos e lixo e traz insetos. Informaram que mesmo com a limpeza que vem sendo realizado nesta gestão, tem o esgoto da embasa que ainda traz o odor. 10% demonstraram preocupação com as enchentes frequentes. 100% dos comerciantes tiveram seus comércios invadidos pela água do rio com a recente enchente do Rio de Contas, onde trouxe prejuízos a todos do local.

O programa de educação ambiental deve trazer uma discussão e reflexão a respeito do local construído e regime das chuvas e cheias dos recursos hídricos e como o antropismo deve respeitar esse conhecimento, embora haja meios de mitigação na atualidade através doconhecimento tecnológico.

Concepção de Meio Ambiente e Conservação local

Com relação à concepção de meio ambiente, observou-se que entre 80% dos comerciantes predominam a concepção naturalista, expressa pela percepção da relação ser humano-natureza por meio de uma visão romantizada, valorizando os elementos bióticos e abióticos do ambiente e concebendo o ser humano como vilão, que quer reencontrar o seu lugar na natureza após degradá-la (Tozoni Reis, 2004), como demonstram os transcritos a seguir: “natureza é boa, árvores’; ‘preservar os rios’; ‘são os animais e a vegetação”. “Proteger o meio ambiente. Conservar, não jogar lixo no rio, na rua e arborizar”.

No entanto, 20% apresentaram uma visão socioambiental, numa compreensão mais ampliada do Meio Ambiente como lugar que vive e realiza transformações, como demonstram os transcritos a seguir: “conservar o rio para termo um meio ambiente com qualidade de vida mais sustentável”, “tudo o que está ao redor’, ‘o lugar onde vivemos’, ‘nãodeve ser construído em áreas de preservação”.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

A razão para conservar a biodiversidade depende de muitos valores relacionados aos interesses humanos. Para muitos, a extinção levanta uma questão moral, uma vez que como a espécie humana afeta a natureza, há uma responsabilidade moral de protegê-la (Ricklefs, 2000).

Independentemente de seu valor econômico, alguns princípios baseados em argumentos éticos e no valor intrínseco das espécies, são importantes para a conservação, porque fornecem justificativas de proteção igualitária de espécies raras e sem valor econômico (Primack e Rodrigues, 2001).

Interesse da Comunidade Local em se Informar Sobre a Conservação do MeioAmbiente

Na pesquisa, todos os participantes demonstraram interesse em se informar sobre a conservação do meio ambiente, e indicaram, dentre alguns recursos/estratégias didáticos propostos, aqueles que consideravam mais adequados para esta finalidade. Em ordem de preferência, foram escolhidos pelos entrevistados os seguintes recursos: vídeos (60%), seguida de palestras (35%) e 5% de cartilhas e panfletos.

Um programa de educação ambiental para comerciantes deve utilizar estratégias e recursos didáticos adequados, viabilizando a aprendizagem significativa, dentro do ensino não formal. Para Bianconi e Caruso (2005), a educação não–formal compreende qualquer tentativa educacional organizada e sistemática que se realiza, normalmente, fora dos quadros do sistema formal de ensino. A promoção de palestras poderá ter um papel sensibilizador, ao ser usados tanto em locais fixos, como em locais de reuniões da comunidade, como também,associado a exibição de vídeos nestes mesmos locais.

O uso de cartilhas e panfletos, as quais também foram citados pelos comerciantes poderá ser um recurso útil, pois pode ser lida nos momentos oportunos e disseminados para outros lugares, possibilitando o acesso a outros da comunidade.

Os dados analisados permitem concluir que embora os comerciantes da localidade apresentem percepções pertinentes à importância da conservação da natureza, há necessidade

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

do desenvolvimento de estratégias e políticas dirigidas à sustentabilidade ambiental que integrem um processo de construção coletiva do conhecimento e o desenvolvimento de posturas e atitudes éticas com relação às questões ambientais, consolidando o envolvimento dos mesmos com as causas ecológicas, sociais, culturais, econômicos, políticos e educacionais, contribuindo para o exercício da cidadania.

A realização de programas de educação ambiental deve também ser incentivo para melhoria das suas condições de vida e de valorização profissional da sua classe em termos econômicos e de oportunidades.

Indignação Quanto a Política Pública nesta área comercial como Transporte, Emprego, Saúde, segurança pública, etc.

Os comerciantes ao serem entrevistados afirmaram que se sentem indignados com a área comercial e vem se mobilizando para melhorias por falta de segurança pública com tráfico de drogas e assaltos e depredação de veículos (60%), melhoria no trânsito local (30%) e seguido de 10% referente a ausência de serviços de pavimentação das ruas, esgotamento sanitário e limpeza pública. Informaram que a zona azul trouxe uma melhoria, porém reclamam que faltou a garantia de uma vaga para o estabelecimento, que necessita de pôr o veículo o no horário comercial do dia.

Percepções sobre o trânsito local e sobre a dificuldade de estacionamento nesta área comercial

Conforme percepções nas entrevistas dos comerciantes locais, ao serem perguntadossobre suas sobre o trânsito local e dificuldade de vagas de estacionamentos, os mesmos (100%) informaram que existe uma necessidade de ampliação tendo em vista o engarrafamento, o trânsito desorganizado, sem sinalização e fiscalização. Houve comentáriosque com o crescimento local para o anel viário, a avenida César Borges tornou-se a principal via de tráfego, aumentando assim o congestionamento e engarrafamento nessa área comercial

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

do mercadão. O descarregamento de mercadorias dos feirantes realizados pelos caminhões também impacta o trânsito local.

Percepções diante do empreendimento Estacionamento sobre a margem direito do Rio Jequiezinho para atender os usuários do mercadão. O que Considera Maior? Vantagem Ou Desvantagem?

Conforme percepções nas entrevistas dos comerciantes locais, ao serem perguntados sobre suas expectativas com o novo empreendimento do Estacionamento, informaram que possuem boas expectativas de melhoria do trânsito local, com oferta de vagas de estacionamento, considerando como vantagem (100%). Apenas 2% mostraram se também preocupados que houvesse a preservação rio Jequiezinho com melhorias contínuas dedespoluição como vem sendo feito nesta gestão municipal.

5. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICADA A ZONA URBANA DO RIO JEQUIEZINHO

Como base legal que assegure a proteção da APP na margem deste recurso hídrico, têm-se: o Código Florestal, Lei Nº 12.651/2012 e a Lei Complementar do Município de Jequié, Nº 003/2007, além de considerar também as leis urbanísticas Federal N° 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e municipal Lei Complementar 002/2007.

O Código Florestal trouxe muitas inovações, entretanto, aparentemente não sanou muitas dúvidas que permeiam as relações estabelecidas diante do Direito Ambiental, sobre diversos aspectos de seu conteúdo, entre elas a que se pretende dirimir por meio deste parecer.
No Art. 3º da referida lei Nº 12.651/2012, entende-se por:
II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populaçõeshumanas;

VI - uso alternativo do solo: substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras coberturas do solo, comoatividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissãode energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana;

IX - interesse social, além dos itens descritos nas alíneas de a a f, o disposto na alínea g) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo federal;

XIX - leito regular: a calha por onde correm regularmente as águas do curso d'água durante o ano;

XXVI - área urbana consolidada: aquela de que trata o inciso IIdo caput do art. 47 da Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009; e (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012). II – área urbana consolidada: parcela da área urbana com densidadedemográfica superior a 50 (cinquenta) habitantes por hectare emalha viária implantada e que tenha, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:

a) drenagem de águas pluviais urbanas;

b) esgotamento sanitário;

c) abastecimento de água potável;

d) distribuição de energia elétrica; ou

e) limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

(Revogado pela Medida Provisória nº 759, de 2016)(Revogado pela Lei nº 13.465, de 2017)
Na situação em análise deste parecer, resta caracterizada a APP, uma vez tratar-se de área urbana consolidada, de acordo com o art. 4º, do mesmo diploma legal, pelo que revela em seu dispositivo, de acordo com o Art. 4º da Lei, considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas:
I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012). (Vide ADIN Nº 4.903)
a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

Neste interim, o Direito Ambiental nos ensina que qualquer "alteração" que de alguma forma modifique, interfira e interaja com área tida por APP, deve ser compreendidacomo exceção.

Assim, podemos entendê-las por porções de terra cuidadosamente delimitadas na propriedade, seja ela urbana ou rural, nas quais o legislador cuidou de não permitir a exploração do solo ou a supressão da cobertura vegetal, a não ser se houver autorização do Poder Público.

Em conformidade com as hipóteses normativas, quais sejam: utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, o caso descrito em tela, salvo melhor juízo, deve estar caracterizado como hipótese de baixo impacto ambiental, a ser confirmado em parecertécnico ambiental.
Observando a Lei municipal - Lei complementar do município de Jequié, n.º 003/07de 27 de dezembro de 2007, no art. 39, onde são apresentadas diretrizes específicas para as Áreas de Preservação Permanente: são apresentadas as seguintes ações por parte do município:

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

a) enquadrar e delimitar as áreas de incidência;

b) efetivar o saneamento ambiental dos rios;

c) implementar proteções estruturais com a finalidade de impedir aterros e edificações nas margens dos rios;

d) preservar as faixas inundáveis dos rios que correspondem, no mínimo, para cada lado, a 50 metros para o Rio Jequiezinho e a 15 metros para os demais rios e riachos;

e) controlar e coibir a ocupação dessas áreas e relocar as populações residentes ao longo das áreas alagadiças do Rio das Contas e do Rio Jequiezinho.

Sob o ponto de vista ecológico, áreas inundáveis são aquelas que recebem periodicamente o aporte lateral das águas de rios, lagos, da precipitação direta ou de lençóissubterrâneos (CPRM, 2017). Inundação é o transbordamento das águas de um canal de drenagem, atingindo as áreas marginais (planície de inundação ou área de várzea). A inundação ocorre quando o volume da água do corpo hídrico não se limita à calha principal do rio e extravasa para áreas marginais, habitualmente não ocupadas pelas águas (CPRM, 2017) (Figura 40).



Figura 40. Diferentes elevações do nível de um Rio. Fonte: Proteção e Defesa Civil de São Bernardodo Campo-SP http://dcsbcsp.blogspot.com.br/.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Segundo Tucci (2009), quando a precipitação é intensa, a quantidade de água que chega simultaneamente no córrego pode ser superior ao que este comporta, ou seja, o volume gerado pelo escoamento superficial supera a capacidade normal de drenagem da sua calha, ocasionando em transbordamentos e inundação das áreas ribeirinhas. Os problemas resultantes das inundações dependem do grau de ocupação das várzeas (margens dos rios) pela população e da frequência com a qual as inundações ocorrem.

Analisando a lei municipal que delimita faixa de 50 m, a alínea 'd' é clara quando prevê a preservação das faixas inundáveis, mas é sabido que nem todas as laterais que compreende o talvegue do rio seja inundável, não sendo delimitado nesta lei quais áreas sãoinundáveis no trajeto da zona urbana.

Neste caso, caberia ao município delimitar a faixa de inundação para os seus rios, identificando a área de abrangência do escoamento nas margens do curso d'água em caso deuma chuva máxima, através da avaliação da caracterização física da bacia hidrográfica do rio, definição do hidrograma, levantamento planialtimétrico e transformação dos dados da modelagem hidrodinâmica para concepção da faixa de inundação com o desenho georreferenciado, o que já vem sendo realizado em planejamento urbanístico em várias cidades (OLIVEIRA E OUTROS, 2016).

Fazendo-se um levantamento topográfico da área de estudo, com base nas cotas de elevações e baseado em histórico de regime de chuvas e cheias no município, observa-se que a mesma caracteriza uma área inundável no período de cheias, tendo em vista o retorno de água do Rio de Contas, mas que diminui o volume em curto período, vide o fato recente ocorrido no final do ano de 2021 e início de 2022.

Historicamente, ocorreram inundações a mais de 30 anos, como na década de 80, sendo a última grande inundação constatada do Rio Jequiezinho (em 1986), onde se estendeu até a área do CEAVIG, Avenidas Franz Gedeon, Landulfo Caribé e parcialmente a Rua Coronel Costa Brito (antiga 'manga do costa') (Figuras 41 a 45).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 41. Enchente do Rio Jequiezinho (ano desconhecido). Fonte: autor desconhecido.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 42. Enchente do Rio Jequiezinho no ano de 1981. Fonte: autor desconhecido.



Figura 43. Enchente do Rio Jequiezinho no ano de 1982. Fonte: Nildo Cine Foto.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Figura 44. Enchente do Rio Jequiezinho no periodo dezembro de 2021 a janeiro de 2022. Fonte:Prefeitura Municipal de Jequié (2021).



Figura 45. Enchente do Rio Jequiezinho em dezembro de 2021. Fonte: Juliane Pereira.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

As precipitações que ocorreram no município de Jequié-BA e região (Maracás, Manoel Vitorino, Iramaia, Mirante) e Lafaiete Coutinho (Bacia do Rio Jequiezinho) fizeram com que na data de 25/12/2022 o Reservatório da Pedra atingisse 93,34% de seu volume útil, com defluência média de 2.300 m^3/s, ocasionando inundação, alagamento, deslizamentos e erosão por diversos pontos da cidade, consequentemente causando danos em diversos setorespúblicos e privados (Figura 46).

Tendo em vista o evento adverso ocasionado no município de Jequié-BA foram registrados prejuízos sociais, econômicos e ambientais, como imóveis afetados, com danos estruturais e/ou perda total, desalojamentos, desabrigados, obstrução de vias, formação de crateras e desmoronamentos, interferindo na qualidade de vida da população e no comercio local. Os principais pontos atingidos do perímetro urbano foram Jequiezinho, Mandacaru, Mandacaru II, Km3, Km4, Centro, Joaquim Romão, Avenida César Borges, Estrada da Barragem das Pedras, Centro Industrial.



Área do Estacionamento Dia 25/12/2022



Área do Estacionamento Dia 26/12/2022

Figura 46. Enchente do Rio Jequiezinho em dezembro de 2022. Fonte: PS Drone.

O Art. 94. da Lei complementar 003, disciplina que as atividades que utilizem ou tenham influência sobre os recursos hídricos do Município deverão adequar-se aos planos, projetos e políticas estaduais estabelecidos para a Bacia Hidrográfica do Rio das Contas.

No §1º é descrito o conjunto das coleções hídricas localizados no território do Município de Jequié, integral ou parcialmente e dentre ele o Rio Jequiezinho.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

A Lei N° 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências, no Art. 3° Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal. (Redação dada pela Lei nº9.785, de 1999):

Parágrafo único - Não será permitido o parcelamento do solo: I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes detomadas as providências para assegurar o escoamento daságuas;

Il - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivoà saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III - em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;

V - em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

O art. 26 da lei municipal - Lei Complementar 002/2007 também contempla as mesmas restrições:

Art. 26. Não se admitirá o parcelamento do solo para fins urbanos:

I – em áreas alagadiças e sujeitas à inundação, antes de tomadas às providências para assegurar o escoamento das águas;

II – em locais contaminados ou fundamentalmente suspeitos de contaminação por material nocivo ao meio ambiente ou à saúde pública, sem que sejam previamente recuperados;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

III – em áreas sujeitas à deslizamentos de terra ou erosão, antes de tomadas as

providências necessárias para garantir a estabilidade geológicae geotérmica;

IV – em locais onde a poluição ambiental impeça condições sanitárias adequadas, sem que sejam previamente saneados;

V – em áreas que integrem Unidades de Conservação, incompatíveis com esse tipo de empreendimento;

VI – onde for técnica e economicamente inviável a implantação de infraestrutura básica, serviços públicos de transporte coletivo ou equipamentos comunitários;

VII – onde houver proibição legal para parcelamento em razão da proteção ambiental, do patrimônio paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou espeleológico, especialmente nas áreas de preservação permanente e de mananciais;

Parágrafo único. O órgão licenciador deverá especificar os estudos técnicos, a serem apresentados pelo empreendedor, necessários e indispensáveis à comprovação do pleno atendimento ao disposto neste artigo.

Nestes termos, para a área em questão, cabe seguir o que disciplina o Novo Código Florestal (Lei Nº 12.651/2012).

O Código Florestal deve ser aplicado às zonas urbanas, em detrimento da Lei do Parcelamento do Solo Urbano, não apenas porque há previsão expressa a esse respeito, mas também porque é lei específica sobre a proteção jurídica do meio ambiente.

- Havendo qualquer hipótese de conflito de leis em relação a matéria ambiental, deverá prevalecer a Lei Ambiental sobre qualquer outra.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

- Veto ao §§ 7º e 8ª do art. 4ª da Lei n. 12.651/2012, impedindo a aplicação de leis municipais:

"§ 7º. Em áreas urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural que delimitemas áreas da faixa de passagem de inundação terão sua largura determinada pelos respectivos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo, ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais do Meio Ambiente".

"§ 8º. No caso de áreas urbanas e regiões metropolitanas, observar-se-á o disposto nos respectivos Planos Diretores e Leis Municipais de Uso do Solo".

Como visto, o Código Florestal remete a responsabilidade de disciplinar o uso do solo urbano para os planos diretores municipais, porém, conforme já visto, o código municipal de Jequié em questão disciplinou sobre intervenções na faixa inundável. Neste caso onde não há cotas topográficas propensas a inundação, não foi disciplinado a largura da margem, o que remeteria para a lei federal de uso e ocupação do solo 6.766/79, mas que a mesma foi substituída pelo novo código florestal ao incluir às faixas marginais da Área de PreservaçãoPermanente (APP) as zonas urbanas no art. 4º da Lei.

O Art. 8º preconiza que a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei.

O art. 3º da lei inciso IX define como de interesse social, além dos itens descritos nasalíneas de 'a' a 'f', o disposto na alínea g) o que inclui outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do chefe do poder executivo federal.

A Lei mais recente de nº 14.285, de 29 de dezembro de 2021, que altera as Leis nos 12.651, de 25 de maio de 2012 onde dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre regularização fundiária em terras da União, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para dispor

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

sobre as áreas de preservação permanente no entorno de cursos d'água em áreas urbanas consolidadas.
O Art. 1º desta Lei altera as Leis nos 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre regularização fundiária em terras da União, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para definir e aprimorar o conceito de áreas urbanas consolidadas, para tratar sobre as faixas marginais de curso d'água em área urbana consolidada e para consolidar as obras já finalizadas nessas áreas.
O Art. 2º A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 3º, XXVI - área urbana consolidada: aquela que atende osseguintes critérios:

a) estar incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo plano diretor ou por lei municipal específica;

b) dispor de sistema viário implantado;

c) estar organizada em quadras e lotes predominantemente edificados;

d) apresentar uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou direcionadas à prestação de serviços;

e) dispor de, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:

1. drenagem de águas pluviais;
2. esgotamento sanitário;
3. abastecimento de água potável;
4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública; e
5. limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos; " (NR).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

"Art. 4º, § 10 - Em áreas urbanas consolidadas, ouvidos os conselhos estaduais, municipais ou distrital de meio ambiente, lei municipal ou distrital poderá definir faixas marginais distintas daquelas estabelecidas no inciso I do caput desteartigo, com regras que estabeleçam:

I - a não ocupação de áreas com risco de desastres;

II - a observância das diretrizes do plano de recursos hídricos, do plano de bacia, do plano de drenagem ou do plano de saneamento básico, se houver;

III - a previsão de que as atividades ou os empreendimentos a serem instalados nas áreas de preservação permanente urbanas devem observar os casos de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental fixados nesta Lei."

Art. 3º- O art. 22 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º.

"Art. 22. § 5º Os limites das áreas de preservação permanente marginais de qualquer curso d'água natural em área urbana serão determinados nos planos diretores e nas leis municipais de uso do solo, ouvidos os conselhos estaduais e municipais de meio ambiente."

Art. 4º - O art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

III-A - ao longo da faixa de domínio das ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de, no mínimo, 15 (quinze) metros de cada lado;

III-B - ao longo das águas correntes e dormentes, as áreas de faixas não edificáveis deverão respeitar a lei municipal ou distrital que aprovar o instrumento de planejamento territorial

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

e que definir e regulamentar a largura das faixas marginais de cursos d´água naturais em área urbana consolidada, nos termos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, com obrigatoriedade de reserva de uma faixa não edificável para cada trecho de margem, indicada em diagnóstico socioambiental elaborado pelo Município.

As modificações trazidas pela Lei 14.285/2021 no que se refere ao regime jurídico de APPs autorizam aos municípios a dispor de forma distinta sobre faixas marginais em curso d'água em regiões urbanas, com dimensões/larguras díspares e sem obrigatoriedade de observância de um parâmetro mínimo, a depender, apenas, da definição das "áreas urbanas consolidadas".

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de reconhecer a competência legislativa municipal em matéria de meio ambiente *"no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demaisentes federados"* (RE 586.224, relator ministro Luiz Fux, j. 5-3-2015, P, *DJE* de 8-5-2015, Tema 145). Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça fixou o Tema nº 1010, que, ao interpretar o NCF (Novo Código Florestal), assentou que vigência do NCF, a extensão não edificável nas APPs de qualquer curso d'água, perene ou intermitente, em trechos caracterizados como área urbana consolidada, deve respeitar o que foi disciplinado pelo seuartigo 4º, *caput*, inciso I, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", a fim de assegurar a mais ampla garantia ambiental a esses espaços territoriais especialmente protegidos e, por conseguinte, à coletividade.

Diante do exposto, fica estabelecida que a lei municipal regulamentará a largura das faixas marginais de cursos d'água naturais em área urbana consolidada, com obrigatoriedade de reserva de uma faixa não edificável para cada trecho da margem (art. 4º, III-B), cabendo,portanto, ao município assegurar as áreas pontuais de intervenção (construção do estacionamento CEAVIG), de modo que não abra precedentes para demais intervenções na

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

faixa marginal do canal do Rio Jequiezinho delimitando o trecho com coordenadas geográficas no corpo da lei.

Para o município legislar sobre o tema, observando desde a análise do conceito, no âmbito de seus limites, tendo em destaque a função ambiental da APP, gera uma discussão a respeito da manutenção da proteção legal quando a área, em decorrência de intervenção consolidada no entorno, bem como da proposta objeto desse estudo, já não estiver mais exercendo plenamente tal função.

6. CARACTERÍSTICA DO BEM A SER PROTEGIDO

6.1. CURSO D'ÁGUA NATURAL, PERENE E INTERMITENTE

O Código Florestal nos ensina a respeito das faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular.

Nele, cursos d'água ou correntes de água podem ser definidos como massa de água escoando geralmente num canal superficial natural. Também se encontram outras definições: denominação para fluxos de água em canal natural para drenagem de uma bacia, tais como: boqueirão, rio, riacho, ribeirão ou córrego.

Já os cursos d'água intermitentes são aqueles que, em geral, escoam durante as estações de chuvas e secam nas de estiagem. Nessa época, o lençol freático se encontra em um nível inferior ao do leito do rio, o escoamento superficial cessa ou ocorre somente durante, ou imediatamente após, as tormentas.

Em contrapartida, os cursos d'água perenes são aqueles que contêm água durante todo o tempo, o lençol subterrâneo mantém uma alimentação contínua e não desce nunca abaixo do leito do rio, mesmo durante as secas mais severas.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Não se estabelece faixa de proteção ao redor dos cursos d'água efêmeros, isto é, são aqueles nos quais ocorre escoamento superficial, durante períodos de precipitação ou imediatamente após.

Neste aspecto, suscitam dúvidas a respeito da análise dos casos concretos, se quando os cursos d'água não apresentarem especificamente tais características, a área em questão pode ser definida como área de preservação permanente, visto que não se trata a rigor de uma marginal de um curso d´água natural, perene e intermitente.

6.2. A FUNÇÃO AMBIENTAL DA FAIXA DE PROTEÇÃO

A proteção das Áreas de Preservação Permanente procura assegurar harmonia e equilíbrio à paisagem, buscando permitir a formação de corredores de vegetação entre remanescentes da vegetação nativa, a exemplo das Reservas Legais e Unidades de Conservação ou outras áreas protegidas, públicas ou privadas (arts. 2º e 26 da Lei Federal no9.985/2000).

Assim, a manutenção das APPs preserva a integridade dos processos ecológicos (inciso I, § 1º, art. 225 CF), nestas áreas especialmente protegidas (inciso III, § 1º, art. 225 CF), além de manter serviços ambientais necessários à saúde, à segurança, ao bem-estar e à melhoria da qualidade de vida das populações rurais e urbanas.

Nas áreas urbanas a preservação e a recuperação das APPs garantem a manutenção de áreas verdes, requisito essencial para proporcionar maior qualidade de vida e conforto ambiental à população, amenizando a temperatura e mantendo a umidade do ar.

Ademais, via de regra, manutenção da vegetação das APPs das áreas urbanas transforma as cidades em um ambiente aprazível, em ambientes onde há excessivo adensamento urbano, funciona como atenuante na poluição visual, ao inserir elementos naturais no cenário urbano, garantindo o direito da população a cidades sustentáveis,aclamado pelo Estatuto da Cidade.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

A Lei ao dispor sobre APP se refere a uma área, mais precisamente uma faixa marginal mínima de 30 metros para todos os cursos d'água. Área protegida dotada de funções ambientais, na qual a fundamentação técnica e científica exige faixas fixas de mata ciliar, buscando a redução dos impactos negativos sobre os recursos hídricos.

Apesar da necessidade de faixa mínima de proteção dos corpos de água da ordem de 30 metros, expressa em legislação, não se identifica, na literatura, estudo consistente que rejeite a hipótese da necessidade dessas áreas ou mesmo aponte para faixas de menor extensão.

Acredita-se que as dimensões convencionadas na Lei 4.771/65 foram decididas empiricamente, o que não merece prosperar, em virtude do conhecimento científico produzido à época, quando, a dimensão mínima da área de preservação permanente ao longo dos rios, que originalmente na supramencionada lei era de 5m (cinco metros), passou para 30m (trinta metros) com o advento da lei 7.803/89.

Muitos trabalhos foram desenvolvidos em diferentes países a partir da década de 80, com objetivo de estabelecer faixa mínima da vegetação com fim de proteger os recursos hídricos. Estudos que foram base da mudança do Código Florestal no que tangencia às áreasde preservação permanente.

A Lei 10.431/06, que regulamenta a Constituição Estadual Baiana e dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado, em seu art. 89 definiu tais espaços territoriais como áreas especialmente protegidas, na categoria APP, mas não definiu os limites para esses espaços.

Assim, diante do caso concreto, nas obras realizadas próximas aos cursos d'água classificados como APP, a distância permitida pelo Código Florestal, Lei nº 12.727/12, é de 30 metros para os cursos d'água menores que 10 metros de largura.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

O entendimento consoante da Lei 6.766/79 elucida a respeito do parcelamento do solo urbano, assentando como requisito fundamental a obrigatoriedade de uma faixa não edificável de 15m (quinze metros) de cada lado, ao longo das águas correntes e dormentes, bem como das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.

Seguindo estes princípios desta lei e considerando bastante nítida a intenção do legislador quanto à jurisprudência sobre construções em APP, as obras poderão ser feitas, legalmente, a 15 metros de rios que sofreram intervenção humana e a 30 metros de rios de cursos d'água natural, com menos de 10 metros de largura.

Nesta área, acham-se o que a ecologia denomina de matas ciliares, que são principaisresponsáveis pela estabilização de taludes e encostas. Dentre as funções exercidas por elas existem não apenas aquelas ligadas à proteção dos recursos hídricos, manutenção da morfologia do rio, mas também à retenção de sedimentos e nutrientes, proteção contra inundações e regulação da temperatura da água.

O sistema de raízes da vegetação ciliar, além de dificultar o cisalhamento do solo, forma uma rede de canais que permitem a interação da vazão com a margem, ou seja, a água fluvial consegue percolar no solo marginal, reduzindo a taxa de erosão e permitindo,consequentemente, a estabilização da margem (DAVIDE et al., 2002).

Ademais, é importante tampão e filtro entre os terrenos mais altos e o ecossistema aquático, visto que participa do controle do ciclo de nutrientes na bacia hidrográfica. Atua na diminuição e filtragem do escoamento superficial dificultando o carreamento de sedimentos para o sistema aquático, contribuindo, dessa forma, para a manutenção da qualidade da águanas bacias hidrográficas.

Ademais, promove a integração com a superfície da água, proporcionando cobertura e alimentação para peixes e outros componentes da fauna aquática. Por fim, através de suas

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

copas, intercepta e absorve a radiação solar, contribuindo para a estabilidade térmica dospequenos cursos d'água.

Consoante em análise, essa importante formação vegetal deve ser acompanhada com vias de preservação, podendo ser objeto de programa de recomposição de matas ciliares.

6.3. DESCARACTERIZAÇÃO DAS APPS - NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA NORMA DE FORMA SISTÊMICA E NÃO ISOLADA

Muito embora a lei federal tenha em seu bojo dispositivo normativo de delimitação de APP, aqui estudado, não pode ser examinado de forma isolada, mas sim de forma sistêmica, visto que a sua existência se justifica quando verificada a possibilidade decumprimento da função a que se destina, na forma da lei.

Em verdade, é imperioso observar que, a existência da APP decorre simplesmente do fato de que, na sua ausência, serviços ambientais deixariam de ser cumpridos. Neste viés, a APP é uma faixa não apenas de proteção, como também de prestação de serviços ambientais e outros bens ambientais. Se inexistirem esses serviços e bens ambientais – que necessitariam da faixa de preservação para cumprirem suas funções ambientais, não há razão de imposiçãoda observância dessa limitação.

Nesse segmento, nos ensina Paulo Bessa Antunes:

Definir áreas de preservação permanente (APP) é tarefa aparentemente simples, haja vista que o Novo Código Florestal dispõe de conceito normativo específico. De fato, o art. 3º. II, define APP como: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora,proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Os pressupostos anteriormente referidos se constituem em matéria de legalidade e devem estar presentes na área para que ela possa ser declarada como de preservação permanente. É o que se chama de função ambiental desempenhada pela área.

Tal entendimento está resguardado nas disposições legais da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro, ao determinar que ao aplicador da norma deve-se levar em consideração os fins sociais das regras e princípios.

Para tanto, a aplicação do supramencionado art. 4º em áreas urbanas perpassa por uma precedente inafastável que é a de saber se, de fato, a área cogitada preenche, simultaneamente, os requisitos arrolados.

Na forma da Lei Complementar 01/2007, nos artigos da Lei Federal do Código Florestal e da Constituição do Estado da Bahia, caberá ao órgão licenciador da atividade, no caso concreto, identificar a existência ou não da APP, no âmbito dos procedimentos de licenciamento ambiental, mediante parecer técnico fundamentado, e indicar se a função ambiental tratada pelo inciso II do art. 3º. do Novo Código Florestal existe ou não no caso concreto. Também é essa a conclusão de Yara Maria Gomide Gouveia:

Evidentemente, considerando as disposições do Código Florestal, há uma presunção legal de que as faixas ou locais que se constituem em Áreas de Preservação Permanente elencadas em seu art. 4º, se destinama garantir o cumprimento da função ambiental estabelecida. Entretanto, a partir da inclusão da definição de função a que se destina a APP na lei florestal, seu objetivo não pode mais ser ignorado. É princípio elementar de hermenêutica que a lei não contém nela palavras desnecessárias e que não se interpreta isoladamente os dispositivos de uma norma legal.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Portanto, avançando em nossa análise, deve-se verificar se a área analisada, a que sepretende proteger, é marginal a um curso d'água natural, intermitente ou perene, com função ambiental, devendo ser levados em consideração diversos fatores a serem examinados, tal como as interferências humanas existentes, até mesmo a função social a que se destina, os possíveis benefícios de um novo empreendimento trazidos à área, econômico social e por que não ambiental.

6.4. DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÕES DE INTERVENÇÃO EM APP

O Município de Jequié tem competência para editar normas que levem em consideração a cidade existente, podendo dispor diferentemente com relação à matéria, desde que atenda aos dispositivos constitucionais e o ordenamento jurídico urbano-ambiental vigente, visando à preservação do meio ambiente e à execução da política urbana, conformeo Estatuto da Cidade.

Ultrapassada a definição, cabe delinear as competências dos entes federativos para emissão da supressão suplicada e, para tanto, cumpre mencionar que a legislação ambiental separa as hipóteses de intervenção e supressão nestas áreas protegidas.

O Código Florestal de 2012, por sua vez, não prevê dispositivo correspondente sobre as definições de competências, na medida em que o mencionado art. 8º omite tais informações.

Na vigência do Código Florestal anterior, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) expediu a Resolução nº. 369/2006 sobre o assunto, delimitando as competênciasaos entes federativos.

Em que pese posicionamentos distintos, partilho o entendimento que a Resolução CONAMA 369/2006 encontra-se sem efeitos, sendo que o regime jurídico de autorização para fins de intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente, nos

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

casos de interesse social, utilidade pública e baixo impacto ambiental, encontra-seintegralmente inserido na Lei 12.651/2012.

Para a situação descrita, a qual trata-se do uso alternativo do solo em APP, o mesmo diploma legal definiu a competência municipal para a concessão da intervenção, exclusivamente em área urbana.

Portanto, como a área de intervenção requerida, conforme solicitação, é localizada no endereço na avenida Castelo Branco, centro, e na forma da Lei Municipal, está a mesma situada dentro do perímetro urbano, fixando, portanto, a competência do órgão ambiental municipal para concessão autorização para a referida intervenção suplicada, conformeregulamentação municipal.

7. MEDIDAS MITIGADORAS DOS IMPACTOS

Como medidas mitigadoras para intervenção na APP, a empresa fará uso de construções de baixo impacto como o uso de um tipo de pisos drenantes e/ou intercalado com gramíneas para o tráfego interno dos automóveis.
Apenas uma parcela do solo será impermeabilizada para o estacionamento e tráfego de veículos, com uso de drenagens para a calha do rio. Estas medidas alternativas de intervenção nos limites do empreendimento que estará inserido por completo dentro da faixa da APP de 15 m, contemplando o mínimo impacto para a APP do rio (Figuras 47 e 48).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

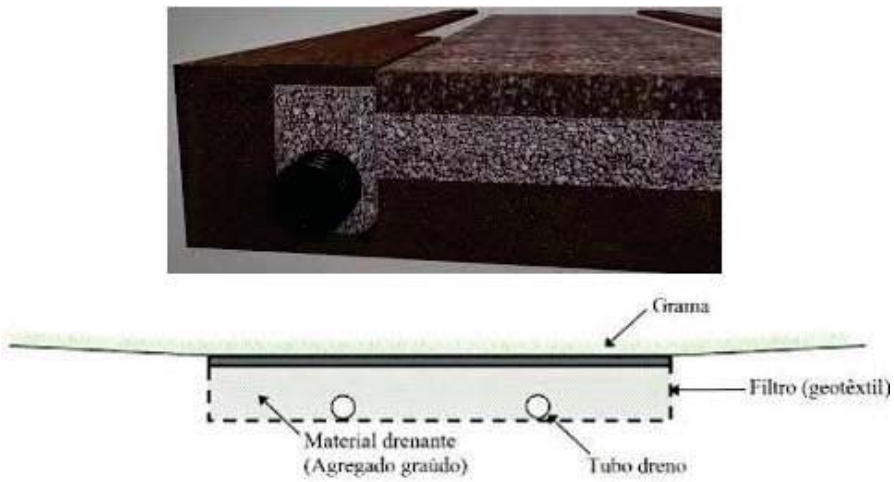


Figura 47. Tipo de estrutura drenante a ser usado no empreendimento.

Os pisos drenantes feitos de concreto e fibras naturais normalmente são encontrados em placas pré-moldadas, sendo muito resistentes e possuindo um ótimo custo-benefício. Estetipo de piso absorve até 90% da água sobre sua superfície.



Figura 48. Tipos de pisos drenantes e intercalados com grama.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS DOS IMPACTOS

O empreendimento se compromete a desenvolver na sua política ambiental medidas de compensação pela ocupação da faixa de APP de 15 m, que conforme exposto, de baixo impacto ambiental.

No caso da área de estudo, grande parte da vegetação existente será suprimida, devido ao método construtivo de terraplanagem e adequação da área. Caberá ao empreendedor elaborar um projeto de restauração da faixa de APP oposta, como também em área contínua (antes e depois) ao empreendimento, dentro de um entendimento da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, proporcionando com isso, resultados significativos de conservação, visto a atual situação antropizada.

Já existe um entendimento em algumas promotorias dos estados como é o caso do MP/SC em propor medidas de compensação ambiental em TAC´s como preconizado no ASSENTO N. 001/2013/CSMP: Estabelece critérios para a estipulação de medidas compensatórias em compromissos de ajustamento de conduta firmados pelo Ministério Público.

No Art. 2º Consideram-se medidas compensatórias para fins deste Assento as seguintes modalidades:

a) MEDIDA DE COMPENSAÇÃO RESTAURATÓRIA: corresponde à restituição de um bem jurídico a uma condição não degradada que deve ser o mais próximo possível da sua condição original;

b) MEDIDA DE COMPENSAÇÃO MITIGATÓRIA: corresponde à adoção de providências que visem à redução dos efeitos dos danos e/ou a sua prevenção e/ou precaução; e

No Art. 4º A reparação do dano obedecerá, prioritariamente, a seguinte ordem, mediante o cumprimento de obrigação defazer, consistente na:

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

I - restauração do dano in natura, no próprio local e em favor do mesmo bem jurídico lesado;

II - recuperação do dano in natura, no próprio local E/OU em favor do mesmo bem jurídico lesado;

O Art. 7º da Lei Nº 12.651/2012 prevê que a vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

§ 1º Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados previstos nesta Lei.

§ 2º A obrigação prevista no § 1º tem natureza real e é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ouposse do imóvel rural.

§ 3º No caso de supressão não autorizada de vegetação realizada após 22 de julho de 2008, é vedada a concessão de novas autorizações de supressão de vegetação enquanto não cumpridas as obrigações previstas no § 1º.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme acima exposto, infere-se as seguintes conclusões:

De certo que nossa Constituição Federal consagrou o meio ambiente ecologicamente sadio, como preceito fundamental. Diante da necessidade que urge de estacionamento público face a ampliação do mercado municipal para atender os munícipes e comerciantes enão se encontra outro espaço nesta área para a construção, constituindo-se como única alternativa locacional para o empreendimento, conforme esta preconizado no art. 3º, XI, g do

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

NCF “outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo federal” e "outras ações ou atividades similares, reconhecidas como eventuais e de baixo impacto ambiental em ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) ou dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente" (artigo 4º, X).

A intervenção em APP para a construção de um estacionamento público dentro de padrões não invasivos, situa-se dentro das hipóteses legais autorizadoras, enquadrando-se como de atividade de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental fixados de acordo com o art, 8º do Novo Código Florestal Lei nº 12.651/12.

A recente lei vigente 14.285/2021 que altera e reforça a aplicação do art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que estabelece faixa de 15m para área de APP urbana consolidada e dá poder ao município através de lei municipal a definir faixas marginais, ouvido o conselho municipal de meio ambiente e outras diretrizes previstas no art 3º e 4º,6º e 8º do NCF.

O Município de Jequié tem competência para editar normas que levem em consideração a realidade da cidade existente, podendo dispor diferentemente com relação à matéria, desde que atenda aos dispositivos constitucionais e o ordenamento jurídico urbano- ambiental vigente, visando à preservação do meio ambiente e à execução da política urbana, conforme o plano diretor vigente da Cidade.

Ademais, através de seu órgão ambiental especializado, é competente para a concessão da referida autorização, nos termos das normas municipais.

Entende-se que a norma mais protetiva deve ser sempre vista como regulamentadora das tomadas de decisões no que tange as questões ambientais.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Entretanto, diante de toda fundamentação técnica ambiental dos documentos que acompanham e lastrearam a presente fundamentação jurídica do parecer, tornou-se possível dimensionar as interferências do empreendimento na área de pretensão.

Desta feita, entendemos ser possível ao órgão ambiental exarar decisões fundamentadas nos casos em que estiver descaracterizada a APP, afastando a incidência da norma mais restritiva, como explicado no corpo deste parecer.
A atividade característica do empreendimento é de interesse público, favorecendo a ampliação do número de vagas para o CEAVIG, que se tornará ainda mais atrativo após a sua reforma estrutural, proporcionando com isso, a movimentação nas atividades econômicase desenvolvimento local;

As medidas mitigadoras socioambientais propostas neste estudo, terão como objetivo a implantação harmoniosa do empreendimento para com o comércio local e atividades existentes no entorno;
É possível concluir que este empreendimento apresenta viabilidade socioeconômicae ambiental.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, U. P. de., et al. Caatinga Revisited: Ecology and Conservation of an Important Seasonal Dry Forest. **The Scientific World Journal**, v.2012, p.1-18, 2012.

AMBIOVERDE. LARCO PETROLEO. Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA),Jequié – Bahia, fevereiro /2019.

AMBIOVERDE & PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ. Diagnóstico Ambiental e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas da Prainha de Lomanto. Jequié – Bahia,Setembro/2017.

ANTUNES, Paulo Bessa. Comentários ao Novo Código Florestal. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Riscos. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/7511-riscos>. Acesso em 07 de novembro de 2022.

BAHIA, Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA). Portaria nº 37 de 15 de agosto de 2017. **Lista Oficial das Espécies da Fauna Ameaçada de Extinção do Estado da Bahia.** Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

BARROS, R.A.M., COSTA, C.A., PASCOTTO, M.C. Diet and feeding behavior of the White-naped Jay, Cyanocorax cyanopogon (Wied, 1821) (Aves, Passeriformes, Corvidae) in a disturbed environment in central Brazil. Braz. J. Biol., v. 74, n- 4, p.899-905, 2014.

BAHIA, (Estado da) – **Decreto nº 7.967** de 05 de junho de 2001, Regulamenta a Política Estadual de Administração de Recursos Ambientais Salvador, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei 11.105, de 24 de março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e Vdo § 1o doart. 225 da Constituição Federal Brasília, DF, 28 de Março de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11105.htm>. Acesso em: 31 de outubro de 2022.

BRASIL. **Código Florestal**. Lei nº 12.651/12. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASL. Lei de Crimes Ambientais. Lei 9.605/98. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 14.285, de 29 de dezembro de 2021. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14285.htm. Acesso em: 09 de novembro de 2022.

BRASIL, Ministério das Minas e Energia, Secretaria - Geral. **Projeto RadamBrasil. Folha SD.24** - Salvador, Rio de Janeiro, 1981.

BENCKE, G.A., MAURÍCIO, G.N. **Áreas Importantes para a Conservação das Aves nos Estados do Domínio da Mata Atlântica – Síntese dos Resultados**. In BENCKE, G.A., MAURÍCIO, G. N., DEVELEY, P. F., GOERCK, J. M. (orgs.). Áreas Importantes para a

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Conservação das Aves no Brasil. Parte I – Estados do Domínio da Mata Atlântica. São Paulo: SAVE Brasil, 2006.

BENCKE, G.A., MAURÍCIO, G.N., DEVELEY, P. F., GOERCK, J. M. (orgs**.). Áreas Importantes para a Conservação das Aves no Brasil.** Parte I – Estados do Domínio da Mata Atlântica. São Paulo: SAVE Brasil, 2006.

BONFIM, F.C.G., ROCHA, J.S., SANTOS, P.F., SILVA, E. R. da., SILVA, J.P. da., LOPES, J.de. J. Riqueza e diversidade da avifauna associadas a uma lagoa urbana em uma área prioritária para conservação de aves. In: **Anais** do XII Congresso de Ecologia do Brasil, SãoLourenço, Brasil, 2015.

CARIBÉ, Karla Virgínia Bezerra. Área de Preservação Permanente - APP em Reservatórios d'água artificiais após o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). In: **Âmbito Jurídico**,Rio Grande, XVI, n. 116, set 2013. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13671> Acesso em: 25 de novembro de 2022.

CANIL, KÁTIA, VASCONCELOS, MARIA MARTA T.. Diagnóstico de Processos Erosivos e Diretrizes para Recuperação de Área Degradada, bacia do Córrego Pau d' Alho, Município de Piracicaba, SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA DE ENGENHARIA E AMBIENTAL, 10º, 2002, Ouro Preto MG, **ANAIS**, Ouro Preto, MG, 2002, Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental – ABGE, 2002. p 1-10Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). **Resoluções**, n. 302. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_2002_302.pdf. >. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

COMITE BRASILEIRO DE REGISTROS ORNITOLÓGICOS -CBRO. Lista de Aves do Brasil. Disponível em http://www.cbro.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Piacentini-et-al-2015-RBO.pdf. Acesso em: 01 de agosto de 2021.

DEL HOYO, J., ELLIOT, A., SARGATAL, J. **Handbook of the birds of the world.** Barcelona: Lynx, 1992-2002. (Ostrich to ducks, vols. 1-7).

DEVELEY, P. **Métodos para estudos com aves.** In: CULLEN JR, L. VALLADARES- PADUA, C. RUDRAN, R. (Orgs.). Métodos de estudo em biologia da conservação e manejo da vida silvestre. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

DRUMOND, Marcos Antonio, "**Reflorestamento na Região Semi-árida do Nordeste Brasileiro**", Reflorestamento no Brasil, UESB, Vitória da Conquista, Ba, 1992.

FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP). Ciclo de Conferências do Bioma Caatinga. In: Origem, Evolução e Diversidade da Fauna do Bioma Caatinga. Adrian Antonio Garda. FAPESP, 2013. Disponível em http://www.fapesp.br/eventos/2013/06/bioma-caatinga/Garda.pdf. Acesso em: 30 de junho de 2021.

FERREIRA, N., BRILHA, J., DIAS, G., CASTRO, P., ALVES, M. I. C., & PEREIRA, D. (2003). Património geológico do Parque Natural do Douro Internacional (NE de Portugal): caracterização de locais de interesse geológico. *Ciências Da Terra (UNL), Nº Esp. V*, 140– 142.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

FREITAS, M.A.de., BORGES, O.B. **Avifauna da FLONA Contendas do Sincorá, Bahia,Brasil.** Atualidades Ornitológicas On-line, n-163, p33-42, 2011.
GOMES, V.G.N., QUIRINO, Z.G.M., ARAUJO, H.F.P. **Frugivory and seed dispersal by birds in Cereus jamacaru DC. ssp. jamacaru (Cactaceae) in the Caatinga of Northeastern Brazil.** Braz. J. Biol., v.74, n-1, p.32-40, 2014.
IBGE. Panorama Seabra. *In*: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE.
[S. l.], 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/seabra/panorama. Acesso em: 03 de agosto 2021.
INEMA. Programa Monitora. Qualidade das águas do estado da Bahia. Campanha 01/2014.RPGA do Rio das Contas. Salvador, 2014.
INDICADORES Municipais: Jequié. *In*: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (Bahia). SEI. [S. l.], 09 set. 2019. Disponível em:
<https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=266>
. Acesso em: 03 de agosto 2021.
KOPEZINSKI, Isaac –Mineração e Meio Ambiente: Considerações legais, principais impactos ambientais e seus processos modificadores. Porto Alegre: Ed. Universidade.UFRGS 2000.
LIMA, D.M., NEVES, E.L. das., ALVES, E.M. **Avifauna da Estação Biológica de Canudos, Bahia, Brasil.** Atualidades Ornitológicas On-line, n-159, p43-50, 2011.
LIMA, M.A.T; CHAGAS, R.J. Dieta e Sobreposição Alimentar entre Espécies de Peixes Nativas e Introduzidas no Reservatório da Barragem da Pedra, Bahia. UNICIÊNCIAS, v. 23,n. 2, p. 89-94, 2019. Disponível em http://dx.doi.org/10.17921/1415-5141.2019v23n2p89- 94. Acesso em 10/01/2023.
LORENZI, Harri. **Plantas daninhas do Brasil**, Editora Plantarum, 3ª ed., Nova Odessa, SP,2000.
LORENZI, Harri. **Árvores Brasileiras**, Editora Plantarum, 4ª ed. Vol. I, II. e *III*, Nova Odessa, SP, 2002.
LORENZI, Harri. **Árvores Brasileiras. Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil**. Nova Odessa, SP. Editora Plantarum, 1992.
MAGALHÃES, P.S.; Gomes, A. S.; Souza, C. M. P.; Fernandes, E.S. **Análise Fisiográfica da Sub-Bacia de Transição do Rio das Contas, Bahia, Brasil**. REDE - Revista Eletrônica do Prodema, v.8, n.1, p. 26-45, abr. 2014, Fortaleza, Brasil. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/275584651>. Acesso em: 30 de maio de 2021.
MACHADO, C.G., BORGES, O., LAPS, R.R., FRANCHIN, A.G. **Riqueza, composição e a avaliação do estado de conservação das espécies de aves do estado da Bahia.** In: Resumos do XXI Congresso Brasileiro de Ornitologia, Rio de Janeiro, Brasil, 2014.
MMA – Ministério do Meio Ambiente, SRH – Secretaria de Recursos Hídricos. **Caderno da Região Hidrográfica Atlântico Leste.** Brasília: MMA, 2006.
MMA – Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014. **Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção**. Diário Oficial da União nº 245, Brasília, 2014.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

OIKOS. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) das obras de implantação da FerroviaOeste Leste (EF 334), entre Figueirópolis (TO) e Ilhéus (BA).** Volume 2E – Meio Biótico – Fauna, 2010.

OLIVEIRA, J.A, GONÇALVES, P. R., BONVICINO, C. R. Mamíferos da caatinga. In: Ecologia e conservação da caatinga / editores Inara R. Leal, Marcelo Tabarelli, José MariaCardoso da Silva. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

OKAMOTO, J. **Percepção Ambiental e Comportamento.** São Paulo: Mackenzie, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Agenda 21. Rio de Janeiro, Conferência OLMOS, F. Aves ameaçadas, prioridades e políticas de conservação no Brasil. **Natureza &Conservação**, v.3, n.1, p.21-42, 2005.

PADUA, S. M.; TABANEZZ, M. F.; DE SOUZA, M.G. A **Abordagem Participativa na educação para a conservação da natureza.** In: CULLEN JR, L.; RUDRAN, R.; VALLADARES-PADUA, C. (Orgs.). Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre. Curitiba: Ed. da UFPR, 2004. p.557-591.

PEDREIRA, A.J; ARCANJO, J. B.A.; PEDROSA, C.J.; OLIVEIRA, J.E. de; SILVA, B.C.E. 1975. Projeto Bahia: Relatório Final. Salvador, DNPM/CPRM. Vol. I e III.

PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JÚNIOR, A. **Meio Ambiente, Direito e Cidadania: UmaInteração Necessária**. In Meio Ambiente, Direito e Cidadania. Philippi Jr et al. Editores. – São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, Faculdade de Direito, Faculdade de arquitetura e Urbanismo, Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: SignusEditora, 2002.

RODRIGUES, Ricardo Ribeiro. Leitão Filho, Hermógenes de Freitas. **Matas Ciliares: Conservação e Recuperação.** Edusp. São Paulo, 2000.

SÁ, A. D. DE, CORDEIRO, J., CORDEIRO, T. S., & QUINTÃO, P. L. (2018). Caracterização da infraestrutura e geologia de atrativos naturais na região de Santo Antônio do Rio Abaixo/MG como subsídio para o desenvolvimento do ecoturismo em bases sustentáveis. *Research, Society and Development*, *7*(3), e1073136. https://doi.org/10.17648/rsd-v7i3.173.

SÁ FILHO, R. J. de - **Métodos de Avaliação de Impactos Ambientais: Proposta para Empreendimentos de Mineração.** Monografia Curso de Especialização em Recuperação de Áreas Degradadas. FTC Salvador, 2003, 60p. il.

SAI – Social Accountibility International. Norma SA8800. – Responsabilidade Social 8000. – New York:USA, 2001. Granville Traduções (trad.).

SANTOS, ROZELY F. dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática.** São Paulo: Oficinade Textos, 2004.

Sampaio, F.A. C.,Chagas, R.J, Teixeira, P.M.M,Boccardo, L. Os peixes e a pesca.Concepções de estudantes do povoado de Porto Alegre, Bahia, Brasil1. Sitientibus SérieCiências Biológicas 6 (Etnobiologia): 44-57. 2006. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/267505901. Acessso em 01 de fevereiro de 2023. SAZIMA, I., BUZATO, S., SAZIMA, M. The bizarre inflorescence of Norantea brasiliensis(Marcgraviaceae): visits of hovering and perching birds. **Bot. Acta**, v.106, p.507-513, 1993.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

SEMA - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DA BAHIA. **Mapa de Vegetação.** Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/files/ MTematicos_ vegetacao.pdf>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

SILVA, J. M. C., M. Tabarelli, M. T. Fonseca, e L. Lins. 2004. Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação. Ministério do Meio Ambiente, Brasília.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Perfil dos Territórios deIdentidade da Bahia, 2011. Disponível em: < https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid =284> Acesso: em 12 de dezembro de 2022.

SICK, H. **Ornitologia brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

SIGRIST, M. R., SAZIMA, M. Ruellia brevifolia (Pohl) Ezcurra (Acanthaceae): fenologia de floração, biologia da polinização e reprodução. **Rev. Bras. Bot**., v.25, p.35-42, 2002.

SILVA, A. S. F. L.; SIQUEIRA JUNIOR, S.; ZINA, J. Checklist of amphibians in a transitional area between the Caatinga and the Atlantic Forest, central-southern Bahia, Brazil. Check List, São Paulo, v. 9, p. 725-732, 2013.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HERPETOLOGIA – SBH. Lista de répteis. Lista de anfíbios. Disponível em https://www.sbherpetologia.org.br/. Acesso em: 06 de dezembro de2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MASTOZOOLOGIA – SBMZ. Lista de mamíferos. Disponível https://www.sbmz.org/mamiferos-do-brasil/. Acesso em: 01 de agosto de 2021. SOUZA, G.M.; SOARES FILHO, A.O. **O comércio ilegal de aves silvestres na regiãoParaguaçu e Sudoeste da Bahia.** Enciclopédia Biosfera, Goiânia, 2003.

SOUZA, G.M.; SILVA, S.A.H. **Percepções dos motoristas rodoviários sobre os impactos do tráfico de animais silvestres na conservação da fauna.** Ambiente & educação. vol. 17(1) 2012. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/ambeduc/article/download/1827/1668>. Acesso em: 01 de dezembro de 2022.

TROPICÁLIA. Relatório Ambiental Simplificado (RAS). LT 500kV Sapeaçú – Poções IIIC1. Jequié, BA.Vol. 3. 444p, 2019.

WHELAN, C.J., SEKERCIOGLU, C.H., WENNY, D.G. **Why birds matter: from economic ornithology to ecosystem services.** J. Ornithol, v.156 (Suplemento1), p. S227–S238, 2015.

WIKI AVES. **A Enciclopédia das Aves do Brasil.** Disponível em: <www.wikiaves.com.br/especies.php?t=c&c=2918001>. Acesso em: 01 de dezembro de2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

11. ANEXO – ART´S

Serviço Público Federal
CONSELHO FEDERAL/CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA - 8ª REGIÃO

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA ART	Nº:8-23213/22
CONTRATADO	
Nome:Gilvan Mota de Souza	Registro CRBio:11.695/08-D
CPF:41249330530	Tel:30465150
E-Mail:gilvanbiologo@gmail.com	
Endereço:Rua João Braga - Nº 463B	
Cidade:Jequié	Bairro:Jequiezinho
CEP:45208-273	UF:BA
CONTRATANTE	
Nome:STATUS ENGENHARIA E PROJETOS INTEGRADOS EIRELI	
Registro Profissional:	CPF/CGC/CNPJ:23.690.416/0001-84
Endereço:R São Francisco de Assis, número 1470 SALA1	
Cidade:PASSOS	Bairro:SÃO FRANCISCO
CEP:37902-072	UF:MG
Site:	
DADOS DA ATIVIDADE PROFISSIONAL	
Situação da ART:	
Natureza: Prestação de Serviços - 1.2,1.7,1.8	
Identificação:Estudos Ambientais no Rio Jequiezinho para Licença ambiental de estacionamanto público	
Município do Trabalho: Passos / UF: MG	Município da sede: Jequié / UF:BA
Forma de participação: Equipe	Perfil da equipe: engenheiro florestal
Área do conhecimento: Ecologia	Campo de atuação: Meio ambiente
Descrição sumária da atividade:Estudos Ambientais no Rio Jequiezinho para Licença Ambiental para construção de estacionamento na Av. Castelo Branco do Centro de Abastecimento Vicente Grilo : - Análise da legislação ambiental da app do Rio Jequiezinho; - Estudo de pequeno impacto ambiental	
Valor: R$ 5000,00	Total de horas: 80
Início: 08/11/2022	Término: 06/02/2023

ASSINATURAS

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Data: 08/11/22
GILVAN MOTA DE SOUZA:41249330530 Assinado de forma digital por GILVAN MOTA DE SOUZA:41249330530 Dados: 2023.02.06 09:38:50 -03'00'
Assinatura do Profissional

Data: 08/11/22
Assinatura e carimbo do contratante

Para verificar a autenticidade desta ART acesse o **CRBio08-24 horas** Online em nosso site e depois o serviço **Conferência de ART**

Solicitação de baixa por conclusão

Data: / /
Assinatura do Profissional

Data: / /
Assinatura e carimbo do contratante

Solicitação de baixa por conclusão

Declaramos a conclusão do trabalho anotado na presente ART, razão pela qual solicitamos a devida BAIXA junto aos arquivos desse CRBio.

Nº do Processo: 41249330530
Data 06/02/23
GILVAN MOTA DE SOUZA:41249330530 Assinado de forma digital por GILVAN MOTA DE SOUZA:41249330530 Dados: 2023.02.06 09:39:08 -03'00'
Assinatura do Profissional

Data 06/02/23
Assinatura e Carimbo do contratante

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-BA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

ART OBRA / SERVIÇO
Nº BA20230340605

INICIAL

1. Responsável Técnico

BRUNO MEIRA GOMES
Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL** RNP: **0616826080**
Registro: **3000037848BA**

Empresa contratada: **MOTA CONSULTORIA AMBIENTAL EIRELI** Registro : **0010026028-BA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **MUNICIPIO DE JEQUIÉ** CPF/CNPJ: **13.884.878/0001-60**
PRAçA DUQUE DE CAXIAS Nº: **SN**
Complemento: **PREDIO** Bairro: **JEQUIEZINHO**
Cidade: **JEQUIÉ** UF: **BA** CEP: **45206100**

Contrato: **Não especificado** Celebrado em: **16/01/2023**
Valor: **R$ 7.600,00** Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**
Ação Institucional: **NENHUMA - NAO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA HUMBERTO ALENCAR CASTELO BRANCO Nº: **s/n**
Complemento: Bairro: **CENTRO**
Cidade: **JEQUIÉ** UF: **BA** CEP: **45200200**
Data de Início: **17/01/2023** Previsão de término: **28/02/2023** Coordenadas Geográficas: **13.862799, 40.078930**
Finalidade: **Ambiental** Código: **Não Especificado**
Proprietário: **MUNICIPIO DE JEQUIÉ** CPF/CNPJ: **13.884.878/0001-60**

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
40 - Estudo > MEIO AMBIENTE > DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL > DE DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL > #TOS_7.2.1.6 - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	1,00	un
40 - Estudo > MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #TOS_7.6.7 - DE IMPACTO AMBIENTAL	1,00	un
40 - Estudo > PAISAGISMO > ORGANIZAÇÃO PAISAGÍSTICA > #TOS_40.1.5 - DE RECUPERAÇÃO VEGETAL	1,00	un
40 - Estudo > MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #TOS_7.6.8 - DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1,00	un
40 - Estudo > MEIO AMBIENTE > CONTROLE E MONITORAMENTO AMBIENTAL > #TOS_7.1.2 - DE MONITORAMENTO AMBIENTAL	1,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração de estudos ambientais da APP do Rio Jequiezinho para construção do estacionamento do CEAVIG.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA DAS ENTIDADES

BRUNO MEIRA GOMES:05496298580
Assinado de forma digital por BRUNO MEIRA GOMES:05496298580
Dados: 2023.01.17 17:23:20 -03'00'

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

BRUNO MEIRA GOMES - CPF: 054.962.985-80

_____, _____ de _____ de _____
Local data

MUNICIPIO DE JEQUIÉ - CNPJ: 13.884.878/0001-60

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 96,62** Registrada em: **17/01/2023** Valor pago: **R$ 96,62** Nosso Número: **65382082**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: http://crea-ba.sitac.com.br/publico/, com a chave: z2Ad8
Impresso em: 17/01/2023 às 17:23:08 por: , ip: 192.168.100.1

www.creaba.org.br creaba@creaba.org.br
Tel: (71) 3453-8990 Fax: (71) 3453-8989

CREA-BA

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

LEI Nº 2.318 DE 29 DE JUNHO DE 2023.

"AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I – DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal, por si ou por órgão integrante de sua Administração Pública, autorizado a proceder à contratação de parceria público-privada dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, nos termos do edital de licitação e seus anexos, por meio de prévia licitação, na modalidade de concorrência pública, a ser promovida de acordo com a legislação aplicável.

Art. 2º- O prazo de duração da parceria público-privada dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos será estabelecido no respectivo contrato, devendo ser compatível com o prazo necessário para a amortização dos investimentos necessários para universalização dos serviços, observados os limites legais.

Parágrafo único. A critério exclusivo do Poder Executivo Municipal, o prazo da parceria público-privada poderá ser prorrogado, inclusive para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, observado o disposto no respectivo contrato e na legislação aplicável.

Art. 3º - A parceria público-privada de que trata esta Lei será formalizada mediante contrato, a ser celebrado entre o Município de Jequié e a empresa concessionária a ser constituída pelo licitante vencedor, na forma de sociedade de propósito específico.

Art. 4º- O pagamento da contraprestação pecuniária a ser realizado pela Administração Pública Municipal em razão do contrato de parceria público-privada deverá estar de acordo com as normas orçamentárias pertinentes, podendo os recursos para esse pagamento advirem da Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD e/ou de outra fonte de recursos do Tesouro Municipal.

Art. 5º- Os pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal por força do contrato de parceria público-privada poderão ser garantidos mediante:

I – vinculação de receitas, observado o disposto no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

II – instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei;
III – contratação de seguro-garantia com companhias seguradoras que não sejam controladas pela Poder Público;
IV – garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pelo Poder Público;
V – garantias prestadas por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade;
VI – outros mecanismos admitidos em lei.

Art. 6º- A parceria público-privada dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos pressupõe a prestação de serviço adequado e de boa qualidade, bem como a sustentabilidade econômico-financeira do respectivo contrato, conforme o estabelecido nesta Lei e nas normas pertinentes.

Parágrafo único. Serviço adequado e de boa qualidade é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade da contraprestação pecuniária.

Art. 7º- Os direitos e deveres dos usuários dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos são aqueles previstos na Lei federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, e na Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, sem prejuízo do disposto no edital de licitação e no contrato de parceria público-privada.

Parágrafo único. Os usuários e a comunidade local poderão fiscalizar a prestação de tais serviços por meio de reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais pronunciamentos.

Art. 8º -O contrato de parceria público-privada dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos poderá ser extinto nas hipóteses legais, observados os procedimentos cabíveis e os direitos das partes.

Parágrafo único. O contrato de parceria público-privada regulamentará as causas e consequências de sua extinção, inclusive os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações que porventura vierem a ser devidas ao contratado.

Art. 9º- A parceria público-privada dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos poderá ser fiscalizada pelo Poder Público Municipal e por entidade reguladora que detenha essa capacidade.

CAPÍTULO II – DO FUNDO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 10- Fica criado o Fundo Municipal de Resíduos Sólidos de Jequié, de natureza contábil, com o objetivo de prover recursos necessários ao custeio dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Art. 11 Os recursos do Fundo Municipal de Resíduos Sólidos serão aplicados na parceria público-privada promovida pelo Município de Jequié para a prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, especialmente, para o pagamento das

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

contraprestações e assegurar as demais obrigações pecuniárias devidas pela Administração Pública ao parceiro privado.

Parágrafo único. É vedada a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Resíduos Sólidos para a realização ou o pagamento de despesas ou investimentos não relacionados à parceria público-privada de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 12- O Fundo Municipal de Resíduos Sólidos será constituído com recursos provenientes de:

I – receitas decorrentes da Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares – TRSD;
II – recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios, transferidos ao Município de Jequié nos termos do artigo 159 da Constituição Federal;
III – dotações orçamentárias específicas consignadas na Lei do Orçamento ou em créditos adicionais ou suplementares;
IV – doações ou patrocínios de organismos ou entidades nacionais ou estrangeiras, de pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras, de direito público ou privado;
V – valores advindos de acordos, contratos, consórcios, convênios, termos de cooperação ou outras modalidades de ajuste;
VI – resultado da aplicação financeira de seus recursos, na forma do disposto no § 2º do art. 54 desta Lei;
VII – reversão automática dos saldos não aplicados;
VIII - receitas decorrentes da arrecadação de multas por infração da legislação pertinente;
IX - outras receitas eventuais.

Art. 13 -Caso, em qualquer momento, não haja recursos suficientes no Fundo Municipal de Resíduos Sólidos para fazerem face ao cumprimento, pelo Município de Jequié, de suas obrigações pecuniárias no âmbito da parceria público-privada de que trata esta Lei, tal pagamento deverá ser realizado diretamente com recursos da Municipalidade.

Parágrafo único. O contrato da parceria público-privada de que trata esta Lei regulará o detalhamento do mecanismo de utilização do Fundo Municipal de Resíduos Sólidos.

Art. 14 -Fica criado o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Resíduos Sólidos, encarregado de gerir e administrar o referido Fundo, cuja composição e organização serão definidas por ato do Poder Executivo.

Art. 15- O Poder Executivo Municipal, em suas propostas de leis orçamentárias, contemplará o Fundo Municipal de Resíduos Sólidos, com a previsão dos recursos necessários para fazer face ao cumprimento dos seus objetivos, na forma prevista nesta Lei.

Art. 16- No caso de extinção do Fundo Municipal de Resíduos Sólidos, seus bens e direitos reverterão ao patrimônio do Município de Jequié, atendidos os encargos e responsabilidades assumidos, na forma como a Lei assim o dispuser.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

CAPÍTULO III - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17- Ficam aprovados o Plano Municipal de Saneamento Básico e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Jequié, cujos extratos constam do Anexo I desta Lei.

Art. 18- As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, ficando autorizado o Executivo Municipal a criar créditos suplementares e realizar os remanejamentos eventualmente necessários para viabilizar a implementação das condições e atividades previstas nesta Lei.

Art. 19 -Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, EM 29 DE JUNHO DE 2023.

ZENILDO BRANDÃO SANTANA
=PREFEITO =

REGISTRADO

SOB NÚMERO 2.318 ÀS FLS. DO LIVRO LEI

EM 29 DE JUNHO DE 2023.

_____

VAGNER DE CASTRO AMPARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Produto 8 – Relatório Final do PMSB e do PMGIRS

Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Produto 8 – Relatório Final do PMSB e do PMGIRS

Praça Duque de Caxias, s/n, Jequiezinho, Jequié-BA – 45206-903 – Tel. 0800 808 0118;
email: pmj@jequie.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié



Produto 8 – Relatório Final do PMSB e do PMGIRS

Volume Único

REV 00

Jequié/ BA

Agosto, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1330180078960

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2019

CONTRATO Nº 04/2019

AUTORIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 021/2019

Produto 8 – Relatório Final do PMSB e do PMGIRS, apresentado pela Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria Ltda. para a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia como parte integrante do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) de **Jequié - Bahia**.

Revisão	Data	Assunto	Visto
REV00	08/08/22	Emissão inicial	

Jequié/ BA

Agosto, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Rui Costa dos Santos

Governador

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO - Sihs

Murilo Dias Sampaio

Secretário

Superintendência de Saneamento

Juvenal Maynart Cunha

Superintendente de Saneamento e Gestor do Contrato

Coordenação de Abastecimento de Água

Anésio Miranda Fernandes

Coordenador de Abastecimento de Água e Fiscal do Contrato

Equipe de Acompanhamento e Fiscalização da SAN

Tônia Maria Dourado Vasconcelos – Analista Técnica

Sandra Alves Teixeira – Engenheira Sanitarista e Ambiental

Maria Maranhão – Socióloga

Tessa Caldas Moreira Goés – Engenheira Civil, Agrimensura, Segurança

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

Prefeitura Municipal de Jequié

Prefeito

Zenildo Brandão Santana

Vice-Prefeito

Polliana Leandro Oliveira

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Celso Galvão D'Andrade Neto

Secretário e Coordenador do Comitê de Coordenação

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Isaac Santos Guerra

Coordenador do Comitê Executivo

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

COMITÊ DE COORDENAÇÃO

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Celso Galvão D'Andrade Neto (titular) – secretário (Coordenador do Comitê de Coordenação)

Fábia Sampaio Viana (suplente) – comissionado

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Robson Santos Lago (titular) – concursado

Samuel Silva Souza (suplente) – concursado

Secretaria Municipal de Saúde

Alberto Pinto Costa Filho (titular) – concursado

Ane Rizocely Oliveira Santana (suplente) – concursado

Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente

Thiago Bruno Santos Fonseca (titular) – comissionado

Danuza Cristina Gonçalves Reis (suplente) - comissionado

Câmara de Municipal de Vereadores

Moana dos Santos Meira Silva (titular) – vereadora

Walmiral Pacheco Marinho Neto (suplente) – vereador

Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - Embasa

Representantes do Escritório Regional em Jequié - USJ

Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

Representantes da Superintendência de Saneamento – SAN

Conselho Municipal de Meio Ambiente

Mario Josué C. Trindade Júnior (titular) – conselheiro

Antônio Lourenço de A. Filho (suplente) – conselheiro

Cooperativa de Catadores Recicla Jequié - COOPERJE

Zenaide de Oliveira (titular) – presidente

Luzia Borges (suplente) – secretária/conselheira

Associação de Moradores do Povoado da Fazenda Velha - AMOFAV

Rogério Nunes da Silva (titular) – conselheiro

Antônio Alves Queiroz (suplente) – conselheiro

Associação das Donas de Casa da Bahia - ADCB

Jaqueline Macêdo Cerqueira (titular) – vice-presidente

Marinelma Macêdo Gomes (suplente) – presidente

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

COMITÊ EXECUTIVO

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Isac Santos Guerra (Coordenador do Comitê Executivo) – concursado

Secretaria Municipal de Educação

Delivaldo Cardoso Cruz – concursado

Secretaria Municipal de Saúde

Darci Santos Silva – concursado

Secretaria Municipal de Relações Institucionais

Rildo José da Silva – comissionado

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Edilene Andrade Brito – comissionado

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Fábia Sampaio Viana – comissionado

Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - EMBASA (Escritório Local)

Waldson Pereira Luz Júnior – concursado

Cooperativa de Catadores Recicla Jequié - COOPERJE

Luzia Borges – secretária

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

Ordem dos Pastores Evangélicos de Jequié - OPEJ

Pr. Alexandro Luiz Bonfim dos Santos

Associação das Donas de Casa da Bahia - ADCB

Marinelma Macêdo Gomes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA

Pollyana da Silva Magalhães

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

SANEANDO PROJETOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

Coordenação Geral

Geraldo Leite Botelho – Engenheiro Civil/Mestre em Hidráulica e Saneamento

Gerente do Contrato

Tiago Bezerra Botelho - Administrador

Coordenação Técnica Social

Ângela Damasceno – Socióloga, Mestre em Engenharia Ambiental Urbana e Doutora em Sociologia

Coordenação Técnica de Engenharia

Lívia Duca de Lima – Engenheira Civil, Sanitarista e Ambiental

Engenheiro de Campo

Eduardo Linhares Loureiro - Engenheiro Ambiental

Equipe Técnica

Luiza de Andrade Berndt	Engenheira Sanitarista e Ambiental
Marcela Lima Ferreira	Engenheira Civil, Sanitarista e Ambiental
Cláudia Bezerra Batista Neves	Advogada
Gabriel Araújo Santiago Costa	Estagiário em Geoprocessamento

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

APRESENTAÇÃO

A Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria Ltda. apresenta à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia o **Produto 8 – Relatório Final do PMSB e do PMGIRS,** referente ao município de **Jequié,** o qual se constitui parte integrante do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), objeto do Contrato nº 04/2019, firmado entre as partes.

De acordo com os requisitos do Termo de Referência apresentado na Seção II da Parte I (Anexo A) do Edital da Tomada de Preço nº 01/2019, o referido objeto subdivide-se nos seguintes produtos:

- **Produto 1:**

  - Plano de Trabalho Ajustado.

- **Produto 2:**

  - Plano de Mobilização Social.

- **Produto 2. 1**

  - Relatório técnico de apresentação das legislações pertinentes e da construção participativa do Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico.

- **Produto 2. 2**

  - Relatório técnico da oficina de validação do Diagnóstico e de apresentação do Prognóstico e do Planejamento Estratégico – cenários, planejamento das intervenções, programas, projetos e ações dos serviços de saneamento básico.

- **Produto 2. 3**

  - Apoio à realização da Consulta e Audiência Pública de Validação do PMSB e do PMGIRS.

- **Produto 3:**

  - Diagnóstico do Saneamento Básico.

- **Produto 4:**

  - Prognóstico, Objetivos e Metas;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

- **Produto 5:**

  - Programas, Projetos e Ações.

- **Produto 6:**

  - Monitoramento e Avaliação.

- **Produto 7:**

  - Proposta de Anteprojeto de Lei ou de Decreto para aprovação do PMSB e do PMGIRS.

- **Produto 8:**

- Relatório Final do PMSB e do PMGIRS.

O Plano Municipal de Saneamento Básico é o instrumento de planejamento instituído pela Lei Nacional nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a Política Federal de Saneamento Básico. A lei elege o planejamento das ações de saneamento básico como um item fundamental, aliado à regulação, fiscalização, prestação dos serviços e participação e controle social.

A elaboração do PMSB deve atender aos princípios fundamentais da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, estabelecidos no artigo 2º do Capítulo 1, a exemplo da universalização do acesso às quatro componentes, a saber: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Ressalta-se que a quinta componente referente às ações de combate e controle de vetores e reservatórios de doenças, conforme prevista na Lei Estadual de Saneamento Básico, Lei nº 11.172/2008, é transversal a todas as outras.

O processo de elaboração do plano será desenvolvido, ainda, em consonância com os princípios fundamentais da Política Nacional de Resíduos Sólidos explicitados no artigo 6º da Lei Nacional nº 12.305/2010. Assim, o plano abrange todos os resíduos definidos no artigo 13 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e no artigo 12 da Política Estadual de Resíduos Sólidos – Lei Estadual nº 12.932/2014.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

A elaboração e edição do plano são de responsabilidade do titular dos serviços, o município, como estabelecido no artigo 9°, inciso I, da Lei Nacional nº 11.445/2007: "O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto: I – elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei".

Diante disso, os Municípios contemplados no objeto do contrato serão as responsáveis pela elaboração de seus respectivos PMSB e PMGIRS, porém contando com o apoio técnico do Governo do Estado da Bahia, por meio da assinatura de Termos de Cooperação Técnica entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia (SIHS) e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR), e cada um dos municípios, com interveniência da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA), naqueles em que atua.

O objeto é resultado do Contrato de Repasse nº 844.834/2017, firmado entre o Ministério das Cidades (MCidades) e a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS), financiado com recurso transferido por meio de emenda parlamentar.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Setores de Mobilização Social de Jequié/BA 46
Figura 2 – Participação social na Oficina Setorial de Diagnóstico e Prognóstico do Setor de Monte Branco - Jequié/BA 48
Figura 3 – Participação social na Oficina Setorial de Diagnóstico e Prognóstico do Setor Boaçu e Oriente Novo - Jequié/BA 48
Figura 4 – Participação social na Oficina Setorial de Diagnóstico e Prognóstico do Setor Florestal - Jequié/BA 49
Figura 5 – Participação social na Oficina Setorial de Diagnóstico e Prognóstico do Setor Itajuru e Barra Avenida - Jequié/BA 49
Figura 6 – Participação social na Oficina Setorial de Diagnóstico e Prognóstico do Setor Baixão e Sede Municipal - Jequié/BA 50
Figura 7 – Participação social na Oficina Setorial de Diagnóstico e Prognóstico do Setor Itaibó - Jequié/BA 50
Figura 8 - Participação social na Oficina Setorial de Planejamento Estratégico dos SM Baixão, Sede, Florestal e Barra Avenida 51
Figura 9 - Participação social na Oficina Setorial de Planejamento Estratégico no setor Monte Branco 52
Figura 10 - Participação social na Oficina Setorial de Planejamento Estratégico no Setores de Mobilização de Boaçu e Oriente Novo – Jequié /BA 53
Figura 11 – *Cards* de divulgação do questionário e das oficinas setoriais de Jequié/BA 54
Figura 12 – *Cards* de divulgação das Oficinas Setoriais de Diagnóstico e de Prognóstico de Jequié /BA 55
Figura 13 – *Cards* de divulgação das Oficinas Setoriais de Validação do Diagnóstico e de Apresentação do Prognóstico e do Planejamento Estratégico de Jequié /BA 55
Figura 14 - Evolução do IDEB nos anos iniciais em Jequié/BA 60
Figura 15 - Morbidade por doenças infecciosas e parasitárias: Jequié/BA (2010 a 2020) 62
Figura 16 - Elementos da Gestão dos Serviços de Saneamento Básico 69
Figura 17 – Croqui do SAA da Sede de Jequié 73
Figura 18 - Laboratório da ETA de Criciúma (A) e ETA da Pedra (B) 74
Figura 19 – Visão geral das infraestruturas da ETA Criciúma 75
Figura 20 – Croqui do SES de Jequié 87
Figura 21 - Funcionamento de um tanque séptico 90
Figura 22 – Pontos de lançamento de esgoto na sede municipal de Jequié 93

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 23 – Localização do lançamento de esgotos sanitários *in natura* no sistema de macrodrenagem da sede municipal 94
Figura 24 - Lançamento de esgotos no sistema de drenagem observado em visita técnica 95
Figura 25 – Caixas coletoras na sede municipal 102
Figura 26 - Mapa hidrográfico da sede municipal 104
Figura 27 - Cheia do Rio das Contas em Jequié - 1914 109
Figura 28 - Enxurradas em Jequié (2017) 111
Figura 29 - Classificação de Vulnerabilidade para IVDNS 113
Figura 30 - Roteiro de coleta de resíduos sólidos praticados no município de Jequié/BA 119
Figura 31 – Queima de resíduos sólidos no Distrito de Barra Avenida 120
Figura 32 – Queima de resíduos sólidos no Distrito de Monte Branco 120
Figura 33 - Realização da coleta de resíduos domiciliares na sede municipal 121
Figura 34 - Coleta com carrinho de mão pelo coletor em área de difícil acesso pelo caminhão .121
Figura 35 - Praça da Amizade localizada no Urbis I em Jequié/BA 123
Figura 36 - Praça do Amor no Loteamento Vicente Grilo em Jequié/BA 123
Figura 37 - Oficina de orientação para implantação e execução do Projeto de Coleta Seletiva nas Escolas de Jequié/BA 124
Figura 38 - PEV implantado em uma das escolas partipantes do programa 125
Figura 39 - Formas adequadas para acondicionamento de RSS 126
Figura 40 - Centro de Saúde de Jequié 127
Figura 41 - Acondicionamento de perfurantes no Centro de Saúde de Jequié 127
Figura 42 - Bombonas utilizadas para acondicionamento de resíduos perfurocortantes em abrigo coberto 127
Figura 43 - Acondicionamento dos resíduos com características de domiciliares em sacos plásticos dispostos em via pública para posterior coleta 129
Figura 44 - Leito de secagem da ETE de Jequié 131
Figura 45 - Produtos químicos para tratamento de água da ETA da Barragem do Rio Preto do Criciúma (Cajueiro) da Sede de Jequié 131
Figura 46 - RCC dispostos em vias públicas 132
Figura 47 - Acondicionamento de RCC em caixa estacionária 133
Figura 48 - RCC utilizado na regularização de terreno 133
Figura 49 - Disposição inadequada de RCC na sede municipal de Jequié/BA 134
Figura 50 - Terminal Rodoviário de Jequié 138
Figura 51 - Terminal Aeroviário Vicente Grillo 139
Figura 52 - Postos de gasolina em Jequié/BA 141

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 53 – População Total, Urbana e Rural em 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 de Jequié/BA 144
Figura 54 – Curvas de evolução demográfica da população total de Jequié/BA 149
Figura 55 – Curvas de evolução demográfica da população urbana de Jequié/BA 151
Figura 56 - Representação gráfica dos resultados da projeção populacional adotada para Jequié/BA 152
Figura 57 – Cenários alternativos da Gestão dos Serviços de Saneamento 155
Figura 58 - Formas de prestação de serviço público permitidas pela legislação vigente 162
Figura 59 – Cenários alternativos do SAA Jequié 172
Figura 60 - Cenários alternativos do SES da sede municipal 190
Figura 61 – Cenários alternativos do SES dos distritos de Jequié 202
Figura 62 - Resumo dos cenários de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas 221
Figura 63 - Reservatórios domésticos para armazenamento de água de chuva 226
Figura 64 - Desenho esquemático de pavimento drenante com saída da água por infiltração 226
Figura 65 - Campo de futebol utilizado no período de chuva para amortecimento da cheia 227
Figura 66 – Exemplo de vala de infiltração ao longo da curva de nível 228
Figura 67 – Resumo cenários de resíduos 236
Figura 68 - Fluxograma esquemático do Plano de Ações de Emergências 274

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Zoneamento para a mobilização social em Jequié- BA 43
Quadro 2 – Legislação Federal 64
Quadro 3 – Dispositivos Federais de interesse para o saneamento básico 65
Quadro 4 – Legislação Estadual 66
Quadro 5 – Relação de comunidades beneficiadas com construção de banheiros 92
Quadro 6 – Ações estruturantes previstas no Pemapes para Jequié 98
Quadro 7 – Estado de conservação dos dispositivos de microdrenagem 101
Quadro 8 - Problemas relativos à prestação de serviços de drenagem em Jequié/BA 105
Quadro 9 – Danos registrados em situações de desastre 110
Quadro 10 – Desastres naturais registrados em Jequié 110
Quadro 11 - Geradores sujeitos a sistema de Logística Reversa em Jequié/BA 141
Quadro 12 – Cenário de referência para a gestão dos serviços de saneamento básico de Jequié/BA 156
Quadro 13 - Variáveis definidas para SIAA que atende as zonas urbanas dos distritos de Jequié 170
Quadro 14 – Hipóteses das variáveis definidas para o abastecimento de água na zona urbana dos distritos do município de Jequié 171
Quadro 15 – Alternativas de abastecimento de água adotadas 188
Quadro 16 - Variáveis definidas para o SES da Sede Municipal 190
Quadro 17 - Hipóteses das variáveis definidas para o Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede Municipal 190
Quadro 18 - Variáveis definidas para o SES distritos Jequié 201
Quadro 19 - Hipóteses das variáveis definidas para o SES distritos Jequié 202
Quadro 20 – Alternativas de esgotamento sanitário adotadas 217
Quadro 21 - Hipóteses das variáveis definidas para os cenários de drenagem e manejo de águas pluviais da zona urbana de Jequié/BA 221
Quadro 22 – Variáveis definidas 233
Quadro 23 – Cenários alternativos de resíduos para área urbana de Jequié 234
Quadro 24 – Cenários alternativos de resíduos para área rural 249
Quadro 25 - Variáveis importantes na seleção do local para execução de aterro 258
Quadro 26 - Objetivos e Metas para o Saneamento Básico no município de Jequié 262
Quadro 27 - Causas e efeitos possíveis da interrupção do SAA 264
Quadro 28 - Consequências da presença de substâncias, compostos e organismos na água 265

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 29 - Alternativas para evitar a paralisação do sistema de água. 267
Quadro 30 - Alternativas para evitar a paralisação do sistema de tratamento de esgoto....269
Quadro 31 - Ações de emergências e contingências para o sistema de drenagem urbana de águas pluviais 273
Quadro 32 - Ações de emergência e contingência para o manejo de resíduos sólidos....276
Quadro 33 - Relação Densidade x Horizonte de Planejamento....291
Quadro 34- Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Fortalecimento da Gestão – Jequié/BA 292
Quadro 35 - Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Responsabilização, Participação e Controle Social – Jequié/BA 293
Quadro 36- Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Educação Ambiental – Jequié/BA 294
Quadro 37 - Horizontes de implantação dos projetos para a Gestão dos Serviços de Saneamento 294
Quadro 38 – Hierarquização das ações de Gestão dos Serviços Públicos de Saneamento Básico em Jequié/BA 296
Quadro 39 - Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Cuidando dos Mananciais....300
Quadro 40 - Horizontes de implantação do programa Cuidando dos Mananciais por regiões de mobilização do município de Jequié 301
Quadro 41 - Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Água potável para todos....301
Quadro 42 - Horizontes de implantação dos projetos para o Programa Água Potável para todos por regiões de mobilização do município de Jequié 302
Quadro 43 – Matriz impacto/incerteza/intensidade o Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Água – Jequié/BA....302
Quadro 44 – Horizontes de implantação dos projetos para o Programa Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Água por distrito do município de Jequié/BA....303
Quadro 45 - Horizontes de implantação dos projetos para os Serviços de Abastecimento de Água 304
Quadro 46 – Hierarquização das ações do Serviço de Abastecimento de Água em Jequié/BA 305
Quadro 47 - Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Esgotamento Sanitário para Todos....308
Quadro 48 - Horizontes de implantação dos projetos para o Programa Esgotamento Sanitário para Todos por regiões de mobilização do município de Jequié 309
Quadro 49 - Horizontes de implantação dos projetos para os Serviços de Esgotamento Sanitário 309

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 50 – Hierarquização das ações do Serviço de Esgotamento Sanitário em Jequié/ BA 310
Quadro 51 - Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Drenagem para Todos.....312
Quadro 52 - Horizontes de implantação dos projetos para o Programa Manejo Adequado de Águas Pluviais Urbana por regiões de mobilização do município de Jequié.....312
Quadro 53 – Matriz impacto/incerteza/intensidade do Programa Drenagem Sustentável– Jequié/BA.....313
Quadro 54 – Horizontes de implantação dos projetos para o Programa Drenagem Sustentável por distrito no município de Jequié/BA.....314
Quadro 55 - Horizontes de implantação dos projetos para os Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais.....314
Quadro 56 – Hierarquização das ações do Serviço de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais em Jequié/ BA.....315
Quadro 57 – Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Incentiva Jequié – Jequié/BA318
Quadro 58 – Horizontes de implantação dos projetos para o Programa Incentiva Jequié para os distritos do município Jequié/BA.....318
Quadro 59 – Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Limpa Jequié/BA.....319
Quadro 60 – Horizontes de implantação dos projetos para o Programa Limpa Jequié para os distritos do município Jequié/BA.....320
Quadro 61 – Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Destina Bem Jequié - Jequié/BA 320
Quadro 62 – Horizontes de implantação dos projetos para o Programa Destina Bem Jequié para os distritos do município Jequié/BA.....321
Quadro 63 - Horizontes de implantação dos projetos para os Serviços de Manejo Adequado dos Resíduos Sólidos.....321
Quadro 64 – Hierarquização das ações dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana em Jequié/ BA.....322
Quadro 65 - Resumo da estimativa de investimentos em saneamento básico para o município de Jequié/ BA.....330
Quadro 66 – Programação da execução do Projeto Estruturação da Gestão do Saneamento.....332
Quadro 67 – Programação da execução do Projeto Valorização da Legislação.....333
Quadro 68 – Programação da execução do Projeto Aprimorar o Controle Social 334
Quadro 69 – Programação da execução do Projeto Divulgando ações do Saneamento.....335
Quadro 70 – Programação da execução do Projeto Educação Ambiental nas Escolas.....336
Quadro 71 – Programação da execução do Projeto Educação Ambiental para Promoção do Saneamento na zona urbana.....337

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 72 – Programação da execução do Projeto Educação Ambiental para Promoção do Saneamento na zona rural 338
Quadro 73 – Plano de Investimentos da Gestão dos Serviços de Saneamento Básico 339
Quadro 74 – Programação da execução do Projeto Cuidando dos Mananciais 341
Quadro 75 - Programação da execução do Projeto Melhoria do sistema de abastecimento de água operado pela Embasa 342
Quadro 76 – Programação da execução do Projeto Melhoria do Abastecimento de Água na Sedes Distritais e na Área rural para Abastecimento de Água 343
Quadro 77 - Programação da execução do Projeto Melhoria do Monitoramento da Qualidade da Água 344
Quadro 78 - Programação da execução do Projeto Eficiência no Abastecimento de Água 345
Quadro 79 – Plano de Investimentos do Abastecimento de Água Potável 346
Quadro 80 – Programação da execução do Projeto Melhoria do Serviço de Esgotamento Sanitário da Sede Municipal 348
Quadro 81 – Programação da execução do Projeto Melhoria do Serviço de Esgotamento Sanitário da Sede Distritos 349
Quadro 82 - Programação da execução do Projeto Soluções de Esgotamento Sanitário para Área Rural 350
Quadro 83 – Plano de Investimentos do Esgotamento Sanitário 351
Quadro 84 - Programação da execução do Projeto Universalização dos Serviços de Drenagem 353
Quadro 85 - Programação da execução do Projeto Atenção Chuva 354
Quadro 86 – Programação da execução do Projeto Controle do escoamento na fonte 355
Quadro 87 - Programação da execução do Projeto Recuperação de Rios Urbanos 356
Quadro 88 – Plano de Investimentos da Drenagem e Manejo de Águas Pluviais 357
Quadro 89 - Programação da execução do Projeto Incentiva Jequié 359
Quadro 90 – Programação da execução do Projeto Coleta para Todos 360
Quadro 91 - Programação da execução do Projeto Coleta Seletiva dos Resíduos 361
Quadro 92 - Programação da execução do Projeto Melhorias na Limpeza Pública 362
Quadro 93 - Programação da execução do Projeto Transformando áreas de Descarte Irregular 363
Quadro 94 - Programação da execução do Projeto Cooperando para Fortalecer 364
Quadro 95 - Programação da execução do Projeto Reaproveita e Recicla Jequié 365
Quadro 96 - Programação da execução do Projeto Composta Jequié 366
Quadro 97 - Programação da execução do Projeto Disposição final dos Rejeitos 367
Quadro 98 - Programação da execução do Projeto Responsabilidade Compartilhada 368
Quadro 99 – Plano de Investimentos da Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos 369

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 100 – Custos associados às ações de emergência e contingências dos serviços de saneamento básico 372
Quadro 101 - Indicadores da categoria de análise Universalização do Acesso 379
Quadro 102 - Indicadores da categoria de análise Tecnologia Apropriada 380
Quadro 103 - Indicadores da categoria de análise Qualidade dos Serviços Prestados 381
Quadro 104 – Indicadores da categoria de Adequação à Saúde Pública 382
Quadro 105 – Indicadores da categoria de análise Intersetorialidade 382
Quadro 106 – Indicadores da categoria de análise Eficiência 383
Quadro 107- Indicadores da categoria Sustentabilidade Econômica 384
Quadro 108 - Indicadores da categoria Participação e Controle Social 385
Quadro 109 - Indicadores da categoria de análise Implementação do PMSB 386
Quadro 110 - Indicadores da categoria Fiscalização e Regulação dos Serviços de Saneamento Básico 387
Quadro 111 – Descrição dos indicadores de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Saneamento Básico 388

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Formas de abastecimento de água em Jequié/BA 71
Tabela 2 – Resumo das características das ETAs 75
Tabela 3 – Informações técnicas das unidades de tratamento 76
Tabela 4 – Características dos reservatórios 77
Tabela 5 – Extensão da rede água 77
Tabela 6 - Extensão da rede de distribuição por diâmetro 78
Tabela 7 – Economias ativas e locais atendidos por zonas de abastecimento 78
Tabela 8 - Proporção de moradores por tipo de instalação sanitária: Jequié/BA (2000 e 2010) .85
Tabela 9 - População atendida por rede geral de esgoto 2014 a 2019 86
Tabela 10 - Informações sobre a rede coletora de esgotos 88
Tabela 11 – Relação de comunidades beneficiadas com construção de banheiros equipados com fossas sépticas através de convênio com a CAR 91
Tabela 12 – Ações estruturais previstas no Pemapes para Jequié 98
Tabela 13 - Índice de vulnerabilidade aos desastres naturais relacionado às secas (IVDNS) – Jequié/BA 114
Tabela 14 – Roteiro de Coleta dos resíduos sólidos urbanos do município de Jequié/BA 118
Tabela 15 – Consulta Pública de empreendimentos no Portal SEIA 129
Tabela 16- Produção estimada de RSS em Jequié/BA 129
Tabela 17 - Produção de RCC em Jequié/BA 134
Tabela 18 - Participação de resíduos em relação à massa total da cultura 136
Tabela 19 - Estimativa da geração de resíduos sólidos da agricultura 136
Tabela 20 - Geração de dejetos (Kg/cabeça/dia) - fezes+urina 137
Tabela 21 - Efetivo de rebanho (cabeças) e estimativa de geração de resíduos, por tipo de rebanho no município Jequié em 2019 138
Tabela 22 - Dados populacionais dos últimos 5 (cinco) censos demográficos 145
Tabela 23 – Projeções populacionais da Bahia e de Jequié - IBGE e SEI 2018 147
Tabela 24 – Resultados da projeção populacional por ajuste matemático – População Total do município de Jequié/BA 148
Tabela 25 – Equações para cálculo das projeções populacionais de Jequié/BA – População Urbana 150
Tabela 26 – Equações para cálculo das projeções populacionais de Jequié/BA – População Urbana 150
Tabela 27 - Dados para estimativa da população residente nos distritos 152

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 28 - Projeção populacional adotada para Jequié/BA para o período de 2020-2042.....153
Tabela 29 - Projeção populacional adotada para os distritos de Jequié/BA para o período de 2022-2042 154
Tabela 30 - Cenário 2 do Abastecimento de Água do município de Jequié/BA.....174
Tabela 31 - Projeção de Demandas de Água para o Cenário de Referência para sede Municipal de Jequié e sede distrital de Baixão.....175
Tabela 32 – Projeção de Demandas de Água para o Cenário de Referência 1 para a zona urbana e rural do distrito de Distrito Boaçu.....176
Tabela 33 – Projeção de Demandas de Água para o Cenário de Referência 1 para a zona urbana do distrito de Distrito Florestal.....177
Tabela 34 – Projeção de Demandas de Água para o Cenário de Referência 1 para a zona urbana do distrito de Distrito Itaibó 178
Tabela 35 – Projeção de Demandas de Água para o Cenário de Referência 1 para a zona urbana do distrito de Distrito Itajuru.....180
Tabela 36 – Projeção de Demandas de Água para o Cenário de Referência 1 para a zona urbana do distrito de Distrito Monte Branco.....182
Tabela 37 – Projeção de Demandas de Água para o Cenário de Referência 1 para a zona urbana do distrito de Distrito Oriente Novo.....184
Tabela 38 - Cenário 2 do SES da sede municipal de Jequié.....192
Tabela 39 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da Sede Municipal.....193
Tabela 40 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário De Referência 2 da área urbana do distrito Baixão.....194
Tabela 41 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Boaçu.....195
Tabela 42 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Florestal.....196
Tabela 43 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Itaibó 197
Tabela 44 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Itajuru 198
Tabela 45 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Monte Branco 199
Tabela 46 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Oriente Novo.....200

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 47 - Cenário 2 do SES da área urbana dos distritos 204
Tabela 48 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da Sede Municipal de Jequié 205
Tabela 49 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário De Referência 2 da área urbana do distrito Baixão 206
Tabela 50 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Boaçu 207
Tabela 51 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Florestal 208
Tabela 52 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Itaibó 209
Tabela 53 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Itajuru 210
Tabela 54 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Monte Branco 211
Tabela 55 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Oriente Novo 212
Tabela 56 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário 2 da zona rural 213
Tabela 57 – Cenários alternativos para drenagem e manejo de águas pluviais na zona urbana de Jequié 223
Tabela 58 –Detalhamento das variáveis, coleta convencional e coleta seletiva, conforme as metas do Cenário 2- Zona Urbana 237
Tabela 59 – Detalhamento das variáveis, triagem e compostagem conforme as metas do Cenário 2- Zona Urbana 238
Tabela 60 - Massa de resíduos que segue para disposição final conforme as metas do Cenário 2 – Zona Urbana 239
Tabela 61 - Massa de resíduos recuperada conforme as metas do Cenário 2 – Zona Urbana 240
Tabela 62 - Projeção de Demandas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Cenário de Referência 2 – Zona Urbana Jequié (sede municipal) 241
Tabela 63 - Projeção de Demandas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Cenário de Referência 2 – Zona Urbana de Baixão 242
Tabela 64 - Projeção de Demandas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Cenário de Referência 2 – Zona Urbana do distrito de Boaçu 243

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 65 - Projeção de Demandas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Cenário de Referência 2 – Zona Urbana do distrito de Florestal 244
Tabela 66 - Projeção de Demandas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Cenário de Referência 2 – Zona Urbana do distrito de Itaibó 245
Tabela 67 - Projeção de Demandas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Cenário de Referência 2 – Zona Urbana do distrito de Itajurú 246
Tabela 68 - Projeção de Demandas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Cenário de Referência 2 – Zona Urbana do distrito Monte Branco 247
Tabela 69 - Projeção de Demandas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Cenário de Referência 2 – Zona Urbana do distrito Oriente Novo 248
Tabela 70 –Detalhamento da geração de resíduos conforme as metas do Cenário 2- Zona rural 250
Tabela 71 –Detalhamento das variáveis, compostagem doméstica e coleta convencional conforme as metas do Cenário 2 - Zona rural 251
Tabela 72 – Detalhamento das variáveis, coleta seletiva e triagem conforme as metas do Cenário 2 - Zona rural 252
Tabela 73 – Massa de resíduos que segue para disposição final conforme as metas do Cenário 2 – Zona rural 253
Tabela 74 - Projeção de Demandas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Cenário de Referência 2 – Zona Rural de Jequié 254

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

SUMÁRIO

1

APRESENTAÇÃO 11
LISTA DE FIGURAS 14
LISTA DE QUADROS 17
LISTA DE TABELAS 22
1 INTRODUÇÃO 31
1.1 OBJETIVOS 33
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO 34
2 PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL 41
2.1 Grupo de Trabalho e Acompanhamento – Comitê de Coordenação e Comitê Executivo 41
2.2 Definição dos Setores de Mobilização 43
2.3 Atividades Realizadas e Metodologias Adotadas 46
2.4 Meios e Canais de Comunicação 54
3 DIAGNÓSTICO DO SANEAMENTO BÁSICO 57
3.1 Caracterização do Município 57
3.1.1 Características Físicas 57
3.1.2 Histórico 58
3.1.3 Dinâmica Populacional 58
3.1.4 Aspectos Econômicos 59
3.1.5 Educação 59
3.1.6 Assistência Social 60
3.1.7 Infraestrutura 61
3.1.8 Indicadores de Saúde e Doenças Relacionadas ao Saneamento Básico 62
3.2 Diagnóstico da Política Pública e dos Serviços de Saneamento Básico 64
3.2.1 Legislação Relacionada com o Saneamento Básico 64
3.2.1.1 Esfera Federal 64
3.2.1.2 Esfera Estadual 65
3.2.1.3 Esfera Municipal 67
3.2.2 Gestão dos Serviços de Saneamento Básico 68
3.2.3 Abastecimento de Água Potável 70
3.2.3.1 Panorama Geral da Situação do Abastecimento de Água 71
3.2.3.2 Sistema de Abastecimento de Água de Jequié 71
3.2.3.3 Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água 80
3.2.3.4 Caracterização das soluções alternativas individuais 83
3.2.3.5 Condições dos Mananciais de Jequié 83

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

3.2.4 Esgotamento Sanitário 84
3.2.4.1 Panorama Geral da Situação do Esgotamento Sanitário 84
3.2.4.2 Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede Municipal de Jequié 86
3.2.4.3 Sistema de Esgotamento Sanitário dos distritos e localidades rurais 89
3.2.4.4 Soluções de Esgotamento Sanitário na Zona Rural 90
3.2.4.5 Identificação de áreas com risco de contaminação por esgotos 92
3.2.5 Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas 96
3.2.5.1 Caracterização do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais 100
3.2.5.2 Verificação da separação entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário. 105
3.2.5.3 Identificação de lacunas no atendimento pelo Poder Público 105
3.2.5.4 Identificação dos principais problemas relacionados ao serviço de manejo de águas pluviais 106
3.2.5.5 Caracterização das áreas de risco de enchentes, inundações, escorregamentos 107
3.2.6 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos 114
3.2.6.1 Descrição da situação do manejo de resíduos sólidos gerados no município 115
3.2.6.2 Descrição do Manejo dos Resíduos Sólidos Urbanos 116
3.2.6.3 Tratamento, destinação e disposição final 121
3.2.6.4 Identificação de Iniciativas Relevantes e Programas Especiais 122
3.2.6.5 Identificação de Geradores Sujeitos ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Específicos 125
3.2.6.6 Identificação dos Geradores Sujeitos a Sistema de Logística Reversa 141
4 PROGNÓSTICO, OBJETIVOS E METAS 144
4.1 Projeção Populacional 144
4.2 Gestão dos Serviços Públicos de Saneamento Básico 155
4.2.1 Estudo de Cenários 155
4.2.2 Alternativas de Gestão dos Serviços de Saneamento Básico 157
4.2.3 Alternativas para o Controle Social e Participação Popular 165
4.3 Abastecimento de Água Potável 170
4.3.1 Estudo de Cenários e Projeção de Demandas 170
4.3.2 Alternativas de Mananciais 186
4.4 Estudo de Mananciais para Abastecimento de Água 186
4.4.1 Alternativas Técnicas para Atendimento da Demanda 188
4.5 Esgotamento Sanitário 189
4.5.1 Estudo de Cenário e Projeção de Demandas do SES Sede Jequié 189
4.5.2 Estudo de Cenário e Projeção de Demandas – SES para zona urbana dos Distritos 201

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

4.5.3 Estudo de Cenários e Projeção de Demanda da Zona Rural....213
4.5.4 Alternativas Técnicas para Atendimento da Demanda de Esgotamento Sanitário....213
4.6 Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas....218
4.6.1 Estudo de Cenários e Projeção de Demandas do Serviço de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas....219
4.6.2 Alternativas Técnicas para Atendimento da Demanda pelo Serviço de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas....225
4.7 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos....232
4.7.1 Estudo de Cenários e Projeção de Demandas do Serviço de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana....233
4.7.2 Alternativas Técnicas para Atendimento da Demanda pelo Serviço de Limpeza Urbana e de Manejo de Resíduos Sólidos....255
4.7.3 Identificação de Áreas Favoráveis para Disposição Final Ambientalmente Adequada de Rejeitos 258
4.7.4 Definição das Responsabilidades dos Agentes Públicos e Privados....259
4.8 Consolidação dos Objetivos e Metas....261
4.9 Ações de Emergência e Contingência....264
4.9.1 Abastecimento de Água....264
4.9.2 Esgotamento Sanitário....268
4.9.3 Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas....272
4.9.4 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos....275
5 PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES....279
5.1 Gestão dos Serviços de Saneamento Básico....279
5.2 Abastecimento de Água Potável....281
5.3 Esgotamento Sanitário....283
5.4 Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas....285
5.5 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos....287
5.6 Hierarquização das intervenções....290
5.6.1 Gestão dos Serviços de Saneamento....291
5.6.2 Abastecimento de Água Potável....300
5.6.3 Esgotamento Sanitário....308
5.6.4 Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas....312
5.6.5 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos....318
5.7 PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO....328
5.7.1 Gestão dos Serviços de Saneamento Básico....331

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

5.7.2 Abastecimento de Água Potável 340
5.7.3 Esgotamento Sanitário 347
5.7.4 Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas 352
5.7.5 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos 358
5.7.6 Ações de Emergência e Contingência 371
6 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 378
7 MINUTA DO PROJETO DE LEI 390
REFERÊNCIAS 394

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié



INTRODUÇÃ

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

1 INTRODUÇÃO

Universalizar o acesso aos serviços públicos de saneamento básico é um grande desafio para a sociedade brasileira. Desafio esse que vai além de prestar os serviços em si, mas de garantir que o acesso venha acompanhado de promoção da saúde, proteção ao meio ambiente, distribuição de renda, e fortalecimento da cidadania, mediando as diferentes áreas da vida cotidiana, como a cultura, a economia, a educação, a cidadania, a participação política, a saúde, a habitação, entre outras, de maneira a construir uma sociedade equilibrada social e ambientalmente.

Para se alcançar esses anseios é fundamental se estabelecer as prioridades e articulações necessárias ao processo de gestão do poder público. O planejamento, portanto, se mostra como aliado, um instrumento para auxiliar a ação qualificada do poder executivo na implementação das políticas públicas.

Assim, para elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico de Jequié buscou-se exercitar a visão sistêmica, observando contribuições de diversas áreas, segundo preconiza a Lei Federal nº 11.445/2007 de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, a Lei Federal nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, ambas em seus princípios fundamentais, assim como a observação de princípios e disposições dos instrumentos legais do município.

Portanto, o empenho do município de Jequié em elaborar seu PMSB e o PMGIRS, objetiva não apenas cumprir o que prevê o marco legal regulatório, mas, sobretudo, desempenhar efetivamente seu papel como titular dos serviços de saneamento básico.

Especificamente, neste documento estão sendo apresentados de forma sucinta, todas as fases e produtos que compõem o PMSB e o PMGIRS de Jequié, desenvolvidos nas diversas fases conforme apresentado a seguir:

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

META I - PLANEJAMENTO DO PROCESSO

- **Formação do Grupo de Trabalho**: composição do Comitê Executivo e do Comitê de Coordenação.
- **Produto 1**: Plano de Trabalho Ajustado.
- **Produto 2**: Plano de Mobilização Social

META II - ELABORAÇÃO DO PMSB E DO PMGIRS

- **Produto 3**: Diagnóstico do Saneamento Básico.
- **Produto 2.1**: Relatório técnico de apresentação das legislações pertinentes e da construção participativa do Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico.
- **Produto 4**: Prognóstico, Objetivos e Metas.
- **Produto 5**: Programas, Projetos e Ações
- **Produto 2.2**: Relatório técnico da oficina de validação do Diagnóstico e de apresentação do Prognóstico e do Planejamento Estratégico – cenários, planejamento das intervenções, programas, projetos e ações dos serviços de saneamento básico.

META III - ACOMPANHAMENTO E APROVAÇÃO

- **Produto 6**: Monitoramento e Avaliação.
- **Produto 7**: Proposta de Anteprojeto de Lei.
- **Produto 8**: Relatório Final do PMSB e do PMGIRS.
- **Produto 2.3**: Apoio à realização da Consulta e Audiência Pública de Validação do PMSB e do PMGIRS

Todo o processo de desenvolvimento PMSB e o PMGIRS de Jequié foi acompanhado pela população em eventos setoriais previstos no Termo de Referência e planejados no Plano de Mobilização Social.

Vale ressaltar, que todos os demais produtos que compõem o PMSB e o PMGIRS de Jequié estarão disponibilizados para aqueles que desejarem obter maior nível de detalhamento dos estudos.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral do PMSB e o PMGIRS é atender à legislação pertinente, especialmente à Lei n.º 11.445/2007 e a Lei nº 12.305/2010 e dotar o município de Jequié de um instrumento eficiente de planejamento, ajustado periodicamente, visando à melhoria da qualidade de vida da população, diminuindo e eliminando os problemas de saúde ambiental, de forma sistêmica e contínua.

De forma específica, o PMSB e o PMGIRS têm como objetivos:

- garantir o controle social com a inserção de mecanismos de participação popular e de instrumentos institucionalizados para regulação e fiscalização da prestação de serviços;
- buscar mecanismos que garantam a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços de saneamento;
- propor ações que visem redução, reutilização, reciclagem e destinação final adequada dos resíduos;
- estimular a adoção de alternativas de melhorias nos serviços de saneamento básico, considerando a realidade local, nível de renda, tendo em vista a promoção da qualidade de vida e qualidade ambiental;
- planejar a ampliação progressiva do acesso dos cidadãos, inclusive moradores da zona rural, aos serviços de saneamento básico, considerando aspectos ambientais, sociais, viabilidade técnica e econômico-financeira;
- estabelecer mecanismos que garantam a preservação e manutenção de mananciais de abastecimento, assim como água em quantidade e qualidade adequada para o abastecimento público da presente e das futuras gerações;
- propor medidas de estímulo a práticas de uso eficiente dos recursos hídricos e de moderação do consumo;
- propor medidas de controle para emergências e contingências;
- buscar a implementação de banco de dados dos serviços de saneamento básico que viabilize o planejamento de suas ações.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO

O processo de planejamento deve se orientar por princípios que têm a função de nortear a ação da sociedade, definindo que política pública deverá prevalecer na construção do futuro coletivo.

Em se tratando de saneamento básico, considerando seu caráter essencial à vida humana e à proteção ambiental, a Lei nº 11.445/2007 define como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável; de esgotamento sanitário; de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Conforme a Constituição Federal do Brasil, o titular dos serviços de saneamento básico é o Município, assim instituído em seu artigo 30, inciso V:

> **Art. 30.** Compete aos Municípios:
> **V** - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

O Decreto nº 7.217/2010, alterado pelo Decreto nº 8.211/2014, que regulamenta a Lei Federal nº 11.445/2007, em seu artigo 26, parágrafo 2º estabelece que:

> Art. 26.
> §2º - A partir do exercício financeiro de 2016 a existência de Plano de Saneamento Básico, elaborado pelo titular dos serviços, será condição para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico.

Complementarmente em seu artigo 39, inciso I, o Decreto estabelece que:

> Art. 39. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:
> I – existência de plano de saneamento básico.

A Lei Federal nº 11.445/2007 estabelece a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico como instrumento de planejamento para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, de responsabilidade do titular dos serviços, assim como a formulação da Política Municipal de Saneamento Básico, conforme artigo 9º, inciso I da Lei:

> Art. 9º O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:
> I – elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

A elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é norteada por princípios da Constituição Federal, da Lei Nacional de Saneamento Básico, da Política Nacional de Resíduos Sólidos e de Políticas Públicas correlatas, tais como: a Política de Saúde (Lei nº 8.080/1990), Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997) e Política Urbana (Lei nº 10.257/2001), conforme apresentado a seguir:

- Direito à saúde, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e outros agravos e ao acesso universal e equalitário às ações e serviços para sua promoção e proteção e recuperação;
- Direito à saúde, incluindo a competência do Sistema Único de Saúde de participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento;
- Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo;
- Direito à educação ambiental em todos os níveis de ensino para a preservação do meio ambiente.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Princípios Constitucioais

- Direito à saúde, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à reução do risco de doença e outros agravos e ao acesso universal e eigualitário às ações e serviços para sua promoção e proteção e recuperação;
- Direito à saúde, incluindo a competência do Sistema Único de Saúde de participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento;
- Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo;
- Direito à educação ambiental em todos os niveis de ensino para a preservação do meio ambiente.

Política de Saúde (Lei nº 8.080/1990)

- Direito universal à saúde com equidade e atendimento integral;
- promoção da saúde pública;
- Salubridade ambiental como um direito social e patrimônio coletivo;
- Saneamento Básico como fator determinante e condicionante da saúde;
- Articulaçãoid as politicas e programas da Saúde com o saneamento e o meio ambiente;
- Participação da União, Estados e Municípios na formulação da política e na execução das ações de saneamento básico.

Princípios da Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020)

- Universalização do acesso e efetiva prestação do serviço;
- Integralidade, compreendida como o conjunto de atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento que propicie à população o acesso a eles em conformidade com suas necessidades e maximize a eficácia das ações e dos resultados;
- Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente;
- Disponibilidade, nas áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, tratamento, limpeza e fiscalização preventiva das redes, adequados à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;
- Adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- Eficiência e sustentabilidade econômica;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)

- A prevenção e a precaução
- O poluidor-pagador e o protetor-recebidor
- O desenvolvimento sustentável;
- A ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;
- A cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;
- A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- O reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;
- Orespeito às diversidades locais e regionais;
- O direito da sociedade à informação e ao controle social;
- A razoabilidade e a proporcionalidade.

Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997)

- Água como um bem de domínio público, como recurso natural limitado, dotado de valor ecnoômico, devendo ser assegurado à atual e às futuras gerações;
- Direito ao uso prioritário dos recursos hídricos ao consumo humano e a dessendentação de animais em situações de escassez;
- Gestão dos recursos hídricos voltados a garantir o uso múltiplo das águas;
- Garantia da adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País;
- Garamtia da articulação dos plaos de recursos hídricos com o planejamento dos setores usuários;
- Promover a percepção quanto à conservaçaõ da água como valor socioambiental relavente.

Princípios da Política Urbana (Estatuto das Cidades - Lei nº 10.257/2001)

- Direito a cidades sustentáveis, ao saneamento ambiental, [...] para as atuais e futuras gerações;
- Direito a participaçaõ na gestão municipal por meio da participação da população e de associações representativas dos vários seguimentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- Garantia das funções sociais da cidade e do controle do uso do solo para evitar a deterioração de áreas urbanizadas, a poluição e a degradação ambiental;
- Garantia do direito à expansão urbana compatível com a sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território e a justa distribuição dos benefícios e ônus da urbanização;;
- Garantia à moradia digna como direito e vetor da inclusão social.

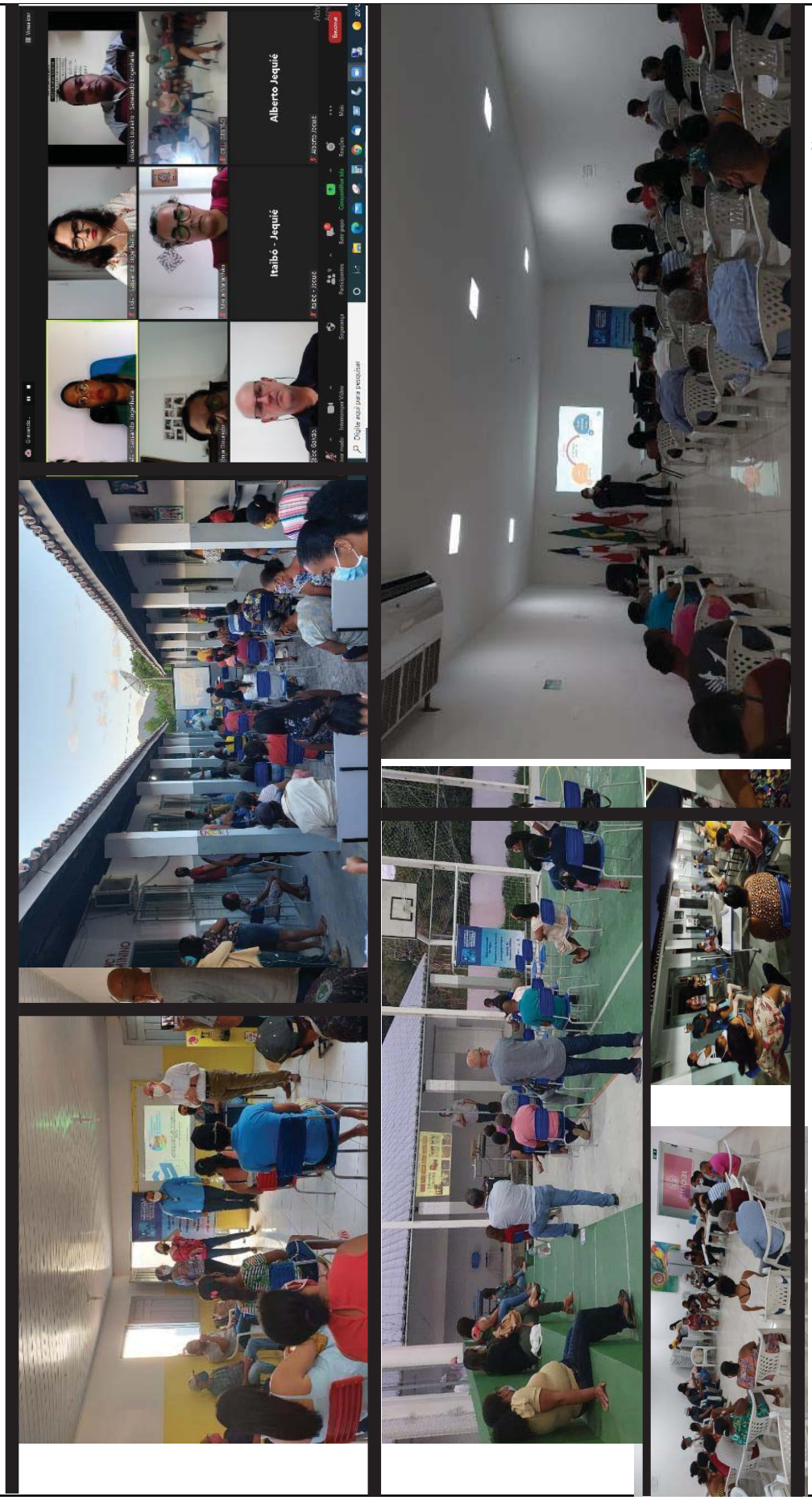
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Assim, nos termos da Constituição Federal, da Lei Federal nº 11.445/2007, da Lei nº 12.305/2010 e de Políticas Públicas correlatas, o Plano Municipal de Saneamento Básico e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Jequié são um marco no exercício de planejar, caracterizado pela participação popular em todas as fases, se tornando o instrumento maior de planejamento dos serviços de saneamento básico prestados no município e que refletem os anseios da sociedade.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL



Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

2 PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A elaboração do Plano de Mobilização Social ocorre na fase inicial do processo, em que são planejados todos os procedimentos, estratégias, mecanismos e metodologias aplicados ao longo de todo o período de elaboração do PMSB e do PMGIRS visando garantir a efetiva participação social.

A participação efetiva da sociedade civil com seus vários atores, assegurada pelo Controle Social, instituído pela Lei Federal nº 11.445/2007, é fundamental na implementação do PMSB, de forma que as proposições feitas se tornem em ações propulsoras de mudanças efetivas.

Para tanto, é importante que a sociedade compreenda que o saneamento básico é direito do cidadão, porém os mesmos precisam compreender claramente seu papel e corresponsabilidade no sucesso do cumprimento dos objetivos do plano.

Assim, os objetivos do Plano de Mobilização são:

- ✓ Apresentar caráter democrático e participativo, considerando sua função social;
- ✓ Envolver a população na discussão das potencialidades e dos problemas de salubridade ambiental e saneamento básico, e suas implicações;
- ✓ Sensibilizar a sociedade para a importância de investimentos em saneamento básico, os benefícios e vantagens;
- ✓ Sensibilizar os gestores e técnicos municipais para o fomento das ações de educação ambiental e mobilização social, de forma permanente, com vistas a apoiar os programas, projetos e ações de saneamento básico a serem implantadas por meio do PMSB e do PMGIRS.

2.1 Grupo de Trabalho e Acompanhamento – Comitê de Coordenação e Comitê Executivo

Dada a necessidade de inserção das perspetivas e aspirações da sociedade e a apreciação da realidade local em termos de saneamento, é imprescindível a formação dos grupos de trabalho, pela Gestão Municipal, contemplando vários atores sociais para a operacionalização do processo de construção do Plano. Esses grupos de trabalho são

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

formados por duas instâncias: Comitê Executivo e Comitê de Coordenação, formalizados por meio de Decreto Municipal.

Comitê Executivo:

O Comitê Executivo tem como atribuição a operacionalização do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (FUNASA, 2018), sendo, portanto, responsável por executar todas as atividades para elaboração dos planos e preparar todos os produtos a serem entregues à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (Sihs), submetendo-os também à avaliação e aprovação do Comitê de Coordenação.

O Coordenador deste Comitê será responsável pela disponibilização de infraestrutura para realização das atividades, transporte para os participantes e articulação para mobilização e divulgação dos eventos participativos, bem como articular o acesso às informações técnicas necessárias à elaboração do PMSB e do PMGIRS.

Comitê de Coordenação:

Este comitê será responsável pela elaboração da Política Pública de Saneamento e pela coordenação e acompanhamento do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (Funasa, 2018).

Cita-se como atribuições desse comitê: discutir e avaliar o trabalho produzido pela equipe técnica, criticar e sugerir alternativas, e avaliar o andamento dos trabalhos do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, buscando promover as ações integradas de saneamento, assim como apreciar as atividades de cada fase da elaboração do PMSB e PMGIRS e de cada produto a ser entregue e observar os prazos indicados no cronograma de execução para finalização dos produtos (FUNASA, 2018).

O Coordenador do Comitê de Coordenação será o principal interlocutor do município junto à SIHS e o Coordenador do Comitê Executivo será o articulador local de mobilização, responsável pela divulgação dos eventos, logística (providenciar local de realização dos eventos, transporte dos participantes etc).

O Decreto Municipal nº 20.443, de 28 de abril de 2020 criou os dois comitês de acompanhamento do PMSB e do PMGIRS de Jequié.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

2.2 Definição dos Setores de Mobilização

Os Setores de Mobilização (SM) são agrupamentos de comunidades, bairros, distritos etc., usados como unidade de planejamento para a mobilização social. São os locais onde serão realizados os eventos para discussões e participação da comunidade em cada fase da elaboração do PMSB e PMGIRS (BRASIL, 2012).

Esta setorização consiste na divisão territorial a partir de áreas que variam de acordo com afinidades e proximidades entre as comunidades, bairros ou distritos, no intuito de uma melhor abordagem e organização da população para viabilizar a participação social.

Para tanto, visando criar meios favoráveis à essa participação social no processo de elaboração do PMSB e do PMGIRS de Jequié, o município foi dividido em Setores de Mobilização (SM),

A definição dos setores de mobilização foi feita com base na divisão distrital considerada pelo IBGE (2010), sendo um total de 08 setores, a saber: Jequié, Itaibó, Florestal, Baixão, Monte Branco, Boaçu, Oriente Novo e Itajuru, conforme acordado na reunião de partida realizada no dia 20/01/2020, atendendo assim ao princípio da participação de toda a população. O **Quadro 1** e **Figura 1** mostra os setores de mobilização, localidades e infraestrutura existente por setor

Quadro 1 - Zoneamento para a mobilização social em Jequié- BA

Setor de mobilização	Localidade	Distância até o local do evento (km)	População (hab)	Infraestrutura existente para apoio à mobilização
ITAIBÓ	Riacho do Santo	23,3	1.621	Energia elétrica, Igrejas, escolas, postos de saúde, transporte escolar
	Escorregão	23,9		
	Massaranduba	6,6		
	Faz. Boa Esperança	8,4		
	Pati	29,6		
	Córrego Da Pedra	2,1		
FLORESTAL	Palmeira	29,1	3.836	Energia elétrica, Igrejas, escolas, postos de saúde, transporte escolar
	Deus Dará	20,3		
	Mutuí	13,3		
	Rio das Pedras	6,8		
	Boqueirão	5,4		
	Rancho Novo	5,7		
	Emiliano	8,3		
	Água Vermelha	9,9		
	Riacho das Pratas	18,5		
	Riacho dos Caboclos	26,8		
	Rio Preto da Costa	20,6		
	Patos	11,9		

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

	Campo Largo	10,6		

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

Setor de mobilização	Localidade	Distância até o local do evento (km)	População (hab)	Infraestrutura existente para apoio à mobilização
SEDE	CENTRO	Não se aplica	138.449	Energia elétrica, Igrejas, escolas, postos de saúde, Cras, Creas, transporte escolar
	Salobro	37,1		
	Limoeiro	23,9		
	Poço d'Anta	16,7		
	Caldeirão Verde	9,8		
	Cachoeirinha	8,3		
	Barragem de Pedras	16,5		
	Curral Novo	--		
	Palmeira	36,9		
	Faz. Santa Barbara	30,9		
	Faz. Barril	19		
	Cidade Nova	--		
	Joaquim Romão	--		
	Alto do Cemitério	--		
	Barro Preto	--		
	Pompílio Sampaio São José	--		
	Parque da Colina	--		
	Água Branca	--		
	Chácara Alvorada	--		
	Baixa do Bonfim	--		
	Itaigara	--		
	KM 3	--		
	KM 4	--		
	Campo do América	--		
	São Luís	--		
	São Judas Tadeu	--		
BAIXÃO	Lajedinho	9,4	482	Energia elétrica, Igrejas, escolas, postos de saúde, transporte escolar
	Umburana	12,5		
	Faz. Triunfo	17,3		
	Faz. Bom Jardim	22		
	Faz. Cajazeira	19,8		
	Faz. Baixa da Fartura	18,1		
	Faz. Nova	8,3		
MONTE BRANCO	Lagoa Funda	6,1	661	Energia elétrica, Igrejas, escolas, postos de saúde, transporte escolar
	Santa Rita	10,3		
	Mulungu	21,6		
	Baraúna	11,8		
	Poço Capim	8,4		
	Lagoa de Pedra	15,3		
	Lagoa dos Patos	27,9		
	Lajedo	24,8		
	Taboca	16,3		
	Lagoa da Prensa	21		
BOAÇU	Jibóia	2,5	2.150	Energia elétrica, Igrejas, escolas, postos de saúde, transporte escolar
	Lajedo	59,7		
	Santa Clara	54,3		
	Riacho do Fogo	60,2		
	Graciosa	48,2		
	Bom Jardim	44,7		
	Castanhão	8,8		
	Jiboinha	69,2		
	Poço Feliz	72,8		

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

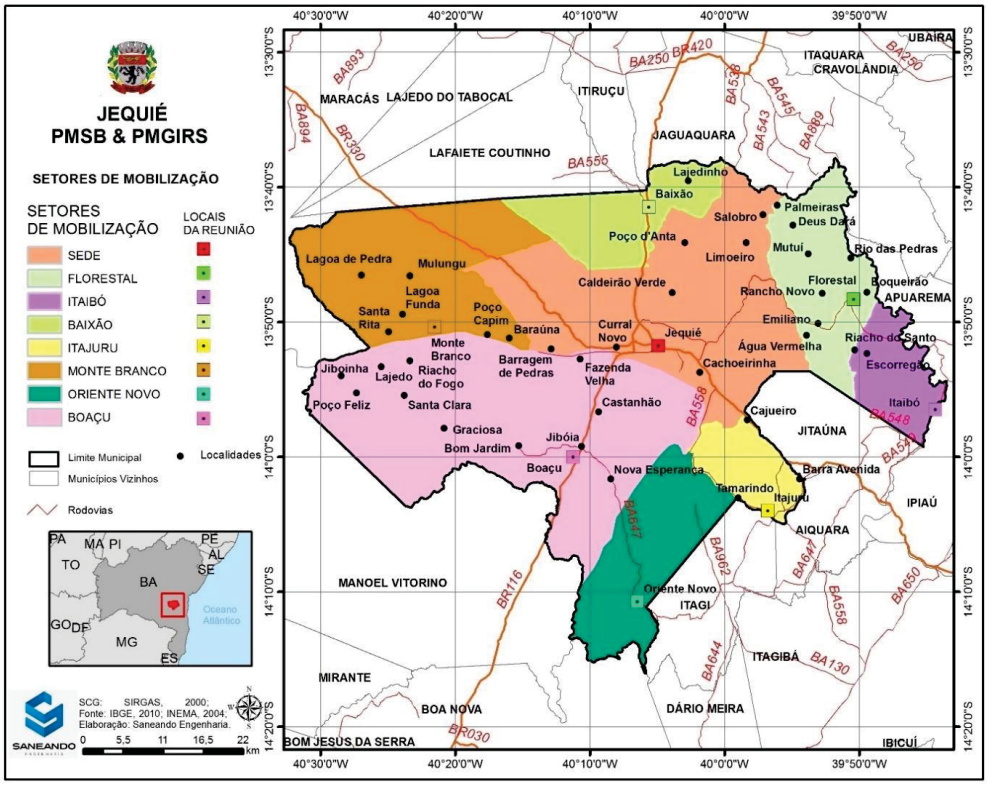
Setor de mobilização	Localidade	Distância até o local do evento (km)	População (hab)	Infraestrutura existente para apoio à mobilização
	Fazenda Velha	23,1		
	Nova Esperança	8,7		
	Faz. Rancho da Quixabá	13,2		
	Faz. Guadalupe	19,1		
	Tábua	16,8		
	João Novo	14,4		
	Busca Vida	12,4		
	Água Branca	5,2		
	Faz. Boa Sorte	61,1		
	Faz. Olho Dágua	71,7		
	Faz. Alegre	70,2		
ORIENTE NOVO	Fazenda Ouro	15,8	661	Energia elétrica, Igrejas, escolas, postos de saúde, transporte escolar
	Faz. Belo Horizonte	6		
	Faz. Palmeira	6,5		
	Coqueiro	10,5		
	Bela Vista	10,9		
ITAJURU	Tamarindo	4,5	3.644	Energia elétrica, Igrejas, escolas, postos de saúde, transporte escolar
	Barra Avenida	9		
	Cajueiro	18,5		
	Volta do Rio	12		
	Fazenda Floriete	9		
	Faz. Alegria	7,1		
	Faz. Sapucaia	19,6		

Fonte: Elaboração Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

Como pode-se observar, todos os setores de mobilização possuem equipamento públicos que poderão ser utilizados para realização das atividades setoriais, bem como profissionais que poderão colaborar na divulgação dos eventos.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 1 - Setores de Mobilização Social de Jequié/BA



Fonte: Elaboração Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

2.3 Atividades Realizadas e Metodologias Adotadas

De maneira geral, o procedimento metodológico adotado na elaboração do PMSB e do PMGIRS consiste no planejamento participativo, onde as ações propostas foram desenvolvidas de forma articulada com os órgãos da administração pública local e a sociedade civil organizada.

Para tanto, foram realizadas atividades envolvendo a participação da população mediante metodologia específica para alcance dos objetivos esperados.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Lançamento Público	•**Formato metodológico**: Presencial •**Data e local**: Evento realizado em 12de fevereiro de 2021 na Sede Municipal – Centro Cultural de Jequié. •**Participantes**: Membros dos comitês de Coordenação e Executivo. •**Objetivo:** Promover ampla divulgação do processo de elaboração do PMSB e do PMGIRS.
Oficinas Setorias de Diagnóstico e Prognóstico	•**Formato metodológico**: Oficina presencial. •**Data e local**: Eventos realizado no período de 08 a 12 de de março de 2021, nos setores Itaibó,Florestal,Baixão, Monte Branco, Boaçú, Oriente Novo, Itajurú. •**Participantes**: Diversos segmentos da sociedade civil e representantes das localidade que compõem cada setor de mobilização. •**Objetivo:** : Estimular a reflexão sobre o cenário atual e a proposição de soluções para os problemas identificadas.
Oficinas Setoriais de Planejamento Estratégico	•**Formato metodológico**: Oficina presencial . •**Data e local**: Eventos realizados em 10 a 14 de maio de 2021, nos setores Itaibó,Florestal,Baixão, Monte Branco, Boaçú, Oriente Novo, Itajurú •**Participantes**: Diversos segmentos da sociedade civil e representantes das localidade que compõem cada setor de mobilização. •**Objetivo:** Estimular a reflexão sobre a complexidade envolvida no processo de implementação do PMSB e do PMGIRS, definir prioridades e conhecer as possíveis fontes de investimento, parceiros e executores.
Audiência Pública	•**Formato metodológico**: Seminário. •**Data e local**: 23 dejulho de 2021 na sede municipal, Centro Cultural de Jequié. •**Participantes**: população em geral. •**Objetivo:** Apreciar, discutir, sugerir alterações e aprovar o PMSB e o PMGIRS para ser encaminhado para apreciação do Legislativo Municipal.

Nas figuras a seguir (**Figura 2** a **Figura 10**) é possível visualizar alguns registros da participação social nos eventos públicos de elaboração do PMSB e do PMGIRS.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 2 – Participação social na Oficina Setorial de Diagnóstico e Prognóstico do Setor de Monte Branco - Jequié/BA



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Figura 3 – Participação social na Oficina Setorial de Diagnóstico e Prognóstico do Setor Boaçu e Oriente Novo - Jequié/BA



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 4 – Participação social na Oficina Setorial de Diagnóstico e Prognóstico do Setor Florestal - Jequié/BA



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Figura 5 – Participação social na Oficina Setorial de Diagnóstico e Prognóstico do Setor Itajuru e Barra Avenida - Jequié/BA



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

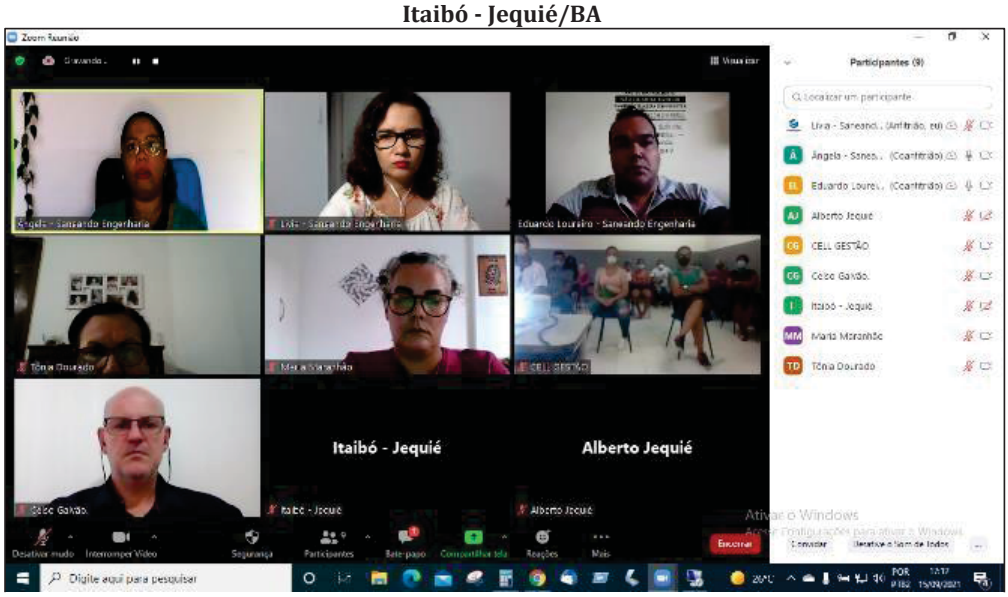
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 6 – Participação social na Oficina Setorial de Diagnóstico e Prognóstico do Setor Baixão e Sede Municipal - Jequié/BA



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

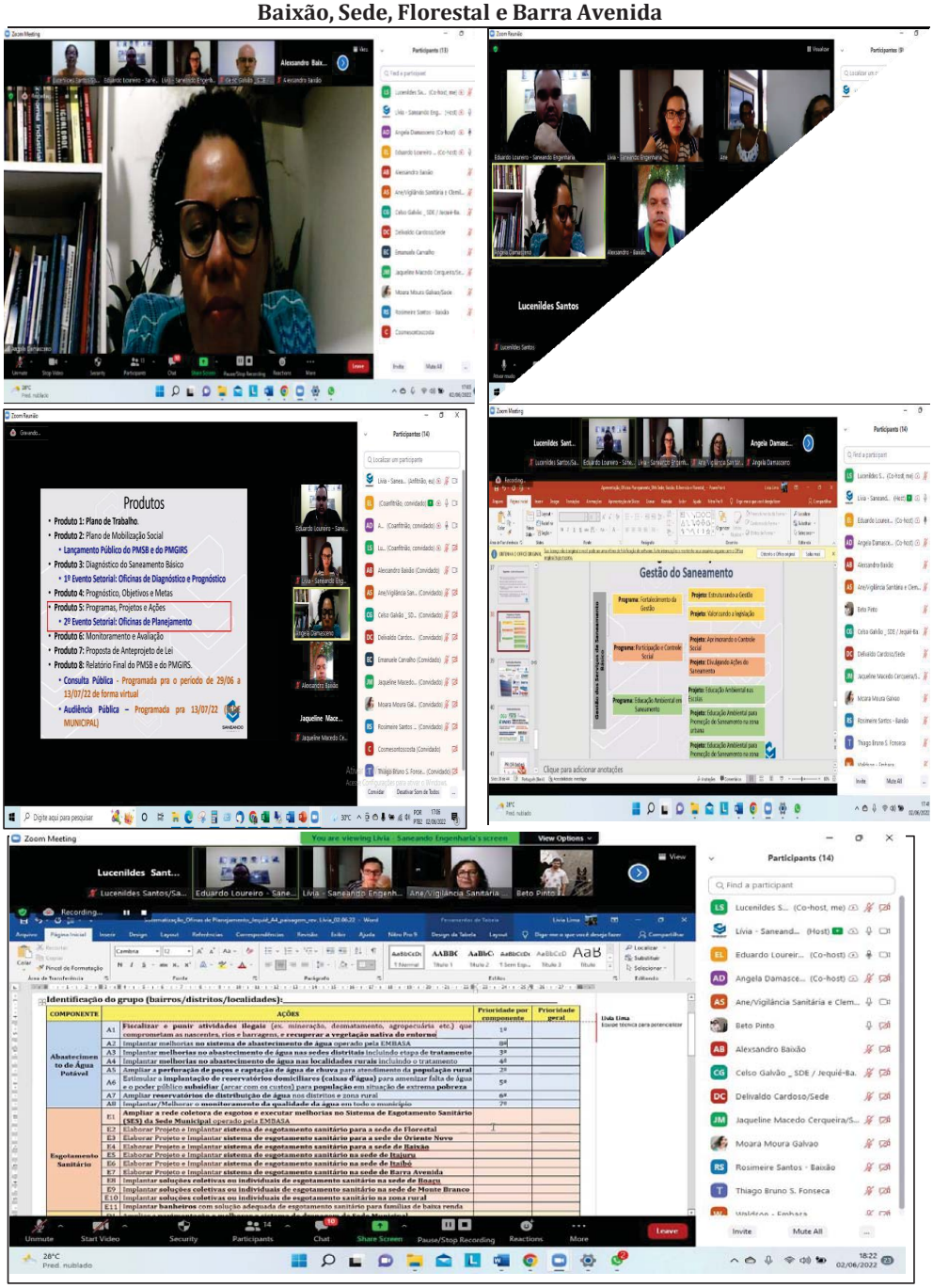
Figura 7 – Participação social na Oficina Setorial de Diagnóstico e Prognóstico do Setor Itaibó - Jequié/BA



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 8 - Participação social na Oficina Setorial de Planejamento Estratégico dos SM Baixão, Sede, Florestal e Barra Avenida



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 9 - Participação social na Oficina Setorial de Planejamento Estratégico no setor Monte Branco



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 10 - Participação social na Oficina Setorial de Planejamento Estratégico no Setores de Mobilização de Boaçu e Oriente Novo – Jequié /BA



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

2.4 Meios e Canais de Comunicação

A comunicação foi essencial na condução das atividades de elaboração do PMSB e PMGIRS de Jequié, possibilitando a mobilização da população e do poder público local. As ações consistiram na veiculação de *card* para divulgação de formulário em meio digital e *card* para divulgação dos eventos convidando atores sociais estratégicos, como representantes de conselhos, associações, sindicatos, ONGs, agentes de endemias, agentes de saúde, gestores escolares, lideranças religiosas, vereadores e lideranças comunitárias em geral. Como meios de veiculação, a gestão municipal contou com site institucional e páginas de redes sociais ligadas a gestão a exemplo do Facebook e Instagram, além de convites dos atores sociais estratégicos por meio de W*hatsApp* e *e-mail*. A **Figura 11** mostra os *cards* utilizados.

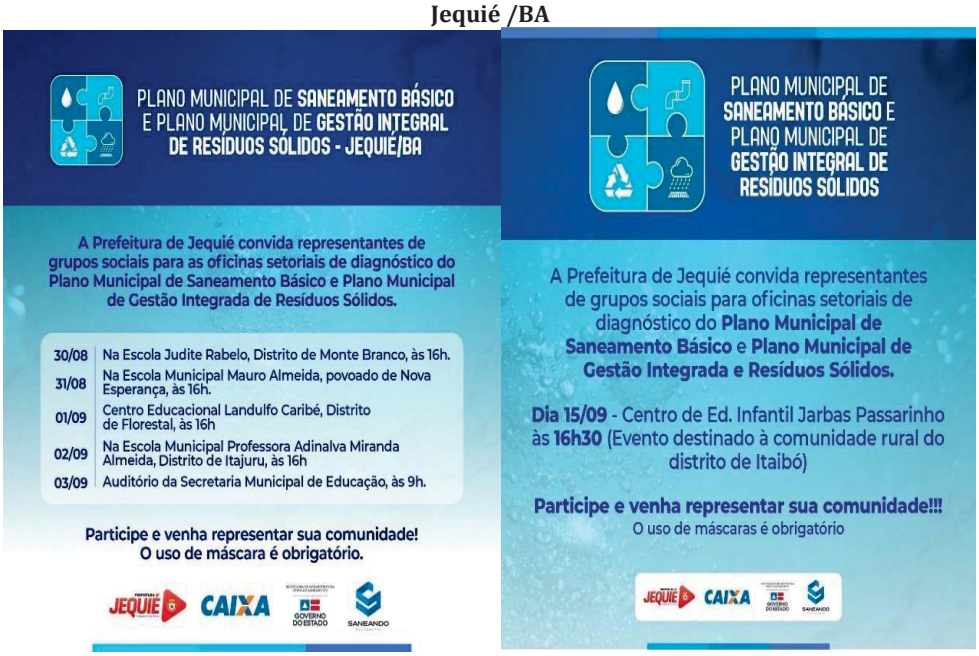
Figura 11 – *Cards* de divulgação do questionário e das oficinas setoriais de Jequié/BA



Fonte: Ascom da Administração Municipal de Jequié, 2021.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 12 – *Cards* de divulgação das Oficinas Setoriais de Diagnóstico e de Prognóstico de Jequié /BA



Fonte: Ascom da Prefeitura Municipal de Jequié, 2022.

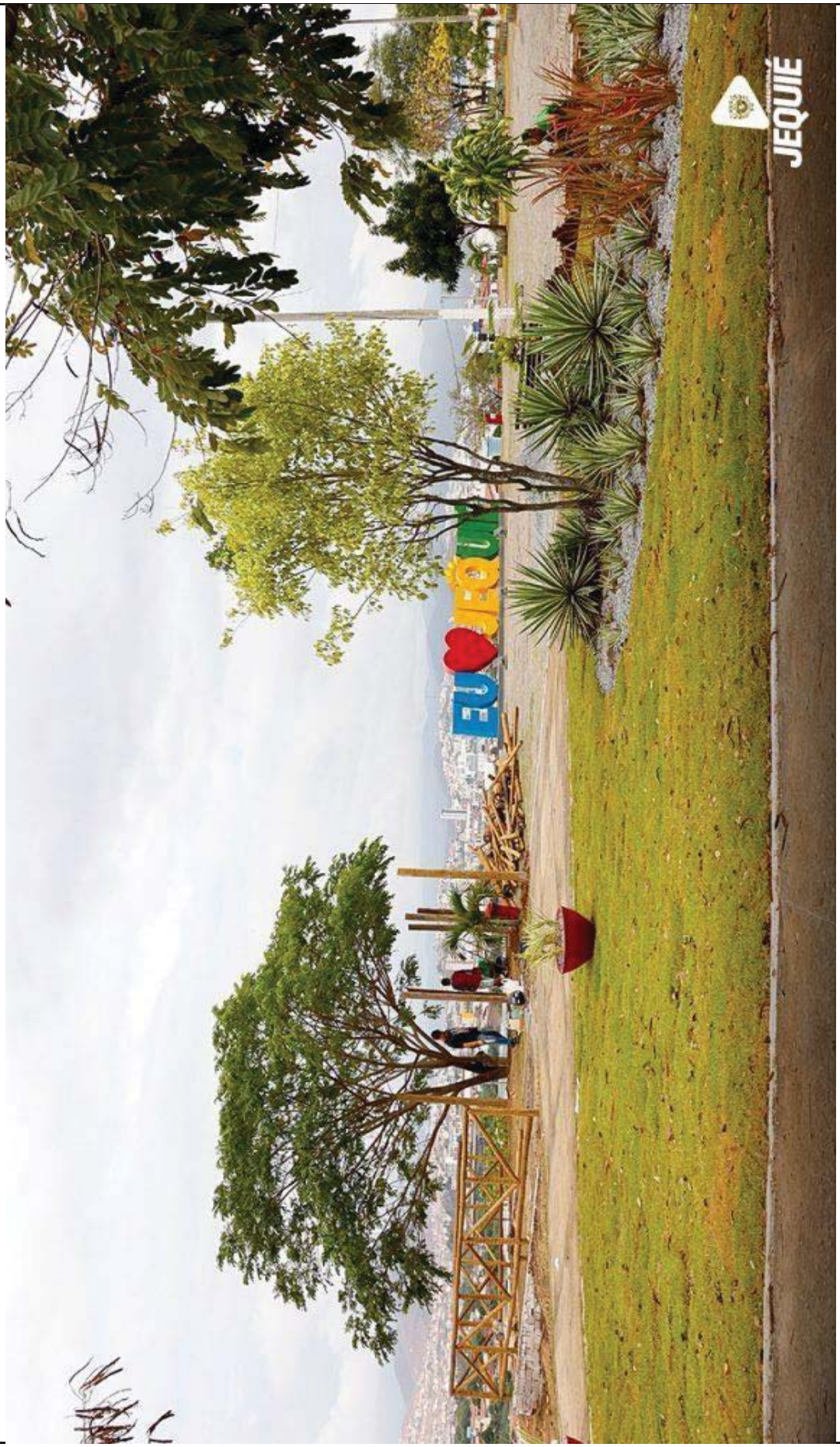
Figura 13 – *Cards* de divulgação das Oficinas Setoriais de Validação do Diagnóstico e de Apresentação do Prognóstico e do Planejamento Estratégico de Jequié /BA



Fonte: Ascom da Prefeitura Municipal de Jequié, 2021.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié



DIAGNÓSTICO DO SANEAMENTO BÁSICO

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

3 DIAGNÓSTICO DO SANEAMENTO BÁSICO

Universalizar o acesso aos serviços públicos de saneamento básico é um grande desafio para a sociedade brasileira. Desafio esse que vai além de prestar os serviços em si, mas também de garantir a promoção da saúde, proteção ao meio ambiente, distribuição de renda, e fortalecimento da cidadania, mediando as diferentes áreas da vida cotidiana.

Assim, para elaborar o Diagnóstico Técnico Participativo (Produto 3) que se configura como a base para o planejamento propriamente dito, busca-se exercitar a visão sistêmica, observando contribuições de diversas áreas, segundo preconiza a Lei Federal nº 11.445/2007, em seus princípios fundamentais.

A metodologia utilizada para a elaboração do Diagnóstico teve como base a participação social, bem como visitas técnicas de campo, pesquisas de dados em fontes secundárias e conhecimentos técnicos baseados em literatura reconhecida.

3.1 Caracterização do Município

Localizado no Território de Identidade Médio Rio de Contas, na região do Centro Sul Baiano e microrregião de Jequié, o município de Jequié distancia-se da cidade de Salvador, capital da Bahia, por cerca de 376,9 km (via rodoviária). Limitado aos municípios de Maracás, Manoel Vitorino, Lafaiete Coutinho, Jitaúna, Jaguaquara, Itagi, Ipiaú, Dário Meira, Boa Nova, Apuarema e Aiquara, ocupa uma área de 2.969,034 km² (IBGE Cidades, 2020).

3.1.1 Características Físicas

Para a caracterização vegetacional do município, foram utilizadas diferentes fontes de informações, sobretudo pela dinâmica de transformação deste tema, que diferentemente de elementos como Geologia, Geomorfologia ou Pedologia, apresenta uma capacidade de alteração diretamente relacionada à cobertura, uso e ocupação do solo.

A caracterização fitofisionômica (vegetacional) presente no município, é relevante no âmbito do planejamento do saneamento básico e tem como objetivo a o entendimento e distinção das espécies endêmicas, caracterização da vegetação ripária e zonas de vegetação secundária.

Jequié é um município com temperaturas quentes, apresentando baixa amplitude térmica e pouca variação entre as médias mensais. Expõe baixa pluviometria, principalmente de

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

maio a setembro, mostrando distribuição mensal irregular de chuvas, com uma concentração nos meses de novembro e dezembro (LIMA, 2016).

Inicialmente, para uma caracterização ambiental da área de estudo, é relevante estabelecer o contexto climático no qual o município se situa, pois, a dinâmica climática e hidrológica vai interferir e moldar todos os aspectos ambientais analisados em sequência.

Nesse sentido, o município de Jequié localiza-se em uma área que, por mais que esteja em um ecótono e tenha porções com maior precipitação, fazendo uma generalização do clima municipal, segundo a classificação de Köppen (PEEL et al, 2007), caracteriza-se como sendo do tipo semiárido quente (BSh)

Em relação às características de temperatura**,** ao longo do ano, em geral, a temperatura varia de 17 °C a 32 °C e raramente é inferior a 5 °C ou superior a 35 °C.

3.1.2 Histórico

O território de Jequié era originalmente parte da Fazenda Borda da Mata, que integrava a Sesmaria do Capitão-Mor João Gonçalves da Costa. Foi adquirida por um dos inconfidentes mineiros, José de Sá Bittencourt, que se encontrava refugiado na Bahia. Este assumiu a direção da Inspetoria de Minas e por seus serviços prestados recebeu como prêmio uma sesmaria. Em 1789, após sua morte, as terras foram divididas em diversos lotes que abrangiam áreas que hoje são Camamu, Ipiaú, Jequié, Jaguaquara, Maracás e Boa Nova, restou-se aos herdeiros os lotes de Jequié e Barra de Jequié, que eram distritos de Maracás no período entre 1860 a 1897. No final do século XIX, a cidade se desenvolveu a partir de movimentadas feiras na região, acessíveis pela estrada construída entre Camamu e Monte Alto, por, José de Sá Bittencourt e pelo curso navegável do Rio de Contas. A emancipação ocorreu em 1910, pela Lei Estadual nº 779, constituindo o município apenas com seu distrito sede. Atualmente, o município é composto por oito distritos, sendo eles: Jequié (sede), Baixão, Boaçu, Florestal, Itaibó, Itajuru, Monte Branco e Oriente Novo.

3.1.3 Dinâmica Populacional

Os dados que compõem as tabelas com perfis demográficos, tem origem em diversas fontes oficiais de pesquisa, como IBGE e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Tais informações buscam demonstrar a dinâmica do Município de Jequié, tais como: população urbana e rural, por faixa de idade, sexo, razão de

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

dependência, cor ou raça, cujos índices buscam retratar a organização social no seu espaço geográfico.

Considerando esses registros e comparando-os à distribuição populacional nos oito distritos do município, vê-se que Jequié, onde se localiza a sede municipal, concentra a parcela majoritária da população (91,15% em 2010), seguido do distrito de Florestal (2,53% no mesmo ano).

O município de Jequié, atualmente, não possui população flutuante significativa que demande de serviços de saneamento e infraestrutura.

3.1.4 Aspectos Econômicos

A pecuária e a agricultura são representativas no desenvolvimento do município de Jequié. O município tem uma diversidade produtiva no que refere à agricultura, destacando-se produtos como o cacau, o café, a cana-de-açúcar, maracujá, melancia entre outros. No setor de pecuária sua representatividade econômica se concentra principalmente na bovinocultura e caprinocultura.

3.1.5 Educação

O município de Jequié conta com 87 (oitenta e sete) escolas municipais, 15 quinze) escolas estaduais, 1 (uma) escola federal, 35 (trinta e cinco) instituições privadas e 1 (uma) universidade estadual.

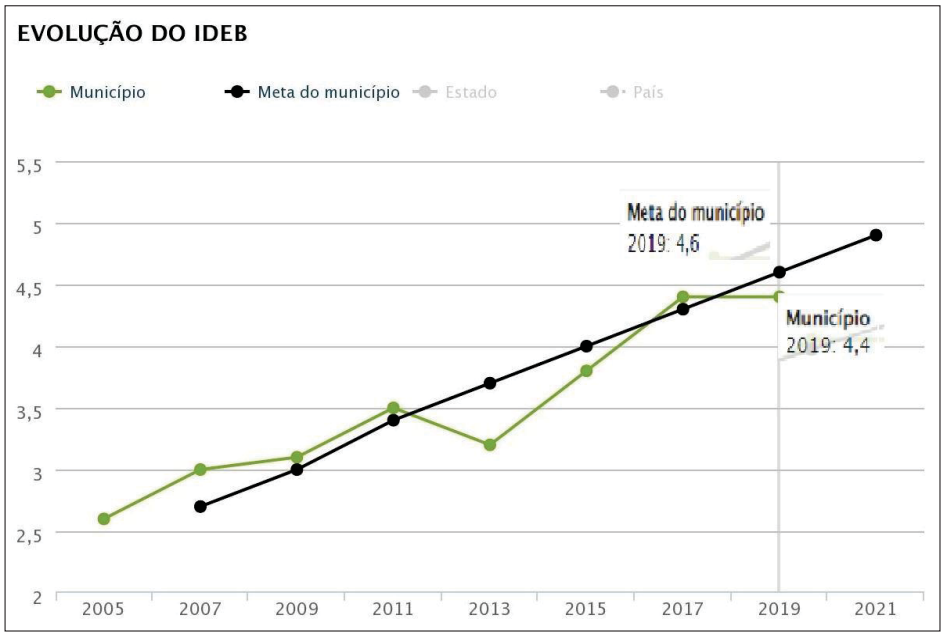
Segundo dados do IBGE (2010), a taxa de alfabetização da população com 10 anos ou mais é de 85% e pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior completo é de 6,97%.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2007 com o objetivo de mensurar a qualidade do aprendizado nacional e, com isso, criar metas para melhoria do ensino. Os indicadores para estabelecer uma média do Ideb, são o Censo Escolar, a partir de dados de aprovação e médias dos alunos que ocorre anualmente, e questionários aplicados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) a cada 02 (dois) anos.

O Ideb de Jequié, em 2019, nos anos iniciais da rede pública, não atingiu a meta para o município (4,6), chegando a nota de 4,4, como mostra a **Figura 14,** teve queda e não alcançou 6,0.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 14 - Evolução do IDEB nos anos iniciais em Jequié/BA



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep, 2019.

3.1.6 Assistência Social

A Constituição Federal de 1988 (CRFB/88), ocasionou na regulação e no rompimento das práticas de benevolência e caridade ligada a Assistência Social por décadas. Neste contexto, constitui o tripé da Seguridade Social brasileira: a Saúde, como direito de todos, Previdência, de caráter contributivo, e Assistência Social, para os que dela necessitar. Formalizando assim, as condições necessárias para garantir uma atenção integral as necessidades dos cidadãos, a partir de um conjunto de ações.

A Assistência Social a partir da regulamentação da CRFB/88, e com a criação, em 1993, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), começou a ser normatizada, passando a ter o seu ordenamento como uma política pública, compondo assim, o sistema de proteção social brasileiro.

Em acordo com as normativas legais vigentes, a política de Assistência Social, está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), presente em todo o Brasil. Seu objetivo é garantir a proteção social básica e especial aos indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento das situações de vulnerabilidades e riscos sociais. O

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

SUAS também concede Benefícios Assistenciais eventuais e vitalícios, prestados a públicos específicos de forma integrada aos serviços socioassistenciais.

Coordenado pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atual Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, a gestão desse Sistema é participativa, pois a sociedade civil e o poder público atuam integramente no processo de discussões, tomada de decisões e fiscalização.

A Proteção Social Básica, busca a prevenir as situações de risco pessoal e social, além do fortalecimento dos vínculos familiares. A responsabilidade da prestação desse serviço de proteção no município, são dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Os CRAS são unidades públicas que atuam como a principal porta de entrada do SUAS. Atualmente Jequié conta com 05 equipamentos, sendo eles I – Jequiezinho, II – Mandacarú, III – Cansanção, IV – Joaquim Romão e V – Alto da Bela Vista, todos localizados na sede municipal. Nas figuras a seguir constam fotos de alguns destes equipamentos.

A Proteção Social Especial atua na proteção de indivíduos e famílias em situação de risco pessoal, ameaça e violação de direitos. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é o equipamento público que presta este serviço especializado e continuado de proteção especial de média e alta complexidade, com vista a contribuir para a autonomia desses sujeitos.

No município, existe 01 CREAS, localizado na Travessa 15 de Novembro, nº 480, no Centro de Jequié, inaugurado em 03 de abril de 2006.

O município de Jequié também possui uma Unidade de Acolhimento (UA) que é uma instituição voltada para dar apoio à população em condição de vulnerabilidade social ou familiar decorrentes do uso do álcool ou drogas. A UA disponibiliza proteção temporária e acompanhamento terapêutico durante o processo de acolhimento.

3.1.7 Infraestrutura

De acordo com o Censo do IBGE (2010), o município apresenta 77.9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 60.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 3.1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 14 de 417, 252 de 417 e 246 de 417,

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1039 de 5570, 3654 de 5570 e 3839 de 5570, respectivamente.

Com relação ao sepultamento dos corpos, o distrito-sede de Jequié possui quatro cemitérios, o Cemitério de Cachoeirinha, que fica localizado próximo ao Presídio e atualmente encontra-se desativado; o São João Batista, localizado na Caixa D'água; o São Lázaro, localizado em Jequiezinho; e o São Sebastião, localizado no Curral Novo.

Acerca do transporte, no município de Jequié o serviço público de transporte coletivo é prestado pela empresa concessionária Expresso Rio de Contas. Também são disponibilizados ônibus escolares para transporte dos estudantes.

Em geral, a população utiliza os automoveis e motocicletas para a locomoção dentro do centro urbano da cidade, entre distritos e localidades. Na zona rural, é comum a presença de camionetas e de outros veículos com características maiores, porém são também as motocicletas que permitem uma locomoção melhor e acessível para os moradores.

Quanto às informações sobre a estrutura de energia elétrica no município, Jequié é abastecida pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, que, segundo informações disponíveis na SEI forneceu em 2016, 181.946.546 kWh para atender um total de 66.430 consumidores, sendo 91,7% destes da classe residência.

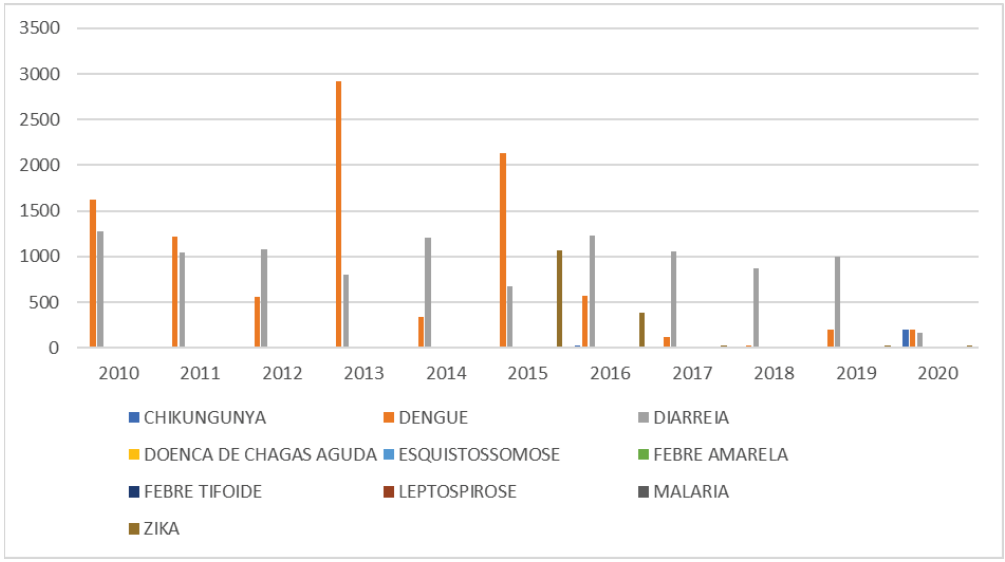
3.1.8 Indicadores de Saúde e Doenças Relacionadas ao Saneamento Básico

É relevante apurar a ocorrência mais expressiva de doenças infectocontagiosas decorrentes da falta e/ou deficiência dos serviços de saneamento básico no município.

O gráfico a seguir denota elevado índice da ocorrência de diarreia em crianças menores de dois anos, do ano de 2010 até 2019. A dengue também demonstra ser uma doença com indicadores significativos e oscilantes no município. Percebe-se um surto de dengue em 2013 e 2015, sendo 2013 mais alarmante. Em 2020, há um elevado crescimento na quantidade de casos para Chikungunya. Deve-se atentar, também, para o fato de que o ano com um menor número de ocorrências de dengue foi o ano de 2018.

Figura 15 - Morbidade por doenças infecciosas e parasitárias: Jequié/BA (2010 a 2020)

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F



Fonte: SINAN/DATASUS, 2020.

Nota-se que, nos anos em que há dados disponíveis, a ocorrência de diarreia em crianças foi a doença mais frequente depois da dengue. Contudo, os casos de Zika também chamam atenção, junto ao surto de Chikungunya que aconteceu em 2015.

Os presentes dados reforçam, portanto, a importância da elaboração do PMSB e do PMGIRS como instrumentos estratégicos de planejamento e de gestão participativa para as ações de mitigação e combate a doenças, além de outros agravos associados à falta de saneamento.

É digno de nota, que no item que trata sobre controle de vetores e reservatórios de doenças será feita uma discussão mais detalhada sobre a ocorrência de doenças relacionadas com o saneamento básico, em atendimento a Lei Estadual nº 11.172, de 01 de dezembro de 2008, que institui princípios e diretrizes para a Política Estadual de Saneamento Básico, que ressalta o controle de vetores e reservatórios de doenças como um dos componentes do saneamento básico.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

3.2 Diagnóstico da Política Pública e dos Serviços de Saneamento Básico

Este tópico tem como objetivo analisar o conjunto de normas jurídicas que norteiam e que se relacionam ao saneamento básico no Brasil, no Estado da Bahia e no Município de Jequié, bem como os aspectos institucionais da gestão municipal dos serviços de saneamento básico.

3.2.1 Legislação Relacionada com o Saneamento Básico

3.2.1.1 Esfera Federal

Em nível federal, a área do saneamento básico é regida pela Lei nº 11.445/2007 e o seu Decreto nº 7.217/2010, alterado pelo Decreto nº 8.211/2014. A partir da publicação dessa lei, o Brasil passa a ter obrigação de planejar a área do saneamento básico, nos diferentes Entes Federados, o Federal, o Estadual e o Municipal, além de garantir que a gestão ocorra de maneira plena, onde suas funções - planejamento, regulação, fiscalização e prestação de serviço - se tornam premissas para que os processos de delegação da prestação dos serviços públicos ocorram na legalidade.

Mais recentemente a Lei Nacional nº 14.026 de 15 de julho de 2020, originada do Projeto de Lei nº 4.162-A/2019 de autoria do Poder Executivo, foi instituída com o objetivo de atualizar o marco legal do saneamento básico (Lei nº 11.445/2007).

Além das leis especificas da área do saneamento básico, outras leis federais têm relação com esse serviço público estão listadas resumidamente **Quadro 2**.

Quadro 2 – Legislação Federal

Lei	Ação
1988	Constituição Federal
Lei nº 6.776/1979	Lei do Parcelamento do Solo
Lei nº 8.080/1990	Lei Orgânica da Saúde
Lei nº 9.433/1997	Política Nacional de Recursos Hídricos
Lei nº 9.605/1998	Lei de Crimes Ambientais
Lei nº 10.257/2001	Estatuto das Cidades
Lei nº 11.107/2005	Lei de Consórcios Públicos
Lei nº 11.124/2005	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
Lei nº 11.445/2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico
Lei Federal nº 12.305/2010	Política Nacional de Resíduos Sólidos

Fonte: Saneando Projeto de Engenharia e Consultoria, 2021

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Outros dispositivos elaborados pelo Ministério do Desenvolvimento Redgional – por meio do Conselho das Cidades (ConCidades) -, Ministério do Meio Ambiente – representado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) – e Ministério da Saúde, relacionados com o saneamento e meio ambiente, merecem destaque na elaboração do PMSB e estão apresentados no **Quadro 3**.

Quadro 3 – Dispositivos Federais de interesse para o saneamento básico

Dispositivos	Ação
Resolução CONAMA 357/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.
Resolução CONAMA 377/2006	Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário
Resolução CONAMA 380/2006	Retifica a Resolução CONAMA No 375/2006 e define critérios e procedimentos para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados
Resolução 32/2007 do Conselho das Cidades	Realização de uma Campanha Nacional de sensibilização e mobilização, visando à elaboração e implementação dos Planos de Saneamento Básico.
Resolução 33/2007 do Conselho das Cidades	Recomendar prazos para a elaboração dos Planos de Saneamento Básico e instituição de Grupo de Trabalho para formular proposta de planejamento para a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico.
Resolução 75/2009 do Conselho das Cidades	Estabelece orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo dos Planos de Saneamento Básico.
Resolução CONAMA 413/2009	Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências
Portaria nº 2.914/2011	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
Resolução CONAMA 430/2011	Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005.
Portaria Consolidada nº 5/ 2017 do Ministério das Cidades	Consolida as normas sobre as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, em seu Anexo XX. Em 07 de maio de 2021 foi publicada a portaria nº 888 que altera Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05, de 28 de setembro de 2017.

Fonte: Saneando Projeto de Engenharia e Consultoria, 2021

3.2.1.2 Esfera Estadual

Em âmbito estadual, a Constituição do Estado da Bahia determina em seu Capítulo IX, do Saneamento Básico, art. 227º:

> Todos têm direito aos serviços de saneamento básico, entendidos fundamentalmente como de saúde pública, compreendendo abastecimento d'água, coleta e disposição adequada dos esgotos e do lixo, drenagem urbana de águas pluviais, controle de vetores transmissores de

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

doenças e atividades relevantes para a promoção da qualidade de vida (BRASIL, 1988).

Nessa definição, o conceito de saneamento básico vai além dos quatro componentes definidos pela Lei Nacional nº 11.445/2007, uma vez que incorpora o controle de vetores transmissores de doenças e as atividades relevantes para a promoção da qualidade de vida. Ainda, no art. 229, se estabelece a instância de controle social, o Conselho Estadual de Saneamento Básico e no Art. 230, fica estabelecida as premissas para que se efetuem a cobrança dos serviços públicos de saneamento básico.

Assim, se definiu as regras a que estão submetidos os serviços públicos de saneamento básico. A partir desse ordenamento constitucional e da Lei nº 11.445/2007 formou-se as bases para a formulação da Política Estadual de Saneamento Básico, publicada em 2008, a Lei nº 11.172/2008, que institui princípios e diretrizes da Política Estadual de Saneamento Básico, disciplina o convênio de cooperação entre entes federados para autorizar a gestão associada de serviços públicos de saneamento básico. Nela o conceito de saneamento básico referenda o da Constituição Estadual, os instrumentos de gestão são fortalecidos enquanto formas de garantir a eficiência e qualidade dos serviços e a visão do saneamento básico como um direito social e evidenciado e valorizado.

Além das leis específicas da área do saneamento básico, outras leis que tem relação com o saneamento devem ser observadas para a devida gestão desses serviços, as quais estão apresentadas no **Quadro 4**.

Quadro 4 – Legislação Estadual

Lei	Ação
1989	Constituição do Estado da Bahia
Lei nº 7.307/1998	Dispõe sobre a ligação de efluentes à rede pública de esgotamento sanitário
Lei nº 10.431/2006	Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade
Lei nº 11.172/2008	Dispõe sobre os prinicípio e diretrizes da Política Estadual de Saneamento Básico.
Lei nº 12.602/2012	Criação da Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (AGERSA).
Lei nº 12.932/2014	Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS)
Lei Complementar nº48/2019	Institui as Microrregiões de Saneamento Básico do estado da Bahia
Lei Estadual nº 11.612	Política Estadual de Recursos Hídricos e Sistema Estadual de Gerenciamento de Recuros Hídricos

Fonte: Saneando Projeto de Engenharia e Consultoria, 2021

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

3.2.1.3 Esfera Municipal

Na esfera municipal, o arcabouço legal de Jequié, a Lei Orgânica do Município de Jequié, datada de 05 de abril de 1990, garante aos habitantes locais diversos direitos sociais, que de alguma forma estão relacionados com o saneamento básico, dentre eles o direito à educação, à saúde, à habitação, à assistência social e ao meio ambiente equilibrado.

Dos princípios fundamentais da Lei Orgânica, é importante destacar o artigo 3º e seu respectivo parágrafo único:

> Art. 5° - O Município, objetivando integrar a organização, planejamento e a execução de funções públicas de interesse regional comum, pode associar-se aos demais municípios limítrofes e ao Estado, para formar a região.
>
> Parágrafo Único – O Município poderá, mediante autorização de Lei Municipal, celebrar convênios, consórcios e contratos com outros Municípios, com instituições públicas ou privadas e com entidades representativas da comunidade para planejamento, execução de projetos, leis, serviços e decisões (JEQUIE, 1990).

De acordo com a Lei Orgânica, a estrutura administrativa de Jequié é composta por órgãos de assessoramento; órgãos auxiliares, órgãos de administração específica e órgãos colegiados.

A Estrutura Organizacional da Administração Municipal de Jequié, tem a seguinte composição:

I - Órgãos Colegiados:

1. Conselho Municipal de Educação
2. Conselho de Alimentação Escolar
3. Conselho Municipal de Saúde
4. Conselho Municipal de Desenvolvimento Social
5. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
6. Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente
7. Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA
8. Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC
9. Comissão Tarifária

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

10. Outros que vierem a ser criados.

II - Órgãos Sistêmicos Especiais:

1. Fundo Municipal de Educação
2. Fundo Municipal de Saúde
3. Fundo Municipal de Ação Social

III - Órgãos da Administração Direta:

1. Secretaria Municipal de Governo
2. Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Comunicação Social
3. Procuradoria Geral do Município
4. Controladoria Geral do Município
5. Secretaria Municipal de Administração
6. Secretaria Municipal da Fazenda
7. Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente
8. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
9. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
10. Secretaria Municipal de Educação
11. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
12. Secretaria Municipal de Saúde
13. Secretaria Municipal de Infraestrutura
14. Secretaria Municipal de Serviços Públicos
15. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

3.2.2 Gestão dos Serviços de Saneamento Básico

Segundo a Lei nº 11.445, de 2007, a gestão dos serviços de saneamento básico no Brasil deve envolver quatro funções fundamentais, a saber: a regulação, planejamento, a fiscalização e a prestação dos serviços. Em cada uma das funções, fica assegurada a atuação do controle social, como esquematizado no diagrama da **Figura 16**.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 16 - Elementos da Gestão dos Serviços de Saneamento Básico



Fonte: MORAES, 2015.

A seguir, a atual situação da gestão municipal dos serviços de saneamento básico no município de Jequié.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Planejamento

- Atualmente as decisões são tomadas pelos entes responsáveis pela prestação dos serviços, sejam eles da administração direta ou contratados, sempre na tentativa de sanar demandas imediatas, sem uma análise de sua efetividade e sem uma previsão das necessidades futuras.

Prestação

- Atualmente, a forma de prestação dos serviços de abastecimento de água praticada no município de Jequié é a prestação direta descentralizada por meio de contrato de concessão entre a Prefeitura e a Embasa.
- A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A (Embasa) atua no município desde 1950 e é responsável pelo abastecimento de água e esgotamento sanitário. O sistema de abastecimento de água (SAA) operado pela Embasa atende a sede municipal, o Distrito de Baixão e a localidade de Queimadas. Já o sistema de esgotamento sanitário (SES) atende somente a sede municipal.

Regulação e Fiscalização

- Em Jequié, como o serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário foram delegados à Embasa, as ações de regulação e fiscalização são desenvolvidas pela Agência de Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (Agersa).

Controle Social

- No município de Jequié não existe instância de controle social específica para o saneamento básico, instituída por lei, existe o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA) que possui interface com saneamento. O CONDEMA é um órgão de natureza deliberativa e consultiva, composto por diferentes atores sociais, dentre eles: governo municipal, empresariado, universidades, entidades sociais, trabalhadores e sociedade civil. Este conselho possui diversas Câmaras Técnicas que atuam de forma consultiva, com a finalidade de encontrar soluções que permeiam as demandas da área ambiental.

3.2.3 Abastecimento de Água Potável

A Lei nº 14.026/2020 define abastecimento de água como o serviço público constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição.

Assim, nesse tópico será apresentada a situação atual dos diversos tipos de infraestruturas de abastecimento de água existentes no município de Jequié.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

3.2.3.1 Panorama Geral da Situação do Abastecimento de Água

Considerando os últimos dados divulgados pelo IBGE (2010), a forma de abastecimento predominante em Jequié era via rede geral, presente em 90,6% dos domicílios. A segunda forma mais praticada era o poço ou nascente em 4,8% dos domicílios. Além dessas formas, também existiam domicílios abastecidos por rio, açude ou lago (1,7%), carro pipa ou água de chuva (1,1%) e outras fontes (1,9%).

Na zona urbana, a grande parte dos domicílios é atendida por rede geral 96,9%, ficando como segunda forma de abastecimento mais utilizada o uso de poços ou nascente na propriedade com menos de 1%. Porém foi identificada a ocorrência, pouco expressiva, de outras formas de abastecimento conforme **Tabela 1.**

Tabela 1 – Formas de abastecimento de água em Jequié/BA

Forma de abastecimento de água	Total	Urbano	Rural
Rede geral	90.6%	96,9%	18,7%
Poço ou nascente dentro ou fora da propriedade	4,8%	0,9%	49,4%
Carro-pipa e água da chuva	1,1%	0,4%	8,6%
Rio, açude, lago ou igarapé	1,7%	0,1%	19,8%
Outra	1,9%	1,8%	3,5%
Total	100%	100%	100%

Fonte: IBGE, 2010.

A zona rural usa como principal forma de abastecimento o uso de poços ou nascente na propriedade, que atende 49,4% dos domicílios. Em uma ordem decrescente de formas de abastecimento, seguindo a rede geral de abastecimento, vem a utilização na captação direta em rios, açude, lago ou igarapés cerca de 20%, além de outras formas de abastecimento 18,7%, carro pipa e água de chuva 8,6% e outras 3,5%.

3.2.3.2 Sistema de Abastecimento de Água de Jequié

O sistema de abastecimento de água (SAA) operado pela Embasa no município de Jequié, além da sede municipal, que concentra cerca de 97,88% da população urbana do município, também atende a sede distrital de Baixão e a localidade de Queimadas. De acordo com Embasa (2020), o índice de cobertura de abastecimento de água na sede do município é de 100%.

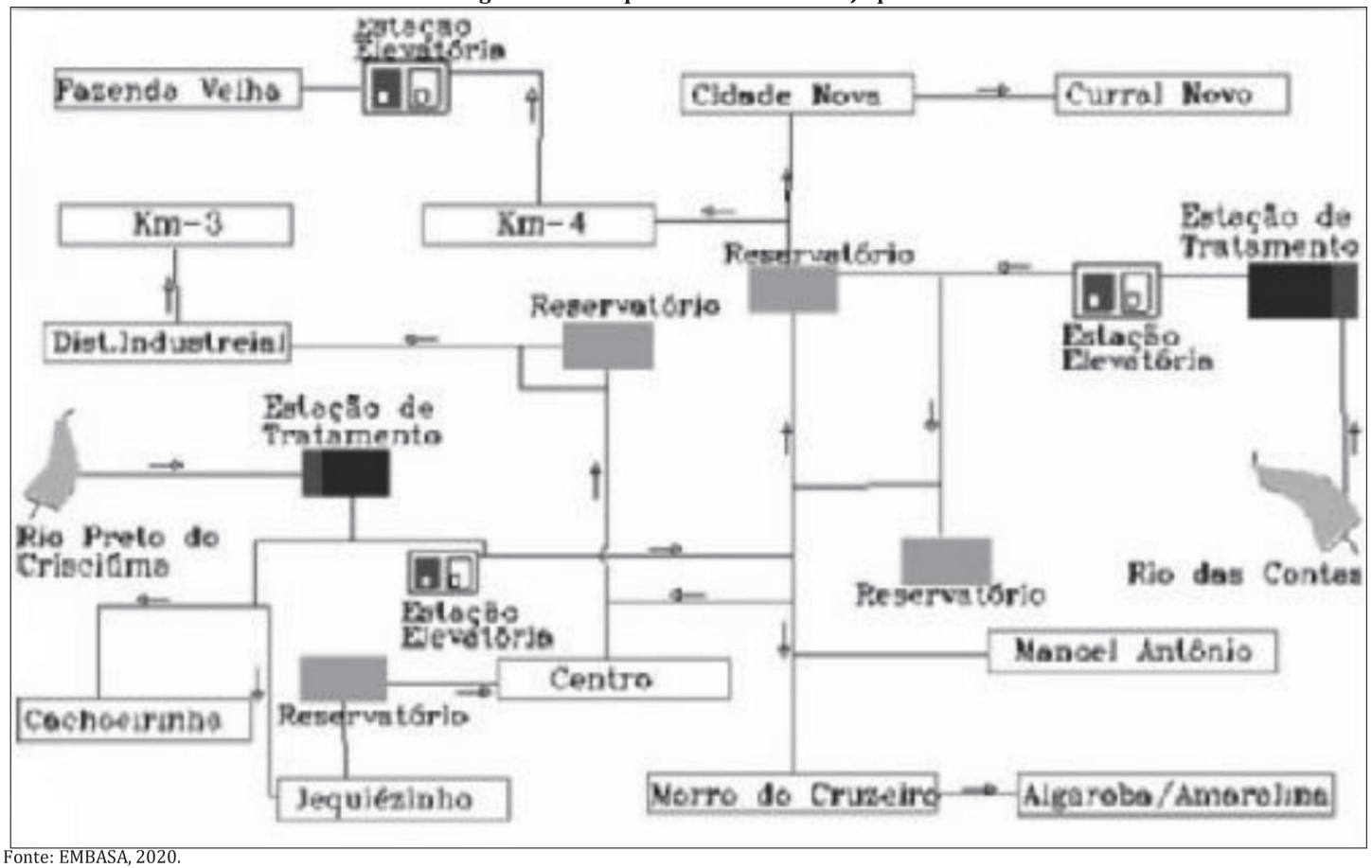
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

O SAA de Jequié é composto por 02 (duas) captações, estações elevatórias, 02 (duas) estações de tratamento de água (ETA), 06 (seis) reservatórios apoiados (RAD), 03 (três) estações elevatórias (EEAT), 23 (vinte e três) *boosters* na rede de distribuição, 02 (duas) adutoras de água bruta (AAB) e 04 (quatro) adutoras de água tratada e rede de distribuição. A ETA principal, a Criciúma, está em operação desde o ano de 1950, já a ETA do Rio das Contas opera desde o ano de 1996.

No que concerne a ampliação do sistema para abastecimento do povoado de Queimadas, a primeira etapa foi implantada em 2018 pela Embasa, para atendimento de 75 domicílios. A obra contemplou a construção de um reservatório de distribuição, com capacidade de 20 mil litros, um ponto de pré-cloração, 7 km de adutora de água tratada, e a colocação de três estações elevatórias, com recursos do Fundo Estadual de Combate a Erradicação à Pobreza (FUNCEP). A segunda etapa estava prevista para 2020 para atendimento de 60 famílias e seria executada em parceria com a Prefeitura nas escavações, o que não ocorreu. De acordo com Embasa (2021), encontra-se em fase de projeto executivo, a ampliação do abastecimento de água de Queimadas e extensão para a localidade de Poço Dantas. A previsão de conclusão das obras é até o ano de 2023.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 17 – Croqui do SAA da Sede de Jequié



Fonte: EMBASA, 2020.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

A. Estações Elevatórias e Adução de água bruta

O sistema adutor de água bruta do sistema de Jequié é composto por 2 (duas) Adutoras de Água Bruta (AAB). No sistema de captação do Rio Preto do Criciúma, há uma adutora de água bruta, que liga a captação até a estação de tratamento. Já no sistema de captação do Rio de Contas há uma AAB ligando a captação à ETA de Pedras.

Quadro 4 - Sistema Adutor do SAA de Jequié

Trecho	Tipo	Material	DN (mm)	Extensão (m)	Regime	Vazão (L/s)
Barragem – ETA Criciúma	AAB1	FoFo	600/450	11.470	Gravidade	300
Barragem – ETA das Pedras	AAB2	FoFo	600	1.780	Gravidade	450

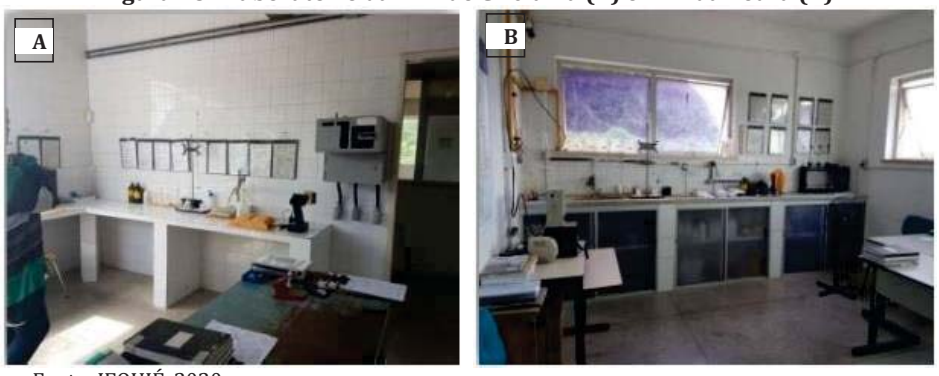
Fonte: Embasa, 2019.

Segundo a Embasa (2020), essas adutoras de água bruta existentes encontram-se em bom estado de conservação e serão mantidas no projeto de ampliação do sistema.

B. Tratamento

O tratamento de água do SAA de Jequié é realizado em duas estações de tratamento de água do tipo convencional, ETA do Criciúma e ETA do Rio das Contas em que as fases do processo são: coagulação, floculação, decantação, filtração, desinfecção e fluoretação. Em ambas as ETAs, são realizadas análises físico-químicas com amostragem a cada 2 horas, nos laboratórios existentes nas próprias unidades, conforme mostra a **Figura 18.**

Figura 18 - Laboratório da ETA de Criciúma (A) e ETA da Pedra (B)



Fonte: JEQUIÉ, 2020.

A ETA mais antiga é a ETA Criciúma (**Figura 19**), cuja operação iniciou em 1950, localizada nas coordenadas 13°52’23,3”S e 40°03’13,6” W, trata a água captada no Rio Preto do Criciúma. Esse sistema apresenta significativas vantagens pois a adução é

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

realizada por gravidade, a água do manancial é de melhor qualidade e está localizada próxima à zona urbana, reduzindo custos operacionais. Por estes fatores, a EMBASA (2019) sugere a maximização deste sistema. Essa ETA possui capacidade nominal de tratamento de 300 L/s, operando durante 24 horas por dia durante todo o ano.

Figura 19 – Visão geral das infraestruturas da ETA Criciúma



Fonte: Google Earth, 2019.

A vazão média demandada pelo sistema é de 286 l/s, ou seja, cada sistema tem capacidade de atender a vazão total requerida individualmente. A **Tabela 2** apresenta o resumo das características dessas duas ETAs e a **Tabela 3** as informações técnicas das respectivas unidades de tratamento.

Tabela 2 – Resumo das características das ETAs

Características	ETA Criciúma	ETA Rio de Contas
Ano de início de operação	1950	1996
Tipo	Convencional	Convencional
Tempo de funcionamento	24hs (todo o ano)	21hs (apenas no verão)
Unidades existentes	Floculação, decantação, filtração, desinfecção e fluoretação	Floculação, decantação, filtração, desinfecção e fluoretação
Quantidade	2 módulos	4 módulos
Vazão (capacidade)	300 l/s	300 l/s
Vazão de operação	288,75 l/s	230 l/s

Fonte: Embasa, 2020.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 3 – Informações técnicas das unidades de tratamento

ETA	Floculadores			Decantadores			Filtros		
	nº.	tipo	dimensões	nº.	tipo	dimensões	nº.	tipo	dimensões
ETA Criciúma	4	mecânico	5,49 x 5,65x4.00	2	taxa acelerada	10,25x12,20x4,00	3	descendente	5,94x6,73x4,0
				1	convencional	9,92x24,34x4,00			
ETA da Pedra	4	mecânico	5,80 x 5,82x4.00	2	taxa acelerada	6,80x11,94x4,00	4	descendente	5,88x7,30x4,00

Fonte: Embasa, 2020.

C. Adução De Água Tratada e Reservação

O sistema adutor de água tratada do SAA da Sede Municipal é composto por 4 (quatro) Adutoras de Água Tratada (AAT). Da ETA Criciúma saem 3 adutoras de água tratada, uma em direção aos reservatórios Cruzeiro e Cidade Nova, uma para o reservatório Mandacaru e a mais recente que é ligada diretamente à rede de distribuição do Centro. E na saída da ETA de Pedras, há uma AAT que abastece o reservatório da Cidade Nova. O **Quadro 4** apresenta o detalhamento em relação aos diâmetros e materiais dessas tubulações

Quadro 4 – Características das AAT do SAA de Jequié

Trecho	Tipo	Material	DN (mm)	Extensão (m)	Regime	Vazão (L/s)
ETA das Pedras – RAD Cidade Nova	AAT1	FoFo	600	12.780	Recalque	450
ETA Criciúma – RAD Cruzeiro/C. Nova	AAT2	FoFo	400	6.520	Recalque	N.I.*
ETA Criciúma – RAD Mandacaru	AAT3	PVC/FoFo	300	4.430	-	N.I.*
ETA Criciúma – Rede do Centro	AAT4	PVC	300	-	-	N.I.*

*Não informado.

Fonte: Embasa, 2019.

Segundo a Embasa (2020), essas adutoras de água tratada existentes encontram-se em bom estado de conservação e serão mantidas no projeto de ampliação do sistema, que prevê implantação de novas adutoras para reforço do sistema existente e atendimento aos novos reservatórios previstos no projeto de ampliação.

Atualmente, estão em operação cinco reservatórios apoiados na sede de Jequié e um no Distrito de Baixão. Na área da ETA Criciúma, o reservatório de 1.200m^3, está sendo utilizado como tanque de decantação da água de lavagem, dispondo-se, portanto, apenas do pequeno reservatório de coleta e do reservatório Igrejinha, de 600m^3. Os reservatórios antigos do Mandacaru e da Cidade Nova, ambos com 1.200m^3 foram desativados, sendo

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

utilizados apenas os novos. Em resumo, a capacidade total de reservação é 8.700 m^3. A **Tabela 4** apresenta as características desses reservatórios.

Tabela 4 – Características dos reservatórios

Reservatório	ETA Criciúma	Cruzeiro	Cidade Nova	Mandacaru	Baixão
Início de operação:	1950	1996 (novo)	1996 (novo)	1996 (novo)	1996 (novo)
Tipo:	Apoiado	Apoiado	Apoiado	Apoiado	Apoiado
Quantidade:	1 módulo	2 módulos em operação	1 módulo (1 desativado)	2 módulos (1 desativado)	1 módulo
Localização (coordenadas)	N=8.466.071,7706 E=386.142,2904	N=8.467.979,3210 E=382.664,9046	N=8.467.823,1454 E=380.221,0402	N=8.466.167,1978 E=382.319,2007	N=8.472.807,4051 E=386.279,3028
Altura total (m)	6	4	4	4	1,5
Capacidade (m^3)	600	2.000+2500	1.000+1.200	2x1.200	50
DN de entrada	-	400	400	300	100
DN de saída	400	400	não fornecido	não fornecido	75

Fonte: Embasa, 2018

D. Distribuição

A **Tabela 5** mostra dados do Snis da extensão total da rede de água e extensão por ligação. Observa-se que nos últimos 6 anos a extensão total aumentou 12,17 km e quanto a extensão de rede por ligação, ocorreu redução significativa de 2014 para 2015. Esse indicador mede o adensamento horizontal ou a distância média entre as ligações. É extremamente relevante para contextualizar a universalização, pois um baixo adensamento horizontal exige maiores investimentos para disponibilizar a rede de água à população (ARIS, 2015).

Tabela 5 – Extensão da rede água

Ano	AG005 - Extensão da rede de água (Km)	IN020_AE - Extensão da rede de água por ligação
2015	486,79	8,5
2016	489,18	8,3
2017	493,06	8,2
2018	495,52	8,0
2019	496,65	7,87

Fonte: SNIS, 2020.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Cabe destacar que esse indicador AG005 além da rede inclui também extensão de outras tubulações como adutoras, por isso difere do valor apresentado na Tabela 6, que possui como fonte a Embasa (2018), disponível no Plano Setorial.

Tabela 6 - Extensão da rede de distribuição por diâmetro

DN (mm)	Extensão (m)
25	34,65
32	9.657,28
50	13.932,95
60	149.538,23
70	5.171,87
80	2.548,60
85	25.017,02
100	54.643,31
110	107,73
140	2.670,33
150	19.778,47
160	1.035,66
200	15.984,68
250	7.742,69
300	9.904,23
400	8.128,23
Total	**325.895,93**

Fonte: Embasa, 2018 apud Jequié, 2020.

O município possui 22 setores de abastecimento demarcados, porém o atendimento é desigual pois na última ampliação do SAA não houve aumento da rede de distribuição, resultando em áreas críticas nos bairros periféricos. A **Tabela 7** apresenta o número de economias ativas e os locais atendidos por cada setor de abastecimento.

Tabela 7 – Economias ativas e locais atendidos por zonas de abastecimento

Setor	Economias ativas (setembro/2020)	Locais atendidos
S01 - Prefeitura	3.568	Jequiezinho, Vila Aeroporto e entorno
S02 - Rodoviária	4.339	Rodoviária, Feirinha e parte do Joaquim Romão
S03 - Distrito Industrial	3.055	Distrito Industrial e Mandacaru
S04 - Bela Vista	2.304	Bairro Bela Vista e Campo Belo
S05 - Polivalente	4.955	Polivalente, Funil e Vila Central
S06 - Posto Manoel Antônio	4.301	Joaquim Romão, Poliduto, Caixa D'Água e Barro Preto
S07 - Alto do Cemitério	1.343	Alto do Cemitério
S08 - Vila Rodoviária	3.692	Vila Rodoviária, Chácara Provisão, Jardim Alvorada, Jardim Tropical, Frisuba, Cachoeirinha I e II, Presídio e Morro do Urubu

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Setor	Economias ativas (setembro/2020)	Locais atendidos
S09 - Sol Nascente	1.532	Sol Nascente e Cohim
S10 - Cidade Nova	3.427	Cidade Nova e Cansanção
S11 - Km 4	3.790	Km 3 e 4
S12 - Santa Luz	1.535	Santa Luz
S13 - Centro	4.217	Centro
S14 - Algarobas	1.870	Algarobas, Pompílio Sampaio e Sun Ville
S15 - São Judas	3.911	São Judas, Amaralina e Pindorama
S16 - Água Branca	5.108	Água Branca, Vila Vitória e Vovó Camila
S17 - Inocoop	2.133	Inocoop
S18 - Almoxarifado Embasa	1	Almoxarifado Embasa
S19 - Urbis 3	4.144	Urbis e MCMV Vila Jequié
S20 - Curral Novo	4.423	Curral Novo e Fazenda Velha
S21 - Itaigara	3.376	Itaigara e Zimbrunes
Baixão	-	Deriva do Setor 06
Queimadas	-	Deriva do Setor 15

Fonte: Embasa, 2020.

Segundo a Embasa (2019), o município de Jequié realiza manobras para o abastecimento de água, com equipe em campo. Outros problemas são a baixa capacidade das linhas-tronco da rede e a dificuldade de abastecimento dos pontos elevados.

No que concerne as áreas de ligações clandestinas, essas são tratadas sistematicamente pela área comercial e operacional, que realiza o combate e a retirada das mesmas em áreas de invasão ou executa extensão de rede e regularização da ligação, a exemplo das áreas recentemente regularizadas: Bairro Amaralina e Zimbrunes, e em fase de regularização o bairro loteamento Chácara Provisão.

E. Qualidade da Água

Para que seja assegurado o cumprimento à Portaria se faz necessário realizar o controle da qualidade da água por meio de monitoramentos sistemáticos realizados pelo órgão ou empresa produtora e fiscalizados pela Vigilância Sanitária Municipal. A Secretaria Municipal de Saúde é responsável por exercer a vigilância da qualidade da água, por meio do programa VIGIAGUA.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

3.2.3.3 Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água

Enquanto a Embasa abastece toda a sede do município, a sede do distrito de Baixão e a localidade de Queimadas, os Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água (SSAA) são responsáveis por abastecer os demais distritos e algumas das localidades da zona rural.

Segundo a Resolução de Consolidação nº 5/2017, Anexo XX, artigo 5º, inciso VII, os SSAA são uma "modalidade de abastecimento coletivo destinada a fornecer água potável, com captação subterrânea ou superficial, com ou sem canalização".

A implantação dos Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água (SSAA) existentes em Jequié foi realizada pela Companhia de Engenharia Hídrica e Saneamento da Bahia (Cerb), no âmbito do Programa Água Para Todos. A operação dos mesmos é de responsabilidade da Administração Municipal, por meio da Secretaria de Infraestrutura.

Em todas as localidades a operação do sistema é realizada por um representante local, designado e contratado pela prefeitura. Essas pessoas são responsáveis por ligar e desligar a bomba que recalca água para os reservatórios de distribuição, manusear os registros de manobra, se existirem, e levar à secretaria responsável solicitações de reparos. Em nenhuma localidade existe cobrança pela água distribuída. Por outro lado, os próprios moradores contemplados com o SSAA Castanhão, Ouro Branco, Boaçu e Nova Esperança contribuem voluntariamente com o valor de R$ 20,00 (vinte reais) para a compra de insumos utilizados no tratamento.

Durante o trabalho de campo foram visitados 07 (sete) sistemas simplificados de abastecimento de água. O SSAA de Ouro Branco é o único em plena operação, o SSAA do Assentamento de Barra Avenida encontra-se inativo e os demais parcialmente ativos.

A. Sistema Simplificado de Monte Branco

Na localidade de Monte Branco possui um Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (SSAA) do distrito de Monte Branco, implantado pela CERB, com operação iniciada em 2018. Esse sistema é composto por 01 (uma) captação flutuante a montante da Barragem da Pedra, a adução é realizada por uma tubulação de 75 mm de PVC, já a rede apresenta 50 mm de diâmetro, do mesmo material. A água bruta é bombeada até a ETA, do tipo filtro

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

russo com capacidade de 2l/s, por meio de uma estação elavatoria que fica no flutuante. Da ETA a água segue para 02 (dois) reservatórios de água, ambos com capacidade de 20.000L de água cada, sendo um elevado localizado próximo à ETA e outro apoiado que abastece a rede de distribuição. Esse sistema atende aproximadamente 269 habitantes, sendo a demanda de 35,31 m^3/dia e não é realizada cobrança pelo serviço.

B. Sistema Simplificado do Distrito de Barra Avenida

O Sistema Simplificado de Abastecimento de água do Assentamento Barra Avenida atende somente a localidade. Esse sistema é composto por 1 (uma) captação em poço. Tanto a adução quanto a rede ocorrem por uma tubulação de 50 mm de PVC. Existe uma unidade simplificada de tratamento de água, com 1 (um) clorador e 1 (um) filtro redutor de ferro e 1 (um) reservatório, com capacidade de 10 m^3. Esse sistema atende aproximadamente 110 habitantes desde 2018, sendo 32 ligações domiciliares sem hidrômetros e não é realizada cobrança pelo uso da água.

C. Sistema Simplificado de Castanhão, Ouro Branco, Boaçu e Nova Esperança

As localidades de Castanhão, Ouro Branco, Boaçu e Nova Esperança possuem sistema integrado de abastecimento de água (SSIAA) implementado pela Cerb, em funcionamento desde 23 de março de 2015, atendendo a cerca de 1.500 habitantes. A captação é realizada em barragem no Rio Riachinho, sendo a água levada por uma adutora por 31 km de extensão. Compõem ainda o sistema uma estação de tratamento com filtros de fluxo ascendente, 02 (duas) unidades de reservação, rede de distribuição com 16,59 km de extensão que atende 330 ligações domiciliares.

D. Sistema Simplificado de Itajuru

Em Itajuru, existe um sistema simplificado de abastecimento de água (SSAA) implantado pela Cerb e operado pelo administrador do distrito. O sistema atende somento o Distrito de Itajuru e encontra-se parcialmente funcionando, uma vez que, a água é captada em represa existente na Cachoeira do Rio Boqueirão e distribuída sem o devido tratamento.

A captação de água é realizada em represa do Rio Boqueirão nas coordenadas em UTM: 396.149 mE e 8.448.141 mS, fuso 24L e segue por gravidade para a sede distrital. A unidade de tratamento de água é composta de tratamento por filtro russo, casa de bombas

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

e possui dois reservatórios. As infraestruturas de tratamento estão isoladas do sistema e encontram-se em mau estado de conservação.

E. Sistema Simplificado de Florestal

O sistema simplificado de abastecimento de água (SSAA) de Florestal foi implementado pela Cerb e é operado pela Gestão Municipal através do administrador do distrito. O sistema atende somente o Distrito de Florestal e encontra-se parcialmente funcionando, uma vez que, a água captada é distribuída sem o devido tratamento.

A captação de água é realizada em represa existente no Rio Atanaso nas coordenadas em UTM: 407.728 mE, 8.474.594 mS, fuso 24L e segue por gravidade para a unidade de tratamento existente na sede distrital. A unidade de tratamento de água é composta de tratamento por filtro russo, na área possui também dois reservatórios de 10.000L cada e casa de bombas.

F. Sistema Simplificado do Distrito de Oriente Novo

O Distrito de Oriente Novo é abastecido através de captação de água bruta direta da represa do Rio dos Vieiras implantada e administrada pela Administração Municipal de Jequié, sendo a água captada distribuída por gravidade e sem tratamento aos domicílios. Importa salientar que, o manancial também é responsável por abastecer o município de Manoel Vitorino através da Embasa.

G. Sistema Simplificado do Distrito de Itaibó

No Distrito de Itaibó possui água captada de nascente e de poço artesiano. A água captada da nascente abastece a zona baixa do distrito e é fornecida 04 (quatro) dias na semana, a saber: segunda, quarta, sexta e sábado. Já a zona alta é abastecida por poço implantado pela Cerb em Córrego de Pedra, localidade que faz divisa com o distrito e que pertence ao Município de Ipiaú-BA. Em ambos os casos, a água é fornecida sem o devido tratamento e a operação fica a cargo do administrador do distrito. Estima-se que 170 famílias sejam cobertas pelos 02 sistemas e não é realizada cobrança pelo uso da água. Importa salientar que, o distrito possui uma associação atuante, a Associação Comunitária de Itaibó e conta com um total de 50 (cinquenta) associados.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

3.2.3.4 Caracterização das soluções alternativas individuais

Segundo a Resolução de Consolidação nº 5/2017, artigo 5º, inciso VIII, as soluções alternativas individuais de abastecimento de água tratam-se da "modalidade de abastecimento de água para consumo humano que atenda a domicílios residenciais com uma única família, incluindo seus agregados familiares".

No município de Jequié, das localidades visitadas, registrou-se formas alternativas de abastecimento por meio de nascentes, rios, barragens e afins. Observou-se ainda que, os sistemas simplificados estão presentes na maior parte das localidades visitadas, porém, em alguns casos, a rede não atende a todas as residências, em outros, o sistema não está em operação.

Dessa forma, em algumas localidades os moradores utilizam a captação direta como forma de completar o volume demandado e, em alguns casos, a qualidade da água das nascentes é considerada pela população como sendo de melhor qualidade do que a fornecida pelo sistema simplificado.

Vale destacar que o abastecimento aqui descrito se refere à captação feita separadamente em cada residência, não incluindo os casos de distribuição em sistemas simplificados, objeto do capítulo anterior.

3.2.3.5 Condições dos Mananciais de Jequié

Por se tratar de uma região rica em afloramentos de água, é comum encontrar nascentes por todo o território de Jequié. Em sua maioria, os afloramentos fornecem água de baixa turbidez, baixa cor e sem odor, de maneira que os usuários têm a impressão de que se trata de água potável. Apesar dos indícios, é necessário que sejam realizadas análises laboratoriais para conhecer as características físico-químicas e microbiológicas da água das nascentes, o que não ocorre.

Foi observado que a população rural de Jequié, utiliza água das nascentes, com características desconhecidas, sem que haja qualquer tipo de tratamento, além da filtração, normalmente em filtro de barro, antes de consumir.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

A captação e adução ocorrem de duas formas: por gravidade por meio de tubos de PVC ou por recalque com bombas submersas, ambas se configuram como tomada direta. Quando a cota da residência é menor que a cota da nascente, os moradores canalizam a água diretamente para os reservatórios residenciais, de 500 ou 1.000 litros, utilizando tubos em PVC. Quando o contrário ocorre, são instaladas bombas submersas, popularmente conhecidas como bomba sapo, acopladas à mangueiras que levam a água captada até os reservatórios residenciais. Nesses casos, a instalação, operação e manutenção das bombas é de responsabilidade dos moradores, que em alguns casos compartilham a água com os vizinhos.

3.2.4 Esgotamento Sanitário

De acordo com a Lei nº 14.026/2020, o esgotamento sanitário é constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até a sua destinação final para produção de água de reuso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente.

Desse modo, o presente tópico tem o objetivo de apresentar a situação atual do esgotamento sanitário no município de Jequié.

3.2.4.1 Panorama Geral da Situação do Esgotamento Sanitário

A prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário na sede municipal é realizada pela Embasa, institucionalizada por meio do Contrato de Programa celebrado entre o município de Jequié e a empresa, considerando um regime de gestão associada. O Contrato de Programa foi celebrado no dia de 16 de março de 2020, com prazo de vigência de 30 anos. Os serviços públicos de esgotamento sanitário a serem prestados são: ligação predial, coleta, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, e disposição final dos lodos gerados na operação da estação de tratamento de esgoto.

No município de Jequié, a Embasa possui um Escritório Local (EL) e uma Unidade Regional (USJ), inserido na Superintendência de Operação – Sul (IS). A Unidade Regional de Jequié é responsável pelos setores de gerências e por escritórios locais em municípios da região.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

O município de Jequié, apesar de possuir Sistema de Esgotamento Sanitário (SES), ainda lança efluentes sem tratamento nos corpos d'água no seu entorno. Segundo dados da ANA (2016), 16,5% do esgoto produzido na sede, não possui coleta e nem tratamento, alcançando dois mananciais diferentes, a saber: Riacho da Conceição e o Rio das Contas, 1,6% é destinado a soluções individualizadas (fossa) e a maioria do esgoto (82%) é destinado ao SES, com lançando do efluente tratado no Rio das Contas.

Pautando-se no último censo demográfico do IBGE (2010), a maioria da população possuía acesso a rede geral de esgoto ou pluvial (**Tabela 8**). Em 2000, 65,01% da população de Jequié possuía acesso a rede geral de esgoto ou pluvial, porquanto em 2010 esse percentual aumentou para 75,46%. Na zona rural, a instalação sanitária mais recorrente são as fossas rudimentares, seguido pelas sépticas, que representam 43,08% do total. Outro aspecto relevante é a redução, de 15,89% para 4,36%, de domicílios sem instalação sanitária entre o período de 2000 a 2010, o que pode representar melhoria da qualidade de vida da população.

Tabela 8 - Proporção de moradores por tipo de instalação sanitária: Jequié/BA (2000 e 2010)

Instalação Sanitária	2000	2010		
	Total (%)	Total (%)	Urbano (%)	Rural (%)
Rede geral de esgoto ou pluvial	65,01	75,46	81,96	1,29
Fossa séptica	2,50	2,64	1,56	14,94
Fossa rudimentar	6,90	6,35	4,44	28,14
Vala	6,06	4,65	3,99	12,17
Rio, lago ou mar	2,20	3,28	3,01	6,39%
Outro escoadouro	1,44	3,26	2,69	9,76
Não tem instalação sanitária	15,89	4,36	2,35	27,32

Fonte: IBGE/SIDRA, 2000; 2010.

No entanto, segundo a EMBASA, o município possuía em 2019, índice de coleta de esgotos (relação entre o volume de esgoto coletado e o volume de água produzido) igual a 91,24%. Complementarmente a esses aspectos, na **Tabela 9** é apresentada a série de dados de 5 anos disponibilizadas pelo SNIS. No período de 2015 a 2019, foi registrado que 0% da população rural tem acesso à rede geral de esgoto, logo, as parcelas calculadas mantêm concordância com as publicações anteriores do IBGE. Estas zonas, podem ser atendidas por soluções individuais a depender das distâncias e da disponibilidade de água do local,

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

porém deve-se levar em consideração que há impacto ambiental gerado com destinações finais inadequadas já descritas na Tabela 8.

Tabela 9 - População atendida por rede geral de esgoto 2014 a 2019

Ano	Total			Urbana			Rural		
	População (POP_TOT)	População atendida (ES001)	%	População (POP_URB)	População atendida (ES026)	%	População (POP_RUR)	População atendida (ES001 –ES026)	%
2015	161.528	141.626	87,68	148.268	141.626	95,52	13.260	0	0
2016	161.880	138.477	85,54	148.591	138.477	93,19	13.289	0	0
2017	162.209	137.101	84,52	148.893	137.101	92,08	13.316	0	0
2018	155.800	137.429	88,21	143.010	137.429	96,1	12.790	0	0
2019	155.966	136.173	87,31	143.163	136.173	95,1	12.803	0	0

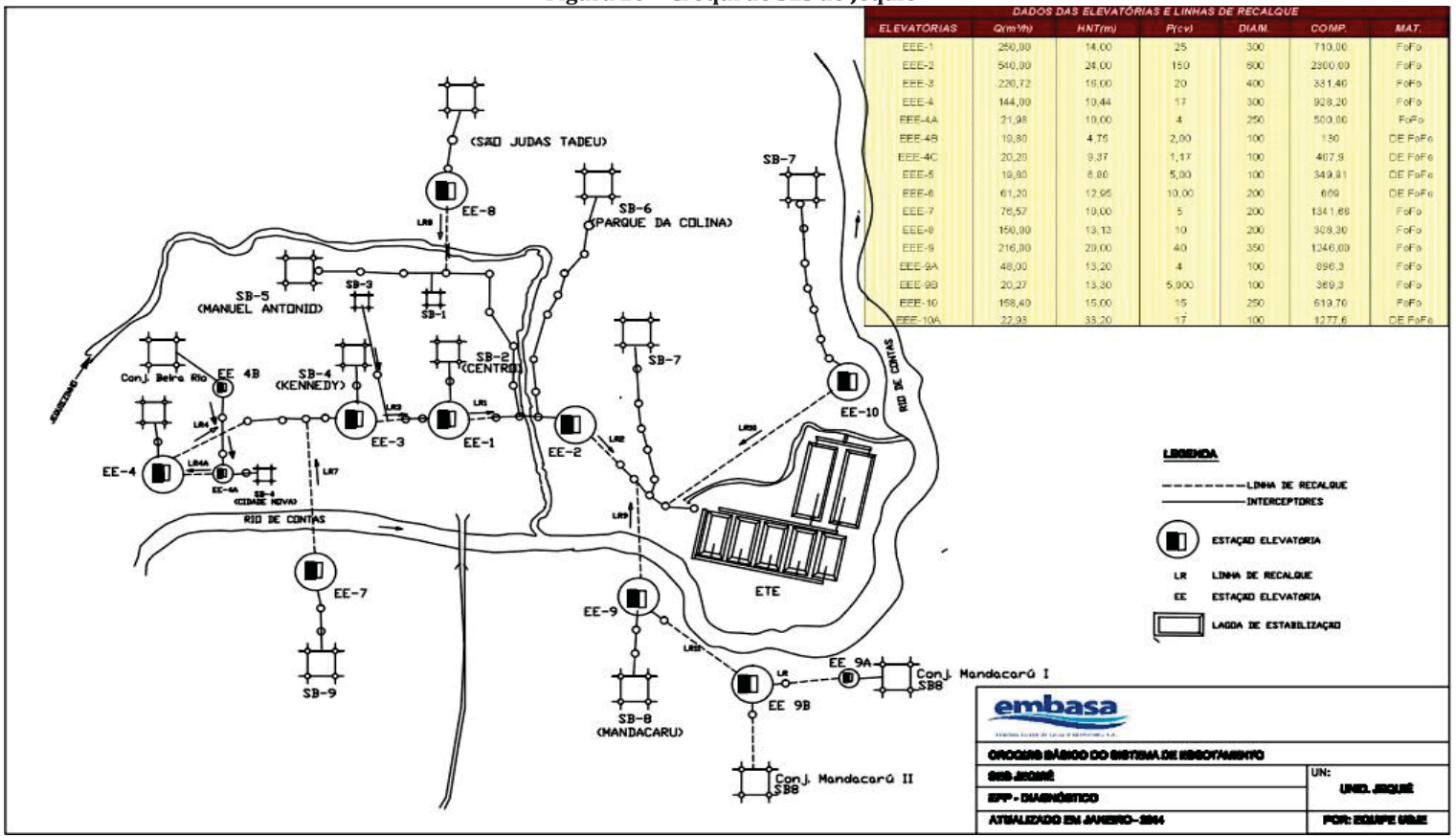
Fonte: SNIS, 2020.

3.2.4.2 Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede Municipal de Jequié

De acordo com o Plano Setorial de Saneamento Básico: Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, elaborado pelo município de Jequié em 2020, o sistema de esgotamento sanitário da sede de Jequié, foi implantado em 1975. Ao todo, são 462 km de extensão da rede coletora e 7,3 km de linhas de recalque, compondo um sistema com 9 bacias delimitadas e 18 estações elevatórias, que possuem geradores caso ocorra interrupção do fornecimento de energia elétrica e uma estação de tratamento (ETE). O Croqui do sistema é apresentado na **Figura 20.**

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 20 – Croqui do SES de Jequié



Fonte: Embasa, 2020.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Na sede de Jequié foram implantados aproximadamente 462 km de rede coletora convencional, em PVC, com diâmetros variando de 100 a 250 mm. A extensão total de interceptores no SES Jequié equivale a 7.278 m, com diâmetros entre 300 e 500 mm (Embasa, 2020). A **Tabela 10** apresenta as informações sobre extensão da rede coletora de esgotos na sede de Jequié entre os anos de 2015 e 2019. É possível observar uma ampliação de aproximadamente 8 km de redes em 5 anos.

Tabela 10 - Informações sobre a rede coletora de esgotos

Ano de Referência	ES004 - Extensão da rede de esgotos (km)	IN021_AE - Extensão da rede de esgoto por ligação (m/ligação)
2015	453,79	9,4
2016	453,79	9,17
2017	453,79	8,92
2018	461,82	8,71
2019	461,97	8,57

Fonte: SNIS, 2021.

Segundo a Embasa (2020), a rede coletora apresenta bom estado de funcionamento, no entanto, existem alguns pontos críticos onde ocorrem obstruções com frequência. A operação do sistema é favorecida pela existência de poços de visita e caixas de passagem, existentes (PEMAPES, 2011).

Com relação às ligações prediais, existem 54.410 ligações de esgoto, sendo 47.775 ativas (SNIS, 2019). De acordo o PEMAPES (2011), a prestadora dos serviços recebia um número médio de 250 solicitações por mês, sendo que 70% estavam relacionadas a desentupimento e 30% a correção de quebramento. Ressalta-se que foram solicitados dados atualizados à prestadora, no entanto até a consolidação deste documento não foram enviados.

A prestadora informou as condições operacionais das estações elevatórias, sendo necessárias as seguintes intervenções:

- EEE-1: Necessitando de melhorias na estrutura (abrigo dos quadros de comando, tampas, pintura, cerca, etc).
- EEE-2: Necessitando de melhorias na estrutura (abrigo dos quadros de comando, tampas, pintura, cerca, etc).
- EEE-3: Necessitando de melhorias na estrutura (tampas, pintura, cerca, etc).
- EEE-4: Necessitando de melhorias na estrutura (tampas, pintura, cerca, etc).
- EEE-4A: Necessitando de melhorias na estrutura (tampas, pintura, cerca. Etc).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

- EEE-7: Necessitando de melhorias na estrutura (tampas, pintura, cerca, etc).
- EEE-9: Necessitando de melhorias na estrutura (abrigo dos quadros de comando, tampas, pintura, cerca, etc).
- EEE-9A: Necessitando de melhorias na estrutura (abrigo dos quadros de comando, tampas, pintura, cerca, etc).
- EEE-10: Necessitando de melhorias na estrutura (abrigo dos quadros de comando, tampas, pintura, cerca, etc).

A Embasa informou ainda que as demais elevatorias apresentam operaçao satisfatoria. No entanto, durante a visita tecnica, observou-se que a EEE-8 necessita de podas nas arvores existentes no local; e algumas EEE necessitam de serviços de limpeza e capina.

A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Jequié fica localizada no bairro Jequiezinho, nas coordenadas em UTM: 384932 m E e 8465220 m S, fuso 24L e recebe apenas os esgotos oriundos da sede municipal. A ETE possui em sua estrutura 01 caixa de retenção de areia (com duas câmaras paralelas), 04 lagoas facultativas aeradas, 01 lagoa de decantação, 02 lagoas de maturação e 01 leito de secagem (com duas câmaras). Ressalta-se que, dessas estruturas, duas encontram-se inativas: 01 lagoa facultativa aerada e 01 lagoa de maturação.

A ETE de Jequié opera 24 horas por dia, com capacidade nominal de tratar um valor diário de 30.408m^3/dia (351,94 l/s), tendo sido dimensionada para atender 100% da demanda no horizonte do projeto. No entanto, a Embasa informou que a vazão tratada é aproximadamente 19.025 m^3/dia (220,19 l/s).

3.2.4.3 Sistema de Esgotamento Sanitário dos distritos e localidades rurais

De maneira geral, os distritos não dispõem de sistema de esgotamento sanitário. Dessa forma, todo o esgoto coletado nas sedes distritais tem como destino fossas rudimentares, fossas sépticas ou são lançados no corpo hídrico mais próximo ou diretamente sobre o solo. Ressalta-se que mesmo quando são utilizadas fossas sépticas, nem sempre são respeitados os requisitos mínimos de localização, instalação e operação.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

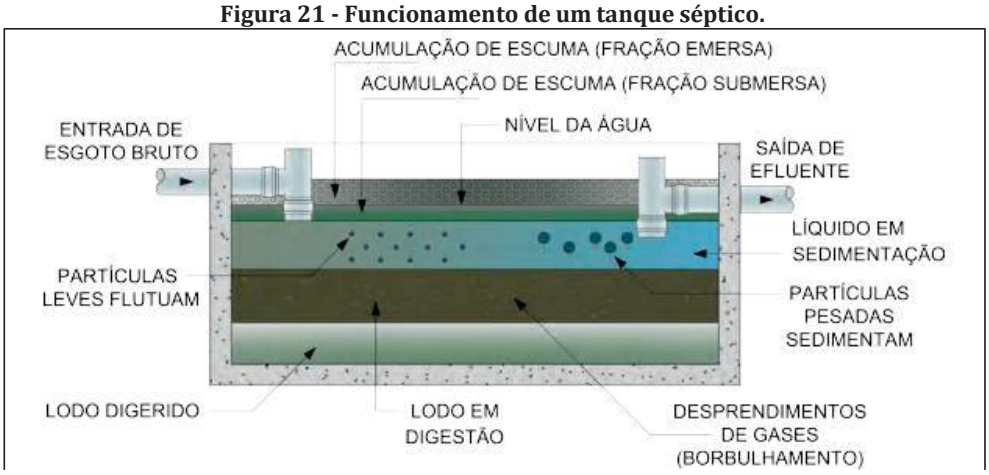
3.2.4.4 Soluções de Esgotamento Sanitário na Zona Rural

Sobre o panorama da situação de esgotamento sanitário no município na zona rural 28% dos domicílios lançam os esgotos em fossas rudimentares e 15% em fossas sépticas (tanques sépticos). Juntas, essas soluções ocorrem em 48% dos domicílios. Outras formas de destinação utilizadas são o lançamento de esgoto em vala (12,2%), lançamento em rios e lagos (6,4%) e rede geral (1,3%). Outros tipos de destinação são adotados por 9,8% dos domicílios. Situação mais crítica ocorre em 27,3% dos domicílios que não possuem qualquer tipo de solução, inclusive ausência de banheiro (IBGE, 2010).

As fossas existentes nos municípios são normalmente construídas pelos próprios moradores, sem levar em consideração aspectos técnicos, por isso não desempenham níveis de tratamento previstos em norma técnica específica. As águas cinzas, em quase todas os domicílios são lançadas no fundo das casas, direcionando ao solo.

Nesse contexto, vale descartar a distinção entre a tanques sépticos e fossas rudimentares. De acordo com Funasa (2015) os tanques sépticos (**Figura 21**) são unidades de tratamento primário onde ocorre sedimentação e digestão anaeróbia do lodo, que se acumula durante alguns meses até que seja estabilizado. Na superfície, são retidos óleos, graxas, gorduras e materiais que formam escuma, que também são aerobiamente decompostos.

Figura 21 - Funcionamento de um tanque séptico.



Fonte: Funasa, 2015 apud ABNT, 1993.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

As fossas rudimentares, são buracos com ou sem revestimento lateral, normalmente com tampa de concreto ou cimento e sem revestimento no fundo da cavidade. Esses compartimentos recebem efluente das bacias sanitárias e, em alguns casos, também recebe as águas cinzas. Dessa forma, o esgoto entra em contato direto com o solo, infiltra, e pode contaminar não só ao solo, mas também o lençol freático. Essa condição ainda oferece risco à disseminação de doenças, através do contato direto das pessoas com solo e água contaminados, quando da utilização de poços no abastecimento.

Por meio de projeto, executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), algumas comunidades rurais foram beneficiadas com a instalação de banheiros sanitários. Estes banheiros obedecem a um modelo padronizado, equipados com pia, vaso sanitário, chuveiro, tanque reservatório de 500 litros e fossa séptica, possibilitando destino adequado dos esgotos no domicílio.

O programa beneficia comunidades quilombolas, povos indígenas, agricultores familiares, empreendedores e famílias assentadas. A **Tabela 11** mostra as localidades rurais onde foram construídas unidades sanitárias do projeto da CAR, porém não há informações disponíveis sobre o número de famílias beneficiadas em cada comunidade e a quantidade total de unidades instaladas. O valor total investido no período de 2004 a 2011, época em que foi executado o objeto dos referidos convênios, é disponibilizado também no quadro, bem como a correção monetária para o ano de 2021, considerando a Correção de valor pelo índice de preço do IBGE (IPCA-IBGE), disponível no aplicativo Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil.

Tabela 11 – Relação de comunidades beneficiadas com construção de banheiros equipados com fossas sépticas através de convênio com a CAR

Ano	Comunidades beneficiadas	Nº do convênio	Objeto do Convênio	Programa	Valor Investido (2004 a 2011)	Valor Corrigido IPCA 2021
2004	Itaibó	142903	Sanitário Residencial - Implantação	Produzir	R$ 5.984,86	R$ 19.807,13
2006	Itajuru	05850			R$ 27.844,89	R$ 80.966,12
2006	Rio do Antônio	033906			R$ 28.278,37	R$ 82.226,57
2011	Volta do Rio/Frisuba	026411			R$ 5.342,45	R$ 11.571,38

Fonte: CAR, 2021.

Existe ainda o programa Melhorias Sanitárias Domiciliares, da Funasa, que tem como objetivo atender às necessidades básicas de saneamento das famílias, por meio de

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

instalações hidrossanitárias mínimas, relacionadas ao uso da água, à higiene e ao destino adequado dos esgotos domiciliares. No Sistema Integrado de Monitoramento de Convênios (SISMOC) da Funasa foram encontrados alguns projetos no município de Jequié, sendo estes apresentados no **Quadro 5.**

Quadro 5 – Relação de comunidades beneficiadas com construção de banheiros

Ano	N° Projeto	N° Instrumento	Valor Empreendimento	Data Vigência	Situação da Obra
2004	BA0306045586	CV 1693/04	R$ 87.863,56	30/10/2011	CONCLUÍDA
2005	BA0509055210	-	R$ 321.378,00	-	-
2002	BA0309023810	-	R$ 191.604,93	-	-

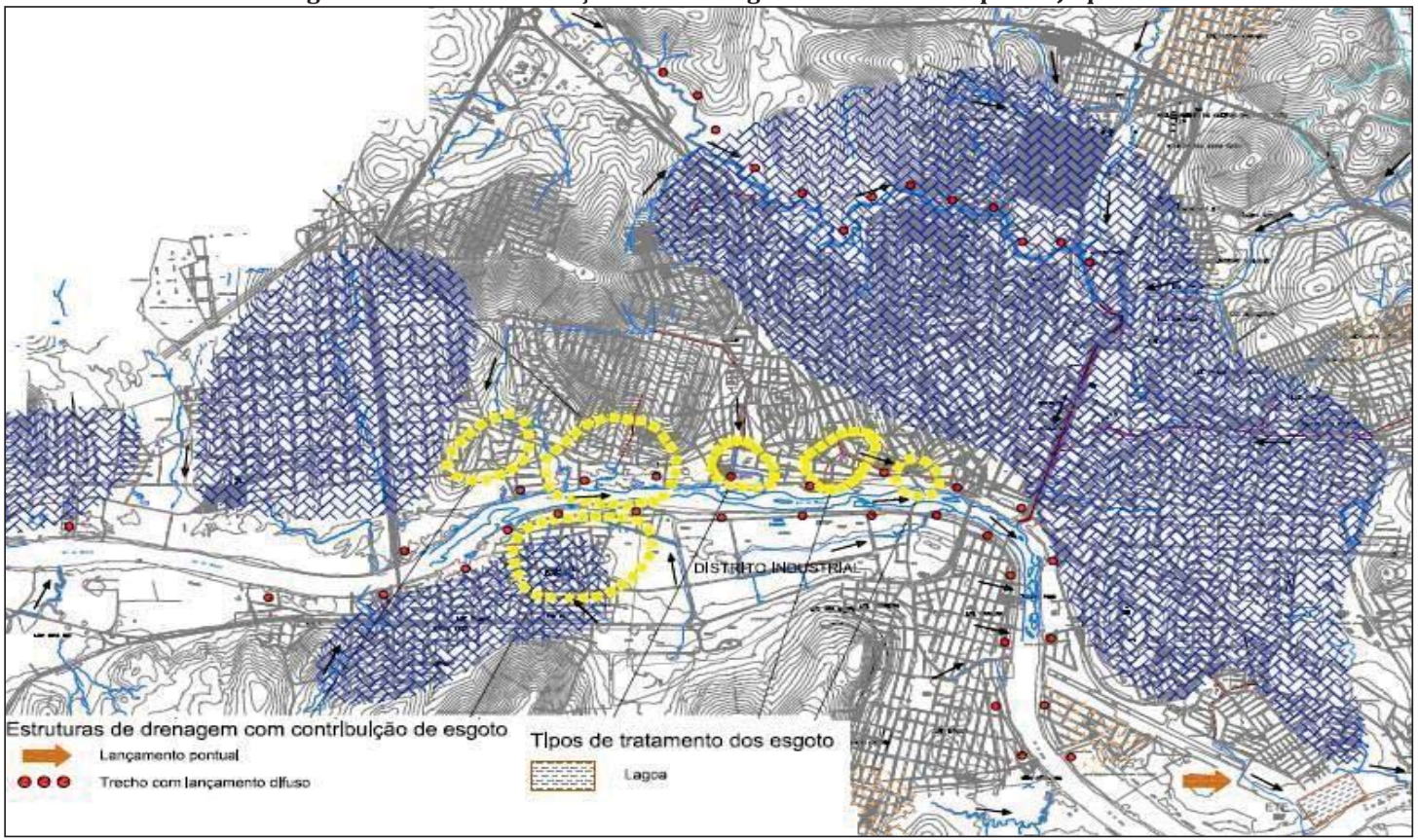
Fonte: SIMOC-FUNASA, 2021.

3.2.4.5 Identificação de áreas com risco de contaminação por esgotos

Na **Figura 24** são apresentados registros de contaminação por lançamento de esgotos nos canais de drenagem durante a visita técnica no município. Nas imagens é possível notar grande quantidade de macrófitas sobre a lâmina d'água, indicativo de elevada concentração de nutrientes, ocasionada por lançamento de esgotos domésticos.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 22 – Pontos de lançamento de esgoto na sede municipal de Jequié



Fonte: Adaptado Pemapes, 2011.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié
quinta-feira, 29 de junho de 2023 | Ano IX - Edição nº 01780 | Caderno 1
Diário Oficial do Município 321

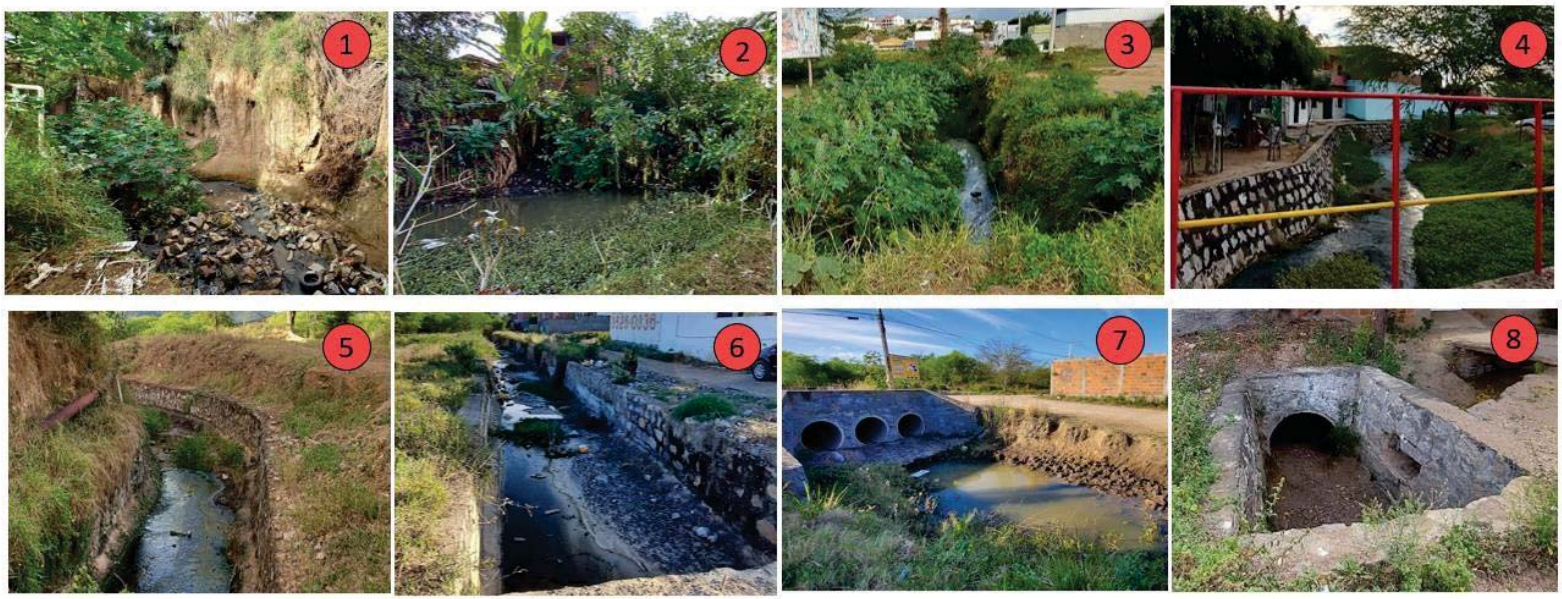
Figura 23 – Localização do lançamento de esgotos sanitários *in natura* no sistema de macrodrenagem da sede municipal



Fonte: adaptado de PEMAPES, 2011; GOOGLE EARTH, 2021.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 24 - Lançamento de esgotos no sistema de drenagem observado em visita técnica



1.Lançamento de esgotos próximo à Rua Carneiro Ribeiro, com destino final no rio das Contas;
2.Lançamento de esgotos próximo à Rua Argemiro Neto, com destino final no rio das Contas;
3.Canal de drenagem próximo à Av. Castelo Branco, que destina contribuições de águas pluviais e esgotos ao rio Jequiezinho;
4.Canal de drenagem na Rua da Banca que destina contribuições de águas pluviais e esgotos ao rio Jequiezinho;
5, 6 e 7. Lançamento de esgotos no canal de drenagem próximo à Rua Adolfo Ribeiro, com destinação ao Rio Jequiezinho;
8. Lançamento de esgotos na rua Curral Novo

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Na sede dos distritos e localidades rurais, foram encontrados alguns mananciais poluídos por lançamentos de esgoto bruto, conforme mostram as figuras a seguir. Observa-se ainda que, para a sede municipal, distritos e localidades foi possível observar o crescimento de vegetação no leito do rio, indicando a elevação da matéria orgânica.

3.2.5 Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas

Segundo a definição da Lei nº 14.026 de 2020, a drenagem e manejo das águas pluviais é o serviço público constituído pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes.

O conceito de manejo de águas pluviais está associado ao estabelecimento do "reequilíbrio do ciclo hidrológico para mais perto do natural, revertendo a cultura da drenagem focada no aumento da condutividade hidráulica" (SANTOS, 2009).

O Plano Diretor Municipal de Jequié foi aprovado no ano de 2007, através da Lei Complementar nº 1, em 27 de dezembro, com o objetivo geral de "orientar a política urbana, ordenar o pleno desenvolvimento do Município e garantir as funções sociais da cidade e da propriedade urbana e o bem-estar de seus habitantes" (art. 4).

Com o objetivo de elevar o desenvolvimento do município foram estabelecidos programas e projetos estratégicos, dentre eles: Recomposição Ambiental da Barragem da Pedra, Parque Urbano Municipal do Rio das Contas, Organização do saneamento básico, Manejo das águas pluviais, Sistema Municipal de Gestão e Planejamento Participativo de Jequié – SMGPJ e Sistema de Informações Municipais de Jequié, SIMJ: Projeto Piloto, sendo programas/projetos que se relacionam direta ou indiretamente com a drenagem e manejo de águas pluviais.

Considerando também o Plano Plurianual (PPA), são previstos investimentos voltados para esse componente do saneamento no período de 2018 a 2021. No eixo voltado para o Desenvolvimento Municipal estabelecido no PPA existe o Programa Reestruturação Municipal que tem o objetivo de melhorar toda infraestrutura urbana e rural de Jequié, valorizando a estrutura física da cidade e suas belezas naturais, e o Programa Mantendo Jequié Limpa e Organizada que tem como objetivo exercer e/ou fiscalizar a execução dos

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

serviços de manutenção pública, bem como zelar pela manutenção de áreas verdes, parques e praças municipais. Para tanto, foram firmadas metas e iniciativas a serem realizadas pelo município.

A nível estadual, foi elaborado o Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário (Pemapes) com vistas a enfrentar os problemas sanitários e ambientais relacionados ao crescimento populacional e a expansão urbana, mediante a definição de estratégias para a gestão das águas urbanas. Sendo assim, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Sedur) ofereceu suporte técnico aos municípios para a elaboração de um panorama geral da situação dos serviços de esgotamento sanitário e de manejo das águas pluviais. Este plano cobriu as sedes de 404 municípios, divididas em 25 regiões de planejamento.

O Pemapes, além de realizar o diagnóstico dos sistemas existentes e da infraestrutura implantada, propõe ações e diretrizes a partir da análise situacional de cada município, dentro do contexto da Região de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no qual está inserido. O município de Jequié faz parte do RDS 22 – Médio Rio das Contas.

As ações propostas pelo Pemapes são de natureza estrutural e não estrutural (estruturante). Ações estruturais são obras de engenharia para intervenção direta e indireta sobre as infraestruturas urbanas e ações de planejamento necessárias à implantação da infraestrutura física proposta. Enquanto as ações não estruturais são de caráter institucional e legal, como por exemplo a elaboração de planos de saneamento básico, entre outros instrumentos.

O município de Jequié está entre os municípios que apresentam situações de alagamento na RDS22 do Pemapes (2011). Portanto, foi prevista a destinação de R$ 262.809.500,00 para ações estruturais destinadas à drenagem urbana, sendo aplicados no curto, médio e longo prazo, em função do grau de criticidade dos problemas diagnosticados.

As intervenções em infraestrutura física previstas para Jequié são apresentadas dentre o conjunto de ações estruturais. Essas ações foram pensadas a partir do arranjo geral das bacias urbanas e da distribuição espacial das áreas críticas identificadas na cidade. As ações estruturais propostas para Jequié consistiram em dois tipos básicos: implantação de microdrenagem e implantação de estruturas de macrodrenagem.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

As propostas de intervenções na infraestrutura de macrodrenagem foram: a construção de três reservatórios de amortecimento de águas pluviais em áreas urbanas consolidadas ou em consolidação; e a construção de 22 canais, sendo 2 canais a serem implantados como mecanismo de controle de alagamento nas áreas críticas identificadas, e os demais canais a serem construídos em caráter preventivo, concebidos como mecanismo de desvio, de maneira ordenada, das águas provenientes de partes altas do terreno para áreas baixas.

Para que as ações estruturais propostas sejam implantadas, também se previu atividades do planejamento técnico. Tais atividades compreendem projetos de engenharia, estudos técnicos, análises de viabilidade, cadastros técnicos, levantamentos topográficos, dentre outras. A **Tabela 12** apresenta a relação das referidas ações estruturais, seus prazos e as respectivas estimativas de investimento.

Tabela 12 – Ações estruturais previstas no Pemapes para Jequié

Ação	Prazo	Estimativa de investimento (R$)
Ampliação da infraestrutura	Curto	18.217.200
	Médio	24.410.400
	Longo	214.572.700
Projeto de macro e microdrenagem	Curto	976.400
	Médio	673.300
	Longo	3.862.300
Estudos e projetos de manejo sustentável	Curto	97.200
Total		**262.809.500**

Fonte: Pemapes, 2011.

As ações não estruturais ou estruturantes são medidas voltadas à política, à gestão e ao planejamento dos serviços públicos de saneamento básico relacionados ao uso e ocupação do solo na área de estudo. As ações e atividades propostas para Jequié estão inseridas no Programa de Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, Programa de Esgotamento Sanitário, Drenagem e Manejo de Águas Pluviais, e Programa de Modernização Institucional e Reestruturação dos Instrumentos de Gestão. Dessa forma, está previsto um investimento de R$ 7.257.300,00, distribuídos entre curto, médio e longo prazo, conforme detalhado no **Quadro 6.**

Quadro 6 – Ações estruturantes previstas no Pemapes para Jequié

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Ação	Atividade	Prazo	Investimento (R$)
Elaboração de instrumentos normativos	Consolidação da base normativa municipal para manejo das águas pluviais e drenagem urbana	Curto	100.600
	Detalhamento dos planos municipais de saneamento básico	Curto	752.000
Elaboração da Política de Saneamento	Acompanhamento da Implementação dos planos de saneamento básico e articulação dos mesmos com outros planos setoriais afins	Curto	161.100
Fortalecimento Institucional e administração local	Fortalecimento Ou Reestruturação Administrativa local para a gestão das águas urbanas	Curto	19.500
	Estruturação de unidade municipal/regional para apoio técnico operacional aos serviços de saneamento	Curto	1.166.000
		Médio	1.166.000
		Longo	3.498.000
	Criação da comissão e/ou aperfeiçoamento doa mecanismos de defesa civil	Médio	7.900
Mobilização social e educação ambiental	Ações de educação ambiental e mobilização social voltadas para saneamento	Curto	224.100
Controle dos alagamentos urbanos	Novas práticas de manejo das águas urbanas	Curto	1.500
Controle dos alagamentos urbanos	Cadastramento dos dispositivos e infraestrutura de drenagem e esgotamento sanitário	Curto	160.600
		Total	**7.257.300**

Fonte: Pemapes, 2011.

No que concerne ao licenciamento para loteamentos, segundo o Pemapes (2011), para a liberação de empreendimentos, o poder público municipal exige o licenciamento ambiental. De acordo com o Código de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo e de Obras e Edificações, instituído através da Lei Complementar nº 002/2007, para o licenciamento de loteamentos, desmembramentos, condomínios urbanísticos e suas variantes, e implantação de infraestrutura básica e complementar, serão exigidos, dentre outros, projeto de sistema de coleta, tratamento e despejo de águas servidas, projeto executivo do sistema de escoamento de águas pluviais e projeto executivo de guias e sarjetas. É exigida ainda a implantação de dispositivos de drenagem de águas pluviais quando se pavimenta uma via. A Secretaria de Infraestrutura informou que realiza visitas diariamente com o objetivo de fiscalizar o uso e ocupação do solo.

Outro instrumento importante que se relaciona com a drenagem e manejo de águas pluviais é o Código de Meio Ambiente e Disciplina de Posturas, que foi instituído em Jequié por meio da Lei Complementar nº 003/2007. De acordo com a referida lei, atividades que exerçam influência sobre os recursos hídricos deverão se adequar aos planos, projetos e

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

políticas estaduais estabelecidos para a Bacia do Rio das Contas. Ressalta-se também que o município deverá manter um cadastro com mapeamento e qualidade de todos os recursos hídricos do seu território. Em relação à prevenção de erosões, o Código de Meio Ambiente cita, dentre outras questões, que a execução de obras em terrenos erodidos ou suscetíveis à erosão está sujeita à licença ambiental, devendo apresentar o Plano de Recuperação da Área Degradada, e que o parcelamento do solo em áreas com declividades iguais ou superiores a 15% somente será admitido em caráter excepcional e atendendo exigências específicas, como por exemplo, medidas de prevenção e proteção contra erosão.

3.2.5.1 Caracterização do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais

O Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SNIS) iniciou a coleta de dados sobre a componente de drenagem urbana no ano de 2015. Os indicadores produzidos a partir destas informações são referência para a comparação de desempenho da prestação dos serviços e para o acompanhamento da evolução do saneamento básico no Brasil. A seguir são apresentados dados fornecidos pelo município de Jequié nos anos de 2017, 2018 e 2019 referente ao diagnóstico de manejo de águas pluviais.

De acordo com as pesquisas de 2017 e 2018, a área urbana total no município, incluindo áreas urbanas isoladas era de aproximadamente 681 km^2, já em 2019 foi declarada como 78,65 km^2. Utilizando o Google Earth foi possível estimar uma área urbana total aproximada de 52 km^2, o que resultaria em uma parcela de área urbana de aproximadamente 2% em relação à área total. A área urbanizada no município é muito pequena em relação à sua área total, principalmente quando considerados os índices de área urbana nacional e estadual que são de 12,84% e 13,30%, respectivamente. Dessa forma, considera-se que as informações apresentadas em 2017 e 2018 não condizem com a realidade. Por conta disso, a densidade demográfica na área urbana também apresentou divergências. Outro dado com inconsistência é a quantidade de unidades edificadas urbanas que mostra um crescimento de mais de 10 mil unidades entre os anos de 2018 e 2019.

A. Microdrenagem

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

De acordo com o PEMAPES (2011), 38% das vias urbanas na sede municipal de Jequié eram pavimentadas. Esse índice se elevou ao longo dos anos, e em 2018, o município declarou no SNIS o índice de pavimentação de aproximadamente 54%.

O caimento das vias em direção às sarjetas, localizadas nas bordas, é bem definido, porém suave. Mesmo em dias sem chuva, é possível perceber escoamento sobre as sarjetas ao longo do meio fio, o que indica lançamento inadequado de esgoto doméstico, provavelmente águas cinzas (PEMAPES, 2011).

Com relação ao estado de conservação dos dispositivos de coleta e transporte de águas pluviais, o estudo do Pemapes (2011) indica que os dispositivos se encontram em estado de conservação classificado como médio, conforme pode-se visualizar no **Quadro 7.**

Quadro 7 – Estado de conservação dos dispositivos de microdrenagem

Tipo de dispositivo	Estado de conservação
Caixa coletora com grelha	Médio
Caixa coletora com abertura na guia	Médio
Galerias enterradas	Médio
Poços de visita	Médio
Valetas	Médio

Fonte: Pemapes, 2011.

Conforme apresentado no item 8.3.3, o município respondeu à pesquisa sobre o Diagnóstico da Drenagem de Águas Pluviais no SNIS nos anos anteriores. Em 2018, o município apresentou a quantidade de 169 bocas de lobo e 41 bocas de leão ou bocas de lobo múltiplas. Já em 2019, os números foram de 1.236 e 456, respectivamente. De acordo com técnicos da Secretaria Municipal de Infraestrutura, a quantidade de dispositivos existentes é superior à quantidade informada em 2018, no entanto, afirmam não ser possível confirmar os dados de 2019.

Na visita de campo, em setembro de 2020, foram identificadas caixas coletoras com grelha ou de guia para coleta de água pluvial, as quais direcionam o escoamento da superfície para as galerias de drenagem, barrando sedimentos e resíduos grandes. Foram identificadas ainda algumas bocas de lobo de guia. Observou-se que não há uniformidade nos dispositivos existentes, visto que a implantação dos mesmos não ocorreu de forma não planejada.

No entorno de diversas bocas de lobo, foi observada a obstrução por resíduos sólidos e crescimento de vegetação, e ainda grelhas e/ou estruturas danificadas, evidenciando

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

assim a necessidade de melhorias na manutenção e limpeza dos dispositivos. A **Figura 25** mostra a condição de algumas caixas coletoras observadas na sede municipal de Jequié. Ressalta-se que todos esses pontos apresentam problemas com drenagem insuficiente das águas pluviais, ocasionando episódios de empoçamento/alagamentos.

Figura 25 – Caixas coletoras na sede municipal



a) Rua Um, Bairro Jequiezinho



b) Rua Um, Bairro Jequiezinho



c) Residencial Mandacaru II



d) Residencial Vida Jequié

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F





e) Rua Galícia, Mandacaru f) Av. Lomanto Júnior

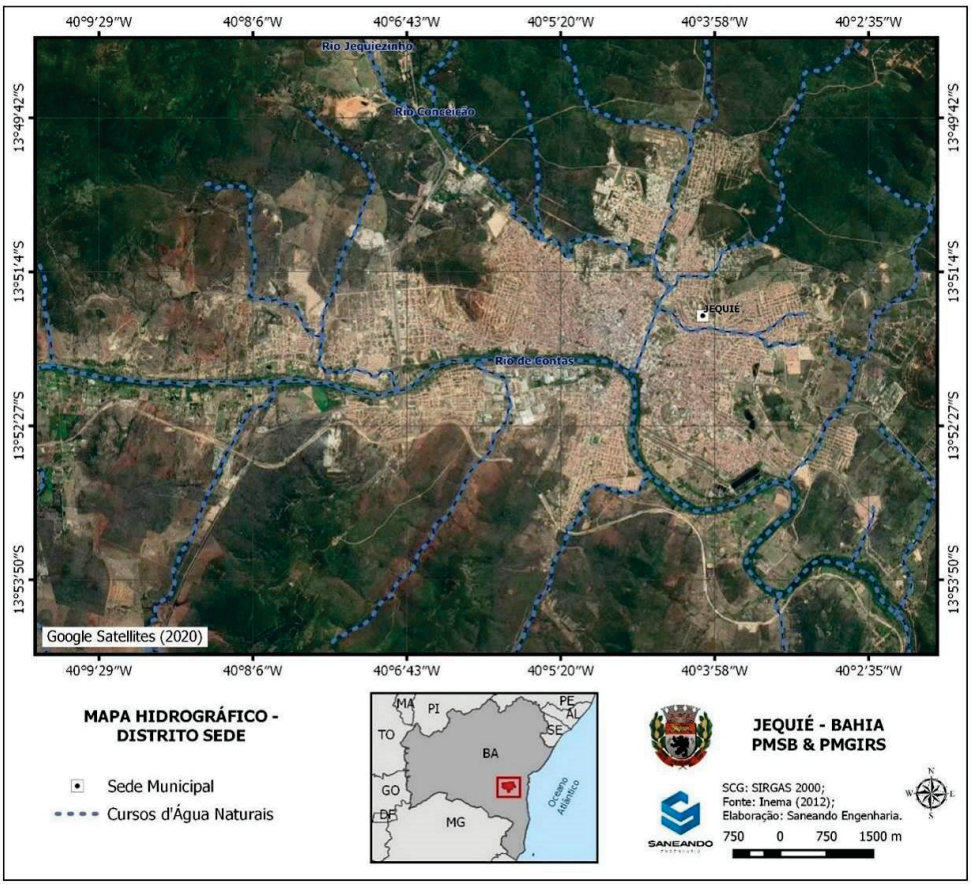
Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

B. Macrodrenagem e Fundos de Vale

Na sede municipal de Jequié a macrodrenagem é favorecida pela presença de fundos de vales, como o Rio Jequiezinho e o Rio das Contas, além de outros córregos. A **Figura 26** apresenta os cursos d'água na sede municipal.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 26 - Mapa hidrográfico da sede municipal



Fonte: adaptado de INEMA, 2012.

Além dos cursos d'água naturais, de acordo com visitas técnicas e informações fornecidas pelo PEMAPES (2011), foi possível estimar que a sede municipal possui cerca de 10 km de extensão de canais de macrodrenagem construídos.

O Pemapes (2011) avaliou o potencial de fragilidade das estruturas de macrodrenagem, considerando fatores como: o tipo de estruturas hidráulicas existentes, a ocorrência ou não de obstruções e contrações, a presença de assoreamento e lixo, a convivência com esgotos brutos, o estado de conservação e outros. Nota-se que a predominância de estruturas cobertas, a presença de esgotamento sanitário em todas as galerias e o risco apresentado ao corpo receptor são os fatores de maior fragilidade.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Na sede municipal de Jequié também foram identificadas lagoas que funcionam como bacias de detenção, ou seja, áreas que armazenam águas de chuvas e amortecem as vazões, reduzindo os riscos de alagamento, sendo estas áreas: Lagoa do Derba e Lagoas do Parque de Exposição. A seguir são apresentadas as condições dos dispositivos de macrodrenagem na sede municipal.

3.2.5.2 Verificação da separação entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário

Na sede municipal de Jequié existe um sistema de esgotamento sanitário do tipo separador para condução das contribuições sanitárias. Como apresentado no Capítulo Esgotamento Sanitário, durante a visita técnica foi possível observar o lançamento de esgotos nos corpos hídricos e nos canais de drenagem construídos.

De acordo com a Secretaria de Infraestrutura, não existe ações voltadas para fiscalização de ligações clandestinas por parte desse órgão, no entanto, durante a manutenção das estruturas de drenagem quando identificadas as ligações clandestinas, os técnicos da secretaria acionam a Embasa.

O PEMAPES (2011) ressaltou a existência de pontos de captação de esgotos em tempo seco na rede de drenagem no bairro Jequiezinho, de estruturas de drenagem que despejam águas pluviais com contribuições de esgotos sanitários nos corpos hídricos, e lançamento direto de esgotos sanitários no corpo receptor.

3.2.5.3 Identificação de lacunas no atendimento pelo Poder Público

No Município de Jequié foram identificados alguns problemas relativos à prestação dos serviços de drenagem por parte do poder público local, como descrito no **Quadro 8.**

Quadro 8 - Problemas relativos à prestação de serviços de drenagem em Jequié/BA

PROBLEMAS	Sede Municipal	Distritos	Zona Rural
Ausência de setor/departamento específico para drenagem urbana e manejo de águas pluviais	Aplica-se a toda área municipal		
Ausência de cursos de capacitação para a equipe responsável pela execução dos serviços de drenagem urbana	Aplica-se a toda área municipal		

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

PROBLEMAS	Sede Municipal	Distritos	Zona Rural
Inexistência de canal de comunicação para a população realizar solicitações ou denúncias	Aplica-se a toda área municipal		
Transporte de esgotos nos sistemas de macro e microdrenagem, causando poluição dos mananciais	Existentes nos canais de macrodrenagem construídos e naturais	Existe lançamento de esgotos nos canais naturais de macrodrenagem	Existe lançamento de esgotos nos canais naturais de macrodrenagem
Disposição inadequada de resíduos sólidos em terrenos próximos às vias, em canais de macrodrenagem construídos e nas margens dos cursos d'água de deságue, incluindo descarte inadequado de entulho.	Existente em todos os canais de macrodrenagem construídos e no Rio Jequiezinho e Rio das Contas	Lançamento de resíduos sólidos nos canais de macrodrenagem naturais distritos Itajuru e Oriente Novo	Lançamento de resíduos sólidos nos canais de macrodrenagem naturais nas localidades rurais
Existência de pontos com inexistência ou insuficiência dos dispositivos de drenagem que resultam na ocorrência de enxurradas e inundações em função do nível de ocupação da bacia contribuinte;	Diversos pontos em que o sistema de drenagem existente não suporta o volume de água necessário no Centro	Não se aplica	Não se aplica
Insuficiência ou falta de manutenção periódica, particularmente nos sistemas de macro e microdrenagem com vistas a evitar problemas.	Manutenção insuficiente em praticamente todas as estruturas de drenagem	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

3.2.5.4 Identificação dos principais problemas relacionados ao serviço de manejo de águas pluviais

Na maioria dos casos, são as áreas urbanas que apresentam situações críticas de drenagem, onde o sistema não se mostra adequado ou mesmo não existe, culminando na ocorrência de alagamentos e outros transtornos típicos (inundação, deslizamentos de terra) de serem observados nas épocas em que acontecem as chuvas, principalmente as de maior intensidade.

A forma desordenada como vem ocorrendo o crescimento urbano no Brasil, sem considerar as características naturais do meio, muitas vezes aliado à falta de infraestrutura, vem ocasionando inúmeros impactos negativos para a qualidade do meio urbano.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Apesar de atingirem o ambiente como um todo, esses impactos se refletem de maneira acentuada nas áreas urbanas de fundo de vale. Isto porque estas regiões possuem características ambientais importantes, tendo influência direta, sob vários aspectos, nos recursos hídricos que cortam as cidades e o seu entorno. A ocupação antrópica inadequada dessas áreas gera uma cadeia de impactos ambientais, que passa pela impermeabilização do solo, alterações na topografia, erosão das margens e assoreamento dos cursos d'água, perda das matas ciliares, diminuição da biodiversidade, aumento do escoamento superficial, entre outros.

Segundo o Pemapes (2011) os fatores que caracterizam uma área crítica buscam retratar suas principais particularidades. Sendo assim, identificou-se os transtornos urbanos decorrentes dos problemas verificados e a magnitude destes mesmos impactos, analisando o grau de dificuldade envolvido na resolução do problema, no que diz respeito à sua natureza e a complexidade da área afetada; a existência de projetos de engenharia; a possibilidade de amortecimento; a recorrência dos problemas; e as interferências locais, como população afetada, interrupção no trânsito e no fluxo de pessoas. Alguns problemas relacionados ao serviço de drenagem e manejo de águas pluviais identificadas durante visita técnica foram: vias públicas com declividade acentuada, pavimentação ausente ou danificada nas vias públicas, ausência de cobertura ou pontos de estrangulamento do sistema de drenagem, existência de pontos obstruídos na infraestrutura de drenagem pela disposição inadequada de resíduos sólidos, dispositivos de drenagem danificados, lançamentos clandestino de esgotos sanitários na rede de drenagem de águas pluviais e pontos críticos de alagamento.

3.2.5.5 Caracterização das áreas de risco de enchentes, inundações, escorregamentos

O crescimento acelerado e desordenado das cidades aliado à ausência de planejamento urbano, técnicas de construção inadequadas, e ausência de educação básica sanitária e ambiental, tem sido os potencializadores de situações de risco, que se efetivam em desastres por ocasião de eventos naturais, nos grandes e pequenos núcleos urbanos (CPRM, 2015).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Ocupação de encostas sem nenhum critério técnico ou planejamento bem como a ocupação das planícies de inundação dos principais cursos d'água que cortam a grande maioria dos municípios brasileiros tem sido os principais causadores de mortes e das grandes perdas materiais atribuídas a fatores naturais (CPRM, 2015).

As cheias e inundações se enquadram enquanto fenômenos naturais, porém, muitas vezes sua ocorrência está relacionada sobretudo com as ocupações irregulares. Áreas inundáveis possuem a função natural de acumular temporariamente águas pluviais, funcionam como áreas reguladoras das águas correntes, atuam na vazão do amortecimento de cheias e reduzem os riscos de inundações. Uma das principais causas da transformação desses fenômenos em um problema para as populações, se deve ao fato de o processo de urbanização ser feito, geralmente, de forma desordenada, ocupando inclusive áreas naturalmente inundáveis (CPRM, 2015).

A impermeabilização do solo causada pela ocupação antrópica, através dos processos de urbanização, além de aumentar o escoamento superficial, impede que essas áreas exerçam sua função de reter parte da água das chuvas e enchentes, descarregando-as lentamente para o curso principal e infiltrando parte para recarga dos mananciais subterrâneos (CPRM, 2015).

A falta de planejamento e de políticas públicas, destinadas a proporcionar moradia digna a todas as pessoas, assim como a ausência de uma estrutura administrativa eficiente de fiscalização, permitem a ocupação das margens de rios e lagoas sobretudo em áreas urbanas. As construções sobre áreas de preservação permanente defrontam-se com a ameaça de degradação dos recursos hídricos, e representam um conflito socioambiental que envolve a preservação do ambiente, a exploração econômica da propriedade privada e o direito à moradia (VARGAS, 2008).

Na história de Jequié, destaca-se uma grande cheia do Rio das Contas ocorrida no ano de 1914 (**Figura 27**). A enchente causou destruição em praticamente todo núcleo central da cidade, o que levou à reconstrução dessa área. Depois da enchente, iniciaram-se discussões sobre o desenvolvimento da cidade nas partes mais altas, surgindo também um agrupamento populacional em uma área com relevo de menor ondulação, que atualmente é o Bairro Jequiezinho (MARCELO, 2020; IBGE, 2021). Ressalta-se que em

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

1968 foi construído o reservatório da UHE Pedra, que atenua os efeitos das cheias no Rio das Contas a jusante da sede municipal de Jequié.

Figura 27 - Cheia do Rio das Contas em Jequié - 1914



(a) Praça da Bandeira (b) Av. Lomanto Júnior e Rua Florestal

Fonte: Memórias de Jequié, 2014.

Para analisar os eventos de desastres naturais incidentes sobre Jequié foram levantados dados em diferentes fontes, buscando obter um maior período de análise, de 1991 a 2021. Considerando o Diário Oficial do Município de Jequié, foram publicados três decretos de emergência no período de 2014 a 2021, todas caracterizadas como Estiagem, sendo que um decreto foi revogado.

Os dados registrados no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), de 2013 a 2020, revelam que foram registrados desastres do tipo alagamentos, enxurradas e estiagens no município de Jequié. Foram registradas situações de alagamentos em 2013 e 2018, enxurradas em 2018, e estiagens nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2021. Ressalta-se que as enxurradas em 2017 ocasionaram danos em 80 obras de infraestrutura pública e destruição em outros duas obras, além de deixar 23 desabrigados e 09 desalojados. Em 2013, os alagamentos deixaram 75 pessoas desabrigadas e 360 desalojadas, sendo 15 habitações danificadas e 23 destruídas. Já os alagamentos registrados em 2018 afetaram 30 pessoas, e ocasionaram danos em 39 habitações e 30 obras de infraestrutura, além da destruição de 06 habitações e 12 obras. Os danos registrados em situações de desastre são apresentados no **Quadro 9.**

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 9 – Danos registrados em situações de desastre

Registro	Desastre	Desabrigados	Desalojados	Outros Afetados	Unidades Habitacionais Danificadas	Unidades Habitacionais Destruídas	Instalações públicas de saúde Danificadas	Instalações públicas de ensino Danificadas	Instalações públicas prestadoras de outros serviços Danificadas	Instalações públicas de uso comunitário Danificadas	Obras de infra-estrutura pública Danificadas	Obras de infra-estrutura pública Destruídas
Abr/2017	Enxurradas	23	9	0	3	5	0	2	1	0	80	2
Fev/2013	Alagamentos	75	360	0	15	23	3	2	2	16	8	10
Dez/2018		6	9	30	39	6	0	0	0	0	30	12
Abr/2013	Estiagem	0	0	6.800	0	0	0	0	0	0	0	0
Ago/2014		0	0	12.469	0	0	0	0	0	0	0	0
Dez/2015		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mar/2021		0	0	2.000	600	0	0	0	0	0	0	0
Abr/2021		0	0	15.000	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema Integrado de Informações sobre Desastres-S2iD, 2021.

O Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, de 1991 a 2012, elaborado pela Universidade Federal de Santa Catarina, também apresenta registros de desastres em todo o Brasil. De acordo com esse documento, ocorreram 09 eventos de desastres naturais em Jequié nesse período, a saber: estiagens e secas nos anos de 1993, 1995 (02 eventos), 2001, 2008, 2009 e 2012; e enxurradas em 1993 e 2001. O quadro abaixo apresenta a síntese, em ordem cronológica, dos eventos registrados no município de acordo com as fontes supracitadas.

Quadro 10 – Desastres naturais registrados em Jequié

Ano	Evento	Fonte
1993	Estiagem e Enxurradas	Atlas Brasileiro de Desastres naturais
1995	Estiagem	Atlas Brasileiro de Desastres naturais
2001	Estiagem e Enxurradas	Atlas Brasileiro de Desastres naturais
2008	Estiagem	Atlas Brasileiro de Desastres naturais
2009	Estiagem	Atlas Brasileiro de Desastres naturais
2012	Estiagem	Atlas Brasileiro de Desastres naturais

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Ano	Evento	Fonte
2013	Estiagem e Alagamentos	Sistema Integrado de Informações sobre Desastres
2014	Estiagem	Sistema Integrado de Informações sobre Desastres Diário Oficial do Município de Jequié
2015	Estiagem	Sistema Integrado de Informações sobre Desastres
2017	Enxurradas	Sistema Integrado de Informações sobre Desastres
2018	Alagamentos	Sistema Integrado de Informações sobre Desastres
2021	Estiagem	Sistema Integrado de Informações sobre Desastres Diário Oficial do Município de Jequié

Fonte: Jequié, 2021; Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, 2021; S2iD, 2021.

A **Figura 28** mostra enxurradas/alagamentos ocorridos no ano de 2017 no município. Nesse episódio, diversas ruas ficaram alagadas; canais, galerias e bocas de lobo foram obstruídas, e pavimentos e calçadas foram danificados. Alguns locais atingidos foram Cachoeirinha, Inocoop e Residencial Vida Jequié (Jequié, 2017).

Figura 28 - Enxurradas em Jequié (2017)

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F













Fonte: G1, 2017; Jequié Repórter, 2017; SECOM-Jequié, 2017.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

De acordo com o Pemapes (2011), as inundações ribeirinhas podem ser encontradas, somente, nas localidades situadas em margem de rios, uma vez que se trata do avanço das águas de um curso hídrico em época de cheias, ocupando terrenos que, nos períodos de estiagem, não se encontram submersos. Na maioria das vezes a ocupação inadequada destes terrenos é a causa destas inundações. Uma observação importante quanto as inundações ribeirinhas é que elas podem ocorrer mesmo que não esteja acontecendo chuvas fortes na localidade, mas sim em áreas à montante, ao longo da bacia de contribuição do rio. O levantamento realizado durante a elaboração do Pemapes (2011) não registrou a ocorrência de inundações nas áreas ribeirinhas em Jequié no período de 2006 a 2011. O Pemapes (2011) mapeou seis áreas críticas na sede municipal de Jequié, devido à ocorrência de alagamentos.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), entre 2013 e 2016, coordenou o processo de elaboração do Plano Nacional de Adaptação à Mudanças do Clima (PNA). Devido à necessidade de aprofundar esse estudo, o MMA promoveu discussões com o Ministério da Integração Nacional e, juntos com outras instituições, desenvolveram em 2017 um estudo que gerou Índices de Vulnerabilidade aos Desastres Naturais relacionado às Secas no Contexto da Mudança do Clima (IVDNS). O IVDNS é baseado na comparação dos dados de projeções futuras comparados com os padrões observados no período de 1961 a 1990 em todos os municípios brasileiros. O valor desse índice varia de 0,00 a 1,00, sendo que quanto maior for o valor, maior é a vulnerabilidade daquela determinada localidade. A classificação vai de muito baixa a muito alta, de acordo com a escala mostrada na **Figura 29.**

Figura 29 - Classificação de Vulnerabilidade para IVDNS

Classificação da Vulnerabilidade	
	Muito Alta
	Alta
	Moderadamente Alta
	Moderada
	Moderadamente Baixa
	Baixa
	Muito Baixa

Fonte: Brasil, 2017.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Os índices foram calculados a partir de quatro diferentes modelagens, cenários e períodos: HadGem 4.5, HadGEM 8.5, MIROC 4.5 e MIROC 8.5, conforme apresentado na **Tabela 13.**

Tabela 13 - Índice de vulnerabilidade aos desastres naturais relacionado às secas (IVDNS) – Jequié/BA

Município	IVDNS HadGEM 4.5	IVDNS HadGEM 8.5	IVDNS MIROC 4.5	IVDNS MIROC 8.5
Jequié (BA)	0,399	0,223	0,317	0,413

Fonte: Brasil, 2017.

Os índices calculados para Jequié, descritos acima, revelam que na modelagem MIROC 4.5 o município apresenta vulnerabilidade "baixa", na modelagem HadGEM 8.5 "muito baixa", porquanto nas modelagens HadGEM 4.5 e MIROC 8.5 apresentam-se níveis moderados de vulnerabilidade. A média entre os quatro valores é 0,388, caracterizando a vulnerabilidade do munícipio como baixa para IVDNS.

3.2.6 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Segundo a definição da Lei Nacional nº 11.445/2007, bem como suas complementações e alterações trazidas pela Lei Nacional nº 14.026/2020 o serviço de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana é constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana.

De acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Lei nº 12.932/2014 que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, os resíduos sólidos podem ser classificados quanto à sua origem (resíduos sólidos domiciliares, de limpeza urbana, industriais, de serviços de saúde, da construção civil, etc) e quanto à sua periculosidade.

A seguir será apresentada a caracterização mais detalhada dos resíduos sólidos domiciliares e de limpeza urbana gerados no município de Jequié, os demais serão abordados de forma mais sucinta.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

3.2.6.1 Descrição da situação do manejo de resíduos sólidos gerados no município

De acordo com a Lei Nacional nº 12.305/2010, os resíduos sólidos consistem no material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final ocorre nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água.

A gestão dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no município de Jequié são de responsabilidade compartilhada, sendo a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) responsável pelo planejamento e fiscalização do gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde (RSS) oriundos das unidades públicas de saúde realizado por empresa contratada e a Divisão de Limpeza Urbana ligada a Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP), responsável pelas demais tipologias.

Esta última é responsável pela coleta e transporte de resíduos da construção civil (RCC) (estimado em 50%), volumosos (estimado em 50%), remoção de animais mortos e serviços congêneres. Além destas atividades, a secretaria delegou a execução dos serviços de coleta, transporte e destinação dos resíduos domiciliares, comerciais, industriais e RRC (estimado em 50%), bem como, a execução do serviços de varrição de vias e logradouros à empresa Locar Saneamento Ambiental Ltda. No que se refere a operacionalização da unidade de disposição final, a SESP contratou a Empresa de Engenharia Sanitária e Construções Ltda (EMPESA) para a prestação do serviço.

A Secretaria de Saúde, por sua vez, delega a execução da coleta, transporte, tratamento dos RSS e disposição final ambientalmente adequada à empresa TRRR Saneamento e Gestão Ambiental Ltda. É importante ressaltar que, os contratos firmados entre a Administração Municipal e as empresas contratadas foram solicitados, mas nenhuma das partes forneceu até a consolidação deste documento.

De acordo com o Secretário de Serviços Públicos, 34 funcionários estão diretamente envolvidos com as atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, trabalhando 8 horas por dia. Desse total, 31 trabalham na operação e manutenção da sede e localidades e, 03 no apoio administrativo.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

De acordo com a Administração Municipal, os funcionários que desempenham atividades administrativas são contratados como cargos comissionados e os operacionais através de processo seletivo na modalidade concurso. O órgão não realiza atividades de capacitação ou treinamento para os funcionários do serviço de limpeza pública, nem concede benefícios sociais aos funcionários. Os canais de comunicação com a sociedade, que permitem o registro de solicitações e reclamações, são inexistentes. Quando querem fazer uma solicitação ou reclamação se dirigem diretamente às instalações da secretaria. Também não são realizadas atividades, programas ou reuniões que permitam a realização do controle social no que tange aos serviços de limpeza urbana.

3.2.6.2 Descrição do Manejo dos Resíduos Sólidos Urbanos

Os Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO) são definidos pela Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, como sendo "os originários de atividades domésticas em residências urbanas". São popularmente conhecidos como o lixo doméstico ou residencial. Esses resíduos normalmente são compostos por papel, papelão, plásticos, vidro, restos de alimentos, metais, dentre outros.

Os resíduos sólidos gerados precisam ser adequadamente acondicionados antes de serem submetidos ao serviço de coleta. Assim sendo, o acondicionamento dos resíduos sólidos significa prepará-los para a coleta de forma sanitariamente adequada, de maneira compatível com o tipo e com a quantidade de resíduos sólidos (IBAM, 2001).

Ainda de acordo com o Ibam (2001) qualidade da operação de coleta e transporte de resíduos sólidos depende da forma adequada do seu acondicionamento, armazenamento e da disposição dos recipientes no local, dia e horários estabelecidos pelo órgão de limpeza urbana para a coleta.

A execução adequada desta etapa possibilita evitar que os resíduos sejam espalhados até serem coletados, contribui para otimizar a operação do serviço, e evita riscos à saúde e à segurança dos profissionais e cidadãos, bem como a presença de vetores.

De acordo com informações disponibilizadas pela Secretaria de Serviços Públicos e a percepção obtida durante a visita técnica realizada no município em setembro de 2020, o acondicionamento de resíduos sólidos domiciliares e comerciais acontecem de forma

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

variada em Jequié. Normalmente, são utilizadas sacolas plásticas de supermercado, caixas de papelão, lixeiras suspensas, tambores metálicos, baldes de plástico e de PEAD.

De acordo com a Secretaria de Serviços Públicos, na sede do município de Jequié o serviço de coleta de resíduos é realizado 06 (seis) vezes na semana, de segunda a sábado, de forma direta, ou seja, recolhe os resíduos na porta das residências, não existindo, portanto, coletores centrais. Aos domingos e feriados, o serviço também é prestado na região do Centro da sede municipal, em feiras livres, locais com aglomerações e eventos.

Ainda segundo informações da Secretaria de Serviços Públicos, além da sede municipal, a coleta é realizada nas sedes distritais de Florestal, Oriente Novo, Monte Branco, Itajuru, Boaçu, Baixão e Itaibó; bem como nas localidades de Barra Avenida, Santa Rita, Barragem da Pedra, Fazenda Velha; e nos Assentamentos Santa Cruz, São Judas Tadeu e Flor da Terra, conforme disposto na **Tabela 14** e ilustrado na **Figura 30.**

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

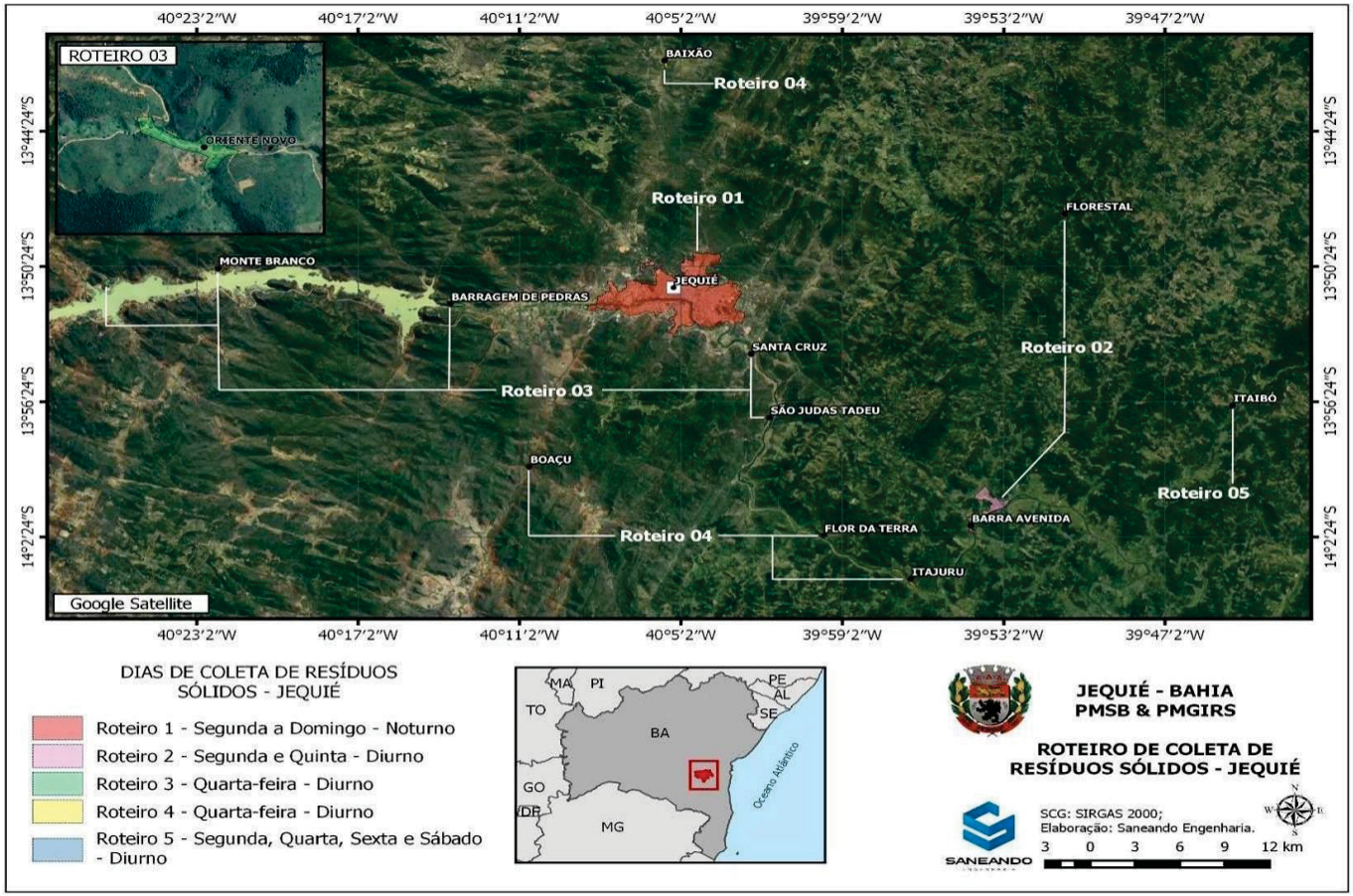
Tabela 14 – Roteiro de Coleta dos resíduos sólidos urbanos do município de Jequié/BA

Roteiro	Itinerário	Equipamento	Nº. De Viagens	Dias De Coleta	Tipos De Resíduos Coletados	Turno
ROTEIRO 1	Sede	8 caminhões compactadores	2 viagens por veículo	Segunda - feira	Domiciliar e comercial.	Noturno
				Terça - feira		
				Quarta - feira		
				Quinta - feira		
				Sexta - feira		
				Sábado	Domiciliar, comercial e resíduos de Feira Livre.	Diurno
				Domingo	Resíduos de Feira Livre.	
ROTEIRO 2	Florestal e Barra Avenida.	1 caminhão compactador		Segundas e quintas-feiras	Domiciliar e comercial.	
ROTEIRO 3	Oriente Novo, Monte Branco, Santa Rita, Barragem da Pedra, Fazenda Velha, Assentamentos Santa Cruz e São Judas Tadeu.	1 caminhão compactador		Quinta-feira	Domiciliar e comercial.	
ROTEIRO 4	Itajuru, Assentamento Flor da Terra, Boaçu e Baixão.	1 caminhão compactador	1 viagem por veículo	Quarta-feira	Domiciliar e comercial.	
ROTEIRO 5	Itaibó	1 caminhão com carroceria de madeira	1 viagem por veículo (carro atende a localidade exclusivamente)	Segunda, quarta, sexta e sábado	Domiciliar e comercial.	

Fonte: Administração Municipal de Jequié, 2020.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 30 - Roteiro de coleta de resíduos sólidos praticados no município de Jequié/BA



Fonte: Elaborado pela Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

A queima de RDO também é uma prática comum em todas as localidades, ainda que seja realizada a apenas uma parte dos resíduos, como papel e papelão. Os demais materiais, nas localidades com coleta, são armazenando até o dia que acontece o recolhimento. A **Figura 31** mostra um exemplo da queima de resíduos no Distrito de Barra Avenida no local utilizado pela população para descarte dos resíduo até o dia da coleta pela Locar e na **Figura 32** é possível observer a queima de resíduos em frente a um domicílio no Distrito de Monte Branco. Durante o Evento Setorial, restou evidenciado que o Poder Público Municipal não realiza a coleta na localidade, em discordância com o informado pela Gestão Municipal.

Figura 31 – Queima de resíduos sólidos no Distrito de Barra Avenida



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

Figura 32 – Queima de resíduos sólidos no Distrito de Monte Branco



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Na **Figura 33** observa-se serviço de coleta convencional com caminhão compactador e na **Figura 34** é possível observar coletor realizando a coleta com carinho de mão em locais de difícil acesso para o caminhão basculante.

Figura 33 - Realização da coleta de resíduos domiciliares na sede municipal



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

Figura 34 - Coleta com carrinho de mão pelo coletor em área de difícil acesso pelo caminhão



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020

3.2.6.3 Tratamento, destinação e disposição final

A Lei Nacional nº 12.305/2010, prevê que os titulares adotem medidas adequadas de destinação para os resíduos e de disposição final de rejeitos.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

De acordo com o artigo 3º, inciso VII, a destinação final ambientalmente adequada inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes, entre elas a disposição final. A disposição final ambientalmente adequada, por sua vez, consiste na distribuição ordenada de rejeitos em aterros, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos (artigo 3º, inciso VIII).

No município de Jequié é realizado o controle da geração dos resíduos sólidos produzidos por meio de balança existente no aterro sanitário. De acordo com a Secretaria de Serviços Públicos são dispostos diariamente no aterro 102,83 toneladas de resíduos domiciliares coletados em Jequié, o correspondente a uma coleta mensal de 3.187,76t.

Pelo fato de terem sido identificados diversos pontos temporários de descarte irregular de resíduos sólidos, percebe-se que existe uma necessidade da melhoria do serviço, orientando a população quanto à forma de disposição dos resíduos, bem como, sobre os horários de coleta, principalmente nas zonas periféricas do município.

A disposição final dos resíduos domiciliares é feita no ASC de Jequié, situado nas coordenadas UTM 378.971 m S de longitude e 8.471.277 m E de latitude, fuso 24 e zona L.

3.2.6.4 Identificação de Iniciativas Relevantes e Programas Especiais

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nacional nº 12.305/2010), a coleta seletiva pode ser definida como a coleta de resíduos sólidos previamente separados de acordo com a sua constituição e composição.

O Art. 9º da PNRS estabelece como ordem de prioridade para os resíduos sólidos: a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e por fim a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, ou seja, aqueles resíduos contaminados (papel higiênico, fraldas descartáveis, absorventes íntimos) ou que ainda não existe tecnologia de reciclagem.

No município de Jequié, durante visita realizada no município em 2020, não foram identificadas iniciativas de reutilização de resíduos. De acordo com Cardoso e Souza (2020), duas praças em Jequié, a Praça da Amizade (Urbis I - Bairro Jequiezinho) (**Figura 35**) e a Praça do Amor (Loteamento Vicente Grilo - Bairro Jequiezinho) (vide **Figura 36**),

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

abandonadas pelo Poder Público, foram revitalizadas pelos próprios moradores. Os moradores com o apoio da bióloga Cíntia Soares criaram a Associação Amigos da Praça (AAP) em 2014, composta por 21 famílias, o objetivo da associação foi o de adotar e cuidar de uma praça, onde cada morador oferece sua parcela de contribuição. De acordo com as autoras, a revitalização das praças pela comunidade, além de proporcionar uma maior interação e lazer para crianças, jovens e adultos, oferece uma educação ambiental voltada a reutilização de recicláveis.

Figura 35 - Praça da Amizade localizada no Urbis I em Jequié/BA



Fonte: Cardoso e Souza, 2020.

Figura 36 - Praça do Amor no Loteamento Vicente Grilo em Jequié/BA



Fonte: Cardoso e Souza, 2020

No Município de Jequié não há um programa institucional de coleta seletiva. O que existe é uma parceria firmada em 2018, entre a Prefeitura de Jequié, por meio da Secretaria de Educação, a Organização Não Governamental "Noolhar" de Belém-PA, juntamente com a

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

TetraPak, onde é executado o "Projeto de Coleta Seletiva nas Escolas". Por meio do programa, foram realizadas oficinas para implantação e execução do projeto, bem como, instalados Pontos de Entrega Voluntária de Resíduos (PEVs) em 09 (nove) instituições de ensino municipais e em 01 (um) posto de gasolina.

O programa teve como finalidade, sensibilizar a comunidade escolar sobre a coleta de materiais recicláveis no município (JEQUIÉ, 2018). Dentre os materiais recicláveis coletados, estão: plástico, metal, papel e embalagem longa vida. Na **Figura 37** é apresentado registro fotográfico de uma das oficinas realizadas nas escolas em Jequié.

Figura 37 - Oficina de orientação para implantação e execução do Projeto de Coleta Seletiva nas Escolas de Jequié/BA





Fonte: JEQUIÉ, 2018.

No programa, estudantes em colaboração com a Cooperativa de Catadores Recicla Jequié (COOPERJE) são mobilizados. A COOPERJE desevolve um papel social, colaborando para a preservação do meio ambiente e geração de genda para os catadores (JEQUIÉ, 2018).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Dentre os locais contemplados com os Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), estão: Posto Radar, Escola Municipal Agnelo Teles de Menezes; Centro Educacional Professor Brito; Centro Educacional Ministro Simões Filho; Escola Municipal Joaquim Marques Monteiro; Escola Municipal do Curral Novo; Escola Municipal Nossa Senhora da Luz; Colégio Municipal Stela Câmara Dubois; Escola Municipal José Augusto Barreto e Escola Municipal Dr Joel Coelho Sá. A **Figura 38** apresenta um PEV implantado em um dos locais contemplados.

Figura 38 - PEV implantado em uma das escolas partipantes do programa



Fonte: JEQUIÉ, 2019

Ademais, no município de Jequié não foram identificadas iniciativas relacionadas a compostagem.

3.2.6.5 Identificação de Geradores Sujeitos ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Específicos

A seguir encontram-se descritos os principais geradores existentes no município de Jequié que estão sujeitos ao Plano de Gerenciamento Específico, de acordo com o Art. 20 da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/10.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

A. Resíduo de Serviços de Saúde

Em conformidade com o que expõe a Lei 12.305/2010, os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) são "os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS" (BRASIL, 2010).

A Resolução RDC Nº 222/2018, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), orienta que dentro da unidade geradora, os resíduos perfurocortantes devem ser acondicionados em recipientes específicos, como pode ser visto no desenho esquemático na **Figura 39**.

Figura 39 - Formas adequadas para acondicionamento de RSS



Fonte: Anvisa, 2004.

Durante a visita de campo em setembro de 2020, foi visitado o Centro de Saúde de Jequié (**Figura 40**), localizado na Rua Manoel V. Santos, 376, Bairro Campo do América. No local, veirificou-se que os resíduos perfurantes e os fracos de vidro provenientes da embalagem de vacina e medicamentos gerados nas unidades de saúde do município são acondicionados em caixa de papelão, estando de acordo com as referidas normas. Os perfurantes são dispostos em caixas amarelas (**Figura 41**) e, quando estão preenchidas, as caixas são fechadas e acondicionadas em bombonas (**Figura 42**) até a realização da coleta, que ocorre uma vez por semana.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 40 - Centro de Saúde de Jequié



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

Figura 41 - Acondicionamento de perfurantes no Centro de Saúde de Jequié



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

Figura 42 - Bombonas utilizadas para acondicionamento de resíduos perfurocortantes em abrigo coberto



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

A coleta, transporte, tratamento e destinação de resíduos químicos e biológicos ou de serviço de saúde dos grupos A, B e E da rede pública de Jequié é terceirizado, realizado pela empresa TRRR Saneamento e Gestão Ambiental Ltda., CNPJ: 10.486.497/0001-53, com sede na Rua Bela Vista, n. 05, zona rural de Jacarezinho, Bairro Ferradas, Itabuna-BA. A coleta é realizada com um caminhão do tipo baú em conformidade com as normas supracitadas.

A empresa tem como principal atividade o serviço de tratamento e disposição de resíduos perigosos. O tratamento dos resíduos de saúde coletados no município ocorre por meio de incineração e a disposição final dos rejeitos em aterro sanitário.

A Unidade de Tratamento de Resíduos Industriais e de Saúde (Grupos A, B e E) é composta de incinerador dotado de lavador de gás e estação de tratamento de efluentes, é constituída de 2 (dois) corpos cilíndricos horizontais superpostos, possuindo câmaras sequenciais, onde na primeira ocorre a queima dos resíduos, gerando gases que são requeimados na segunda câmara e posteriormente passado para um processo de lavagem dos mesmos, cada um cumprindo o objetivo específico, obtendo-se ao final uma incineração isenta de poluentes, resultando gases inertes na chaminé, dentro dos padrões das normas ambientais, que através da exposição a alta temperatura (1000º C a 1200º C), destroem as micro partículas resultantes da combustão. Após o tratamento os rejeitos são acondicionados em tonéis no pátio da TRRR para envio às unidades de destinação final. O sub-produto (cinzas) oriundo do processo de tratamento é disposto em dois aterros sanitários Classe II a saber:

- Limpec – Limpeza Pública de Camaçari: com sede no Loteamento Espaço Alfha, s/n, Limoeiro, Camaçari/BA e
- Hera Ambiental: com sede na Fazenda Usina São Paulo, Rodovia BA 522, KM 08, Zona Rural, São Francisco do Conde/BA.

Em consulta ao Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos (SEIA), foram obtidas informações quanto ao licenciamento dos aterros conforme apresentado na **Tabela 15.**

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 15 – Consulta Pública de empreendimentos no Portal SEIA

Nome do empreendimento	Razão social	Porte	Licença	Vigência
Centro Integrado de Tratamentos Ambientais – CITA BAHIA	Hera Ambiental S/A	Médio	Renovação da Licença de Operação – portaria INEMA 19.301	09/10/2024
LIMPEC	Limpec Limpeza Pública de Camaçari	Grande	Renovação de Licença solicitada ao INEMA	-

Fonte: SEIA, 2021.

Foi realizada uma estimativa da geração de RSS do tipo infectante produzida nos estabelecimentos de saúde de Jequié. Para isso, adotou-se a taxa de geração de 0,005 kg/hab.dia, recomendada pelo *International Council do Local Environmental Initiatives* - Iclei (2012). O peso específico adotado para esse tipo de resíduos 280kg/m^3, se baseou em Resol (2021). A **Tabela 16** apresenta os resultados encontrados com base na população estimada de Jequié para o ano de 2020.

Tabela 16- Produção estimada de RSS em Jequié/BA

População total de Jequié (hab.)	Média per capita (Kg/hab.dia)	Massa total estimada (Kg/dia)	Peso específico (kg/m^3)	Volume produzido (m^3/dia)
156.126	0,005	780,63	280	2,79

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

Os resíduos do grupo D (comparados aos domiciliares) são acondicionados em sacos plásticos de 100L, coletados pelo serviço de coleta regular pela Locar e são dispostos no ASC de Jequié, situado nas coordenadas UTM 378.971 m S de longitude e 8.471.277 m E de latitude, fuso 24 e zona L.

Figura 43 - Acondicionamento dos resíduos com características de domiciliares em sacos plásticos dispostos em via pública para posterior coleta



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

B. Resíduos de Serviços de Saneamento

De acordo com a definição do Manual de Orientação de Planos de Gestão de Resíduos Sólidos do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2012), define-se Resíduos Sólidos dos Serviços de Saneamento Básico, como:

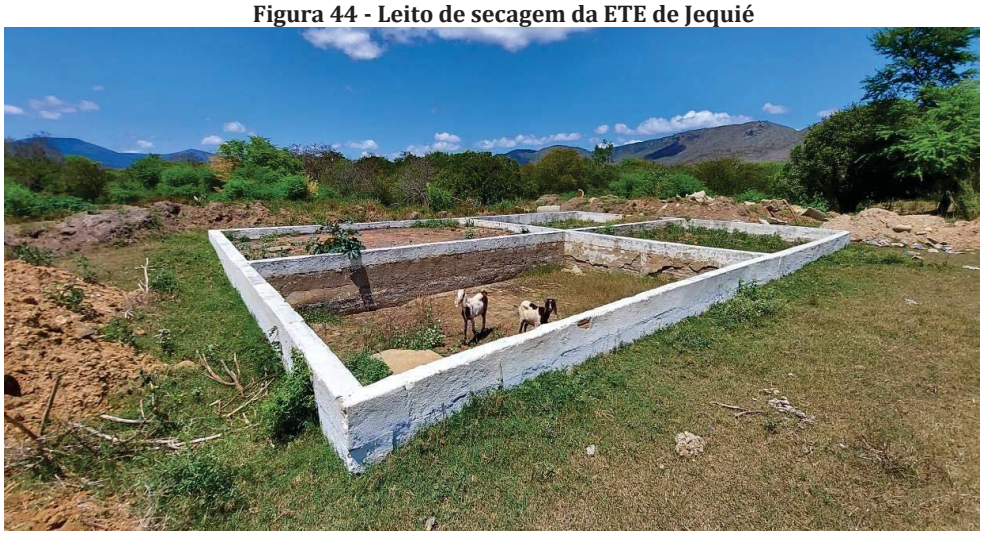
> Os resíduos gerados em atividades relacionadas às seguintes modalidades do saneamento básico: tratamento de água e de esgoto, manutenção dos sistemas de drenagem e manejo das águas pluviais. Os resíduos são resultantes dos processos aplicados em Estações de Tratamento de Água (ETAs) e Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), ambos envolvendo carga orgânica, e resíduos dos sistemas de drenagem, com predominância de material inerte proveniente principalmente do desassoreamento de cursos d'água (MMA, 2012).

Em Jequié, há uma ETE em operação e é realizado o serviço de limpeza de fossa rudimentar e de tanques sépticos. Além da ETE, o município dispõe de 02 (duas) ETA na sede municipal (ETA de Contas e ETA de Criciúma) e 01 (uma) no distrito de Boaçu. Atualmente não existe um sistema de tratamento de lodos das ETAs de Contas e de Cricíuma, assim os efluentes da ETA de Contas são lançados em um ponto mais baixo do terreno e posteriormente segue para a calha do Rio de Contas. Na ETA de Criciúma e de Boaçu, o lodo acumulado nos filtros é retirado durante o processo de lavagem, e despejado diretamente no solo nas proximidades da estação, diluído na água de lavagem. Portanto, não existe unidade de tratamento ou disposição adequada para esse tipo de resíduo, que se configura como um potencial agente poluidor.

O lodo oriundo do processo de tratamento da ETE de Jequié é retirado em campanha, a cada 05 anos, e são dispostos no ASC de Jequié, situado nas coordenadas UTM 378.971 m S de longitude e 8.471.277 m E de latitude, fuso 24 e zona L. Na visita de campo realizada em setembro de 2020, não foi identificada a existência de planejamento para tratamento destes resíduos gerados. Observou-se ainda, o crescimento de vegetação no leito de secagem, bem como, a existência de animais no local conforme **Figura 44.**

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 44 - Leito de secagem da ETE de Jequié



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

Os recipientes e embalagens dos produtos químicos utilizados nas ETA são reaproveitadas pela Embasa.

Figura 45 - Produtos químicos para tratamento de água da ETA da Barragem do Rio Preto do Criciúma (Cajueiro) da Sede de Jequié



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

Importante salientar que, os prestadores dos serviços são responsáveis pela coleta, transporte, tratamento e destino final dos resíduos de serviços públicos de saneamento como os provenientes de ETAs e ETEs devendo, para tanto, elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos conforme o Art. 20, incisos I e II da Lei n. 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), cujo conteúdo mínimo consta no Art. 21 da

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

referida Lei. Destaca-se também que não há fiscalização por parte do Poder Público Municipal quanto ao gerenciamento adequado desses resíduos.

No que concerne os resíduos gerados nos serviços de drenagem urbana, a limpeza dos canais e galerias de drenagem ocorre de acordo com a demanda, normalmente em períodos de chuva quando uma maior quantidade de resíduos e sedimentos são arrastados. Durante o serviço são removidos areia e resíduos sólidos de canais e bueiros pela equipe de limpeza urbana da Secretaria de Serviços Públicos, que são transportados pelo caminhão basculante e encaminhados ao ASC de Jequié. Não foi possível quantificar esse tipo de resíduo.

C. Resíduos da Construção Civil

De acordo com informações coletadas em campo em setembro de 2020, não existe no município coletores adequados para esse tipo de resíduo, e por isso são dispostos em vias públicas (**Figura 46**), calçadas, terrenos baldios e nas barragens de estradas. Observou-se ainda a existência de caixas estacionárias de 5m^3 de empresas particulares que prestam o serviço de coleta de RCC no município, conforme mostra a **Figura 47.**

Figura 46 - RCC dispostos em vias públicas



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 47 - Acondicionamento de RCC em caixa estacionária



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

A coleta desse resíduo é realizada de acordo com a demanda, utilizando caminhões basculantes com capacidade de 5m^3, uma retroescavadeira e uma pá carregadeira, quando necessário. Muito desse material é reutilizado na confecção de acesso de vias não pavimentadas ou para regularização de terrenos (**Figura 48**).

Figura 48 - RCC utilizado na regularização de terreno



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

A produção de resíduos de construção civil em Jequié foi estimada de acordo com dados na literatura, para comparação do valor estimado pela Administração Municipal. Segundo Pintos (1999) apud Silva Filho (2005), os municípios Brasileiros produzem de 0,63 a 1,81 kg/hab.dia de RCC, em média (SEDUR, 2018).

A produção de RCC atualmente é um indicador das atividades econômicas do município, e no caso de Jequié que tem sua economia com perspectivas de crescimento, adotou-se o

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

valor mínimo, 0,63 kg/hab.dia, conforme estudo da Sedur (2018). Na estimativa, considerou-se como população atendida, a população urbana estimada para 2020 e a massa volumétrica de 1.090 Kg/m^3, segundo Daltro Filho et al. (2006) apud Silva et. al (2017). Os resultados obtidos estão presentados na Tabela 17.

Tabela 17 - Produção de RCC em Jequié/BA

População atendida (hab.)	Per capita (kg/hab.dia)	Massa produzida (kg/dia)	Massa volumétrica (Kg/m^3)	Volume produzido (m^3/dia)
156.126	0,63	98.359,38	1.090	90,24

Fonte: Sedur, 2018.

Portanto, são produzidos 98,3 t/dia de resíduos da construção civil em Jequié, valor superior ao informado pela Secretaria de Serviços Públicos, que foi de 63,34 t/dia de RCC. Após a coleta, esses resíduos são destinados ao ASC de Jequié, situado nas coordenadas UTM 378.971 m S de longitude e 8.471.277 m E de latitude, fuso 24, zona L.

Figura 49 - Disposição inadequada de RCC na sede municipal de Jequié/BA



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

De acordo com MM Limpeza Urbana, prestadora do serviço, a geração média de RCC coletados é de 94,31 toneladas por dia. Não existe cobrança associada a coleta de resíduos sólidos da construção civil para população, apesar de ser previsto no Decreto Municipal nº 66/2020 penalidades (multas) para descarte ilegal desse resíduo.

D. Resíduos Industriais

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2010), em seu artigo 13, define Resíduos Sólidos Industriais (RSI), quanto a sua origem, como aqueles que são gerados em processos produtivos e instalações industriais.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

No município de Jequié foram identificadas diversas indústrias em Jequié, quais sejam: Ramarim, Amazonas, Petyan, Gameleira, TotalFlex, Café Paquetá/Café Jequié, Café Paquera, Terminal Terrestre de Jequié e Le Brut.

E. Resíduos Agrossilvopastoris

O Manual de Orientação para elaboração de Planos de Gestão de Resíduos Sólidos do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2012), define os resíduos agrossilvopastoris como:

> Resíduos que precisam ser analisados segundo suas características orgânicas ou inorgânicas. Dentre os de natureza orgânica deve-se considerar os resíduos de culturas perenes (café, banana, laranja, coco, etc.) e temporárias (cana, soja, milho, mandioca, feijão, etc.). Quanto às criações de animais, precisam ser consideradas as de bovinos, equinos, caprinos, ovinos, suínos, aves e outros, bem como os resíduos gerados nos abatedouros e outras atividades agroindustriais. Também estão entre estes, os resíduos das atividades florestais (MMA, 2012).

Portanto, conforme definição do Ministério do Meio Ambiente, os resíduos Agrossilvopastoris são aqueles gerados em atividades agrícolas e pecuária.

F. Agricultura

Os resíduos agroindustriais são divididos em orgânicos e inorgânicos, caracterizados como dejetos da criação de animais; resíduos associados a culturas da agroindústria, bem como da silvicultura; embalagens de agrotóxicos, fertilizantes e insumos.

Os resíduos sólidos inorgânicos das atividades agrossilvopastoris são também resíduos sujeitos à logística reversa, e serão discutidos no item que trata desse tema. Quanto aos resíduos orgânicos não é possível estimar a parcela dos resíduos orgânicos gerados nas atividades de cultivo e colheita da produção em campo, pois não foram encontrados estudos consistentes que permitam quantificá-la. Os únicos dados disponíveis foram a quantidade de hectares plantados e colhidos e a produção total – o que indica possíveis perdas de colheita –, e não os montantes totais dos resíduos provenientes da lavoura.

Em 2019, de acordo com dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, em Jequié foram plantados e colhidos 9.901 hectares, com destaque para produção de cacau em amêndoas, com 73,73% dos hectares plantados, em seguida, tem-se ao cultivo de banana em cachos que representou 13,13% da área plantada e cultivada.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

No Diagnóstico dos Resíduos Orgânicos do Setor Agrossilvopastoril e Agroindústrias Associadas publicado pelo Ipea (2012), foram apresentadas algumas culturas e os percentuais de resíduos sólidos gerados durante o processamento da agroindústria. Segundo o estudo, no processamento do cacau em amêndoas, por exemplo, o resíduo gerado consiste basicamente da casca, o correspondente a 38% de sua massa. A **Tabela 18** contém a fração de resíduo das principais culturas praticadas no Estado da Bahia.

Tabela 18 - Participação de resíduos em relação à massa total da cultura

Cultura	Fração correspondente aos resíduos	Tipos de resíduos
Cacau (em amêndoa)	38%	Casca
Café (em grão) Total	50%	Casca e polpa
Cana-de-açúcar	30%	Bagaço
Coco-da-baía	60%	Cascas
Feijão (em grão)	53%	Palha e vagem
Milho (em grão)	58%	Palha e sabugo,
Soja (em grão)	73%	Palha e vagem

Fonte: Ipea, 2012.

Para estimativa da geração de resíduos sólidos orgânicos relacionados à atividade agrícola no município Jequié, foram levantados dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) por cultura, referente a 2019. No cálculo, considerou a fração de resíduos gerados correspondente a cada cultura sobre a quantidade produzida, conforme apresentados na tabela anterior.

Vale ressaltar que grande parte das culturas não incluídas nesse cálculo da geração de resíduos são consumidas *in natura* e os resíduos são gerados pelos consumidores finais, fazendo parte portando dos resíduos domésticos. Além disso, todo esse resíduo gerado ainda possui grande potencial de ser incorporado em outros processamentos.

A **Tabela 19** apresenta a quantidade de resíduos gerados de acordo com as culturas produzidas em Jequié, quando há processamento antes da comercialização, o total de 2.663,51 toneladas por ano.

Tabela 19 - Estimativa da geração de resíduos sólidos da agricultura

Cultura	Fração correspondente aos resíduos	Qtd. Produzida (t/ano)	Geração de resíduos (t/ano)
Cacau (em amêndoa)	38%	1.500,0	570,0
Café (em grão) total	50%	26,0	13,0
Cana-de-açúcar	30%	6.090,0	1827,0
Coco-da-baía	60%	90,0	54,0
Feijão (em grão)	53%	93,0	49,29
Milho (em grão)	58%	259,0	150,22
Total	-	8.058,0	2.663,51

Fonte: IBGE, 2019.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Uma das formas de aproveitamento desses resíduos consiste em seu uso como fonte sustentável na geração de energia, especialmente nas agroindústrias associadas, com destaque para os resíduos de base seca e com baixo teor de umidade, como os provenientes da cana-de-açúcar, café, cacau, coco da baía, castanha de caju, milho, feijão, etc.

G. Pecuária

Dentre os principais resíduos orgânicos produzidos pelas criações de animais, destacam-se as excretas fecais e urinárias que são resíduos do metabolismo dos animais que são conhecidos como "estercos". Quando as criações dos animais são extensivas (criadas livres no pasto) os impactos destes dejetos são menores, uma vez que há maior dispersão dos resíduos orgânicos contido nas excretas, porém quando as criações são intensivas (alojados em instalações especializadas), os impactos são significativos, com potencial poluidor do solo e água.

Os dejetos animais são considerados resíduos sólidos, entretanto, muitas vezes nas criações intensivas, são transportados por água após lavagem do piso sendo direcionados para sistemas de tratamento de efluentes líquidos.

A **Tabela 20** apresenta a geração de dejetos por cabeça por dia para cada tipo de rebanho definidos por diversos estudos.

Tabela 20 - Geração de dejetos (Kg/cabeça/dia) - fezes+urina.

Bovino(1)	Bubalino (3)	Equino(4)	Suíno(5)	Caprino(6)	Ovino(7)	Galináceos(8)
39,5(2)	25	16,3	3,4	2,8	2,8	0,1

(1) Média entre bovino de corte (30 a 35 Kg/dia) e de leite (45 a 48 Kg/dia)
(2) http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/milho/arvore/CONTAG01_48_168200511159.html
(3) (5) e (6) http://bgsequipamentos.com.br/blog/calculo-de-producao-de-biogas-2/
(4) e (8) http://www.eumed.net/librosgratis/2010e/827/Modelos%20e%20funcionamento%20de%20los%20biodigestores.htm
Fonte: Elaborado pela Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

Para estimativa da geração de resíduos sólidos orgânicos em Jequié relacionados à atividade pecuária, foram levantados dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) por tipo de rebanho, referente a 2018. Dessa forma, obteve-se como massa geral um total de 1.883.645,9 toneladas/dia de resíduos, como é apresentado na **Tabela 21.**

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 21 - Efetivo de rebanho (cabeças) e estimativa de geração de resíduos, por tipo de rebanho no município Jequié em 2019

Item	Bovino	Bubalino	Equino	Suíno (total)	Caprino	Ovino	Galináceos (total)	Total
Rebanho (cabeça)	45.331,0	125,0	2.839,0	2.031,0	6.656,0	6.470,0	125,0	**63.577,0**
Geração Resíduos (kg/dia)	1.790.574,5	3.125,0	46.275,7	6.905,4	18.636,8	18.116,0	12,5	**1.883.645,9**

Fonte: IBGE/PPM, 2019; Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

Os dejetos produzidos pelos rebanhos animais, como o esterco e a urina tem grande importância na agricultura. Em alguns municípios, esse material vem sendo amplamente utilizado como adubo orgânico, assim como na produção de biogás em biodigestores, que resulta do processo anaeróbio da decomposição destes dejetos, gerando o gás metano (CH_4), a ser utilizado na geração de energia elétrica, consumida no processo produtivo (ALAGOAS, 2016). Em Jequié, identificou-se o reaproveitamento de esterco como adubo na agricultura.

H. Resíduos dos Serviços de Transporte

Os Resíduos de Serviços de Transportes (RST) são aqueles gerados em portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira (BRASIL, 2010).

Os resíduos produzidos em Jequié que se encaixam nessa categoria são os provenientes do Terminal Rodoviário de Jequié (**Figura 50**) e do Terminal Aeroviário Vicente Grillo (**Figura 51**). O Terminal Rodoviário fica localizado na Praça Papa João XXIII, s/n, Centro e o Terminal Aeroviário na Av. Lions Club, s/n, Jequiezinho.

Figura 50 - Terminal Rodoviário de Jequié



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 51 - Terminal Aeroviário Vicente Grillo



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020.

O acondicionamento desses resíduos é feito em lixeiras de capacidade de aproximadamente 50 litros, sem a segregação no Terminal Rodoviário. Esses resíduos não são submetidos à coleta diferenciada, sendo recolhidos juntamente com os resíduos domiciliares e destinados ao aterro. O Terminal Aeroviário atualmente encontra-se desativado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

I. Resíduos de Mineração

Segundo a Lei Nacional nº 12.305/2010, os resíduos de mineração são os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios.

Os resíduos gerados em maior quantidade são os estéreis e os rejeitos. Os estéreis são os materiais retirados da cobertura ou das porções laterais de depósitos mineralizados pelo fato de não apresentarem concentração econômica no momento de extração. Podem também ser constituídos por materiais rochosos de composição diversa da rocha que encerra depósito. Os rejeitos são os resíduos provenientes do beneficiamento dos minerais, para redução de dimensões, incremento da pureza ou outra finalidade (MMA, 2012). Segundo as industrias cadastradas na Fieb (2020), a única mineradora existente é a Quartzblue, porém foi constatado em visita técnica que a mesma foi desativada. Além disso consta na planilha da CEFEM (2020) que os últimos dados de produção da referida mineradora foram em 2016.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Para efeito de conhecimento, a seguir é apresentada a definição de cada um dos tipos de processos minerários identificados no município, conforme informações da Agência Nacional de Mineração.

- ✓ **Licenciamento**: é um regime de aproveitamento de substâncias minerais no qual é registrada, no DNPM, licença expedida em obediência a regulamentos administrativos locais, e que permite a extração de determinados bens minerais.
- ✓ **Requerimento de lavra**: O requerimento da concessão de lavra é o próximo passo a ser tomado após a aprovação do relatório final de pesquisa, que marca o fim da etapa de autorização de pesquisa. Nessa fase, as reservas minerais já se encontram identificadas e caracterizadas, e busca-se uma autorização do Ministro de Minas e Energia para que se possa extrair, beneficiar e comercializar o bem mineral identificado na etapa anterior.
- ✓ **Autorização de pesquisa:** é um regime de aproveitamento mineral em que são executados os trabalhos voltados à definição da jazida, sua avaliação e a determinação da exequibilidade de seu aproveitamento econômico.

J. Resíduos Cemiteriais

A Lei Estadual nº 12.932, de 07 de janeiro de 2014, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), classifica em seu Artigo 12, inciso I, os resíduos cemiteriais em: os gerados nos cemitérios, subdivididos em humanos e não humanos, resultantes da exumação dos corpos e da limpeza e manutenção periódica dos cemitérios.

No município de Jequié, conforme sinalizado na caracterização, existem 08 cemitérios, todos públicos, sendo 04 localizados na sede e 04 nos distritos. Os cemitérios da cidade são geridos pela própria prefeitura por meio da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

O setor responsável pela administração e manutenção dos cemitérios não informou a quantidade de resíduos cemiteriais produzidos por cada equipamento. A limpeza de mausoléus, gavetas e covas é realizada pelos 09 funcionários públicos pertencentes ao quadro da Administração Municipal, os quais executam diariamente serviços de capinação e obras de manutenção, utilizando as seguintes ferramentas: enxada, ancinho, pá, colher de pedreiro e vassoura. Quanto à destinação dos resíduos gerados, a prática adotada atualmente é a coleta pela empresa Locar, diariamente dos resíduos comparados aos domiciliares e semanalmente de resíduos cemiteriais (coroas, esquifes, madeira e

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

resíduos verdes). A depender da necessidade, a empresa Locar disponibiliza equipes para realizar poda e capina nas áreas do cemitério.

3.2.6.6 Identificação dos Geradores Sujeitos a Sistema de Logística Reversa

De acordo com Lei 12.305/2010, a logística reversa é caracterizada por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

No **Quadro 11** são apresentados os estabelecimentos existentes em Jequié que estariam sujeitos a sistemas de logística reversa.

Quadro 11 - Geradores sujeitos a sistema de Logística Reversa em Jequié/BA

Geradores sujeitos a Sistema de Logística Reversa (art. 33 da Lei nº 12.305/2010)	Estabelecimentos existentes no munícipio	Localização
Fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes de agrotóxicos, seus resíduos e embalagens	Comércio e produtos agropecuários (20)	Sede
Fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes de pilhas e baterias	Mercados (25)	Sede (20) e Distritos (5)
Fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes de pneus	Casas de autopeças e borracharias (5)	Sede
Fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes de óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens	Postos de Gasolina (20), Casas de autopeças (22), borracharias (19)	Sede
Fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista	Casas de materiais de construção (20)	Sede

Fonte: Administração Municipal de Jequié, 2020.

A **Figura 52** mostra postos de combustíveis existentes em Jequié, Posto Avenida, Posto Jequiezinho, Posto Jaguar e Posto Petrobrás. Esses estabelecimentos geram apenas resíduos sólidos comuns, destinados à coleta e águas servidas, que são encaminhadas para a rede coletora de esgoto. As embalagens de produtos que contém óleos, graxas e inflamáveis sujeitas à logistica reversa, são coletadas por empresas especializadas.

Figura 52 - Postos de gasolina em Jequié/BA

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2020 e Google Street View, 2020.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié



PROGNÓSTICO, OBJETIVOS E METAS

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

4 PROGNÓSTICO, OBJETIVOS E METAS

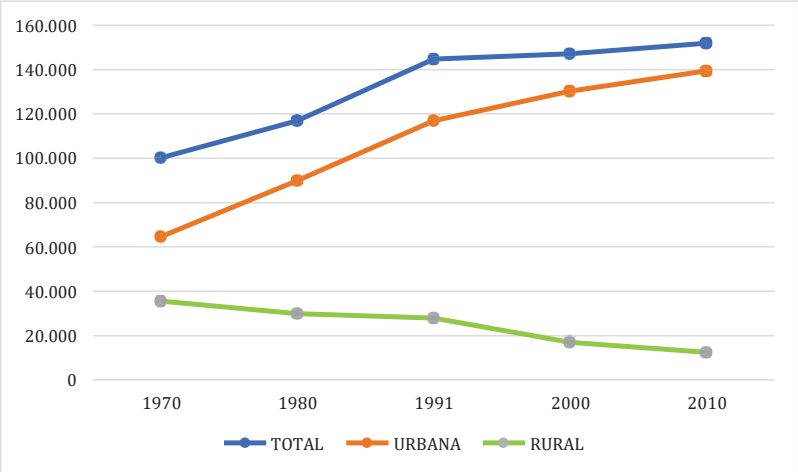
O Prognóstico dos serviços públicos de saneamento é a etapa do PMSB e do PMGIRS que oferece uma orientação para as tomadas de decisões futuras, abordando questões de evolução populacional, demanda por serviços de saneamento, avaliação de riscos, imprevisibilidades e outros fatores.

4.1 Projeção Populacional

De acordo com o IBGE (2014), tem-se uma redução do crescimento populacional do Estado da Bahia de mais de 1% nos últimos quatro Censos Demográficos. Essa diferença começou entre os censos de 1980 e 1991, quando o percentual era de 2,9%; entre 1991 e 2000, apresentou-se um crescimento populacional de 1,84%; e no período de 2000-2010 o crescimento populacional caiu para 0,92%. Ou seja, o Estado da Bahia, assim como todo o Brasil, tem apresentado nos últimos 36 anos uma tendência na diminuição das taxas de crescimento populacional.

A **Figura 53** apresenta a população urbana e rural de Jequié de 1970 a 2010. No censo de 1991 a população era predominantemente urbana e, a partir daí, a população urbana foi aumentando, enquanto a população rural teve um decrescimento ao longo dos censos.

Figura 53 – População Total, Urbana e Rural em 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 de Jequié/BA



Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010.

As projeções populacionais foram calculadas utilizando os dados censitários de 1991, 2000 e 2010 do IBGE, na Tabela 22 são apresentados os dados populacionais dos últimos

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

3 (três) censos demográficos. A partir dos resultados, é possível observar que a população urbana está tendendo a crescer e a rural está em decrescimento variando de 19,26% em 1991 a 8,21% em 2010, determinando o comportamento da população total, sendo que atualmente a população urbana é predominante no município.

Tabela 22 - Dados populacionais dos últimos 5 (cinco) censos demográficos

Ano	Total	Urbana		Rural	
		População	%	População	%
1970	100.174	64.628	60,52%	35.546	35,48%
1980	116.867	89.925	76,91%	29.942	23,09%
1991	144.772	116.885	80,74%	27.887	19,26%
2000	147.202	130.296	88,52%	16.906	11,48%
2010	151.895	139.426	91,79%	12.469	8,21%

Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2010.

Para as projeções populacionais foram utilizados os dados censitários de 1991, 2000 e 2010 do IBGE. A estes valores foram aplicadas as equações de regressão linear, parabólica, logarítmica, exponencial e de potência, conforme orientação do Termo de Referência apresentado no Anexo A da Tomada de Preços nº 01/2019 fls. 60/153.

Neste método, para cada ajuste são traçadas as linhas de tendência que melhor se adequam aos pontos da amostra e analisado o valor de R^2, que indica o quão coerente está a equação obtida com relação aos dados primários (população recenseada) fornecidos, com valores que variam entre 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior a correlação entre a linha de tendência e os dados que a originaram. A seguir, é apresentada uma breve explanação sobre cada um dos métodos, e, em seguida a equação geral de cada curva.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Método de Projeção Linear

- Obtém-se um crescimento populacional linear constante ao longo do tempo baseado em todos os dados que temos.
- Equação geral: **y = A + Bx**

Método de Projeção Exponencial

- Este método considera que a população cresce exponencialmente. Ao se utilizar esta função num exercício de projeção populacional, considera-se que a tendência do crescimento da população não será tão significativa no curto prazo.
- Equação geral: **$y = A\ e^{(Bx)}$**

Método de Projeção Logarítmica

- Na função logarítmica, verifica-se um crescimento mais acentuado no início da projeção, passando por um alívio das taxas ao longo do tempo.
- Equação geral: **y = A + Bln(x)**

Método de Projeção Polinomial

- A função cuja regra que associa os elementos do domínio (x) às respectivas imagens (y) é um polinômio. Neste caso, a função selecionada será um polinômio de 2º grau.
- Equação geral: **$y = A + Bx + Cx^2$**

Método de Projeção Potência

- O método da potência procede de forma interativa para produzir uma sequência de escalares que converge para um ponto.
- Equação geral: **$y = Ax^B$**

As projeções de população dos municípios, elaboradas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), se baseou na projeção da população para a Bahia, divulgada pelo IBGE em 2018 para o período de 2010-2060, sendo utilizado o método A_iB_i para distribuir entre os municípios a população projetada para o Estado. Este é um método matemático que considera uma tendência linear, onde a população de um município "*i*" no tempo "*t*" é dada por $P_i(t) = a\ P(t) + b_i$, onde o coeficiente "*ai*" é denominado coeficiente de proporcionalidade do incremento da população da área menor "*i*" em relação ao incremento da população da área maior, expresso por: $a_i = \frac{P_i(t_1) - P_i(t_0)}{P(t_1) - P(t_0)}$, onde t_1 e t_0 são os dois últimos censos demográficos. Já o coeficiente *bi* é denominado coeficiente linear de correção.

A **Tabela 23** mostra um recorte dos resultados das projeções populacionais da Bahia e de Jequié no período de 2020-2042. Os resultados apontam uma tendência de crescimento da população total do Estado e de Jequié até 2034, seguida de redução. Tanto a população

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

total, urbana e rural do município de Jequié tem o mesmo comportamento a partir de 2034.

Tabela 23 – Projeções populacionais da Bahia e de Jequié - IBGE e SEI 2018

Ano	Bahia - IBGE	Jequié- SEI		
		Urbana	Rural	Total
2020	14.930.424	149.655	7.565	157.220
2021	14.985.070	150.829	7.050	157.878
2022	15.036.517	151.972	6.526	158.498
2023	15.084.600	153.083	5.995	159.078
2024	15.129.225	154.160	5.456	159.615
2025	15.170.253	155.200	4.909	160.110
2026	15.207.525	155.636	4.923	160.559
2027	15.240.909	156.026	4.936	160.961
2028	15.270.303	156.369	4.946	161.316
2029	15.295.642	156.665	4.956	161.621
2030	15.316.952	156.914	4.964	161.878
2031	15.333.879	157.112	4.970	162.082
2032	15.346.028	157.254	4.974	162.228
2033	15.353.402	157.340	4.977	162.317
2034	15.355.998	157.370	4.978	162.348
2035	15.353.814	157.345	4.977	162.322
2036	15.346.869	157.263	4.975	162.238
2037	15.335.177	157.127	4.970	162.097
2038	15.318.735	156.935	4.964	161.899
2039	15.297.524	156.687	4.957	161.644
2040	15.271.580	156.384	4.947	161.331
2041	15.241.004	156.027	4.936	160.962
2042	15.205.888	155.617	4.923	160.539

Fonte: IBGE/SEI, 2018.

Para efeito de estudo e análise comparativa dos resultados, foram aplicados os ajustes matemáticos de regressão aos dados censitários da população total, urbana e rural, detalhados nos subitens adiante.

Os resultados obtidos para a projeção populacional no PARMS evidenciam o crescimento da população urbana de Jequié, no entanto, considera uma grande redução da população rural, que gera uma projeção decrescente da população total do município. Ressalta-se

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

que considerar uma redução significativa da população comprometeria o planejamento das ações do serviço de saneamento básico.

Para efeito de estudo e análise comparativa dos resultados, foram aplicados os ajustes matemáticos de regressão aos dados censitários da população total, urbana e rural.

Entre as equações, todas apresentaram um coeficiente R^2 satisfatório, o ajuste polinomial foi o que apresentou coeficiente de determinação R^2 igual a 1, ou seja, este modelo explica 100% da variação da amostra. Os demais ajustes apresentaram R^2 de 0,9789 que também são considerados altos, pois indicam que o ajuste consegue explicar 97,89% dos dados analisados. As taxas de crescimento verificadas foram todas positivas, variando entre 0,25% a 0,43% aa. A **Tabela 24** contém os resultados da evolução demográfica e a **Figura 54** sua representação gráfica.

Tabela 24 – Resultados da projeção populacional por ajuste matemático – População Total do município de Jequié/BA

Ano	Linear	Exponencial	Logarítmica	Polinomial	Potencial	IBGE	SEI
1991	144.441	144.462	144.439	144.772	144.460	144.772	-
2000	147.831	147.802	147.836	147.202	147.807	147.202	-
2007	150.467	150.452	150.469	150.267	150.454	-	-
2010	151.597	151.603	151.594	151.895	151.599	151.895	-
2011	151.974	151.988	151.968	152.480	151.983	152.138	-
2012	152.350	152.374	152.343	153.085	152.367	152.372	-
2013	152.727	152.762	152.717	153.712	152.752	161.391	-
2014	153.104	153.150	153.091	154.360	153.138	161.150	-
2015	153.480	153.540	153.465	155.028	153.524	161.528	-
2016	153.857	153.930	153.839	155.718	153.911	161.880	-
2017	154.234	154.321	154.213	156.428	154.300	162.209	-
2018	154.610	154.714	154.586	157.160	154.689	155.800	-
2019	154.987	155.107	154.959	157.912	155.078	155.966	-
2020	155.364	155.501	155.332	158.686	155.469	156.126	157.220
2021	155.740	155.897	155.705	159.480	155.860	156.277	157878
2022	156.117	156.293	156.078	160.296	156.252	-	158.498
2023	156.493	156.690	156.450	161.132	156.645	-	159.078
2024	156.870	157.089	156.823	161.990	157.039	-	159.615
2025	157.247	157.488	157.195	162.868	157.433	-	160.110
2026	157.623	157.888	157.567	163.767	157.828	-	160.559
2027	158.000	158.290	157.938	164.688	158.224	-	160.961
2028	158.377	158.692	158.310	165.629	158.621	--	161.316
2029	158.753	159.096	158.681	166.591	159.019	-	161.621
2030	159.130	159.500	159.052	167.575	159.417	-	161.878
2031	159.507	159.906	159.423	168.579	159.816	-	162.082
2032	159.883	160.312	159.794	169.604	160.216	-	162.228
2033	160.260	160.720	160.165	170.650	160.617	-	162.317
2034	160.636	161.128	160.535	171.718	161.019	-	162.348
2035	161.013	161.538	160.906	172.806	161.421	-	162.322
2036	161.390	161.949	161.276	173.915	161.825	-	162.238
2037	161.766	162.361	161.646	175.045	162.229	-	162.097
2038	162.143	162.773	162.015	176.196	162.634	-	161.899

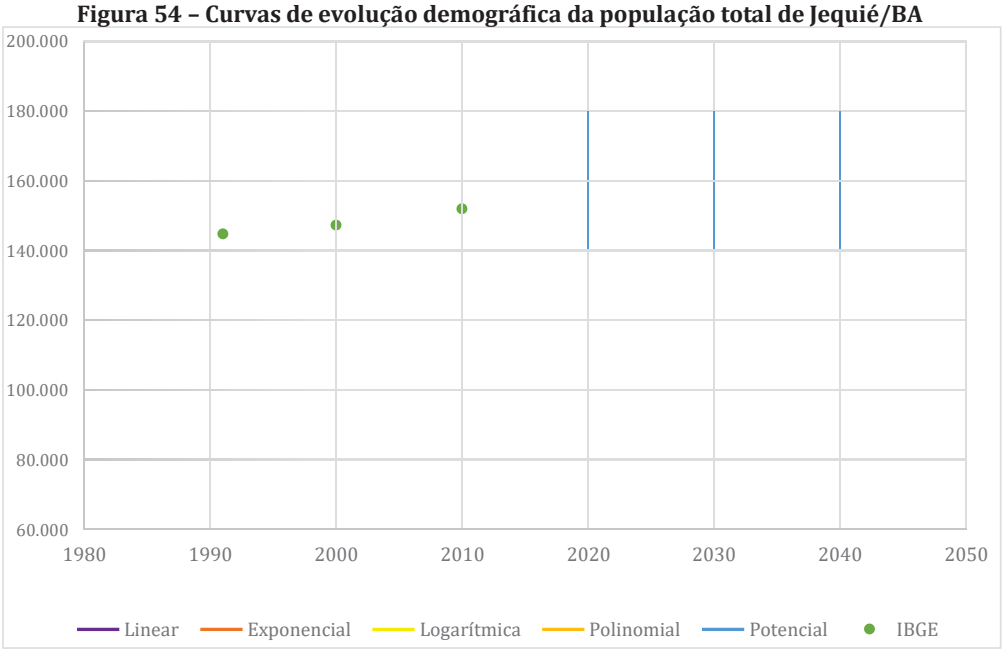
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Ano	Linear	Exponencial	Logarítmica	Polinomial	Potencial	IBGE	SEI
2039	162.520	163.187	162.385	177.368	163.039	-	161.644
2040	162.896	163.602	162.754	178.561	163.446	-	161.331
2041	163.273	164.018	163.124	179.775	163.853	-	160.962
2042	163.650	164.435	163.493	181.010	164.259	-	160.539

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Nota: Os valores para coluna IBGE referente aos anos de 1991, 200 e 2010 são valores referente ao censo dos respectivos anos, os demais são referentes a projeção realizada pela o IBGE, conforme dados da Tabelas 6579 extraídos da SIDRA.

Figura 54 – Curvas de evolução demográfica da população total de Jequié/BA



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Os resultados obtidos para os ajustes matemáticos da população total de Jequié indicam todos os métodos matemático apresentaram R^2 com tendencia próximo a 1, que será verificado a tendência de crescimento da população verificada nas estimativas populacionais publicadas anualmente pelo IBGE.

Na hipótese de seleção de um destes ajustes, a equação exponencial, apresenta valores absolutos pertinentes, com população total em final de plano 2042 (164.435 habitantes). A **Tabela 25** apresenta os resultados das funções matemáticas ajustadas aos dados censitários da população urbana de Jequié, incluindo as equações, coeficientes de determinação (R^2) e a taxa de crescimento anual obtida para o período de 1991 a 2042.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 25 – Equações para cálculo das projeções populacionais de Jequié/BA – População Urbana

Curva	Equação	R^2	Taxa (%a.a.)
Linear	y =1181,324723x-2234174,221	0,9806	0,82%
Exponencial	y = 0,001219833E-11e0,009234948x	0,9731	0,93%
Logarítmica	y =2.363.769,6581ln(x) - 17.838.289,7515	0,9810	0,81%
Polinomial	y = -30,37426901x2 + 122713,8187x - 123800265,4	1,0000	0,22%
Potencial	y =1,27971E-56*x18,47926983	0,9735	0,92%

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

No geral, os ajustes apresentaram bons resultados de coeficiente de determinação R^2, com valores iguais ou próximos a 1. Em todos eles, as taxas de crescimento foram positivas, sendo a menor igual a 0,22% a.a. na equação polinomial que obteve R^2 igual a 1, e a maior foi a exponencial com 0,93% a.a. com R^2 igual a 0,97.

A **Tabela 26** contém os resultados da evolução demográfica e a **Figura 55** sua representação gráfica.

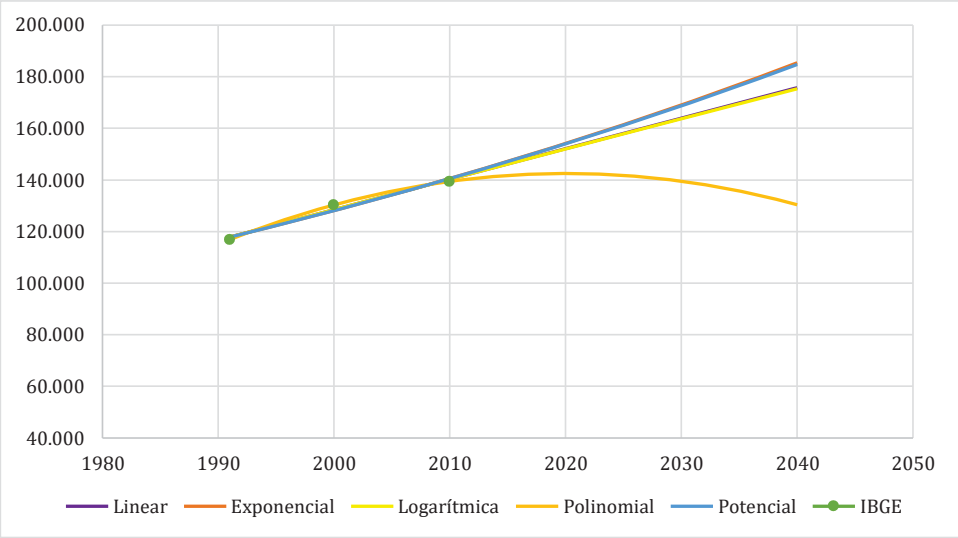
Tabela 26 – Equações para cálculo das projeções populacionais de Jequié/BA – População Urbana

Ano	Linear	Exponencial	Logarítmica	Polinomial	Potencial	IBGE	SEI
1991	117.843	117.917	117.832	116.885	117.907	116.885	-
2000	128.475	128.137	128.493	130.296	128.155	130.296	-
2010	140.288	140.534	140.282	139.426	140.528	139.426	-
2022	154.464	157.004	154.352	142.363	156.868	-	151.972
2026	159.190	162.912	159.024	141.398	162.702	-	155.636
2030	163.915	169.042	163.686	139.461	168.742	-	156.914
2042	178.091	188.853	177.618	127.819	188.123	-	160.539

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 55 – Curvas de evolução demográfica da população urbana de Jequié/BA



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Como pode ser observado claramente pelas curvas, todos os ajustes estudados apontam para uma tendência de crescimento da população urbana, sendo que os ajuste polinomial foi mais preciso (R^2 igual a 1), que será verificado a tendência de crescimento da população verificada nas estimativas populacionais publicadas anualmente pelo IBGE. O ajuste exponencial apresentou taxa de crescimento mais moderada (0,9%a.a.), projeta uma população de final de plano 2042 (187.117 habitantes).

Portanto, entre as funções estudadas, o ajuste exponencial se mostra como representativo da dinâmica populacional da área urbana de Jequié, representando o maior crescimento, o que é favorável para a segurança do planejamento do saneamento básico a longo prazo. Vale ressaltar que o município se encontra em franco crescimento, principalmente com investimentos na área de infraestrutura, mobilidade urbana, esporte e educação por parte da Administração Municipal, bem como, com a consolidação de grandes empresas no município (Atakarejo, Buriti, D'Fábrica) e previsão de implantação de um polo de apoio da Ferrovia Oeste Leste – FIOL no município gerando emprego e renda.

Para um planejamento no âmbito municipal algumas projeções dependem das informações de população nível distrital. O IBGE apresenta censo por distrito para os anos de 1990, 2000 e 2010, foi possível fazer o ajuste matemático por distrito. Foi admitido, no âmbito desse estudo, o percentual da população total de cada distrito obtidos pelo censo

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

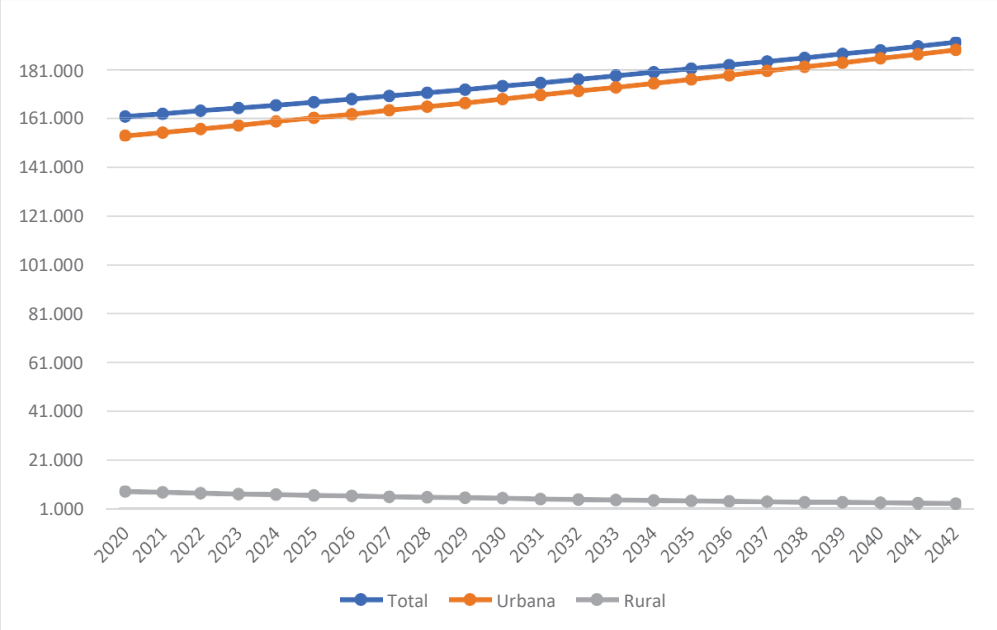
do IBGE de 2010, assim como o percentual da população residente na área urbana (Tabela 27). A população rural foi então obtida através da diferença entre a população total e população urbana.

Tabela 27 - Dados para estimativa da população residente nos distritos

População	Total		Urbana	
	hab	%	hab	%
Jequié - Jequié (BA)	138.449	91,15%	136.470	98,57%
Baixão	482	0,32%	320	66,39%
Boaçu	2.150	1,42%	106	4,93%
Florestal	3.836	2,53%	430	11,21%
Itaibó	1.621	1,07%	474	29,24%
Itajuru	3.644	2,40%	1.219	33,45%
Monte Branco	661	0,44%	151	22,84%
Oriente Novo	1.052	0,69%	256	24,33%
Total	151.895	100,00%	139.426	91,79%

Fonte: IBGE/SIDRA, 2010.

Figura 56 - Representação gráfica dos resultados da projeção populacional adotada para Jequié/BA



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022

A **Tabela 28** obtida pelo ajuste matemático que foi considerado mais adequado para o município de Jequié e ajustada pelo percentual da população rural e urbana de cada distrito obtidos pelo censo do IBGE de 2010.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Desta forma a **Tabela 28**, obtida pelo ajuste matemático exponencial e corrigida pelo percentual da população do IBGE 2010, apresenta a projeção populacional que foi adotado para o município de Jequié, onde os resultados apontam que haverá um crescimento da população até final de plano em 2042 (191.969 habitantes).

Tabela 28 - Projeção populacional adotada para Jequié/BA para o período de 2020-2042

Ano	Total	Urbana	Rural
2020	162.009	154.130	7.879
2021	163.114	155.560	7.554
2022	164.246	157.004	7.242
2023	165.403	158.460	6.943
2024	166.587	159.930	6.657
2025	167.796	161.414	6.382
2026	169.030	162.912	6.119
2027	170.289	164.423	5.866
2028	171.573	165.949	5.624
2029	172.880	167.488	5.392
2030	174.211	169.042	5.169
2031	175.566	170.610	4.956
2032	176.945	172.193	4.752
2033	178.346	173.791	4.555
2034	179.771	175.403	4.367
2035	181.218	177.031	4.187
2036	182.687	178.673	4.014
2037	184.179	180.331	3.849
2038	185.694	182.004	3.690
2039	187.230	183.692	3.538
2040	188.788	185.397	3.392
2041	190.368	187.117	3.252
2042	191.969	188.852	3.117

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Na Tabela 29 constam as projeções por distrito, obtida pelo ajuste matemático exponencial que foi considerada mais adequada para o município de Jequié e o percentual da população rural e urbana de cada distrito obtidos pelo censo do IBGE de 2010.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela29-Projeçãopopulacionaladotadaparaosdistritosde Jequié/BAparaoperíodode2022-2042

Ano	Sede Jequié			Distrito Baixão			Distrito Boaçu			Distrito Florestal			Distrito Itaibó			Distrito Itajurú			Distrito Monte Branco			Distrito Oriente Novo		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urban	Rural	Total	Urban	Rural	Total	Urban	Rural
2022	154.824	153.675	1.149	454	360	94	1.307	119	1.187	2.462	484	1.978	1.200	534	666	2.781	1.373	1.408	466	170	296	751	288	462
2023	156.203	155.101	1.102	454	364	90	1.259	120	1.138	2.385	489	1.897	1.177	539	639	2.736	1.385	1.350	456	172	284	734	291	443
2024	157.596	156.540	1.057	454	367	86	1.213	122	1.091	2.312	493	1.818	1.156	544	612	2.693	1.398	1.295	445	173	272	719	294	425
2025	159.005	157.992	1.013	453	370	83	1.169	123	1.046	2.241	498	1.743	1.136	549	587	2.652	1.411	1.241	436	175	261	704	296	407
2026	160.429	159.458	971	453	374	79	1.127	124	1.003	2.174	502	1.671	1.117	554	563	2.614	1.424	1.190	427	176	250	690	299	391
2027	161.868	160.937	931	454	377	76	1.087	125	962	2.109	507	1.602	1.099	559	540	2.578	1.438	1.141	418	178	240	676	302	374
2028	163.323	162.430	893	454	381	73	1.048	126	922	2.048	512	1.536	1.082	564	517	2.545	1.451	1.094	410	180	230	664	305	359
2029	164.793	163.937	856	454	384	70	1.011	127	884	1.989	517	1.473	1.065	569	496	2.513	1.464	1.049	402	181	221	652	308	344
2030	166.279	165.458	820	455	388	67	976	129	847	1.933	521	1.412	1.050	575	476	2.483	1.478	1.005	395	183	211	640	310	330
2031	167.780	166.993	787	456	392	64	942	130	812	1.880	526	1.354	1.036	580	456	2.456	1.492	964	387	185	203	630	313	316
2032	169.297	168.543	754	457	395	62	910	131	779	1.829	531	1.298	1.022	585	437	2.430	1.505	924	381	186	194	619	316	303
2033	170.829	170.106	723	458	399	59	879	132	747	1.780	536	1.244	1.010	591	419	2.405	1.519	886	375	188	186	610	319	291
2034	172.378	171.684	693	459	403	57	849	133	716	1.734	541	1.193	998	596	402	2.383	1.534	849	369	190	179	601	322	279
2035	173.942	173.277	665	461	406	54	821	135	686	1.690	546	1.144	987	602	385	2.362	1.548	814	363	192	171	592	325	267
2036	175.522	174.885	637	462	410	52	794	136	658	1.648	551	1.097	977	607	369	2.343	1.562	781	358	194	164	584	328	256
2037	177.118	176.507	611	464	414	50	768	137	631	1.607	556	1.051	967	613	354	2.325	1.577	749	353	195	157	577	331	246
2038	178.731	178.145	586	466	418	48	743	138	605	1.569	561	1.008	958	619	339	2.309	1.591	718	348	197	151	570	334	236
2039	180.359	179.798	561	468	422	46	720	140	580	1.533	567	966	950	624	325	2.294	1.606	688	344	199	145	563	337	226
2040	182.004	181.466	538	470	426	44	697	141	556	1.498	572	926	942	630	312	2.281	1.621	660	340	201	139	557	340	217
2041	183.666	183.150	516	472	429	42	675	142	533	1.465	577	888	935	636	299	2.268	1.636	632	336	203	133	551	344	208
2042	185.343	184.848	495	474	433	40	655	144	511	1.434	582	851	929	642	287	2.257	1.651	606	332	205	127	546	347	199

Fonte:SaneandoProjetosdeEngenhariaeConsultoria,2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

4.2 Gestão dos Serviços Públicos de Saneamento Básico

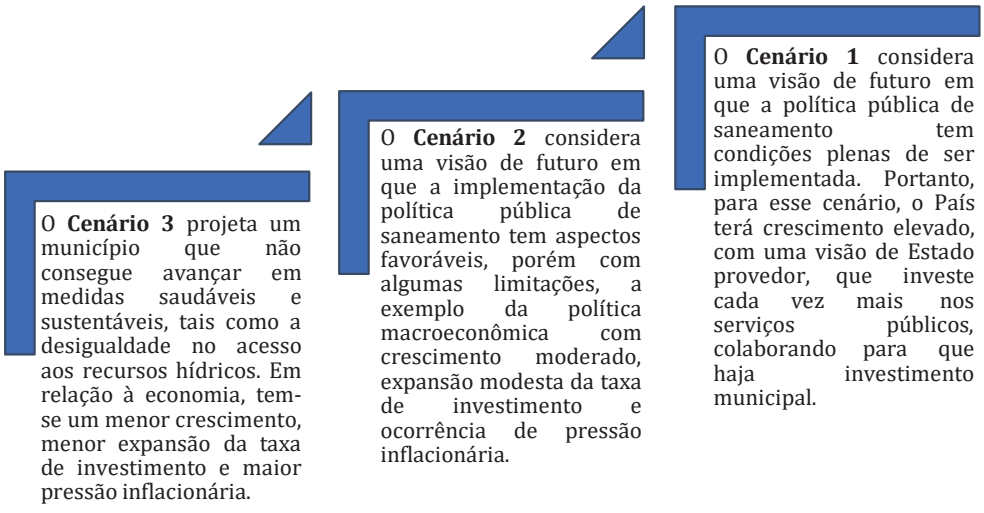
Segundo a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, a gestão dos serviços de saneamento básico envolve o planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços.

4.2.1 Estudo de Cenários

Para o estudo de cenários de gestão dos serviços de saneamento básico foram adaptadas as 10 (dez) condicionantes críticas utilizadas no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) à realidade do município e o cenário atual.

Após análise das hipóteses, se chegou à configuração de três cenários alternativos e escolheu-se um como cenário de referência (**Figura 57**).

Figura 57 – Cenários alternativos da Gestão dos Serviços de Saneamento



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022

Nesse sentido, observando os esforços atuais para se realizar avanços na implementação de políticas públicas de desenvolvimento municipal, saneamento, saúde, entre outras, e os entraves da política macroeconômica, optou-se pelo Cenário 2, entendendo que as direções apontadas por ele representam a superação das dificuldades atuais e a afirmação da capacidade de gestão municipal, porém sem deixar de considerar as limitações atuais, principalmente voltadas às reformas políticas.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

O **Quadro 12** mostra o cenário de referência da gestão dos serviços de saneamento básico.

Quadro 12 – Cenário de referência para a gestão dos serviços de saneamento básico de Jequié/BA

Condicionantes críticas	Cenário de referência
1. Política Macroeconômica	Moderado crescimento, expansão modesta da taxa de investimento e ocorrência de pressão inflacionária
2. Gestão e Gerenciamento das Políticas Públicas	O município se consolida com avanços na capacidade de gestão de suas políticas e ações, com implementação de diretrizes e fundamentos do Estatuto das Cidades, relativos ao desenvolvimento de políticas adequadas para as diferentes áreas do município.
3. Estabilidade e Continuidade das Políticas Públicas	Ampliação da capacidade de planejamento integrado e da criação de instrumentos capazes de orientar políticas, programas e projetos, favorecendo políticas com continuidade entre mandatos governamentais, priorizando políticas de estado
4. Papel do Estado / Modelo de Desenvolvimento	O Município assume seu papel de provedor dos serviços públicos e condutor das políticas públicas essenciais, com participação do setor privado, incentivando a garantia de direitos sociais com a incorporação da variável ambiental em seu modelo de desenvolvimento, estimulando o consumo sustentável
5. Marco Regulatório	Avanço na aplicação dos marcos regulatórios existentes e na cooperação e coordenação federativas, embora ainda com fragilidades.
6.Relação Interfederativa/ Ride	Forte cooperação, consorciamento e coordenação entre os entes federativos, com melhoria das interrelações.
7. Investimentos do Setor	Aumento no atual patamar de investimentos públicos federais em relação ao PIB e recursos do OGU (como emendas parlamentares e programas de governo), bem como dos investimentos privados, em conformidade com os critérios de planejamento, porém em quantidade insuficiente para se alcançar a universalização.
8. Participação e Controle Social	Participação social com moderada influência na formulação e implementação das políticas públicas, particularmente do desenvolvimento urbano.
9. Matriz Tecnológica	Desenvolvimento tecnológico, com adoção dos princípios da Lei nº 11.445/2007 e da Lei nº 12.305/2010, no uso de tecnologias apropriadas, adequadas e ambientalmente sustentáveis, disseminado em todo o município
10. Disponibilidade de Recursos Hídricos	Adoção de estratégias de conservação de mananciais e mitigação da mudança do clima com ampliação das condições de acesso aos recursos hídricos

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Essa escolha se mostra importante, pois alimenta de forma continuada os esforços atuais, além de definir horizontes de ação que se aliam a opções que procuram construir o desenvolvimento social e ambiental de maneira sustentável e equilibrada.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

4.2.2 Alternativas de Gestão dos Serviços de Saneamento Básico

O planejamento, entendido como um processo contínuo das ações para o setor, envolve atividades de identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada, é uma função de gestão que deve ser exercida pelo titular do serviço, indelegável a outro ente conforme estabelecido no Art. 8° da Lei nº 11.445/2007.

De um modo geral, o sistema de planejamento municipal deve ser reforçado e dado a este o papel e a estrutura condizentes com o porte do município. Isto porque não se trata apenas de viabilizar o planejamento de uma área, como a do saneamento, mas principalmente estruturar o planejamento municipal, considerando as demais áreas que necessitam do planejamento integrado, como é o caso da urbanização, meio ambiente e habitação. Assim, fortalecendo a função de planejamento com participação social espera-se ampliar a capacidade de implementação das políticas públicas no município.

Portanto, como alternativa, sugere-se a criação de um órgão (diretoria, departamento, secretaria) na estrutura administrativa municipal que terá a função de concentrar as atividades inerentes ao planejamento dos serviços públicos de saneamento básico no município.

Propõe-se a divisão da diretoria em pelo menos **quatro gerências**, a saber: a Gerência de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário; a Gerência de Manejo de Resíduos Sólidos; a Gerência de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais e a Gerência de Acesso a Informação.

Cada gerência deverá se articular de maneira a conduzir o processo de planejamento do saneamento e acompanhar, monitorar e auxiliar outros entes que executem as atividades de prestação bem como, fiscalizar os serviços em todo o território do município. Cada gerência deverá acompanhar os entes delegatários, caso existam, coletando dados e informações pertinentes à sua atividade, e realizando ações integrativas das funções de gestão no âmbito da Diretoria. Assim, quando chamado para responder qualquer questão referente ao saneamento básico no/do município, o Chefe do Executivo terá o suporte

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

técnico dessa Diretoria, que lhe auxiliará ainda na proposição de ações relacionados ao saneamento e temas afins.

A Diretoria necessitará de um corpo técnico formado por profissionais de nível superior e nível técnico, além de equipamentos e ferramentas de gerenciamento de dados e informações. Sendo assim, deverão ser criadas **sete vagas** no quadro de funcionários da prefeitura, via concurso público, para:

- Um (a) técnico (a) de nível superior – engenheiro (a) sanitarista e ambiental, ou engenheiro (a) ambiental, ou engenheiro (a) civil com habilitação em saneamento, que poderá ser o diretor de saneamento, com a função de coordenar e supervisionar todas as atividades de saneamento básico;
- Um (a) técnico (a) de nível superior – arquiteto (a) urbanista ou engenheiro (a) sanitarista e ambiental, ou engenheiro (a) ambiental, ou engenheiro (a) civil com habilitação em urbanismo, com a função de planejar e supervisionar todas as atividades de saneamento básico;
- Três (as) técnicos (as) em meio ambiente ou saneamento, com atribuições técnicas para fazer levantamentos de campo, monitoramento e compilação de informações;
- Um (a) técnico (a) social - assistente social, pedagogo (a), sociólogo (a), com atribuições técnicas de fazer levantamento de campo, interlocução com a população e implementar campanhas educativas; e
- Um (a) secretário (a) de nível médio, com capacidade técnica de redigir peças técnicas de comunicação intra e interinstitucional, organizar documentos, receber e redirecionar o contato do usuário com o poder público.

Para tanto, cita-se como principais atribuições dessa diretoria:

- Promover a articulação entre os diferentes níveis e escalas de planejamento no âmbito da gestão dos serviços no Município
- Promover a articulação entre as instituições do governo Estadual e Federal, que atuam no saneamento básico e meio ambiente;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

- Integrar as informações dos núcleos da coordenação e colaborar com a política municipal urbana, propondo os zoneamentos das áreas de interesse para o saneamento básico;
- Apoiar e fortalecer a implementação dos mecanismos e procedimentos de controle social;
- Apoiar a coleta, organização e disponibilização de dados e informações de saneamento básico a outros órgãos do poder público;
- Articular e conduzir o processo de planejamento;
- Acompanhar, monitorar e auxiliar outros entes que executem, direta ou indiretamente, as atividades de prestação, regulação e fiscalização dos serviços;
- Promover ações de recuperação de matas ciliares de mananciais de abastecimento;
- Cobrar da vigilância sanitária municipal a realização do monitoramento da qualidade da água das soluções alternativas coletivas e individualizadas
- Acompanhar as atividades relacionadas à proteção de preservação dos mananciais do município, com ênfase nos usados para os sistemas de abastecimento de água;
- Acompanhar as atividades relacionadas à minimização de impacto do esgotamento sanitário no meio ambiente;
- Capacitar líderes comunitários para a implementação de soluções alternativas individualizadas de esgotamento sanitário;
- Conduzir as atividades relacionadas à logística reversa, coleta seletiva, educação ambiental e fiscalizar a destinação ambientalmente adequada;
- Acompanhar as atividades relacionadas à implantação da drenagem sustentável e proteção dos ecossistemas fundamentais para o manejo das águas pluviais;
- Alimentar o sistema de informação municipal em saneamento.

A criação desse órgão trará ao município uma maior capacidade de organizar a sua gestão, no que tange à atividade de planejamento e assim investir de forma mais eficiente, eficaz e efetiva, com foco no desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Em síntese, a equipe do ente responsável pelo planejamento terá a função de dar suporte ao chefe do executivo, dando maior condição de acompanhar a situação do saneamento básico em todo o território do município.

A Lei nº 11.445/2007 foi um divisor de águas no que diz respeito à regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, haja vista que antes da sua promulgação o próprio prestador dos serviços acumulava as funções de prestar, planejar, regular e fiscalizar e, por isso, pouco faziam.

O ente regulador deve ter independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, devendo estar assegurada a transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões (BRASIL, 2007). A fiscalização, delegável pelo titular dos serviços a ente, refere-se às atividades de acompanhamento, monitoramento, controle, avaliação e de aplicação de penalidades no sentido de garantir que a prestação dos serviços de saneamento básico ocorra confirme as diretrizes, normas e os padrões previstas pelo ente regulador.

Portanto, para implementar as atividades de regulação e fiscalização da prestação dos serviços, se mostra fundamental a definição de um ente com tais atribuições. Dentre as formas de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento, a Lei nº 11.445/2007 permite que o titular exerça a atividade regulatória e fiscalizatória ou delegue a outro ente a ser definido. Nesse sentido, a regulação e fiscalização podem ser realizadas das seguintes formas:

I – diretamente, mediante órgão ou entidade de sua administração direta ou indireta, inclusive consórcio público do qual participe. Daí, pode-se citar:

- ✓ O titular pode optar por criar uma autarquia municipal com esta finalidade;
- ✓ O titular pode instituir um Conselho Municipal com atribuições de regulação e fiscalização;

II – mediante delegação, por meio de convênio de cooperação, a órgão ou entidade de outro ente da federação ou a consórcio público do qual não participe, instituído para gestão associada de serviços públicos.

- ✓ O titular pode delegar à agência reguladora constituída no limite do Estado, configurando um convênio de cooperação entre dois entes federados, neste caso, Estado e Município;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

- ✓ O titular pode delegar a regulação a uma autarquia de outro município;
- ✓ O titular pode optar por contratar coletivamente um órgão (autarquia) municipal por consórcio público.

No âmbito da Administração Municipal foi instituída a Agência Reguladora Regional Jequié para os Serviços de Saneamento Básico (ARJES), criada através da Lei Municipal n. 2.120/20, com natureza autárquica de regime especial. Conforme o Art. 2º da referida lei, a ARJES é dotada de poder de polícia e de autonomia decisória, funcional/administrativa e financeira, com a finalidade de estabelecer as políticas e desenvolver ações voltadas para a: I – regulação; II – controle; III – fiscalização e IV – normatização dos serviços públicos municipais, especialmente os serviços do sistema saneamento básico do Município de Jequié, concedidos, permitidos, autorizados e/ou operados diretamente pelo poder público municipal, visando a eficiência desses sistemas e a elevação da qualidade de vida para a presente e futuras gerações.

Dentre os objetivos da ARJES previstos no art. 3º da lei supracitada, estão: zelar pelo cumprimento do Plano Municipal de Saneamento Básico; estabelecer padrões e normas para adequada prestação dos serviços e para satisfação dos usuários; prevenir e reprimir o abuso do poder econômico; definir tarifas que assegurem o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a cortesia e modicidade tarifária; assegurar as prestações de serviços adequados; garantir harmonia entre os interesses dos usuários, concessionários, permissionários e autorizatórios de serviços públicos. Desta forma, sugere-se que a Administração Municipal realize a implementação da ARJES, nomeando os cargos em comissão, disponibilizando local físico e equipamentos.

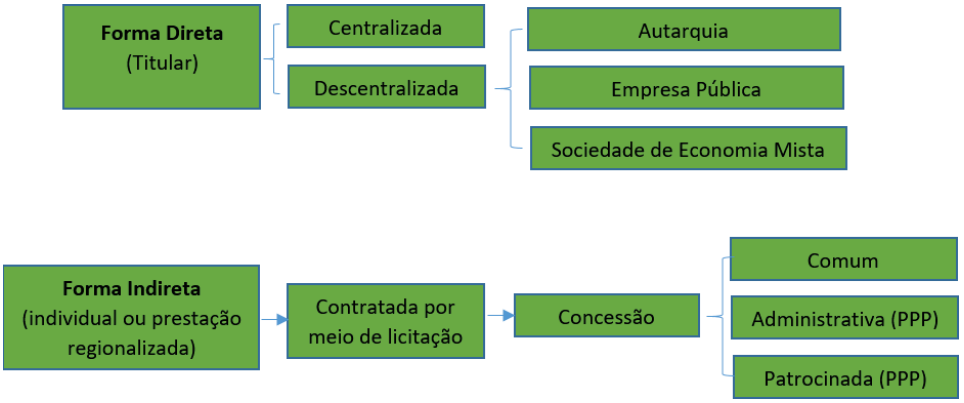
Com a estruturação da regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, sua atuação poderá ser mais efetiva caso exista um Controle Social fortalecido e empenhado em pressionar os prestadores dos serviços de saneamento básico. Com isso o usuário poderá ter maior garantia da qualidade da prestação dos serviços, e consequentemente os usuários estarão mais satisfeitos, refletindo na redução das inadimplências, gerando maior arrecadação e possibilitando maiores investimentos.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 30, inciso V, institui como competência dos municípios: organizar e prestar os serviços públicos de interesse local, assegurando sua

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

autonomia administrativa. A **Figura 58** mostra de forma esquemática como essa prestação de serviço pode acontecer.

Figura 58 - Formas de prestação de serviço público permitidas pela legislação vigente



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

A seguir, as alternativas de prestação dos serviços de saneamento básico.

Abastecimento de Água

O sistema de abastecimento de água que atende a sede municipal, também atende ao Distrito de Baixão, tendo como prestador a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), com personalidade jurídica de sociedade de economia mista da administração pública estadual, dotada de autonomia financeira, administrativa e patrimonial, e que se mantém recuperando seus custos via cobrança de tarifa.

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A (Embasa) atua no município desde 1950. Em 16 de março de 2020 foi celebrado o Contrato de Programa entre o município e a Embasa, sendo o objeto deste a prestação dos serviços de água e esgotamento sanitário nos próximos 30 anos.

Os Distritos de Florestal, Monte Branco, Itajuru, Itaibó e Boaçu, bem como, as localidades de Ouro, Castanhão, Nova Esperança e Assentamento Barra Avenida, são atendidas por Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água (SSAA), implantados pela Companhia de Engenharia Hídrica e Saneamento da Bahia (Cerb), no âmbito do Programa Água Para Todos. A supervisão destes sistemas é de responsabilidade da Gestão Municipal, por meio da Secretaria de Infraestrutura.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

No município de Jequié, além dos sistemas operados pela Embasa e dos sistemas simplificados, ambos apresentados anteriormente, são praticadas outras formas de abastecimento de água, principalmente na zona rural dispersa, sendo elas o abastecimento por meio de nascentes, cisternas, rios, barragens e afins. Assim, em algumas localidades se utilizada a captação direta como forma de abastecimento ou de complementação da oferta hídrica.

Esgotamento Sanitário

Como já mencionado anteriormente, o contrato de concessão entre o Município e a Embasa inclui sua atuação na prestação dos serviços de esgotamento sanitário durante o período de 30 anos, contados a partir da data de assinatura.

Sendo assim, a Embasa deve continuar atuando na área urbana da sede municipal, com a ampliação do sistema de esgotamento sanitário existente e caso exista viabilidade técnica econômico-financeira poderá implementar/ampliar o SES do povoado das Queimadas, Poço Dantas e Salgada.

Já nas localidades rurais, caracterizadas pela existência de aglomerados populacionais, a solução de esgotamento sanitário mais apropriada consiste na implantação de pequenos sistemas descentralizados, operados pela Prefeitura Municipal, incluindo a contratação de uma equipe de profissionais que dará suporte na manutenção e operação dos sistemas.

Ainda na zona rural, porém nas localidades onde predomina a população dispersa, as soluções individuais apresentam-se como melhor opção para o esgotamento sanitário. Para tanto, é necessário que o gestor garanta que os dispositivos sejam construídos levando em consideração os princípios técnicos (tanque séptico e sumidouro ou vala de infiltração, por exemplo), diferentemente do que é feito atualmente. Além disso, deve disponibilizar o serviço de limpeza e desobstrução dos mesmos, a fim de assegurar pleno funcionamento e alcance do objetivo que se propõem. Este serviço pode ser executado por equipe própria da Prefeitura ou por empresa especializada contratada.

As soluções individualizadas se mostram como uma oportunidade de promover esgotamento sanitário capaz de alcançar, tanto sua função saneadora quanto de sustentabilidade dos recursos hídricos, quando adotadas na perspectiva de reuso das águas na agricultura, devendo o gestor, por meio de seu corpo técnico, implementar

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

capacitações voltadas para o uso tecnicamente adequado dessas tecnologias e o seu acompanhamento ao longo dos anos. Para tal, é necessário adotar um modelo de prestação compartilhada entre os usuários e o gestor, oferecendo respaldo técnico para a utilização destes tipos de soluções individuais.

Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

A gestão dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no município de Jequié são de responsabilidade compartilhada, sendo a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) responsável pelo planejamento e fiscalização do gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde (RSS) oriundos das unidades públicas de saúde realizado por empresa contratada e a Divisão de Limpeza Urbana ligada a Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP), responsável pelas demais tipologias.

No que se refere a operacionalização da unidade de disposição final, a SESP contratou a Empresa de Engenharia Sanitária e Construções Ltda (EMPESA) para a prestação do serviço e a empresa Locar Saneamento Ambiental Ltda para a execução dos serviços de coleta, transporte e destinação dos resíduos domiciliares, comerciais, industriais, RRC e serviços de varrição de vias e logradouros.

Como alternativa para a prestação do serviço de manejo de resíduos sólidos, o titular pode optar por prestar o serviço diretamente de forma centralizada, estruturando o setor responsável da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP). O titular também pode optar pela prestação indireta através de empresa privada mediante contrato de concessão precedido de licitação, como prevê o artigo 10 da Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020.

Outra alternativa é prestar os serviços de forma descentralizada por meio de autarquia criada com esta finalidade, ou empresa pública, ou sociedade de economia mista ou fundação. Cabe como opção, ainda, a prestação regionalizada por meio de consórcio público com municípios vizinhos ou por meio de convênio de cooperação entre entes federados, rateando custos. Ressalta-se que o titular poderá optar, no âmbito da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos, por diferentes prestadores para diferentes atividades nas distintas modalidades e para os diferentes tipos de resíduos sólidos.

Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Atualmente a Secretaria Municipal de Infraestrutura, instância da administração municipal direta centralizada, é o ente que tem atuado nas ações de manejo de águas pluviais em Jequié. No entanto, atualmente não existe departamento específico para a execução dos serviços. A Secretaria Municipal de Infraestrutura tem como função a formulação e execução da política municipal de obras públicas e de serviços urbanos. A execução das ações da secretaria nos setores de obras públicas e de serviços urbanos ocorre de acordo com as prioridades de planos e programas municipais, tais como Plano de Governo, Plano Plurianual e do Orçamento Municipal, e Plano Diretor da Cidade de Jequié (Jequié, 2021). Não existe ente de regulação e fiscalização. A própria secretaria realiza a função de fiscalização. Além disso, não existe conselho com atribuições específicas desse serviço.

Recomenda-se a racionalização da estrutura administrativa municipal com a melhoria do fluxo de informações, controle da ocupação das áreas ribeirinhas das encostas dos morros, estruturação da secretaria com profissionais destinados especificamente para manutenção da infraestrutura do serviço de drenagem pluvial, bem como criação de conselho com atribuição para tal.

Para garantir a sustentabilidade financeira, deve-se assegurar repasse de recursos para tais atividades, onde os mesmos são incluídos no orçamento municipal (Plano Plurianual) bem como originado de impostos municipais (IPTU, ICMS) e da receita própria da Prefeitura Municipal. Com o tempo, conforme estabelecido na Lei nº 11.445/2007, seria possível individualizar a cobrança pelo serviço proporcional ao grau de impermeabilização, junto da adoção de medidas compensatórias, como unidades de retenção e infiltração de água no próprio lote. Esta prática já é estabelecida em países europeus, e tem início em alguns municípios brasileiros.

4.2.3 Alternativas para o Controle Social e Participação Popular

A Lei Federal nº 11.445/07 traz em seu escopo uma série de princípios básicos que orientam uma nova cultura política, baseada na participação popular democrática e que possibilita à sociedade civil organizada (associações, conselhos, etc) exercer o controle social na formulação e implantação das políticas públicas.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Em seu Art. 3º, a Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico define Controle Social como o conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

No município de Jequié não existe instância de controle social específica para o saneamento básico, instituída por lei, existe o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA) que possui interface com saneamento. O CONDEMA é um órgão de natureza deliberativa e consultiva, composto por diferentes atores sociais, dentre eles: governo municipal, empresariado, universidades, entidades sociais, trabalhadores e sociedade civil. Este conselho possui diversas Câmaras Técnicas que atuam de forma consultiva, com a finalidade de encontrar soluções que permeiam as demandas da área ambiental.

O planejamento, regulação, fiscalização e controle social, ações essenciais para a prestação adequada de serviços, principalmente os públicos, são inexistentes ou ineficientes em Jequié no que concerne à limpeza pública e manejo de resíduos sólidos.

Assim, faz-se necessário adoção de instrumentos que viabilizam a participação e controle social, além de estimular a prática cidadã, possibilitam o reconhecimento dos direitos e deveres e a participação no processo de planejar, fiscalizar e monitorizar as políticas públicas de saneamento básico. É importante apoiar e fortalecer a implementação dos mecanismos e procedimentos de controle social;

Além da Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, outras leis trazem a participação e controle social como princípios, entre elas:

- ✓ Lei Orgânica da Saúde (Lei Federal nº 8.080/90),
- ✓ Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433/97),
- ✓ Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01).
- ✓ Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/10)

Outro instrumento jurídico é a Política Nacional de Participação Social, instituída pelo Decreto nº 8.243/2014, que define o conjunto de conceitos e diretrizes relativos às

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

instâncias e mecanismos criados para possibilitar o diálogo, a aprendizagem e o compartilhamento de decisões entre o governo federal e a sociedade civil (BRASIL, 2014). No entanto, encontra-se em tramitação no Senado Federal o Projeto de Decreto Legislativo nº 147 de 2014 que tem como objetivo sustar a aplicação do Decreto nº 8.243/2014, desde 20 de novembro de 2015, praticamente seis meses após sua aprovação pelo Poder Executivo.

Acredita-se, assim, que a participação social cria possibilidades para a transformação sociocultural da população na relação entre a sociedade civil e o Estado, favorecendo práticas participativas que defendam o interesse coletivo e a fiscalização da prestação de serviços públicos. Nesse sentido, o gestor dos serviços públicos de saneamento básico deve realizar um esforço, conforme Art. 3º da Resolução Recomendada n° 75/2009 do antigo Ministério das Cidades (atual Ministério do Desenvolvimento Regional), para:

> " I estabelecer os mecanismos e procedimentos para a garantia da efetiva participação da sociedade, tanto no processo da formulação da Política e de elaboração e revisão do Plano de Saneamento Básico em todas as etapas, inclusive o diagnóstico, quanto no Controle Social, em todas as funções de Gestão;
> II prever a participação e o Controle Social, garantida por meio de conferências, audiências e consultas públicas, e de órgãos de representação colegiada, tais como, o conselho da cidade;
> III estabelecer os mecanismos para a disseminação e o amplo acesso às informações sobre os serviços prestados e sobre as propostas relativas ao plano de saneamento básico e aos estudos que as fundamentam;
> IV definir os mecanismos de divulgação das etapas de discussão da política e do plano bem como canais para recebimento de sugestões e críticas".

Além dos aspectos relacionados à gestão dos serviços, o poder público deve viabilizar a participação e o Controle Social a partir de atividades pedagógicas regulares nos espaços formais e não formais, como maneira de fomentar a capacitação dos agentes locais na participação do processo decisório das políticas públicas e assim:

- ✓ Possibilitar as condições para distribuição dos recursos públicos;
- ✓ Garantir ao cidadão o reconhecimento da participação social como direito;
- ✓ Promover a ampliação nos mecanismos de controle social;
- ✓ Valorizar a educação para a sociabilidade política ativa;
- ✓ Exercer o direito à transparência das informações e ao controle social das atividades públicas;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

- ✓ Fortalecer os mecanismos que representam a sociedade civil (BRASIL, 2014).

Os principais mecanismos de participação social, devem ser:

- ✓ **Conferência Pública** – instrumento de ampla participação com os representantes da gestão pública e sociedade civil para debater, formular e avaliar determinados assuntos de interesse público. As conferências podem ocorrer de forma sistêmica e periódica, como fórum eletivo dos representantes dos conselhos das políticas públicas, ou de forma pontual, a fim de discutir, debater e dialogar sobre algum assunto.
- ✓ **Conselho de Política Pública** – instância permanente, instituído por ato normativo para promover o diálogo entre a sociedade civil e representante da gestão pública destinada a fomentar a participação popular no processo decisório da política pública. De caráter deliberativo e/ou consultivo e composição representativa entre o poder público municipal, usuários, prestadores de serviços e demais segmentos sociais, os conselhos são espaços deliberativos e de controle social da gestão pública.
- ✓ **Audiência Pública** – instrumento participativo e consultivo para qualquer pessoal interessada, com direito a expressar sua opinião verbalmente. No entanto limita o usuário à tomada de decisão, permitindo apenas a discussão sobre a matéria designada à administração pública.
- ✓ **Consulta Pública** – ferramenta de consulta democrática e transparente que permite a participação do cidadão no acompanhamento e manifestação de opinião sobre as políticas e os instrumentos legais em elaboração, que irão orientar as diversas ações da política pública.
- ✓ **Fóruns Interconselhos** – mecanismo de intersetorialidade e transversalidade que possibilita o diálogo entre diversos conselhos de políticas públicas para formular e acompanhar os programas governamentais.

A formação dos conselhos tem papel importante para o fortalecimento democrático e participativo na implementação de políticas públicas, instrumento fundamental de participação popular nas três esferas do governo, Federal, Estadual e Municipal.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

No âmbito da Lei nº 11.445/2007, prevê que o município deverá criar por lei órgão colegiado de caráter consultivo, mas o conselho desempenha também caráter fiscalizador, deliberativo e normativo, como detalhado a seguir, no exercício de suas atividades e todas essas atribuições devem ser preconizadas na política municipal:

- **Fiscalizador** - os conselhos devem fiscalizar as contas públicas e emitir parecer, assim como a Câmara de vereadores e o Tribunal de Contas;
- **Deliberativo** - caráter decisório sobre as suas funções;
- **Consultivo** - encargo de julgar determinado assunto que lhe são apresentados;
- **Normativo** - analisa as normas vigentes com poder para constituí-las.

Conforme consta no Produto 3, no município de Jequié, a Lei que estabelece a estrutura administrativa do Município sofreu diversas alterações desde a sua aprovação em 2002., é constituída por dez (10) órgãos Colegiados, quinze (15) órgãos da Administração Direta e três (03) órgãos de sistêmicos especiais.

A Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente de Jequié é o órgão da administração direta, responsável pelo planejamento, coordenação e execução das ações Políticas Municipais de Agricultura, que objetiva a expansão das atividades agrícolas, bem como fiscalização, controle e preservação do Meio Ambiente. No entanto, vale destacar que o município não possui um conselho municipal específico para a temática do Saneamento Básico. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), que é atuante, porém nas ações relacionadas ao meio ambiente. Sendo assim, recomenda-se a reestruturação do Conselho existente para atuação direta nas questões voltadas também ao saneamento básico. Criando a câmera técnica de Controle Social.

Ademais, propõe-se para o município de Jequié a instituição de uma Política Pública Municipal de Saneamento, que terá como instrumentos a Conferência, o Conselho, o Plano, o Fundo e o Sistema de Informações em Saneamento.

As conferências deverão ser realizadas a cada dois anos, servindo para subsidiar a formulação das Políticas e a elaboração dos Planos. Nessas conferências, com a legitimidade que a comunidade tem, ela naturalmente aponta todos os problemas que

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

prejudicam, provocam doenças e constrangimentos pela falta de saneamento e denunciam outras carências de responsabilidade do Poder Público. A Conferência é uma oportunidade que a comunidade deverá saber aproveitar com muita propriedade e sabedoria no diagnóstico dos problemas e definição de soluções (MORAES, 2003).

Os Conselhos seriam órgãos deliberativos, reguladores e fiscalizadores, tendo também a competência de formular as políticas públicas de saneamento, definir estratégias e prioridades, além de acompanhar e avaliar sua implementação. O Plano precisa ser revisado de quatro em quatro anos, de forma articulada com as políticas de saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural e de habitação, a partir do perfil epidemiológico da população, de indicadores de qualidade ambiental e do nível de renda da população, levantados junto aos municípios.

Os Fundos devem ter a missão de financiar os investimentos públicos em saneamento, conforme as políticas, constituindo suas fontes de recursos as dotações orçamentárias da União, do Estado e do Município, bem como de outros fundos, doações e subvenções nacionais, além de recursos financeiros da CAIXA (MORAES e OLIVEIRA FILHO, 2000).

4.3 Abastecimento de Água Potável

No diagnóstico foi relatado que de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE o abastecimento de água no município ocorre por rede geral na maior parte dos domicílios. No entanto, alguns domicílios são abastecidos por captação de água em poços e nascentes, e uma pequena parte da população utiliza como alternativa de abastecimento de água carro pipa, captação de água de chuva e captação em rios e açudes.

4.3.1 Estudo de Cenários e Projeção de Demandas

A estimativa da demanda de água para os próximos 20 anos foi realizada a partir da projeção populacional e pelo estudo de cenários, construídos com dados fornecidos pela prestadora e outros obtidos em banco de dados oficiais. O **Quadro 13** apresenta as variáveis definidas, suas respectivas equações e seus valores atuais.

Quadro 13 - Variáveis definidas para SIAA que atende as zonas urbanas dos distritos de Jequié

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Indicador	Objetivo	Equação	Valor	Unidade	Fonte
Índice de atendimento por rede	Estimar a porcentagem da população atendida por rede pública de abastecimento de água	População urbana atendida / Estimativa de população da sede	98,4	Percentual (%)	SNIS (2020)
Índice de atendimento urbano	Estimar a porcentagem da população urbana atendida por rede pública de abastecimento de água	População urbana atendida / Estimativa de população urbana	100,2	L/hab.dia	SNIS (2020)
Consumo per capita de água	Medir o consumo de água por habitante do município	Volume total de água consumido / População total atendida	32,8	Percentual (%)	SNIS (2020)
Índice de perdas	Estimar a porcentagem de água a mais que precisa ser produzida	Vol. água produzido disponibilizado – Vol. água consumido / Vol. água produzido disponibilizado	98,4	Percentual (%)	SNIS (2020)

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Após a definição das variáveis, foram definidas algumas hipóteses para cada uma, baseando-se nos dados e estudos realizados para o diagnóstico e no Plano Nacional de Saneamento Básico. Desse modo, por meio da combinação das hipóteses, foram elaborados três cenários distintos que podem ocorrer. As 03 (três) hipóteses para cada uma das variáveis são apresentadas no **Quadro 14**.

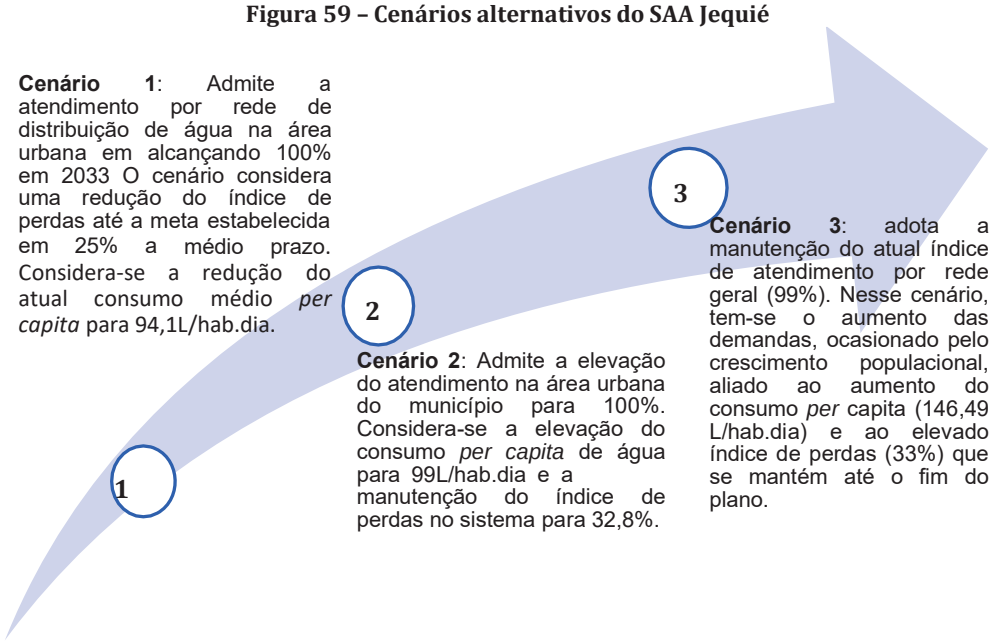
Quadro 14 – Hipóteses das variáveis definidas para o abastecimento de água na zona urbana dos distritos do município de Jequié

Variável	Hipótese 1 Urbana	Hipótese 2 Urbana	Hipótese 3 Urbana
Índice de atendimento urbano (%)	Elevação do índice de atendimento para 99% em 2033 e 100% em 2042	Elevação do índice de atendimento para 99% em 2033 e mantem até 2042	Manutenção do índice de atendimento em 98,4%
Índice de perdas (%)	Redução do índice de perdas para 25% em 2033 mantendo até 2042	Redução do índice de perdas de 32,8% a 30% em 2042	Elevação do índice de perdas para 35%
Consumo per capita (L/hab.dia)	Redução do consumo per capita 100 L/hab.dia	Manutenção do consumo *per capita* em 100,2 L/hab.dia	Elevação do consumo *per capita em* 120 L/hab.dia
CENÁRIO	1	2	3

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 59 – Cenários alternativos do SAA Jequié



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

O Cenário 2 foi escolhido pois se configura como aquele que prevê as mudanças necessárias para o sistema e, ao mesmo, tempo contempla o alcance das metas factíveis em prazos escalonados. Esse cenário contempla uma situação futura de melhorias das condições operacionais do sistema, com investimentos em ações estruturais e estruturantes para ampliação da cobertura. Sendo assim, adotou-se esse cenário como referência para o planejamento do serviço de abastecimento de água no município, tanto na zona urbana como na rural.

O sucesso desse cenário está associado à continuidade de investimentos em infraestruturas voltadas para a redução do índice de perdas físicas e aparentes, tais como a melhoria nas instalações da ETA, implantação e/ou substituição do sistema de macro e micromedição de água, controle sobre as ocupações irregulares e inibição das ligações clandestinas na rede de distribuição. Também é importante sensibilizar a população quanto ao controle de perdas e à essencialidade da prática da cobrança de tarifas para o custeio dos gastos atrelados à produção de água potável e de sua distribuição até as torneiras, seja ainda por programas que estimulem o usuário a refletir sobre a adoção de

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

hábitos de consumo sustentável, como por exemplo a redução do desperdício e o uso de fontes alternativas de abastecimento de água, inclusive o reuso domiciliar de águas cinzas e a captação de água de chuva.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 30 - Cenário 2 do Abastecimento de Água do município de Jequié/BA

Prazo	Ano	População Urbana (hab)	Índice de Atendimento (%)	População Urbana Atendida (hab)	Consumo *Per Capita* (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	Índice de Perdas Total (%)	Demanda Necessária (K1) Total (L/s)
Atual	2022	154.035	98,4	151.570	100,20	175,78	210,94	32,8	280,12
Curto Prazo	2023	155.464	98,5	153.061	100,20	177,51	213,01	32,7	282,57
	2024	156.907	98,5	154.567	100,20	179,26	215,11	32,5	285,03
	2025	158.362	98,6	156.087	100,20	181,02	217,22	32,4	287,52
	2026	159.832	98,6	157.623	100,20	182,80	219,36	32,2	290,04
Médio Prazo	2027	161.315	98,7	159.173	100,20	184,60	221,52	32,1	292,57
	2028	162.811	98,7	160.738	100,20	186,41	223,69	31,9	295,13
	2029	164.322	98,8	162.320	100,20	188,25	225,89	31,8	297,71
	2030	165.846	98,8	163.916	100,20	190,10	228,12	31,6	300,31
Longo Prazo	2031	167.385	98,9	165.528	100,20	191,97	230,36	31,5	302,94
	2032	168.938	98,9	167.156	100,20	193,85	232,63	31,4	305,60
	2033	170.505	99,0	168.800	100,20	195,76	234,91	31,2	308,27
	2034	172.087	99,0	170.366	100,20	197,58	237,09	31,1	310,81
	2035	173.684	99,0	171.947	100,20	199,41	239,29	31,0	313,36
	2036	175.295	99,0	173.542	100,20	201,26	241,51	30,8	315,93
	2037	176.921	99,0	175.152	100,20	203,13	243,75	30,7	318,53
	2038	178.563	99,0	176.777	100,20	205,01	246,02	30,5	321,15
	2039	180.219	99,0	178.417	100,20	206,91	248,30	30,4	323,79
	2040	181.891	99,0	180.072	100,20	208,83	250,60	30,3	326,45
	2041	183.579	99,0	181.743	100,20	210,77	252,93	30,1	329,14
	2042	185.282	99,0	183.429	100,20	212,73	255,27	30,0	331,85

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.
[1] Soma da Produção Máxima Necessária Urbana - Jequié e Demandas Máximas Diárias projetadas no PARMS para Madre de Deus, São Francisco do Conde e Ilhas de Bom Jesus dos Passos, de Maré e dos Frades.
[2] Estimativa com base nas demandas dos setores abastecidos pela ETA Principal e Taxa de crescimento anual das demandas (Madre de Deus, São Franciso do Conde, Simões Filho, Lauro de Freitas, alguns setores de Salvador e Ilhas)

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 31 - Projeção de Demandas de Água para o Cenário de Referência para sede Municipal de Jequié e sede distrital de Baixão

Prazo das Metas do Plano	Ano	População Urbana (hab)	Índice de Atendimento (%)	População Urbana Atendida (hab)	Consumo *Per Capita* (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	Índice de Perdas Total(%)	Demanda Necessária (K1) Total (L/s)
Atual	**2022**	154.035	98,4	151.570	100,20	175,78	210,94	32,8	280,12
Imediato	**2023**	155.464	98,5	153.061	100,20	177,51	213,01	32,7	282,57
	2024	156.907	98,5	154.567	100,20	179,26	215,11	32,5	285,03
	2025	158.362	98,6	156.087	100,20	181,02	217,22	32,4	287,52
Curto	**2026**	159.832	98,6	157.623	100,20	182,80	219,36	32,2	290,04
	2027	161.315	98,7	159.173	100,20	184,60	221,52	32,1	292,57
	2028	162.811	98,7	160.738	100,20	186,41	223,69	31,9	295,13
	2029	164.322	98,8	162.320	100,20	188,25	225,89	31,8	297,71
	2030	165.846	98,8	163.916	100,20	190,10	228,12	31,6	300,31
Médio	**2031**	167.385	98,9	165.528	100,20	191,97	230,36	31,5	302,94
	2032	168.938	98,9	167.156	100,20	193,85	232,63	31,4	305,60
	2033	170.505	99,0	168.800	100,20	195,76	234,91	31,2	308,27
	2034	172.087	99,0	170.366	100,20	197,58	237,09	31,1	310,81
Longo	**2035**	173.684	99,0	171.947	100,20	199,41	239,29	31,0	313,36
	2036	175.295	99,0	173.542	100,20	201,26	241,51	30,8	315,93
	2037	176.921	99,0	175.152	100,20	203,13	243,75	30,7	318,53
	2038	178.563	99,0	176.777	100,20	205,01	246,02	30,5	321,15
	2039	180.219	99,0	178.417	100,20	206,91	248,30	30,4	323,79
	2040	181.891	99,0	180.072	100,20	208,83	250,60	30,3	326,45
	2041	183.579	99,0	181.743	100,20	210,77	252,93	30,1	329,14
	2042	185.282	99,0	183.429	100,20	212,73	255,27	30,0	331,85

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.
Nota: [1] Valor estimado com base na taxa de crescimento da demanda PARMS

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 32 – Projeção de Demandas de Água para o Cenário de Referência 1 para a zona urbana e rural do distrito de Distrito Boaçu

Prazo	Ano	Total				Urbana				Rural			
		População Total (hab)	Consumo *Per Capita* (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População Urbana (hab)	Consumo *Per Capita* (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População rural (hab)	Consumo *Per Capita* (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)
Atual	**2022**	1.307	100,00	1,51	1,82	119	100,00	0,14	0,17	1.187	**100,00**	**1,37**	**1,65**
Curto Prazo	**2023**	1.259	100,00	1,46	1,75	120	100,00	0,14	0,17	1.138	**100,00**	**1,32**	1,58
	2024	1.213	100,00	1,40	1,68	122	100,00	0,14	0,17	1.091	**100,00**	**1,26**	1,52
	2025	1.169	100,00	1,35	1,62	123	100,00	0,14	0,17	1.046	**100,00**	**1,21**	1,45
	2026	1.127	100,00	1,30	1,57	124	100,00	0,14	0,17	1.003	**100,00**	**1,16**	**1,39**
Médio Prazo	**2027**	1.087	100,00	1,26	1,51	125	100,00	0,14	0,17	962	**100,00**	**1,11**	1,34
	2028	1.048	100,00	1,21	1,46	126	100,00	0,15	0,18	922	**100,00**	**1,07**	1,28
	2029	1.011	100,00	1,17	1,40	127	100,00	0,15	0,18	884	**100,00**	**1,02**	1,23
	2030	976	100,00	1,13	1,36	129	100,00	0,15	0,18	847	**100,00**	**0,98**	**1,18**
Longo Prazo	**2031**	942	100,00	1,09	1,31	130	100,00	0,15	0,18	812	**100,00**	**0,94**	1,13
	2032	910	100,00	1,05	1,26	131	100,00	0,15	0,18	779	**100,00**	**0,90**	1,08
	2033	879	100,00	1,02	1,22	132	100,00	0,15	0,18	747	**100,00**	**0,86**	1,04
	2034	849	100,00	0,98	1,18	133	100,00	0,15	0,18	716	**100,00**	**0,83**	0,99
	2035	821	100,00	0,95	1,14	135	100,00	0,16	0,19	686	**100,00**	**0,79**	0,95
	2036	794	100,00	0,92	1,10	136	100,00	0,16	0,19	658	**100,00**	**0,76**	0,91
	2037	768	100,00	0,89	1,07	137	100,00	0,16	0,19	631	**100,00**	**0,73**	0,88
	2038	743	100,00	0,86	1,03	138	100,00	0,16	0,19	605	**100,00**	**0,70**	0,84
	2039	720	100,00	0,83	1,00	140	100,00	0,16	0,19	580	**100,00**	**0,67**	0,81
	2040	697	100,00	0,81	0,97	141	100,00	0,16	0,20	556	**100,00**	**0,64**	0,77
	2041	675	100,00	0,78	0,94	142	100,00	0,16	0,20	533	**100,00**	**0,62**	0,74
	2042	655	100,00	0,76	0,91	144	100,00	0,17	0,20	511	**100,00**	**0,59**	**0,71**

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 33 – Projeção de Demandas de Água para o Cenário de Referência 1 para a zona urbana do distrito de Distrito Florestal

Prazo	Ano	Total				Urbana				Rural			
		População Total (hab)	Consumo *Per Capita* (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População Urbana (hab)	Consumo *Per Capita* (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População rural (hab)	Consumo *Per Capita* (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)
Atual	**2022**	2.462	100,00	2,85	3,42	484	100,00	0,56	0,67	1.978	100,00	0,12	0,14
	2023	2.385	100,00	0,12	0,14	489	100,00	0,57	0,68	1.897	100,00	0,12	0,14
Curto	**2024**	2.312	100,00	0,12	0,14	493	100,00	0,57	0,68	1.818	100,00	0,12	0,14
Prazo	**2025**	2.241	100,00	0,12	0,14	498	100,00	0,58	0,69	1.743	100,00	0,12	0,14
	2026	2.174	100,00	0,12	0,14	502	100,00	0,58	0,70	1.671	100,00	0,12	0,14
	2027	2.109	100,00	0,12	0,14	507	100,00	0,59	0,70	1.602	100,00	0,12	0,14
Médio	**2028**	2.048	100,00	0,12	0,14	512	100,00	0,59	0,71	1.536	100,00	0,12	0,14
Prazo	**2029**	1.989	100,00	0,12	0,14	517	100,00	0,60	0,72	1.473	100,00	0,12	0,14
	2030	1.933	100,00	0,12	0,14	521	100,00	0,60	0,72	1.412	100,00	0,12	0,14
	2031	1.880	100,00	0,12	0,14	526	100,00	0,61	0,73	1.354	100,00	0,12	0,14
	2032	1.829	100,00	0,12	0,14	531	100,00	0,61	0,74	1.298	100,00	0,12	0,14
	2033	1.780	100,00	0,12	0,14	536	100,00	0,62	0,74	1.244	100,00	0,12	0,14
	2034	1.734	100,00	0,12	0,14	541	100,00	0,63	0,75	1.193	100,00	0,12	0,14
	2035	1.690	100,00	0,12	0,14	546	100,00	0,63	0,76	1.144	100,00	0,12	0,14
Longo	**2036**	1.648	100,00	0,12	0,14	551	100,00	0,64	0,77	1.097	100,00	0,12	0,14
Prazo	**2037**	1.607	100,00	0,12	0,14	556	100,00	0,64	0,77	1.051	100,00	0,12	0,14
	2038	1.569	100,00	0,12	0,14	561	100,00	0,65	0,78	1.008	100,00	0,12	0,14
	2039	1.533	100,00	0,12	0,14	567	100,00	0,66	0,79	966	100,00	0,12	0,14
	2040	1.498	100,00	0,12	0,14	572	100,00	0,66	0,79	926	100,00	0,12	0,14
	2041	1.465	100,00	0,12	0,14	577	100,00	0,67	0,80	888	100,00	0,12	0,14
	2042	1.434	100,00	0,12	0,14	582	100,00	0,67	0,81	851	100,00	0,12	0,14

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 34 – Projeção de Demandas de Água para o Cenário de Referência 1 para a zona urbana do distrito de Distrito Itaibó

Prazo	Ano	Total				Urbana				Rural			
		População Total (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População Urbana (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População rural (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)
Atual	2022	1.200	100,00	1,39	1,67	534	100,00	0,62	0,74	666	100,00	0,77	0,93
Curto Prazo	2023	1.177	100,00	1,36	1,63	539	100,00	0,62	0,75	639	100,00	0,74	0,89
	2024	1.156	100,00	1,34	1,61	544	100,00	0,63	0,76	612	100,00	0,71	0,85
	2025	1.136	100,00	1,31	1,58	549	100,00	0,64	0,76	587	100,00	0,68	0,82
	2026	1.117	100,00	1,29	1,55	554	100,00	0,64	0,77	563	100,00	0,65	0,78
Médio Prazo	2027	1.099	100,00	1,27	1,53	559	100,00	0,65	0,78	540	100,00	0,63	0,75
	2028	1.082	100,00	1,25	1,50	564	100,00	0,65	0,78	517	100,00	0,60	0,72
	2029	1.065	100,00	1,23	1,48	569	100,00	0,66	0,79	496	100,00	0,57	0,69
	2030	1.050	100,00	1,22	1,46	575	100,00	0,67	0,80	476	100,00	0,55	0,66
Longo Prazo	2031	1.036	100,00	1,20	1,44	580	100,00	0,67	0,81	456	100,00	0,53	0,63
	2032	1.022	100,00	1,18	1,42	585	100,00	0,68	0,81	437	100,00	0,51	0,61
	2033	1.010	100,00	1,17	1,40	591	100,00	0,68	0,82	419	100,00	0,48	0,58

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prazo	Ano	Total				Urbana				Rural			
		População Total (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População Urbana (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População rural (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)
	2034	998	100,00	1,16	1,39	596	100,00	0,69	0,83	402	100,00	0,47	0,56
	2035	987	100,00	1,14	1,37	602	100,00	0,70	0,84	385	100,00	0,45	0,53
	2036	977	100,00	1,13	1,36	607	100,00	0,70	0,84	369	100,00	0,43	0,51
	2037	967	100,00	1,12	1,34	613	100,00	0,71	0,85	354	100,00	0,41	0,49
	2038	958	100,00	1,11	1,33	619	100,00	0,72	0,86	339	100,00	0,39	0,47
	2039	950	100,00	1,10	1,32	624	100,00	0,72	0,87	325	100,00	0,38	0,45
	2040	942	100,00	1,09	1,31	630	100,00	0,73	0,88	312	100,00	0,36	0,43
	2041	935	100,00	1,08	1,30	636	100,00	0,74	0,88	299	100,00	0,35	0,42
	2042	929	100,00	1,08	1,29	642	100,00	0,74	0,89	287	100,00	0,33	0,40

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 35 – Projeção de Demandas de Água para o Cenário de Referência 1 para a zona urbana do distrito de Distrito Itajuru

Prazo	Ano	Total				Urbana				Rural			
		População Total (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População Urbana (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População rural (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)
Atual	2022	2.781	100,00	3,22	3,86	1.373	100,00	1,59	1,91	1.408	100,00	1,63	1,96
Curto Prazo	2023	2.736	100,00	3,17	3,80	1.385	100,00	1,60	1,92	1.350	100,00	1,56	1,88
	2024	2.693	100,00	3,12	3,74	1.398	100,00	1,62	1,94	1.295	100,00	1,50	1,80
	2025	2.652	100,00	3,07	3,68	1.411	100,00	1,63	1,96	1.241	100,00	1,44	1,72
	2026	2.614	100,00	3,03	3,63	1.424	100,00	1,65	1,98	1.190	100,00	1,38	1,65
Médio Prazo	2027	2.578	100,00	2,98	3,58	1.438	100,00	1,66	2,00	1.141	100,00	1,32	1,58
	2028	2.545	100,00	2,95	3,53	1.451	100,00	1,68	2,02	1.094	100,00	1,27	1,52
	2029	2.513	100,00	2,91	3,49	1.464	100,00	1,69	2,03	1.049	100,00	1,21	1,46
	2030	2.483	100,00	2,87	3,45	1.478	100,00	1,71	2,05	1.005	100,00	1,16	1,40
Longo Prazo	2031	2.456	100,00	2,84	3,41	1.492	100,00	1,73	2,07	964	100,00	1,12	1,34
	2032	2.430	100,00	2,81	3,38	1.505	100,00	1,74	2,09	924	100,00	1,07	1,28
	2033	2.405	100,00	2,78	3,34	1.519	100,00	1,76	2,11	886	100,00	1,03	1,23
	2034	2.383	100,00	2,76	3,31	1.534	100,00	1,78	2,13	849	100,00	0,98	1,18

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié
quinta-feira, 29 de junho de 2023 | Ano IX - Edição nº 01780 | Caderno 1
Diário Oficial do Município 408

Prazo	Ano	Total				Urbana				Rural			
		População Total (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População Urbana (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População rural (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)
	2035	2.362	100,00	2,73	3,28	1.548	100,00	1,79	2,15	814	100,00	0,94	1,13
	2036	2.343	100,00	2,71	3,25	1.562	100,00	1,81	2,17	781	100,00	0,90	1,08
	2037	2.325	100,00	2,69	3,23	1.577	100,00	1,83	2,19	749	100,00	0,87	1,04
	2038	2.309	100,00	2,67	3,21	1.591	100,00	1,84	2,21	718	100,00	0,83	1,00
	2039	2.294	100,00	2,66	3,19	1.606	100,00	1,86	2,23	688	100,00	0,80	0,96
	2040	2.281	100,00	2,64	3,17	1.621	100,00	1,88	2,25	660	100,00	0,76	0,92
	2041	2.268	100,00	2,63	3,15	1.636	100,00	1,89	2,27	632	100,00	0,73	0,88
	2042	2.257	100,00	2,61	3,13	1.651	100,00	1,91	2,29	606	100,00	0,70	0,84

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 36 – Projeção de Demandas de Água para o Cenário de Referência 1 para a zona urbana do distrito de Distrito Monte Branco

Prazo	Ano	Total				Urbana				Rural			
		População Total (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População Urbana (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População rural (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)
Atual	2022	466	100,00	0,54	0,65	170	100,00	0,20	0,24	296	100,00	0,34	0,41
Curto Prazo	2023	456	100,00	0,53	0,63	172	100,00	0,20	0,24	284	100,00	0,33	0,39
	2024	445	100,00	0,52	0,62	173	100,00	0,20	0,24	272	100,00	0,31	0,38
	2025	436	100,00	0,50	0,61	175	100,00	0,20	0,24	261	100,00	0,30	0,36
	2026	427	100,00	0,49	0,59	176	100,00	0,20	0,24	250	100,00	0,29	0,35
Médio Prazo	2027	418	100,00	0,48	0,58	178	100,00	0,21	0,25	240	100,00	0,28	0,33
	2028	410	100,00	0,47	0,57	180	100,00	0,21	0,25	230	100,00	0,27	0,32
	2029	402	100,00	0,47	0,56	181	100,00	0,21	0,25	221	100,00	0,26	0,31
	2030	395	100,00	0,46	0,55	183	100,00	0,21	0,25	211	100,00	0,24	0,29
Longo Prazo	2031	387	100,00	0,45	0,54	185	100,00	0,21	0,26	203	100,00	0,23	0,28
	2032	381	100,00	0,44	0,53	186	100,00	0,22	0,26	194	100,00	0,22	0,27
	2033	375	100,00	0,43	0,52	188	100,00	0,22	0,26	186	100,00	0,22	0,26
	2034	369	100,00	0,43	0,51	190	100,00	0,22	0,26	179	100,00	0,21	0,25

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prazo	Ano	Total				Urbana				Rural			
		População Total (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População Urbana (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População rural (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)
	2035	363	100,00	0,42	0,50	192	100,00	0,22	0,27	171	100,00	0,20	0,24
	2036	358	100,00	0,41	0,50	194	100,00	0,22	0,27	164	100,00	0,19	0,23
	2037	353	100,00	0,41	0,49	195	100,00	0,23	0,27	157	100,00	0,18	0,22
	2038	348	100,00	0,40	0,48	197	100,00	0,23	0,27	151	100,00	0,17	0,21
	2039	344	100,00	0,40	0,48	199	100,00	0,23	0,28	145	100,00	0,17	0,20
	2040	340	100,00	0,39	0,47	201	100,00	0,23	0,28	139	100,00	0,16	0,19
	2041	336	100,00	0,39	0,47	203	100,00	0,23	0,28	133	100,00	0,15	0,18
	2042	332	100,00	0,38	0,46	205	100,00	0,24	0,28	127	100,00	0,15	0,18

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 37 – Projeção de Demandas de Água para o Cenário de Referência 1 para a zona urbana do distrito de Distrito Oriente Novo

Prazo	Ano	Total				Urbana				Rural			
		População Total (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População Urbana (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População rural (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)
Atual	2022	751	100,00	0,87	1,04	288	100,00	0,33	0,40	462	100,00	0,53	0,64
Curto Prazo	2023	734	100,00	0,85	1,02	291	100,00	0,34	0,40	443	100,00	0,51	0,62
	2024	719	100,00	0,83	1,00	294	100,00	0,34	0,41	425	100,00	0,49	0,59
	2025	704	100,00	0,81	0,98	296	100,00	0,34	0,41	407	100,00	0,47	0,57
	2026	690	100,00	0,80	0,96	299	100,00	0,35	0,42	391	100,00	0,45	0,54
Médio Prazo	2027	676	100,00	0,78	0,94	302	100,00	0,35	0,42	374	100,00	0,43	0,52
	2028	664	100,00	0,77	0,92	305	100,00	0,35	0,42	359	100,00	0,42	0,50
	2029	652	100,00	0,75	0,91	308	100,00	0,36	0,43	344	100,00	0,40	0,48
	2030	640	100,00	0,74	0,89	310	100,00	0,36	0,43	330	100,00	0,38	0,46
Longo Prazo	2031	630	100,00	0,73	0,88	313	100,00	0,36	0,43	316	100,00	0,37	0,44
	2032	619	100,00	0,72	0,86	316	100,00	0,37	0,44	303	100,00	0,35	0,42
	2033	610	100,00	0,71	0,85	319	100,00	0,37	0,44	291	100,00	0,34	0,40

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prazo	Ano	Total				Urbana				Rural			
		População Total (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População Urbana (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)	População rural (hab)	Consumo Per Capita (l/hab.dia)	Demanda Média Diária (l/s)	Demanda do dia de maior consumo (K1) (l/s)
	2034	601	100,00	0,70	0,83	322	100,00	0,37	0,45	279	100,00	0,32	0,39
	2035	592	100,00	0,69	0,82	325	100,00	0,38	0,45	267	100,00	0,31	0,37
	2036	584	100,00	0,68	0,81	328	100,00	0,38	0,46	256	100,00	0,30	0,36
	2037	577	100,00	0,67	0,80	331	100,00	0,38	0,46	246	100,00	0,28	0,34
	2038	570	100,00	0,66	0,79	334	100,00	0,39	0,46	236	100,00	0,27	0,33
	2039	563	100,00	0,65	0,78	337	100,00	0,39	0,47	226	100,00	0,26	0,31
	2040	557	100,00	0,64	0,77	340	100,00	0,39	0,47	217	100,00	0,25	0,30
	2041	551	100,00	0,64	0,77	344	100,00	0,40	0,48	208	100,00	0,24	0,29
	2042	546	100,00	0,63	0,76	347	100,00	0,40	0,48	199	100,00	0,23	0,28

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

4.3.2 Alternativas de Mananciais

4.4 Estudo de Mananciais para Abastecimento de Água

Como mencionado no Produto 3, o município de Jequié está inserido na RPGA VIII – Rio das Contas. Segundo a Agência Nacional das Águas (ANA), para assegurar ao usuário o direito do acesso à água e regularizar o uso da mesma em uma bacia hidrográfica, é necessário ter seu controle quantitativo e qualitativo por meio de um instrumento da outorga, estabelecido pela Política de Recursos Hídricos de Águas, instituída pela Lei Federal nº 9.433/1997.

Ressalta-se que cada bacia hidrográfica deve ter seus Planos Diretores das Bacias Hidrográficas, de natureza estratégica e operacional, com a finalidade de fundamentar e orientar a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, compatibilizando os aspectos quantitativos e qualitativos do uso das águas, de modo a assegurar as metas e os usos neles previstos, na área da bacia ou região hidrográfica considerada.

O sistema de abastecimento de água que atende zona urbana do município e algumas localidades rurais, sendo verificado que os distritos de Itajuru e Boaçu são os que apresentam maior acesso à rede geral de distribuição. Nos demais distritos, o abastecimento é viabilizado, primariamente, por poços ou nascentes.

Os mananciais de captação do SAA de Jequié, Rio Preto do Criciúma e Rio de Contas, são enquadrados como rios de água doce. No que se refere a enquadramento, de acordo com o Plano de Recursos Hídricos e Proposta de Enquadramento dos Corpos de Água da Bacia Hidrográfica do Rio das Contas elaborado em 2020, o trecho do Rio Preto do Criciúma compreendido entre sua nascente até o Rio das Contas, bem como, o trecho do Rio das Contas compreendido do encontro com o Rio Gavião até o início do Reservatório Pedra (UHE), possuem enquadramento como Classe 1.

O monitoramento da qualidade da água dos rios da Bahia é competência do INEMA, além de coordenar, executar, acompanhar e avaliar a qualidade ambiental e de recursos hídricos, conforme a Lei Estadual n° 12.212/2011. As análises da qualidade da água desses rios são realizadas pelo Programa Monitora, executado pela Coordenação de Monitoramento dos Recursos Ambientais e Hídricos (COMON).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

O Monitora tem como objetivo avaliar a evolução espacial e temporal da qualidade das águas para os diferentes fins; correlacionar suas condições qualitativas aos usos e ocupação do solo nas diferentes bacias; gerar informações relativas às áreas prioritárias para o controle da poluição da água; subsidiar a elaboração de propostas de enquadramento de rios e fornecer informações para os sistemas nacional e estadual de informações de recursos hídricos (INEMA, 2013).

De acordo com o Inema (2019), são monitorados 134 rios, além de outros corpos d'água, sendo que o levantamento feito na base de dados do Monitora revelou um total de 560 pontos de amostragem. As campanhas de coleta são realizadas trimestralmente, sendo analisados diversos parâmetros físicos, químicos e biológicos.

No município de Jequié, segundo o INEMA, existem dois pontos de amostragem ativos de monitoramento, um localizado na Barragem das Pedras e outro localizado na zona urbana do município.

A partir dos parâmetros de qualidade da água monitorados o Monitora apresenta dois índices de avaliação da qualidade da água: o Índice de Qualidade da Água (IQA) e o Índice de Estado Trófico (IET). O IQA é um valor que ponderada nove parâmetros de qualidade da água: sólidos totais, turbidez, temperatura, oxigênio dissolvido, DBO5, pH, nitrogênio total, fósforo total e coliformes termotolerantes. O IET, segundo a ANA (2019), tem por finalidade classificar corpos d'água em diferentes graus de trofia, ou seja, analisa a qualidade da água quanto ao enriquecimento por nutrientes e seu efeito relacionado ao crescimento excessivo das algas ou ao aumento da infestação de macrófitas aquáticas.

A falta de chuvas regulares interfere também na disponibilidade hídrica dos mananciais superficiais e subterrâneos, com redução gradativa da vazão. Diante deste cenário, o município possui áreas críticas para o abastecimento de água, sobretudo em comunidades rurais. Para minimizar estes problemas, o município foi contemplado pelo Projeto Cisterna, o qual faz parte do Programa Água para Todos do Governo Federal, com a construção de cisternas e barreiros de trincheiras viabilizadas em parceria com a Associação das Donas de Casa da Bahia (ADCB). Dentre as localidades beneficiadas com cisternas estão Barraquinha, Busca Vida, Monte Branco, Castanhão, Morro Verde, Santa Helena e Nova Esperança.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

O Inema (2021) informa que a RPGA do Rio de Contas possui uma área equivalente à 55.334 km^2, devido à extensão da Região de Planejamento ocorreu a subdivisão em nove Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH). De maneira que Jequié encontra-se inserido na UPGRH Incremental Contas-Gongogi com percentual de sua área de 68% de área e na UPGRH Incremental Contas-Pedra com 32%.

Analisando o Plano de Bacia do Rio da Contas (CBH-CONTAS, 2017c), constata-se que a UPGRH Incremental Contas-Gongogi possui uma disponibilidade hídrica superficial de 746 hm^3/ano e disponibilidade hídrica subterrânea correspondente a 189 hm^3/ano. Já a UPGRH Incremental Contas-Pedra possui uma disponibilidade hídrica superficial de 662,3hm^3/ano e disponibilidade hídrica subterrânea de 210 hm^3/ano.

4.4.1 Alternativas Técnicas para Atendimento da Demanda

A partir do cenário de referência é possível propor alternativas de intervenção e de mitigação dos déficits e das deficiências na prestação deste serviço, com o objetivo de sanar ou melhorar tais carências, e na busca pela universalização no decorrer do horizonte de planejamento.

Nesta etapa são apresentadas as alternativas que promoverão a compatibilização quantitativa e qualitativa entre demandas e disponibilidades, de modo a atender as metas estabelecidas para o serviço de abastecimento de água no município de Jequié. O **Quadro 15** resume as alternativas adotadas para o abastecimento de água, que são detalhadas logo após o quadro.

Quadro 15 – Alternativas de abastecimento de água adotadas

Objetivo	Critérios	Alternativas adotadas
Garantir a universalização no atendimento do saneamento,	Quantidade e qualidade	• Manter o sistema de abastecimento de água operado pela Embasa para toda a população urbana (sede municipal e distritos) • Ampliação da capacidade de reservação do SAA operado pela Embasa • Ampliação e manutenção da adução do SAA operado pela Embasa • Requalificação e ampliação dos sistemas simplificados existentes, com a implantação do tratamento dentro dos parâmetros da potabilidade da água captada. • Implantação de sistemas alternativos de abastecimento de água, tais como poços rasos e cisternas de captação e águas de chuvas em unidades isoladas.
Buscar a sustentabilidade	Atendimento suficiente e de	• Ampliação e melhorias no monitoramento da qualidade água. • Ampliação do índice de hidrometração.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Objetivo	Critérios	Alternativas adotadas
dos serviços de saneamento	qualidade, proteção ambiental, adequação (cultural e social) e justiça tarifária.	• Melhorias e manutenção do SAA operado pela Embasa, visando a redução do índice de perdas no sistema. • Capacitação dos usuários de sistemas alternativos individuais de abastecimento de água para operação do sistema. • Utilização de tecnologia simples e, adequada à realidade social e cultural da comunidade rural.

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

4.5 Esgotamento Sanitário

Quanto ao esgotamento sanitário na zona urbana do município de Jequié, segundo dados ANA (2016), 16,5% do esgoto produzido na sede, não possui coleta e nem tratamento, alcançando dois mananciais diferentes (Riacho da Conceição e o Rio das Contas), 1,6% é destinado a soluções individualizadas (fossa) e a maior parcela do esgoto (82%) é destinado ao SES, que apresenta como ponto de lançamento do efluente tratado o Rio das Contas.

De acordo com dados do IBGE (2010), a maioria da população apresenta acesso à rede geral de esgoto ou pluvial. Em 2000, 65,01% da população de Jequié possuía acesso a rede geral de esgoto ou pluvial, porquanto em 2010 esse percentual aumentou para 75,46%.

Na zona rural, a instalação sanitária mais recorrente são as fossas rudimentares, seguido pelas sépticas, que representam 43,08% do total. Outro aspecto relevante é a redução, de 15,89% para 4,36%, de domicílios sem instalação sanitária entre o período de 2000 a 2010, o que pode representar melhoria da qualidade de vida da população.

A Embasa opera um sistema de esgotamento sanitário que atende parte da população da sede municipal, cerca de 136.173habitantes segundo o SNIS (2019). Os distritos do município não dispõem de sistema de esgotamento sanitário, existindo diversos pontos de lançamentos de esgotos nas ruas ou em córregos.

4.5.1 Estudo de Cenário e Projeção de Demandas do SES Sede Jequié

A estimativa da quantidade de esgoto coletado que seria tratado para os próximos 20 anos foi realizada a partir da projeção populacional e pelo estudo de cenários, construídos com dados fornecidos pela prestadora e outros obtidos em banco de dados oficiais.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

O **Quadro 16** apresenta de maneira esquemática um resumo das variáveis definidas, incluindo objetivo, equação, valor atual e unidade de medida.

Quadro 16 - Variáveis definidas para o SES da Sede Municipal

Indicador	Objetivo	Equação	Valor atual	Unidade
Índice de atendimento por rede coletora de esgoto ou pluvial	Estimar a porcentagem da população da sede atendida por rede coletora de esgotos ou água pluvial	População atendida / População total da sede	87,00	Percentual (%)
Índice de atendimento por SES	Estimar a porcentagem do esgoto coletado por sistema de esgotamento sanitário (solução adequado)	População urbana com rede coletora e tratamento / População urbana	100,00	Percentual (%)
Geração do per capita de esgoto	Estimar a geração de esgoto	Consumo per capita de água x 0,8	80,20	L./hab.dia

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Após a definição das variáveis, formulou-se 03 (três) cenários, baseando-se nos dados e estudos realizados para o diagnóstico, no Plansab, e na meta fixada em 90% pela Lei Nacional nº 14.026/20 no final do horizonte de longo prazo (2033), resultando nas alternativas de cenários (**Quadro 17**).

Quadro 17 - Hipóteses das variáveis definidas para o Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede Municipal

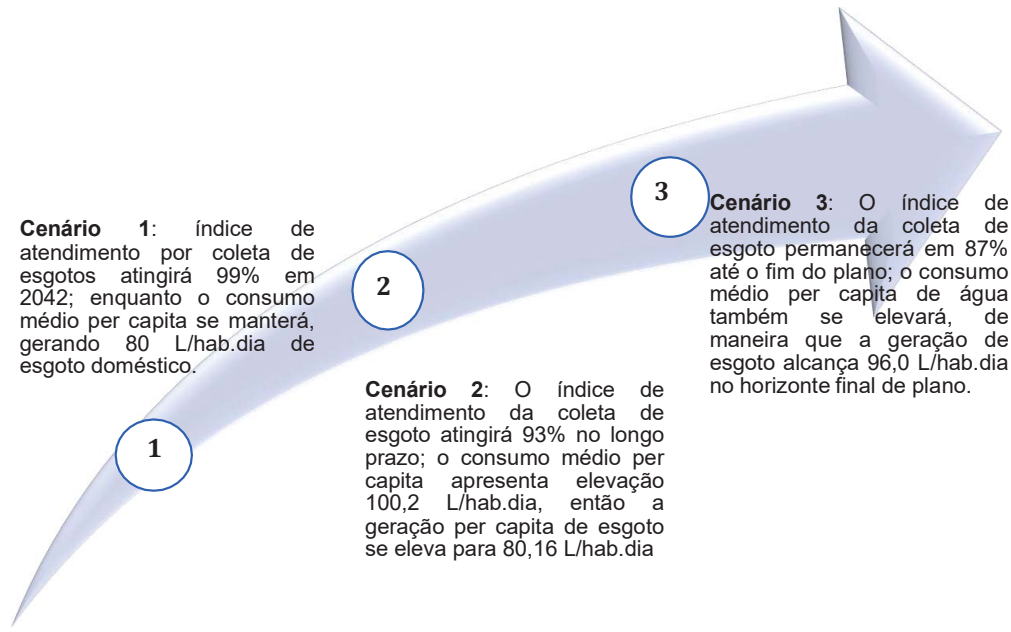
Variável	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Índice de atendimento por rede geral de coleta (%)	Elevação do índice de atendimento até 99%	Elevação do índice de atendimento conforme meta do Plansab (75%) em 2042	Índice de atendimento de 50%
Índice de tratamento do esgoto coletado (%)	Manutenção do índice de tratamento em 100%	Manutenção do índice de tratamento em 100%	Manutenção do índice de tratamento em 100%
Geração *per capita* de esgoto (L/hab.dia)	Geração per capita de 80L/hab.dia	Geração per capita de 80L/hab.dia	Elevação da geração per capita para 96 L/hab.dia
CENÁRIO	1	2	3

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

A **Figura 60** apresenta um resumo dos cenários analisados para a sede municipal.

Figura 60 - Cenários alternativos do SES da sede municipal

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Contudo, diante dos cenários propostos, se faz necessário selecionar aquele que atenda as condições da realidade local e que ao mesmo tempo contemple possibilidades de concretização. Assim, diante das carências que marcam a situação do esgotamento sanitário na sede municipal de Jequié, no que se refere ao índice de cobertura, o **Cenário 2** se configura como aquele que prevê as mudanças necessárias no sistema existente e ao mesmo tempo contempla o alcance das metas admitidas como factíveis em prazos escalonados.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 38 - Cenário 2 do SES da sede municipal de Jequié

Prazo	Ano	População dos distritos (hab)	Consumo per capita Água (L/hab.dia)	Geração per capita de esgoto (L/hab.dia)	Vazão média de esgoto doméstico gerado (L/s)	Índice de cobertura por rede coletora ou soluções individuais adequadas (%)	População atendida por rede coletora (hab)	Vazão média de esgoto doméstico coletado (L/s)	Vazão média de esgoto doméstico não coletado (L/s)	Extensão de rede coletora (m)	Vazão de infiltração (L/s)	Vazão de esgoto coletado (L/s) considera Qinf	Índice de tratamento do esgoto coletado (%)	Vazão média de esgoto doméstico coletado e tratado (L/s)	Vazão média de esgoto coletado e não tratado (L/s)
Atual	2022	3.329	100,00	80,0	3,1	0%	0	0,0	3,1	0	0,0	0,0	0%	0,0	0,0
	2023	3.360	100,00	80,0	3,1	0	0	0,0	3,1	0	0,0	0,0	0%	0,0	0,0
Curto	2024	3.391	100,00	80,0	3,1	0%	0	0,0	3,1	0	0,0	0,0	0%	0,0	0,0
Prazo	2025	3.422	100,00	80,0	3,2	0%	0	0,0	3,2	0	0,0	0,0	0%	0,0	0,0
	2026	3.454	100,00	80,0	3,2	0%	0	0,0	3,2	0	0,0	0,0	0%	0,0	0,0
	2027	3.486	100,00	80,0	3,2	0%	0	0,0	3,2	0	0,0	0,0	0%	0,0	0,0
Médio	2028	3.518	100,00	80,0	3,3	0%	0	0,0	3,3	0	0,0	0,0	0%	0,0	0,0
Prazo	2029	3.551	100,00	80,0	3,3	10%	355	0,3	3,0	20.422	2,0	2,4	100%	2,4	0,0
	2030	3.584	100,00	80,0	3,3	12%	418	0,4	2,9	20.611	2,1	2,4	100%	2,4	0,0
	2031	3.617	100,00	80,0	3,3	14%	493	0,5	2,9	20.801	2,1	2,5	100%	2,5	0,0
	2032	3.651	100,00	80,0	3,4	16%	581	0,5	2,8	20.997	2,1	2,6	100%	2,6	0,0
	2033	3.685	100,00	80,0	3,4	19%	685	0,6	2,8	21.192	2,1	2,8	100%	2,8	0,0
	2034	3.719	100,00	80,0	3,4	22%	807	0,7	2,7	21.388	2,1	2,9	100%	2,9	0,0
	2035	3.753	100,00	80,0	3,5	25%	951	0,9	2,6	21.583	2,2	3,0	100%	3,0	0,0
Longo	2036	3.788	100,00	80,0	3,5	30%	1.121	1,0	2,5	21.785	2,2	3,2	100%	3,2	0,0
Prazo	2037	3.823	100,00	80,0	3,5	35%	1.321	1,2	2,3	21.986	2,2	3,4	100%	3,4	0,0
	2038	3.859	100,00	80,0	3,6	40%	1.557	1,4	2,1	22.193	2,2	3,7	100%	3,7	0,0
	2039	3.895	100,00	80,0	3,6	47%	1.835	1,7	1,9	22.400	2,2	3,9	100%	3,9	0,0
	2040	3.931	100,00	80,0	3,6	55%	2.162	2,0	1,6	22.607	2,3	4,3	100%	4,3	0,0
	2041	3.967	100,00	80,0	3,7	64%	2.548	2,4	1,3	22.814	2,3	4,6	100%	4,6	0,0
	2042	4.004	100,00	80,0	3,7	75%	3.003	2,8	0,9	23.027	2,3	5,1	100%	5,1	0,0

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 39 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da Sede Municipal

Prazo	Ano	População Urbana (hab)	Índice de Cobertura (%)	População urbana atendida (hab)	Consumo per capita de Água - Urbano (L/hab.dia)	Geração per capita de esgoto (L/hab.dia)	Vazão média de esgoto doméstico coletado (L/s)	Índice de tratamento de esgoto (%)	Vazão média de esgoto tratado (L/s)
Atual	2022	153.675	87%	133.697	100,20	80,2	170,2	100%	220,2
Curto Prazo	2023	155.101	87%	135.389	100,20	80,2	172,2	100%	220,2
	2024	156.540	88%	137.101	100,20	80,2	174,3	100%	220,2
	2025	157.992	88%	138.835	100,20	80,2	176,3	100%	220,2
	2026	159.458	88%	140.591	100,20	80,2	178,4	100%	220,2
Médio Prazo	2027	160.937	88%	142.369	100,20	80,2	180,5	100%	220,2
	2028	162.430	89%	144.170	100,20	80,2	182,6	100%	220,2
	2029	163.937	89%	145.994	100,20	80,2	184,7	100%	220,2
	2030	165.458	89%	147.840	100,20	80,2	186,9	100%	220,2
Longo Prazo	2031	166.993	90%	149.710	100,20	80,2	189,1	100%	220,2
	2032	168.543	90%	151.604	100,20	80,2	191,3	100%	220,2
	2033	170.106	90%	153.521	100,20	80,2	193,6	100%	220,2
	2034	171.684	91%	155.463	100,20	80,2	195,8	100%	220,2
	2035	173.277	91%	157.430	100,20	80,2	198,2	100%	220,2
	2036	174.885	91%	159.421	100,20	80,2	200,5	100%	220,2
	2037	176.507	91%	161.437	100,20	80,2	202,8	100%	220,2
	2038	178.145	92%	163.480	100,20	80,2	205,2	100%	220,2
	2039	179.798	92%	165.548	100,20	80,2	207,6	100%	220,2
	2040	181.466	92%	167.642	100,20	80,2	210,1	100%	220,2
	2041	183.150	93%	169.762	100,20	80,2	212,6	100%	220,2
	2042	184.848	93%	171.909	100,20	80,2	215,1	100%	220,2

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 40 - Projeção d Demandas dc Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário De Referência 2 da área urbana do distı ito Baixão

Prazo	Ano	População Urbana (hab)	Índice de Cobertura (%)	População urbana atendida (hab)	Consumo per capita de Água - Urbano (L/hab.dia)	Geração per capita de esgoto (L/hab.dia)	Vazão média de esgoto doméstico coletado (L/s)	Índice de tratamento de esgoto (%)	Vazão média de esgoto coletado e tratado (L/s)
Atual	2022	360	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
Curto Prazo	2023	364	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2024	367	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2025	370	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2026	374	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
Médio Prazo	2027	377	0%	0	100,0	80,0	0,3	0%	0,0
	2028	381	0%	0	100,0	80,0	0,3	0%	0,0
	2029	384	0%	0	100,0	80,0	0,3	0%	0,0
	2030	388	10%	39	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
Longo Prazo	2031	392	12%	46	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2032	395	14%	55	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2033	399	17%	66	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2034	403	20%	79	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2035	406	23%	94	100,0	80,0	0,4	100%	0,4
	2036	410	27%	112	100,0	80,0	0,4	100%	0,4
	2037	414	32%	134	100,0	80,0	0,4	100%	0,4
	2038	418	38%	160	100,0	80,0	0,4	100%	0,4
	2039	422	45%	191	100,0	80,0	0,5	100%	0,5
	2040	426	54%	228	100,0	80,0	0,5	100%	0,5
	2041	429	63%	272	100,0	80,0	0,5	100%	0,5
	2042	433	75%	325	100,0	80,0	0,6	100%	0,6

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 41 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Boaçu

Prazo	Ano	População Urbana (hab)	Índice de Cobertura (%)	População urbana atendida (hab)	Consumo per capita de Água - Urbano (L/hab.dia)	Geração per capita de esgoto (L/hab.dia)	Vazão média de esgoto doméstico coletado (L/s)	Índice de tratamento de esgoto (%)	Vazão média de esgoto tratado (L/s)
Atual	2022	119	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
Curto Prazo	2023	120	0	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2024	122	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2025	123	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2026	124	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
Médio Prazo	2027	125	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2028	126	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2029	127	10%	13	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2030	129	12%	15	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
Longo Prazo	2031	130	14%	18	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2032	131	16%	21	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2033	132	19%	25	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2034	133	22%	29	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2035	135	25%	34	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2036	136	30%	40	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2037	137	35%	47	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2038	138	40%	56	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2039	140	47%	66	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2040	141	55%	78	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2041	142	64%	91	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2042	144	75%	108	100,0	80,0	0,3	100%	0,3

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 42 - Projeção de Demandas d Serviço de Esg otamento Sanitário para o Ce ário de Referência 2 da área urbana do distrito Florestal

Prazo	Ano	População Urbana (hab)	Índice de Cobertura (%)	População urbana atendida (hab)	Consumo per capita de Água - Urbano (L/hab.dia)	Geração per capita de esgoto (L/hab.dia)	Vazão média de esgoto doméstico coletado (L/s)	Índice de tratamento de esgoto (%)	Vazão média de esgoto coletado e tratado (L/s)
Atual	2022	484	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
Curto Prazo	2023	489	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
	2024	493	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
	2025	498	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
	2026	502	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
Médio Prazo	2027	507	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
	2028	512	10%	51	100,0	80,0	0,5	100%	0,5
	2029	517	12%	60	100,0	80,0	0,5	100%	0,5
	2030	521	13%	70	100,0	80,0	0,5	100%	0,5
Longo Prazo	2031	526	15%	81	100,0	80,0	0,5	100%	0,5
	2032	531	18%	94	100,0	80,0	0,5	100%	0,5
	2033	536	21%	110	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2034	541	24%	128	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2035	546	27%	150	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2036	551	32%	174	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2037	556	37%	203	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2038	561	42%	237	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2039	567	49%	276	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2040	572	56%	322	100,0	80,0	0,8	100%	0,8
	2041	577	65%	375	100,0	80,0	0,8	100%	0,8
	2042	582	75%	437	100,0	80,0	0,9	100%	0,9

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 43 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Itaibó

Prazo	Ano	População Urbana (hab)	Índice de Cobertura (%)	População urbana atendida (hab)	Consumo per capita de Água - Urbano (L/hab.dia)	Geração per capita de esgoto (L/hab.dia)	Vazão média de esgoto doméstico coletado (L/s)	Índice de tratamento de esgoto (%)	Vazão média de esgoto coletado e tratado (L/s)
Atual	2022	534	0%	0	100,0	80,0	0,5	0%	0,0
Curto Prazo	2023	539	0%	0	100,0	80,0	0,5	0%	0,0
	2024	544	0%	0	100,0	80,0	0,5	0%	0,0
	2025	549	0%	0	100,0	80,0	0,5	0%	0,0
	2026	554	0%	0	100,0	80,0	0,5	0%	0,0
Médio Prazo	2027	559	0%	0	100,0	80,0	0,5	0%	0,0
	2028	564	0%	0	100,0	80,0	0,5	0%	0,0
	2029	569	10%	57	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2030	575	12%	67	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
Longo Prazo	2031	580	14%	79	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2032	585	16%	93	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2033	591	19%	110	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2034	596	22%	129	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2035	602	25%	153	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2036	607	30%	180	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2037	613	35%	212	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2038	619	40%	250	100,0	80,0	0,8	100%	0,8
	2039	624	47%	294	100,0	80,0	0,8	100%	0,8
	2040	630	55%	347	100,0	80,0	0,9	100%	0,9
	2041	636	64%	409	100,0	80,0	1,0	100%	1,0
	2042	642	75%	482	100,0	80,0	1,0	100%	1,0

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 44 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Itajuru

Prazo	Ano	População Urbana (hab)	Índice de Cobertura (%)	População urbana atendida (hab)	Consumo per capita de Água - Urbano (L/hab.dia)	Geração per capita de esgoto (L/hab.dia)	Vazão média de esgoto doméstico coletado (L/s)	Índice de tratamento de esgoto (%)	Vazão média de esgoto tratado (L/s)
Atual	2022	1.373	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
Curto Prazo	2023	1.385	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
	2024	1.398	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
	2025	1.411	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
	2026	1.424	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
Médio Prazo	2027	1.438	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
	2028	1.451	10%	145	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2029	1.464	12%	169	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2030	1.478	13%	197	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
Longo Prazo	2031	1.492	15%	230	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2032	1.505	18%	268	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2033	1.519	21%	312	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2034	1.534	24%	364	100,0	80,0	0,8	100%	0,8
	2035	1.548	27%	424	100,0	80,0	0,9	100%	0,9
	2036	1.562	32%	494	100,0	80,0	0,9	100%	0,9
	2037	1.577	37%	576	100,0	80,0	1,0	100%	1,0
	2038	1.591	42%	671	100,0	80,0	1,1	100%	1,1
	2039	1.606	49%	782	100,0	80,0	1,2	100%	1,2
	2040	1.621	56%	912	100,0	80,0	1,3	100%	1,3
	2041	1.636	65%	1.063	100,0	80,0	1,5	100%	1,5
	2042	1.651	75%	1.238	100,0	80,0	1,6	100%	1,6

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 45 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Monte Branco

Prazo	Ano	População Urbana (hab)	Índice de Cobertura (%)	População urbana atendida (hab)	Consumo per capita de Água - Urbano (L/hab.dia)	Geração per capita de esgoto (L/hab.dia)	Vazão média de esgoto doméstico coletado (L/s)	Índice de tratamento de esgoto (%)	Vazão média de esgoto coletado e tratado (L/s)
Atual	2022	170	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
Curto Prazo	2023	172	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2024	173	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2025	175	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2026	176	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
Médio Prazo	2027	178	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2028	180	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2029	181	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2030	183	10%	18	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
Longo Prazo	2031	185	12%	22	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2032	186	14%	26	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2033	188	17%	31	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2034	190	20%	37	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2035	192	23%	44	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2036	194	27%	53	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2037	195	32%	63	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2038	197	38%	76	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2039	199	45%	90	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2040	201	54%	108	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2041	203	63%	128	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2042	205	75%	153	100,0	80,0	0,4	100%	0,4

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 46 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Oriente Novo

Prazo	Ano	População Urbana (hab)	Índice de Cobertura (%)	População urbana atendida (hab)	Consumo per capita de Água - Urbano (L/hab.dia)	Geração per capita de esgoto (L/hab.dia)	Vazão média de esgoto doméstico coletado (L/s)	Índice de tratamento de esgoto (%)	Vazão média de esgoto tratado (L/s)
Atual	2022	288	0%	0	100,0	80,0	0,1	0%	0,0
Curto Prazo	2023	291	0%	0	100,0	80,0	0,1	0%	0,0
	2024	294	0%	0	100,0	80,0	0,1	0%	0,0
	2025	296	0%	0	100,0	80,0	0,1	0%	0,0
	2026	299	0%	0	100,0	80,0	0,1	0%	0,0
Médio Prazo	2027	302	0%	0	100,0	80,0	0,1	0%	0,0
	2028	305	0%	0	100,0	80,0	0,1	0%	0,0
	2029	308	0%	0	100,0	80,0	0,1	0%	0,0
	2030	310	10%	31	100,0	80,0	0,1	100%	0,1
Longo Prazo	2031	313	12%	37	100,0	80,0	0,1	100%	0,1
	2032	316	14%	44	100,0	80,0	0,1	100%	0,1
	2033	319	17%	53	100,0	80,0	0,1	100%	0,1
	2034	322	20%	63	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2035	325	23%	75	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2036	328	27%	90	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2037	331	32%	107	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2038	334	38%	128	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2039	337	45%	153	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2040	340	54%	182	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2041	344	63%	218	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2042	347	75%	260	100,0	80,0	0,3	100%	0,3

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

4.5.2 Estudo de Cenário e Projeção de Demandas – SES para zona urbana dos Distritos

A estimativa da quantidade de esgoto coletado que seria tratado para os próximos 20 anos foi realizada a partir da projeção populacional e pelo estudo de cenários, construídos com dados fornecidos pela prestadora e outros obtidos em banco de dados oficiais.

O **Quadro 18** apresenta de maneira esquemática um resumo das variáveis definidas, incluindo objetivo, valor atual e unidade de medida.

Quadro 18 - Variáveis definidas para o SES distritos Jequié

Indicador	Objetivo	Equação	Valor atual	Unidade
Índice de atendimento por rede geral de coleta ou soluções individuais adequadas	Estimar a porcentagem da população da sede atendida por rede coletora	População da sede atendida / População total da sede	0	Percentual (%)
Índice de tratamento do esgoto coletado	Estimar a porcentagem do esgoto coletado que recebe tratamento	População com rede coletora e tratamento / População com rede coletora	0	Percentual (%)
Geração do per capita de esgoto	Estimar a geração de esgoto	Consumo per capita de água x 0,8	80	L./hab.dia

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

As 03 (três) hipóteses para cada uma das variáveis são apresentadas no **Quadro 19.**

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

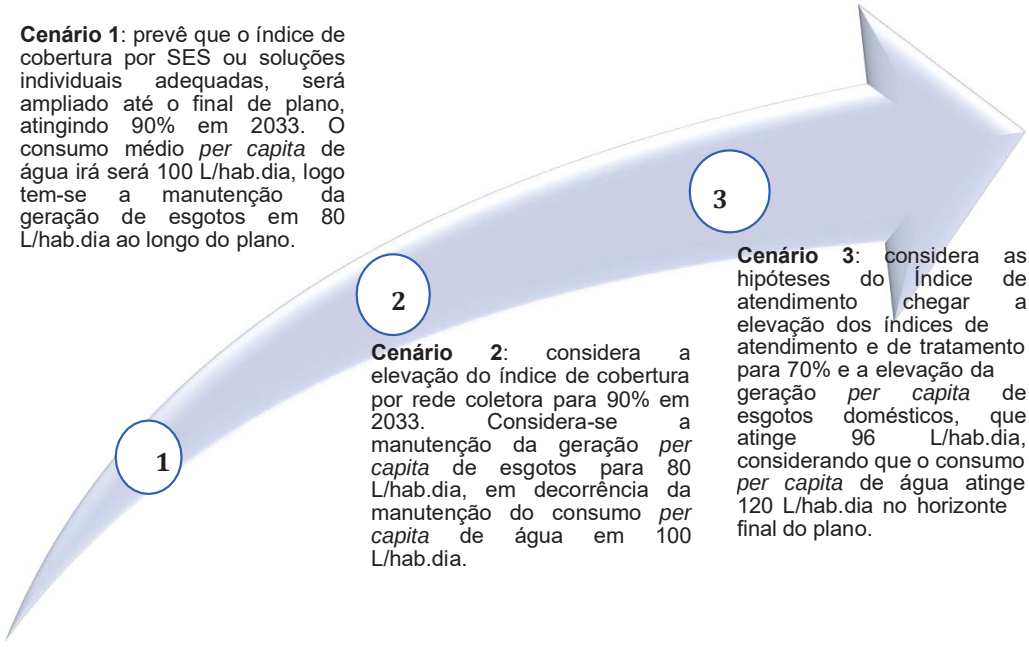
Quadro 19 - Hipóteses das variáveis definidas para o SES distritos Jequié

Variável	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Índice de atendimento por rede geral de coleta (%)	Elevação do índice de atendimento até 90% em 2033 e expansão para 95% em 2042	Elevação do índice de atendimento conforme meta do Plansab (75%) em 2042	Elevação do índice de atendimento até 50% em 2042
Índice de tratamento do esgoto coletado (%)	Elevação do índice de tratamento até a universalização (100%)	Elevação do índice de tratamento até 90% em 2033	Elevação do índice de tratamento até 50%
Geração *per capita* de esgoto (L/hab.dia)	Redução da geração per capita *em 80 L/hab.dia*	*Ma*nutenção da geração per capita (80,0 L/hab.dia)	Elevação da geração per capita (96,0 L/hab.dia)
CENÁRIO	1	2	3

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Os Cenários alternativos foram definidos da seguinte forma:

Figura 61 – Cenários alternativos do SES dos distritos de Jequié



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Assim, diante das carências que marcam a situação do esgotamento sanitário na área urbana dos distritos, o **Cenário 2** se configura como aquele que prevê as mudanças necessárias no sistema existente e ao mesmo tempo contempla o alcance das metas admitidas como factíveis em prazos escalonados.

O índice de atendimento por sistemas de esgotamento sanitário também será ampliado até 2033, alcançando 90%. Nesse cenário, considera-se a geração *per capita* de esgotos domésticos de 80 L/hab.dia. A população não atendida por rede coletora de esgotos deverá ser contemplada com soluções alternativas de esgotamento sanitário adequadas.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 47 - Cenário 2 do SES da área urbana dos distritos

Prazo	Ano	População dos distritos (hab)	Consumo per capita Água (L/hab.dia)	Geração per capita de esgoto (L/hab.dia)	Vazão média de esgoto doméstico gerado (L/s)	Índice de cobertura por rede coletora ou soluções individuais adequadas (%)	População atendida por rede coletora (hab)	Vazão média de esgoto doméstico coletado (L/s)	Vazão média de esgoto doméstico não coletado (L/s)	Extensão de rede coletora (m)	Vazão de infiltração (L/s)	Vazão de esgoto coletado (L/s) considera Qinf	Índice de tratamento do esgoto coletado (%)	Vazão média de esgoto doméstico coletado e tratado (L/s)	Vazão média de esgoto coletado e não tratado (L/s)
Atual	2022	3.329	100,00	80,0	3,1	0%	0	0,0	3,1	0	0,0	0,0	0%	0,0	0,0
	2023	3.360	100,00	80,0	3,1	0	0	0,0	3,1	0	0,0	0,0	0%	0,0	0,0
Curto	2024	3.391	100,00	80,0	3,1	0%	0	0,0	3,1	0	0,0	0,0	0%	0,0	0,0
Prazo	2025	3.422	100,00	80,0	3,2	0%	0	0,0	3,2	0	0,0	0,0	0%	0,0	0,0
	2026	3.454	100,00	80,0	3,2	0%	0	0,0	3,2	0	0,0	0,0	0%	0,0	0,0
	2027	3.486	100,00	80,0	3,2	0%	0	0,0	3,2	0	0,0	0,0	0%	0,0	0,0
Médio	2028	3.518	100,00	80,0	3,3	0%	0	0,0	3,3	0	0,0	0,0	0%	0,0	0,0
Prazo	2029	3.551	100,00	80,0	3,3	10%	355	0,3	3,0	20.422	2,0	2,4	100%	2,4	0,0
	2030	3.584	100,00	80,0	3,3	12%	418	0,4	2,9	20.611	2,1	2,4	100%	2,4	0,0
	2031	3.617	100,00	80,0	3,3	14%	493	0,5	2,9	20.801	2,1	2,5	100%	2,5	0,0
	2032	3.651	100,00	80,0	3,4	16%	581	0,5	2,8	20.997	2,1	2,6	100%	2,6	0,0
	2033	3.685	100,00	80,0	3,4	19%	685	0,6	2,8	21.192	2,1	2,8	100%	2,8	0,0
	2034	3.719	100,00	80,0	3,4	22%	807	0,7	2,7	21.388	2,1	2,9	100%	2,9	0,0
	2035	3.753	100,00	80,0	3,5	25%	951	0,9	2,6	21.583	2,2	3,0	100%	3,0	0,0
Longo	2036	3.788	100,00	80,0	3,5	30%	1.121	1,0	2,5	21.785	2,2	3,2	100%	3,2	0,0
Prazo	2037	3.823	100,00	80,0	3,5	35%	1.321	1,2	2,3	21.986	2,2	3,4	100%	3,4	0,0
	2038	3.859	100,00	80,0	3,6	40%	1.557	1,4	2,1	22.193	2,2	3,7	100%	3,7	0,0
	2039	3.895	100,00	80,0	3,6	47%	1.835	1,7	1,9	22.400	2,2	3,9	100%	3,9	0,0
	2040	3.931	100,00	80,0	3,6	55%	2.162	2,0	1,6	22.607	2,3	4,3	100%	4,3	0,0
	2041	3.967	100,00	80,0	3,7	64%	2.548	2,4	1,3	22.814	2,3	4,6	100%	4,6	0,0
	2042	4.004	100,00	80,0	3,7	75%	3.003	2,8	0,9	23.027	2,3	5,1	100%	5,1	0,0

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 48 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da Sede Municipal de Jequié

Prazo	Ano	População Urbana (hab)	Índice de Cobertura (%)	População urbana atendida (hab)	Consumo per capita de Água - Urbano (L/hab.dia)	Geração per capita de esgoto (L/hab.dia)	Vazão média de esgoto doméstico coletado (L/s)	Índice de tratamento de esgoto (%)	Vazão média de esgoto tratado (L/s)
Atual	2022	153.675	87%	133.697	100,20	80,2	170,2	100%	220,2
Curto Prazo	2023	155.101	87%	135.389	100,20	80,2	172,2	100%	220,2
	2024	156.540	88%	137.101	100,20	80,2	174,3	100%	220,2
	2025	157.992	88%	138.835	100,20	80,2	176,3	100%	220,2
	2026	159.458	88%	140.591	100,20	80,2	178,4	100%	220,2
Médio Prazo	2027	160.937	88%	142.369	100,20	80,2	180,5	100%	220,2
	2028	162.430	89%	144.170	100,20	80,2	182,6	100%	220,2
	2029	163.937	89%	145.994	100,20	80,2	184,7	100%	220,2
	2030	165.458	89%	147.840	100,20	80,2	186,9	100%	220,2
Longo Prazo	2031	166.993	90%	149.710	100,20	80,2	189,1	100%	220,2
	2032	168.543	90%	151.604	100,20	80,2	191,3	100%	220,2
	2033	170.106	90%	153.521	100,20	80,2	193,6	100%	220,2
	2034	171.684	91%	155.463	100,20	80,2	195,8	100%	220,2
	2035	173.277	91%	157.430	100,20	80,2	198,2	100%	220,2
	2036	174.885	91%	159.421	100,20	80,2	200,5	100%	220,2
	2037	176.507	91%	161.437	100,20	80,2	202,8	100%	220,2
	2038	178.145	92%	163.480	100,20	80,2	205,2	100%	220,2
	2039	179.798	92%	165.548	100,20	80,2	207,6	100%	220,2
	2040	181.466	92%	167.642	100,20	80,2	210,1	100%	220,2
	2041	183.150	93%	169.762	100,20	80,2	212,6	100%	220,2
	2042	184.848	93%	171.909	100,20	80,2	215,1	100%	220,2

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 4 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário De Referência 2 da área urbana do distrito Baixão

Prazo	Ano	População Urbana (hab)	Índice de Cobertura (%)	População urbana atendida (hab)	Consumo per capita de Água - Urbano (L/hab.dia)	Geração per capita de esgoto (L/hab.dia)	Vazão média de esgoto doméstico coletado (L/s)	Índice de tratamento de esgoto (%)	Vazão média de esgoto coletado e tratado (L/s)
Atual	2022	360	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
Curto Prazo	2023	364	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2024	367	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2025	370	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2026	374	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
Médio Prazo	2027	377	0%	0	100,0	80,0	0,3	0%	0,0
	2028	381	0%	0	100,0	80,0	0,3	0%	0,0
	2029	384	0%	0	100,0	80,0	0,3	0%	0,0
	2030	388	10%	39	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
Longo Prazo	2031	392	12%	46	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2032	395	14%	55	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2033	399	17%	66	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2034	403	20%	79	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2035	406	23%	94	100,0	80,0	0,4	100%	0,4
	2036	410	27%	112	100,0	80,0	0,4	100%	0,4
	2037	414	32%	134	100,0	80,0	0,4	100%	0,4
	2038	418	38%	160	100,0	80,0	0,4	100%	0,4
	2039	422	45%	191	100,0	80,0	0,5	100%	0,5
	2040	426	54%	228	100,0	80,0	0,5	100%	0,5
	2041	429	63%	272	100,0	80,0	0,5	100%	0,5
	2042	433	75%	325	100,0	80,0	0,6	100%	0,6

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié
quinta-feira, 29 de junho de 2023 | Ano IX - Edição nº 01780 | Caderno 1
Diário Oficial do Município 434

Tabela 50 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Boaçu

Prazo	Ano	População Urbana (hab)	Índice de Cobertura (%)	População urbana atendida (hab)	Consumo per capita de Água - Urbano (L/hab.dia)	Geração per capita de esgoto (L/hab.dia)	Vazão média de esgoto doméstico coletado (L/s)	Índice de tratamento de esgoto (%)	Vazão média de esgoto tratado (L/s)
Atual	2022	119	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
Curto Prazo	2023	120	0	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2024	122	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2025	123	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2026	124	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
Médio Prazo	2027	125	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2028	126	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2029	127	10%	13	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2030	129	12%	15	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
Longo Prazo	2031	130	14%	18	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2032	131	16%	21	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2033	132	19%	25	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2034	133	22%	29	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2035	135	25%	34	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2036	136	30%	40	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2037	137	35%	47	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2038	138	40%	56	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2039	140	47%	66	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2040	141	55%	78	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2041	142	64%	91	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2042	144	75%	108	100,0	80,0	0,3	100%	0,3

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 5 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Florestal

Prazo	Ano	População Urbana (hab)	Índice de Cobertura (%)	População urbana atendida (hab)	Consumo per capita de Água - Urbano (L/hab.dia)	Geração per capita de esgoto (L/hab.dia)	Vazão média de esgoto doméstico coletado (L/s)	Índice de tratamento de esgoto (%)	Vazão média de esgoto coletado e tratado (L/s)
Atual	2022	484	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
Curto Prazo	2023	489	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
	2024	493	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
	2025	498	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
	2026	502	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
Médio Prazo	2027	507	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
	2028	512	10%	51	100,0	80,0	0,5	100%	0,5
	2029	517	12%	60	100,0	80,0	0,5	100%	0,5
	2030	521	13%	70	100,0	80,0	0,5	100%	0,5
Longo Prazo	2031	526	15%	81	100,0	80,0	0,5	100%	0,5
	2032	531	18%	94	100,0	80,0	0,5	100%	0,5
	2033	536	21%	110	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2034	541	24%	128	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2035	546	27%	150	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2036	551	32%	174	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2037	556	37%	203	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2038	561	42%	237	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2039	567	49%	276	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2040	572	56%	322	100,0	80,0	0,8	100%	0,8
	2041	577	65%	375	100,0	80,0	0,8	100%	0,8
	2042	582	75%	437	100,0	80,0	0,9	100%	0,9

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié
quinta-feira, 29 de junho de 2023 | Ano IX - Edição nº 01780 | Caderno 1
Diário Oficial do Município 436

Tabela 52 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Itaibó

Prazo	Ano	População Urbana (hab)	Índice de Cobertura (%)	População urbana atendida (hab)	Consumo per capita de Água - Urbano (L/hab.dia)	Geração per capita de esgoto (L/hab.dia)	Vazão média de esgoto doméstico coletado (L/s)	Índice de tratamento de esgoto (%)	Vazão média de esgoto coletado e tratado (L/s)
Atual	2022	534	0%	0	100,0	80,0	0,5	0%	0,0
Curto Prazo	2023	539	0%	0	100,0	80,0	0,5	0%	0,0
	2024	544	0%	0	100,0	80,0	0,5	0%	0,0
	2025	549	0%	0	100,0	80,0	0,5	0%	0,0
	2026	554	0%	0	100,0	80,0	0,5	0%	0,0
Médio Prazo	2027	559	0%	0	100,0	80,0	0,5	0%	0,0
	2028	564	0%	0	100,0	80,0	0,5	0%	0,0
	2029	569	10%	57	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2030	575	12%	67	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
Longo Prazo	2031	580	14%	79	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2032	585	16%	93	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2033	591	19%	110	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2034	596	22%	129	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2035	602	25%	153	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2036	607	30%	180	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2037	613	35%	212	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2038	619	40%	250	100,0	80,0	0,8	100%	0,8
	2039	624	47%	294	100,0	80,0	0,8	100%	0,8
	2040	630	55%	347	100,0	80,0	0,9	100%	0,9
	2041	636	64%	409	100,0	80,0	1,0	100%	1,0
	2042	642	75%	482	100,0	80,0	1,0	100%	1,0

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié
quinta-feira, 29 de junho de 2023 | Ano IX - Edição nº 01780 | Caderno 1
Diário Oficial do Município 437

Tabela 53 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Itajuru

Prazo	Ano	População Urbana (hab)	Índice de Cobertura (%)	População urbana atendida (hab)	Consumo per capita de Água - Urbano (L/hab.dia)	Geração per capita de esgoto (L/hab.dia)	Vazão média de esgoto doméstico coletado (L/s)	Índice de tratamento de esgoto (%)	Vazão média de esgoto tratado (L/s)
Atual	2022	1.373	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
Curto Prazo	2023	1.385	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
	2024	1.398	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
	2025	1.411	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
	2026	1.424	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
Médio Prazo	2027	1.438	0%	0	100,0	80,0	0,4	0%	0,0
	2028	1.451	10%	145	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2029	1.464	12%	169	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
	2030	1.478	13%	197	100,0	80,0	0,6	100%	0,6
Longo Prazo	2031	1.492	15%	230	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2032	1.505	18%	268	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2033	1.519	21%	312	100,0	80,0	0,7	100%	0,7
	2034	1.534	24%	364	100,0	80,0	0,8	100%	0,8
	2035	1.548	27%	424	100,0	80,0	0,9	100%	0,9
	2036	1.562	32%	494	100,0	80,0	0,9	100%	0,9
	2037	1.577	37%	576	100,0	80,0	1,0	100%	1,0
	2038	1.591	42%	671	100,0	80,0	1,1	100%	1,1
	2039	1.606	49%	782	100,0	80,0	1,2	100%	1,2
	2040	1.621	56%	912	100,0	80,0	1,3	100%	1,3
	2041	1.636	65%	1.063	100,0	80,0	1,5	100%	1,5
	2042	1.651	75%	1.238	100,0	80,0	1,6	100%	1,6

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 54 - Projeção de Demandas c Serviço de Esgotamento Sanit rio para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Monte Branco

Prazo	Ano	População Urbana (hab)	Índice de Cobertura (%)	População urbana atendida (hab)	Consumo per capita de Água - Urbano (L/hab.dia)	Geração per capita de esgoto (L/hab.dia)	Vazão média de esgoto doméstico coletado (L/s)	Índice de tratamento de esgoto (%)	Vazão média de esgoto coletado e tratado (L/s)
Atual	2022	170	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
Curto Prazo	2023	172	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2024	173	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2025	175	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2026	176	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
Médio Prazo	2027	178	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2028	180	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2029	181	0%	0	100,0	80,0	0,2	0%	0,0
	2030	183	10%	18	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
Longo Prazo	2031	185	12%	22	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2032	186	14%	26	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2033	188	17%	31	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2034	190	20%	37	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2035	192	23%	44	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2036	194	27%	53	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2037	195	32%	63	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2038	197	38%	76	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2039	199	45%	90	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2040	201	54%	108	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2041	203	63%	128	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2042	205	75%	153	100,0	80,0	0,4	100%	0,4

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 55 - Projeção de Demandas de Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário de Referência 2 da área urbana do distrito Oriente Novo

Prazo	Ano	População Urbana (hab)	Índice de Cobertura (%)	População urbana atendida (hab)	Consumo per capita de Água - Urbano (L/hab.dia)	Geração per capita de esgoto (L/hab.dia)	Vazão média de esgoto doméstico coletado (L/s)	Índice de tratamento de esgoto (%)	Vazão média de esgoto tratado (L/s)
Atual	2022	288	0%	0	100,0	80,0	0,1	0%	0,0
Curto Prazo	2023	291	0%	0	100,0	80,0	0,1	0%	0,0
	2024	294	0%	0	100,0	80,0	0,1	0%	0,0
	2025	296	0%	0	100,0	80,0	0,1	0%	0,0
	2026	299	0%	0	100,0	80,0	0,1	0%	0,0
Médio Prazo	2027	302	0%	0	100,0	80,0	0,1	0%	0,0
	2028	305	0%	0	100,0	80,0	0,1	0%	0,0
	2029	308	0%	0	100,0	80,0	0,1	0%	0,0
	2030	310	10%	31	100,0	80,0	0,1	100%	0,1
Longo Prazo	2031	313	12%	37	100,0	80,0	0,1	100%	0,1
	2032	316	14%	44	100,0	80,0	0,1	100%	0,1
	2033	319	17%	53	100,0	80,0	0,1	100%	0,1
	2034	322	20%	63	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2035	325	23%	75	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2036	328	27%	90	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2037	331	32%	107	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2038	334	38%	128	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2039	337	45%	153	100,0	80,0	0,2	100%	0,2
	2040	340	54%	182	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2041	344	63%	218	100,0	80,0	0,3	100%	0,3
	2042	347	75%	260	100,0	80,0	0,3	100%	0,3

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié
quinta-feira, 29 de junho de 2023 | Ano IX - Edição nº 01780 | Caderno 1
Diário Oficial do Município 440

4.5.3 Estudo de Cenários e Projeção de Demanda da Zona Rural

A **Tabela 56** apresenta a projeção do serviço de esgotamento sanitário na zona rural do município de Jequié, conforme o cenário de referência escolhido, o cenário 2. É possível observar que a vazão de esgoto gerada diminui 6,7 L/s, estimada em 2022, para 3,1 L/s no horizonte final de plano, apesar de estimada a elevação consumo *per capita* de água na zona rural para 100 L/hab.dia, a população rural tem redução ao longo dos anos e diminuindo assim a geração de esgotos.

Tabela 56 - Projeção de Demandas do Serviço de Esgotamento Sanitário para o Cenário 2 da zona rural

Prazo	Ano	População rural (hab.)	Consumo per capita Água (L/hab.dia)	Geração per capita de esgoto (L/hab.dia)	Vazão média de esgoto doméstico gerado (L/s)
Atual	2022	7.242	**100,00**	80,0	6,7
Curto Prazo	2023	6.943	100,00	80,0	6,4
	2024	6.657	100,00	80,0	6,2
	2025	6.382	100,00	80,0	5,9
	2026	6.119	100,00	80,0	5,7
Médio Prazo	2027	5.866	100,00	80,0	5,4
	2028	5.624	100,00	80,0	5,2
	2029	5.392	100,00	80,0	5,0
	2030	5.169	100,00	80,0	4,8
Longo Prazo	2031	4.956	100,00	80,0	4,6
	2032	4.752	100,00	80,0	4,4
	2033	4.555	100,00	80,0	4,2
	2034	4.367	100,00	80,0	4,0
	2035	4.187	100,00	80,0	3,9
	2036	4.014	100,00	80,0	3,7
	2037	3.849	100,00	80,0	3,6
	2038	3.690	100,00	80,0	3,4
	2039	3.538	100,00	80,0	3,3
	2040	3.392	100,00	80,0	3,1
	2041	3.252	100,00	80,0	3,0
	2042	3.117	100,00	80,0	2,9

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

4.5.4 Alternativas Técnicas para Atendimento da Demanda de Esgotamento Sanitário

O município de Jequié, assim como a maioria dos municípios do Brasil, apresenta problemas decorrentes da ausência de universalização do serviço de esgotamento sanitário adequado, que acaba por degradar a qualidade ambiental, em especial da água de corpos hídricos, e oferecer riscos à saúde pública.

O sistema de esgotamento sanitário existente na sede do município é composto por 18 (dezoito) Estações Elevatórias de Esgoto – EEE, 09 (nove) bacias, interceptores, redes coletoras, 01 (uma) Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e emissário final.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

O tratamento da ETE Jequié é considerado de nível terciário composto por unidades que realizam o processo anaeróbico seguido de processo aeróbio com lagoas facultativas/maturação. A Estação é composta pelas seguintes instalações: 01 (uma) caixa de retenção de areia (com duas câmaras paralelas), 04 (quatro) lagoas facultativas aeradas, 01 (uma) lagoa de decantação, 02 (duas) lagoas de maturação e 01 (um) leito de secagem (com duas câmaras). Ressalta-se que, dessas estruturas, duas encontram-se inativas: 01 (uma) lagoa facultativa aerada e 01 (uma) lagoa de maturação.

Em relação à estrutura da rede coletora existente, os principais problemas associados são: as ligações clandestinas de águas pluviais nos sistemas coletores, sobrecarregando todo o SES; presença de resíduos sólidos na rede coletora; ausência de caixas de gordura nos imóveis; redes sob imóveis ou em terrenos particulares, dificultando a manutenção; execução de ligações domiciliares fora dos padrões da Embasa e Normas Técnicas existentes. Dessa forma, é necessário que ocorra monitoramento e fiscalização das redes e ligações de esgotos, visando atendimento das condições técnicas adequadas. Além disso, é importante estabelecer ações de conscientização da população sobre os impactos dessas ocorrências no SES.

A ETE de Jequié opera 24 horas por dia, com capacidade nominal de tratar um valor diário de 30.408m^3/dia (351,94 l/s), tendo sido dimensionada para atender 100% da demanda no horizonte do projeto. No entanto, a Embasa informou que a vazão tratada é aproximadamente 19.025 m^3/dia (220,19 l/s).

Em se tratando das estações elevatórias de esgoto, as intervenções necessárias estão associadas à realização de serviços de pintura, manutenção/implantação de tampas, manutenção/implantação de cerca e abrigo dos quadros de comando. Além disso, assim como citado no diagnóstico, duas lagoas – sendo uma facultativa e outra de maturação – encontram-se inativas, fazendo-se necessária a execução dos devidos reparos.

Também como citado no diagnóstico, as instalações da ETE, principalmente as lagoas, demandam a realização de manutenção: implantação de aeradores; individualização dos quadros de comando dos aeradores; substituição da entrada do efluente das lagoas de maturação; chicanas; construção de novo leito de secagem.

Especificamente no bombeamento, há considerável demanda de energia elétrica, representando fração significativa dos custos de um SES. Para garantir a continuidade do

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

funcionamento do sistema em situação de emergência, caracterizada pela interrupção do fornecimento de energia pela operadora, usualmente o órgão ambiental exige a instalação de conjunto gerador de energia, para que assim sejam evitados possíveis extravasamentos de esgoto.

Vale também ressaltar que é comum a presença de resíduos sólidos nos esgotos provenientes das próprias edificações em geral: óleo de cozinha, fio dental, absorventes, fraldas, cabelo, cotonetes, e outros provenientes do sistema misto informal, como areia, muitas vezes associados às deficiências do serviço público de limpeza e dispositivos de drenagem ausentes ou inadequados, cuja função de reter os resíduos sólidos, comumente presente nas vias públicas, fica prejudicada. Ressalta-se que todas as estações elevatórias do SES Jequié são dotadas de geradores de energia que mantém a operação em casos de interrupção no fornecimento de energia.

As Estações Elevatórias de Esgotos do SES Jequié possuem sistema de gradeamento próprio para retenção de materiais grosseiros e outros objetos indesejáveis, para não causar a obstrução da bomba e comprometer o tratamento do esgoto. Porém, futuramente, com a recorrência do problema, este pode ter maiores influências, demandando manutenção frequente e gerando maiores custos com a desobstrução da rede. Logo, verifica-se a importância da integração dos serviços públicos de saneamento básico, sendo necessário o trabalho conjunto entre população, Poder Público e a prestadora dos serviços.

Quando ao monitoramento do efluente tratado, a Embasa realiza análises antes e após o tratamento, buscando verificar a eficiência do sistema. Os parâmetros analisados são: *E. coli*, DBO_5, DQO, pH, sólidos sedimentáveis e sólidos em suspensão. Ressalta-se que a legislação federal não relaciona os sólidos em suspensão como um parâmetro de controle dos corpos receptores. No entanto, os sólidos suspensos estão relacionados à turbidez da água, maior quantidade desses sólidos provoca maior turbidez, dificultando a penetração da luz no corpo d'água, que é necessária para a fotossíntese dos organismos e produção do oxigênio dissolvido.

Dos parâmetros citados: a eficiência da remoção de DBO_5 atendeu os limites de referência em 67% das análises; todas as amostras analisadas apresentaram pH dentro da faixa permitida (entre 5,0 e 9,0); em 40% das análises não foi atendida a eficiência mínima de

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

tratamento; o tratamento mostrou-se eficiente para a remoção dos sólidos sedimentáveis; o processo de eliminação de coliformes (E. coli) não foi eficiente na ETE de Jequié.

O Cenário 2 da sede municipal de Jequié apresentou como meta para cobertura de esgotamento sanitário (coleta e tratamento de esgoto) o alcance de 90% da população urbana em 2033 e 93% em 2042. Para isso serão necessários investimentos na execução da extensão de redes coletoras e novas ligações na sede municipal.

No caso da sede dos distritos cabe avaliar a viabilidade técnica e econômico-financeira de implantação de sistemas de esgotamento sanitário. Em caso positivo, propõe-se as seguintes etapas:

1. **Estudos de Concepção (distritos):** Essa etapa conta com o conjunto de estudos referentes ao estabelecimento de diretrizes, parâmetros e definições necessárias e adequadas para a caracterização completa do sistema, com os seguintes objetivos:

- Identificação e qualificação de todos os fatores intervenientes com o sistema de esgotos;
- Diagnóstico do sistema existente, considerando a situação atual e futura (caso já exista);
- Estabelecimento dos parâmetros básicos de projeto;
- Pré-dimensionamento das unidades dos sistemas, para as alternativas selecionadas;
- Escolha da alternativa mais adequada mediante a comparação técnica, econômica e ambiental;
- Estabelecimento das diretrizes gerais de projeto e estimativa das quantidades de serviços que devem ser executados na fase de projeto.

2. **Projeto Básico (distritos):** conjunto de elementos necessários e suficientes, com precisão adequada, para caracterizar a obra e o serviço, ou o complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

3. **Projeto Executivo (distritos):** conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Quando se trata da zona rural, é possível afirmar que podem ser adotadas soluções individuais, já que a capacidade de absorção do solo e a resiliência ambiental é suficiente para manutenção das tecnologias mais baratas, como as fossas sépticas com sumidouro. Por isso, o município em parceria com o Estado Bahia, deverá promover a utilização das fossas sanitárias, conhecidas também como fossas sépticas que são unidades de tratamento primário de esgoto nas quais são feitas a separação e a transformação físico-química da matéria sólida contida no esgoto. É uma maneira simples e barata de disposição dos esgotos e indicada, sobretudo, para a zona rural ou residências isoladas. Se bem cuidada, ela evita a contaminação das águas, apesar de não promover a reciclagem dos dejetos humanos. Nelas há uma decomposição dos dejetos tornando o esgoto residual e com menor quantidade de matéria orgânica. No longo prazo, o município poderá financiar a implantação de novas tecnologias sociais de saneamento básico rural, principalmente àquelas que possibilitam o reuso do efluente de esgoto da Fossa Séptica Biodigestora na agricultura.

Vale ressaltar que nas áreas urbanas prioriza-se o sistema convencional de esgoto, porém não se descarta a possibilidade de aplicação de alternativas técnicas de engenharia para o esgotamento sanitário que se ajuste à realidade local, a custos compatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários, simplicidade operacional, eficiente, ambientalmente adequadas, aliada à boa aceitabilidade por parte dos usuários. Nos domicílios do perímetro urbano onde a implantação de rede coletora seja inviável, admite-se como alternativa técnica a implantação de soluções individuais de esgotamento sanitário, como por exemplo tanques sépticos.

O **Quadro 20** resume as alternativas que podem ser adotadas para o esgotamento sanitário.

Quadro 20 – Alternativas de esgotamento sanitário adotadas

Objetivo	Critérios	Alternativas adotadas
Garantir a universalização no atendimento do saneamento,	Quantidade e qualidade	• Implantação de rede coletora de esgotos na sede municipal e sede dos distritos • Implantação de estações de tratamento de esgotos para as sedes distritais

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Objetivo	Critérios	Alternativas adotadas
		• Implantação de rede coletora de esgotos nos aglomerados rurais de maior porte e soluções alternativas coletivas de tratamento • Implantação de soluções alternativas individuais de tratamento de esgoto nos aglomerados menores e domicílios isolados.
Buscar a sustentabilidade dos serviços de saneamento	Atendimento suficiente e de qualidade, proteção ambiental, adequação (cultural e social) e justiça tarifária.	• Os moradores da sede municipal que atualmente tem seus esgotos coletados irregularmente na rede drenagem urbana, passariam a ser atendidos pela rede coletora de esgotos e a pagar pelos serviços dentro dos moldes tarifários da Embasa. • Nos distritos e aglomerados de maior porte, por meio um modelo específico de gestão, a ser progressivamente implementado pelo titular do serviço em conjunto com os entes federados, mediante Acordo de Cooperação, necessitando de investimentos para a implantação de todo o sistema. Os moradores passariam a pagar pelo serviço de esgotamento sanitário. • Nos aglomerados de menor porte e domicílios isolados, os sistemas individuais se configuram como alternativa viável em termos de custo x benefício e com tecnologia simples e acessível dentro da realidade cultural das comunidades, garantindo uma redução eficiente dos efluentes contaminantes. A manutenção e operação do sistema ocorre por parte do usuário que será capacitado para a utilização do mesmo.

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022

Para as áreas urbanas do município de Jequié que ainda não possuem sistema de esgotamento sanitário, locais em que existe adensamento populacional, arruamentos e rede pública de abastecimento de água, recomenda-se a implantação de solução coletiva, que compreende na coleta com posterior tratamento do esgoto em ETE.

Vale ressaltar que foi identificado na sede do município, na etapa de diagnóstico, o entroncamento de redes coletoras (ligações clandestinas) nas redes de drenagem de águas pluviais. Sendo assim, em áreas em que ocorre essa situação, faz-se necessário realizar os desligamentos das redes mistas, e ainda, na fase de projeto será necessário analisar a viabilidade de aproveitar os coletores existentes. Em relação à disposição final do efluente tratado, pode-se optar pelo reuso agrícola, pelo lançamento em corpo receptor ou pela infiltração no solo.

4.6 Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas

Conforme apresentado no Produto 3 – Diagnóstico de Saneamento Básico, os principais problemas em Jequié na área de drenagem e manejo das águas pluviais se referem à ausência de infraestrutura de drenagem adequada e suficiente, à topografia local e falta de planejamento das ações. Sendo assim, as causas dos problemas são de ordem

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

estrutural e estruturante, devido à deficiência das estruturas existentes, e da importância do planejamento das ações para que as obras sejam implantadas de maneira eficiente.

O município possui como sistema de macrodrenagem alguns canais de alvenaria de pedra, galerias enterradas e mananciais canalizados, além de canais naturais: Rio Jequiezinho e Rio das Contas, e seus afluentes, que conduzem águas pluviais, além de esgotos sanitários provenientes de ligações clandestinas e de locais não atendidos pela rede coletora de esgoto. Apesar da presença dessas estruturas, não existem uma rotina de limpeza e de manutenções preventivas. Intervenções esporádicas de acordo com a necessidade dos serviços são realizadas por meio de equipe da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Além de insuficiente ou deficiente, os sistemas de microdrenagem implantados na sede do município (bueiros, bocas de lobo, entre outros dispositivos), também não apresentam uma rotina de manutenção e limpeza. É possível encontrar caixas de coleta com grelhas com comprometimento da eficiência em função da presença indevida de resíduos e sedimentos. Não existem estratégias junto à população para mitigar os problemas nas infraestruturas de drenagem, como ações de educação ambiental, por exemplo.

4.6.1 Estudo de Cenários e Projeção de Demandas do Serviço de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas

Os cenários alternativos de demanda pelo serviço de drenagem e manejo de águas pluviais foi elaborado para a zona urbana do município, com base nas informações disponíveis no Censo Demográfico (IBGE 2010) e dados da visita técnica realizada na etapa do diagnóstico. Os cenários foram elaborados para toda a zona urbana em conjunto, devido à insuficiência de dados por distritos. Para a zona rural, foram elaborados cenários qualitativos.

Os dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Jequié não permitem uma quantificação da estrutura de drenagem existente, nem mesmo na sede municipal, por não haver um cadastro das infraestruturas existentes, nem das que estão em implantação.

De modo a avaliar o desempenho de políticas específicas e das ações públicas a serem implementadas, optou-se pela adoção de indicadores, que permitirão o monitoramento das ações ao longo do tempo para o serviço de drenagem urbana e manejo de águas pluviais no município de Jequié. Tais indicadores são descritos a seguir:

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Parcela de moradores em situação de risco:

- Para a definição da parcela da população em situação de risco, levou-se em consideração o levantamento realizado pelo SNIS (2019) adaptado e apresentado no Diagnóstico, onde foi apontado a existência de 6 áreas críticas, considerando diversos problemas como inundação, alagamentos, deslizamento de terra, etc.

ii. Taxa de cobertura de pavimentação e meio-fio na área urbana

- Segundo o SNIS (2018) a taxa de cobertura de pavimentação e meio-fio na área urbana do município de Jequié é de 53,7%. Ou seja 53,7% das vias urbanas do município possui pavimentação e meio fio (ou semelhante) em relação a extensão total de vias públicas urbanas do município.

iii. Taxa de cobertura de vias públicas com redes ou canais pluviais na área urbana

- Esse índice se refere ao % de vias públicas urbanas que contam com redes ou canais pluviais subterrâneos na área urbana, e corresponde ao indicador IN021 do SNIS. Com relação a taxa de cobertura de vias públicas com redes ou canais pluviais subterrâneos esse indicador é ainda mais baixo para o município de Jequié, com apenas 3,4% de alcance.

iv. Índice de permeabilidade

- Considerando também o Plano Plurianual (PPA), são previstos investimentos voltados para esse componente do saneamento no período de 2018 a 2021. Aliado aos investimentos, o solo da região de Jequié apresenta boas condições físicas de retenção de umidade e boa permeabilidade.

v. Qualidade da solução adotada ou do serviço prestado

- Esse indicador avalia o atendimento das condições mínimas de qualidade na prestação dos serviços públicos de drenagem urbana e manejo de águas pluviais: atendimento das vias urbanas, condições operacionais e de manutenção dos sistemas.

Após a definição das variáveis, foram elaborados 03 (três) possíveis cenários como mostra o **Quadro 21**.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

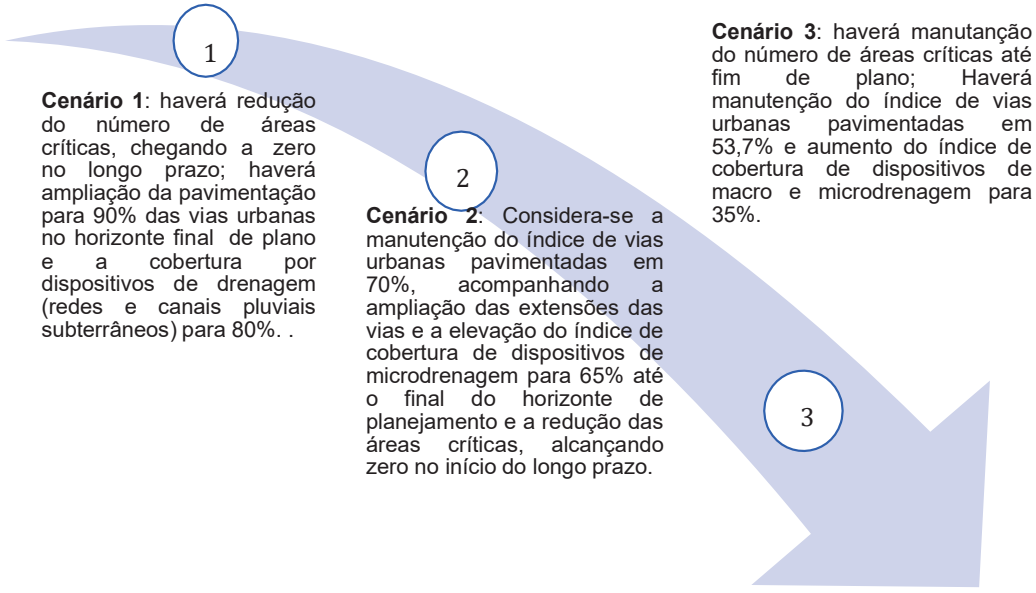
Quadro 21 - Hipóteses das variáveis definidas para os cenários de drenagem e manejo de águas pluviais da zona urbana de Jequié/BA

Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Número de áreas críticas (Adaptado de PEMAPES, 2011)	Redução do número de áreas críticas para 0	Redução do número de áreas críticas para 0	Manutenção do número de áreas críticas
Índice de cobertura de pavimentação e meio-fio na área urbana do município (SNIS, 2018)	Elevação do índice de vias urbanas pavimentadas para 90%	Elevação do índice de vias urbanas pavimentadas para 70%	Manutenção do índice de vias urbanas pavimentadas
Índice de cobertura de vias públicas com redes ou canais pluviais subterrâneos na área urbana (SNIS, 2018)	Elevação do índice de cobertura por redes ou canais pluviais para 80%	Elevação do índice de cobertura por redes ou canais pluviais para 65%	Elevação do índice de cobertura por redes ou canais pluviais para 35%
Índice de permeabilidade dos lotes	---	---	---
Qualidade da solução adotada ou do serviço prestado	Atendimento das condições mínimas	Atendimento das condições mínimas	Não atendimento das condições mínimas
CENÁRIOS	1	2	3

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Os cenários propostos para a componente de drenagem urbana e manejo de águas pluviais são apresentados na **Figura 62**.

Figura 62 - Resumo dos cenários de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Dentre os cenários propostos, para efeito de estudo, considerou-se que o **Cenário 1** é aquele que desenha um futuro com as mudanças necessárias para esta componente do saneamento básico e que se mostra mais compatível com a Política Nacional de Saneamento Básico - PNSB. Além disso, está em consonância com o cenário adotado para a gestão dos serviços de saneamento. A seguir apresentam-se os cenários idealizados para o serviço de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas para a zona urbana de Jequié, em função das hipóteses acima relacionadas.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 57 – Cenários alternativos para drenagem e manejo de águas pluviais na zona urbana de Jequié

Horizonte	Ano	População urbana	Cenário 1			Cenário 2			Cenário 3		
			Número de áreas críticas (hab)	Índice de cobertura por pavimentação (%)	Índice de cobertura por redes ou canais pluviais subterrâneos (%)	Número de áreas críticas (hab)	Índice de cobertura por pavimentação (%)	Índice de cobertura por redes ou canais pluviais subterrâneos (%)	Número de áreas críticas (hab)	Índice de cobertura por pavimentação (%)	Índice de cobertura por redes ou canais pluviais subterrâneos (%)
Atual	2022	154.824	6	53,7	3,4	6	53,7	3,4	6	53,7	3,4
Curto	2023	156.203	6	55,1	4,0	6	54,4	3,9	6	53,7	3,8
	2024	157.596	5	56,5	4,7	5	55,1	4,6	6	53,7	4,3
	2025	159.005	4	58,0	5,5	4	55,9	5,3	6	53,7	4,8
	2026	160.429	4	59,5	6,4	4	56,6	6,1	6	53,7	5,4
Médio	2027	161.868	3	61,1	7,5	3	57,4	7,1	6	53,7	6,1
	2028	163.323	3	62,7	8,8	3	58,1	8,2	6	53,7	6,8
	2029	164.793	2	64,3	10,3	2	58,9	9,5	6	53,7	7,7
	2030	166.279	1	66,0	12,0	1	59,7	11,1	6	53,7	8,6
Longo	2031	167.780	0	67,7	14,1	0	60,5	12,8	6	53,7	9,7
	2032	169.297	0	69,5	16,5	0	61,3	14,9	6	53,7	10,9
	2033	170.829	0	71,3	19,3	0	62,1	17,2	6	53,7	12,3
	2034	172.378	0	73,2	22,6	0	63,0	20,0	6	53,7	13,8
	2035	173.942	0	75,1	26,5	0	63,8	23,1	6	53,7	15,5
	2036	175.522	0	77,1	31,0	0	64,6	26,8	6	53,7	17,4
	2037	177.118	0	79,1	36,3	0	65,5	31,1	6	53,7	19,5
	2038	178.731	0	81,2	42,5	0	66,4	36,0	6	53,7	22,0
	2039	180.359	0	83,3	49,8	0	67,3	41,8	6	53,7	24,7
	2040	182.004	0	85,5	58,3	0	68,2	48,4	6	53,7	27,7

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Horizonte	Ano	População urbana	Cenário 1			Cenário 2			Cenário 3		
			Número de áreas críticas (hab)	Índice de cobertura por pavimentação (%)	Índice de cobertura por redes ou canais pluviais subterrâneos (%)	Número de áreas críticas (hab)	Índice de cobertura por pavimentação (%)	Índice de cobertura por redes ou canais pluviais subterrâneos (%)	Número de áreas críticas (hab)	Índice de cobertura por pavimentação (%)	Índice de cobertura por redes ou canais pluviais subterrâneos (%)
	2041	183.666	0	**87,7**	**68,3**	0	**69,1**	**56,1**	6	**53,7**	**31,1**
	2042	185.343	0	**90**	**80**	0	**70**	**65**	6	**53,7**	**35**

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

4.6.2 Alternativas Técnicas para Atendimento da Demanda pelo Serviço de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas

A seguir, serão propostas alternativas de intervenção para alcance dos objetivos e metas do cenário adotado para a drenagem e manejo de águas pluviais no município de Jequié por meio de ações estruturais e estruturantes.

Dentre as medidas estruturais, destacam-se aquelas que visam promover o retardamento da água, incluindo uma ou mais das seguintes estruturas: pisos permeáveis, construção de reservatórios para armazenamento temporário da água e cisternas de água de chuva.

Dentre as medidas estruturais, destacam-se aquelas que visam promover o controle do escoamento na fonte, especificamente as seguintes ações: captação de água da chuva, pavimentos permeáveis e bacias de amortecimento. Assim sendo, a seguir serão apresentadas alternativas de medidas estruturais com potencial de aplicação no município de Jequié.

Captação de Água da Chuva

A captação da água de chuva diminui o impacto sobre o sistema de drenagem, uma vez que diminui o escoamento superficial. O sistema funciona com a transferência da água do telhado através das calhas e tubulações até um reservatório (cisternas), para ser utilizada em demandas domésticas, normalmente na área urbana se utiliza em fins menos nobres. Então, o reuso pode ocorrer em nível individual dentro do lote ou em nível municipal. Uma ferramenta importante é o poder público dar exemplo, adotando essa iniciativa nos prédios públicos e assim estimular essa prática nas residências. Alguns exemplos estão apresentados **Figura 63**.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 63 - Reservatórios domésticos para armazenamento de água de chuva



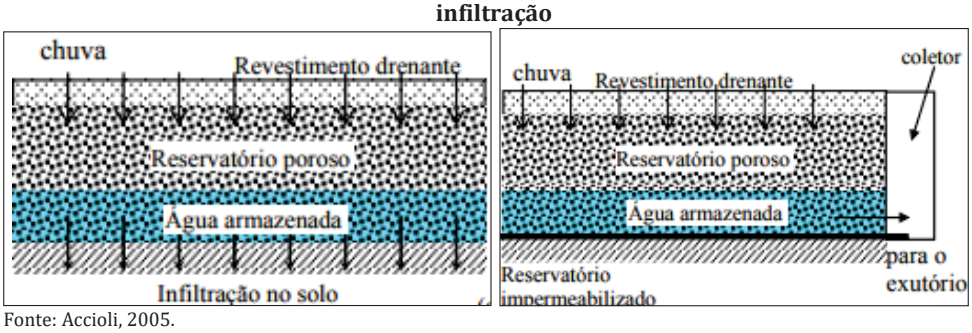
Fonte: Pinheiros Piraporá, 2014; Daemon, 2011.

A captação da água de chuva é uma das medidas que podem ser incorporadas às legislações de planejamento urbano, enquadradas como iniciativas sustentáveis que contribuem com a redução no valor do Imposto Territorial Urbano (IPTU). A iniciativa denominada IPTU Verde tem como objetivo incentivar as práticas sustentáveis nas residências e empresas com descontos.

Pavimentos Permeáveis

Segundo a Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP) em áreas urbanas adensadas, as superfícies destinadas ao sistema viário e às áreas de estacionamento ocupam espaços consideráveis, logo a utilização de pavimentos permeáveis representa uma alternativa, pois contribui para a diminuição do escoamento superficial e para problemas de inundações urbanas. A **Figura 64** mostra desenhos esquemáticos funcionamento de pavimento drenante.

Figura 64 - Desenho esquemático de pavimento drenante com saída da água por infiltração



Fonte: Accioli, 2005.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Portanto, os pavimentos permeáveis são uma alternativa, cuja viabilidade de implementação deve ser analisada criteriosamente, a fim de não representar um problema futuro.

Bacias de Amortecimento

Segundo Matias (2006), bacias de amortecimento tem o objetivo de reduzir o pico de escoamento para um valor compatível com o meio receptor, evitando perturbações à jusante, como alagamentos, inundações, degradação de terrenos e habitações. Contribui ainda para o controle da erosão, para a estética da paisagem, recarga de aquíferos, entre outras aplicações.

Algumas áreas como campos e quadras de futebol e parques podem ser utilizadas com bacias de amortecimento de cheias, pois essas áreas quando inundadas não representam nenhum prejuízo financeiro para a população. Desta forma, essas áreas podem ser planejadas a fim de trabalhar como bacias de amortecimento. A **Figura 65** apresenta exemplo de área aproveitada para amortecer cheias.

Figura 65 - Campo de futebol utilizado no período de chuva para amortecimento da cheia



Fonte: FEAM, 2006.

As medidas estruturantes são aquelas que envolvem aspectos comportamentais e de planejamento. Em especial na drenagem, essas medidas procuram reduzir os danos ou as consequências das inundações, não por meio de obras, mas pela introdução de normas, regulamentos e programas que visem, por exemplo, o disciplinamento do uso e ocupação do solo, a implementação de sistemas de alerta e a conscientização da população para a manutenção dos dispositivos de drenagem.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

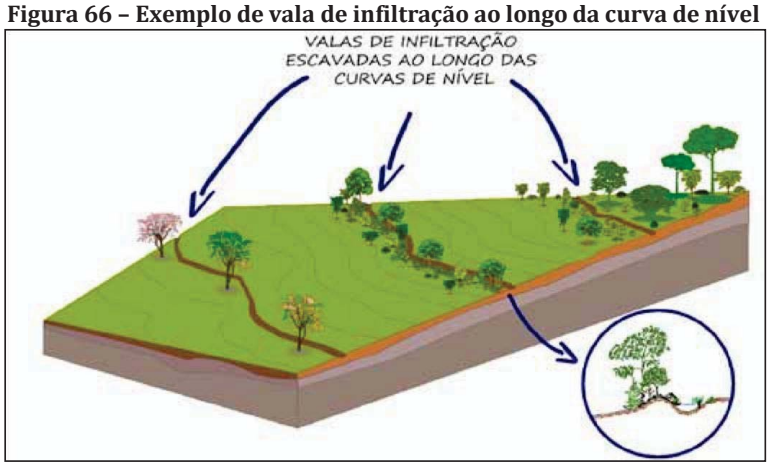
Valas de infiltração

As valas de infiltração são escavações longas e niveladas, com grande variação de largura e usos. Podem ser instaladas em pilhas de pedra nas áreas inclinadas, como faixas escavadas em áreas planas ou com pequena inclinação e até em morros. Sua função é armazenar água sobre o solo, de forma que haja mais tempo para propiciar a infiltração. A entrada de água nas valas é possível desde outras áreas utilizando drenos de desvio.

O passo a passo a ser seguido para construção das valas de infiltração está descrito a seguir (Prefeitura de São Paulo):

- Utilizando um mapa com curvas de nível como base, utilize uma mangueira transparente ou um "pé de galinha" para demarcar os pontos de mesmo nível, delimitando o traçado das valas de infiltração;
- Abra as valas com enxada ou outra ferramenta, amontoando e assentando a terra retirada, ao longo da borda inferior e ao longo de toda a extensão da vala;
- O fundo das valas deve estar em nível (**Figura 66**);
- Deve haver um "ladrão" para escoar os volumes de água excedentes.

Figura 66 – Exemplo de vala de infiltração ao longo da curva de nível



Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2012.

As valas de infiltração poderão ser implantadas ao longo de vias de trânsitos, jardins, terrenos esportivos ou áreas verdes.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Desligamento de ligações clandestinas de rede de esgoto

As medidas de prevenção, identificação e remoção tem o objetivo de fiscalizar e remover as conexões ilegais existentes que lançam efluentes poluidores na rede de drenagem. Em geral, essas conexões têm origem em fossas sépticas, sistemas de lavagem, entre outros. As medidas preventivas envolvem o estabelecimento de normas de controle, fiscalização periódica, sanções e multas, educação e conscientização da população. As ações de controle são implementadas com o objetivo de identificar e remover as ligações clandestinas com a rede de drenagem.

Como mencionado no diagnóstico desse PMSB, na sede municipal e nas sedes dos distritos ocorre o lançamento de esgotos na rede de drenagem de águas pluviais, sendo assim necessário identificar essas conexões e realizar os desligamentos. Ressalta-se que essas ações dependem da implantação de soluções de esgotamento sanitário para os domicílios.

Limpeza e manutenção das vias

A limpeza e a varrição das ruas é uma das principais formas de redução da carga de resíduos sólidos e de sedimentos nos deflúvios. A rede de galerias existentes, por sua vez, está sujeita à obstrução pela entrada de resíduos durante a chuva. Os sedimentos e a matéria orgânica ficam retidos nos trechos de pequena declividade e tendem a se acumular, reduzindo a área de fluxo. A retirada desse material pode ser feita mediante processo de lavagem a vácuo, com a desagregação do material consolidado.

Outro problema está relacionado ao revestimento nas vias urbanas. Em locais de tráfego mais intenso, falhas nos serviços de manutenção da via propiciam o aparecimento de trincas que, com o tempo, vão deteriorando a qualidade do pavimento. Dessa forma, os materiais que compõem a base ficam sujeitos à ação erosiva da chuva e do escoamento. As ações de manutenção das vias contribuem para preservar os corpos d'água, protegendo-os da degradação

Assim sendo, a seguir serão apresentadas alternativas de medidas estruturantes com potencial de aplicação no município de Jequié.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié



Base normativa: torna-se imperativa a necessidade de organizar esforços na tentativa de implementar o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo no município para evitar problemas como construções em fundos de vale ou em áreas alagadiças.



Controle do uso e ocupação do solo: tem por principais finalidades organizar o território, otimizar os deslocamentos, melhorar a mobilidade urbana e rural, eliminar possibilidades de desastres ambientais, preservar o meio ambiente, controlar o desmatamento da vegetação e melhorar a qualidade de vida da população rural e urbana. Para isso, é necessário o aumento do quadro de funcionários e equipamentos para que haja fiscalização em todo o município coibindo o uso e ocupação do solo de forma desordenada



Fortalecimento ou reestruturação administrativa local para a gestão das águas urbanas: reestruturar ou aperfeiçoar institucionalmente a administração pública municipal, em benefício da melhoria da gestão e da qualidade dos serviços de saneamento básico, com enfoque principal no manejo de águas pluviais e do esgotamento sanitário, em abordagem integrada com o abastecimento de água potável e a gestão dos resíduos sólidos, além do planejamento do uso e da ocupação do solo urbano e da gestão dos recursos hídricos.



Contratação e capacitação de equipe técnica: para assegurar a prestação regular e adequada do serviço de drenagem urbana será necessário contar com equipe técnica capacitada. Estas deverão realizar intervenções na área urbana levando em consideração as bacias hidrográficas definidas como unidade de planejamento, evitando dessa forma soluções pontuais. Além disso, será necessário promover capacitação e formação desses recursos humanos para atuação na manutenção, fiscalização e controle do sistema de drenagem, além da da avaliações para diagnósticos periódicos nas redes.



Cadastro da Infraestrutura de manejo de águas pluviais: implementar um cadastro detalhado da infraestrutura de drenagem existente, incluindo a atualização de plantas com a indicação dos elementos de microdrenagem e macrodrenagem. Deve-se, também, dispor de um cadastro das redes públicas de água, eletricidade e esgotos existentes que possam interferir nos sistemas e em futuros projetos de drenagem de águas pluviais.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F



Educação ambiental: investimentos em projetos de educação ambiental para promover a sensibilização e consequetemente mudanças de hábitos da população no que se refere ao lançamento de resíduos em vias urbanas e cursos d´água, recuperação de matas ciliares, construção em áreas de risco, conservação dos equipamentos de drenagem, dentre outros. Estas ações devem ocorrer em paralelo e ter continuidade até que estejam consolidadas junto à comunidade e aos gestores.



Melhoria das rotinas de manutenção e conservação do sistema de drenagem: objetiva-se proporcionar melhores condições de funcionamento dos dispositivos de drenagem existente, previsão e provisionamento de recursos financeiros para a execução sistemática destes serviços, elevação da vida útil dos equipamentos e estruturas e otimização do uso da mão de obra e máquinas disponíveis.

Melhoria da atuação da coordenadoria municipal de proteção e defesa civil: tem a finalidade de coordenar em nível municipal, todas as ações de defesa civil nos períodos de normalidade e anormalidade.



Prestação regular dos serviços de esgotamento sanitário e limpeza urbana: os serviços de saneamento básico estão intimamente relacionados, de modo que deficiências na realização de ações de limpeza urbana e esgotamento sanitário comprometem a correta prestação dos serviços de drenagem e o manejo das águas pluviais. A limpeza e a varrição das ruas são as principais formas de redução da carga de resíduos sólidos e de sedimentos no escoamento superficial. Com relação ao esgotamento sanitário, uma vez implantado o sistema, deverão ser adotadas medidas de prevenção das conexões ilegais que lançam efluentes poluidores na rede de drenagem e medidas preventivas que envolvem o estabelecimento de normas de controle, fiscalização periódica, educação e sensibilização da população.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

4.7 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), 90,82% dos domicílios do município de Jequié são atendidos por coleta pública de resíduos sólidos, enquanto 6,5% queimam os resíduos, 2,11% despejam os resíduos em terrenos ou logradouros, e o restante das familiais (0,57%) tem seus resíduos enterrados, jogados em rio, lago ou mar, e outros destinos. Ressalta-se que na zona urbana o índice de coleta de resíduos é 97,13% (40.465 domicílios), enquanto na zona rural o índice cai para 18,85% (688 domicílios).

Os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos de Jequié são de titularidade do município e são prestados sob o modelo jurídico-institucional da administração direta centralizada.

A gestão dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no município de Jequié são de responsabilidade compartilhada, sendo a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) responsável pelo planejamento e fiscalização do gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde (RSS) oriundos das unidades públicas de saúde realizado por empresa contratada e a Divisão de Limpeza Urbana ligada a Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP), responsável pelas demais tipologias.

Esta última é responsável por parte da coleta e transporte de resíduos da construção civil (RCC), volumosos, remoção de animais mortos e serviços congêneres. Além destas atividades, a secretaria delegou a execução dos serviços de coleta, transporte e destinação dos resíduos domiciliares, comerciais e RCC, bem como, a execução dos serviços de varrição de vias e logradouros à empresa Locar Saneamento Ambiental Ltda. No que se refere a operacionalização da unidade de disposição final, a SESP contratou a Empresa de Engenharia Sanitária e Construções Ltda (EMPESA) para a prestação do serviço.

A Secretaria de Saúde, por sua vez, delega a execução da coleta, transporte, tratamento dos RSS e disposição final ambientalmente adequada à empresa TRRR Saneamento e Gestão Ambiental Ltda.

Conforme informações da Secretaria de Serviços Públicos, a equipe que realiza o serviço de coleta de resíduos sólidos no município é composta por 62 (sessenta e dois) operários, sendo 17 (dezessete) motoristas e 45 (quarenta e cinco) coletores. Esses profissionais são divididos em 15 (quinze) equipes compostas por 04 (quatro) pessoas, sendo 01 (um)

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

motorista e 03 (três) coletores. Os dois motoristas sobressalentes cobrem os faltosos da escala ou operam os demais veículos a depender da necessidade.

De acordo com a Secretaria de Serviços Públicos, na sede do município de Jequié o serviço de coleta de resíduos é realizado 06 (seis) vezes na semana, de segunda a sábado, de forma direta, ou seja, recolhe os resíduos na porta das residências, não existindo, portanto, coletores centrais. Aos domingos e feriados, o serviço também é prestado na região do Centro da Sede Municipal, em feiras livres, locais com aglomerações e eventos.

Ainda segundo informações da Secretaria de Serviços Públicos, além da sede municipal, a coleta é realizada nas sedes distritais de Florestal, Oriente Novo, Monte Branco, Itajuru, Boaçu, Baixão e Itaibó; bem como nas localidades de Barra Avenida, Santa Rita, Barragem da Pedra, Fazenda Velha; e nos Assentamentos Santa Cruz, São Judas Tadeu e Flor da Terra.

Alguns dos problemas identificados nos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos foram: existência de pontos temporários de descarte irregular; descarte de resíduos em rio, lago ou mar; baixo índice de coleta na zona rural; prática de queima de resíduos.

4.7.1 Estudo de Cenários e Projeção de Demandas do Serviço de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana

Os cenários alternativos de demanda pelo serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos para o município de Jequié foram elaborados incluindo a área urbana e rural, com base em informações obtidas na fase de diagnóstico.

As variáveis adotadas influenciam significativamente na prestação dos serviços, principalmente na quantidade de resíduos que é encaminhada para a disposição final e, por conseguinte, em todos os fatores que influenciam a solução adotada (dimensionamento, operação, vida útil, entre outros).

Portanto, as variáveis adotadas foram: índice de cobertura da coleta normal, geração *per capita* de resíduos sólidos, índice de cobertura da coleta seletiva para os resíduos secos, índice de adesão à coleta seletiva, índice de recuperação de recicláveis, índice de recuperação de orgânicos. O **Quadro 22** apresenta as variáveis definidas.

Quadro 22 – Variáveis definidas

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Indicador	Objetivo	Equação	Unidade	Fonte
Geração per capita de Resíduos Sólidos Urbanos	Medir a geração de resíduos sólidos urbanos por habitante do município	Quantidade total coletada de RSU / População atendida pela coleta	Kg/hab.dia	Própria
Índice da cobertura de coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	Estimar a porcentagem da população contemplada com a coleta de resíduos sólidos	População total atendida declarada / População total do município	Percentual (%)	IBGE (2010)
Índice de cobertura por coleta seletiva de resíduos	Estimar a proporção da população com acesso a coleta seletiva de resíduos sólidos	População do município com acesso a coleta seletiva / População total do município	Percentual (%)	--
Índice de adesão a coleta seletiva de resíduos	Estimar a proporção da população com acesso a coleta seletiva e que aderiram a ela	População que aderiu a coleta seletiva de resíduos / População com acesso a coleta seletiva	Percentual (%)	--
Índice de recuperação de materiais recicláveis da coleta seletiva	Estimar o percentual de resíduos sólidos secos recuperados comparados ao total de resíduos enviados a triagem	Quantidade total de materiais secos recuperados / Quantidade total coletada enviado a triagem	Percentual (%)	--
Índice de recuperação de orgânicos da coleta seletiva	Estimar o percentual de resíduos sólidos orgânicos recuperados comparados ao total de resíduos enviados para a compostagem	Quantidade total de materiais orgânicos recuperados / Quantidade total de resíduos orgânicos	Percentual (%)	-
Índice de cobertura por cursos de compostagem doméstica	Estimar a proporção da população com acesso a curso de compostagem	População com acesso aos cursos / População rural ou urbana total	Percentual (%)	--
Índice de adesão a compostagem doméstica	Estimar a proporção da população com acesso aos cursos práticos de compostagem e que aderiram a ela	População que aderiu a compostagem doméstica / População rural com acesso a cursos de compostagem doméstica	Percentual (%)	--

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

O **Quadro 23** apresenta as três hipóteses e três cenários destacando, em negrito, o cenário selecionado para o caso da área urbana do município de Jequié. A Figura 67 apresenta o resumo dos cenários.

Quadro 23 – Cenários alternativos de resíduos para área urbana de Jequié

Variável	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

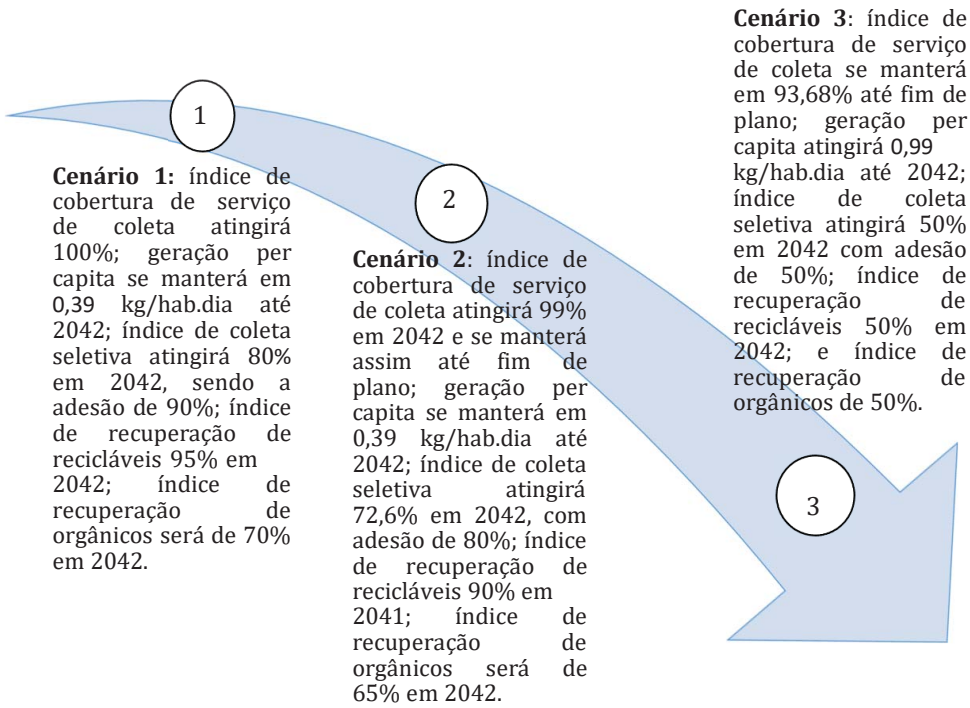
Prefeitura Municipal de Jequié

Índice de cobertura da coleta normal (%)	Universalização em médio prazo	Universalização em final de plano	Manutenção em 97%
Geração per capita (Kg/hab.dia)	Redução	Manutenção em 0,39 Kg/hab.dia	Elevação para 0,99 Kg/hab.dia
Índice de cobertura da coleta seletiva de resíduos (%)	Alcance de 80%	Alcance de 72,6%	Alcance de 50%
Índice de adesão à coleta seletiva de resíduos (%)	Alcance de 90%	Alcance de 80% em 2035	Alcance de 50%
Índice de recuperação de recicláveis em relação aos resíduos recicláveis coletados seletivamente (%)	Alcance de 95%	Alcance de 90%	Redução para 50%
Índice de recuperação de resíduos orgânicos em relação aos resíduos orgânicos coletados seletivamente (%)	Alcance de 70%	Alcance de 65%	Alcance de 50%
CENÁRIO	1	2	3

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 67 – Resumo cenários de resíduos



Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Portanto, admite-se que o **Cenário 2** é o mais adequado para a projeção das demandas do serviço, pois apresenta metas em conformidade com as metas do Planares (2020) para a região nordeste. A **Tabela 58** mostra o detalhamento das variáveis e demandas dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos para área urbana nesse cenário.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 58 –Detalhamento das variáveis, coleta convencional e coleta seletiva, conforme as metas do Cenário 2- Zona Urbana

Prazo das Metas do Plano	Ano	Pop. urbana (hab.)	Coleta Convencional			Coleta seletiva					
			Índice de cobertura por coleta normal (%)	Massa coletada total (Kg/dia)	Massa coletada de resíduos secos considerando índice gravimétrico de 15,27% (Kg/dia)	Índice de cobertura por coleta seletiva (%)	Índice de adesão à coleta seletiva (%)	Massa total de resíduos oriunda de coleta seletiva (Kg/dia)	Massa de resíduos recicláveis secos que segue para triagem oriunda de coleta seletiva (kg/dia) considerando índice gravimétrico de 28,90%	Massa de resíduos úmidos que segue para a compostagem oriunda da coleta seletiva (Kg/dia) considerando índice gravimétrico de 54,43%	Massa de rejeitos que segue para a compostagem oriunda da coleta seletiva destinação final (Kg/dia) considerando índice gravimétrico de 16,67%
Atual	2022	154.824	94	56.565	54.712	21,00	15,60	1.853	536	1.009	309
Curto	2023	156.203	94	57.256	54.993	22,34	17,7	2.263	654	1.232	377
	2024	157.596	94	57.955	55.191	23,77	20,1	2.764	799	1.504	461
	2025	159.005	95	58.664	55.289	25,29	22,7	3.376	976	1.837	563
	2026	160.429	95	59.383	55.260	26,91	25,8	4.123	1.192	2.244	687
Médio	2027	161.868	95	60.112	55.076	28,64	29,3	5.036	1.455	2.741	839
	2028	163.323	96	60.851	54.700	30,47	33,2	6.150	1.777	3.348	1.025
	2029	164.793	96	61.599	54.087	32,42	37,6	7.512	2.171	4.089	1.252
	2030	166.279	96	62.358	53.182	34,49	42,7	9.175	2.652	4.994	1.530
Longo	2031	167.780	96	63.126	51.919	36,70	48,4	11.207	3.239	6.100	1.868
	2032	169.297	97	63.905	50.217	39,05	54,9	13.689	3.956	7.451	2.282
	2033	170.829	97	64.694	47.974	41,54	62,2	16.720	4.832	9.101	2.787
	2034	172.378	97	65.495	45.071	44,20	70,5	20.424	5.902	11.117	3.405
	2035	173.942	98	66.305	41.358	47,03	80,0	24.947	7.210	13.579	4.159
	2036	175.522	98	67.126	40.254	50,04	80,0	26.872	7.766	14.626	4.480
	2037	177.118	98	67.958	39.012	53,24	80,0	28.946	8.365	15.755	4.825
	2038	178.731	99	68.801	37.621	56,65	80,0	31.180	9.011	16.971	5.198
	2039	180.359	99	69.655	36.068	60,27	80,0	33.587	9.707	18.281	5.599
	2040	182.004	99	70.520	34.340	64,13	80,0	36.180	10.456	19.693	6.031
	2041	183.666	100	71.396	32.423	68,23	80,0	38.973	11.263	21.213	6.497
	2042	185.343	100	72.284	30.301	**72,6**	80,0	41.982	12.133	22.851	6.998

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 59 – Detalhamento das variáveis, triagem e compostagem conforme as metas do Cenário 2- Zona Urbana

Prazo das Metas do Plano	Ano	População urbana (hab.)	Índice de geração *per capita* de resíduos urbanos (Kg/hab. dia)	Triagem			Compostagem		
				Índice de recuperação de recicláveis em relação aos resíduos recicláveis coletados seletivamente (%)	Massa de resíduos recicláveis da coleta seletiva recuperada e que segue para reaproveitamento (Kg/dia)	Massa de resíduos recicláveis coletada seletivamente não recuperada e que vai para disposição final (Kg/dia)	Índice de recuperação de resíduos orgânicos em relação aos resíduos orgânicos coletado seletivamente (%)	Massa de resíduos úmidos da coleta seletiva recuperado na compostagem (Kg/dia)	Massa de resíduos da coleta seletiva não recuperado na compostagem e que vai para a disposição final (Kg/dia)
Atual	2022	154.824	0,39	80	428	107	0	0	1.009
Curto	2023	156.203	0,39	80	526	128	0	0	1.232
	2024	157.596	0,39	81	647	152	0	0	1.504
	2025	159.005	0,39	81	794	181	0	0	1.837
	2026	160.429	0,39	82	976	216	10	224	2.020
Médio	2027	161.868	0,39	82	1.199	256	11	308	2.433
	2028	163.323	0,39	83	1.473	304	13	423	2.925
	2029	164.793	0,39	83	1.810	361	14	581	3.508
	2030	166.279	0,39	84	2.224	428	16	797	4.197
Longo	2031	167.780	0,39	84	2.732	507	18	1.095	5.005
	2032	169.297	0,39	85	3.357	599	20	1.503	5.948
	2033	170.829	0,39	85	4.124	708	23	2.064	7.037
	2034	172.378	0,39	86	5.068	835	25	2.834	8.282
	2035	173.942	0,39	86	6.227	983	29	3.892	9.687
	2036	175.522	0,39	87	6.747	1.019	32	4.712	9.914
	2037	177.118	0,39	87	7.310	1.055	36	5.706	10.050
	2038	178.731	0,39	88	7.921	1.090	41	6.909	10.063
	2039	180.359	0,39	88	8.583	1.124	46	8.366	9.916
	2040	182.004	0,39	89	9.300	1.156	51	10.130	9.563
	2041	183.666	0,39	89	10.077	1.186	58	12.266	8.947
	2042	185.343	0,39	**90**	10.920	1.213	65	14.853	7.998

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 60 - Massa de resíduos que segue para disposição final conforme as metas do Cenário 2 – Zona Urbana

Prazo das Metas do Plano	Ano	Pop. urbana (hab.)	Geração *per capita* de resíduos urbanos (Kg/hab. dia)	Disposição final				
				Massa de resíduos gerada por população que não é atendida pela coleta seletiva (Kg/dia)	Massa dos resíduos coletados que não aproveitáveis, índice gravimétrico de 16,67% de rejeitos (Kg/dia)	Massa de resíduos recicláveis não recuperada na triagem (Kg/dia)	Massa de resíduos enviada para a disposição final (Kg/dia)	Massa de resíduos enviada para a disposição final (ton/ano)
Atual	2022	154.824	0,39	54.712	309	107	55.128	19.846
Curto	2023	156.203	0,39	54.993	377	128	55.498	19.979
	2024	157.596	0,39	55.191	461	152	55.804	20.089
	2025	159.005	0,39	55.289	563	181	56.033	20.172
	2026	160.429	0,39	55.260	687	216	56.163	20.219
Médio	2027	161.868	0,39	55.076	839	256	56.172	20.222
	2028	163.323	0,39	54.700	1.025	304	56.030	20.171
	2029	164.793	0,39	54.087	1.252	361	55.700	20.052
	2030	166.279	0,39	53.182	1.530	428	55.140	19.850
Longo	2031	167.780	0,39	51.919	1.868	507	54.294	19.546
	2032	169.297	0,39	50.217	2.282	599	53.098	19.115
	2033	170.829	0,39	47.974	2.787	708	51.469	18.529
	2034	172.378	0,39	45.071	3.405	835	49.310	17.752
	2035	173.942	0,39	41.358	4.159	983	46.499	16.740
	2036	175.522	0,39	40.254	4.480	1.019	45.753	16.471
	2037	177.118	0,39	39.012	4.825	1.055	44.892	16.161
	2038	178.731	0,39	37.621	5.198	1.090	43.908	15.807
	2039	180.359	0,39	36.068	5.599	1.124	42.790	15.405
	2040	182.004	0,39	34.340	6.031	1.156	41.527	14.950
	2041	183.666	0,39	32.423	6.497	1.186	40.106	14.438
	2042	185.343	0,39	30.301	6.998	1.213	38.513	13.865

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié
quinta-feira, 29 de junho de 2023 | Ano IX - Edição nº 01780 | Caderno 1
Diário Oficial do Município 467

Tabela 61 - Massa de resíduos recuperada conforme as metas do Cenário 2 – Zona Urbana

Prazo	Ano	Pop. Urbana (hab.)	Geração *per capita* de resíduos urbanos (Kg/hab. dia)	Disposição final		
				Índice de Resíduos encaminhados para a disposição final em relação a massa coletada (%)	Índice de Resíduos seco e úmido recuperados em relação a massa coletada (%)	Resíduos não coletados (Kg/dia)
Atual	2022	154.824	0,39	97%	3%	3.816
Curto	2023	156.203	0,39	97%	3%	3.663
	2024	157.596	0,39	96%	4%	3.507
	2025	159.005	0,39	96%	4%	3.347
	2026	160.429	0,39	95%	5%	3.184
Médio	2027	161.868	0,39	93%	7%	3.017
	2028	163.323	0,39	92%	8%	2.845
	2029	164.793	0,39	90%	10%	2.670
	2030	166.279	0,39	88%	12%	2.491
Longo	2031	167.780	0,39	86%	14%	2.308
	2032	169.297	0,39	83%	17%	2.120
	2033	170.829	0,39	80%	20%	1.929
	2034	172.378	0,39	75%	25%	1.733
	2035	173.942	0,39	70%	30%	1.533
	2036	175.522	0,39	68%	32%	1.328
	2037	177.118	0,39	66%	34%	1.118
	2038	178.731	0,39	64%	36%	904
	2039	180.359	0,39	61%	39%	685
	2040	182.004	0,39	59%	41%	462
	2041	183.666	0,39	56%	44%	233
	2042	185.343	0,39	53%	47%	0

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 62 - Projeção de Demandas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Cenário de Referência 2 – Zona Urbana Jequié (sede municipal)

Prazo	Ano	Pop urbana (hab)	Geração *per capita* de resíduos (Kg/hab. dia)	Coleta Normal	Coleta Seletiva		Triagem	Compostagem	Disposição final						Resíduos não coletados (Kg/dia)
				Índice de abrangência por coleta convencional (%)	Índice de abrangência por coleta seletiva (%)	Índice de adesão da coleta seletiva (%)	Índice de recuperação de recicláveis em relação ao coletado seletivamente (%)	Índice de recuperação de resíduos orgânicos em relação ao coletado seletivamente (%)	Massa de resíduos gerada por população que não é atendida pela coleta seletiva (Kg/dia)	Massa dos resíduos coletados que não aproveitáveis, considerando o índice gravimétrico de 16,67% de rejeitos (Kg/dia)	Massa de resíduos recicláveis não recuperada na triagem (Kg/dia)	Massa de resíduos enviada para a disposição final (kg/dia)	Índice de Resíduos encaminhados para a disposição final em relação a massa coletada (%)	Índice de Resíduos seco e úmido recuperados em relação a massa coletada (%)	
Atual	2022	153.675	0,39	97	21,00	15,60	80	0	56.306	318	110	56.734	97%	3%	1.720
Curto	2023	155.101	0,39	97	22,34	17,7	80	0	56.513	388	131	57.032	97%	3%	1.650
	2024	156.540	0,39	97	23,77	20,1	81	0	56.635	473	156	57.264	96%	4%	1.579
	2025	157.992	0,39	98	25,29	22,7	81	0	56.652	577	186	57.414	96%	4%	1.506
	2026	159.458	0,39	98	26,91	25,8	82	10	56.538	703	221	57.462	95%	5%	1.432
Médio	2027	160.937	0,39	98	28,6	29,3	82	11	56.265	858	262	57.385	93%	7%	1.356
	2028	162.430	0,39	98	30,5	33,2	83	13	55.796	1.046	310	57.152	92%	8%	1.278
	2029	163.937	0,39	98	32,4	37,6	83	14	55.086	1.275	368	56.729	90%	10%	1.199
	2030	165.458	0,39	98	34,5	42,7	84	16	54.081	1.555	435	56.071	88%	12%	1.118
Longo	2031	166.993	0,39	98	36,7	48,4	84	18	52.714	1.897	514	55.125	86%	14%	1.035
	2032	168.543	0,39	99	39,0	54,9	85	20	50.905	2.313	607	53.826	83%	17%	950
	2033	170.106	0,39	99	41,5	62,2	85	23	48.555	2.821	716	52.092	80%	20%	864
	2034	171.684	0,39	99	44,2	70,5	86	25	45.544	3.440	843	49.828	75%	25%	775
	2035	173.277	0,39	99	47,0	80,0	86	29	41.725	4.196	992	46.912	70%	30%	685
	2036	174.885	0,39	99	50,0	80,0	87	32	40.545	4.512	1.027	46.084	68%	32%	593
	2037	176.507	0,39	99	53,2	80,0	87	36	39.231	4.852	1.061	45.144	66%	34%	499
	2038	178.145	0,39	99	56,6	80,0	88	41	37.770	5.218	1.094	44.082	64%	36%	403
	2039	179.798	0,39	100	60,3	80,0	88	46	36.151	5.612	1.126	42.889	61%	39%	306
	2040	181.466	0,39	100	64,1	80,0	89	51	34.362	6.035	1.157	41.554	59%	41%	206
	2041	183.150	0,39	100	68,2	80,0	89	58	32.390	6.490	1.185	40.065	56%	44%	104
	2042	184.848	0,39	100	**72,6**	80,0	**90**	65	30.220	6.980	1.210	38.410	53%	47%	0

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 63 - Projeção de Demandas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Cenário de Referência 2 – Zona Urbana de Baixão

Prazo das Metas do Plano	Ano	Pop urbana (hab)	Geração *per capita* de resíduos (Kg/hab. dia)	Coleta Convencional	Coleta Seletiva		Triagem	Compostagem	Disposição final						Resíduos não coletados (Kg/dia)
				Índice de abrangência por coleta convencional (%)	Índice de abrangência por coleta seletiva (%)	Índice de adesão da coleta seletiva (%)	Índice de recuperação de recicláveis em relação ao coletado seletivamente (%)	Índice de recuperação de resíduos orgânicos em relação ao coletado seletivamente (%)	Massa de resíduos gerada por população que não é atendida pela coleta seletiva (Kg/dia)	Massa dos resíduos coletados que não aproveitável considerando o índice gravimétrico de 16,67% de rejeitos (Kg/dia)	Massa de resíduos recicláveis não recuperada na triagem (Kg/dia)	Massa de resíduos enviada para a disposição final (Kg/dia)	Índice de Resíduos encaminhados para a disposição final em relação a massa coletada (%)	Índice de Resíduos seco e úmido recuperados em relação a massa coletada (%)	
Atual	2022	360	0,39	56	0,00	0,00	0	0	79	0	0	79	100%	0%	62
Curto	2023	364	0,39	58	0,00	0,00	0	0	82	0	0	82	100%	0%	60
	2024	367	0,39	59	0,00	0,00	0	0	85	0	0	85	100%	0%	58
	2025	370	0,39	61	0,00	0,00	0	0	88	0	0	88	100%	0%	56
	2026	374	0,39	63	18,00	**58,00**	10	10	82	2	2	86	94%	6%	54
Médio	2027	377	0,39	65	19,6	60,1	11	11	84	2	3	89	93%	7%	52
	2028	381	0,39	67	21,4	62,3	13	13	86	2	3	91	92%	8%	50
	2029	384	0,39	69	23,4	64,6	15	14	87	3	4	94	91%	9%	47
	2030	388	0,39	71	25,5	66,9	17	16	89	3	4	96	90%	10%	44
Longo	2031	392	0,39	73	27,8	69,3	20	18	90	4	5	98	88%	12%	42
	2032	395	0,39	75	30,4	71,9	23	20	90	4	6	100	87%	13%	39
	2033	399	0,39	77	33,1	74,5	26	23	90	5	6	102	85%	15%	36
	2034	403	0,39	79	36,1	77,2	30	25	90	6	7	103	82%	18%	32
	2035	406	0,39	82	39,4	**80**	34	29	89	7	8	103	80%	20%	29
	2036	410	0,39	84	43,0	**80**	39	32	88	8	8	104	77%	23%	26
	2037	414	0,39	87	47,0	**80**	45	36	87	9	8	104	75%	25%	22
	2038	418	0,39	89	51,2	**80**	52	41	86	10	8	104	72%	28%	18
	2039	422	0,39	92	55,9	**80**	60	46	83	11	8	102	68%	32%	14
	2040	426	0,39	94	61,0	**80**	68	51	80	13	7	100	64%	36%	9
	2041	429	0,39	97	66,5	**80**	78	58	76	14	5	96	59%	41%	5
	2042	433	0,39	100	72,6	**80**	90	65	71	16	3	90	53%	47%	0

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 243 - Projeção de Demandas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Cenário de Referência 2 – Zona Urbana do distrito de Boaçu

Prazo das Metas do Plano	Ano	Pop urbana (hab)	Geração *per capita* de resíduos (Kg/hab. dia)	Coleta Convencional	Coleta Seletiva		Triagem	Compostagem	Disposição final						Resíduos não coletados (Kg/dia)
				Índice de abrangência por coleta convencional (%)	Índice de abrangência por coleta seletiva (%)	Índice de adesão da coleta seletiva (%)	Índice de recuperação de recicláveis em relação ao coletado seletivamente (%)	Índice de recuperação de resíduos orgânicos em relação ao coletado seletivamente (%)	Massa de resíduos gerada por população que não é atendida pela coleta seletiva (Kg/dia)	Massa dos resíduos coletados que não aproveitáveis, considerando o índice gravimétrico de 16,67% de rejeitos (Kg/dia)	Massa de resíduos recicláveis não recuperada na triagem (Kg/dia)	Massa de resíduos enviada para a disposição final (Kg/dia)	Índice de Resíduos encaminhados para a disposição final em relação a massa coletada (%)	Índice de Resíduos seco e úmido recuperados em relação a massa coletada (%)	
Atual	2022	119	0,39	48	0,00	0,00	0	0	22	0	0	22	100%	0%	24
Curto	2023	120	0,39	50	0,00	0,00	0	0	23	0	0	23	100%	0%	24
	2024	122	0,39	52	0,00	0,00	0	0	25	0	0	25	100%	0%	23
	2025	123	0,39	54	0,00	0,00	0	0	26	0	0	26	100%	0%	22
	2026	124	0,39	56	18,00	58,00	10	10	24	0	1	25	94%	6%	22
Médio	2027	125	0,39	58	19,6	60,1	11	11	25	1	1	26	93%	7%	21
	2028	126	0,39	60	21,4	62,3	13	13	25	1	1	27	92%	8%	20
	2029	127	0,39	62	23,4	64,6	15	14	26	1	1	28	91%	9%	19
	2030	129	0,39	64	25,5	66,9	17	16	27	1	1	29	90%	10%	18
Longo	2031	130	0,39	67	27,8	69,3	20	18	27	1	2	30	88%	12%	17
	2032	131	0,39	69	30,4	71,9	23	20	28	1	2	31	87%	13%	16
	2033	132	0,39	72	33,1	74,5	26	23	28	2	2	31	85%	15%	15
	2034	133	0,39	75	36,1	77,2	30	25	28	2	2	32	82%	18%	13
	2035	135	0,39	77	39,4	80	34	29	28	2	2	32	80%	20%	12
	2036	136	0,39	80	43,0	80	39	32	28	2	3	33	77%	23%	11
	2037	137	0,39	83	47,0	80	45	36	28	3	3	33	75%	25%	9
	2038	138	0,39	86	51,2	80	52	41	27	3	3	33	72%	28%	7
	2039	140	0,39	90	55,9	80	60	46	27	4	3	33	68%	32%	6
	2040	141	0,39	93	61,0	80	68	51	26	4	2	33	64%	36%	4
	2041	142	0,39	96	66,5	80	78	58	25	5	2	31	59%	41%	2
	2042	144	0,39	100	72,6	80	90	65	24	5	1	30	53%	47%	0

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 244 - Projeção de Demandas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Cenário de Referência 2 – Zona Urbana do distrito de Florestal

Prazo das Metas do Plano	Ano	Pop urbana (hab)	Geração *per capita* de resíduos (Kg/hab. dia)	Coleta Convencional	Coleta Seletiva		Triagem	Compostagem	Disposição final						Resíduos não coletado (Kg/dia)
				Índice de abrangência por coleta convencional (%)	Índice de abrangência por coleta seletiva (%)	Índice de adesão da coleta seletiva (%)	Índice de recuperação de recicláveis em relação ao coletado seletivamente (%)	Índice de recuperação de resíduos orgânicos em relação ao coletado seletivamente (%)	Massa de resíduos gerada por população que não é atendida pela coleta seletiva (Kg/dia)	Massa dos resíduos coletados que não aproveitáveis, considerando o índice gravimétrico de 16,67% de rejeitos (Kg/dia)	Massa de resíduos recicláveis não recuperada na triagem (Kg/dia)	Massa de resíduos enviada para a disposição final (Kg/dia)	Índice de Resíduos encaminhados para a disposição final em relação a massa coletada (%)	Índice de Resíduos seco e úmido recuperados em relação a massa coletada (%)	
Atual	2022	484	0,39	12	0,00	0,00	0	0	22	0	0	22	100%	0%	167
Curto	2023	489	0,39	13	0,00	0,00	0	0	25	0	0	25	100%	0%	166
	2024	493	0,39	15	0,00	0,00	0	0	28	0	0	28	100%	0%	164
	2025	498	0,39	16	0,00	0,00	0	0	31	0	0	31	100%	0%	163
	2026	502	0,39	18	18,00	58,00	10	10	32	1	1	33	94%	6%	161
Médio	2027	507	0,39	20	19,6	60,1	11	11	35	1	1	37	93%	7%	158
	2028	512	0,39	22	21,4	62,3	13	13	39	1	1	41	92%	8%	155
	2029	517	0,39	25	23,4	64,6	15	14	42	1	2	46	91%	9%	152
	2030	521	0,39	28	25,5	66,9	17	16	47	2	2	50	90%	10%	147
Longo	2031	526	0,39	31	27,8	69,3	20	18	51	2	3	56	88%	12%	142
	2032	531	0,39	34	30,4	71,9	23	20	55	3	3	61	87%	13%	136
	2033	536	0,39	38	33,1	74,5	26	23	60	3	4	67	85%	15%	129
	2034	541	0,39	42	36,1	77,2	30	25	65	4	5	74	82%	18%	122
	2035	546	0,39	47	39,4	80	34	29	69	5	6	80	80%	20%	112
	2036	551	0,39	53	43,0	80	39	32	74	6	7	87	77%	23%	102
	2037	556	0,39	58	47,0	80	45	36	79	8	8	95	75%	25%	90
	2038	561	0,39	65	51,2	80	52	41	84	10	8	102	72%	28%	76
	2039	567	0,39	72	55,9	80	60	46	89	12	8	109	68%	32%	61
	2040	572	0,39	81	61,0	80	68	51	92	15	8	115	64%	36%	43
	2041	577	0,39	90	66,5	80	78	58	95	18	7	119	59%	41%	23
	2042	582	0,39	100	72,6	80	90	65	95	22	4	121	53%	47%	0

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 245 - Projeção de Demandas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Cenário de Referência 2 – Zona Urbana do distrito de Itaibó

Prazo das Metas do Plano	Ano	Pop urbana (hab)	Geração *per capita* de resíduos (Kg/hab. dia)	Coleta Convencional	Coleta Seletiva		Triagem	Compostagem	Disposição final						Resíduo não coletado(Kg/dia)
				Índice de abrangência por coleta convencional (%)	Índice de abrangência por coleta seletiva (%)	Índice de adesão da coleta seletiva (%)	Índice de recuperação de recicláveis em relação ao coletado seletivamente (%)	Índice de recuperação de resíduos orgânicos em relação ao coletado seletivamente (%)	Massa de resíduos gerada por população que não é atendida pela coleta seletiva (Kg/dia)	Massa dos resíduos coletados que não aproveitáveis considerando o índice gravimétrico de 16,67% de rejeitos (Kg/dia)	Massa de resíduos recicláveis não recuperada na triagem (Kg/dia)	Massa de resíduos enviada para a disposição final (Kg/dia)	Índice de Resíduos encaminhados para a disposição final em relação a massa coletada (%)	Índice de Resíduos seco e úmido recuperados em relação a massa coletada (%)	
Atual	2022	534	0,39	30	0,00	0,00	0	0	63	0	0	63	100%	0%	145
Curto	2023	539	0,39	32	0,00	0,00	0	0	68	0	0	68	100%	0%	142
	2024	544	0,39	34	0,00	0,00	0	0	73	0	0	73	100%	0%	140
	2025	549	0,39	36	0,00	0,00	0	0	78	0	0	78	100%	0%	136
	2026	554	0,39	39	18,00	58,00	10	10	75	1	2	78	94%	6%	133
Médio	2027	559	0,39	41	19,6	60,1	11	11	79	2	3	83	93%	7%	129
	2028	564	0,39	43	21,4	62,3	13	13	83	2	3	88	92%	8%	124
	2029	569	0,39	46	23,4	64,6	15	14	87	3	4	93	91%	9%	120
	2030	575	0,39	49	25,5	66,9	17	16	91	3	4	99	90%	10%	115
Longo	2031	580	0,39	52	27,8	69,3	20	18	95	4	5	104	88%	12%	109
	2032	585	0,39	55	30,4	71,9	23	20	98	5	6	109	87%	13%	102
	2033	591	0,39	58	33,1	74,5	26	23	102	6	7	114	85%	15%	96
	2034	596	0,39	62	36,1	77,2	30	25	104	7	8	119	82%	18%	88
	2035	602	0,39	66	39,4	80	34	29	106	8	9	123	80%	20%	80
	2036	607	0,39	70	43,0	80	39	32	109	10	10	128	77%	23%	71
	2037	613	0,39	74	47,0	80	45	36	111	11	11	132	75%	25%	62
	2038	619	0,39	79	51,2	80	52	41	112	13	11	136	72%	28%	51
	2039	624	0,39	84	55,9	80	60	46	113	15	11	138	68%	32%	40
	2040	630	0,39	89	61,0	80	68	51	112	18	10	139	64%	36%	28
	2041	636	0,39	94	66,5	80	78	58	109	21	8	138	59%	41%	14
	2042	642	0,39	100	72,6	80	90	65	105	24	4	133	53%	47%	0

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 246 - Projeção de Demandas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Cenário de Referência 2 – Zona Urbana do distrito de Itajurú

Prazo das Metas do Plano	Ano	Pop urbana (hab)	Geração *per capita* de resíduos (Kg/hab. dia)	Coleta Convencional	Coleta Seletiva		Triagem	Compostagem	Disposição final						Resíduos não coletado (Kg/dia)
				Índice de abrangência por coleta convencional (%)	Índice de abrangência por coleta seletiva (%)	Índice de adesão da coleta seletiva (%)	Índice de recuperação de recicláveis em relação ao coletado seletivamente (%)	Índice de recuperação de resíduos orgânicos em relação ao coletado seletivamente (%)	Massa de resíduos gerada por população que não é atendida pela coleta seletiva (Kg/dia)	Massa dos resíduos coletados que não aproveitávies, considerando o índice gravimétrico de 16,67% de rejeitos (Kg/dia)	Massa de resíduos recicláveis não recuperada na triagem (Kg/dia)	Massa de resíduos enviada para a disposição final (Kg/dia)	Índice de Resíduos encaminhados para a disposição final em relação a massa coletada (%)	Índice de Resíduos seco e úmido recuperados em relação a massa coletada (%)	
Atual	2022	1.373	0,39	11	0,00	0,00	0	0	60	0	0	60	100%	0%	476
Curto	2023	1.385	0,39	12	0,00	0,00	0	0	67	0	0	67	100%	0%	473
	2024	1.398	0,39	14	0,00	0,00	0	0	76	0	0	76	100%	0%	469
	2025	1.411	0,39	16	0,00	0,00	0	0	85	0	0	85	100%	0%	465
	2026	1.424	0,39	17	18,00	58,00	10	10	86	2	3	90	94%	6%	459
Médio	2027	1.438	0,39	19	19,6	60,1	11	11	96	2	3	101	93%	7%	453
	2028	1.451	0,39	22	21,4	62,3	13	13	106	3	4	112	92%	8%	444
	2029	1.464	0,39	24	23,4	64,6	15	14	117	3	5	125	91%	9%	434
	2030	1.478	0,39	27	25,5	66,9	17	16	128	4	6	139	90%	10%	422
Longo	2031	1.492	0,39	30	27,8	69,3	20	18	141	6	8	154	88%	12%	408
	2032	1.505	0,39	33	30,4	71,9	23	20	153	7	10	170	87%	13%	391
	2033	1.519	0,39	37	33,1	74,5	26	23	166	9	12	187	85%	15%	372
	2034	1.534	0,39	42	36,1	77,2	30	25	179	12	14	205	82%	18%	349
	2035	1.548	0,39	46	39,4	80	34	29	192	15	17	223	80%	20%	323
	2036	1.562	0,39	52	43,0	80	39	32	207	18	19	244	77%	23%	294
	2037	1.577	0,39	58	47,0	80	45	36	222	22	21	265	75%	25%	260
	2038	1.591	0,39	64	51,2	80	52	41	236	27	23	286	72%	28%	220
	2039	1.606	0,39	72	55,9	80	60	46	249	34	24	306	68%	32%	176
	2040	1.621	0,39	80	61,0	80	68	51	260	41	23	324	64%	36%	124
	2041	1.636	0,39	90	66,5	80	78	58	267	51	19	337	59%	41%	66
	2042	1.651	0,39	100	72,6	80	90	65	270	62	11	343	53%	47%	0

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 68 - Projeção de Demandas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Cenário de Referência 2 – Zona Urbana do distrito Monte Branco

Prazo das Metas do Plano	Ano	Pop urbana (hab)	Geração *per capita* de resíduos (Kg/hab. dia)	Coleta Convencional	Coleta Seletiva		Triagem	Compostagem	Disposição final						Resíduos não coletado (Kg/dia)
				Índice de abrangência por coleta convencional (%)	Índice de abrangência por coleta seletiva (%)	Índice de adesão da coleta seletiva (%)	Índice de recuperação de recicláveis em relação ao coletado seletivamente (%)	Índice de recuperação de resíduos orgânicos em relação ao coletado seletivamente (%)	Massa de resíduos gerada por população que não é atendida pela coleta seletiva (Kg/dia)	Massa dos resíduos coletados que não aproveitável-o índice gravimétrico de 16,67% de rejeitos (Kg/dia)	Massa de resíduos recicláveis não recuperada na triagem (Kg/dia)	Massa de resíduos enviada para a disposição final (Kg/dia)	Índice de Resíduos encaminhados para a disposição final em relação a massa coletada (%)	Índice de Resíduos seco e úmido recuperados em relação a massa coletada (%)	
Atual	2022	170	0,39	0,14	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0	100%	0%	66
Curto	2023	172	0,39	0,19	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0	100%	0%	67
	2024	173	0,39	0,27	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0	100%	0%	67
	2025	175	0,39	0,38	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0	100%	0%	68
	2026	176	0,39	0,52	18,00	58,00	10	10	0	0	0	0	94%	6%	68
Médio	2027	178	0,39	0,72	19,6	60,1	11	11	0	0	0	0	93%	7%	69
	2028	180	0,39	1,01	21,4	62,3	13	13	1	0	0	1	92%	8%	69
	2029	181	0,39	1,40	23,4	64,6	15	14	1	0	0	1	91%	9%	70
	2030	183	0,39	1,94	25,5	66,9	17	16	1	0	0	1	90%	10%	70
Longo	2031	185	0,39	2,69	27,8	69,3	20	18	2	0	0	2	88%	12%	70
	2032	186	0,39	3,74	30,4	71,9	23	20	2	0	0	2	87%	13%	70
	2033	188	0,39	5,20	33,1	74,5	26	23	3	0	0	3	85%	15%	70
	2034	190	0,39	7,22	36,1	77,2	30	25	4	0	0	4	82%	18%	69
	2035	192	0,39	10,03	39,4	80	34	29	5	0	0	6	80%	20%	67
	2036	194	0,39	13,93	43,0	80	39	32	7	1	1	8	77%	23%	65
	2037	195	0,39	19,34	47,0	80	45	36	9	1	1	11	75%	25%	61
	2038	197	0,39	26,87	51,2	80	52	41	12	1	1	15	72%	28%	56
	2039	199	0,39	37,32	55,9	80	60	46	16	2	2	20	68%	32%	49
	2040	201	0,39	51,83	61,0	80	68	51	21	3	2	26	64%	36%	38
	2041	203	0,39	72,00	66,5	80	78	58	27	5	2	34	59%	41%	22
	2042	205	0,39	100,00	72,6	80	90	65	34	8	1	43	53%	47%	0

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 69 - Projeção de Demandas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Cenário de Referência 2 – Zona Urbana do distrito Oriente Novo

Prazo das Metas do Plano	Ano	Pop urbana (hab)	Geração *per capita* de resíduos (Kg/hab. dia)	Coleta Convencional	Coleta Seletiva		Triagem	Compostagem	Disposição final						Resíduos não coletado (Kg/dia)
				Índice de abrangência por coleta convencional (%)	Índice de abrangência por coleta seletiva (%)	Índice de adesão da coleta seletiva (%)	Índice de recuperação de recicláveis em relação ao coletado seletivamente (%)	Índice de recuperação de resíduos orgânicos em relação ao coletado seletivamente (%)	Massa de resíduos gerada por população que não é atendida pela coleta seletiva (Kg/dia)	Massa dos resíduos coletados que não aproveitáveis, considerando o índice gravimétrico de 16,67% de rejeitos (Kg/dia)	Massa de resíduos recicláveis não recuperada na triagem (Kg/dia)	Massa de resíduos enviada para a disposição final (Kg/dia)	Índice de Resíduos encaminhados para a disposição final em relação a massa coletada (%)	Índice de Resíduos seco e úmido recuperados em relação a massa coletada (%)	
Atual	2022	288	0,39	32	0,00	0,00	0	0	36	0	0	36	100%	0%	76
Curto	2023	291	0,39	34	0,00	0,00	0	0	38	0	0	38	100%	0%	75
	2024	294	0,39	36	0,00	0,00	0	0	41	0	0	41	100%	0%	73
	2025	296	0,39	38	0,00	0,00	0	0	44	0	0	44	100%	0%	72
	2026	299	0,39	40	18,00	58,00	10	10	42	1	1	44	94%	6%	70
Médio	2027	302	0,39	43	19,6	60,1	11	11	44	1	2	47	93%	7%	68
	2028	305	0,39	45	21,4	62,3	13	13	46	1	2	49	92%	8%	65
	2029	308	0,39	48	23,4	64,6	15	14	49	1	2	52	91%	9%	63
	2030	310	0,39	51	25,5	66,9	17	16	51	2	2	55	90%	10%	60
Longo	2031	313	0,39	53	27,8	69,3	20	18	53	2	3	58	88%	12%	57
	2032	316	0,39	57	30,4	71,9	23	20	55	3	3	60	87%	13%	53
	2033	319	0,39	60	33,1	74,5	26	23	56	3	4	63	85%	15%	50
	2034	322	0,39	63	36,1	77,2	30	25	57	4	4	66	82%	18%	46
	2035	325	0,39	67	39,4	80	34	29	58	4	5	68	80%	20%	42
	2036	328	0,39	71	43,0	80	39	32	60	5	5	70	77%	23%	37
	2037	331	0,39	75	47,0	80	45	36	61	6	6	72	75%	25%	32
	2038	334	0,39	80	51,2	80	52	41	61	7	6	74	72%	28%	27
	2039	337	0,39	84	55,9	80	60	46	61	8	6	75	68%	32%	21
	2040	340	0,39	89	61,0	80	68	51	61	10	5	76	64%	36%	14
	2041	344	0,39	94	66,5	80	78	58	59	11	4	75	59%	41%	7
	2042	347	0,39	100	72,6	80	90	65	57	13	2	72	53%	47%	0

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Por meio de combinação de hipóteses, foram elaborados três cenários distintos que podem ocorrer para área rural, conforme apresentado no **Quadro 24**.

Quadro 24 – Cenários alternativos de resíduos para área rural

Variável	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Índice de cobertura por coleta convencional (%)	Elevação para 100% em 2029	Elevação para 100% em 2042	Elevação para 60% em 2042
Geração per capita (Kg/hab.dia)	Redução para 0,30 Kg/hab.dia	Manutenção em 0,39 Kg/hab.dia	Elevação para 0,5 Kg/hab.dia
Índice de cobertura da coleta seletiva de resíduos secos (%)	Alcance de 72,6%	Alcance de 45%	Alcance de 30%
Índice de adesão a coleta seletiva de resíduos secos (%)	Alcance de 90%	Alcance de 80%	Alcance de 40%
Índice de recuperação de secos em relação ao coletado seletivamente (%)	Alcance de 80%	Alcance de 60%	Alcance de 50%
Índice de cobertura por cursos práticos de compostagem doméstica (%)	Alcance de 80%	Alcance de 60%	Alcance de 50%
Índice de adesão a compostagem doméstica (%)	Alcance de 80%	Alcance de 70%	Alcance de 50%
Cenário	1	2	3

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 70 –Detalhamento da geração de resíduos conforme as metas do Cenário 2- Zona rural

Prazo das Metas do Plano	Ano	Pop. rural (hab.)	Geração *per capita* de resíduos rural (Kg/hab. dia)	Geração de resíduos			
				Massa de resíduo rural coletada (Kg/dia)	Massa de resíduos Secos (Kg/dia), oriundo da coleta seletiva. considerando índice gravimétrico de 28,90%	Massa de resíduos úmidos (Kg/dia), oriundo da coleta seletiva. considerando índice gravimétrico de 54,43%	Massa de rejeitos (Kg/dia), oriundo da coleta seletiva. considerando índice gravimétrico de 16,67%
Atual	2022	1.149	0,39	84	0,0	0,0	0,0
Curto	2023	1.102	0,39	88	0,0	0,0	0,0
	2024	1.057	0,39	92	0,0	0,0	0,0
	2025	1.013	0,39	96	0,0	0,0	0,0
	2026	971	0,39	100	0,3	0,5	0,2
Médio	2027	931	0,39	104	0,4	0,7	0,2
	2028	893	0,39	108	0,5	0,9	0,3
	2029	856	0,39	113	0,6	1,2	0,4
	2030	820	0,39	118	0,8	1,6	0,5
Longo	2031	787	0,39	123	1,1	2,0	0,6
	2032	754	0,39	128	1,4	2,7	0,8
	2033	723	0,39	133	1,8	3,5	1,1
	2034	693	0,39	139	2,4	4,5	1,4
	2035	665	0,39	145	3,1	5,9	1,8
	2036	637	0,39	151	4,1	7,7	2,4
	2037	611	0,39	157	5,3	10,0	3,1
	2038	586	0,39	164	6,9	13,1	4,0
	2039	561	0,39	170	9,1	17,1	5,2
	2040	538	0,39	178	11,8	22,2	6,8
	2041	516	0,39	185	15,4	29,0	8,9
	2042	495	0,39	193	20,1	37,8	11,6

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 71 –Detalhamento das variáveis, compostagem doméstica e coleta convencional conforme as metas do Cenário 2 - Zona rural

Prazo	Ano	Pop. rural (hab.)	Compostagem doméstica			Coleta convencional		
			Índice de cobertura por cursos práticos de compostagem doméstica (%)	Índice de adesão à compostagem doméstica (%)	Massa de resíduos orgânicos reaproveitados (kg/dia)	Índice de cobertura por coleta convencional (%)	Massa coletada de resíduos (Kg/dia)	Massa de resíduos oriunda da coleta normal da população que não é atendida por coleta seletiva (Kg/dia)
Atual	2022	1.149	0	0,00	0	19	84	84
Curto	2023	1.102	0	0,00	0	20	88	88
	2024	1.057	0	0,00	0	22	92	92
	2025	1.013	0	0,00	0	24	96	96
	2026	971	10	**10,00**	0	26	100	99
Médio	2027	931	11	11,3	0	29	104	103
	2028	893	13	12,8	0	31	108	107
	2029	856	14	14,4	0	34	113	111
	2030	820	16	16,3	0	37	118	115
Longo	2031	787	18	18,4	0	40	123	119
	2032	754	20	20,7	1	43	128	123
	2033	723	22	23,4	1	47	133	127
	2034	693	24	26,5	1	51	139	130
	2035	665	27	29,9	2	56	145	134
	2036	637	31	33,7	2	61	151	136
	2037	611	34	38,1	3	66	157	139
	2038	586	38	43,0	5	72	164	140
	2039	561	43	48,6	7	78	170	139
	2040	538	48	54,9	11	85	178	137
	2041	516	54	62,0	16	92	185	132
	2042	495	60	**70,0**	23	100	193	123

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié
quinta-feira, 29 de junho de 2023 | Ano IX - Edição nº 01780 | Caderno 1
Diário Oficial do Município 479

Tabela 72 – Detalhamento das variáveis, coleta seletiva e triagem conforme as metas do Cenário 2 - Zona rural

Prazo das Metas do Plano	Ano	População urbana (hab.)	Índice de geração *per capita* de resíduos urbanos (Kg/hab. Dia)	Coleta seletiva de resíduos secos			Triagem		
				Índice de cobertura por coleta seletiva (%)	Índice de adesão à coleta seletiva (%)	Massa total de resíduos oriunda de coleta seletiva (Kg/dia)	Índice de recuperação de recicláveis em relação ao coletado seletivamente (%)	Massa de resíduos recicláveis da coleta seletiva recuperada e que segue para reaproveitamento (Kg/dia)	Massa de resíduos recicláveis coletada seletivamente não recuperada e que vai para disposição final (Kg/dia)
Atual	2022	1.149	0,39	0,00	0,00	0,0	0	0	0
Curto	2023	1.102	0,39	0,00	0,00	0,0	0	0	0
	2024	1.057	0,39	0,00	0,00	0,0	0	0	0
	2025	1.013	0,39	0,00	0,00	0,0	0	0	0
	2026	971	0,39	**10,0**	**10,00**	1,0	**10**	0	0
Médio	2027	931	0,39	11,0	11,4	1,3	11	0	0
	2028	893	0,39	12,1	13,0	1,7	13	0	0
	2029	856	0,39	13,3	14,8	2,2	14	0	1
	2030	820	0,39	14,6	16,8	2,9	16	0	1
Longo	2031	787	0,39	16,0	19,2	3,8	18	0	1
	2032	754	0,39	17,6	21,8	4,9	20	0	1
	2033	723	0,39	19,3	24,8	6,4	22	0	1
	2034	693	0,39	21,2	28,3	8,3	24	1	2
	2035	665	0,39	23,3	32,2	10,8	27	1	2
	2036	637	0,39	25,6	36,7	14,1	31	1	3
	2037	611	0,39	28,1	41,8	18,4	34	2	4
	2038	586	0,39	30,9	47,6	24,0	38	3	4
	2039	561	0,39	33,9	54,2	31,3	43	4	5
	2040	538	0,39	37,3	61,7	40,9	48	6	6
	2041	516	0,39	41,0	70,3	53,3	54	8	7
	2042	495	0,39	**45**	**80,0**	69,5	**60**	12	8

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 73 – Massa de resíduos que segue para disposição final conforme as metas do Cenário 2 – Zona rural

Prazo	Ano	Pop. rural (hab.)	Geração *per capita* de resíduos urbanos (Kg/hab. dia)	Disposição final								
				Massa de resíduos da coleta seletiva não recuperado na compostagem e que vai para a disposição final (Kg/dia)	Massa de resíduos gerada por população que não é atendida pela coleta seletiva (Kg/dia)	Massa dos resíduos coletados que não aproveitáveis, considerando o índice gravimétrico de 16,67% de rejeitos (Kg/dia)	Massa de resíduos recicláveis não recuperada na triagem (Kg/dia)	Massa de resíduos enviada para a disposição final (Kg/dia)	Massa de resíduos enviada para a disposição final (ton/ano)	Índice de Resíduos encaminhados para a disposição final em relação a massa coletada (%)	Índice de Resíduos seco e úmido recuperados em relação a massa coletada (%)	Resíduos ou rejeitos não coletados (Kg/dia)
Atual	2022	1.149	0,39	0	84	0	0	84	30	100%	0%	364
Curto	2023	1.102	0,39	0	88	0	0	88	32	100%	0%	342
	2024	1.057	0,39	0	92	0	0	92	33	100%	0%	320
	2025	1.013	0,39	0	96	0	0	96	34	100%	0%	299
	2026	971	0,39	1	99	0	0	99	36	99%	1%	279
Médio	2027	931	0,39	1	103	0	0	103	37	99%	1%	259
	2028	893	0,39	2	107	0	0	107	39	99%	1%	240
	2029	856	0,39	2	111	0	1	112	40	99%	1%	221
	2030	820	0,39	3	115	0	1	116	42	99%	1%	202
Longo	2031	787	0,39	3	119	1	1	120	43	98%	2%	184
	2032	754	0,39	4	123	1	1	125	45	98%	2%	166
	2033	723	0,39	6	127	1	1	129	47	97%	3%	149
	2034	693	0,39	7	130	1	2	134	48	96%	4%	132
	2035	665	0,39	9	134	2	2	138	50	95%	5%	115
	2036	637	0,39	12	136	2	3	142	51	94%	6%	98
	2037	611	0,39	15	139	3	4	145	52	92%	8%	81
	2038	586	0,39	19	140	4	4	148	53	90%	10%	65
	2039	561	0,39	24	139	5	5	150	54	88%	12%	48
	2040	538	0,39	30	137	7	6	150	54	84%	16%	32
	2041	516	0,39	38	132	9	7	148	53	80%	20%	16
	2042	495	0,39	47	123	12	8	143	52	74%	26%	0

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Tabela 74 - Projeção de Demandas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Cenário de Referência 2 – Zona Rural de Jequié

Prazo	Ano	Pop rural (hab.)	Geração *per capita* de resíduos (Kg/hab. dia)	Coleta Normal	Coleta Seletiva		Triagem	Compostagem		Disposição final						Resíduos não coletados (Kg/dia)
				Índice de abrangência por coleta convencional (%)	Índice de abrangência por coleta seletiva (%)	Índice de adesão da coleta seletiva (%)	Índice de recuperação de recicláveis em relação ao coletado seletivamente (%)	Índice de cobertura por cursos práticos de compostagem doméstica (%)	Índice de adesão à compostagem doméstica (%)	Massa de resíduos gerada por população que não é atendida pela coleta seletiva (Kg/dia)	Massa dos resíduos coletados que não aproveitáveis, - 16,67% de rejeitos (Kg/dia)	Massa de resíduos recicláveis não recuperada na triagem (Kg/dia)	Massa de resíduos enviada para a disposição final (Kg/dia)	Índice de Resíduos encaminhados para a disposição final em relação a massa coletada (%)	Índice de Resíduos seco e úmido recuperados em relação a massa coletada (%)	
Atual	2022	1.149	0,39	19	0,00	0,00	0	0	0,00	84	0	0	84	100%	0%	364
Curto	2023	1.102	0,39	20	0,00	0,00	0	0	0,00	88	0	0	88	100%	0%	342
	2024	1.057	0,39	22	0,00	0,00	0	0	0,00	92	0	0	92	100%	0%	320
	2025	1.013	0,39	24	0,00	0,00	0	0	0,00	96	0	0	96	100%	0%	299
	2026	971	0,39	26	10,0	10,00	10	10	10,00	99	0	0	99	99%	1%	279
Médio	2027	931	0,39	29	11,0	11,4	11	11	11,3	103	0	0	103	99%	1%	259
	2028	893	0,39	31	12,1	13,0	13	13	12,8	107	0	0	107	99%	1%	240
	2029	856	0,39	34	13,3	14,8	14	14	14,4	111	0	1	112	99%	1%	221
	2030	820	0,39	37	14,6	16,8	16	16	16,3	115	0	1	116	99%	1%	202
Longo	2031	787	0,39	40	16,0	19,2	18	18	18,4	119	1	1	120	98%	2%	184
	2032	754	0,39	43	17,6	21,8	20	20	20,7	123	1	1	125	98%	2%	166
	2033	723	0,39	47	19,3	24,8	22	22	23,4	127	1	1	129	97%	3%	149
	2034	693	0,39	51	21,2	28,3	24	24	26,5	130	1	2	134	96%	4%	132
	2035	665	0,39	56	23,3	32,2	27	27	29,9	134	2	2	138	95%	5%	115
	2036	637	0,39	61	25,6	36,7	31	31	33,7	136	2	3	142	94%	6%	98
	2037	611	0,39	66	28,1	41,8	34	34	38,1	139	3	4	145	92%	8%	81
	2038	586	0,39	72	30,9	47,6	38	38	43,0	140	4	4	148	90%	10%	65
	2039	561	0,39	78	33,9	54,2	43	43	48,6	139	5	5	150	88%	12%	48
	2040	538	0,39	85	37,3	61,7	48	48	54,9	137	7	6	150	84%	16%	32
	2041	516	0,39	92	41,0	70,3	54	54	62,0	132	9	7	148	80%	20%	16
	2042	495	0,39	100	45	80,0	60	60	70,0	123	12	8	143	74%	26%	0

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

4.7.2 Alternativas Técnicas para Atendimento da Demanda pelo Serviço de Limpeza Urbana e de Manejo de Resíduos Sólidos

A seguir, serão propostas alternativas de intervenção para alcance dos objetivos e metas do cenário adotado para limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos em Jequié.



Acondicionamento

- Acondicionar os resíduos sólidos domiciliares significa prepará-los para a coleta de forma sanitariamente adequada, compatível com o tipo e a quantidade de resíduos.
- Algumas formas de acondicionamento de resíduos podem ser adotadas nas localidades rurais para evitar a queima e descarte de resíduos a céu aberto, que acarretam em problema de saúde pública.



Varrição, Capina, Raspagem e Roçagem

- Os serviços de varrição e limpeza de logradouros são muito deficientes na maioria das cidades brasileiras.
- As sarjetas acumulam terra, onde em geral crescem mato e ervas daninhas, então, tornam-se necessários serviços de capina e de raspagem da terra das sarjetas, para restabelecer as condições de drenagem e evitar o mau aspecto das vias públicas.
- A roçagem também é uma atividade importante a ser realizada pela equipe de limpeza urbana, que consiste no corte do mato e ervas daninhas de canteiros centrais, margens das ruas e de canais de drenagem.
- O serviço de varrição ainda não atende a toda a população da área urbana. Já os demais serviços são realizados conforme necessidade, não apresentando críticas por parte da comunidade.



Coleta Convencional

- Os resíduos são coletados sem separação na fonte geradora e levados à disposição final.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié





Coleta Seletiva

Consiste na coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição.

A população urbana deve separar os resíduos domésticos em três grupos: materiais orgânicos, recicláveis e rejeitos.

A população rural irá separar em dois grupos: secos e rejeitos. Visto que geralmente os resíduos orgânicos são utilizados em alimentação animal ou produção de adubo.

"Coleta Porta a Porta": a mais comum e adotada, tendo apenas por barreira a questão de custos, relacionados ao transporte.

Locais de Entrega Voluntária e Pontos de Entrega Voluntários

Programa de Coleta Seletiva deve ser realizado englobando as etapas de planejamento, implantação e manutenção.



Locais de Entrega Voluntária (LEV)

- São caçambas, contêineres ou conjunto de recipientes devidamente identificados para o depósito de resíduos segregados pelos próprios geradores.
- Estes LEVs deverão ser instalados em escolas e demais órgãos públicos da Sede, dos distritos e dos povoados.



Pontos de Entrega Voluntária (PEV)

- Também conhecidos como Ecopontos, consiste em uma instalação com contêineres (ou áreas) individualizados com o objetivo de receber os resíduos sólidos gerados pela população.
- Podem receber resíduos recicláveis, pequenos volumes de resíduos da construção civil, resíduos volumosos, e alguns dos resíduos contemplados pela logística reversa, como pilhas, baterias, lâmpadas, pneus e eletroeletrônicos.



Transporte dos Resíduos

- O transporte dos resíduos recicláveis pode ser feito desde veículos motorizados para longas distâncias, como caminhões, até carrinhos de tração humana, para distâncias menores, e carrinhos elétricos para distâncias mais significativas e com maior peso.



Cooperativa de Catadores

- Recomenda-se a criação de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, convocando preferencialmente estes profissionais que já atuam na coleta, uma vez que no município não existe este tipo de organização.
- A cooperativa promove a inclusão social, gera trabalho e renda, permite melhorias das condições de vida dos catadores e contribui para a preservação ambiental.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié



Unidade de Triagem

- Processo destinado à separação dos resíduos, podendo ser realizado pelo gerador ou em unidades de triagem compartilhado.
- É necessário separar os resíduos considerando suas características físico-químicas, para que o tratamento seja eficaz e haja a possibilidade de aproveitamento do seu valor agregado.



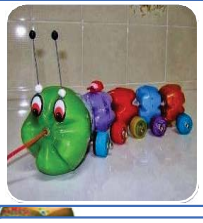
Compostagem

- É definida como o processo de transformação, por meio da decomposição, da matéria orgânica em composto orgânico, em condições adequadas de temperatura, aeração e umidade. O composto resultante deste processo pode ser utilizado na recuperação de áreas degradadas, cultivo de alimentos, reflorestamentos, controles de erosões, entre outros.
- A compostagem pode ser feita em escala doméstica, sendo esta a mais indicada para a area rural, ou em maior escala (usina de compostagem), proposto para área urbana.



Reciclagem

- Processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em novos produtos.
- Os catadores de materiais recicláveis desempenham um importante papel na operacionalização da coleta seletiva possibilitando, assim, a recuperação de materiais recicláveis por meio do processo de reciclagem.
- Materiais recicláveis mais comuns: papel, vidro, metal e plástico.



Reaproveitamento

- Está entre as prioridades, segundo a hierarquização da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- O reaproveitamento dos resíduos pode ser feito no próprio domicílio, em escolas em aulas de educação ambiental e em cooperativas, abrindo-se uma nova oportunidade de geração de emprego e renda.



Disposição Final

- O aterro sanitário é uma solução de engenharia recomendada para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- Para garantir segurança e evitar prejuízos ao meio ambiente e à saúde pública, o aterro sanitário deve ser projetado, implantado, operado e encerrado atendendo a diversos critérios e normas técnicas.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

4.7.3 Identificação de Áreas Favoráveis para Disposição Final Ambientalmente Adequada de Rejeitos

Em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/10, trouxe a obrigatoriedade da extinção dos lixões no Brasil até o ano de 2014. No entanto, já em 2015, muitos municípios não conseguiram se adequar à determinação imposta pela referida Lei. Diante desse cenário, foi aprovado pelo Senado Federal o Projeto de Lei nº 425/2014, onde se estipula que municípios com até 50.000 habitantes.

Segundo Barros (2012), para elaboração do projeto executivo do aterro sanitário devem-se realizar estudos específicos nas áreas pretendentes à instalação da unidade de disposição adequada de rejeitos. O **Quadro 25** apresenta variáveis importantes e sua condição mais vantajosa na seleção do local para execução de aterro.

Quadro 25 - Variáveis importantes na seleção do local para execução de aterro

Variáveis	Condição mais vantajosa
Distância ao centro de produção (KM) [o tempo é mais importante que a distância]	< 30 min, ida e volta
Acessibilidade ao local (Distancia a via de acesso em Km)	Entrada fácil e rápida até a(s) frente(s) de trabalho, durante todo o ano
Condições de acesso durante o ano	Acesso permanente
Área do terreno (ha)	Proporcional a quantidade de RS
Propriedade do terreno	Municipal, comunal
Uso atual do terreno	Nenhum
Direção do vento	Sentido contrário a(s) população(ões)
Disponibilidade de material de cobertura	Local, quantidade suficiente, argiloso
Distancia horizontal aos corpos d'*água*	> 200 Km
Permeabilidade (cm/s)	$<10^{-7}$
Profundidade do nível freático	>2 m abaixo da base do terreno
Declividade do terreno	>2%
Densidade populacional da zona (hab/ha)	Tendendo a zero (→0)
Uso futuro do local	Area verde, parque, viveiro
Impacto do transito veicular sobre a comunidade	Nenhum
Congestionamento de trafego veicular	Nenhum
Utilização do aterro por outra comunidade	Possibilidade de retear custos
Opinião publica	Favorável

Fonte: Barros, 2012.

O aterro do município, que se apresenta como aterro controlado, está situado a cerca de 6,2 km (seis vírgula dois quilômetros) da sede municipal, com acesso por trecho pavimentado da BR-116 (sentido Jaguaquara-Jequié) e em seguida por estrada vicinal sem pavimentação com extensão de 1,2km (um vírgula dois quilômetros) à

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

aproximadamente 0,6km (zero vírgula seis quilômetros) do anel rodoviário do acesso norte da cidade.

A unidade foi projetada para ocupar uma área de 23ha (vinte e três hectares) e vida útil de 15 (quinze anos). Efetivamente o aterro utiliza 10,07ha (dez vírgula zero sete hectares) e está em operação até o presente momento, perfazendo, ao todo, 22 anos. O aterro é de propriedade da Administração Municipal e atualmente é operado pela Empresa de Engenharia Sanitária e Construções Ltda (EMPESA).

De acordo com a análise da situação do aterro, constatou-se: inexistência de corpos hídricos a menos de 200m; distância da sede superior a 6km; inexistência de aglomerados urbanos ou habitações isoladas no entorno do aterro a distância igual ou inferior a 500m; distância de 1,2km da BR-116.

O aterro está a 7,7km de distância da Área de Segurança Aeroportuária (ASA) do Aeroporto de Jequié, distância esta, inferior a que preconiza a Lei 12.725/2012 que é de 20km.

Salienta-se que a vida útil do mesmo já se encontra expirada e opera sem licença ambiental válida de operação, sendo então proposta a concepção de um novo aterro e também o encerramento dos vazadouros mantidos no município.

Para a concepção de um novo aterro, o qual indica-se ser um aterro convencional, faz-se necessário a realização de um estudo de regionalização. De forma complementar, sugere-se que o município agregue à gestão dos resíduos sólidos a realização da compostagem e reciclagem, atrelando as ações citadas ao cunho social das atividades realizadas pelas cooperativas e catadores do município.

4.7.4 Definição das Responsabilidades dos Agentes Públicos e Privados

Para que haja um bom funcionamento dos serviços públicos de limpeza urbana é de fundamental importância que em toda a estrutura de gestão sejam indicados claramente os responsáveis por cada atividade.

Responsabilidade dos Cidadãos

Os moradores deverão atender, dentre outras, às seguintes diretrizes:

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

- Estando o munícipe domiciliado na área de abrangência da coleta seletiva, ele será obrigado a separar os resíduos sólidos, no mínimo, em orgânicos, recicláveis e rejeitos, sendo que, observadas as metas estabelecidas neste Plano e as orientações da prefeitura, a separação dos resíduos sólidos recicláveis poderá se estender a parcelas específicas;

- O munícipe residente em áreas rurais deverá dispor seus resíduos nos contentores públicos estrategicamente disponibilizados pela prefeitura;

- O munícipe providenciará a correta e adequada embalagem de materiais pontiagudos, perfurantes, perfurocortantes e escarificantes, de modo a prevenir acidentes;

Em caso de descumprimento de suas obrigações o munícipe estará sujeito ao pagamento de multas, a serem definidas em lei específica, estabelecendo forma de fiscalização e cobrança.

Responsabilidade do Poder Público

Caberá ao Poder Público atender, dentre outras, as seguintes diretrizes:

- Proceder à coleta convencional dos rejeitos em frequência não inferior a:

I - 1 vez por semana nos domicílios localizados em áreas urbanas (Sistema porta a porta);

II - 1 vez por semana nos contentores públicos localizados em áreas rurais (Sistema ponto a ponto);

- Caberá à Prefeitura dimensionar equipes e equipamentos necessários, definir setores e roteiros de coleta, e demais procedimentos operacionais específicos;

- Proceder à coleta seletiva dos resíduos sólidos (recicláveis e orgânicos) em frequência não inferior a:

I - 2 vezes por semana nos domicílios localizados em áreas urbanas (sistema porta a porta);

II - 2 vezes por semana nos contentores públicos localizados em áreas rurais (sistema ponto a ponto);

III - 2 vezes por semana nos PEVs, LEVs e outros locais definidos para receber os materiais recicláveis (Mercearias e supermercados, postos de combustíveis, lojas de material de construção, escolas etc.).

- Contratar cooperativas e associações de catadores de resíduos sólidos para a prestação dos serviços de coleta, triagem, beneficiamento e comercialização de resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis e orgânicos, mediante permissão total ou parcial da atividade;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

- Executar os serviços de limpeza urbana, observando os critérios.

Responsabilidade do Setor Privado

O setor privado, no âmbito de suas atividades, deverá atender – dentre outras – às seguintes diretrizes:

- Os geradores de resíduos sólidos enquadrados no artigo 20 da Lei n° 12.305/2010 deverão elaborar os seus respectivos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
- Providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos provenientes dos seus processos produtivos ou decorrentes dos seus serviços, consoante legislação aplicável;
- Participar dos acordos setoriais para implementação das cadeias da Logística Reversa.

4.8 Consolidação dos Objetivos e Metas

O presente item buscou consolidar os objetivos e meta definidos a partir dos cenários de referências para a gestão e para cada componente do saneamento básico em Jequié, os quais servem de parâmetro para definição dos Programas, Projetos e Ações. Os objetivos e metas estão dispostos no **Quadro 26**.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 26 - Objetivos e Metas para o Saneamento Básico no município de Jequié

Componente	Objetivo	Metas para a zona urbana				Metas para a zona rural			
		Atual	Curto Prazo (01 a 04 anos)	Médio Prazo (04 a 08 anos)	Longo Prazo 08 a 20 anos)	Atual	Curto Prazo (01 a 04 anos)	Médio Prazo (04 a 08 anos)	Longo Prazo 08 a 20 anos)
Abastecimento de Água	Elevar o índice de cobertura do abastecimento de água até a universalização	98,4%	98,6%	98,8%	99%	Ampliação (cenário qualitativo)			
	Manter o consumo *per capita* de água	100,2 L/hab.dia	100,2 L/hab.dia	100,2 L/hab.dia	100,2 L/hab.dia	Manutenção (cenário qualitativo)			
	Manter o índice de perdas de água	32,8	32,8	32,8	32,8	-			
Esgotamento Sanitário	Elevar o índice de atendimento do serviço de esgotamento sanitário	Sede municipal: 87% Sede dos distritos: 0%	Sede municipal: 88% Sede dos distritos: 0%	Sede municipal: 89% Sede dos distritos: 17%	Sede municipal: 93% Sede dos distritos: 90%	-	-	-	-
	Manutenção do índice de tratamento de esgoto coletado	Sede municipal: 100%	Sede municipal: 100%	Sede municipal: 100%	Sede municipal: 100%	-	-	-	-
	Elevar a geração *per capita* de esgotos conforme o consumo de água	-	-	-	-	-	-	-	-
Manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana	Aumento do índice de abrangência por coleta convencional	97%	98%	98%	99%	19%	31%	53%	100%
	Manutenção da geração de resíduos sólidos	0.39 kg/hab.dia	0.39 kg/hab.dia	0.39 kg/hab.dia	0.39 kg/hab.dia	0.39 kg/hab.dia	0.39 kg/hab.dia	0.39 kg/hab.dia	0.39 kg/hab.dia
	Elevar a coleta seletiva com a cobertura	21%	26,91%	34,5%	72,6%	0%	10%	14,6%	45%
	Incentivar a adesão à coleta seletiva	15,6%	25,8%	42,7%	80%	0%	10%	16, 8%	80%
	Elevar o índice de recuperação de recicláveis	0%	10%	17%	90%	0%	10%	16%	60%
	Elevar o índice de recuperação de resíduos orgânicos	0%	10%	16%	65%	0%	10%	16%	60%
	Elevar o índice de cobertura por cursos práticos de compostagem doméstica	-	-	-	-	-	-	-	-
	Elevar o índice de adesão à compostagem doméstica	0%	58%	83,4%	100%	0%	10%	16,3%	70%

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Componente	Objetivo	Metas para a zona urbana				Metas para a zona rural			
		Atual	Curto Prazo (01 a 04 anos)	Médio Prazo (04 a 08 anos)	Longo Prazo 08 a 20 anos)	Atual	Curto Prazo (01 a 04 anos)	Médio Prazo (04 a 08 anos)	Longo Prazo 08 a 20 anos)
Manejo de águas pluviais e drenagem	Reduzir o número de em áreas de risco	6	4	2	0	Redução (cenário qualitativo)			
	Aumentar a pavimentação das vias na zona urbana	53,7%	59,5%	66,0%	90%	-			
	Aumentar o índice de cobertura por microdrenagem na zona urbana	**3,4**%	6,4%	12%	80%	Elevação (cenário qualitativo)			
	Aumentar o índice de cobertura por macrodrenagem	-	-	-	-	Elevação (cenário qualitativo)			
	Garantir a qualidade do serviço prestado	-	-	-	-	Satisfatória			

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

4.9 Ações de Emergência e Contingência

Toda atividade com potencial de gerar uma ocorrência atípica, cujas consequências possam provocar danos às pessoas, ao meio ambiente e a bens patrimoniais, inclusive de terceiros, devem ter, como atitude preventiva, um planejamento para ações de emergências e contingências. Segundo a Lei nº11.445/2007 devem ser formuladas estratégias para contenção de casos de emergências e contingência nos sistemas de saneamento básico no âmbito do Plano Municipal de Saneamento Básico.

4.9.1 Abastecimento de Água

O abastecimento de água para consumo humano destaca-se como a principal atividade do saneamento básico, em termos de essencialidade quanto à impossibilidade de funcionamento, de onde se ratifica sua qualificação como direito humano.

Eventuais faltas de água e interrupções no abastecimento podem ocorrer por diversos motivos, como mostra o **Quadro 27**.

Quadro 27 - Causas e efeitos possíveis da interrupção do SAA

Causa possível	Efeito possível	Ação corretiva possível
Ação sistemática	• Realização de manutenção/melhoria/ modificação preventiva no sistema	• Emissão de comunicado prévio à população
Chuvas intensas	• Deslizamentos e movimentação do solo, com entupimento de tubulações; cheia do manancial, com ocorrência de inundação e comprometimento do funcionamento dos equipamentos; risco de contaminação do manancial pelo deflúvio oriundo da região urbanizada	• Diálogo com órgãos de controle ambiental • Contratação de obras emergenciais para reparos nas instalações avariadas • Adequação da ETA à água afluente
Contaminação acidental dos mananciais	• Alteração da qualidade da água, tornando-a imprópria ao consumo humano	• Emissão de comunicado à população • Diálogo com órgãos de controle ambiental
Fluxo intenso de turistas na alta estação	• Colapso no sistema, derivado da demanda crescente de consumo de água, reduzindo o volume de reservação	• Execução de rodízio/racionamento do abastecimento • Controle da água reservada
Seca prolongada	• Comprometimento da vazão dos mananciais e redução do volume de água captado	• Execução de rodízio/racionamento do abastecimento • Disponibilização de caminhões pipa para abastecimento emergencial • Controle da água reservada

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Causa possível	Efeito possível	Ação corretiva possível
Suspensão do fornecimento de energia elétrica	• Paralização da captação, da adução e do tratamento de água bruta	• Requerimento de gerador de emergência à prestadora de serviços de fornecimento de energia elétrica
Vandalismo e/ou sinistro	• Necessidade de reparos/manutenção no sistema e/ou reposição de material	• Acionamento da polícia • Execução de obras de reparo das instalações atingidas

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Para além das causas e efeitos das possíveis interrupções no SAA de Jequié, Substâncias e compostos diversos, dissolvidos ou em suspensão, bem como organismos patogênicos, podem ser encontrados na água causando as consequências descritas no **Quadro 28**.

Quadro 28 - Consequências da presença de substâncias, compostos e organismos na água

Substâncias, compostos e organismos	Consequências
• Substâncias calcárias e magnesianas	• Alteram a dureza da água
• Substâncias ferruginosas	• Alteram a cor e as características da água
• Partículas finais do terreno	• Influenciam na turbidez da água
• Substâncias laminadas (algas)	• Modificam o cheiro e sabor da água
• Organismos patogênicos transmitidos pelo homem, (vírus, bactérias, protozoários e helmintos)	• Causam doenças de contaminação fecal (cólera, disenteria bacilar, amebíase, febres tifoides e paratifoide, poliomielite, hepatite A, leptospirose, gastrenterites, etc.)
• Vetores, cujo ciclo biológico, na fase larvar, ocorre na água	• Transmitem doenças como malária, dengue, febre amarela, etc.
• Poluentes químicos e radioativos, (esgotos industriais e de mineração, agrotóxicos, pesticidas, etc.)	• Torna a água imprópria para o consumo

Fonte: Imbituba, 2012.

Na esteira do citado no **Quadro 28**, uma eventual ocorrência de um surto epidêmico de doenças relacionadas com a água, a partir da constatação do mesmo, a investigação epidemiológica minuciosa deve acontecer com o intuito de definir as principais causas do problema, assim como os reservatórios de agentes infecciosos, os hospedeiros, as fontes de infecção e os mecanismos de transmissão.

No caso de escassez ou de contaminação dos recursos hídricos, a depender de quão crítica é a situação, pode ser necessária à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos. Para suprir a população da quantidade mínima necessária de água, deve-se fazer um abastecimento emergencial, através de coleta de água em pontos distantes, e a transportar em carros pipas até os depósitos locais, sendo distribuída para a população. Quanto às redes de distribuição, os riscos de contágio da água na tubulação pela água existente no lençol freático, estão sempre presentes, pois não

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

existem redes de distribuição absolutamente estanques. Para que a água do freático adentre na tubulação danificada, é necessário que a pressão hidrostática do freático supere a da rede de distribuição, provocando uma inversão do gradiente de pressões. Essa situação ocorre nas interrupções do fluxo de água potável. Quando a falta de água é consequência de falta de energia elétrica, sistemas de geração autônoma de energia em elevatórias estratégicas podem solucionar o problema.

Os procedimentos a serem adotados em caso de acidente ou desastre com o abastecimento de água no município, estão descritos a seguir.

Colocar a rede novamente em condições de uso, no mais curto prazo possível:

- Mapear soluções alternativas coletivas e individuais quanto a sua vulnerabilidade;
- Avaliar a situação de mananciais e bacias hidrográficas afetadas e que possam ser usadas alternativamente para atender a população afetada
- Realizar diagnóstico da qualidade da água para consumo humano, o qual, devido ao caráter emergencial, deverá priorizar as análises de cloro residual e *E. coli* ou coliformes termotolerantes;
- Avaliar a necessidade de aumentar a concentração de cloro residual e elevar a pressão do sistema de abastecimento de água;
- Indicar a utilização de soluções alternativas de abastecimento, no caso de os mananciais normalmente utilizados terem sidos contaminados por substâncias perigosas;
- Utilizar equipamentos portáteis, em caráter provisório, enquanto se providencia a recuperação dos sistemas de abastecimento;
- Utilizar das Unidades de Engenharia do Exército, as quais são equipadas com aparelhagem portátil de filtração sob pressão e de cloração da água e tem todas as condições para apoiar os órgãos locais de Defesa Civil, quando solicitado.
- Monitorar em conjunto com os órgãos/instituições de meio ambiente o processo de limpeza e recuperação de áreas afetadas por produtos químicos, utilizando sempre equipamentos de proteção individual, para evitar acidentes toxicológicos.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

- Na existência de áreas caracterizadas por contaminação química restringir o acesso por parte da população na área afetada, pois algumas substâncias químicas reagem com a água e formam gases e vapores tóxicos, sem cor nem odor, mais densos que o ar que se acumulam nas zonas baixas, onde as pessoas respiram;

As alternativas para evitar a paralisação do sistema, de acordo com sua ocorrência, origem e suas respectivas ações de emergência e contingência estão apresentadas no **Quadro 29**.

Quadro 29 - Alternativas para evitar a paralisação do sistema de água.

Ocorrência	Origem	Ações para Emergência e Contingência
Falta de água generalizada	• Inundação na captação de água bruta danificando equipamentos e/ou estrutura • Interrupção prolongada no fornecimento de energia elétrica na ETA • Vazamento de cloro nas instalações de tratamento • Qualidade inadequada da água dos mananciais • Ações de vandalismo	• Verificação de plano de ação (intervenção propostas) às características da ocorrência • Comunicação à população, instituições e autoridades • Comunicação à policia • Comunicação à concessionária de energia elétrica' • Descolamento de caminhões pipas • Controle da água disponível em reservatórios • Reparo das instalações danificadas • Implementação de rodízio de abastecimento
Falta de água parcial	• Deficiências de água nos mananciais em período de estiagem • Interrupção temporária no fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água • Interrupção do fornecimento de energia elétrica em setores de distribuição • Danificação de equipamentos de estações elevatórias de água tratada • Danificação de estruturas de reservatório e elevatórias de água tratada • Rompimento de redes e linhas adutoras de água tratada • Ações de vandalismo	• Verificação de plano de ação (intervenção propostas) às características da ocorrência • Comunicação à população, instituições e autoridades • Comunicação à policia • Comunicação à concessionária de energia elétrica • Descolamento de caminhões pipas • Reparo das instalações danificadas • Transferência de água entre setores de abastecimento
Contaminação da água	• Contato da água com produtos químicos tóxicos • Presença de micro-organismos patogênicos devido à falta de eficiência no tratamento de esgotos • Contato com contaminantes físicos	• Comunicar a população, instituições e autoridades. • Descolamento de caminhões pipas • Controlar o nível de água nos reservatórios • Eficiência no tratamento de esgotos • Proteção dos mananciais

Fonte: Adaptado de Florianópolis/SC, 2010

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

4.9.2 Esgotamento Sanitário

No caso dos serviços de esgotamento sanitário, os vazamentos na rede coletora de esgoto são os principais causadores de interrupções dos serviços de coleta. Os mesmos podem ser ocasionados, entre outras razões, por paralização das elevatórias e obstrução na rede, que podem ser causados por falta de energia elétrica, gerando diversos contratempos à população como, por exemplo, o retorno do esgoto para as residências gerando implicações na saúde pública e no meio ambiente.

Na operação e manutenção dos serviços de esgotamento sanitário deverão ser utilizados mecanismos locais e corporativos de gestão, no sentido de prevenir ocorrências indesejáveis. Esse controle deve ser realizado através do monitoramento das condições físicas das instalações e dos equipamentos, assim como da qualidade da prestação dos serviços, tanto para as soluções coletivas quanto para as soluções individualizadas, visando minimizar a ocorrência de problemas.

O **Quadro 30** descreve algumas possíveis ocorrências de problemas no sistema de esgotamento sanitário de Jequié, relacionando suas origens e ações de emergência e contingência para cada caso.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 30 - Alternativas para evitar a paralisação do sistema de tratamento de esgoto

Ocorrência	Origem	Ações para emergência e contingência
Vazamentos e contaminação de solo, mananciais superficiais ou subterrâneos por soluções de Esgotamento Sanitário	Rompimento,extravasamento, vazamento e/ou infiltração de esgoto por ineficiência de fossas sépticas ou inadequabilidade da solução adotada (uso de fossas rudimentares)	Promover o isolamento da área e contenção vazamento do efluente com o objetivo de reduzir a contaminação.
		Promover a limpeza da área com caminhão limpa fossa, encaminhando o efluente para a estação de tratamento de esgoto.
		Promover o isolamento da fossa inadequada e exigir a construção de solução adequada para coleta e tratamento do efluente doméstico. Para usuários que comprovem situação de carência, o poder público deverá assegurar a construção da nova solução para o Esgotamento Sanitário residencial.
	Construção de fossas inadequadas	Exigir a substituição das fossas rudimentares por fossas sépticas e sumidouros ou ligação do esgoto residencial à rede pública de coleta, nas áreas onde existe esse sistema. Para usuários que comprovem situação de carência, o poder público deverá assegurar a construção da solução para o Esgotamento Sanitário residencial.
		Implantar programa de educação ambiental quanto a necessidade de uso de fossas sépticas em substituição às fossas rudimentares e fiscalizar se a substituição está acontecendo nos prazos exigidos.
	Lançamento de esgotos domésticos na rede de drenagem urbana	Fiscalizar e erradicar as ligações clandestinas.
		Exigir a construção de solução de Esgotamento Sanitário adequada à legislação vigente ou a ligação do esgoto residencial à rede pública de coleta, nas áreas onde existe esse sistema. Para usuários que comprovem situação de carência, o poder público deverá assegurar a construção da solução para o Esgotamento Sanitário residencial.
		Promover campanhas de educação ambiental com intuito de informar sobre as implicações da ligação do esgoto doméstico na rede pluvial de coleta.
	Inexistência ou ineficiência da manutenção e do monitoramento periódico das soluções coletivas e individuais de coleta e tratamento de esgoto.	Ampliar a manutenção e monitoramento das soluções individuais nas zonas urbana e rural, principalmente em fossas localizadas próximas aos cursos hídricos e pontos de captação subterrânea de água para consumo humano.
		Ampliar a manutenção e monitoramento das condições da rede pública de coleta, adotando medidas de prevenção à ocorrência de transtornos.
		Executar reparo da área danificada com urgência.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Ocorrência	Origem	Ações para emergência e contingência
Rompimento de interceptores, coletores, emissários	Desmoronamento de taludes ou paredes de canais	Sinalizar e isolar a área como meio de evitar acidentes.
Rompimento de interceptores, coletores, emissários	Erosões de fundo de vale	Comunicar aos órgãos de controle ambiental sobre o rompimento em alguma parte do sistema de coleta de esgoto.
		Executar reparo da área danificada com urgência.
		Sinalizar e isolar a área como meio de evitar acidentes.
	Rompimento de pontos para travessia de veículos	Comunicar aos órgãos de controle ambiental sobre o rompimento em alguma parte do sistema de coleta de esgoto.
		Comunicar as autoridades de trânsito sobre o rompimento da travessia.
		Sinalizar e isolar a área como meio de evitar acidentes.
		Executar reparo da área danificada com urgência.
		Isolar o trecho danificado do restante da rede com o objetivo de manter o atendimento das áreas não afetadas pelo rompimento.
Ocorrência de retorno de esgoto nos imóveis	Obstrução de coletores de esgoto	Executar reparo das instalações danificadas com urgência.
		Executar trabalhos de limpeza e desobstrução.
	Lançamento indevido de águas pluviais em redes coletoras de esgoto	Executar reparo das instalações danificadas.
		Comunicar a vigilância sanitária.
		Ampliar a fiscalização e o monitoramento das redes de esgoto e de captação de águas pluviais com o objetivo de identificar ligações clandestinas, regularizar a situação e implantar sistema de cobrança de multas e punição para reincidentes.
Extravasamento de esgoto em ETE por paralisação do funcionamento desta unidade de tratamento	Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações	Comunicar à Coelba a interrupção de energia.
		Acionar gerador alternativo de energia.
		Instalar tanque de acumulação do esgoto extravasado com o objetivo de evitar contaminação do solo e água.
		Comunicar aos órgãos de controle ambiental os problemas com os equipamentos e a possibilidade de ineficiência e paralisação das unidades de tratamento.
Extravasamento de esgoto em Estações Elevatórias	Danificação de equipamentos eletromecânicos ou estruturas, por causas operacionais ou por ato de vandalismo	Instalar equipamento reserva e/ou realizar reparos nas estruturas danificadas com urgência.
		Comunicar aos órgãos de controle ambiental os problemas com os equipamentos e a possibilidade de ineficiência e paralisação das unidades de tratamento.
		Comunicar o ato de vandalismo à polícia local.
	Interrupção no fornecimento de energia elétrica	Comunicar à prestadora dos serviços de energia elétrica a interrupção do fornecimento.
		Acionar gerador alternativo de energia.
		Instalar tanque de acumulação do esgoto extravasado com o objetivo de evitar contaminação do solo e água.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Ocorrência	Origem	Ações para emergência e contingência
Interrupção dos serviços de coleta de esgotos domésticos	Obstrução de coletores de esgoto, ocorrência de vazamentos na rede, extravasamento de Estações Elevatórias, paralização do funcionamento da ETE.	Executar limpeza e/ou reparo nas estruturas danificadas com urgência.
		Reestabelecer o funcionamento das estações elevatórias e/ou da ETE com urgência.
		Comunicar aos órgãos de controle ambiental os problemas com os equipamentos e a possibilidade de ineficiência e paralisação das unidades de tratamento.

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

4.9.3 Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas

Períodos de intensa precipitação pluviométrica associados a ausência/deficiência do sistema de drenagem, gerenciamento precário do uso do solo e da limpeza urbana, a falta de manutenção nos dispositivos da rede, ou ainda lançamentos de esgotos domésticos no sistema pluvial, podem causar diversos transtornos para a população, tais como inundações, alagamentos, deslizamentos de terra e propagação de doenças transmitidas através da água. Essas situações, caracterizadas como eventos de emergência e contingência, acarretam perdas materiais significativas à população, risco à vida humana, além de riscos quanto à salubridade do ambiente.

O planejamento de contingência deve ser elaborado com antecipação pelos prestadores dos serviços, determinando ou recomendando o que cada órgão, entidade ou indivíduo fará quando aquela hipótese de desastre se concretizar. Ele tem foco nas ameaças, sendo elaborado um específico para cada possibilidade de desastre (PMSB Matinhos - PR, 2014). Segundo a agência das Nações Unidas voltada para a redução de desastres (1991), o gerenciamento de riscos ambientais deve estar apoiado em quatro estratégias de ação, a saber:

- Identificação e análise dos riscos (conhecimento dos problemas);
- Planejamento e implementação de intervenções (obras e serviços) para a minimização dos riscos;
- Monitoramento permanente das áreas de risco e implantação de planos preventivos de defesa civil;
- Informação pública e capacitação para ações preventivas e autodefesa.

O **Quadro 31** lista possíveis eventos relacionados a emergências e contingências inerentes ao sistema de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, assim como as suas possíveis origens, e elenca as ações cabíveis para mitigação e resolução do transtorno para Jequié.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 31 - Ações de emergências e contingências para o sistema de drenagem urbana de águas pluviais

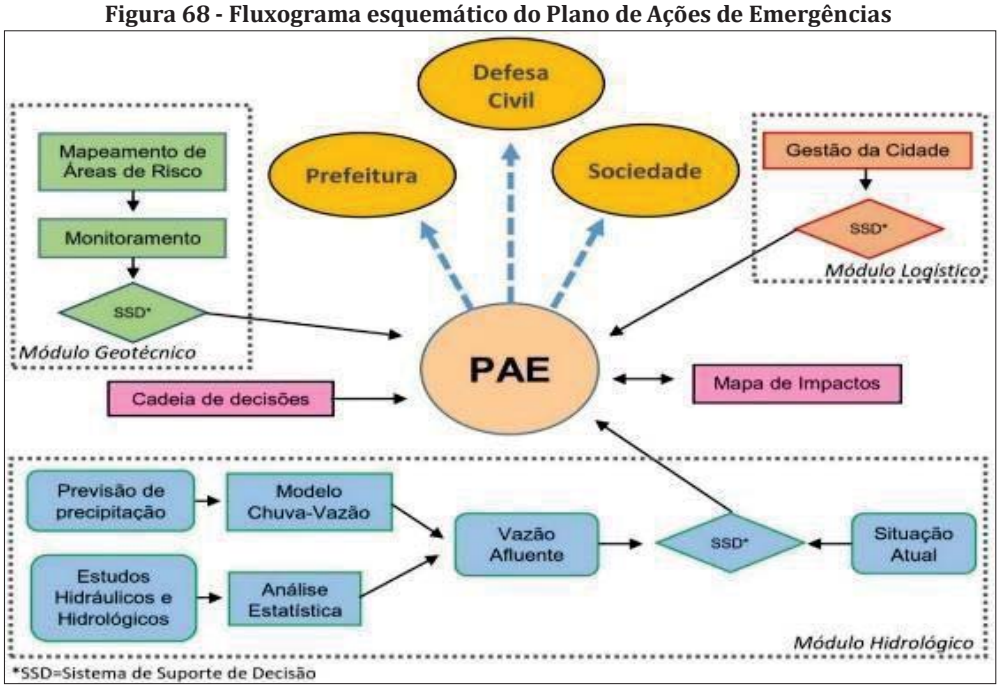
Ocorrência	Origem	Ações para emergência e contingência
Deslizamentos de encostas	• Precipitação pluviométrica de intensidade acima da capacidade de escoamento do sistema.	Comunicação à população, instituições, autoridades e Defesa Civil e encaminhamento da população para local seguro, se por ventura existir pessoas em risco.
	• Saturação do solo em períodos de intensa precipitação associada a alta declividade de encostas e ausência de vegetação nativa.	Fiscalização quanto ao uso do solo e realização de campanhas de educação ambiental contínuas com foco no alerta à população sobre o risco da ocupação de áreas de encostas.
	• Acúmulo de lixo e lançamento de esgoto a céu aberto.	Ampliação do acesso da população a soluções de esgotamento sanitário e de serviços de coleta de resíduos sólidos, associado a campanhas de educação ambiental contínuas com foco nas consequências do lançamento de esgotos a céu aberto e disposição inadequada do lixo.
	• Ocupações desordenadas de áreas consideradas de risco e/ou vulnerável.	Promover ações de replantio de vegetação nativa.
Erosão de estradas vicinais	• Remoção da proteção vegetal dos terrenos.	Executar o serviço de tapa-buraco para liberar o acesso às localidades rurais.
	• Precipitação de intensidade acima da capacidade de escoamento do sistema.	Comunicação à população, instituições, autoridades e Defesa Civil.
Transbordamentos	• Precipitação de intensidade acima da capacidade de escoamento do sistema.	Comunicação à população, instituições, autoridades e Defesa Civil e encaminhamento da população para local seguro, se por ventura existir pessoas em risco.
	• Ações de vandalismo danificando os dispositivos do sistema.	Reparo das instalações danificadas.
	• Disposição do lixo em local inadequado gerando acúmulo e obstruindo o sistema.	Comunicação à polícia em casos de vandalismo.
	• Interceptação dos esgotos domésticos na rede pluvial gerando um volume superior à capacidade de transporte da rede.	Exigência da ligação dos esgotos domésticos à rede pública de coleta, nas áreas onde existe esse sistema.
		Fiscalização quanto à disposição de entulhos e resíduos sólidos domésticos.
		Ampliação do acesso da população a soluções de esgotamento sanitário e de serviços de coleta de resíduos sólidos, associado a campanhas de educação ambiental contínuas com foco nas consequências do lançamento de esgotos na rede de drenagem e disposição inadequada do lixo.

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Além das melhorias necessárias à infraestrutura, recomenda-se a implementação de um Plano de Ação de Emergências (PAE) capaz de viabilizar respostas às emergências relacionadas ao sistema de drenagem urbana, tais como inundações e deslizamentos decorrentes de chuvas de longos períodos de recorrência (**Figura 68**).

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Figura 68 - Fluxograma esquemático do Plano de Ações de Emergências



Fonte: Adaptado Martins, 2012.

O Plano de Ações de Emergência é dividido estrategicamente em 03 (três) módulos: o Módulo Hidrológico, Módulo Geotécnico e o Módulo Logístico, um Mapa de Impacto e um Sistema de Suporte a Decisão (SSD).

- **Módulo Hidrológico:** esse módulo é bem importante para um bom procedimento de antecipação dos eventos e dos impactos utilizando-se do monitoramento de chuvas.
- **Módulo Geotécnico:** tem a função de avaliar os potenciais de escorregamento e deslizamento do terreno.
- **Módulo Logístico:** está relacionado a quantificação dos recursos necessários e organização da resposta às emergências, planos de resgate e remoção e a distribuição das ações para os encarregados da gestão da emergência propriamente dita, além de toda a infraestrutura, máquinas e equipamentos necessários para as ações de emergência.
- **Mapa de Impactos:** documento que contém, geralmente especializados, os endereços e espacialização dos tipos de impacto (alagamento, deslizamento e inundação).
- **Sistema de Suporte a Decisão (SSD):** é um sistema responsável por gerar relatórios contendo análises de informações passadas e atuais visando auxiliar.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

4.9.4 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

A previsão de ações de emergência e contingência são de suma importância, considerando-se que o impedimento do funcionamento dos serviços de coleta regular de resíduos sólidos pode acarretar problemas quase que imediatos para a saúde pública, devido à exposição dos resíduos em vias e logradouros públicos, resultando em condições para proliferação de insetos e outros vetores transmissores de doenças.

Em caso de onde houver a impossibilidade da coleta de resíduo, será necessário estabelecer um procedimento que possibilite a queima controlada dos mesmos ou a utilização de barcos para o transporte desses resíduos, no caso de alagamento.

A seguir são apresentadas no **Quadro 32**, algumas ações de emergências e contingências a serem adotadas para os serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos urbanos de Jequié.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 32 - Ações de emergência e contingência para o manejo de resíduos sólidos

Serviço	Ocorrência	Origem	Ações de Emergência e Contingências	Responsáveis
Varrição	Paralisação do sistema de varrição, capina e roçagem	Greve dos Funcionários	Informar oficialmente a população para a devida colaboração	Secretaria de Transporte e Serviço Público
			Contratar, em caráter emergencial, empresa especializada para efetuar a limpeza dos pontos mais críticos e centrais da cidade	
Coleta	Paralisação da coleta de RS	Quebra do equipamento coletor por falha mecânica ou acidente	Providenciar veículo reboque	Secretaria de Transporte e Serviço Público
			Providenciar veículo reserva para	
			Conclusão da coleta na rota prevista e	
			Atendimento nos dias seguintes.	
			Providenciar reparo imediato dos veículos	
		Greve dos Funcionários	Informar oficialmente a população para a devida colaboração	
			Contratar, em caráter emergencial, empresa especializada para efetuar a coleta dos pontos mais críticos e centrais da cidade	
	Paralisação da coleta seletiva	Quebra do equipamento coletor por falha mecânica ou acidente	Providenciar veículo reboque	
			Acionar Cooperativas para que possam, em caráter emergencial, assumir as rotas de coleta prejudicadas	
			Providenciar reparo imediato dos veículos	
		Greve dos Funcionários	Informar oficialmente a população para a devida colaboração	
			Acionar Cooperativas para que possam, em caráter emergencial, assumir as rotas de coleta prejudicadas	
	Paralisação da coleta de RSS	Quebra do equipamento coletor por falha mecânica ou acidente	Providenciar veículo reboque	
			Contratar, em caráter emergencial, empresas especializadas devidamente licenciadas na área	
			Providenciar reparo imediato dos veículos	
		Greve dos Funcionários	Contratar, em caráter emergencial, empresas especializadas devidamente licenciadas na área	

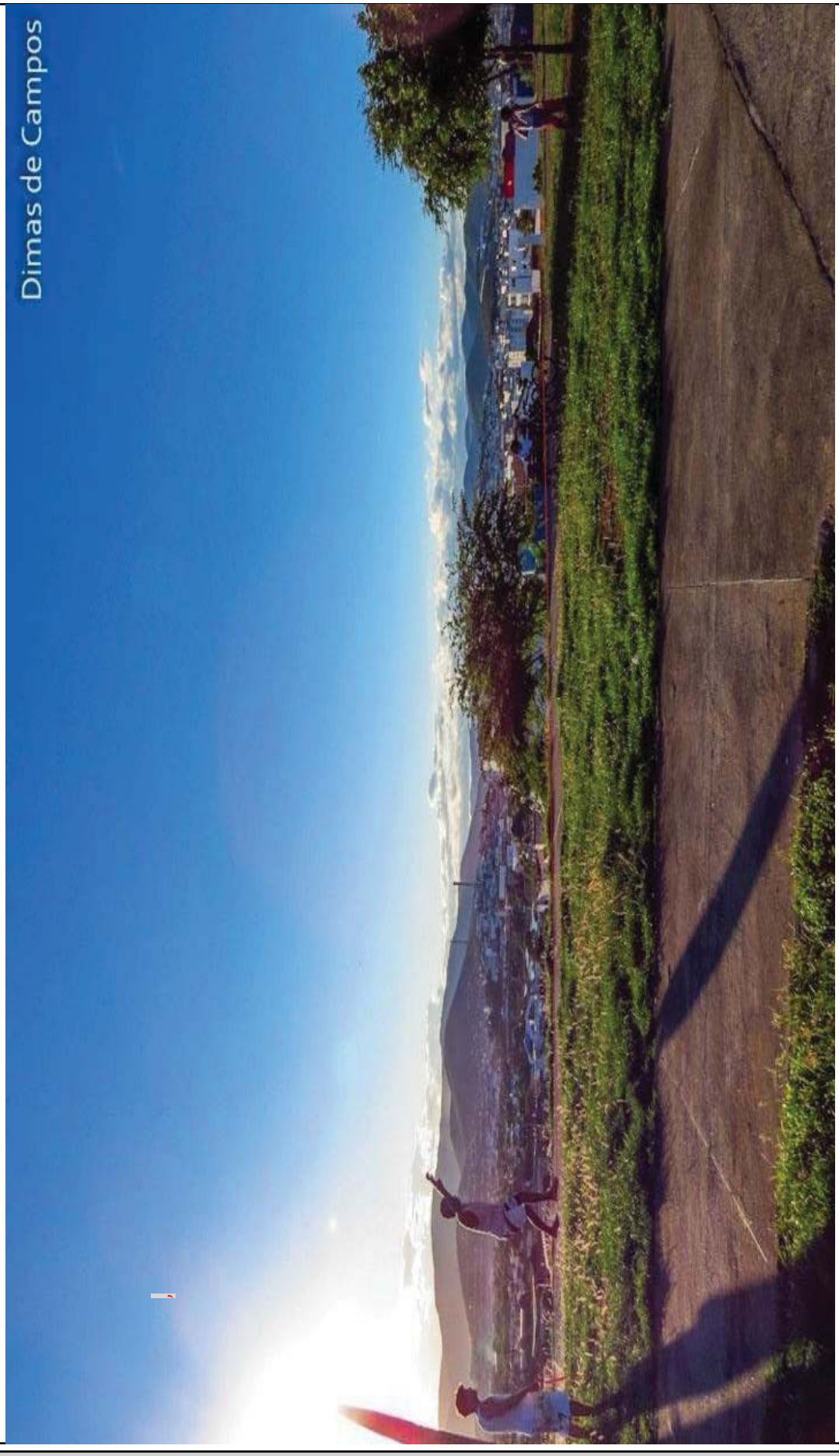
Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Serviço	Ocorrência	Origem	Ações de Emergência e Contingências	Responsáveis
Triagem	Inoperância da Unidade de Triagem.	Quebra de equipamento ou acidente	Destinar resíduos para outra Unidade de Triagem ou, em caráter emergencial, para o Aterro Sanitário	Cooperativa
			Providenciar o reparo imediato	
		Greve dos Funcionários	Destinar resíduos para o Aterro Sanitário em caráter emergencial	
Destinação final	Inoperância das Unidades de Reciclagem	Quebra de equipamento ou acidente	Armazenar, na medida do possível, em local estratégico, os resíduos recicláveis até volta à normalidade	Empresa responsável pela operação
			Destinar resíduos para o Aterro Sanitário em caráter emergencial	
			Providenciar reparo imediato	
		Greve dos Funcionários	Armazenar, na medida do possível, em local estratégico, os resíduos recicláveis até volta à normalidade	
			Destinar resíduos para o Aterro Sanitário em caráter emergencial	
	Inoperância da Usina de Compostagem	Greve dos Funcionários	Informar oficialmente a população para a devida colaboração	
			Destinar resíduos para o Aterro Sanitário em caráter emergencial	
Disposição final	Inoperância parcial do Aterro Sanitário	Quebra de equipamento ou acidente	Evacuar, se necessário, a área de risco	Secretaria de Transporte e Serviço Público
			Providenciar reparos imediatos	
			Buscar disposição dos rejeitos em cidades vizinhas	
		Greve dos Funcionários	Dispor rejeitos na estação de Transbordo, analisando seu limite	
			Contratar, em caráter emergencial, empresas especializadas devidamente licenciadas na área	

Fonte: Adaptado de PMGIRS - Fortaleza/CE, 2012.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié



PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

5 PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Os Programas, Projetos e Ações abarcam em sua concepção, propor medidas para o alcance do cenário de referência adotado na fase de prognóstico, buscando identificar e agregar ao PMSB, as ações propostas para a área do saneamento por instrumentos de planejamento correlatos, mas, sobretudo, considera os principais problemas relacionados ao saneamento básico identificados durante a fase de diagnóstico no município de Jequié.

Ao definir Programas, Projetos e Ações de acordo com cada componente do saneamento, busca-se alcançar o cenário de referência, de forma integrada, tendo como norteador as Diretrizes Nacionais para Saneamento Básico e seus princípios.

Os programas visam a concretização dos objetivos, através da definição de um tema foco para o estabelecimento de projetos e ações, buscando garantir a operacionalização do PMSB, e consequentemente, da prestação do serviço de forma integrada. Os projetos representam um conjunto de atividades e operações a serem desenvolvidas, que levam em consideração os recursos disponíveis e o tempo limite para execução. Assim, são planejadas as ações para sanar os problemas relacionados às demandas da sociedade no que tange os serviços públicos de saneamento básico do município de Jequié.

A seguir, os programas da gestão e de cada componente do saneamento básico, apresentando os objetivos e os projetos que os contemplam. As ações serão detalhadas no Plano de Execução.

5.1 Gestão dos Serviços de Saneamento Básico

Para viabilizar a gestão dos serviços de saneamento, observando todos os princípios e objetivos dos instrumentos legais da área, não bastam apenas ações estruturais. É necessário também investimento em ações estruturantes que garantem o sucesso de outras dimensões da realidade que dão suporte à operacionalização desses serviços. A capacidade técnica e de infraestrutura do gestor dos serviços é um dos pontos fundamentais para o sucesso de um serviço público, universal e sustentável, ambiental, social e economicamente.

As principais características, limitações e aspectos que se encontram na gestão dos serviços de saneamento básico de Jequié têm relação com uma capacidade de gestão

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

reduzida, seja pelo baixo número de recursos humanos atuando, reflexo do baixo investimento destinado à gestão. Ademais, a gestão configura-se como uma atividade bastante complexa, onde diferentes áreas devem ser organizadas de forma conjunta, portanto, as deficiências devem ser resolvidas de forma gradual, com objetividade e esforço conjunto.

A seguir os programas propostos para a gestão dos serviços de saneamento básico e os respectivos objetivos:

Programa: Fortalecimento da Gestão

Projeto: Estruturação da Gestão

Objetivos: Propor ações de estruturação no âmbito do poder público municipal para torná-lo capaz de conduzir a gestão dos serviços de forma plena e organizada, com o intuito de implementar ações de gestão do saneamento básico conforme a legislação vigente

Projeto: Valorização da legislação

Objetivo: Alcançar melhoria dos diferentes serviços e consolidação da prática de planejamento na rotina da gestão municipal.

Programa: Responsabilizaçao, participação e Controle Social

Projeto: Aprimorando o Controle Social

Objetivo:Estruturar e fortalecer o mecanismo de controle social para promoção da participação cidadã na gestão pública.

Projeto: Divulgando ações do Saneamento

Objetivo:Promover a difusão de informações referentes ao saneamento básico de forma que toda a população tenha conhecimento das ações que forem desenvolvidas.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Programa: Educação Ambiental em Saneamento

Projeto: Educação Ambiental nas Escolas

Objetivo: Utilizar o espaço educacional para o desenvolvimento das práticas de Educação Ambiental tendo como parâmetro o Programa Nacional de Educação Ambiental e Política Nacional de Educação Ambiental

Projeto: Educação Ambiental para Promoção do Saneamento na Zona Urbana

Objetivo: Contribuir positivamente em todos os componentes do saneamento através de ações em educação sanitária e ambiental, de modo que a população urbana tenha claramente a compreensão integrada desses serviços.

Projeto: Educação Ambiental para Promoção do Saneamento na Zona Rural

Objetivo: Promover ações em educação sanitária e ambiental capazes de contribuir positivamente no saneamento básico, porém voltadas para a população rural.

5.2 Abastecimento de Água Potável

Para a universalização dos serviços públicos de abastecimento de água potável no município de Jequié, tanto na área urbana quanto na zona rural, deverão ser implementadas ações estruturais de abastecimento que abarcam tipos de tecnologias adequadas à cada realidade, previsão de responsável pela manutenção e operação de sistemas simplificados, qualidade dos serviços, mas sobretudo, prevê ações que visam a recuperação e proteção dos mananciais.

Assim, foram criados quatro programas municipais para o abastecimento de água, conforme apresentado a seguir.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Programa: Cuidando dos Mananciais

Projeto: Rio vivo

Objetivo: Promover a conservação, a melhoria e o aumento dos níveis de qualidade ambiental nos ecossistemas ribeirinhos, por meio da recomposição, recuperação, restauração e preservação das matas ciliares; redução dos níveis de consumo de água e do desperdício, incentivada com ações de educação ambiental; maior eficiência do aproveitamento do recurso hídrico, entre outras.

Programa: Água Potável para Todos

Projeto: Melhoria do sistema de abastecimento de água operado pela Embasa

Objetivo: Assegurar que o sistema de abastecimento de água por rede geral atenda o maior número possível de domicílios nas localidades onde existe viabilidade técnica e econômica.

Projeto: Melhoria do Abastecimento de Água na Sedes Distritais e na Área rural

Objetivo: Assegurar a implantação alternativas tecnológicas adequadas para cada região da zona rural, considerando as peculiaridades regionais e a capacidade de pagamento dos usuários.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Programa: Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Água

- **Projeto: Melhoria no monitoramento da Qualidade da Água**
  - **Objetivo**: Assegurar a qualidade da água através da realização do monitoramento.
- **Projeto: Eficiência no Abastecimento de Água**
  - **Objetivo**: Promover maior eficiência do aproveitamento dos recursos hídricos por meio de ações mais efetivas de controle das perdas.

Programa: Emergência e Contingência para o Abastecimento de Água

- **Projeto**: **SOS Água**
  - **Objetivo:** Preparar a Gestão Municipal e prestador para medidas de contingência e emergência, de forma a não abalar a sistemática de abastecimento ou, pelo menos, minimizar os incômodos advindos dos eventos atípicos.

5.3 Esgotamento Sanitário

Para assegurar a oferta do serviço de esgotamento sanitário a toda a população, se faz necessário adotar medidas, sempre considerando a proteção ambiental e a salubridade do ambiente.

É importante ressaltar que o sucesso dos programas de esgotamento sanitário, depende muito da realização efetiva das ações relacionadas ao abastecimento de água. É evidente a integração entre água e esgoto, pois o esgoto nada mais é do que a água que fora utilizada sendo descartada para novamente ser incorporada ao ciclo. Trata-se de uma ação local com geração de impacto global. Uma vez realizada de forma sustentável, toda a bacia hidrográfica terá de forma segura, mais capacidade de atender a demanda no consumo de suas águas.

A seguir, o programa e os projetos para o serviço público de esgotamento sanitário em Jequié.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

Programa: Esgotamento Sanitário para Todos

Projeto: Melhoria do Serviço de Esgotamento Sanitário da Sede Municipal

Objetivo: Fomentar a ampliação e melhoria da infraestrutura de coleta, tratamento e destinação final de esgotos sanitários nas áreas urbanas.

Projeto: Soluções de Esgotamento Sanitário para as Sedes dos Distritos

Objetivo: Elevação do índice de cobertura por soluções de esgotamento sanitário, empregando tecnologias apropriadas à realidade local e à capacidade de pagamento dos usuários.

Projeto: Soluções de Esgotamento Sanitário para Área Rural

Objetivo: Elevação do índice de cobertura por soluções alternativas individuais de esgotamento sanitário, empregando tecnologias apropriadas à realidade local e à capacidade de pagamento dos usuários.

Programa: Emergência e Contingência para o Esgotamento Sanitário

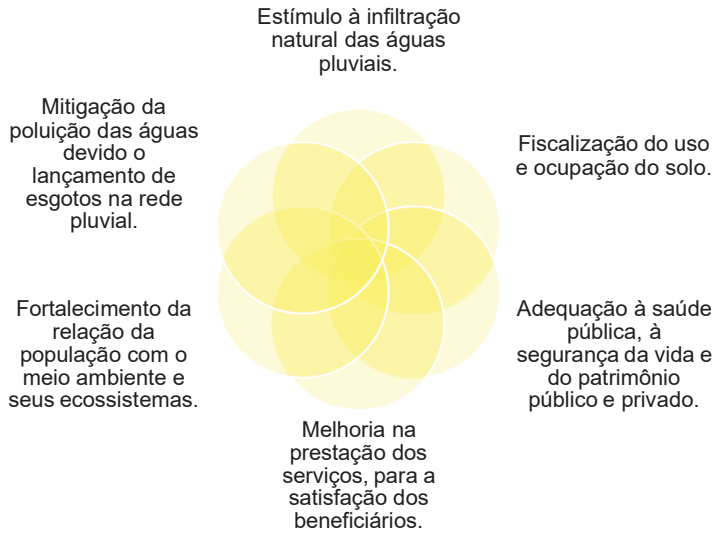
Projeto: **SOS Esgoto**

Objetivo: Preparar a Gestão Municipal e prestador para medidas de emergência para possíveis eventos que afetem a sistemática do esgotamento sanitário, ocasionando possíveis focos de contaminação.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

5.4 Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas

O escopo do conteúdo dos programas, projetos e ações para a drenagem e manejo de águas pluviais visa promover:



Assim, para este componente, foram definidos dois eixos, sendo um voltado para medidas de drenagem sustentável e outro voltado para as ações de drenagem tradicionalmente adotadas abrangendo toda área urbana e com vias impermeabilizadas.

A seguir serão apresentadas as três propostas de programas municipais, e seus respectivos projetos, que foram criadas para os serviços de drenagem e manejo de águas pluviais de Jequié.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

Programa: Drenagem para Todos

Projeto: Universalização dos Serviços de Drenagem

Objetivo: Ampliar o acesso aos serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais, bem como melhorar as condições das estruturas existentes

Projeto: Atenção chuva

Objetivo: Coordenar, a nível municipal, todas as ações de proteção e defesa civil nos períodos de normalidade ou anormalidade, sendo elas a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

Programa: Drenagem Sustentável

Projeto: Controle do Escoamento na Fonte

Objetivo: Diminuir os picos de vazão de cheia e riscos de inundação e alagamento.

Projeto: Recuperação de Rios Urbanos

Objetivo: Reduzir/ eliminar as fontes de poluição dos corpos hídricos superficiais e reestabelecer sua capacidade de contribuir para o manejo das águas pluviais.

Programa: Emergência e Contingência para a Drenagem Urbana

Projeto: **SOS Drenagem**

Objetivo: Preparar a Gestão Municipal para medidas mitigadores de acidentes que se relacionam com a drenagem das águas pluviais.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

5.5 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

De acordo a PNRS instituída pela Lei Nº 12.305/2010, na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos deve-se observar a seguinte ordem de prioridade:



Entre os instrumentos criados pela PNRS estão os planos de resíduos sólidos, a coleta seletiva, o incentivo à criação e ao desenvolvimento da reciclagem, o monitoramento e a fiscalização ambiental, a educação ambiental, a implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, os incentivos fiscais, financeiros e a adoção de cooperação entre os entes federados, tudo isso visando o melhor aproveitamento e à redução dos custos envolvidos no manejo de resíduos.

Para tanto, foram criadas quatro propostas de programas municipais, e seus respectivos projetos, para o serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos em Jequié, como apresentado a seguir.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

Programa: Incentiva Jequié

Projeto: Menos é mais

Objetivo: Reduzir a geração de resíduos sólidos nas repartições das unidades administrativas da gestão municipal.

Programa: Limpa Jequié

Projeto: Coleta para Todos

Objetivo: Viabilizar o acesso de toda população do município de Jequié ao serviço de coleta convencional de resíduos sólidos, considerando as especificidades locais.

Projeto: Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos

Objetivo: Promover a redução da massa de resíduos sólidos encaminhada para a disposição final.

Projeto: Melhorias na Limpeza Pública

Objetivo: Fortalecer uma política de melhoramento contínuo dos serviços de limpeza urbana prestados.

Projeto: Transformando Áreas de Descarte Irregular

Objetivo: Promover a recuperação de áreas degradadas proveniente do descarte irregular de resíduo sólidos.

Programa: Emergência e Contingência para Resíduos Sólidos

Projeto: SOS Resíduos Sólidos

Objetivo: Anular ou mitigar as ocorrências que venham promover uma deficiência ou falha na prestação desses serviços.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

Programa: Destina Bem Jequié

Projeto: Cooperando para Fortalecer

Objetivo: Criar mecanismos para que os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis do município sejam reconhecidos como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda, além da construção de estrutura física necessária.

Projeto: Reaproveita e Recicla Jequié

Objetivo: Disseminação da forma de destinação mais adequada para materiais que possuem potencial de reciclagem.

Projeto: Composta Jequié

Objetivo: Implementar a compostagem no município dos resíduos orgânicos coletados na coleta seletiva, mas também estimular a prática da compostagem no local de sua geração.

Projeto: Disposição final adequada dos Rejeitos

Objetivo: Adoção de medidas ambientalmente seguras de disposição final de rejeitos.

Projeto: Responsabilidade Compartilhada

Objetivo: Promover o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos sujeitos à logística reversa e aos planos específicos de gerenciamento.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

5.6 Hierarquização das intervenções

A Hierarquização das prioridades é uma etapa importante do planejamento dos serviços, quando elenca as principais questões a serem resolvidas no território municipal.

As ferramentas metodológicas utilizadas trazem consistência à decisão, quando utilizam aspectos técnicos, ambientais, sociais, envolvendo os diferentes atores sociais, para definir as prioridades de investimentos no território.

Nesse sentido, o gestor tem a possibilidade se organizar para a realização de investimentos, inserindo nos Planos Plurianuais as previsões de investimentos em saneamento básico, se estruturando para pleitear recursos de editais de fomento dos entes federais e estaduais, bem como elaborando os projetos executivos do município.

É importante mencionar que os projetos envolvem diversas ações seja no âmbito do prestador de serviço seja no âmbito do titular, o Município. Essa variedade de atores envolvidos exige um grande esforço para a implementação das ações e a articulação das funções complementares.

Para a hierarquização dos projetos, utilizou-se a metodologia da Matriz intensidade/impacto/incerteza, proposta por Buarque (2003), para realizar a hierarquização das áreas prioritárias para os investimentos, ou seja, realizar a hierarquização das intervenções a serem realizadas para sanar as demandas do município.

A Matriz intensidade/impacto/incerteza permite considerar, na análise, a intensidade com que o fenômeno apresenta-se na realidade municipal – nesse caso, os problemas geradores dos programas, projetos e ações –, de modo que seja possível trabalhar com uma combinação de pesos representativos da densidade geral dos problemas em termos de **impacto** (grande poder de influência causal do problema no sistema avaliado), de **incerteza** (indefinição sobre desempenho futuro e/ou ações já previstas), e de **intensidade** (evidência e visibilidade do evento para os diferentes atores), como escreve BUARQUE (2003).

O **Quadro 33** apresenta combinações do produto entre os valores atribuídos às medidas de intensidade, impacto e incerteza que podem ocorrer na aplicação da metodologia, e sua

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

relação com os horizontes de planejamento, a saber: curto prazo (2023 a 2026), médio prazo (2027 a 2030) e longo prazo (2031 a 2042).

Quadro 33 - Relação Densidade x Horizonte de Planejamento

Condicionante A	Condicionante B	Condicionante C	Densidade	Horizonte de Planejamento
1	1	1	1	*Longo Prazo*
1	1	3	3	*Longo Prazo*
5	1	1	5	*Longo Prazo*
3	3	1	9	*Longo Prazo*
5	3	1	15	*Longo Prazo*
5	5	1	25	*Médio Prazo*
3	3	3	27	*Médio Prazo*
5	3	3	45	*Curto Prazo*
5	3	5	75	*Curto Prazo*
5	5	5	125	*Curto Prazo*

Fonte: adaptado de Buarque, 2003.

À metodologia proposta por Buarque (2003), soma-se uma especificidade do município de Jequié. Por suas características próprias de grande extensão territorial e representatividade heterogênea da população, as análises de impacto, incerteza e intensidade de cada projeto apresentado serão verificadas nos setores: Monte Branco, Boaçu, Oriente Novo, Florestal, Itaibó, Itajuru, Baixão e Sede. Desse modo, será possível hierarquizar as intervenções (projetos) de acordo com a necessidade real de cada área de planejamento (distritos).

Vale ressaltar que para os Programas de Emergência e Contingência não foi aplicada a metodologia de hierarquização, visto que constituem em ações que serão realizadas apenas na ocorrência de eventos atípicos.

5.6.1 Gestão dos Serviços de Saneamento

Programa: Fortalecimento da Gestão

O presente programa é composto por dois (02) projetos, são eles: Estruturação da Gestão do Saneamento e Valorização da Legislação. Cada projeto abarca ações a serem executadas pelo poder público municipal em todo o território do município de Jequié. O programa propõe a implantação de ações de caráter estruturante para a gestão do

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

município para possibilitar a adequada implantação das intervenções propostas no PMSB e no PMGIRS.

O **Quadro 34** demonstra o resultado da metodologia aplicada a cada projeto do programa de Fortalecimento da Gestão, juntamente com os prazos resultantes. Vale ressaltar que para a Gestão dos Serviços de Saneamento Básico na aplicação da metodologia não ocorreu distinção por distrito, visto que a abrangência das ações propostas possui caráter estruturante e engloba todo o território do município.

Quadro 34- Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Fortalecimento da Gestão – Jequié/BA

Projetos	Impacto	Incerteza	Intensidade	Resultado	Prazo
Estruturação da Gestão	5	3	5	75	Curto
Valorização da Legislação	5	3	5	75	Curto

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Os dois projetos apresentaram resultados equivalente a 75, com execução a ser iniciada em curto prazo. Ambos os projetos possuem elevada importância para a melhora das condições de saneamento básico no município e, devido a isso, tendem a ter alto impacto. Aliado a esse cenário, foi avaliado que os projetos apresentaram média incerteza para execução devido à demonstração da administração pública de empenho na implantação de ações com essa temática, porém considerando as dificuldades atreladas à gestão, e alta visibilidade para a população, visto que durante as oficinas setoriais foi observada elevada importância para ações relacionadas à gestão do saneamento.

Programa: Responsabilização, Participação e Controle Social

Composto por dois (02) projetos: Aprimorar o Controle Social e Divulgando as ações do Saneamento, o programa Responsabilização, Participação e Controle Social visa contemplar ações com foco na visibilidade da implementação do PMSB e incentivo à participação popular no processo. O **Quadro 35** exibe o resultado da metodologia aplicada a cada projeto.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 35 - Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Responsabilização, Participação e Controle Social – Jequié/BA

Projetos	Impacto	Incerteza	Intensidade	Resultado	Prazo
Aprimorar o Controle Social	5	3	5	75	Curto
Divulgando as ações do Saneamento	5	3	5	75	Curto

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Ambos os projetos apresentaram como resultado a importância de 75, acarretando a execução no curto prazo. Os projetos possuem extrema importância para o fomento ao incentivo da participação da população nos processos decisórios que envolvem o saneamento no município e possui relação direta com o sucesso da implantação das intervenções previstas no PMSB e no PMGIRS, além de contribuir para a melhoria contínua do mesmo. Ressalta-se ainda que foi considerado que ações de participação social tem alta intensidade, visto à tendência de elevada visibilidade junto à população.

Programa: Educação Ambiental em Saneamento

Este programa é composto pelos seguintes projetos: Educação Ambiental nas Escolas, Educação Ambiental para Promoção do Saneamento na zona urbana, e Educação Ambiental para Promoção do Saneamento na zona rural, abrangendo todo o território do município.

Os objetivos principais do programa englobam o incentivo ao desenvolvimento da sensibilização e do senso de responsabilização social e ambiental dos moradores quanto à participação nos processos decisórios no âmbito dos serviços de saneamento básico, além de promover a estruturação necessária à execução das ações previstas no PMSB e no PMGIRS, de forma que as mesmas tenham eficiência e aceitação dos usuários na implantação.

O **Quadro 36** demonstra o resultado da metodologia aplicada a cada projeto do programa Educação Ambiental para o município.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 36- Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Educação Ambiental – Jequié/BA

Projetos	Impacto	Incerteza	Intensidade	Resultado	Prazo
Educação Ambiental nas Escolas	5	3	5	75	Curto
Educação Ambiental para Promoção do Saneamento na zona urbana	5	3	5	75	Curto
Educação Ambiental para Promoção do Saneamento na zona rural	5	5	5	125	Curto

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Os projetos de Educação Ambiental possuem alto impacto nas ações de saneamento, visto que a eficácia e eficiência de diversões ações propostas no PMSB e PMGIRS dependem da mudança de postura da população. Além disso, considerou-se média incerteza para os projetos voltados para as escolas e para a zona urbana, e alta incerteza para o projeto voltado para a zona rural, visto que a implementação de campanhas e eventos na zona rural possuem maior dificuldade devido à logística. Considerando ainda que a população citou a falta de educação ambiental como um problema nas Oficinas de Diagnóstico do Saneamento, acredita-se que esses projetos terão alta visibilidade pela população.

Resumo da Hierarquização

O Quadro 37 apresenta um resumo da hierarquização das intervenções, elaborado para facilitar a visualização das prioridades. Os resultados determinados na hierarquização representam os prazos para o início da implantação de cada projeto.

Quadro 37 - Horizontes de implantação dos projetos para a Gestão dos Serviços de Saneamento

Projeto	Resultado	Prazo
PROGRAMA: Fortalecimento da Gestão		
Estruturação da Gestão	75	Curto
Valorização da Legislação	75	Curto
PROGRAMA: Responsabilização, Participação e Controle Social		
Aprimorar o Controle Social	75	Curto
Divulgando as Ações do Saneamento	75	Curto
PROGRAMA: Educação Ambiental em Saneamento		
Educação Ambiental nas Escolas	75	Curto
Educação Ambiental para Promoção do Saneamento Zona Urbana	75	Curto
Educação Ambiental para Promoção do Saneamento na Zona Rural	125	Curto

Fonte: Saneando Projeto de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Dessa forma, seguindo a metodologia estabelecida, é possível visualizar que os projetos apresentaram necessidade de implantação em curto prazo. Ressalta-se que cada projeto possui diversas ações no seu escopo e cada ação pode iniciar em um período diferenciado das demais. Para o presente item foi considerado o período de início mais crítico, ou seja, a ação que se iniciaria mais cedo dentro do mesmo projeto. Além disso, existem ações que se repetem com determinada frequência, e assim podem iniciar no curto prazo, mas se repetirem no prazo seguinte.

O horizonte de execução das ações dos projetos previstos para a Gestão dos Serviços de Saneamento é definido em conjunto ao horizonte de execução das ações das demais componentes, visando a integração entre as intervenções para o sucesso da implantação do PMSB e do PMGIRS. A título de exemplo, a ação "Realizar campanhas educativas que estimulem a adesão à coleta seletiva, orientando sobre a correta separação entre seco e úmido, os dias e horários de coleta" deve-se iniciar em paralelo à implantação da Coleta Seletiva no município, que foi proposta para a componente Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.

É importante destacar que, a execução das ações propostas neste PMSB e PMGIRS está condicionada a captação de recursos financeiros por parte do Poder Público Municipal junto aos entes competentes.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 38 – Hierarquização das ações de Gestão dos Serviços Públicos de Saneamento Básico em Jequié/BA

AÇÕES	PRAZO		
	CURTO	MÉDIO	LONGO
PROGRAMA: FORTALECIMENTO DA GESTÃO			
PROJETO: ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DO SANEAMENTO			
G1. Instituir e normatizar, na administração pública local, órgão responsável pela gestão dos serviços de saneamento básico;			
G2. Realizar contratação, via concurso público, da equipe técnica do órgão responsável pelo Saneamento Básico, sendo composta por engenheiro (ambiental e/ou sanitarista), técnico social de nível superior (assistente social, sociólogo ou pedagogo) e técnicos em meio ambiente ou saneamento, técnico administrativo e motorista;			
G3. Adquirir equipamentos, aparelhos e materiais mínimos para realização das atividades administrativas e de campo do órgão responsável pelo Saneamento Básico e garantir seu funcionamento;			
G4. Estruturar equipe técnica da Agência Reguladora Regional de Jequié para os Serviços de Saneamento Básico (ARJES) para exercer suas atividades;			
G5. Adquirir equipamentos, aparelhos e materiais mínimos para realização das atividades administrativas e de campo da ARJES;			
G6. Promover o fortalecimento da participação no Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio de Contas (CIMURC);			
G7. Realizar estudo sobre política tarifária compatível com o caráter do serviço e a renda da população, com o objetivo de garantir a sustentabilidade econômico-financeira na prestação dos serviços, inclusive taxas da prestação dos serviços relacionados ao manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana e cobrança de taxa ou tarifas dos sistemas de água da zona rural			
G8. Articular com Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Governo da Bahia (Sihs) viabilidade na prestação dos serviços de abastecimento de água nos distritos de Florestal, Itaibó, Itajurú, Oriente Novo e Monte Branco em caso de viabilidade;			
G9. Definir Ente responsável pelo Controle Social do Saneamento Básico (Instituir Câmara Técnica no Conselho Municipal Desenvolvimento);			
G10.Promover capacitação contínua da equipe técnica da Diretoria de Saneamento Básico e do Conselho Municipal de Desenvolvimento;			
G11.Promover capacitação contínua dos profissionais do Poder Público Municipal envolvidos na prestação do serviço de abastecimento de água; esgotamento sanitário; drenagem urbana e manejo de águas pluviais, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;			
G12. Elaborar e instituir um programa municipal voltado à sistematização de dados sobre os serviços de saneamento básico, com vistas à alimentação do sistema de informações de saneamento básico existente e os que venham a ser criados e/ou atualizados			
G13.Monitorar e avaliar os indicadores do Sistema de Informação em Saneamento Básico conforme às metas estabelecidas no PMSB e no PMGIRS;			
G14.Firmar parcerias com associações para atuar na prestação de serviços por soluções alternativas de água e esgoto da zona rural, assegurando subsídio;			
G15.Instituir grupo de trabalho para participação no órgão colegiado da Microrregião do saneamento básico da qual o município faz parte, no âmbito da Lei Complementar nº 048/2019			
PROJETO: VALORIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO			
G16. Elaborar e instituir a Política Municipal de Saneamento Básico com a definição dos procedimentos de atuação do ente de regulação e fiscalização instituído, dos parâmetros para garantia do atendimento essencial a saúde, fixação os direitos e deveres dos			

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

AÇÕES	PRAZO		
	CURTO	MÉDIO	LONGO
usuários, estabelecimento de mecanismos de participação e controle social e forma de articulação dos dados municipais com o SINISA (Sistema Nacional de Informação em Saneamento);			
G17.Instituir o Fundo Municipal de Saneamento Básico, ao qual poderão ser destinadas, entre outros recursos, parcelas das receitas dos serviços com a finalidade de oferecer subsídio para os usuários em vulnerabilidade social e para investir na universalização dos serviços públicos de saneamento básico;			
G18.Revisar Código de Meio Ambiente, Código de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo e de Obras e Edificações Municipal de Limpeza Urbana, estabelecendo diretrizes, objetivos, metas, deveres, direitos e sanções acerca dessa temática;			
G19.Instituir lei para aplicação de taxas e tarifas da prestação dos serviços de saneamento básico com o objetivo de garantir a sustentabilidade econômico-financeira;			
G20. Formular e instituir lei que conceda descontos no IPTU àqueles moradores que implantarem soluções sustentáveis em seus domicílios, conhecido como IPTU verde;			
G21.Revisar o Plano Diretor Municipal e seus respectivos instrumentos, Plano Local de Habitação de Interesse social, incluindo compatibilização com o PMSB e o PMGIRS;			
G22. Revisar o Plano Municipal de Saneamento Básico, em período não superior a 10 (dez) anos, conforme prazo estabelecido pela Lei n º 14.026/2020			
G23.Formular a Política Municipal sobre as Mudanças Climáticas.			
PROGRAMA: RESPONSABILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL			
PROJETO: APRIMORAR O CONTROLE SOCIAL			
G24.Instituir a instância colegiada, no âmbito municipal, de controle e participação social, podendo ser por meio da reestruturação de um conselho existente com a criação de uma câmara técnica especifica para Saneamento (Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável ou Conselho Municipal de Meio Ambiente) ou por meio da criação do Conselho Municipal de Saneamento Básico, assegurando a representação prevista na Lei Federal nº 11.445/2007;			
G25.Promover capacitação dos conselheiros que atuam no controle social do saneamento básico;			
G26.Formar comissões locais por distrito, povoados ou regiões do território, elegendo um membro como representante do conselho, para que esta participe das ações públicas;			
G27. Promover espaços de reuniões entre lideranças comunitárias, agentes de saúde, representantes da prestadora de serviços e poder público, como canal de diálogo para compartilhamento de informes, problemas e demandas, como também discussão e estratégias da mobilização social;			
G28. Promover eventos intersetoriais voltados para a discussão sobre a cidade e as políticas públicas, os direitos socais e as responsabilidades do poder público;			
G29.Realizar conferências de Saneamento para explanar os resultados alcançados com a implementação das ações previstas no PMSB e no PMGIRS.			
G30.Estabelecer calendário de reuniões entre os conselhos municipais de políticas públicas para realizar reflexões intersetoriais sobre as questões de desenvolvimento urbano, ambiental e social do município.			
PROJETO: DIVULGANDO AÇÕES DO SANEAMENTO			

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

AÇÕES	PRAZO		
	CURTO	MÉDIO	LONGO
G31.Divulgar informações (notícias, campanhas, serviços, atividades, cursos e oficinas): relacionadas às ações de saneamento básico e educação ambiental, de forma contínua e coordenada;			
G32.Fortalecer o serviço de ouvidoria pública municipal como mecanismo de reclamações e sugestões a serviço da população, por meio de canal 0800 e preenchimento de requerimento por meio do site institucional, entre outros recursos. As reclamações, críticas e sugestões relacionadas ao saneamento básico deverão ser direcionadas ao órgão responsável pelo Saneamento Básico;			
G33.Instituir e manter mídias sociais e eletrônicas com release sobre saneamento básico e educação ambiental, ao menos uma vez na semana;			
PROGRAMA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM SANEAMENTO			
PROJETO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS			
G34. Aderir a projetos de Educação Ambiental no âmbito Federal e Estadual (Agenda 2030 escolar, Sala-verde, Coletivos Educadores e COM-VIDA ou buscar inspiração par criação de iniciativas a nível das esferas municipal, estadual e federal;			
G35. Capacitar, qualificar e treinar (de modo contínuo) os docentes a realizar as atividades pedagógicas para o processo de sensibilização dos alunos quanto a preservação dos recursos naturais e a importância do saneamento básico;			
G36.Promover a realização de eventos escolares fixando tarefas relacionadas ao saneamento básico, como por exemplo: coleta de determinada quantidade de materiais recicláveis, distribuição de folhetos informativos sobre a implantação da coleta seletiva, distribuição de sacos plásticos para separação domiciliar de resíduos recicláveis, desfiles de roupas confeccionadas com materiais recicláveis, redução do consumo de água, entre outras;			
G37.Apoiar as escolas na realização de feiras de ciências abordando o saneamento básico e o meio ambiente, como inter-relacionados;			
G38. Estimular as escolas a promoverem atividades extracurriculares incluindo visitas às instituições públicas responsáveis pela implementação das políticas públicas, incluindo momentos de diálogos com seus representantes, visitas técnicas às infraestruturas de saneamento básico;			
G39.Realizar concursos anuais com premiação que estimulem os estudantes a colocarem em prática ações relacionadas à cidadania, ao meio ambiente, ao saneamento básico			
PROJETO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA PROMOÇÃO DO SANEAMENTO NA ZONA URBANA			
G40.Realizar campanhas educativas com objetivo de estimular a redução do consumo de água, inibição à prática de fraudes no sistema de abastecimento, controle do desperdício e práticas de reuso, manutenção e higienização adequada de reservatórios domiciliares;			
G41.Realizar campanhas educativas sobre a ocupação de áreas de risco, abordando legislações relacionadas.			
G42.Realizar campanhas educativas sobre doenças que estão associadas à contaminação da água, à falta de coleta e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos, assim como as derivadas da drenagem inadequada das águas das chuvas, discutindo formas de transmissão e prevenção.			
G43.Realizar campanhas de sensibilização da população sobre a cobrança de tarifa dos serviços de saneamento básico, destacando sua legalidade e sua importância na garantia da qualidade e segurança do serviço;			
G44.Realizar campanhas educativas e oficinas com o intuito de sensibilizar a população na redução dos resíduos gerados, reutilização e reaproveitamento de materiais das diversas formas e realização da compostagem caseira;			
G45.Realizar campanhas educativas que estimulem a adesão à coleta seletiva, orientando sobre a correta separação entre seco e úmido, os dias e horários de coleta, uso e conservação das lixeiras públicas;			
G46.Realizar campanhas educativas sobre a preservação de mananciais superficiais e subterrâneos, enfatizando os benefícios de matas ciliares, não poluição das águas e importância do consumo consciente;			

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

AÇÕES	PRAZO		
	CURTO	MÉDIO	LONGO
G47. Realizar campanhas para sensibilizar os cidadãos sobre o problema das ligações indevidas entre os sistemas de drenagem e esgotamento, incluindo a informação sobre a obrigatoriedade de promover a ligação à rede pública;			
G48. Realizar campanhas educativas com o objetivo de informar a população dos riscos do lançamento de resíduos sólidos nas vias e sua relação com o sistema de drenagem; estão associadas à contaminação da água, à falta de coleta e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos, assim como as derivadas da drenagem inadequada das águas das chuvas, discutindo formas de transmissão e prevenção.			
PROJETO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA PROMOÇÃO DO SANEAMENTO NA ZONA RURAL			
G49. Realizar campanhas educativas sobre doenças que estão associadas à contaminação da água, à falta de coleta e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos, assim como as derivadas da drenagem inadequada das águas das chuvas, discutindo formas de transmissão e prevenção;			
G50. Promover campanhas educativas quanto ao consumo eficiente da água, buscando reduzir o desperdício, e práticas adequadas de manuseio e higienização de reservatórios domiciliares;			
G51. Promover a capacitação dos membros das comunidades rurais para a coleta seletiva de resíduos sólidos, e posterior reutilização, reaproveitamento e compostagem dos resíduos orgânicos;			
G52. Promover oficinas educativas com foco no fortalecimento da relação da comunidade com o meio ambiente, a fim de despertar o juízo de responsabilização e participação quanto à preservação do meio ambiente, inclusive mananciais superficiais e subterrâneos, enfatizando os benefícios de matas ciliares e não poluição das águas;			
G53. Realizar oficinas educativas sobre a prática de reuso de água nos domicílios, visando diminuir a geração de esgotos;			
G54. Realizar campanhas de sensibilização da população sobre a cobrança de tarifa dos serviços de saneamento básico, destacando sua legalidade e sua importância na garantia da qualidade e segurança do serviço;			

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

5.6.2 Abastecimento de Água Potável

Programa: Cuidando dos Mananciais

O programa Cuidando dos Mananciais é composto pelo projeto de Rio Vivo, que possui como objetivo principal de preservar a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos que são empregados como fontes de água para a população do município de Jequié. Além dessa motivação, a conservação dos mesmos está relacionada à preservação da fauna e da flora, à saúde da população e do meio ambiente e, ainda, à reversibilidade do estado atual de degradação. Para o alcance desse objetivo o engajamento dos setores público e privado, além da sociedade civil, faz-se imprescindível. O **Quadro 39** apresenta o resultado da metodologia aplicada para o presente programa.

Quadro 39 - Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Cuidando dos Mananciais.

Projetos	Impacto	Incerteza	Intensidade	Resultado	Prazo
Rio Vivo	5	5	3	75	Curto

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

O projeto Rio Vivo apresentou resultado na dimensão de 75, representando que sua execução deve acontecer no curto prazo. O resultado é devido à consequência da consideração de um alto impacto (5), alta incerteza (5) e média intensidade (3). O resultado demonstra que a execução dos projetos possui elevada importância para o encaminhamento das atividades do PMSB, com considerável visibilidade junto à população, mas com a incerteza atrelada à execução das ações, visto que demandam custos e ações contínuas de preservação. Desta forma, a sociedade civil exerce fundamental importância na cobrança ao poder público quanto a implementação dos projetos.

Para os Serviços de Abastecimento de Água a metodologia foi aplicada considerando a heterogeneidade existente entre as regiões de mobilização, sendo assim, foi realizada a hierarquização da execução de cada projeto para cada distrito integrante do município de Jequié, conforme o **Quadro 40.** Os resultados mostram que não houve distinção entre os distritos, visto que ações como de fiscalização dos corpos hídricos necessitam de execução imediata em todo o território. No entanto, o prazo de execução das ações de recuperação/recomposição vegetal pode variar de acordo com o monitoramento e fiscalização desses mananciais.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 40 - Horizontes de implantação do programa Cuidando dos Mananciais por regiões de mobilização do município de Jequié

Projetos	Distrito					
	Monte Branco	Boaçú e Oriente Novo	Florestal	Itajurú e Barra Avenida	Baixão e Sede	Itaibó
Rio Vivo	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Programa: Água Potável para Todos

O programa Água Potável para Todos é composto por dois projetos em seu escopo, a saber: Melhoria do sistema de abastecimento de água operado pela Embasa e Melhoria do Abastecimento de Água na Sedes Distritais e na Área rural. Sendo a universalização, posicionada como a primeira dos treze princípios fundamentais que compõem a Lei de Saneamento Básico do país, a universalização do acesso à água dialoga frontalmente com a garantia da dignidade da pessoa humana sendo, desta forma, desafio contínuo da gestão pública.

Para a zona rural os desafios envolvem a dispersão física da população em áreas rurais menos densamente povoadas, constituindo-se nas causas substanciais do déficit na prestação desse serviço. Para mudança desse cenário, ou seja, para alcance da elevação do índice de acesso à água no meio rural deve-se lançar mão de soluções técnica, social, econômica e ambientalmente viáveis que possam ser incorporadas à realidade local. O **Quadro 41** demonstra a metodologia aplicada ao presente programa.

Quadro 41 - Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Água potável para todos.

Projetos	Impacto	Incerteza	Intensidade	Resultado	Prazo
Melhoria do sistema de abastecimento de água operado pela Embasa	5	3	5	75	Curto
Melhoria do Abastecimento de Água na Sedes Distritais e na Área rural	5	3	5	75	Curto

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Os projetos receberam a consideração de alto impacto (5), devido à alta importância dos projetos para assegurar a qualidade de vida aos moradores que ainda não são contemplados com abastecimento de água. Considerando a incerteza de sua execução foi atribuída pontuação média (3), visto que o município apresenta cobertura de

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

abastecimento de água considerável, tanto na zona urbana quanto na zona rural, sendo mais factível alcançar as metas estabelecidas no Cenário de Referência. Vale salientar que os sistemas de abastecimento atuais apresentaram diversas necessidades de melhorias para a prestação do serviço de qualidade, sendo abordadas no programa "Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Água". Por fim, considerou-se alta intensidade (5) para os projetos, visto que existe um grande déficit de produção de água potável no município, refletindo em alta visibilidade da população que sofre com períodos de falta de água, principalmente na zona rural. Sendo assim, os projetos apresentaram pontuação geral de 75, determinando a sua execução no prazo curto.

O Quadro 42 expõe os horizontes de implementação dos projetos por distrito. Considerando o índice de Abastecimento de Água nos distritos. Considerando que o abastecimento de água é fundamental para a qualidade de vida e saúde da população, adotou-se o curto prazo como início das ações desses projetos em todos os setores.

Quadro 42 - Horizontes de implantação dos projetos para o Programa Água Potável para todos por regiões de mobilização do município de Jequié

Projetos	Distrito					
	Monte Branco	Boaçú e Oriente Novo	Florestal	Itaiurú e Barra Avenida	Baixão e Sede	Itaibó
Melhoria do sistema de abastecimento de água operado pela Embasa	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto
Melhoria do Abastecimento de Água na Sedes Distritais e na Área rural	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Programa: Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Água

O programa Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Água é composto por dois projetos. O **Quadro 43** mostra o resultado da metodologia aplicada aos projetos por área de planejamento.

Quadro 43 – Matriz impacto/incerteza/intensidade o Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Água – Jequié/BA

Projetos	Impacto	Incerteza	Intensidade	Resultado	Prazo
Melhoria do Monitoramento da Qualidade da Água	5	5	5	125	Curto
Eficiência no Abastecimento de água	3	5	3	45	Curto

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

O projeto Melhorias da Infraestrutura dos Sistemas de Abastecimento de Água teve como resultado o valor 125, devido ao alto impacto atribuído ao projeto para melhoria da

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

qualidade do serviço prestado, à alta incerteza, visto que requer alto investimento para execução das ações, e alta intensidade atrelada à grande visibilidade da população, visto que os moradores apresentaram diversos problemas atrelados à operação dos sistemas.

O projeto Melhoria do Monitoramento da Qualidade da Água apresentou todas as variáveis com alto valor (5), devido à sua importância para qualidade do serviço, associada às dificuldades impostas na intensificação das atividades de monitoramento da qualidade da água e à alta visibilidade pela população, visto que um dos problemas citados tanto na zona urbana quanto na zona rural foi alteração da aparência da água.

Em relação ao projeto Eficiência no abastecimento de água, foi atribuído alta incerteza, médio impacto e média intensidade, visto que os índices de perdas no faturamento da água nesse sistema apresentaram valores em torno de 30%, tanto na zona urbana quanto na zona rural, sendo índices próximos às metas estabelecidas pelo Plansab. No entanto, as atividades de controle de perdas para melhoria da eficiência do abastecimento requerem investimentos consideráveis.

O **Quadro 44** apresenta os horizontes de planejamento por setor de planejamento. Para o projeto Melhorias da Infraestrutura dos Sistemas de Abastecimento de Água foi considerado o mesmo horizonte de planejamento para os distritos visto que foram identificadas diversas melhorias a serem implementadas nos sistemas existentes. O projeto Melhoria do Monitoramento da Qualidade da Água também apresentou a mesma hierarquização, visto que em todos os setores a população relatou problemas com alteração da cor, cheiro e/ou sabor da água.

Quadro 44 – Horizontes de implantação dos projetos para o Programa Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Água por distrito do município de Jequié/BA

Projetos	Distrito					
	Monte Branco	Boaçú e Oriente Novo	Florestal	Itajurú e Barra Avenida	Baixão e Sede	Itaibó
Melhoria do Monitoramento da Qualidade da Água	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto
Eficiência no Abastecimento de água	Médio	Médio	Curto	Curto	Curto	Curto

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria. 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Resumo da Hierarquização

O **Quadro 45** elaborado para facilitar a visualização das prioridades, apresenta o resumo da hierarquização das intervenções para o município. Como já mencionado, os resultados determinados na hierarquização representam prazos (curto, médio e longo) para o início da implantação de cada projeto. Ressaltando que cada projeto possui diversas ações no seu escopo e cada ação pode iniciar em um período diferenciado das demais, como mostra o **Quadro 46.**

Quadro 45 - Horizontes de implantação dos projetos para os Serviços de Abastecimento de Água

Projeto	Resultado	Prazo	Prazo por distrito					
			Monte Branco	Boaçú e Oriente Novo	Florestal	Itajurú e Barra Avenida	Baixão e Sede	Itaibó
PROGRAMA: Recuperação, Preservação e Proteção do Mananciais								
Rio Vivo	75	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto
PROGRAMA: Água Potável para todos								
Melhoria do sistema de abastecimento de água operado pela Embasa	125	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto
Melhoria do Abastecimento de Água na Sedes Distritais e na Área rural	125	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto
PROGRAMA: Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Água								
Melhoria do Monitoramento da qualidade da água	125	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto
Eficiência no Abastecimento de água	45	Médio	Médio	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 46 – Hierarquização das ações do Serviço de Abastecimento de Água em Jequié/BA

AÇÕES	PRAZO		
	CURTO	MÉDIO	LONGO
PROGRAMA: CUIDANDO DOS MANANCIAIS			
PROJETO: RIO VIVO			
A1. Intensificar a fiscalização das atividades desenvolvidas no entorno dos rios do município, incluindo a parceria com os órgãos responsáveis pela fiscalização;			
A2. Elaborar cadastro georreferenciado elencando todas as nascentes existentes no município, incluindo diagnóstico de cada uma delas			
A3. Elaborar projeto de recomposição/recuperação/conservação da mata ciliar das áreas de nascentes e mananciais no município, incluindo ações de proteção por meio da implantação de cercas			
A4. Executar projeto de recomposição/recuperação/conservação da mata ciliar das áreas de nascentes e mananciais no município, incluindo a demarcação da área com implantação de cercas para proteção e monitoramento;			
A5. Elaborar e implantar sistema de informação de localizações das nascentes dos mananciais por coordenadas geográficas, realizando a demarcação da área com implantação de cerca para proteção e monitoramento;			
A6. Elaborar projeto de recomposição/recuperação/conservação da mata ciliar dos reservatórios do sistema de abastecimento de água			
A7. Executar projeto de recomposição/recuperação/conservação da mata ciliar dos reservatórios do sistema de abastecimento de água			
A8. Implementar programa de limpeza e desassoreamento dos reservatórios de captação do sistema de abastecimento de água			
A9. Promover incentivo técnico e financeiro de ações que visem a proteção hídrica e de iniciativas sustentáveis, a exemplo do Programa Produtor da Água, desenvolvido pela Agência Nacional de Águas – ANA;			
A10. Promover cursos de capacitação para os agricultores sobre preservação e proteção dos mananciais e para estimular a utilização de fertilizantes naturais e o uso eficiente dos mesmos;			
A11. Fiscalizar e punir atividades ilegais (ex. mineração, desmatamento, agropecuária etc) que comprometam as nascentes, rios e barragens e recuperar a vegetação nativa do entorno;			
A12. Promover parcerias com os prestadores dos serviços de saneamento básico para ações de preservação e proteção dos mananciais;			
A13. Garantir o monitoramento da qualidade da água dos mananciais de abastecimento, de acordo com as Resoluções Conama Nº 357 e 430;			
PROGRAMA: ÁGUA POTÁVEL PARA TODOS			
PROJETO: MELHORIA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA OPERADO PELA EMBASA			
A14. Realizar substituição de redes subdimensionadas e antigas operadas pela Embasa;			

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

AÇÕES	PRAZO		
	CURTO	MÉDIO	LONGO
A15.Executar ligações de água e extensão de rede de distribuição.			
A16.Investigar a existência e executar a retirada de redes de abastecimento de água sob imóveis operadas pela Embasa;			
A17.Ampliar gradualmente o sistema de distribuição de água operado pela Embasa;			
A18.Promover a manutenção e limpeza regular na captação, EEAB, bem como nas instalações e equipamentos das ETA e rede de distribuição;			
A19.Adquirir equipamentos para manutenção operacional;			
A20.Intensificar a segurança e fiscalização das instalações com o objetivo de evitar o acesso de animais e de pessoas não autorizadas;			
A21.Estimular a implantação de reservatórios domiciliares (caixas d'água) visando reduzir os transtornos causados durante as interrupções no fornecimento de água, e subsidiar a implantação para famílias em situação de extrema pobreza;			
A22.Intensificar a divulgação sobre paralisações no sistema.			
PROJETO: MELHORIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDES DISTRITAIS E NA ÁREA RURAL			
A23.Elaborar projeto de requalificação de todos os Sistemas simplificados existentes, afim de identificar quais infraestruturas são passiveis de reaproveitamento e quais precisarão ser substituídas;			
A24.Requalificar os sistemas simplificados de abastecimento de água existentes nas sedes distritais e nas localidades rurais, incluindo medidas de natureza hidráulica (troca de tubulações, conexões, peças, dispositivos de tratamento, etc.), elétrica, civis (revestimento, pintura, etc.) e de segurança (cercamento, sinalização, etc.);			
A25.Ampliar sistemas alternativos coletivos e individuais de abastecimento de água utilizando poços de captação de água subterrânea;			
A26.Ampliar a construção de soluções alternativas de abastecimento de água como reservatórios de captação de água de chuva para atendimento de famílias dispersas;			
A27.Implantar dispositivos de quantificação (macro e micro medidores) nos sistemas simplificados das localidades rurais;			
A28.Implantar melhorias no sistema de abastecimento de água nas sedes distritais e zona rural, incluindo o tratamento da água e o monitoramento das análises da qualidade da água pela vigilância sanitária;			
A29.Ampliação de reservatórios de distribuição de água nos distritos e zona rural;			
A30.Elaborar e implantar ciclo de capacitação e sensibilização dos usuários à operação, manuseio e utilização de soluções alternativas, instruindo quanto ao consumo direto da água captada com disponibilização de suporte técnico e material informativo.			
PROGRAMA: QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA			
PROJETO: MELHORIA DO MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA			
A31.Elaborar cadastro georreferenciado de todas as soluções de abastecimento de água existentes (individuais e coletivas), identificando vazão, população abastecida, prazo de funcionamento, ação de desativação, qualidade da água, entre outras medidas;			
A32.Concluir obra de setorização física do SAA, delimitando 23 setores			
A33.Garantir rotina de controle e vigilância da qualidade da água, respeitando o número mínimo de amostras por ponto de amostragem, frequência de amostragem e padrões de potabilidades conforme preconizado pela Portaria de Potabilidade vigente;			
A34.Implantar rotina de monitoramento regular da qualidade da água de soluções alternativas;			

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

AÇÕES	PRAZO		
	CURTO	MÉDIO	LONGO
A35.Publicar periodicamente os resultados das análises de potabilidade da água consumida;			
A36.Garantir a contratação de profissionais via concurso público, a fim de reduzir a rotatividade que tem se colocado como uma das dificuldades enfrentadas pelo setor			
A37.Adquirir materiais e equipamentos necessários para a realização da coleta de amostras de água para análise dos sistemas cadastrados e de soluções individualizadas			
A38.Assegurar quantidade suficiente de hipoclorito de sódio a ser distribuído às famílias abastecidas a partir de soluções alternativas.			
PROJETO: EFICIÊNCIA NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA			
A39.Reduzir a idade média do parque de micromedição para 8 anos			
A40.Implantar hidrômetros em ligações ativas que não são micromedidas			
A41.Executar serviços estruturantes para melhorias operacionais e combate às perdas físicas do Sistema de Abastecimento de Água de Jequié nos bairros Jequiezinho, Algarobas, Pompílio Sampaio, Curral Novo e Jardim Tropical			
A42.Monitorar com regularidade o índice de perdas por zonas de abastecimento;			
A43.Elaborar e implementar plano de inspeções da rede de abastecimento de água, de modo a promover o controle de vazamentos e de ligações clandestinas e inativas;			
A44.Estimular e orientar a população a identificar possíveis vazamentos e entrar em contato com o prestador por meio de canais de comunicação disponibilizados, a fim de que possa ser realizada manutenção rápida;			
A45.Realizar manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e peças instalados, adequados à faixa de consumo;			
A46.Monitorar a pressão na rede de distribuição, e instalar dispositivos de controle de pressão;			
A47.Promover campanha de negociação de dívidas com usuários inadimplentes, por meio de divulgação nas mídias locais.			

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

5.6.3 Esgotamento Sanitário

Programa: Esgotamento Sanitário para Todos

O programa Esgotamento Sanitário para Todos é composto pelos projetos Melhoria do Serviço de Esgotamento Sanitário da Sede Municipal, Soluções de Esgotamento Sanitário para as Sedes dos Distritos e Soluções de Esgotamento Sanitário para Área Rural. Ambos os projetos, além de contribuir para a melhoria do gerenciamento e da prestação dos serviços de esgotamento sanitário, promovem o direito à cidade, saúde, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental.

No entanto, para o alcance desse objetivo o engajamento dos setores público e privado, além da sociedade civil, faz-se imprescindível. O **Quadro 47** apresenta o resultado da metodologia aplicada para o presente programa.

Quadro 47 - Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Esgotamento Sanitário para Todos

Projetos	Impacto	Incerteza	Intensidade	Resultado	Prazo
Melhoria do Serviço de Esgotamento Sanitário da Sede Municipal	5	5	5	125	**Curto**
Soluções de Esgotamento Sanitário para as Sedes dos Distritos	5	5	5	125	**Curto**
Soluções de Esgotamento Sanitário para Área Rural	5	5	5	125	**Curto**

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Para a execução dos projetos foi considerado um alto impacto (5), devido à significativa importância para a saúde da população, alta incerteza (5), devido a suscetibilidade da gestão pública na sua execução, e alta intensidade (5), consequência da grande visibilidade da população quanto às intervenções previstas.

Considerando as diferentes realidades dos distritos tanto na Zona Rural como na Urbana, o **Quadro 48** apresenta o desmembramento dos prazos de execução de cada projeto em cada localidade. Como critério balizador, foram analisados os índices de cobertura do serviço em cada área.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 48 - Horizontes de implantação dos projetos para o Programa Esgotamento Sanitário para Todos por regiões de mobilização do município de Jequié

Projetos	Distrito					
	Baixão e Sede	Boaçú e Oriente Novo	Florestal	Itajurú e Barra Avenida	Monte Branco	Itaibó
Melhoria do Serviço de Esgotamento Sanitário da Sede Municipal	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
Soluções de Esgotamento Sanitário para as Sedes dos Distritos	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto
Soluções de Esgotamento Sanitário para Área Rural	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Resumo da Hierarquização

O **Quadro 49**, elaborado para facilitar a visualização das prioridades, apresenta o resumo da hierarquização das intervenções para o município. Como já mencionado, os resultados determinados na hierarquização representam prazos (curto, médio e longo) para o início da implantação de cada projeto. Ressaltando que cada projeto possui diversas ações no seu escopo e cada ação pode iniciar em um período diferenciado das demais (**Quadro 50**).

Quadro 49 - Horizontes de implantação dos projetos para os Serviços de Esgotamento Sanitário

Projeto	Resultado	Prazo	Prazo por distrito					
			Baixão e Sede	Boaçú e Oriente Novo	Florestal	Itaijurú e Barra Avenida	Monte Branco	Itaibó
PROGRAMA: Esgotamento Sanitário para Todos								
Melhoria do Serviço de Esgotamento Sanitário da Sede Municipal	125	Curto	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
Soluções de Esgotamento Sanitário para as Sedes dos Distritos	125	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto
Soluções de Esgotamento Sanitário para Área Rural	125	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 50 – Hierarquização das ações do Serviço de Esgotamento Sanitário em Jequié/ BA

AÇÕES	PRAZO		
	CURTO	MÉDIO	LONGO
PROGRAMA: ESGOTAMENTO SANITÁRIO PARA TODOS			
PROJETO: MELHORIA DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO			
E1. Ampliar gradualmente a rede coletora de esgotos do sistema da sede municipal, acompanhando o crescimento populacional;			
E2. Elaborar projeto e executar obra de ampliação da ETE			
E3. Garantir a operação do sistema de esgotamento sanitário da sede municipal;			
E4. Elaborar projeto e implantar sistema de reuso de efluente tratado na ETE existente e ETE previstas;			
E5. Realizar o armazenamento, o tratamento e a disposição final adequada do lodo proveniente das ETE do município, com prioridade para técnicas que possibilitem a reutilização agrícola desse material em serviços de paisagismos, recuperação de áreas degradadas, cultivos agrícolas e outros usos, respeitando os padrões e critérios da legislação ambiental sobre biossólidos;			
E6. Elaborar e implantar programa de monitoramento da qualidade do efluente da Estação de Tratamento de Esgoto;			
E7. Intensificar a segurança e fiscalização das instalações com o objetivo de evitar o acesso de animais e de pessoas não autorizadas;			
E8. Realizar levantamento de domicílios que não executaram ligações à rede de esgoto ou que realizaram ligações fora dos padrões da Embasa e Normas Técnicas existentes;			
E9. Capacitação continuada de técnicos e operadores dos sistemas de esgotamento sanitário;			
E10. Investigar e realizar substituição de redes que passam por propriedades privadas ou sob construções.			
E11. Implantar soluções alternativas para áreas da zona urbana em que não seja possível ligação ao sistema de esgotamento sanitário e com características compatíveis com essas soluções e executar limpeza e manutenção das soluções adotadas;			
PROJETO: SOLUÇÕES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO PARA SEDE DOS DISTRITOS			
E12. Elaborar projetos de sistemas coletivos de esgotamento sanitário para as sedes dos distritos			
E13. Executar obras de solução de esgotamento das sedes dos distritos;			
E14. Realizar operação de sistemas coletivos de esgotamento sanitário para as sedes dos distritos;			
E15. Elaborar projeto e implantar sistema de reuso de efluente tratado na ETEs dos distritos			
E16. Realizar o armazenamento, o tratamento e a disposição final adequada do lodo proveniente das ETE dos distritos, com prioridade para técnicas que possibilitem a reutilização agrícola desse material em serviços de paisagismos, recuperação de áreas degradadas, cultivos agrícolas e outros usos, respeitando os padrões e critérios da legislação ambiental sobre biossólidos;			
E17. Ampliar gradualmente a rede coletora de esgotos do sistema da sede do distrito de Baixão;			

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

AÇÕES	PRAZO		
	CURTO	MÉDIO	LONGO
E18. Ampliar gradualmente a rede coletora de esgotos do sistema da sede do distrito de BOAÇÚ;			
E19. Ampliar gradualmente a rede coletora de esgotos do sistema da sede do distrito de FLORESTAL;			
E20. Ampliar gradualmente a rede coletora de esgotos do sistema da sede do distrito de ITAIBÓ;			
E21. Ampliar gradualmente a rede coletora de esgotos do sistema da sede do distrito de ITAJURÚ;			
E22. Ampliar gradualmente a rede coletora de esgotos do sistema da sede do distrito de MONTE BRANCO			
E23. Ampliar gradualmente a rede coletora de esgotos do sistema da sede do distrito de ORIENTE NOVO			
PROJETO: SOLUÇÕES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO PARA ÁREA RURAL			
E24. Realizar levantamento georreferenciado de infraestruturas coletivas de esgotamento existentes nos aglomerados rurais;			
E25. Elaborar estudo de concepção, projeto e executar implantação e operação de sistemas de coleta de esgotos sanitários para atender o déficit dos aglomerados rurais;			
E26. Realizar levantamento de soluções individuais de esgotamento sanitário existentes;			
E27. Desativar soluções individuais de esgotamento sanitário inadequadas, à medida que forem implantadas soluções adequadas;			
E28. Elaborar levantamento e cadastro dos domicílios com déficit de instalações sanitárias domiciliares;			
E29. Elaborar projeto e executar a implantação de melhorias sanitárias nas residências, incluindo a implantação de banheiro completo (bacia sanitária, lavatório, chuveiro)			
E30. Elaborar projeto e executar obras de construção de soluções individual ou coletiva de esgotamento sanitário que seguem a linha do ecossaneamento, para a zona rural com domicílios dispersos;			
E31. Elaborar e implementar plano de capacitação dos membros de associações, moradores ou outros interessados na implantação de soluções individuais de esgotamento sanitário;			
E32. Elaborar e implementar programa de manutenção e monitoramento das soluções individuais previstas, com período a ser estabelecido na etapa de projeto.			

3.5.1 Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

5.6.4 Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas

Programa: Drenagem para Todos

O programa Drenagem para Todos é composto pelos projetos Universalização dos Serviços de Drenagem, e Atenção chuva. Os projetos objetivam a garantia da qualidade da prestação dos serviços, promovendo a salubridade do meio urbano, a segurança e bem-estar social, e diminuição das áreas de risco. Para o alcance desses objetivos o engajamento do poder público municipal e sociedade civil é imprescindível. O **Quadro 51** apresenta o resultado da metodologia aplicada para o presente programa.

Quadro 51 - Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Drenagem para Todos

Projetos	Impacto	Incerteza	Intensidade	Resultado	Prazo
Universalização dos Serviços de Drenagem	5	5	3	75	**Curto**
Atenção chuva	5	5	5	75	**Curto**

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Ambos os projetos obtiveram como resultado da aplicação da metodologia a importância de 75, indicando a execução para o curto prazo. O resultado foi consequência da consideração da importância das intervenções propostas nos projetos para a adequada prestação dos serviços de drenagem (alta intensidade), aliada às dificuldades da gestão pública para executar as intervenções da componente de drenagem urbana (alta incerteza), devido ao elevado custo. Com base na hierarquização realizada pela população do município, considerou-se uma média visibilidade (intensidade). A seguir, o **Quadro 52** demonstra a hierarquização dos projetos na zona rural e Sede do município.

Quadro 52 - Horizontes de implantação dos projetos para o Programa Manejo Adequado de Águas Pluviais Urbana por regiões de mobilização do município de Jequié

Projeto	Prazo por distrito					
	Baixão e Sede	Boaçú e Oriente Novo	Florestal	Itaijurú e Barra Avenida	Monte Branco	Itaibó
Universalização dos Serviços de Drenagem	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto
Atenção chuva	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Programa: Drenagem Sustentável

Este programa é composto pelo Projeto Controle o Escoamento Superficial, que visa a redução de escoamento superficial na fonte geradora, a fim de reduzir o volume de água destinado aos sistemas de drenagem, e o Projeto de Recuperação de Rios Urbanos, que tem como objetivo a redução do aporte de esgotos domésticos destinados aos sistemas de drenagem do município, através da identificar e desligamento das interconexões de redes mistas. O **Quadro 53** apresenta a hierarquização dos projetos.

Quadro 53 – Matriz impacto/incerteza/intensidade do Programa Drenagem Sustentável– Jequié/BA

Projetos	Impacto	Incerteza	Intensidade	Resultado	Prazo
Controle do Escoamento na Fonte	5	5	3	75	**Curto**
Recuperação de Rios Urbanos	5	5	5	75	**Curto**

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria. 2022.

Para o Projeto Controle do Escoamento na Fonte foi considerado alto impacto (ponderação 5), visto que o aumento das áreas urbanizadas tende a elevar a impermeabilização solo, incerteza foi considerada alta (ponderação 5) tendo em vista que poucas ações são adotadas e a intensidade média (ponderação 3), considerando a média percepção da sociedade com relação à redução e a retenção do escoamento superficial, totalizando uma graduação final de 75, com previsão de execução a curto prazo.

Para o Projeto Recuperação de Rios Urbanos foi considerado alto impacto (5), alta incerteza (5), e alta intensidade (5), frente à importância das ações do projeto para o eficiente funcionamento do sistema de drenagem, à grande visibilidade desse projeto frente à população, e à necessidade de elevados investimentos para implementação do sistema de esgotamento sanitário, a exemplo da estação de tratamento de esgotos da sede municipal, que apesar de existir discussões e projeto da ETE, não houve implementação. Dessa forma, o projeto teve como resultado o valor 125, ou seja, previsão de início a curto prazo.

O **Quadro 54** apresenta a hierarquização das ações por distrito. Considerando que a sede municipal possui maior grau de impermeabilização, bem como maior aporte de esgotos *in natura* sendo lançados no sistema de microdrenagem ou nos canais de macrodrenagem,

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

adotou-se o início das ações na sede municipal a curto prazo, e a médio prazo nos demais distritos.

Quadro 54 – Horizontes de implantação dos projetos para o Programa Drenagem Sustentável por distrito no município de Jequié/BA

Projeto	Prazo por distrito					
	Baixão e Sede	Boaçu e Oriente Novo	Florestal	Itajurú e Barra Avenida	Monte Branco	Itaibó
Controle do escoamento na fonte	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
Recuperação de Rios Urbanos	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria. 2022.

Resumo da Hierarquização

O **Quadro 55,** elaborado para facilitar a visualização das prioridades, apresenta o resumo da hierarquização das intervenções para o município. Como já mencionado, os resultados determinados na hierarquização representam prazos (curto, médio e longo) para o início da implantação de cada projeto. Ressaltando que cada projeto possui diversas ações no seu escopo e cada ação pode iniciar em um período diferenciado das demais. Sendo assim, para o presente item foi considerado o período de início mais crítico, ou seja, a ação que se iniciaria mais cedo dentro do mesmo projeto.

O **Quadro 56** apresenta o horizonte das ações.

Quadro 55 - Horizontes de implantação dos projetos para os Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais

Projeto	Resultado	Prazo	Prazo por distrito					
			Baixão e Sede	Boaçú e Oriente Novo	Florestal	Itajurú e Barra Avenida	Monte Branco	Itaibó
PROGRAMA: Água Potável para todos								
Universalização dos Serviços de Drenagem	125	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto
Atenção chuva	75	Curto	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
PROGRAMA: Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Água								
Controle do escoamento na fonte	75	Curto	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
Recuperação de Rios Urbanos	75	Curto	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 56 – Hierarquização das ações do Serviço de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais em Jequié/ BA

AÇÕES	Prazo		
	Curto	Médio	Longo
PROGRAMA: DRENAGEM PARA TODOS			
PROJETO: UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM			
D1. Realizar o cadastro do sistema de drenagem existente na sede e nos demais distritos, contemplando as áreas de amortecimento de cheias com as respectivas capacidades de armazenamento;			
D2. Elaborar e executar projeto de ampliação de pavimentação e drenagem pluvial na sede de Florestal			
D3. Elaborar e executar projeto de ampliação de pavimentação e drenagem pluvial na sede de Oriente Novo			
D4. Elaborar e executar projeto de ampliação de pavimentação e drenagem pluvial na sede de Baixão			
D5. Elaborar e executar projeto de ampliação de pavimentação e drenagem pluvial na sede de Itajurú			
D6. Elaborar e executar projeto de ampliação de pavimentação e drenagem pluvial na sede de Itaibó			
D7. Elaborar e executar projeto de ampliação de pavimentação e drenagem pluvial na sede de Boaçú			
D8. Elaborar e executar projeto de implantação de pavimentação e drenagem pluvial na sede de Monte Branco			
D9. Elaborar estudos, projetos e executar obras de melhoria e ampliação do sistema de micro e macrodrenagem da Sede municipal			
D10. Elaborar estudos, projetos e executar obras de pavimentação e sistema de drenagem em aglomerados rurais (incluindo sendo adotadas intervenções adequadas à realidade do local;			
D11. Elaborar um plano de manutenção das infraestruturas de drenagem, contendo cronograma de manutenção dos dispositivos de microdrenagem e macrodrenagem com base no calendário chuvoso do município;			
D12. Realizar ações de limpeza e manutenção do sistema de drenagem de acordo com o manual de drenagem;			
D13. Elaborar e implantar programa de manutenção constante das estradas vicinais de acesso as comunidades rurais, incluindo intervenções necessárias para drenagem das águas de chuvas.			
D14. Aquisição e manutenção de veículos e equipamentos necessários a execução dos serviços de manutenção periódica do sistema de drenagem e manejo de águas pluviais			
D15. Elaborar e implementar programa de fiscalização de disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e de esgoto sanitário nos sistemas de drenagem, evitando a ocorrência de entupimentos dos equipamentos e de contaminação dos corpos hídricos superficiais que fazem parte do manejo de águas pluviais			
PROJETO: ATENÇÃO CHUVA			
D16. Garantir na administração pública municipal a atividade do órgão de Defesa Civil para coordenar as ações, com realização de reuniões com frequência pré-determinada e reuniões extraordinárias;			
D17. Instituir equipe de trabalho no órgão de defesa;			
D18. Articular e acionar com outras secretarias municipais o planejamento do período de chuvas;			
D19. Estruturar um sistema de monitoramento do risco de ocorrência de eventos climáticos críticos;			
D20. Manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;			

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

AÇÕES	Prazo		
	Curto	Médio	Longo
D21. Implantar sistema de comunicação para alerta de eventos climáticos críticos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres, tais como a necessidade de evacuação de determinada área;			
D22. Realizar plano de manutenção preventiva nas estruturas estabilizadoras existentes;			
D23. Identificar e capacitar líderes comunitários para atuar como parceiros em caso de emergência;			
D24. Promover cursos de capacitação para a COMDEC, equipe de apoio e líderes comunitários;			
D25. Manter atualizado o cadastro das áreas de riscos;			
D26. Elaborar e implementar programa de fiscalização e vistorias nas áreas de riscos, pelos técnicos da defesa civil;			
D27. Promover a relocação das famílias em áreas que oferecem risco a integridade física, além de prejuízos a bem materiais que promovem a qualidade de vida;			
D28. Implantar políticas de controle institucionais a fim de limitar e /ou proibir intervenções sem critérios técnicos;			
D29. Implantar políticas de controle urbano para evitar futuras construções e ocupação das áreas de risco;			
D30. Dar continuidade a consultoria para efetivação de regularização fundiária.			
PROGRAMA: DRENAGEM SUSTENTÁVEL			
PROJETO: CONTROLE DO ESCOAMENTO NA FONTE			
D31. Elaborar e implementar programa de fiscalização do uso e a ocupação do solo através de normas e regulamentos, com o objetivo de conter o desmatamento e a impermeabilização do solo;			
D32. Estimular a repermeabilização dos locais com alta taxa de impermeabilização e realizar a recomposição vegetal e manutenção das áreas verdes;			
D33. Regulamentação e preservação das bacias naturais de amortecimento.			
D34. Promover incentivo técnico e financeiro para implantação de sistema de captação de águas pluviais nos domicílios com população em situação de vulnerabilidade social			
D35. Promover incentivo técnico e financeiro de iniciativas sustentáveis como a implantação de captação de águas da chuva em edificações particulares, paisagismo integrando adequadamente as áreas impermeabilizadas com as áreas verdes, construção de cisternas e microrreservatórios de infiltração nos condomínios residenciais			
D36. Implantar dispositivos de captação de águas da chuva para usos diversos em prédios públicos principalmente em escolas que contam com quadras cobertas;;			
D37. Realizar cadastro de áreas estratégicas para o amortecimento de cheias: bacias naturais de amortecimento (Lagoas, lagos), áreas verdes (localização e estado de conservação) e áreas de lazer (praças, campos de futebol e quadras) com as respectivas capacidades de amortecimento de cheia			
D38. Estimular a implantação de piso drenante em detrimento de pisos impermeáveis em locais como galpões, pátios, ruas com tráfego leve, conjuntos habitacionais, praças, calçadas, estacionamentos.			
PROJETO: RECUPERAÇÃO DE RIOS URBANOS			

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

AÇÕES	Prazo		
	Curto	Médio	Longo
D39. Realizar levantamento sobre a situação das ligações de esgoto e drenagem pluvial, identificando lançamentos de redes coletoras de esgoto em tubulações e galerias pluviais, lançamentos de redes coletoras/interceptores de esgotos em riachos e rios do município;			
D40. Regularizar ligações indevidas constatadas a partir do levantamento, informando o problema ao usuário e determinando um prazo para sua regularização;			
D41. Realizar o desligamento de pontos de lançamentos mistos, em conjunto com a implantação de alternativa de esgotamento sanitário;			
D42. Elaborar projeto de recuperação das matas ciliares de rios e nascentes que margeiam o perímetro urbano da sede Municipal e das sedes dos distritos;			
D43. Executar a recuperação das matas ciliares de rios e nascentes que margeiam o perímetro urbano da sede Municipal e das sedes dos distritos;			
D44. Implementar fiscalização do descarte de esgotos domésticos in natura nos canais de drenagem natural (córregos, rios e riachos);			
D45. Implantar programa de monitoramento da qualidade da água dos canais de drenagem (córregos, rios e riachos) de acordo com as Resoluções Conama Nº 357 e 430;			
D46. Implementar Programa de limpeza e desassoreamento de cursos d'água que recebem esgotos sem tratamento.			
D47. Elaborar projeto de valorização ambiental e de requalificação urbanística da área no entorno do Rio de Contas e Jequiezinho			
D48. Executar projeto de valorização ambiental e de requalificação urbanística da área no entorno do Rio de Contas e Jequiezinho			

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria. 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

5.6.5 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Programa: Incentiva Jequié

O programa Incentiva Jequié abrange apenas um projeto: Menos é Mais, com o objetivo de reduzir a geração dos resíduos sólidos nas repartições públicas. O **Quadro 57** apresenta o resultado da metodologia aplicada para o presente programa. A matriz impacto/incerteza/intensidade indica o curto prazo para início de execução do projeto, com pontuação igual a 75, em consequência do alto impacto (5), haja visto a importância da redução da quantidade de resíduos e rejeitos para a sustentabilidade do ambiente, alta incerteza (5) devido à ausência de ações nesse sentido no município, e média intensidade (3) influenciada pela visibilidade da população.

Quadro 57 – Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Incentiva Jequié – Jequié/BA

Projetos	Impacto	Incerteza	Intensidade	Resultado	Prazo
Menos é mais	5	5	3	75	**Curto**

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria. 2022.

A seguir, o **Quadro 58**, demonstra a hierarquização do projeto em cada distrito do município, sendo implantado inicialmente na sede municipal, e em seguida nas repartições públicas localizadas nos demais distritos.

Quadro 58 – Horizontes de implantação dos projetos para o Programa Incentiva Jequié para os distritos do município Jequié/BA

Projeto	Prazo por distrito					
	Baixão e Sede	Boaçú e Oriente Novo	Florestal	Itajurú e Barra Avenida	Monte Branco	Itaibó
Menos é mais	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria. 2022.

Programa: Limpa Jequié

O programa Limpa Jequié é composto por 04 (quatro) projetos, a saber: Coleta para Todos, Coleta Seletiva dos Resíduos, Melhorias na Limpeza Pública e Transformando Áreas de Descarte Irregular. Os projetos objetivam viabilizar o manejo de resíduos sólidos, afinado com o que preconizam a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (DNSB), visando o alcance da universalização do acesso aos serviços de qualidade. O **Quadro 59** apresenta o resultado da metodologia aplicada para o presente programa.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 59 – Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Limpa Jequié/BA

Projetos	Impacto	Incerteza	Intensidade	Resultado	Prazo
Coleta para Todos	5	5	5	125	**Curto**
Coleta Seletiva dos Resíduos	5	5	5	125	**Curto**
Melhorias na Limpeza Pública	5	3	5	75	**Curto**
Transformando Áreas de Descarte Irregular	5	5	3	75	**Curto**

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria. 2022.

A matriz impacto/incerteza/intensidade indica o curto prazo para início de execução dos cinco projetos que compõe o Programa Limpa Jequié.

O projeto "Coleta Seletiva dos Resíduos" apresentaram alto impacto (5), em consequência da importância da redução da quantidade de resíduos e rejeitos para a sustentabilidade do ambiente, alta intensidade (5) influenciada pela visibilidade da população, e alta incerteza (5) visto que o município apresenta maior parte da população localizada na zona rural, na qual a coleta dos resíduos é incipiente atendendo cerca de 10% desses domicílios. O projeto Coleta Seletiva dos Resíduos apresentou a mesma pontuação.

Já os projetos Melhorias na Limpeza Pública e Transformando as Áreas de Descarte Irregular apresentaram pontuação igual a 75, também com execução a curto prazo, porém com atribuição de média incerteza para o projeto "Melhorias na Limpeza Pública" e média intensidade para o projeto "Transformando Áreas de Descarte Irregular".

A seguir, o Quadro 60 demonstra a hierarquização dos projetos em cada distrito do município. Para o projeto Coleta Seletiva dos Resíduos, o critério norteador para a definição da priorização dos distritos teve como base a logística dos serviços. Nos demais projetos, se considerou o mesmo prazo, visto que as demandas são semelhantes.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 60 – Horizontes de implantação dos projetos para o Programa Limpa Jequié para os distritos do município Jequié/BA

Projeto	Prazo por distrito					
	Baixão e Sede	Boaçú e Oriente Novo	Florestal	Itaijurú e Barra Avenida	Monte Branco	Itaibó
Coleta para Todos	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto
Coleta Seletiva dos Resíduos	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
Melhorias na Limpeza Pública	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto
Transformando Áreas de Descarte Irregular	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria. 2022.

Programa: Destina Bem Jequié

O programa Destina Bem Jequié é composto por 05 (cinco) projetos, que visam a reutilização, reaproveitamento e reciclagem dos resíduos sólidos secos e úmidos, e a Disposição final adequada dos Rejeitos e dos resíduos sujeitos à logística reversa. O **Quadro 61** apresenta o resultado da metodologia aplicada para o presente programa.

Quadro 61 – Matriz impacto/incerteza/intensidade o Programa Destina Bem Jequié - Jequié/BA

Projetos	Impacto	Incerteza	Intensidade	Resultado	Prazo
Cooperando para fortalecer	5	5	3	75	**Curto**
Reaproveita e Recicla Jequié	5	5	5	125	**Curto**
Composta Jequié	5	5	3	75	**Curto**
Disposição final adequada dos Rejeitos	5	5	5	125	**Curto**
Responsabilidade Compartilhada	3	5	3	45	**Curto**

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria. 2022.

Os resultados apontam para a execução a curto prazo dos projetos, sendo que os projetos Reaproveita e recicla Jequié e Disposição final adequada dos Rejeitos apresentaram maior pontuação, atrelada à alta visibilidade da população na implementação de ações dessas temáticas. Tal consideração pôde ser observada durante as oficinas de participação social.

A seguir, o Quadro 62 demonstra a hierarquização dos projetos em cada distrito do município. Para a definição da priorização dos distritos considerou-se a logística dos serviços e a implantação de algumas ações, tal como a Coleta Seletiva, que influencia diretamente nos projetos Recicla Jequié e Composta Jequié.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 62 – Horizontes de implantação dos projetos para o Programa Destina Bem Jequié para os distritos do município Jequié/BA

Projeto	Prazo por distrito					
	Baixão e Sede	Boaçú e Oriente Novo	Florestal	Itajurú e Barra Avenida	Monte Branco	Itaibó
Cooperando para fortalecer	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
Reaproveita e Recicla Jequié	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
Composta Jequié	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
Disposição final adequada dos Rejeitos	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto
Responsabilidade Compartilhada	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria. 2022.

Resumo da Hierarquização

O Quadro 63, elaborado para facilitar a visualização das prioridades, apresenta o resumo da hierarquização das intervenções para o município. Como já mencionado, os resultados determinados na hierarquização representam prazos (curto, médio e longo) para o início da implantação de cada projeto. Ressaltando que cada projeto possui diversas ações no seu escopo e cada ação pode iniciar em um período diferenciado das demais. Sendo assim, para o presente item foi considerado o período de início mais crítico, ou seja, a ação que se iniciaria mais cedo dentro do mesmo projeto. O **Quadro 64** a seguir apresenta o horizonte das ações.

Quadro 63 - Horizontes de implantação dos projetos para os Serviços de Manejo Adequado dos Resíduos Sólidos

Projeto	Resultado	Prazo	Prazo por distrito					
			Baixão e Sede	Boaçu e Oriente Novo	Florestal	Itajurú e Barra Avenida	Monte Branco	Itaibó
PROGRAMA: Incentiva Jequié								
Menos é Mais	75	Curto	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
PROGRAMA: Limpa Jequié								
Coleta para Todos	125	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto
Coleta Seletiva dos Resíduos	125	Curto	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
Melhorias na Limpeza Pública	75	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto
Transformando Áreas de Descarte Irregular	75	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto
PROGRAMA: Destina Bem Jequié								
Cooperando para Fortalecer	75	Curto	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
Reaproveita e Recicla Jequié	125	Curto	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
Composta Jequié	75	Curto	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
Disposição final do Rejeitos	125	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto	Curto
Responsabilidade Compartilhada	75	Curto	Curto	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 64 – Hierarquização das ações dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana em Jequié/ BA

Ações	Prazo		
	Curto	Médio	Longo
PROGRAMA: INCENTIVA JEQUIÉ			
PROJETO: MENOS É MAIS			
R1. Promover curso de capacitação para os servidores públicos sobre o Programa Incentiva Jequié;			
R2. Utilizar e-mail para comunicação interna e externa;			
R3. Ao ser enviado material pelo correio, procurar saber se há possibilidade de serem encaminhados outros em conjunto ou se pode o material ser encaminhado por outra forma (correio eletrônico);			
R4. Verificar se é necessário, realmente, extrair cópias reprográficas ou imprimir material e, em caso positivo, prestar atenção para não copiar ou imprimir material em excesso;			
R5. Usar meio digital, tanto quanto possível, para gravação de cópias de ofícios e documentos para arquivos, gerando aumento de espaço nas repartições e gabinetes;			
R6. Adotar sistemas que facilitem a economia do papel ao imprimir documentos, tais como usá-lo em frente e verso, configurar duas páginas em uma folha e assim por diante;			
R7. Reformatar documentos para evitar espaços em branco e vias desnecessárias;			
R8. Produzir papelaria genérica para eventos – crachás, pastas e blocos, sem indicar data e nome, permitindo utilizá-los em outros momentos.			
R9. Substituir o uso de copos descartáveis (água e café) por copos duráveis ou garrafas individuais;			
R10. Em ocasiões especiais, como eventos, onde não é possível deixar de utilizar os descartáveis, estimular que os participantes adotem um único copo até o término da atividade, evitando que sejam descartados vários copos por uma mesma pessoa.			
R11. Recusar o recebimento de recibos de papel;			
R12. Recusar o recebimento de embalagens para pequenos volumes, tais que podem ser transportados em bolsos, bolsas, mochilas, etc;			
R13. Incentivar a não utilização de materiais descartáveis;			
R14. Incentivar a não utilização de materiais descartáveis, tais como canudos ou talheres, quando possível;			
R15. Incentivar a compra de alimentos naturais e sem embalagens;			
R16. Incentivar o uso de sacolas retornáveis;			
R17. Escolher produtos do tipo refil, ou embalagens menores e que incentivem a reciclagem.			
PROGRAMA: LIMPA JEQUIÉ			
PROJETO: COLETA PARA TODOS			
R18. Assegurar a continuidade da prestação do serviço de coleta de resíduos sólidos nas áreas urbanas, ampliando o serviço conforme o crescimento populacional, atendendo os critérios de segurança, qualidade, regularidade e continuidade;			

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Ações	Prazo		
	Curto	Médio	Longo
R19. Realizar estudo de dimensionamento da coleta na zona rural, definindo as frequências e horários de coleta compatível com a demanda dos serviços em cada localidade/região da zona rural, dimensionamento da frota e mão de obra, definição dos itinerários, locais para distribuição dos contêineres;			
R20. Ampliar a coleta na zona rural, seja por coleta porta a porta, ou coleta indireta conforme dimensionamento realizado;			
R21. Implantar o serviço de coleta indireta de resíduos sólidos domiciliares na zona rural dispersa, preferencialmente conjugada com a coleta seletiva;			
R22. Adquirir veículos adaptados para coleta nas localidades rurais e contêineres			
R23. Realizar campanhas de divulgação dos dias e horários de coleta a fim de sensibilizar a comunidade a não dispor os resíduos inadequadamente.			
PROJETO: COLETA SELETIVA DOS RESÍDUOS			
R24. Elaborar o projeto da coleta seletiva, contemplando: a definição do projeto piloto; setorização da urbana para a coleta; planejamento da logística de transporte; e instalação de uma rede de pontos de acumulação temporária;			
R25. .Implantar locais de entrega voluntária (LEVs) de resíduos recicláveis em escolas e demais órgãos públicos de grande circulação de pessoas, na sede municipal e nas sedes distritais;			
R26. Implantar Ponto de Entrega Voluntária (PEV) na Sede Municipal e nas Sedes Distritais contemplando resíduos de construção civil, resíduos volumosos, resíduos da Logística Reversa, e resíduos recicláveis, incluindo delimitação de áreas com cercas, construção de estruturas de proteção contra chuva, sinalização para esclarecimento dos usuários, entre outros			
R27. Implantar programas de incentivos financeiros para entrega voluntária de coleta seletiva;			
R28. Disponibilizar, no mínimo, 1 funcionário contratado, em cada PEV para atendimento dos usuários;			
R29. .Realizar a capacitação dos funcionários dos PEV e os catadores para melhor atender os usuários e otimizar a triagem dos resíduos com a disposição adequada dos mesmos, dentro das unidades.			
R30. .Implantar o serviço de coleta seletiva de resíduos secos em localidades da zona rural, com o apoio de cooperativa de catadores, e instalação de coletores públicos com dois compartimentos (secos e rejeitos) em pontos estratégicos			
PROJETO: MELHORIAS NA LIMPEZA PÚBLICA			
R31. Elaborar plano de ampliação dos serviços de limpeza urbana na sede municipal, sede dos distritos, e povoados compatíveis com os serviços, englobando os serviços de varrição e demais serviços congêneres como: capina, roçagem, poda de árvores, limpeza de canais de drenagem, limpeza de feiras, entre outros, com periodicidade definida de acordo com o planejamento dos demais serviços			
R32. .Garantir a equipe necessária para locais já atendidos e ampliar o serviço de limpeza urbana em vias públicas não contempladas, acompanhando o ritmo de crescimento de logradouros públicos pavimentados e com dispositivos de drenagem			

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Ações	Prazo		
	Curto	Médio	Longo
R33. Implantar coletores públicos (lixeiras) em diversos pontos das áreas urbanas e localidades rurais adensadas no município, integrando este sistema com os serviços prestados de limpeza urbana			
R34. Ampliar a quantidade de contêineres para coleta de resíduos sólidos das feiras livres;			
R35. Assegurar equipe técnica para limpeza e manutenção de banheiros públicos;			
R36. Estabelecer um plano e roteiro das ações de conservação de logradouros, como pinturas de guias e meio-fio			
R37. Executar serviço de pintura de guias e meio-fio na mínimo a cada 6 meses			
R38. Elaborar cronograma manutenção e limpeza das unidades cemiteriais de responsabilidade da gestão municipal existentes e outras que venham ser construídas			
R39. Garantir a coleta e a destinação final adequada dos resíduos sólidos resultantes das ações de manutenção e limpeza das unidades cemiteriais de responsabilidade da gestão municipal existentes;			
R40. Estabelecer regras sobre a periodicidade de exumação dos corpos (normalmente após 3 anos do sepultamento) e sobre a destinação adequada da ossada e outros tipos de resíduos sólidos do sepultamento;			
R41. Criar um canal de comunicação aos familiares do falecido (a) sobre a necessidade de exumação dos corpos após o período de completa decomposição, incluído o envio de lembretes e notificações antes do vencimento do prazo fixado			
R42. Criar cemitério municipal de animais, a fim de evitar a destinação inadequada de animais mortos em vias públicas e terrenos baldios			
R43. Incentivar e apoiar a (as) associação (ões) ou cooperativa (as) para a estruturação de uma fábrica de sabão produzido a partir de óleos comestíveis.			
PROJETO: TRANSFORMANDO ÁREAS DE DESCARTE IRREGULAR			
R44. Realizar visitas técnicas para identificação e cadastro de áreas com concentração de descarte irregular de resíduos sólidos;			
R45. Elaboração de Projeto de requalificação das áreas com pontos de descarte irregular de resíduos;			
R46. Realizar reuniões entre técnicos das secretarias para discutir as estratégias para implementação do projeto e responsabilidades de cada uma;			
R47. Realizar mutirões de limpeza nos locais identificados com descarte irregular de resíduos;			
R48. Mobilizar e sensibilizar a população local para transformar esses espaços em áreas de lazer com plantio de plantas ornamentais e/ou hortas comunitárias com produção de alimentos;			
R49. Divulgar o projeto em escolas, associações de bairros, etc para todos trabalharem em conjunto;			
R50. Fiscalizar as áreas recuperadas para manutenção dessa condição.			
PROGRAMA: DESTINA BEM JEQUIÉ			
PROJETO: COOPERANDO PARA FORTALECER			

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Ações	Prazo		
	Curto	Médio	Longo
R51. Firmar contratos de prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos entre o Poder Público Municipal e cooperativas ou associações de catadores em conformidade com o Art. 36º § 1º e 2º da Política Nacional de Resíduos Sólidos;			
R52. Cadastrar os catadores existentes e realizar a inscrição dos interessados em fazer parte da cooperativa;			
R53. Apoiar a execução das obras das infraestruturas físicas da cooperativa (galpão de triagem, sanitários, vestiário, escritório, refeitório) que venham a surgir no município após ampliação da coleta seletiva;			
R54. Apoiar as atividades da Cooperativa de Catadores de Recicla Jequié (COOPERJE) para o fortalecimento e expansão da sua área de atuação, por meio da melhoria das infraestruturas físicas, equipamentos, maquinários e veículos para realizar as atividades de coleta seletiva e transporte;			
R55. Disponibilizar profissional para dar suporte na área administrativa da cooperativa;			
R56. Capacitar os cooperados para melhor atender os usuários e otimizar a triagem dos resíduos com a disposição adequada dos mesmos, dentro das unidades;			
R57. Assegurar recursos mínimos necessários para o funcionamento das unidades (custos com energia elétrica, água, telefone + internet, manutenção de maquinários, combustíveis, IPVA e licenciamento dos veículos, EPIs, etc.);			
PROJETO: REAPROVEITA E RECICLA JEQUIÉ			
R58. Promover oficinas e publicações em mídias sociais de inciativas para o estímulo da reutilização de objetos e para produção de peças artesanais;			
R59. Criar uma rede de recuperação de alimentos da feira livre para entidades (associações, igrejas, et.) que apoiam pessoas em vulnerabilidade social ou em situação de rua, seja por meio de doações ou pela comercialização com aplicação de valor simbólico à mercadoria de baixo valor de mercado;			
R60. Promover incentivo à indústria do reaproveitamento, da reciclagem e compostagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias primas e insumos derivados de materiais orgânicos, reutilizáveis e reciclados;			
R61. Implantar usina de reciclagem de resíduos da construção civil para obtenção de insumos a serem empregados em serviços de responsabilidade da administração pública municipal;			
R62. Fomentar a criação ou o desenvolvimento de pequenas empresas ou microempresas de reciclagem dos diversos tipos de materiais (vidro, metal, papel, etc.) e resíduos da construção civil;			
R63. Implantar programas de incentivos fiscais para a implantação de indústrias de pequeno e médio porte que colaborem para o circuito da cadeia produtiva relacionada ao pós-uso dos materiais reaproveitáveis, fortalecendo a implementação da coleta seletiva;			
R64. Incentivar a demanda por materiais recicláveis no mercado;			
R65. Priorizar materiais recicláveis nas aquisições e contratações municipais;			
R66. Estimular por meio de incentivo fiscal que particulares adotem produtos reutilizáveis e recicláveis produzidos pelas indústrias locais;			

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Ações	Prazo		
	Curto	Médio	Longo
R67. Apoiar a formação de uma rede regional para criação de um banco de cadastro de materiais reaproveitáveis para ampliar a capacidade de desenvolvimento da atividade e interação entre os diferentes entes da cadeia produtiva, baseado no conceito da ecologia industrial.			
R68. Buscar parcerias com empresas de reciclagem para comprar os materiais recicláveis.			
PROJETO: COMPOSTA JEQUIÉ			
R69. Elaborar e executar um projeto piloto dos cursos de capacitação para a prática de compostagem doméstica no município, constando: cronograma, estratégias de divulgação e comunicação, manuais de suporte aos participantes;			
R70. Contatar entidades da área de educação ambiental para a formação de possíveis parcerias;			
R71. Contatar associação de moradores para servir como centro de apoio onde serão realizados os cursos de capacitação de compostagem doméstica;			
R72. Promover curso de capacitação para equipe da diretoria de saneamento (a ser criada), professores e funcionários de escolas sobre compostagem para que estes possam ser multiplicadores;			
R73. Adquirir ou produzir kits de composteiras domésticas para utilização como ferramenta de ensino nos cursos;			
R74. Realizar compostagem nas escolas do município, desde as turmas da primeira infância;			
R75. Promover campanhas informativas sobre a entrega dos resíduos orgânicos;			
R76. Construir e operar a unidade de compostagem.			
R77. Estabelecer um programa com rotinas de manutenção na unidade de compostagem;			
PROJETO: DISPOSIÇÃO FINAL ADEQUADO DOS REJEITOS			
R78. Realizar estudo para analisar a vida útil do aterro sanitário existente;			
R79. Elaborar e executar projeto de aterro sanitário convencional para disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;			
R80. Elaborar e executar projeto de aterro de resíduos de construção civil (RCC Inertes), em conjunto com municípios vizinhos a fim de ratear custos			
R81. Encerrar as atividades do Aterro Sanitário de Jequié			
R82. Capacitação periódica de profissionais para atuar na operação do aterro sanitário;			
R83. Reservar recursos por meio da cobrança de tarifa do serviço de limpeza urbana para os custos de operação do aterro sanitário (células de disposição, disposição de resíduos, sistema de drenagem de percolados e gases, tratamento de percolados, sistema de drenagem de águas superficiais, áreas verdes, monitoramento ambiental e geotécnico, equipe de operação, administração, impostos e taxas);			
R84. Elaborar Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD) do vazadouro a céu aberto de Itaibó			
R85. Encerrar atividades da área do vazadouro a céu aberto de Itaibó e executar o PRAD			

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Ações	Prazo		
	Curto	Médio	Longo
PROJETO: RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA			
R86. Elaborar um cadastro dos geradores de resíduos sólidos sujeitos à elaboração de planos de gerenciamento de resíduos sólidos e da logística reversa;			
R87. Elaborar e implementar programa de fiscalização dos instrumentos normativos e da implementação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos dos geradores previstos no artigo 20 da Lei nº 12.305/2010, identificados no município de Jequié e da implantação da logística reversa;			
R88. Elaborar o plano de gerenciamento de resíduos sólidos das unidades públicas de saúde;			
R89. Assegurar a continuidade da contratação de empresa responsável pela coleta, transporte e destinação final adequada dos resíduos sólidos as unidades públicas de saúde de responsabilidade da gestão municipal;			
R90. Capacitar os profissionais da saúde a realizar o manejo adequado dos RSS conforme Plano de Gerenciamento;			
R91. Elaborar o Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil (PMGRCC) conforme prevê a Resolução CONAMA nº 307/2002, alterada pelas resoluções 448/2012 e 469/2015;			
R92. Receber nos PEVs os resíduos sujeitos a logística reversa gerados em pequenas quantidades e por fontes difusas;			
R93. Firmar convênios com empresas para a destinação de resíduos com logística reversa obrigatória, coletados nos PEVs;			
R94. Articular com empresa especializada no reaproveitamento e reciclagem de resíduos de informática, para coleta e destinação ambientalmente correta;			
R95. Articular com distribuidores e comerciantes (rede varejista e lojas de telefonia móvel locais), o recebimento de pilhas e baterias, e o posterior envio a rede de postos de coleta da Green Eletron e/ou GM&CLOG.			
R96. Articular com distribuidores e comerciantes locais de lâmpadas e equipamentos de iluminação, a adesão ao acordo setorial para implantação do sistema de logística reversa, com a operacionalização do recebimento, estocagem e envio do produto dentro da cadeia produtiva;			
R97. Articular com a Reciclanip, uma parceria para a manutenção de PEV, e coleta e destinação de pneus inservíveis;			
R98. Articular com os estabelecimentos dos comerciantes varejistas locais a orientação aos seus clientes, na devolução das embalagens vazias de óleo lubrificante, bem como os óleos usados, para serem coletados por empresa especializadas;			
R99. Inserir os catadores de materiais recicláveis no ciclo da logística reversa, reconhecendo-os como atores fundamentais para contribuir no gerenciamento adequado destes;			
R100. Incentivar e apoiar as cooperativas de limpeza urbana ou empresas locais, o recolhimento de óleos comestíveis para a produção de sabão;			
R101. Incentivar e apoiar os estabelecimentos locais, tipo farmácias, na organização de ponto de recebimento de medicamentos vencidos			

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria. 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

5.7 PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO

Neste item é apresentado o caminho a ser adotado para execução dos Programas, Projetos e Ações, considerando metas em horizontes temporais distintos definidos no Termo de Referência, conforme apresentado abaixo:

- Curto prazo – até 4 anos (2023 a 2026);
- Médio prazo – entre 5 a 8 anos (2027 a 2030);
- Longo prazo – entre 9 a 20 anos (2031 a 2042).

O Plano de Execução contempla a estimativa de custos dos Programas, Projetos e Ações, as metas de execução, os potenciais fontes de financiamento e entes financiadores, os responsáveis pela execução do programa e os potenciais parceiros.

A presente estimativa guarda a finalidade de auxiliar os processos decisórios quanto aos serviços públicos de saneamento básico do município de Jequié. Para cumprir este objetivo, fez-se o levantamento dos custos de cada ação, conforme os projetos propostos considerando, ainda, o horizonte de planejamento de 20 (vinte) anos.

De maneira resumida, o **Quadro 65** apresenta o montante do investimento necessário por horizonte de planejamento. Analisando os dados, nota-se que para alcançar o cenário de referência estima-se que a necessidade de investimentos em saneamento básico será da ordem de R$ 707.746.607,93 reais, incluindo medidas estruturais e estruturantes, com maiores volumes de investimentos previstos para curto, médio e longo prazos.

O total de investimentos necessários para o saneamento básico do município de Jequié corresponde a um per capita de R$ 3.686,78 por pessoa ao longo dos 20 anos de planejamento, considerando a população projetada para final de plano igual a 191.969 habitantes. Esse valor equivale a R$ 184,34 por pessoa a cada ano, ou R$ 0,51/pessoa.dia.

Entre os componentes do saneamento básico, a maior demanda de investimentos está associada às ações da componente de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, participando de 37,5% dos investimentos necessários, associados principalmente à destinação final adequada dos rejeitos, a universalização da coleta convencional em todo o município, bem como a implantação da coleta seletiva, considerando as metas estabelecidas.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Na segunda posição, encontra-se o serviço de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais, representando 24,4% do valor total, com custos associados principalmente a ações estruturais relacionadas à ampliação dos sistemas de drenagem e redução de áreas de risco no município de Jequié.

Em terceiro lugar está Esgotamento Sanitário, participando de 24,3% dos investimentos, fortemente influenciado pelas medidas estruturais de implantação da estação de tratamento de esgotos na sede municipal e implantação dos sistemas de esgotamento sanitário nos distritos, bem como a operação desses SES.

O serviço de Abastecimento de Água ocupa quarta posição, sendo responsável por 10,9% do total de recursos estimados. Tal fato está associado a bons índices de cobertura de abastecimento de água no município, mas com a necessidade de implantação de melhorias, principalmente nos distritos e nas zonas rurais.

E por último, a gestão dos serviços públicos de saneamento básico foi responsável por 2,9% do total estimado, visto que está associado a muitas ações estruturantes, que possuem custos menos elevados, ou podem ser implementadas diretamente por técnicos do Poder Público Municipal, sem custo adicional.

Vale ressaltar que tais valores têm como objetivo apenas nortear o Município na implementação dos projetos propostos. O mesmo não tem a intenção de realizar orçamentos oficiais quanto às estruturas, equipamentos e demais quesitos a serem adquiridos. Os valores são variáveis e dependerão da viabilidade técnica e econômica da Administração Pública

Acrescenta-se, ainda, que todos os investimentos estimados devem, tanto quanto possível, ser incorporados aos Planos Plurianuais Municipais (PPA), para que se atinja o futuro almejado de universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e se cumpra a função do plano como instrumento norteador da gestão municipal.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 65 - Resumo da estimativa de investimentos em saneamento básico para o município de Jequié/ BA

Item de investimento	Curto	Médio	Longo	Total por item	Percentual por item
	2023-2026	2027-2030	2031-2042		
Gestão dos serviços de saneamento básico	R$ 4.763.934,86	R$ 3.804.251,79	R$ 11.925.705,90	R$ 20.493.892,54	2,9%
Abastecimento de água potável	R$ 15.673.745,97	R$ 18.525.070,94	R$ 43.081.234,14	R$ 77.280.051,05	10,9%
Esgotamento sanitário	R$ 23.375.860,54	R$ 34.595.959,38	R$ 113.851.614,67	R$ 171.823.434,59	24,3%
Drenagem urbana e manejo de águas de pluviais	R$ 22.237.127,94	R$ 29.246.418,41	R$ 121.429.625,92	R$ 172.913.172,27	24,4%
Manejo de resíduos sólidos	R$ 27.032.772,78	R$ 51.271.195,11	R$ 186.932.089,59	R$ 265.236.057,48	37,5%
Total de investimento por horizonte	R$ 93.083.442,08	R$ 137.442.895,62	R$ 477.220.270,22	**R$ 707.746.607,93**	100,0%
Percentual sobre total	13%	19%	67%	100%	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

5.7.1 Gestão dos Serviços de Saneamento Básico

Estruturar a gestão dos serviços no município é ação primária para viabilizar a melhoria dos serviços públicos de saneamento básico, o que reflete na necessidade de investimento em ações estruturantes que garantam o sucesso de outras dimensões da realidade que dão suporte à operacionalização dos serviços.

A capacidade técnica e de infraestrutura do gestor dos serviços é um dos pontos fundamentais para o sucesso de um serviço público, universal e sustentável, ambiental, social e economicamente.

Como se pode perceber (**Quadro 65**), as ações propostas para a gestão são correspondentes a R$ 20.493.892,54, ocupando a quinta posição em relação ao total de investimento, representando 2,9% do total.

O Programa Fortalecimento da Gestão tem como objetivos promover a estruturação do saneamento básico, dotar o município de instrumentos legais para normatizar as formas de ocupação do território, bem como fomentar a coordenação dos diversos setores da administração pública municipal na oferta dos serviços de saneamento básico (**Quadro 66** e **Quadro 67**).

Nesse contexto, o Programa Responsabilização, Participação e Controle Social possui o intuito de promover a participação social, estimular o engajamento do cidadão nas questões acerca do saneamento básico municipal e promover a difusão de informações relacionadas às ações em saneamento básico que forem sendo realizadas (**Quadro 68 e Quadro 69**).

O terceiro e último programa, denominado de Programa Educação Ambiental em Saneamento, tem como finalidade é fomentar à população de Jequié a adoção de práticas sustentáveis, que contribuam para a promoção da qualidade ambiental, prestação eficiente dos serviços de saneamento básico e promoção da saúde (**Quadro 70 a Quadro 72**).

O **Quadro 73** apresenta a programação anual dos investimentos.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 66 – Programação da execução do Projeto Estruturação da Gestão do Saneamento

Componente	**Gestão dos Serviços Públicos de Saneamento Básico**	**Custo Estimado do Componente**	**R$ 20.493.892,54**	**Participação do Componente no Total do PMSB**	**2,9%**
Programa	**Fortalecimento da Gestão**	**Custo Estimado do Programa**	**R$ 15.390.114,81**	**Participação do Programa no Componente**	**75,1%**
Projeto	**Estruturação da Gestão do Saneamento**	**Custo do Projeto**	**R$ 14.004.333,09**	**Participação do Projeto no Programa**	**91,0%**
Responsável pela Execução	**Administração pública local**	**Parceiros**	**Funasa; Agersa; Embasa; SIHS; SEDUR**		

Ações	Meta	Custo Estimado de cada Ação				Possíveis Fontes de Financiamento
		Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	
G1. Instituir e normatizar, na administração pública local, órgão responsável pela gestão dos serviços de saneamento básico;	Ação realizada por funcionário efetivo da prefeitura.	-	-	-	-	
G2. Realizar contratação, via concurso público, da equipe técnica do órgão responsável pelo Saneamento Básico, sendo composta por engenheiro (ambiental e/ou sanitarista), técnico social de nível superior (assistente social, sociólogo ou pedagogo) e técnicos em meio ambiente ou saneamento, técnico administrativo e motorista;	Contínuo (a partir de 2024)	R$2.531.415,76	R$2.531.415,76	R$7.594.247,28	R$12.657.078,79	
G3. Adquirir equipamentos, aparelhos e materiais mínimos para realização das atividades administrativas e de campo do órgão responsável pelo Saneamento Básico e garantir seu funcionamento	Contínuo (a partir de 2024)	R$158.580,00	R$62.400,00	R$187.200,00	R$408.180,00	
G4. Estruturar equipe técnica da Agência Reguladora Regional de Jequié para os Serviços de Saneamento Básico (ARJES) para exercer suas atividades;	2024	-	-	-	-	
G5. Adquirir equipamentos, aparelhos e materiais mínimos para realização das atividades administrativas e de campo da ARJES	2024	R$158.580,00	R$62.400,00	R$187.200,00	R$408.180,00	
G6. Promover o fortalecimento da participação no Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio de Contas (CIMURC);	2024	-	-	-	-	
G7. Realizar estudos sobre política tarifária compatível com o caráter de serviço e a renda da população, como objetivo de garantir a sustentabilidade econômico-financeira na prestação dos serviços, inclusive taxas da prestação dos serviços relacionados ao manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana e cobrança de taxa ou tarifas dos sistemas de água da zona rural;	2026	R$222.828,22	-	-	R$222.828,22	OGU/FGTS (MMA, FUNASA), Recursos Próprios (Prefeitura)
G8. Articular com a Embasa atuação na prestação de serviços de abastecimento de água nos distritos de Florestal, Itaibó, Itajurú, Oriente Novo e Monte Branco em caso de viabilidade;	2024	-	-	-	-	
G9. Definir Ente responsável pelo Controle Social do Saneamento Básico (Instituir Câmara Técnica no Conselho Municipal de Desenvolvimento);	2023	-	-	-	-	
G10. Promover capacitação contínua da equipe técnica da Diretoria de Saneamento Básico e do Conselho Municipal de Desenvolvimento;	Alternada	R$16.162,21	R$16.162,21	R$48.486,62	R$80.811,04	
G11. Promover capacitação contínua dos profissionais do Poder Público Municipal envolvidos na prestação do serviço de abastecimento de água; esgotamento sanitário; drenagem urbana e manejo de águas pluviais, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;	Alternada	R$19.231,01	R$19.231,01	R$57.693,02	R$96.155,04	
G12. Elaborar e instituir um programa municipal voltado à sistematização de dados sobre os serviços de saneamento básico, com vistas à alimentação do sistema de informações de saneamento básico existente e os que venham a ser criados e/ou atualizados	Contínua (a partir de 2023)	R$20.700,00	R$27.600,00	R$82.800,00	R$131.100,00	
G13. Monitorar e avaliar os indicadores do Sistema de Informação em Saneamento Básico conforme as metas estabelecidas no PMSB e no PMGIRS;	Contínua (a partir de 2023)	-	-	-	-	
G14. Firmar parcerias com associação para atuar na prestação de serviços por soluções alternativas de água e esgoto da zona rural, assegurando subsídio;	Contínua (a partir de 2023)	-	-	-	-	
G15. Instituir grupo de trabalho para participação no órgão colegiado da Micro região do saneamento básico da qual o município faz parte, no âmbito da Lei Complementar nº 048/2019;	Contínua (a partir de 2024)					
	Totais	**R$3.127.497,19**	**R$2.719.208,97**	**R$8.157.626,92**	**R$14.004.333,09**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 67 – Programação da execução do Projeto Valorização da Legislação

Componente	**Gestão dos Serviços Públicos de Saneamento Básico**	**Custo Estimado do Componente**	**R$ 20.493.892,54**	**Participação do Componente no Total do PMSB**	**2,9%**
Programa	**Fortalecimento da Gestão**	**Custo Estimado do Programa**	**R$ 15.390.114,81**	**Participação do Programa no Componente**	**75,1%**
Projeto	**Valorização Da Legislação**	**Custo do Projeto**	**R$ 1.385.781,72**	**Participação do Projeto no Programa**	**9,0%**
Responsável pela Execução	**Administração Pública Local; Câmara de Vereadores; Sociedade Civil Organizada**	**Parceiros**	**Secretarias Municipais; SEDUR; SIHS**		

Ações	Meta	Custo Estimado de cada Ação				Possíveis Fontes de Financiamento
		Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	
G16. Elaborar e instituir a Política Municipal de Saneamento Básico com a definição dos procedimentos de atuação do ente de regulação e fiscalização instituído, dos parâmetros para garantia do atendimento essencial a saúde, fixação os direitos e deveres dos usuários, estabelecimento de mecanismos de participação e controle social e forma de articulação dos dados municipais com o SINISA (Sistema Nacional de Informação em Saneamento)		-	-	-	-	Recursos Próprios (Municipal)
G17. Instituir o Fundo Municipal de Saneamento Básico, ao qual poderão ser destinadas, entre outros recursos, parcelas das receitas dos serviços com a finalidade de oferecer subsídio para os usuários em vulnerabilidade social e para investimentos na universalização dos serviços públicos de saneamento básico;		-	-	-	-	
G18. Revisar Código de Meio Ambiente, Código de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo e de Obras e Edificações Municipal de Limpeza Urbana, estabelecendo diretrizes, objetivos, metas, deveres, direitos e sanções acerca dessa temática;		-	-	-	-	
G19. Instituir lei para a aplicação de taxas e tarifas da prestação dos serviços de saneamento básico com o objetivo de garantir a sustentabilidade econômico-financeira;		-	-	-	-	
G20. Formular e instituir lei que conceda descontos no IPTU àqueles moradores que implantarem soluções sustentáveis em seus domicílios, conhecido como IPTU verde;		-	-	-	-	
G21. Revisar o Plano Diretor Municipal e seus respectivos instrumentos, Plano Local de Habitação de Interesse social, incluindo compatibilização com o PMSB e o PMGIRS;	A cada 10 anos	R$ 726.476,89	-	-	R$ 726.476,89	
G22. Revisar o Plano Municipal de Saneamento Básico, em período não superior a 10 (dez) anos, conforme prazo estabelecido pela Lei nº 14.026/2020	A cada 10 anos	-	-	R$ 659.304,83	R$ 659.304,83	
G23. Formular a Política Municipal sobre as Mudanças Climáticas		-	-	-	-	
	Totais	**R$ 726.476,89**	**R$ 0,00**	**R$ 659.304,83**	**R$ 1.385.781,72**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 68 – Programação da execução do Projeto Aprimorar o Controle Social

Componente	**Gestão dos Serviços Públicos de Saneamento Básico**	**Custo Estimado do Componente**	**R$ 20.493.892,54**	**Participação do Componente no Total do PMSB**	**2,9%**
Programa	**Responsabilização, Participação e Controle Social**	**Custo Estimado do Programa**	**R$ 904.591,82**	**Participação do Programa no Componente**	**4,4%**
Projeto	**Aprimorar o Controle Social**	**Custo do Projeto**	**R$ 550.604,72**	**Participação do Projeto no Programa**	**60,9%**
Responsável pela Execução	**Administração pública local, Sociedade Civil Organizada**	**Parceiros**	**Conselhos Municipais, Secretarias Municipais, Prestadores dos serviços de saneamento**		

Ações	Meta	Custo Estimado de cada Ação				Possíveis Fontes de Financiamento
		Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	
G24. Instituir a instância colegiada, no âmbito municipal, de controle e participação social, podendo ser por meio da reestruturação de um conselho existente com a criação de uma câmara técnica específica para Saneamento (Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável ou Conselho Municipal de Meio Ambiente) ou por meio da criação do Conselho Municipal de Saneamento Básico, assegurando a representação prevista na Lei Federal nº 11.445/2007;		-	-	-	-	
G25. Promover capacitação dos conselheiros que atuam no controle social do saneamento básico;	Promover uma capacitação a cada 2 anos	R$ 17.735,14	R$ 17.735,14	R$ 53.205,41	R$ 88.675,68	Recursos Próprios (Municipal)
G26. Formar comissões locais por setor de mobilização, elegendo um membro como representante do conselho, para que ele possa mobilizar a comunidade nas ações;	Contínuo (a partir de 2023)	-	-	-	-	
G27. Promover espaços de reuniões entre lideranças comunitárias, agentes de saúde, representantes da prestadora de serviços e poder público, como canal de diálogo para compartilhamento de informes, problemas e demandas, como também discussão e estratégias da mobilização social;	Contínuo (a partir de 2023)	-	-	-	-	
G28. Promover eventos voltados para a discussão sobre a cidade e as políticas públicas, os direitos sociais e as obrigações do poder público;	7 eventos ao longo dos 20 anos	R$ 15.347,12	R$ 30.694,24	R$ 61.388,48	R$ 107.429,84	
G29. Realizar Conferências de Saneamento Ambiental para explanar os resultados alcançados com a implementação das ações previstas no PMSB e no PMGIRS;	Contínua (a cada dois anos, iniciando em 2024)	R$ 70.899,84	R$ 70.899,84	R$ 212.699,52	R$ 354.499,20	
G30. Estabelecer calendário de reuniões entre os conselhos municipais de políticas públicas para realizar reflexões intersetoriais sobre as questões de desenvolvimento urbano, ambiental e social do município	2023	-	-	-	-	
	Totais	**R$ 103.982,10**	**R$ 119.329,22**	**R$ 327.293,41**	**R$ 550.604,72**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 69 – Programação da execução do Projeto Divulgando ações do Saneamento

Componente	**Gestão dos Serviços Públicos de Saneamento Básico**	**Custo Estimado do Componente**	**R$ 20.493.892,54**	**Participação do Componente no Total do PMSB**	**2,9%**
Programa	**Responsabilização, Participação e Controle Social**	**Custo Estimado do Programa**	**R$ 904.591,82**	**Participação do Programa no Componente**	**4,4%**
Projeto	**Divulgando ações do Saneamento**	**Custo do Projeto**	**R$ 353.987,10**	**Participação do Projeto no Programa**	**39,1%**
Responsável pela Execução	**Assessoria Municipal de Comunicação**	**Parceiros**	**Secretarias Municipais**		

Ações	Meta	Custo Estimado de cada Ação				Possíveis Fontes de Financiamento
		Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	
G31. Divulgar informações (notícias, campanhas, serviços, atividades, cursos e oficinas): relacionadas às ações de saneamento básico e educação ambiental, de forma contínua e coordenada;	Contínua (iniciando em 2024)	R$37.892,70	R$50.523,60	R$151.570,80	R$239.987,10	Recursos Próprios (Municipal)
G32. Fortalecer o serviço de ouvidoria pública municipal com os mecanismos de reclamações e sugestões a serviço da população, por meio de canal 0800 e preenchimento de requerimento por meio do site institucional, entre outros recursos. As reclamações, críticas e sugestões relacionadas ao saneamento básico deverão ser direcionadas ao orgão responsável Saneamento Básico;	Contínua (iniciando em 2024)	R$18.000,00	R$24.000,00	R$72.000,00	R$114.000,00	
G33. Instituir e manter mídias sociais e eletrônicas com *release* sobre saneamento básico e educação ambiental, ao menos uma vez na semana;	Custo incluído na ação 1	-	-	-	-	
	Totais	**R$55.892,70**	**R$74.523,60**	**R$223.570,80**	**R$353.987,10**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 70 – Programação da execução do Projeto Educação Ambiental nas Escolas

Componente	**Gestão dos Serviços Públicos de Saneamento Básico**	**Custo Estimado do Componente**	**R$ 20.493.892,54**	**Participação do Componente no Total do PMSB**	**2,9%**
Programa	**Educação Ambiental em Saneamento**	**Custo Estimado do Programa**	**R$ 4.199.185,91**	**Participação do Programa no Componente**	**20,5%**
Projeto	**Educação Ambiental nas Escolas**	**Custo do Projeto**	**R$ 2.347.910,84**	**Participação do Projeto no Programa**	**55,9%**
Responsável pela Execução	**Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Meio Ambiente**	**Parceiros**	**SEC, SEMA, INEMA, Sociedade Civil Organizada, Universidades e Institutos**		

Ações	Meta	Custo Estimado de cada Ação – Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	Possíveis Fontes de Financiamento
G34. Aderir a projetos de Educação Ambiental no âmbito Federal e Estadual (Salas Verdes, Agenda 21 escolar, Coletivos Educadores e COM-VIDA) ou buscar inspiração para criação de iniciativas a nível das municipal	-	-	-	-	-	
G35. Capacitar, qualificar e treinar (de modo contínuo) os docentes a realizar as atividades pedagógicas para o processo de sensibilização dos alunos quanto a preservação dos recursos naturais e a importância dos saneamento básico;	Contínua (a cada dois anos, iniciando em 2023)	R$ 179.941,93	R$ 179.941,93	R$ 539.825,78	R$ 899.709,64	
G36. Promover a realização de eventos escolares fixando tarefas relacionadas ao saneamento básico, como por exemplo: coleta de determinada quantidade de materiais recicláveis, distribuição de folhetos informativos sobre a implantação da coleta seletiva, distribuição de sacos plásticos para separação domiciliar de resíduos recicláveis, desfiles de roupas confeccionadas com materiais recicláveis, redução do consumo de água, entre outras;	Contínua (a cada dois anos, iniciando em 2024)	R$ 45.220,00	R$ 45.220,00	R$ 135.660,00	R$ 226.100,00	OGU/FNDE (MMA e MEC), FERHIBA (SEMA/INEMA), Recursos Próprios (Municipal), Tarifas (Embasa)
G37. Apoiar as escolas na realização de feiras de ciências abordando o saneamento básico e o meio ambiente, com o inter-relacionados;	Contínua (a cada dois anos, iniciando em 2025)	R$ 12.030,00	R$ 24.060,00	R$ 72.180,00	R$ 108.270,00	
G38. Estimular as escolas a promover e atividades extracurriculares incluindo visitas às instituições públicas responsáveis pela implementação das políticas públicas, incluindo momentos de diálogos com seus representantes, visitas técnicas às infraestruturas de saneamento básico;	Contínua (a cada dois anos, iniciando em 2024)	R$ 196.926,24	R$ 196.926,24	R$ 590.778,72	R$ 984.631,20	
G39. Realizar concursos anuais com premiação que estimulem os estudantes a colocarem em prática ações relacionadas à cidadania, ao meio ambiente, ao saneamento básico;	Contínua (iniciando em 2024)	R$ 20.400,00	R$ 27.200,00	R$ 81.600,00	R$ 129.200,00	
	Totais	**R$ 454.518,17**	**R$ 473.348,17**	**R$ 1.420.044,50**	**R$ 2.347.910,84**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 71 – Programação da execução do Projeto Educação Ambiental para Promoção do Saneamento na zona urbana

Componente	**Gestão dos Serviços Públicos de Saneamento Básico**	**Custo Estimado do Componente**	**R$ 20.493.892,54**	**Participação do Componente no Total do PMSB**	**2,9%**
Programa	**Educação Ambiental em Saneamento**	**Custo Estimado do Programa**	**R$ 4.199.185,91**	**Participação do Programa no Componente**	**20,5%**
Projeto	**Educação Ambiental para Promoção do Saneamento na zona urbana**	**Custo do Projeto**	**R$ 1.094.650,74**	**Participação do Projeto no Programa**	**26,1%**
Responsável pela Execução	**Administração Pública Local**	**Parceiros**	**SBC, SEMA, INEMA, Prestadores dos serviços de saneamento, Sociedade Civil Organizada, Universidades e Institutos**		

Ações	Meta	Custo Estimado de cada Ação				Possíveis Fontes de Financiamento
		Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	
G40. Realizar campanhas educativas com objetivo de estimular a redução do consumo de água, inibição à prática de fraudes no sistema de abastecimento, controle do desperdício e práticas de reuso, manutenção e higienização adequada de reservatórios domiciliares;	Contínua (a cada três anos, iniciando em 2024)	R$19.799,14	R$39.598,28	R$79.196,56	R$138.593,98	OGU/FNDE (MMA e MEC), FERHIBA (SEMA/INEMA), Recursos Próprios (Municipal), Tarifas (Embasa)
G41. Realizar campanhas educativas sobre a ocupação de áreas de risco, abordando legislações relacionadas.	Contínua (a cada três anos, iniciando em 2024)	R$19.799,14	R$39.598,28	R$79.196,56	R$138.593,98	
G42. Realizar campanhas educativas sobre doenças que estão associadas à contaminação da água, à falta de coleta e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos, assim como as derivadas da drenagem inadequada das águas das chuvas, discutindo formas de transmissão e prevenção.	Contínua (a cada três anos, iniciando em 2024)	R$19.799,14	R$39.598,28	R$79.196,56	R$138.593,98	
G43. Realizar campanhas de sensibilização da população sobre a cobrança de tarifa dos serviços de saneamento básico, destacando sua legalidade e sua importância na garantia da qualidade e segurança do serviço;	6 eventos ao longo dos 20 anos	R$20.028,20	R$40.056,40	-	R$60.084,60	
G44. Realizar campanhas educativas e oficinas com o intuito de sensibilizar a população na redução dos resíduos gerados, reutilização e reaproveitamento de materiais das diversas formas e realização da compostagem caseira;	Contínua (a cada três anos, iniciando em 2025)	R$23.934,14	R$23.934,14	R$95.736,56	R$143.604,84	
G45. Realizar campanhas educativas que estimulem a adesão à coleta seletiva, orientando sobre a correta separação entre seco e úmido, os dias e horários de coleta;	Contínua (a cada três anos, iniciando em 2025)	R$19.799,14	R$19.799,14	R$79.196,56	R$118.794,84	
G46. Realizar campanhas educativas sobre a preservação de mananciais superficiais e subterrâneos, enfatizando os benefícios de matas ciliares, não poluição das águas e a importância do consumo consciente;	Contínua (a cada três anos, iniciando em 2026)	R$19.799,14	R$19.799,14	R$79.196,56	R$118.794,84	
G47. Realizar campanhas para sensibilização da população sobre o problema das ligações indevidas entre os sistemas de drenagem e esgotamento, incluindo a informação sobre a obrigatoriedade de promover a ligação à rede pública;	Contínua (a cada três anos, iniciando em 2026)	R$19.799,14	R$19.799,14	R$79.196,56	R$118.794,84	
G48. Realizar campanhas educativas com o objetivo de informar a população dos riscos do lançamento de resíduos sólidos nas vias e sua relação com o sistema de drenagem; estão associadas à contaminação da água, à falta de coleta e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos, assim como as derivadas da drenagem inadequada das águas das chuvas, discutindo formas de transmissão e prevenção.	Contínua (a cada três anos, iniciando em 2026)	R$19.799,14	R$19.799,14	R$79.196,56	R$118.794,84	
	Totais	**R$ 182.556,32**	**R$ 261.981,94**	**R$ 650.112,48**	**R$ 1.094.650,74**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié
quinta-feira, 29 de junho de 2023 | Ano IX - Edição nº 01780 | Caderno 1
Diário Oficial do Município 565

Quadro 72 – Programação da execução do Projeto Educação Ambiental para Promoção do Saneamento na zona rural

Componente	**Gestão dos Serviços Públicos de Saneamento Básico**	**Custo Estimado do Componente**	**R$ 20.493.892,54**	**Participação do Componente no Total do PMSB**	**2,9%**
Programa	**Educação Ambiental em Saneamento**	**Custo Estimado do Programa**	**R$ 4.199.185,91**	**Participação do Programa no Componente**	**20,5%**
Projeto	**Educação Ambiental para Promoção do Saneamento na zona rural**	**Custo do Projeto**	**R$ 756.624,33**	**Participação do Projeto no Programa**	**18,0%**
Responsável pela Execução	**Administração Pública Local**	**Parceiros**	**SEC, SEMA, INEMA, SENAR, CERB, Prestadores dos serviços de saneamento, Sociedade Civil Organizada, Universidades e Institutos**		

Ações	Meta	Custo Estimado de cada Ação				Possíveis Fontes de Financiamento
		Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	
G49. Realizar campanhas educativas sobre doenças que estão associadas à contaminação da água, à falta de coleta e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos, assim como as derivadas da drenagem inadequada das águas das chuvas, discutindo formas de transmissão e prevenção;	Contínua (a cada três anos, iniciando em 2024)	R$7.141,40	R$14.282,80	R$28.565,60	R$49.989,80	OGU/FNDE (MMA e MEC), FERHIBA (SEMA/INEMA), Recursos Próprios (Municipal), Tarifas (Embasa)
G50. Promover campanhas educativas quanto ao consumo eficiente da água, buscando reduzir o desperdício e práticas adequadas de manuseio e higienização de reservatórios domiciliares;	Contínua (a cada três anos, iniciando em 2024)	R$7.141,40	R$14.282,80	R$28.565,60	R$49.989,80	
G51. Promover a capacitação dos membros das comunidades rurais para a coleta seletiva de resíduos sólidos, e posterior reutilização, reaproveitamento e compostagem dos resíduos orgânicos;	Contínua (a cada três anos, iniciando em 2025)	R$70.909,57	R$70.909,57	R$283.638,27	R$425.457,41	
G52. Promover oficinas educativas com foco no fortalecimento da relação da comunidade com o meio ambiente, a fim de despertar o juízo de responsabilização e participação quanto à preservação do meio ambiente, inclusive mananciais superficiais e subterrâneos, enfatizando os benefícios de matas ciliares e não poluição das águas;	Contínua (a cada três anos, iniciando em 2026)	R$13.909,56	R$13.909,56	R$55.638,24	R$83.457,36	
G53. Realizar oficina educativa sobre a prática de reuso de água nos domicílios, visando diminuir a geração de esgotos;	Contínua (a cada três anos, iniciando em 2026)	R$13.909,56	R$13.909,56	R$55.638,24	R$83.457,36	
G54. Realizar campanhas de sensibilização da população sobre a composição da tarifa dos serviços de saneamento básico, destacando sua legalidade e sua importância na garantia da qualidade e segurança do serviço;	9 eventos ao longo dos 20 anos	-	R$28.565,60	R$35.707,00	R$64.272,60	
	Totais	**R$113.011,49**	**R$155.859,89**	**R$487.752,95**	**R$756.624,33**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 73 – Plano de Investimentos da Gestão dos Serviços de Saneamento Básico

Programa	Projeto	Ação	Curto				Médio				Longo											
			2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042
Fortalecimento da Gestão		G1																				
		G2	R$632.854	R$632.854	R$632.854	R$632.854	R$632.854	R$632.854	R$632.854	R$632.854	R$632.854	R$632.854	R$632.854	R$632.854	R$632.854	R$632.854	R$632.854	R$632.854	R$632.854	R$632.854	R$632.854	R$632.854
		G3	R$111.780	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600
		G4																				
		G5	R$111.780	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600	R$15.600
		G6																				
		G7				R$222.828																
		G8																				
		G9																				
	Estruturando a Gestão	G10		R$8.081		R$8.081		R$8.081		R$8.081		R$8.081		R$8.081		R$8.081		R$8.081		R$8.081		R$8.081
		G11		R$9.616		R$9.616		R$9.616		R$9.616		R$9.616		R$9.616		R$9.616		R$9.616		R$9.616		R$9.616
		G12		R$6.900	R$6.900	R$6.900	R$6.900	R$6.900	R$6.900	R$6.900	R$6.900	R$6.900	R$6.900	R$6.900	R$6.900	R$6.900	R$6.900	R$6.900	R$6.900	R$6.900	R$6.900	R$6.900
		G13																				
		G14																				
		G15																				
		G16																				
	Valorizando a	G17																				
		G18																				
		G19																				
		G20																				
		G21			R$298.636	R$427.841																
		G22										R$659.305										
		G23																				
		G24																				
Responsabilização,		G25	R$8.868		R$8.868		R$8.868		R$8.868		R$8.868		R$8.868		R$8.868		R$8.868		R$8.868		R$8.868	
		G26																				
		G27																				
	Aprimorando o	G28			R$15.347		R$15.347		R$15.347		R$15.347		R$15.347				R$15.347				R$15.347	
		G29		R$35.450		R$35.450		R$35.450		R$35.450		R$35.450		R$35.450		R$35.450		R$35.450		R$35.450		R$35.450
		G30																				
	Divu	G31		R$12.631	R$12.631	R$12.631	R$12.631	R$12.631	R$12.631	R$12.631	R$12.631	R$12.631	R$12.631	R$12.631	R$12.631	R$12.631	R$12.631	R$12.631	R$12.631	R$12.631	R$12.631	R$12.631
		G32		R$6.000	R$6.000	R$6.000	R$6.000	R$6.000	R$6.000	R$6.000	R$6.000	R$6.000	R$6.000	R$6.000	R$6.000	R$6.000	R$6.000	R$6.000	R$6.000	R$6.000	R$6.000	R$6.000
		G33																				
Educação Ambiental em Saneamento		G34																				
	Educação	G35	R$89.971		R$89.971		R$89.971		R$89.971		R$89.971		R$89.971		R$89.971		R$89.971		R$89.971			R$89.971
		G36		R$22.610		R$22.610		R$22.610		R$22.610		R$22.610		R$22.610		R$22.610		R$22.610		R$22.610		R$22.610
		G37			R$12.030		R$12.030		R$12.030		R$12.030		R$12.030		R$12.030		R$12.030		R$12.030		R$12.030	
		G38		R$98.463		R$98.463		R$98.463		R$98.463		R$98.463		R$98.463		R$98.463		R$98.463		R$98.463		R$98.463
		G39		R$6.800	R$6.800	R$6.800	R$6.800	R$6.800	R$6.800	R$6.800	R$6.800	R$6.800	R$6.800	R$6.800	R$6.800	R$6.800	R$6.800	R$6.800	R$6.800	R$6.800	R$6.800	R$6.800
	Educação Ambiental	G40		R$19.799				R$19.799		R$19.799				R$19.799		R$19.799				R$19.799		R$19.799
		G41		R$19.799				R$19.799		R$19.799				R$19.799		R$19.799				R$19.799		R$19.799
		G42		R$19.799				R$19.799		R$19.799				R$19.799		R$19.799				R$19.799		R$19.799
		G43			R$10.014	R$10.014	R$10.014	R$10.014	R$10.014	R$10.014												
		G44			R$23.934			R$23.934			R$23.934			R$23.934			R$23.934			R$23.934		
		G45			R$19.799			R$19.799			R$19.799			R$19.799			R$19.799			R$19.799		
		G46				R$19.799			R$19.799			R$19.799			R$19.799			R$19.799			R$19.799	
		G47				R$19.799			R$19.799			R$19.799			R$19.799			R$19.799			R$19.799	
		G48				R$19.799			R$19.799			R$19.799			R$19.799			R$19.799			R$19.799	
	Educação	G49		R$7.141			R$7.141			R$7.141			R$7.141			R$7.141			R$7.141			R$7.141
		G50		R$7.141			R$7.141			R$7.141			R$7.141			R$7.141			R$7.141			R$7.141
		G51			R$70.910			R$70.910			R$70.910			R$70.910			R$70.910			R$70.910		
		G52				R$13.910			R$13.910			R$13.910			R$13.910			R$13.910			R$13.910	
		G53				R$13.910			R$13.910			R$13.910			R$13.910			R$13.910			R$13.910	
		G54					R$7.141	R$7.141	R$7.141	R$7.141	R$7.141	R$7.141			R$7.141			R$7.141			R$7.141	
			R$955.252	R$944.285	R$1.245.893	R$1.618.505	R$913.436	R$1.002.403	R$926.973	R$961.440	R$944.385	R$1.624.267	R$896.281	R$985.247	R$901.611	R$944.285	R$937.243	R$964.962	R$880.934	R$985.247	R$826.987	R$1.034.256
Total de investimentos necessários			R$4.763.935				R$3.804.252				R$11.925.706											
			R$20.493.892,54																			

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

5.7.2 Abastecimento de Água Potável

O componente de abastecimento de água potável pode ser entendido com um dos mais importantes para todo o saneamento básico. Sua estruturação, seja para manutenção de bons indicadores, seja para melhoria destes.

Como se pode perceber (**Quadro 65**), as ações propostas para o abastecimento de água são correspondentes a R$ 77.280.051,05 Destaca-se que o município de Jequié possui elevada cobertura por abastecimento de água, dessa forma, os investimentos dessa componente, ocupam a quarta posição em relação ao total de investimento, representando 10,09%.

O Programa Preservação, Proteção e Conservação dos Mananciais tem como objetivos promover a reversibilidade da degradação ambiental, assegurar a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos ofertados, assim como o engajamento dos setores público, privado e sociedade de forma geral (**Quadro 74**).

Nesse cenário, o Programa Água para Todos possui o intuito de atingir a universalização do acesso à água para todos os moradores do município de Jequié **(Quadro 75 a Quadro 76).** Aliado à universalização do abastecimento, surge o programa Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Água (**Quadro 78**), com o objetivo de garantir o abastecimento com segurança, qualidade, regularidade e continuidade adequadas, conforme prevê a Lei Nacional nº 11.445/2007. O **Quadro 79** apresenta a programação anual dos investimentos.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro74–ProgramaçãodaexecuçãodoProjetoCuidandodosMananciais

Componente	**ServiçoPúblicodeAbastecimentodeÁguaPotável**	**CustoEstimadodo Componente**	**R$77.280.051,05**	**ParticipaçãodoComponentenoTotaldoPMSB**		**10,9%**
Programa:	**CuidandodosMananciais**	**CustoEstimadodo**	**R$6.611.165,83**	**ParticipaçãodoProgramanoComponente**		**8,6%**
Projeto	**RioVivo**	**CustoEstimadodoProjeto**	**R$6.611.165,83**	**ParticipaçãodoProjetonoPrograma**		**100,0%**
Responsável pelaExecução	**AdministraçãoMunicipal,EMBASA**	**Parceiros**	**INEMA,SEMA,SEAGRI,SENAR,SIHS,MMA**			

Ações	Meta	CustoEstimadodecadaAção Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	PossíveisFontes deFinanciamento
A1. Intensificara fiscalizaçãodasatividadesdesenvolvidasnoentornodosrios do município,incluindoaparceriacomosórgãosresponsáveispela fiscalização;	Contínuo(apartirde2024)	R$119.501,81	R$156.886,08	R$470.658,24	R$747.046,13	
A2. Elaborarcadastrogeorreferenciadoelencandotodasasnascentesexistentesno município,incluindodiagnósticodecadaumadelas;	2025	R$251.550,78	R$0,00	R$0,00	R$251.550,78	
A3. Elaborarprojetoderecomposição/recuperação/conservaçãodamataciliardas áreasdenascentesemananciaisnomunicípio,incluindoaçõesdeproteção por meiodaimplantaçãodecercas;	2025	R$30.941,52	R$0,00	R$0,00	R$30.941,52	
A4. Executarprojetoderecomposição/recuperação/conservaçãodamataciliardas áreasdenascentesemananciaisnomunicípio,incluindoademarcaçãodaárea comimplantaçãodecercasparaproteçãoemonitoramento;	Até2030	R$123.766,08	R$495.064,32	R$0,00	R$618.830,40	
A5. Elaborare implantarsistemadeinformaçãodelocalizaçõesdasnascentesdos mananciaisporcoordenadasgeográficas,realizandoademarcaçãodaáreacom implantaçãodecercaparaproteçãoemonitoramento;	Mapearecercarasnascentes atéoano2030	R$69.484,00	R$680.100,00	R$0,00	R$749.584,00	
A6. Elaborarprojetoderecomposição/recuperação/conservaçãodamataciliardos reservatóriosdosistemadeabastecimentodeágua		R$0,00	R$0,00	R$0,00	-	Tarifas(Embasa), OGU/FGTS(MMA/ ANA),FERHIBAe FERFA (SEMA/INEMA)
A7. Executarprojetoderecomposição/recuperação/conservaçãodamataciliardos reservatóriosdosistemadeabastecimentodeágua		R$0,00	R$0,00	R$0,00	-	
A8. Implementar programade limpeza e desassoreamento dos reservatórios de captaçãodosistemadeabastecimentodeágua		R$0,00	R$0,00	R$0,00	-	
A9. Promoverincentivotécnicoefinanceirodeaçõesquevisemaproteçãohídrica e de iniciativas sustentáveis, a exemplo do Programa Produtor da Água, desenvolvidopelaAgênciaNacionaldeÁguas–ANA;	Contínuo(apartirde2027)	R$0,00	R$976.794,00	R$2.930.382,00	R$3.907.176,00	
A10. Promover cursos de capacitação para os agricultores sobre preservação e proteçãodosmananciaiseparaestimularautilizaçãodefertilizantesnaturaise ousoeficientedosmesmos;	Realizarciclosde capacitaçõesemanos alternadosapartirdoano3	R$34.004,11	R$68.008,22	R$204.024,66	R$306.037,00	
A11. Fiscalizar e punir atividades ilegais (ex. mineração, desmatamento, agropecuáriaetc)quecomprometamasnascentes,riosebarragenserecuperar avegetaçãonativadoentorno;		R$0,00	R$0,00	R$0,00	-	
A12. Promover parcerias comos prestadores dos serviços de saneamento básico paraaçõesdepreservaçãoeproteçãodosmananciais.	Contínuo(apartirdoano1)	R$0,00	R$0,00	R$0,00	-	
A13. Garantir o monitoramento da qualidade da água dos mananciais de abastecimento,deacordocomasResoluçõesConamaNº357e430;		R$0,00	R$0,00	R$0,00	-	
	Totais	**R$629.248,30**	**R$2.376.852,62**	**R$3.605.064,90**	**R$6.611.165,83**	

Fonte:SaneandoProjetosdeEngenhariaeConsultoria,2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 75 - Programação da execução do Projeto Melhoria do sistema de abastecimento de água operado pela Embasa

Componente	Serviço Público de Abastecimento de Água Potável	Custo Estimado do Componente	R$77.280.051,05	Participação do Componente no Total do PMSB	10,9%
Programa	Água Potável para Todos	Custo Estimado do Programa	R$45.261.738,07	Participação do Programa no Componente	58,6%
Projeto	Melhoria do sistema de abastecimento de água operado pela Embasa	Custo Estimado do Projeto	R$39.537.921,78	Participação do Projeto no Programa	87,4%
Responsável pela Execução	Administração Municipal/EMBASA	Parceiros:	INEMA, SEMA, SEAGRI, SENAR, SIHS, MMA		

Ações	Meta	Custo Estimado de cada Ação				Possíveis Fontes de Financiamento
		Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2034)	Total	
A14. Realizar melhorias nas infraestruturas das estruturas do sistema de abastecimento de água operado pela Embasa;	Atender 100% da população urbana até 2033, e 90% da população rural com rede geral de água	R$417.397,38	R$417.397,38	R$1.252.192,14	R$2.086.986,90	
A15. Executar ligações de água e extensão de rede de distribuição.		R$1.121.358,33	R$1.250.700,00	R$3.909.100,00	R$6.281.158,33	
A16. Investigar a existência e executar a retirada de redes de abastecimento de água sobimóveis operadas pela Embasa;	Até 2025	R$593.378,56	R$0,00	R$0,00	R$593.378,56	
A17. Ampliar gradualmente o sistema de distribuição de água operado pela Embasa;	Atingir 99% de atendimento urbano e 90% de atendimento rural até 2033	R$2.714.142,48	R$3.212.694,93	R$3.632.866,43	R$9.559.703,84	
A18. Promover a manutenção e limpeza regular na captação, EEAB, bem como nas instalações e equipamentos das ETA e rede de distribuição;		R$2.410.172,92	R$2.410.172,92	R$7.230.518,76	R$12.050.864,60	Tarifas (Embasa), OGU/FGTS (MMA/ANA), FERHIBA e FERFA (SEMA/INEMA)
A19. Adquirir equipamentos para manutenção operacional;	Contínua	R$469.287,44	R$469.287,44	R$1.407.862,32	R$2.346.437,20	
A20. Intensificar a segurança e fiscalização das instalações com o objetivo de evitar o acesso de animais e de pessoas não autorizadas;	Contínuo (a partir de 2025)	R$758.378,37	R$1.412.956,74	R$4.238.870,23	R$6.410.205,34	
A21. Estimular a implantação de reservatórios domiciliares (caixas d'água) por meio de campanhas visando reduzir os transtornos causados durante as interrupções no fornecimento de água, e subsidiar a implantação para famílias em situação de extrema pobreza;	Entre 2027-2033	R$0,00	R$119.535,43	R$89.651,57	R$209.187,00	
A22. Intensificar a divulgação sobre paralisações no sistema.	Contínuo	R$0,00	R$0,00	R$0,00	-	
	Total	**R$ 8.484.115,48**	**R$ 9.292.744,84**	**R$ 21.761.061,45**	**R$ 39.537.921,78**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié
quinta-feira, 29 de junho de 2023 | Ano IX - Edição nº 01780 | Caderno 1
Diário Oficial do Município 570

Quadro 76 – Programação da execução do Projeto Melhoria do Abastecimento de Água na Sede Distrital e na Área rural para Abastecimento de Água

Componente	**Serviço Público de Abastecimento de Água Potável**	**Custo Estimado do Componente**	**R$77.280.051,05**	**Participação do Componente no Total do PMSB**	**10,9%**
Programa:	**Água Potável para Todos**	**Custo Estimado do Programa**	**R$45.261.738,07**	**Participação do Programa no Componente**	**58,6%**
Projeto	**Melhoria do Abastecimento de Água na Sede Distrital e na Área rural**	**Custo Estimado do Projeto**	**R$5.723.836,29**	**Participação do Projeto no Programa**	**12,6%**
Responsável pela Execução	**EMBASA e Prefeitura**	**Parceiros**	**MDR, FUNASA, CERB, SIHS, INEMA, SEMA**		

Ações	Meta	Custo Estimado de cada Ação – Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	Possíveis Fontes de Financiamento
A23. Elaborar projeto de requalificação de todos os Sistemas simplificados existentes, afim de identificar quais infraestrutura são passiveis de reaproveitamento e quais precisarão ser substituídas;	2024	R$32.788,80	R$0,00	R$0,00	R$32.788,80	
A24. Requalificar os sistemas simplificados de abastecimento de água existentes nas sedes distritais e nas localidades rurais, incluindo medidas de natureza hidráulica (troca de tubulações, conexões, peças, dispositivos de tratamento, etc.), elétrica, civis (revestimento, pintura, etc.) e de segurança (cercamento, sinalização, etc.);	2024-2025	R$1.210.052,80	R$0,00	R$0,00	R$1.210.052,80	
A25. Ampliar sistemas alternativos coletivos e individuais de abastecimento de água utilizando poços de captação de água subterrânea;	Atender 1% da população urbana e 10% da população rural até o ano 12	R$59.580,93	R$79.441,25	R$59.580,93	R$198.603,11	
A26. Ampliar a construção de soluções alternativas de abastecimento de água como reservatórios de captação de água de chuva para atendimento de famílias dispersas;	Atender 1% da população urbana e 10% da população rural até o ano 12	R$745.945,92	R$994.594,56	R$745.945,92	R$2.486.486,39	
A27. Implantar dispositivos de quantificação (macro e micro medidores) nos sistemas simplificados das localidades rurais;	Contínuo a partir de 2024	R$204.982,86	R$273.310,48	R$819.931,44	R$1.298.224,78	OGU/FGTS (FUNASA/MDR), Tarifas (EMBASA), FUNCEP (SIHS), FESBA (CERB)
A28. Implantar melhorias no sistema de abastecimento de água nas sedes distritais e zona rural, incluindo o tratamento da água;	Contínuo a partir de 2024	R$86.557,02	R$115.409,36	R$86.557,02	R$288.523,40	
A29. Ampliação de reservatórios de distribuição de água nos distritos e zona rural;	Contínuo a partir de 2024	R$62.756,10	R$83.674,80	R$62.756,10	R$209.187,00	
A30. Elaborar e implantar ciclo de capacitação e sensibilização dos usuários à operação, manuseio e utilização de soluções alternativas, instruindo quanto ao consumo direto da água captada com implantação de soluções alternativas disponibilização de suporte técnico e material informativo.	Realizar capacitações durante a	R$0,00	R$0,00	R$0,00	-	
	Totais	**R$ 2.402.664,43**	**R$ 1.546.430,44**	**R$ 1.774.771,41**	**R$ 5.723.866,29**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié
quinta-feira, 29 de junho de 2023 | Ano IX - Edição nº 01780 | Caderno 1
Diário Oficial do Município 571

Quadro 77 - Programação da execução do Projeto Melhoria do Monitoramento da Qualidade da Água

Componente	**Serviço Público de Abastecimento de Água Potável**	**Custo Estimado do Componente**	**R$77.280.051,05**	**Participação do Componente no Total do PMSB**	**10,9%**
Programa:	**Qualidade dos serviços de abastecimento de água**	**Custo Estimado do Programa**	**R$25.407.097,15**	**Participação do Programa no Componente**	**32,9%**
Projeto	**Melhoria do Monitoramento da Qualidade da Água**	**Custo Estimado do Projeto**	**R$6.784.398,30**	**Participação do Projeto no Programa**	**26,7%**
Responsável pela Execução	**EMBASA e Prefeitura (Vigilância Sanitária)**	**Parceiros**	**SESAB/, DIVISA**		

Ações	Meta	Custo Estimado de cada Ação			Total	Possíveis Fontes de Financiamento
		Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)		
A31. Elaborar cadastro georreferenciado de todas as soluções de abastecimento de água existentes (individuais e coletivas) identificando vazão, população abastecida, prazo de funcionamento, ação de desativação, qualidade da água, entre outras medidas;	Até 2026	R$83.956,65	R$0,00	R$0,00	R$83.956,65	
A32. Concluir obra de setorização física do SAA, delimitando 23 setores	2024	R$314.000,00	R$0,00	R$0,00	R$314.000,00	
A33. Garantir rotina de controle e vigilância da qualidade da água respeitando o número mínimo de amostras por ponto de amostragem, frequência de amostragem e padrões de potabilidade conforme preconizado pela Portaria de Potabilidade vigente;	Contínuo	R$1.141.322,61	R$1.184.271,20	R$3.826.972,11	R$6.152.565,91	
A34. Implantar rotina de monitoramento regular da qualidade da água de soluções alternativas;	Contínuo a partir de 2024	R$39.023,63	R$42.554,94	R$75.638,59	R$157.217,16	Tarifas (EMBASA), OGU/FGTS (MMA/ANA), FERHIBAe FERFA (SEMA/INEMA)
A35. Publicar periodicamente os resultados das análises de potabilidade da água consumida;	Contínuo	R$0,00	R$0,00	R$0,00	-	
A36. Garantir a contratação de profissionais via concurso público, a fim de reduzir a rotatividade que tem se colocado como uma das dificuldades enfrentadas pelo setor	Contínuo	R$0,00	R$0,00	R$0,00	-	
A37. Adquirir materiais e equipamentos necessários para a realização da coleta de amostras de água para a análise dos sistemas cadastrados e de soluções individualizadas	Contínuo	R$0,00	R$0,00	R$0,00	-	
A38. Assegurar quantidade suficiente de hipoclorito de sódio a ser distribuído às famílias abastecidas a partir de soluções alternativas.	Contínuo	R$23.842,16	R$19.016,26	R$33.800,15	R$76.658,58	
	Totais	**R$1.204.188,39**	**R$1.245.842,40**	**R$3.936.410,86**	**R$6.784.398,30**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié
quinta-feira, 29 de junho de 2023 | Ano IX - Edição nº 01780 | Caderno 1
Diário Oficial do Município 572

Quadro 78 - Programação da execução do Projeto Eficiência no Abastecimento de Água

Componente	Serviço Público de Abastecimento de Água Potável	Custo Estimado do Componente	R$77.280.051,05	Participação do Componente no Total do PMSB	10,9%
Programa	Qualidade dos serviços de abastecimento de água	Custo Estimado do Programa	R$25.407.097,15	Participação do Programa no Componente	32,9%
Projeto	Eficiência no Abastecimento de água	Custo Estimado do Projeto	R$18.622.698,85	Participação do Projeto no Programa	73,3%
Responsável pela Execução	EMBASA, Prefeitura	Parceiros	FUNASA, MDR, MI, SIHS, CERB, SEDUR/CAR		

Ações	Meta	Custo Estimado de cada Ação				Possíveis Fontes de Financiamento
		Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	
A39. Reduzir a idade média do parque de micromedição para 8 anos;	A cada 5 anos	R$315.966,67	R$315.966,67	R$947.900,00	R$1.579.833,33	OGU/FGTS (FUNASA/MDR, MI), Tarifas (SAAE/EMBASA FUNCEP(SIHS) FESBA(CERB)
A40. Implantar hidrômetros em ligações ativas que não são micromedidas e substituir hidrômetros obsoletos	Contínuo	R$38.666,67	R$38.666,67	R$116.000,00	R$193.333,33	
A41. Executar serviços estruturantes para melhorias operacionais e combate às perdas físicas do Sistema de Abastecimento de Água de Jequié nos bairros Jequiezinho, Algarobas, Pompílio Sampaio, Curral Novo e Jardim Tropical;	Contínua	R$217.122,66	R$0,00	R$0,00	R$217.122,66	
A42. Monitorar com regularidade o índice de perdas por zonas de abastecimento;	Contínuo	R$0,00	R$0,00	R$0,00	-	
A43. Elaborar e implementar plano de inspeções da rede de abastecimento de água, de modo a promover o controle de vazamentos e de ligações clandestinas e inativas;	Contínuo a partir de 2025	R$1.696.912,40	R$3.393.824,79	R$10.181.474,37	R$15.272.211,56	
A44. Estimular e orientar a população a identificar possíveis vazamentos e entrar em contato com o prestador por meio de canais de comunicação disponibilizados, a fim de que possa ser realizada a manutenção rápida;	Contínuo	R$24.686,08	R$24.686,08	R$74.058,24	R$123.430,40	
A45. Realizar melhorias na estrutura de abastecimento com instalação de válvulas ventosas, substituição de redes de cimento amianto e ramais de 20 mm, 25 mm e 1".;	Contínuo	R$65.000,00	R$86.666,67	R$86.666,67	R$238.333,33	
A46. Monitorar a pressão na rede de distribuição, e instalar dispositivos de controle de pressão;	Contínuo	R$191.046,72	R$191.046,72	R$573.140,16	R$955.233,60	
A47. Promover campanha de negociação de dívidas com usuários inadimplentes por meio de divulgação nas mídias locais.	Realizar campanhas a cada 3 anos, totalizando 7 campanhas	R$6.171,52	R$12.343,04	R$24.686,08	R$43.200,64	
	Totais	**R$ 2.555.572,70**	**R$ 4.063.200,63**	**R$ 12.003.925,52**	**R$ 18.622.698,85**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié
quinta-feira, 29 de junho de 2023 | Ano IX - Edição nº 01780 | Caderno 1
Diário Oficial do Município 573

Prefeitura Municipal de Jequié

5.7.3 Esgotamento Sanitário

Os investimentos estimados para o esgotamento sanitário em Jequié se mostraram expressivos dada a conjuntura atual de carência na prestação desse serviço.

Como se pode perceber (**Quadro 65**), as ações propostas para o esgotamento sanitário são correspondentes a R$ 171.823.434,59 ocupando a terceira posição em relação ao total de investimento, representando 24,3% do total.

O Programa Esgotamento Sanitário para Todos tem como objetivo o de promover o manejo sustentável do esgoto, como prevê o Objetivo 6 – Água Potável e Saneamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (**Quadro 80** e **Quadro 82**). Os investimentos ano a ano para a componente são apresentados no **Quadro 83**.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 80 – Programação da execução do Projeto Melhoria do Serviço de Esgotamento Sanitário da Sede Municipal

Componente	**Serviço Público de Esgotamento Sanitário**	**Custo Estimado do Componente**	**R$ 171.823.434,59**	**Participação do componente no total do PMSB**	**24,3%**
Programa	**Esgotamento Sanitário para Todos**	**Custo Estimado do Programa**	**R$ 171.823.434,59**	**Participação do Programa no Componente**	**100,0%**
Projeto	**Melhoria do Serviço de Esgotamento Sanitário da Sede Municipal**	**Custo Estimado do Projeto**	**R$ 127.411.424,08**	**Participação do Projeto no Programa**	**74,2%**
Responsável pela Execução	**EMBASA e Prefeitura**	**Parceiros**	**FUNASA, SIHS, CERB, INEMA, SDR/CAR**		

Ações	Meta	Custo Estimado de cada Ação				Possíveis Fontes de Financiamento
		Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	
E1. Ampliar gradualmente a rede coletora de esgotos do sistema da sede municipal, acompanhando o crescimento populacional;	Alcançar 90% de cobertura por esgotamento na sede municipal em 2033	R$7.817.866,67	R$7.817.866,67	R$23.453.600,00	R$39.089.333,33	Tarifas (Embasa), OGU/FGTS (Funasa, MMA/ANA), FUNCEP(SIHS), BID(SDR/CAR) FESBA(CERB), Recursos Próprios (Município)
E2. Elaborar projeto e executar obra de ampliação da ETE		R$0,00	R$0,00	R$20.000.000,00	R$20.000.000,00	
E3. Garantir a operação do sistema de esgotamento sanitário da sede municipal;	Contínua	R$6.412.782,53	R$6.719.154,77	R$22.149.341,14	R$35.281.278,43	
E4. Elaborar projeto e implantar sistema de reuso de efluente tratado na ETE existente e ETE previstas;	Até 2034	R$0,00	R$0,00	R$2.356.816,30	R$2.356.816,30	
E5. Realizar o armazenamento, o tratamento e a disposição final adequada do lodo proveniente das ETE do município, com prioridade para técnicas que possibilitem a reutilização agrícola desse material em serviços de paisagismos, recuperação de áreas degradadas, cultivos agrícolas e outros usos, respeitando os padrões e critérios da legislação ambiental sobre biossólidos;	Contínua	R$1.070.532,49	R$1.105.185,88	R$3.523.442,87	R$5.699.161,24	
E6. Elaborar e implantar programa de monitoramento da qualidade do efluente da Estação de Tratamento de Esgoto;	Contínua	R$977.971,20	R$977.971,20	R$2.933.913,60	R$4.889.856,00	
E7. Intensificar a segurança e fiscalização das instalações com o objetivo de evitar o acesso de animais e de pessoas não autorizadas;	Contínua	R$187.259,60	R$659.438,40	R$1.978.315,20	R$2.825.013,20	
E8. Realizar levantamento de domicílios que não executaram ligações à rede de esgoto ou que realizaram ligações fora dos padrões da Embasa e Normas Técnicas existentes;	Contínua	R$0,00	R$0,00	R$0,00	-	
E9. Capacitação continuada de técnicos e operadores do sistema de esgotamento sanitário;	Contínua	R$43.735,62	R$43.735,62	R$131.206,85	R$218.678,08	
E10. Investigar e realizar substituição de redes que passam por propriedades privadas ou sob construções.	Contínua	R$0,00	R$0,00	R$0,00	-	
E11. Implantar soluções alternativas para áreas da zona urbana em que não seja possível ligação ao sistema de esgotamento sanitário e com características compatíveis com essas soluções e executar limpeza e manutenção das soluções adotadas;		R$0,00	R$0,00	R$17.051.287,50	R$17.051.287,50	
	Totais	R$16.510.148,10	R$17.323.352,53	R$93.577.923,45	**R$ 127.411.424,08**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 81 – Programação da execução do Projeto Melhoria do Serviço de Esgotamento Sanitário da Sede Distritos

Componente	**Serviço Público de Esgotamento Sanitário**	**Custo Estimado do Componente**	**R$ 171.823.434,59**	**Participação do componente no total do PMSB**	**24,3%**
Programa	**Esgotamento Sanitário para Todos**	**Custo Estimado do Programa**	**R$ 171.823.434,59**	**Participação do Programa no Componente**	**100,0%**
Projeto	**Soluções de Esgotamento Sanitário para as Sedes dos Distritos**	**Custo Estimado do Projeto**	**R$ 9.397.493,42**	**Participação do Projeto no Programa**	**5,5%**
Responsável pela Execução	**EMBASA e Prefeitura**	**Parceiros**	**FUNASA, SIHS, CERB, INEMA, SDR/CAR**		

Ações	Meta	Custo Estimado de cada Ação				Possíveis Fontes de Financiamento
		Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	
E12. Elaborar projetos de sistemas coletivos de esgotamento sanitário para as sedes dos distritos;	Até 2028	R$0,00	R$241.845,10	R$0,00	R$241.845,10	Tarifas (Embasa), OGU/FGTS (Funasa, MMA/ANA), FUNCEP(SIHS), BID(SDR/CAR) FESBA(CERB), Recursos Próprios (Município)
E13. Executar obras de solução de esgotamento das sedes dos distritos;	Alcançar 90% de cobertura por esgotamento nas sedes dos distritos em 2033, e realizar operação continuamente	R$0,00	R$556.109,79	R$2.043.623,12	R$2.599.732,91	
E14. Realizar operação de sistemas coletivos de esgotamento sanitário para as sedes dos distritos;	Contínua	R$0,00	R$261.748,80	R$3.193.335,36	R$3.455.084,16	
E15. Elaborar projeto e implantar sistema de reuso de efluente tratado na ETE s dos distritos		R$0,00	R$0,00	R$42.190,00	R$42.190,00	
E16. Realizar o armazenamento, o tratamento e a disposição final adequada do lodo proveniente das ETE s dos distritos, com prioridade para técnicas que possibilitem a reutilização agrícola desse material em serviços de paisagismos, recuperação de áreas degradadas, cultivos agrícolas e outros usos, respeitando os padrões e critérios da legislação ambiental sobre biossólidos;		R$0,00	R$9.949,45	R$120.944,06	R$130.893,50	
E17. Ampliar gradualmente a rede coletora de esgotos do sistema da sede do distrito de Baixão;	Contínua	R$0,00	R$31.341,45	R$282.073,03	R$313.414,48	
E18. Ampliar gradualmente a rede coletora de esgotos do sistema da sede do distrito de BOAÇÚ;	Contínua	R$0,00	R$17.679,79	R$85.988,07	R$103.667,87	
E19. Ampliar gradualmente a rede coletora de esgotos do sistema da sede do distrito de FLORESTAL;	Contínua	R$0,00	R$101.256,99	R$319.843,49	R$421.100,48	
E20. Ampliar gradualmente a rede coletora de esgotos do sistema da sede do distrito de ITAIBÓ;	Contínua	R$0,00	R$80.362,69	R$88.398,96	R$168.761,64	
E21. Ampliar gradualmente a rede coletora de esgotos do sistema da sede do distrito de ITAJURÚ;	Contínua	R$0,00	R$286.091,16	R$908.098,36	R$1.194.189,52	
E22. Ampliar gradualmente a rede coletora de esgotos do sistema da sede do distrito de MONTE BRANCO	Contínua	R$0,00	R$14.465,28	R$133.402,06	R$147.867,34	
E23. Ampliar gradualmente a rede coletora de esgotos do sistema da sede do distrito de ORIENTE NOVO	Contínua	R$0,00	R$24.912,43	R$225.819,15	R$250.731,58	
E24. Elaborar projeto e executar obras de construção de soluções individuais de esgotamento sanitário que segue malinhado ecossaneamento, para os domicílios da zona urbana do distrito de Monte Branco;	A partir de 2027	R$0,00	R$110.186,64	R$82.639,98	R$192.826,62	
E25. Elaborar projeto e executar obras de construção de soluções individuais de esgotamento sanitário que segue malinhado ecossaneamento, para os domicílios da zona urbana do distrito de Boaçu;	A partir de 2027	R$0,00	R$77.250,42	R$57.937,81	R$135.188,23	
	Totais	R$0,00	R$1.813.199,98	R$7.584.293,44	**R$ 9.397.493,42**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 82 - Programação da execução do Projeto Soluções de Esgotamento Sanitário para Área Rural

Componente	**Serviço Público de Esgotamento Sanitário**	**Custo Estimado do Componente**	**R$ 171.823.434,59**	**Participação do componente no total do PMSB**	**24,3%**
Programa	**Esgotamento Sanitário para Todos**	**Custo Estimado do Programa**	**R$ 171.823.434,59**	**Participação do Programa no Componente**	**100,0%**
Projeto	**Soluções de Esgotamento Sanitário para a área rural**	**Custo Estimado do Projeto**	**R$ 35.014.517,09**	**Participação do Projeto no Programa**	**20,4%**
Responsável pela Execução	**Prefeitura, Embasa**	**Parceiros**		**FUNASA, CERB, SDR/CAR**	

Ações	Meta	Custo Estimado de cada Ação Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	Possíveis Fontes de Financiamento
E26. Realizar levantamento georreferenciado de infraestruturas coletivas de esgotamento existentes nos aglomerados rurais;	Até 2030	R$27.577,88	R$55.155,77	R$0,00	R$82.733,65	Tarifas (Embasa), OGU/FGTS (Funasa), BID (SDR/CAR), FESBA (CERB), Recursos Próprios (Município)
E27. Elaborar estudo de concepção, projeto e executar implantação e operação de sistemas de coleta de esgotos sanitários para atender o déficit dos aglomerados rurais;	Alcançar 90% de cobertura por soluções de esgotamento nos aglomerados rurais em 2033 e realizar operação continuamente	R$0,00	R$1.327.237,63	R$995.428,22	R$2.322.665,85	
E28. Realizar levantamento de soluções individuais de esgotamento sanitário existentes;	Até 2030	R$0,00	R$9.589,33	R$0,00	R$9.589,33	
E29. Desativar soluções individuais de esgotamento sanitário inadequadas, à medida que forem implantadas soluções adequadas;	Contínua	R$0,00	R$0,00	R$0,00	-	
E30. Elaborar levantamento e cadastro dos domicílios com déficit de instalações sanitárias domiciliares;	-	R$0,00	R$0,00	R$0,00	-	
E31. Elaborar projeto e executar a implantação de melhorias sanitárias nas residências, incluindo a implantação de banheiro completo (bacia sanitária, lavatório, chuveiro)	Atender os domicílios sem sanitários até 2033	R$6.779.622,86	R$13.559.245,73	R$10.169.434,30	R$30.508.302,89	
E32. Elaborar projeto e executar obras de construção de soluções individual ou coletiva de esgotamento sanitário que seguem a linha adotada de saneamento, para a zona rural com domicílios dispersos;	Atender 100% das localidades rurais dispersas até 2026	R$58.511,70	R$0,00	R$0,00	R$58.511,70	
E33. Elaborar e implementar plano de capacitação dos membros de associações, moradores ou outros interessados na implantação de soluções individuais de esgotamento sanitário;	Contínua	R$0,00	R$39.288,82	R$117.866,46	R$157.155,28	
E34. Elaborar e implementar programa de manutenção e monitoramento das soluções individuais previstas, com período a ser estabelecido na etapa de projeto.	Contínua	R$0,00	R$468.889,60	R$1.406.668,80	R$1.875.558,40	
	Totais	R$6.865.712,45	R$15.459.406,87	R$12.689.397,78	**R$ 35.014.517,09**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 83 - Plano de Investimentos do Esgotamento Sanitário

Programa	Projeto	Ação	Curto				Médio				Longo											
			2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042
Esgotamento Sanitário para Todos	Melhoria do Serviço de Esgotamento	E1	R$1.954.467	R$1.954.467	R$1.954.467	R$1.954.467	R$1.954.467	R$1.954.467	R$1.954.467	R$1.954.467	R$1.954.467	R$1.954.467	R$1.954.467	R$1.954.467	R$1.954.467	R$1.954.467	R$1.954.467	R$1.954.467	R$1.954.467	R$1.954.467	R$1.954.467	R$1.954.467
		E2													R$5.000.000	R$5.000.000	R$5.000.000	R$5.000.000				
		E3	R$1.574.845	R$1.594.050	R$1.612.341	R$1.631.546	R$1.650.752	R$1.669.957	R$1.689.163	R$1.709.283	R$1.729.403	R$1.749.523	R$1.770.557	R$1.790.677	R$1.812.626	R$1.833.661	R$1.854.695	R$1.876.644	R$1.898.593	R$1.921.457	R$1.944.321	R$1.967.184
		E4									R$589.204	R$589.204	R$589.204	R$589.204								
		E5	R$264.345	R$266.588	R$268.702	R$270.898	R$273.071	R$275.221	R$277.346	R$279.548	R$281.723	R$283.873	R$286.093	R$288.189	R$290.447	R$292.582	R$294.688	R$296.855	R$298.992	R$301.185	R$303.344	R$305.470
		E6	R$244.493	R$244.493	R$244.493	R$244.493	R$244.493	R$244.493	R$244.493	R$244.493	R$244.493	R$244.493	R$244.493	R$244.493	R$244.493	R$244.493	R$244.493	R$244.493	R$244.493	R$244.493	R$244.493	R$244.493
		E7				R$187.260	R$164.860	R$164.860	R$164.860	R$164.860	R$164.860	R$164.860	R$164.860	R$164.860	R$164.860	R$164.860	R$164.860	R$164.860	R$164.860	R$164.860	R$164.860	R$164.860
		E8																				
		E9	R$10.934	R$10.934	R$10.934	R$10.934	R$10.934	R$10.934	R$10.934	R$10.934	R$10.934	R$10.934	R$10.934	R$10.934	R$10.934	R$10.934	R$10.934	R$10.934	R$10.934	R$10.934	R$10.934	R$10.934
		E10																				
		E11									R$1.420.941	R$1.420.941	R$1.420.941	R$1.420.941	R$1.420.941	R$1.420.941	R$1.420.941	R$1.420.941	R$1.420.941	R$1.420.941	R$1.420.941	R$1.420.941
		E12					R$120.923	R$120.923														
		E13						R$157.511	R$145.456	R$253.142	R$368.865	R$531.197	R$920.956	R$20.894	R$21.698	R$24.109	R$25.716	R$25.716	R$25.716	R$26.520	R$25.716	R$26.520
		E14							R$125.639	R$136.109	R$162.284	R$204.164	R$272.219	R$272.219	R$277.454	R$277.454	R$282.689	R$282.689	R$287.924	R$287.924	R$293.159	R$293.159
		E15									R$10.547	R$10.547	R$10.547	R$10.547								
		E16							R$4.776	R$5.173	R$6.164	R$7.746	R$10.310	R$10.310	R$10.507	R$10.507	R$10.703	R$10.703	R$10.900	R$10.900	R$11.097	R$11.097
		E17								R$31.341	R$33.752	R$72.326	R$151.082	R$2.411	R$3.215	R$2.411	R$2.411	R$3.215	R$2.411	R$3.215	R$3.215	R$2.411
		E18						R$0	R$10.447	R$7.233	R$13.662	R$23.305	R$40.985	R$804	R$804	R$804	R$804	R$1.607	R$804	R$804	R$804	R$804
		E19						R$40.985	R$23.305	R$36.967	R$57.058	R$89.203	R$139.831	R$4.018	R$3.215	R$4.018	R$4.018	R$3.215	R$4.018	R$4.018	R$3.215	R$4.018
		E20						R$0	R$45.807	R$34.556	R$59.468	R$0	R$0	R$0	R$0	R$4.018	R$4.018	R$4.018	R$4.018	R$4.018	R$4.822	R$4.018
		E21						R$116.526	R$65.897	R$103.668	R$161.529	R$253.946	R$397.795	R$9.644	R$10.447	R$10.447	R$10.447	R$10.447	R$10.447	R$11.251	R$10.447	R$11.251
		E22								R$14.465	R$16.073	R$34.556	R$70.719	R$1.607	R$1.607	R$804	R$1.607	R$804	R$1.607	R$1.607	R$804	R$1.607
		E23								R$24.912	R$27.323	R$57.861	R$120.544	R$2.411	R$2.411	R$1.607	R$2.411	R$2.411	R$2.411	R$1.607	R$2.411	R$2.411
		E24					R$27.547	R$27.547	R$27.547	R$27.547	R$27.547	R$27.547	R$27.547									
		E25					R$19.313	R$19.313	R$19.313	R$19.313	R$19.313	R$19.313	R$19.313									
	Soluções de Esgotamento Sanitário	E26			R$13.789	R$13.789	R$13.789	R$13.789	R$13.789	R$13.789												
		E27					R$331.809	R$331.809	R$331.809	R$331.809	R$331.809	R$331.809	R$331.809									
		E28								R$9.589												
		E29																				
		E30																				
		E31			R$3.389.811	R$3.389.811	R$3.389.811	R$3.389.811	R$3.389.811	R$3.389.811	R$3.389.811	R$3.389.811	R$3.389.811									
		E32		R$19.504	R$19.504	R$19.504																
		E33					R$9.822	R$9.822	R$9.822	R$9.822	R$9.822	R$9.822	R$9.822	R$9.822	R$9.822	R$9.822	R$9.822	R$9.822	R$9.822	R$9.822	R$9.822	R$9.822
		E34					R$117.222	R$117.222	R$117.222	R$117.222	R$117.222	R$117.222	R$117.222	R$117.222	R$117.222	R$117.222	R$117.222	R$117.222	R$117.222	R$117.222	R$117.222	R$117.222
Total de investimentos necessários			R$4.049.083	R$4.090.035	R$7.514.040	R$7.722.702	R$8.328.812	R$8.665.189	R$8.671.904	R$8.930.054	R$11.208.273	R$11.598.670	R$12.472.061	R$6.925.674	R$11.357.168	R$11.385.159	R$11.416.946	R$11.441.062	R$6.470.580	R$6.497.244	R$6.526.091	R$6.552.688
			R$23.375.861				R$34.595.959				R$113.851.615											
			R$171.823.434,59																			

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

5.7.4 Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas

As ações propostas para a componente de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais têm a finalidade de atender às demandas presentes em Jequié.

Como se pode perceber (**Quadro 65),** as ações propostas para drenagem urbana e manejo de Águas Pluviais são correspondentes a R$ 172.913.172,27, ocupando a segunda posição em relação ao total de investimento, representando 24,4% do total.

O Programa Drenagem para Todos tem como objetivo propor ações que contemplem toda a população para o acesso ao serviço de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, seja na prevenção, seja na contenção de acidentes derivados de enchentes, alagamentos e inundações (**Quadro 84 e Quadro 85**).

No tocante ao Programa Drenagem Sustentável, o seu objetivo é o de reduzir as vazões de cheia e velocidade de escoamento das águas pluviais na área urbana, priorizando técnicas/soluções sustentáveis e de caráter preventivo (**Quadro 86** e **Quadro 87**). O **Quadro 88** apresenta os investimentos anuais para cada ação.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 84 - Programação da execução do Projeto Universalização dos Serviços de Drenagem

Componente:	**Serviço Público de Drenagem Manejo de Águas Pluviais Urbanas**	**Custo Estimado do Componente**	**R$**	**172.913.172,27**	**Participação do Componente no Total do PMSB**	**24,4%**
Programa:	**Drenagem para Todos**	**Custo Estimado do Programa**	**R$**	**151.866.753,89**	**Participação do Programa no Componente**	**87,8%**
Projeto:	**Universalização dos Serviços de Drenagem**	**Custo Estimado do Projeto**	**R$**	**145.097.358,20**	**Participação do Projeto no Custo do Programa**	**95,5%**
Responsável pela Execução	**Administração Pública Municipal**	**Parceiros**		**SEDUR, CONDER, SEMA, INEMA, Defesa Civil da Bahia**		

Ações	Meta	Custo Estimado de cada Ação: Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	Possíveis Fontes de Financiamento
D1. Realizar o cadastro do sistema de drenagem existente na sede e nos demais distritos, contemplando as áreas de amortecimento de cheias com as respectivas capacidades de armazenamento;	Até 2026	R$457.631,94	R$0,00	R$0,00	R$457.631,94	OGU/FGTS (MDR/SEDUR/CONDER), Recursos Próprios (Município)
D2. Elaborar e executar projeto de ampliação de pavimentação e drenagem pluvial na sede de Florestal		R$133.430,90	R$154.731,57	R$615.973,24	R$904.135,71	
D3. Elaborar e executar projeto de ampliação de pavimentação e drenagem pluvial na sede de oriente Novo		R$28.546,51	R$33.103,63	R$131.782,74	R$193.432,88	
D4. Elaborar e executar projeto de ampliação de pavimentação e drenagem pluvial na sede de Baixão		R$76.979,37	R$89.268,21	R$355.369,18	R$521.616,76	
D5. Elaborar e executar projeto de ampliação de pavimentação e drenagem pluvial na sede de Itajurú		R$133.110,15	R$154.359,62	R$614.492,54	R$901.962,31	
D6. Elaborar e executar projeto de ampliação de pavimentação e drenagem pluvial na sede de Itaibó	Contínua	R$153.958,73	R$178.536,42	R$710.738,36	R$1.043.233,52	
D7. Elaborar e executar projeto de implantação de pavimentação e drenagem pluvial na sede de Boaçu		R$55.489,29	R$64.347,50	R$256.161,95	R$375.998,75	
D8. Elaborar e executar projeto de implantação de pavimentação e drenagem pluvial na sede de Monte Branco		R$60.621,25	R$70.298,72	R$279.853,23	R$410.773,20	
D9. Elaborar estudos, projetos e executar obras de melhoria e ampliação do sistema de micro e macrodrenagem da sede municipal;	Contínua	R$7.178.386,32	R$8.817.386,48	R$46.728.891,62	R$62.724.664,42	
D10. Elaborar estudos, projetos e executar obras de pavimentação e sistema de drenagem em aglomerados rurais sendo adotadas intervenções adequadas à realidade do local;	Até 2026	R$133.916,28	R$178.555,04	R$535.665,12	R$848.136,45	
D11. Elaborar um plano de manutenção das infraestruturas de drenagem, contendo cronograma de manutenção dos dispositivos de microdrenagem e macrodrenagem com base no calendário chuvoso do município;	2024	R$19.634,40	R$0,00	R$0,00	R$19.634,40	
D12. Realizar ações de limpeza e manutenção do sistema de drenagem de acordo com o manual de drenagem;	Contínua a partir de 2023	R$6.817.823,36	R$9.090.431,14	R$27.271.293,42	R$43.179.547,92	
D13. Elaborar e implantar programa de manutenção constante das estradas vicinais de acesso as comunidades rurais, incluindo intervenções necessárias (serviço de abaulamento e sarjetas) para drenagem das águas de chuvas.	Contínua a partir de 2023	R$5.285.696,04	R$7.047.594,72	R$21.142.784,16	R$33.476.074,92	
D14. Aquisição e manutenção de veículos e equipamentos necessários a execução dos serviços de manutenção periódica do sistema de drenagem e manejo de águas pluviais	2027	R$0,00	R$40.515,03	R$0,00	R$40.515,03	
D15. Elaborar e implementar programa de fiscalização de disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e de esgoto sanitário nos sistemas de drenagem, evitando a ocorrência de entupimentos dos equipamentos e de contaminação dos corpos hídricos superficiais que fazem parte do manejo de águas pluviais	Contínua a partir de 2023	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00	
	Totais	R$20.535.224,56	R$25.919.128,08	R$98.643.005,57	**R$145.097.358,20**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié
quinta-feira, 29 de junho de 2023 | Ano IX - Edição nº 01780 | Caderno 1
Diário Oficial do Município 581

Quadro 85 - Programação da execução do Projeto Atenção Chuva

Componente	**Serviço Público de Drenagem Manejo de Águas Pluviais Urbanas**	**Custo Estimado do Componente**	**R$ 172.913.172,27**	**Participação do Componente no Total do PMSB**	**24,4%**
Programa:	**Drenagem para Todos**	**Custo Estimado do Programa**	**R$ 151.866.753,89**	**Participação do Programa no Componente**	**87,8%**
Projeto	**Atenção chuva**	**Custo Estimado do Projeto**	**R$ 6.769.395,69**	**Participação do Projeto no Custo do Programa**	**4,5%**
Responsável pela Execução	**Administração Pública Municipal**	**Parceiros**		**MDR, SEDUR, CONDER, SEMA, INEMA, Defesa Civil da Bahia**	

Ações	Meta	Custo Estimado de cada Ação Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	Possíveis Fontes de Financiamento
D16. Garantir a administração pública municipal a atividade do órgão de Defesa Civil para coordenar as ações, com realização de reuniões com frequência pré-determinada e reuniões extraordinárias;	Garantir a atuação de forma contínua	R$169.955,00	R$60.480,00	R$181.440,00	R$411.875,00	FERHBA e FERFA (SEMA/INEMA), Taxas/Tarifas, Recursos Próprios (Município)
D17. Instituir equipe de trabalho no órgão de defesa	Até 2030					
D18. Articular e acionar com outras secretarias municipais o planejamento do período de chuvas;	Contínua	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00	
D19. Estruturar um sistema de monitoramento do risco de ocorrência de eventos climáticos críticos;	Contínua	R$110.856,60	R$147.808,80	R$443.426,40	R$702.091,80	
D20. Manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alertas e sobre ações emergenciais em circunstâncias de desastres;	Contínua	R$57.836,80	R$57.836,80	R$173.510,40	R$289.184,00	
D21. Implantar sistema de comunicação para alerta de eventos climáticos críticos, bem como sobre protocolos de prevenção e alertas e sobre ações emergenciais em circunstâncias de desastres, tais como a necessidade de evacuação de determinada área;	Implantar sistema até 2027, e garantir seu funcionamento contínuo	R$19.545,84	R$26.061,12	R$78.183,36	R$123.790,32	
D22. Realizar manutenção preventiva nas estruturas estabilizadoras existentes;	Contínua	R$98.366,40	R$131.155,20	R$393.465,60	R$622.987,20	
D23. Capacitar líderes comunitários para atuar como parceiros em caso de emergência;	Contínua	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00	
D24. Promover cursos de capacitação para a COMDEC, equipe de apoio e líderes comunitários;	1 capacitação a cada 2 anos	R$13.140,90	R$13.140,90	R$39.422,71	R$65.704,52	
D25. Manter atualizado o cadastro das áreas de riscos;	Contínua	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00	
D26. Elaborar e implementar programa de fiscalização e vistorias nas áreas de riscos, pelos técnicos da defesa civil;	Contínua	R$106.638,35	R$213.276,70	R$639.830,10	R$959.745,15	
D27. Promover a relocação das famílias em áreas que oferecem risco a integridade física, além de prejuízos a bem materiais que promovem a qualidade devida;	Até 2034	R$0,00	R$1.797.008,85	R$1.797.008,85	R$3.594.017,70	
D28. Implantar políticas de controle institucionais afim de limitar e/ou proibir intervenções sem critérios técnicos;	Até 2030	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00	
D29. Implantar políticas de controle urbano para evitar futuras construções e ocupação das áreas de risco;	Até 2030	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00	
D30. Dar continuidade a consultoria para efetivação de regularização fundiária	Contínuo a partir de 2022	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00	
	Totais	R$576.339,89	R$2.446.768,37	R$3.746.287,42	**R$6.769.395,69**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 86 – Programação da execução do Projeto Controle do escoamento na fonte

Componente	**Serviço Público de Drenagem Manejo de Águas Pluviais Urbanas**	**Custo Estimado do Componente**	**R$**	**172.913.172,27**	**Participação do Componente no Total do PMSB**	**24,4%**
Programa:	**Drenagem Sustentável**	**Custo Estimado do Programa**	**R$**	**21.046.418,38**	**Participação do Programa no Componente**	**12,2%**
Projeto	**Controle do escoamento na fonte**	**Custo Estimado do Projeto**	**R$**	**13.628.135,72**	**Participação do Projeto no Custo do Programa**	**64,8%**
Responsável pela Execução	**Administração Pública Municipal e Sociedade Civil Organizada**	**Parceiros**	**SIHS, SEDUR, Associações, INEMA, MMA, COELBA, PM, CBM, Defesa Civil da Bahia**			

Ações	Meta	Custo Estimado de cada Ação – Curto (2022-2025)	Médio (2026-2029)	Longo (2030-2041)	Total	Possíveis Fontes de Financiamento
D31. Elaborar e implementar programa de fiscalização do uso e ocupação do solo por meio de normas e regulamentos, com o objetivo de conter o desmatamento e a impermeabilização do solo;	Contínuo a partir de 2022	R$74.653,92	R$99.538,56	R$298.615,68	R$472.808,16	
D32. Estimular a repermeabilização dos locais com alta taxa de impermeabilização e realizar a recomposição vegetal e manutenção das áreas verdes;	Contínuo	-	-	-	R$0,00	
D33. Regulamentação e preservação das bacias naturais de amortecimento.	Contínuo a partir de 2022	-	-	-	R$0,00	
D34. Promover incentivo técnico e financeiro para implantação de sistema de captação de águas pluviais nos domicílios com população em situação de vulnerabilidade social	A partir de 2022 (a cada 2 anos)	-	-	R$9.963.840,00	R$9.963.840,00	
D35. Promover incentivo técnico e financeiro de iniciativas sustentáveis como a implantação de captação de águas da chuva em edificações particulares, paisagismo integrando adequadamente as áreas impermeabilizadas com as áreas verdes, construção de cisternas e micro reservatórios de infiltração nos condomínios residenciais	Contínuo a partir de 2022	-	-	-	R$0,00	OGU/FGTS (MDR/SEDUR/CONDER), Recursos Próprios (Município)
D36. Implantar dispositivos de captação de águas da chuva para usos diversos em prédios públicos, principalmente em escolas que contam com quadras cobertas;	Contínuo a partir de 2022	-	-	R$3.191.487,56	R$3.191.487,56	
D37. Realizar cadastro de áreas estratégicas para o amortecimento de cheias: bacias naturais de amortecimento (Lagoas, lagos), áreas verdes (localização e estado de conservação) e áreas de lazer (praças, campos de futebol e quadras) com as respectivas capacidades de amortecimento de cheia	Contínuo a partir de 2022	-	-	-	R$0,00	
D38. Estimular a implantação de piso drenante em detrimento de pisos impermeáveis em locais como galpões, pátios, ruas com tráfego leve, conjuntos habitacionais, praças, calçadas, estacionamentos.	Até 2024	-	-	-	R$0,00	
	Totais	R$74.653,92	R$99.538,56	R$13.453.943,24	**R$13.628.135,72**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 87 - Programação da execução do Projeto Recuperação de Rios Urbanos

Componente	**Serviço Público de Drenagem Manejo de Águas Pluviais Urbanas**	**Custo Estimado do Componente**	**R$ 172.913.172,27**	**Participação do Componente no Total do PMSB**	**24,4%**
Programa:	**Drenagem Sustentável**	**Custo Estimado do Programa**	**R$ 21.046.418,38**	**Participação do Programa no Componente**	**12,2%**
Projeto	**Recuperação de Rios Urbanos**	**Custo Estimado do Projeto**	**R$ 7.418.282,66**	**Participação do Projeto no Custo do Programa**	**35,2%**
Responsável pela Execução	**Administração Pública Municipal, EMBASA e Sociedade Civil Organizada**	**Parceiros**	**Embasa. SEMA. INEMA. Defesa Civil da Bahia. ICMBio. INEMA. EMBASA**		

Ações	Meta	Curto (2022-2025)	Custo Estimado de cada Ação Médio (2026-2029)	Longo (2030-2041)	Total	Possíveis Fontes de Financiamento
D39. Realizar levantamento sobre a situação das ligações de esgoto e drenagem pluvial, identificando lançamentos de redes coletoras de esgoto em tubulações e galerias pluviais, lançamentos de redes coletoras/interceptores de esgotos em riachos e rios da sede do município;		R$190.390,95	R$253.854,60	R$190.390,95	R$634.636,49	FERHBA e FERFA (SEMA/INEMA), Taxas/Tarifas, Recursos Próprios (Município)
D40. Regularizar ligações indevidas constatadas a partir do levantamento, informando o problema ao usuário e determinando um prazo para sua regularização;		-	-	-	R$0,00	
D41. Realizar o desligamento de pontos de lançamentos mistos, em conjunto com a implantação de alternativa de esgotamento sanitário;	Até 2033 (acompanhando a ampliação do SES)	-	-	-	R$0,00	
D42. Elaborar projeto de recuperação das matas ciliares de rios e nascentes que margeiam o perímetro urbano da sede Municipal e das sedes dos distritos		R$30.164,94	-	-	R$30.164,94	
D43. Executar a recuperação das matas ciliares de rios e nascentes que margeiam o perímetro urbano da sede Municipal e das sedes dos distritos		R$603.298,80	-	-	R$603.298,80	
D44. Implementar fiscalização do descarte de esgotos domésticos *in natura* nos canais de drenagem natural (córregos, rios e riachos);		-	-	-	R$0,00	
D45. Implantar programa de monitoramento da qualidade da água dos canais de drenagem (córregos, rios e riachos) de acordo com as Resoluções Conama Nº 357 e 430;	Contínua a partir de 2023	R$227.054,88	R$302.739,84	R$908.219,52	R$1.438.014,24	
D46. Implementar Programa de limpeza e desassoreamento de cursos d'água que recebem esgotos sem tratamento.	Alternada, até 2033 (acompanhando a ampliação do SES)	-	-	-	R$0,00	
D47. Elaborar projeto de valorização ambiental e de requalificação urbanística da área no entorno do Rio de Contas e Jequiezinho;		-	R$224.388,96	-	R$224.388,96	
D48. Executar projeto de valorização ambiental e de requalificação urbanística da área no entorno do Rio de Contas e Jequiezinho;		-	-	R$4.487.779,23	R$4.487.779,23	
	Totais	R$1.050.909,57	R$780.983,40	R$5.586.389,70	**R$7.418.282,66**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié
quinta-feira, 29 de junho de 2023 | Ano IX - Edição nº 01780 | Caderno 1
Diário Oficial do Município 584

Prefeitura Municipal de Jequié

Quadro 08 - Plano de Investimento da Drenagem Manejo de Águas Pluviais

Programa	Projeto	Ação	Curto			Médio						Longo							
			2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042
Drenagem para Todos	Universalização dos Serviços de	D1		R$152.544	R$152.544	R$152.544																
		D2	R$31.674	R$32.310	R$334.383	R$35.064	R$37.228	R$37.954	R$38.681	R$40.868	R$41.728	R$44.001	R$44.911	R$47.270	R$48.128	R$50.672	R$51.575	R$54.209	R$55.157	R$57.881	R$58.875	R$61.566
		D3	R$36.776	R$36.912	R$7.356	R$7.502	R$7.965	R$8.120	R$8.276	R$8.743	R$8.927	R$9.414	R$9.608	R$10.113	R$10.297	R$10.841	R$11.034	R$11.598	R$11.800	R$12.383	R$12.596	R$13.172
		D4	R$18.273	R$18.640	R$19.836	R$20.229	R$21.477	R$21.897	R$22.316	R$23.578	R$24.074	R$25.385	R$25.910	R$27.271	R$27.766	R$29.234	R$29.755	R$31.274	R$31.821	R$33.393	R$33.966	R$35.519
		D5	R$31.598	R$32.232	R$34.300	R$34.980	R$37.138	R$37.863	R$38.588	R$40.770	R$41.628	R$43.895	R$44.804	R$47.156	R$48.012	R$50.550	R$51.451	R$54.078	R$55.024	R$57.742	R$58.733	R$61.418
		D6	R$36.547	R$37.281	R$39.672	R$40.459	R$42.955	R$43.794	R$44.632	R$47.156	R$48.148	R$50.770	R$51.821	R$54.542	R$55.532	R$58.467	R$59.509	R$62.549	R$63.643	R$66.786	R$67.933	R$71.038
		D7	R$13.172	R$13.437	R$14.299	R$14.582	R$15.482	R$15.784	R$16.086	R$16.996	R$17.353	R$18.299	R$18.677	R$19.658	R$20.015	R$21.073	R$21.448	R$22.544	R$22.938	R$24.071	R$24.484	R$25.603
		D8	R$14.390	R$14.679	R$15.621	R$15.931	R$16.913	R$17.244	R$17.574	R$18.567	R$18.958	R$19.991	R$20.404	R$21.476	R$21.866	R$23.021	R$23.432	R$24.628	R$25.059	R$26.297	R$26.748	R$27.971
		D9	R$1.678.158	R$1.731.231	R$1.855.964	R$1.913.033	R$2.063.099	R$2.144.140	R$2.226.938	R$2.383.209	R$2.516.810	R$2.702.478	R$2.845.048	R$3.082.970	R$3.270.059	R$3.551.446	R$3.798.270	R$4.159.670	R$4.491.065	R$4.942.463	R$5.388.594	R$5.977.019
		D10		R$44.639	R$44.639	R$44.639	R$44.639	R$44.639	R$44.639	R$44.639	R$44.639	R$44.639	R$44.639	R$44.639	R$44.639	R$44.639	R$44.639	R$44.639	R$44.639	R$44.639	R$44.639	R$44.639
		D11		R$19.634																		
		D12		R$2.272.606	R$2.272.606	R$2.272.606	R$2.272.606	R$2.272.606	R$2.272.606	R$2.272.606	R$2.272.606	R$2.272.606	R$2.272.606	R$2.272.606	R$2.272.606	R$2.272.606	R$2.272.606	R$2.272.606	R$2.272.606	R$2.272.606	R$2.272.606	R$2.272.606	R$2.272.606
		D13		R$1.761.899	R$1.761.899	R$1.761.899	R$1.761.899	R$1.761.899	R$1.761.899	R$1.761.899	R$1.761.899	R$1.761.899	R$1.761.899	R$1.761.899	R$1.761.899	R$1.761.899	R$1.761.899	R$1.761.899	R$1.761.899	R$1.761.899	R$1.761.899	R$1.761.899	R$1.761.899
		D14					R$940.515															
		D15																				
		D16	R$124.595	R$15.120	R$15.120	R$15.120	R$15.120	R$15.120	R$15.120	R$15.120	R$15.120	R$15.120	R$15.120	R$15.120	R$15.120	R$15.120	R$15.120	R$15.120	R$15.120	R$15.120	R$15.120	R$15.120
		D17																				
		D18																				
		D19		R$36.952	R$536.952	R$36.952	R$36.952	R$36.952	R$36.952	R$36.952	R$36.952	R$36.952	R$36.952	R$36.952	R$36.952	R$36.952	R$36.952	R$36.952	R$36.952	R$36.952	R$36.952	R$36.952	R$36.952
		D20	R$14.459	R$14.459	R$14.459	R$14.459	R$14.459	R$14.459	R$14.459	R$14.459	R$14.459	R$14.459	R$14.459	R$14.459	R$14.459	R$14.459	R$14.459	R$14.459	R$14.459	R$14.459	R$14.459	R$14.459
		D21		R$56.515	R$66.515	R$66.515	R$66.515	R$56.515	R$56.515	R$56.515	R$56.515	R$56.515	R$56.515	R$56.515	R$56.515	R$66.515	R$66.515	R$66.515	R$66.515	R$66.515	R$66.515	R$66.515
		D22		R$32.789	R$32.789	R$32.789	R$32.789	R$32.789	R$32.789	R$32.789	R$32.789	R$32.789	R$32.789	R$32.789	R$32.789	R$32.789	R$32.789	R$32.789	R$32.789	R$32.789	R$32.789	R$32.789
		D23																				
		D24	R$66.570		R$66.570		R$66.570		R$66.570		R$66.570				R$66.570		R$66.570		R$66.570		R$66.570	
		D25																				
		D26			R$553.319	R$553.319	R$553.319	R$553.319	R$553.319	R$553.319	R$553.319	R$553.319	R$553.319	R$553.319	R$553.319	R$553.319	R$553.319	R$553.319	R$553.319	R$553.319	R$553.319	R$553.319
		D27				R$449.252	R$449.252	R$449.252	R$449.252	R$449.252	R$449.252	R$449.252	R$449.252	R$449.252								
		D28																				
		D29																				
		D30																				
		D31																				
Drenagem Sustentável	Controle do	D32		R$24.885	R$24.885	R$24.885	R$24.885	R$24.885	R$24.885	R$24.885	R$24.885	R$24.885	R$24.885	R$24.885	R$24.885	R$24.885	R$24.885	R$24.885	R$24.885	R$24.885	R$24.885	R$24.885	R$24.885
		D33																				
		D34									R$830.320	R$830.320	R$830.320	R$830.320	R$830.320	R$830.320	R$830.320	R$830.320	R$830.320	R$830.320	R$830.320	R$830.320
		D35																				
		D36									R$265.957	R$265.957	R$265.957	R$265.957	R$265.957	R$265.957	R$265.957	R$265.957	R$265.957	R$265.957	R$265.957	R$265.957
		D37																				
		D38																				
		D39																				
	Recuperação de Rios	D40		R$152.544	R$152.544	R$152.544																
		D41	R$31.674	R$32.310	R$34.383	R$35.064	R$37.228	R$37.954	R$38.681	R$40.868	R$41.728	R$44.001	R$44.911	R$47.270	R$48.128	R$50.672	R$51.575	R$54.209	R$55.157	R$57.881	R$58.875	R$61.566
		D42	R$36.776	R$36.912	R$7.356	R$7.502	R$7.965	R$8.120	R$8.276	R$8.743	R$8.927	R$9.414	R$9.608	R$10.113	R$10.297	R$10.841	R$11.034	R$11.598	R$11.800	R$12.383	R$12.596	R$13.172
		D43	R$18.273	R$18.640	R$19.836	R$20.229	R$21.477	R$21.897	R$22.316	R$23.578	R$24.074	R$25.385	R$25.910	R$27.271	R$27.766	R$29.234	R$29.755	R$31.274	R$31.821	R$33.393	R$33.966	R$35.519
		D44	R$31.598	R$32.232	R$34.300	R$34.980	R$37.138	R$37.863	R$38.588	R$40.770	R$41.628	R$43.895	R$44.804	R$47.156	R$48.012	R$50.550	R$51.451	R$54.078	R$55.024	R$57.742	R$58.733	R$61.418
		D45	R$36.547	R$37.281	R$39.672	R$40.459	R$42.955	R$43.794	R$44.632	R$47.156	R$48.148	R$50.770	R$51.821	R$54.542	R$55.532	R$58.467	R$59.509	R$62.549	R$63.643	R$66.786	R$67.933	R$71.038
		D46	R$13.172	R$13.437	R$14.299	R$14.582	R$15.482	R$15.784	R$16.086	R$16.996	R$17.353	R$18.299	R$18.677	R$19.658	R$20.015	R$21.073	R$21.448	R$22.544	R$22.938	R$24.071	R$24.484	R$25.603
		D47	R$14.390	R$14.679	R$15.621	R$15.931	R$16.913	R$17.244	R$17.574	R$18.567	R$18.958	R$19.991	R$20.404	R$21.476	R$21.866	R$23.021	R$23.432	R$24.628	R$25.059	R$26.297	R$26.748	R$27.971
		D48	R$1.678.158	R$1.731.231	R$1.855.964	R$1.913.033	R$2.063.099	R$2.144.140	R$2.226.938	R$2.383.209	R$2.516.810	R$2.702.478	R$2.845.048	R$3.082.970	R$3.273.059	R$3.551.446	R$3.798.270	R$4.159.670	R$4.491.065	R$4.942.463	R$5.388.594	R$5.977.019
Total de investimentos necessários			R$1.976.214	R$6.438.081	R$6.884.528	R$6.938.305	R$7.140.928	R$7.178.392	R$7.271.245	R$7.655.861	R$9.794.006	R$9.884.041	R$10.137.562	R$10.316.799	R$10.946.392	R$11.230.450	R$13.488.190	R$13.855.696	R$14.198.226	R$10.656.164	R$11.113.646	R$11.708.454
			R$22.237.127,94					R$29.296.418,41														
																	R$121.429.625,92					

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
Produto 8 - Relatório Final do PMSB e do PMGIRS

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

5.7.5 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Os investimentos mais expressivos, para todo o horizonte de planejamento, concentram-se na componente de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos. O nível elevado de investimentos justifica-se – principalmente pela carência quanto ao aterro sanitário, além de outras questões.

Como se pode perceber **(Quadro 65**), as ações propostas para limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos são correspondentes a R$ 265.236.057,48 ocupando a primeira posição em relação ao total de investimento, representando 37,5% do total.

O Programa Incentiva Jequié tem como objetivo reduzir a quantidade de resíduos gerada nos serviços públicos (**Quadro 89).**

Com relação ao Programa Limpa Jequié, o seu objetivo é o de viabilizar o manejo de resíduos sólidos afinado com o que preconiza a PNRS **(Quadro 90 a Quadro 93**).

Por fim, o Programa Destina Bem Jequié por objetivo definir formas adequadas de destinação dos diversos tipos de resíduos sólidos, em consonância com as diretrizes da Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos (**Quadro 94** ao **Quadro 98)**

O **Quadro 99** apresenta o plano de investimentos para a componente ano a ano.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

Quadro 09 Programação da execução do Projeto Incentivador

Componente	Serviço Público de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Custo Estimado do Componente	R$265.236.057,48	Participação do Componente no Total do PMSB	37,5%
Programa	Incentivador	Custo Estimado do Programa	R$208.057,47	Participação do Programa no Componente	0,1%
Projeto	Mentes Vivas	Implementação Parceiros	R$208.057,47	Participação do Projeto no Programa	100,0%

Responsável pela execução: Administração Pública Municipal

	Ações	Meta	Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	Possíveis Fontes de Financiamento
		Alcance (ano/ano)	2023	2027	2031		
R1.	Promover ações para que os resíduos possam ser reaproveitados;	Contínua	-	-	-	-	
R2.	Utilizar material para a construção civil de maneira sustentável;						
R3.	Ao ser enviado material pelo correio, procurar saber se há possibilidade de serem encaminhados juntos em conjuntos (pode ser material de terceiros ou material produzido por outra forma de comércio);	Contínua	-	-	-	-	
R4.	Verificar se é necessário realmente fazer tantas cópias ou se pode ser apenas um material a ser disponibilizado em meio digital;	Contínua	-	-	-	-	
R5.	Usar material reciclado sempre que possível;	Contínua	-	-	-	-	
R6.	Adquirir sistemas que utilizem material reciclado para impressão de documentos, como papel e cartuchos;	Contínua	-	-	-	-	
R7.	Reutilizar documentos para rascunhos, quando possível;	Contínua	-	-	-	-	
R8.	Reduzir o uso de papel, evitando impressões desnecessárias;	Contínua	-	-	-	-	
R9.	Substituir sempre que possível produtos descartáveis por duráveis;	Contínua	-	-	-	-	Recursos Próprios, Taxas/Tarifas (Município)
R10.	Empresas responsáveis por eventos ou ações públicas devem utilizar copos descartáveis, estimulando o uso de um único copo durante todo o evento, evitando que sejam descartados vários copos por uma mesma pessoa;	Contínua	-	-	-	-	
R11.	Reduzir o consumo de copos descartáveis;	Contínua	-	-	-	-	
R12.	Reusar o recipiente de entrega para pequenos volumes, tais que podem ser transportados em bolsas, mochilas, etc;	Contínua	-	-	-	-	
R13.	Incentivar a reutilização de materiais descartáveis;						
R14.	Incentivar a reutilização de materiais descartáveis sempre que possível;	Contínua	-	-	-	-	
R15.	Incentivar a compra de alimentos a granel;	Contínua	-	-	-	-	
R16.	Incentivar o descarte correto;	Contínua	-	-	-	-	
R17.	Escolher produtos com o mínimo de embalagens ou com a possibilidade de serem reciclados.	Contínua	-	-	-	-	
		Total	R$104.028,74	R$104.028,74	R$0,00	R$208.057,47	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

Quadro 30 - Programação da execução do Projeto Coleta para Todos

Componente	Serviço Público de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Custo Estimado Componente	R$265.236.057,48	Participação Componente no Total do PMSB 37,5%
Programa	Limpa Jequié	Custo Estimado Programa	R$170.314.232,04	Participação Programa no Componente 64,2%
Projeto	Coleta para Todos	Custo Estimado Projeto	R$58.864.414,18	Participação Projeto no Programa 34,6%
Responsável pela Execução	Administração Pública Municipal	Parceiros		População Atendida Projeto

Ações		Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	Possíveis Fontes de Financiamento
R18. Assegurar a coleta em 100% da área urbana, ampliando o serviço conforme o crescimento populacional, atendendo sempre a qualidade, regularidade e continuidade;	Contínua	R$13816529,29	R$13585668,217	R$30455538,47	R$57857748,93	
R19. Realizar estudo de dimensionamento da coleta regular nas áreas de difícil acesso, com a finalidade de implantar coleta compatível com a demanda, observando a capacidade operacional, dimensionamento da frota e mão de obra, definição dos itinerários, locais para disposição dos contêineres	2024	R$423965	-	-	R$423965	OGU (FUNASA SEDUR (UNEB) Recursos próprios Taxas/Tarifas (Município)
R20. Ampliar a coleta regular para 100% da área urbana, assegurando a coleta porta a porta, ou coleta em área de concentração de lixo, conforme diretrizes do plano	Contínua	R$2966496	R$5020224	R$31176732	R$39163452	
R21. Implantar contêineres de coleta indiferenciada de resíduos sólidos domiciliares nas áreas de difícil acesso, preferencialmente conjugada com a coleta seletiva	Até 2030	R$3283907	R$6567813	-	R$9851720	
R22. Adquirir veículos adaptados para coleta nas localidades rurais	2025	R$2025034	-	R$20285034	R$40570068	
R23. Realizar campanha de divulgação dos horários de coleta a fim de sensibilizar a comunidade a não depositar resíduos em locais inadequadamente	Contínua	R$2130394	R$2130394	R$6391152	R$10651920	
	Total	R$14107480,15	R$13722886,39	R$31034067,65	R$58864414,18	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 91-Programação de execução do Projeto Coleta Seletiva dos Resíduos

Componente	**Serviço Público de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos**	**Custo Estimado do Componente**	**R$265.236.057,48**	**Participação do Componente no Total do PMSB**	**37,5%**
Programa:	**Limpa Jequié**	**Custo Estimado do Programa**	**R$170.314.232,04**	**Participação do Programa no Componente**	**64,2%**
Projeto	**Coleta Seletiva dos Resíduos**	**Custo Estimado do Projeto**	**R$58.019.840,62**	**Participação do Projeto no Programa**	**34,1%**
Responsável pela Execução	**Administração Pública Municipal e Sociedade Civil**	**Parceiros**	**Prestador de Serviço de Limpeza Urbana, MDR, MMA, SEDUR, CONDER, SEMAA, CRESOL**		

Ações	Meta	Custo estimado de cada Ação Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	Possíveis Fontes de Financiamento
R24. Elaborar projeto executivo da coleta seletiva com as atividades de sensibilização da população para a coleta, planejamento da logística de transporte, instalação de uma rede de pontos de acumulação temporária e unidades de triagem	Contínua a partir de 2024	R$1.238.786,29	R$4.040.837,24	R$492.628.97,14	R$545.452.520,67	
R25. Implantar locais de entrega voluntária (LEVs) de resíduos recicláveis nesses locais de menor porte públicos de grande circulação de pessoas nas sedes municipais e nas sedes distritais	Contínua a partir de 2027	-	R$114.374,93	R$343.124,78	R$457.499,70	
R26. Implantar Pontos de Entrega Voluntária (PEV) na Sede Municipal e nas Sedes Distritais, contemplando resíduos de construção civil, resíduos volumosos, resíduos da Logística Reversa, e resíduos recicláveis, incluindo delimitação de área com cercas construção de estruturas de proteção contra chuva, sinalização para estacionamento dos usuários entre outros	Até 2030	-	R$1.273.829,85	-	R$1.273.829,85	OGU/FGTS (FUNASA/FUNAE/EP (SEDUR/CONDER), FDD(MJC), Recursos Próprios, Taxas/Tarifas (Município)
R27. Implantar programas de incentivos financeiros para entrega voluntária de coleta seletiva	Contínua a partir de 2031	-	-	-	-	
R28. Disponibilizar, no mínimo, 1 funcionário contratado, em cada PEV para atendimento dos usuários	Contratar funcionário até 2029, e manter os anos seguintes	-	R$249.427,20	R$1.496.563,20	R$1.745.990,40	
R29. Realizar a capacitação dos funcionários dos PEV os catadores para melhor atendimento aos usuários e orientação aos geradores dos resíduos com a disposição adequada	Contínua a partir de 2024 (Funcionários da prefeitura)					
R30. Implantar serviço de coleta seletiva em localidades da zona rural com apoio de cooperativa de catadores de materiais reaproveitáveis, de acordo com a demanda	Contínua a partir de 2027	-	-	-	-	
	Totais	R$1.238.786,29	R$5.678.469,22	R$51.102.585,12	**R$58.019.840,62**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

Quadro 92 - Programação de execução do Projeto Melhorias na Limpeza Pública

Programa	Subprograma	Custo Estimado do Componente	R$ 265.236.057,48	Participação do Componente Total do PMSB	37,5%
Limpeza Pública	Melhorias na Limpeza Pública	Custos Unitários de Intervenção	R$ 259.080.072,01	Fonte: Adaptado Projeto Engenharia	36,4%
Responsável pela Execução	Prefeitura Municipal de Jequié (Serviço de Limpeza Urbana (empresa terceirizada))	Parceiros	População Projetada (2042)	Custo Estimado de Ação (2023-2042)	Possíveis Fontes de Financiamento

Ações	Meta	Custo (2023-2042)	Custo Estimado de Ação (2023-2042)	Total	Possíveis Fontes de Financiamento
R3 2. Garantir que os serviços de limpeza urbana sejam executados com empresas devidamente licenciadas e que atendam a todas as normas ambientais e de segurança do trabalho.	2023	R$ 2.482.581	-	R$ 2.482.581	Recursos Próprios, Taxas/Tarifas (Município)
R3 3. Implantar coletas seletivas em todos os bairros da sede e distritos, com a distribuição de lixeiras em pontos estratégicos e campanhas de conscientização para a população.	Contínua	R$ 19.860.492	R$ 59.581.976	R$ 99.303.460	
R3 4. Ampliar a quantidade de contêineres para coleta seletiva nos bairros e distritos, garantindo a disponibilidade de pontos de coleta em todas as áreas.	Acada 4 anos (curto a longo prazo)	R$ 33.330.000	R$ 66.780.000	R$ 133.560.000	
R3 5. Assegurar que todos os serviços de limpeza urbana sejam executados com equipamentos adequados e em boas condições de manutenção, incluindo veículos, varredeiras, pintura de guias e meio-fio, entre outros.	Acada 4 anos (curto a longo prazo)	R$ 679.455	R$ 1.358.910	R$ 2.717.820	
R3 6. Estabelecer um plano de ação para a limpeza e manutenção de áreas públicas, incluindo a definição de responsabilidades, cronograma e recursos necessários.	Contínua	R$ 1.745.280	R$ 2.327.040	R$ 1.105.344.00	
R3 7. Executar serviço de pintura de guias e meio-fio	Contínua a partir de 2024	-	-	-	
R3 8. Elaborar e manter um programa de educação ambiental para a população, com ações de conscientização sobre a importância da limpeza urbana e da coleta seletiva, e a distribuição de materiais informativos.	Contínua a partir de 2024	R$ 23.362.000,00	R$ 31.816.160,00	R$ 95.448.480,00	R$ 151.126.640,00
R3 9. Garantir a destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos coletados, em conformidade com as normas ambientais e de saúde pública, e a implantação de uma unidade de triagem e compostagem de resíduos orgânicos.	2024	-	-	-	-
R4 0. Estabelecer parcerias com empresas e organizações locais para a realização de ações de limpeza e manutenção de áreas públicas, como mutirões de limpeza e adoção de praças e jardins.	Contínua a partir de 2023	R$ 44.160.000,00	R$ 132.480.000,00	R$ 220.800.000,00	
R4 1. Criar uma rede de comunicação e mobilização para a população, incluindo a criação de um canal de atendimento para denúncias e sugestões, e a realização de campanhas de conscientização sobre a importância da limpeza urbana.	2023	-	-	-	-
R4 2. Capacitar e treinar os profissionais envolvidos na limpeza urbana, incluindo cursos de segurança do trabalho, manejo de resíduos sólidos e atendimento ao público.	2024	-	-	-	-
R4 3. Incentivar a criação de associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, e a implantação de programas de coleta seletiva em parceria com essas organizações.	Contínua a partir de 2027	-	R$ 101.320.000,00	R$ 229.960.000,00	R$ 330.280.000,00
	Totais	R$ 932.831.328	R$ 1.117.026.347	R$ 2.420.200.936	R$ 5.291.867.261

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

Quadro 83 - Programação da execução do Projeto 6 - Transformando áreas de Descarte Irregular

Componente	Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Custo Total do Componente	R$ 265.236.057,48	Participação do Componente no Total do PMSB 37,9%
Programa	Limpa Jequié	Custo Total do Programa	R$ 170.314.232,04	Participação do Programa no Componente 64,2%
Projeto	Transformando áreas de Descarte Irregular	Custo Total do Projeto	R$ 511.130,62	Participação do Projeto no Programa 0,3%
Responsável pela Execução	Prefeitura/População	**Parceiros**	Prestador de serviço de Limpeza urbana/Prefeitura/MDR/MMA/SEDUR/CONDER/Associação de Moradores/Cooperativas	

Ações	Meta	Custos Estimados de Contratação			
		Curto (2022-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total
R44. Realizar vistorias técnicas para identificação e cadastro de outras áreas com ocorrência de descarte irregular de resíduos sólidos;	Contínuo	R$ 328.520,8	R$ 328.520,8	R$ 985.562,3	R$ 1.642.603,8
R45. Elaboração de Projeto de requalificação das áreas com pontos de descarte irregular de resíduos	2023	R$ 264.536,64	-	-	R$ 264.536,64
R46. Realizar reuniões entre técnicos das secretarias para discutir as estratégias para implementação do projeto de requalificação das áreas de descarte irregular e responsabilidades de cada uma;	Acada 3 anos (curto e longo prazo)	-	-	-	-
R47. Realizar mutirões de limpeza nos locais identificados com descarte irregular de resíduos;	Contínuo	R$ 262.400,00	R$ 262.400,00	R$ 787.200,00	R$ 1.312.000,00
R48. Mobilizar e sensibilizar a população local para transformar esses espaços em áreas de lazer com plantio de plantas ornamentais e/ou outras culturas que gerem renda e produção de alimentos;	Acada 3 anos (médio e longo prazo)	-	R$ 990.640	R$ 297.192,0	R$ 396.256,0
R49. Divulgar o projeto em escolas, associações de bairros etc para todos tomarem conhecimento;	Contínua	-	-	-	-
R50. Fiscalizar as áreas que foram recuperadas para manutenção dessa condição	Contínua	R$ 299.520,0	R$ 299.520,0	R$ 898.560,0	R$ 1.497.600,0
	Totais	R$ 1.155.027,2	R$ 889.504,8	R$ 2.966.514,3	R$ 5.113.046,2

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 94 - Programação da execução do Projeto Cooperando para Fortalecer

Componente / Programa:	**Soluções**	**Custo Estimado do Componente**	**R$ 265.236.057,83**	**Participação do Componente no Total do PMSB**	**37,5%**
		Custo Estimado do Programa	**R$ 113.225.100,73**	**Participação do Programa no Componente**	**42,7%**
Projeto	**Destina Bem Jequié / Cooperando para Fortalecer**	**Custo Estimado do Projeto**	**R$ 4.541.935,76**	**Participação do Projeto no Programa**	**4,0%**
Responsável pela Execução	**Administração Pública Municipal / ACATAM e Cooperativas de catadores de material reciclável**	**Parceiros**	**MDR, MMA, SEDUR, CONDER, SEMA**		

Ações	Meta	Custo Estimado por cada Ação				Possíveis Fontes de Financiamento
		Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	
R5.1. Firmar contratos de prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos entre o Poder Público Municipal e cooperativas ou associações de catadores em conformidade com o Art. 36º §1º e 2º da Política Nacional de Resíduos Sólidos	Contínua	-	-	-	-	
R5.2. Cadastrar os catadores existentes e realizar a inscrição dos interessados em fazer parte da cooperativa;	2027	-	-	-	-	
R5.3. Apoiar a execução de obras das infraestruturas físicas de outras cooperativas (galpão de triagem, sanitários, vestiário, escritório, refeitório) que venham a surgir no município após a ampliação da coleta seletiva;	Contínua	R$ 672.704,60	-	-	R$ 672.704,60	OGU/FGTS (FUNASA), FUNDEB/FSPDR, (CONDER), Recursos Próprios, Taxas/Tarifas (Município)
R5.4. Apoiar as atividades da Cooperativa de Catadores de Rio da Jequié (COOPERIE) para o fortalecimento e expansão da sua área de atuação, por meio da melhoria das infraestruturas físicas e equipamentos, maquinários e veículos para realizar as atividades de coleta seletiva e transporte;	Até 2032	R$ 193.846,02	-	-	R$ 193.846,02	
R5.5. Disponibilizar profissional para dar suporte na área administrativa da cooperativa;	Contínua a partir de 2026	R$ 49.885,44	R$ 99.770,88	R$ 299.312,64	R$ 448.968,96	
R5.6. Capacitar os cooperados para melhor atender os usuários e otimizar a triagem dos resíduos com a disposição adequada dos mesmos dentro das unidades;	Contínua a partir de 2026	R$ 4.849,75	R$ 4.849,75	R$ 14.549,26	R$ 24.248,76	
R5.7. Assegurar recursos mínimos necessários para o funcionamento das unidades (custos com energia elétrica, água, telefone + internet, manutenção de maquinários, combustíveis, IPVA e licenciamento dos veículos, EPIs, entre outros);	Contínua	R$ 355.796,38	R$ 711.592,76	R$ 2.134.778,28	R$ 3.202.167,42	
	Totais	R$ 1.277.082,19	R$ 816.213,39	R$ 2.448.640,18	**R$ 4.541.935,76**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié
quinta-feira, 29 de junho de 2023 | Ano IX - Edição nº 01780 | Caderno 1
Diário Oficial do Município 592

Quadro 95 - Programação da execução do Projeto Reaproveitar e Reciclar Jequié

Componente	**Serviço Público de limpeza urbana e manejo de Resíduos Sólidos**	**Custo Estimado do Componente**	**R$ 265.236.057,48**	**Participação do Componente no Total do PMSB**		**37,5%**
Programa:	**Destinar Bem Jequié**	**Custo estimado do Programa**	**R$ 94.713.767,97**	**Participação do Programa no Componente**		**35,7%**
Projeto	**Reaproveitar e Reciclar Jequié**	**Custo estimado do Projeto**	**R$ 550.911,55**	**Participação do Projeto no Programa**		**0,6%**
Responsável pela Execução	**Administração Pública Municipal**	**Parceiros**	**ACATAM, Prestador do serviço de limpeza urbana, MMA, SEDUR, ACRESOL, Empresas Privadas**			

Ações	Meta	Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	Possíveis Fontes de Financiamento
R58. Promover oficinas e publicações em mídias sociais de iniciativas para o estímulo da reutilização de objetos para produção de peças artesanais;	Contínua	R$ 1.226,90	R$ 1.226,90	R$ 36.785,71	R$ 61.309,52	
R59. Criar uma rede de recuperação de alimentos da feira livre para entidades (associações, igrejas, etc.) que apoiam pessoas em vulnerabilidade social ou em situação de rua, seja por meio de doação ou pela comercialização com aplicação de valor simbólico a mercadoria de baixo valor de mercado;	2027	-	-	-	-	
R60. Promover incentivo à indústria do reaproveitamento, da reciclagem e compostagem tendo em vista alimentar o uso de matérias primas e insumos derivados de materiais orgânicos reutilizáveis e reciclados;	Contínua	-	-	-	-	
R61. Implantar usina de reciclagem de resíduos da construção civil para obtenção de insumos a serem empregados em serviços de responsabilidade da administração pública municipal;	Até 2032	-	-	R$ 48.960,203	R$ 48.960,203	
R62. Fomentar a criação ou o desenvolvimento de pequenas empresas ou microempresas de reciclagem dos diversos tipos de materiais (vidro, metal, papel, etc.) e resíduos da construção civil;	Contínua a partir de 2026	-	-	-	-	Recursos Próprios (Município), Capital Privado
R63. Implantar programas de incentivos fiscais para a implantação de indústrias de pequeno e médio porte que colaborem para a circulação, cadeia produtiva relacionada ao pós-uso dos materiais reaproveitáveis, fortalecendo a implementação da coleta seletiva;	Contínua a partir de 2026	-	-	-	-	
R64. Incentivar a demanda por materiais recicláveis no mercado;	Contínua	-	-	-	-	
R65. Priorizar materiais recicláveis nas aquisições e contratações municipais;	Contínua a partir de 2024	-	-	-	-	
R66. Estimular por meio de incentivo fiscal que particulares adotem produtos reutilizáveis e recicláveis produzidos pelas indústrias locais;	Contínua a partir de 2026	-	-	-	-	
R67. Apoiar a formação de uma rede regional para criação de um banco de cadastro de materiais reaproveitáveis para ampliar a capacidade de desenvolvimento da atividade e interação entre os diferentes elos da cadeia produtiva, baseado no conceito da ecologia industrial.	Contínua a partir de 2024	-	-	-	-	
R68. Buscar parcerias com empresas de reciclagem para compra dos materiais recicláveis	Contínua a partir de 2025	-	-	-	-	
	Totais	R$ 1.226,90	R$ 1.226,90	R$ 52.638,774	R$ 55.091,55	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 96 - Programação da execução do Projeto Com os talequié

Componente	**Serviço Público de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos**	**Custo Estimado do Componente**	**R$ 265.236.057,48**	**Participação do Componente no Total do PMSB**		**37,5%**
Programa:	**Destina Bem Jequié**	**Custo Estimado do Programa**	**R$ 113.225.100,73**	**Participação do Programa no Componente**		**42,7%**
Projeto	**Composta Jequié**	**Custo Estimado do Projeto**	**R$ 787.769,97**	**Participação do Projeto no Programa**		**0,7%**
Responsável pela Execução	**Administração Pública Municipal**	**Parceiros**	**ACATAM, Prestador de serviço de limpeza urbana, MDR, MMA, SEDUR, CONDER, Associação de Moradores, Área de Prestador de Serviço de Limpeza Urbana**			

Ações	Meta	Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	Possíveis Fontes de Financiamento
R69. Elaborar e executar um projeto piloto dos cursos de capacitação para a prática de compostagem doméstica no município, constando do cronograma, estratégias de divulgação e comunicação, manuais de suporte aos participantes;	2025	R$ 39.300,15	-	-	R$ 39.300,15	
R70. Contatar entidades da área de educação ambiental para a formação de possíveis parcerias;	Contínua a partir de 2025	-	-	-	-	
R71. Contatar a associação de moradores para servir como centro de apoio onde serão realizados os cursos de capacitação de compostagem doméstica;	Contínua a partir de 2025	-	-	-	-	
R72. Promover curso de capacitação para a equipe da diretoria de saneamento (a ser criada), professores e funcionários das escolas sobre compostagem para que estes possam ser multiplicadores;	A cada 4 anos (a partir de 2027)	-	R$ 34.274,33	R$ 102.822,00	R$ 137.097,33	OGU/RGTS (FUNASA) FUNC, E.P (SEDUR, CONDER, Recursos Próprios, Taxas/Tarifas (Município)
R73. Adquirir ou produzir kits de composteiras domésticas para utilização com o fornecimento de extensionistas nos cursos;	Contínua a partir de 2027	-	R$ 228.644,12	R$ 685.932,36	R$ 914.576,48	
R74. Realizar compostagem nas escolas do município, desde as turmas da primeira infância;	Contínua a partir de 2027	-	-	-	-	
R75. Promover campanhas informativas sobre a entrega dos resíduos orgânicos;	Contínua a partir de 2025	R$ 17.150,64	R$ 34.301,28	-	R$ 51.451,92	
R76. Construir e operar a unidade de compostagem que pode ser a mesma área do aterro.	Contínua a partir de 2025	R$ 238.193,35	R$ 461.482,19	R$ 6.035.668,55	R$ 6.735.344,09	
R77. Estabelecer um programa com rotina de manutenção na unidade de compostagem	a cada 3 anos, a partir de 2025					
	Totais	R$ 294.644,14	R$ 758.701,92	R$ 6.824.423,91	**R$ 7.877.769,97**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022

.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 97 - Programação da execução do Projeto Disposição final dos Rejeitos

Componente	Serviço Público de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Custo Estimado do Componente	R$265.236.057,48	Participação do Componente no Total do PMSB	37,5%
Programa	Destinação Adequada	Custo Estimado do Programa	R$113.225.100,73	Participação do Programa no Componente	42,7%
Projeto	Disposição final adequada dos Rejeitos	Custo Estimado do Projeto	R$100.037.443,79	Participação do Projeto no Programa	88,4%
Responsável pela Execução	Administração Pública Municipal - SEINFRA, SEMMA, SEDES, SEMOB, SEMUR	Parceiros			

Ações	Meta	Custos Estimados de Atuação				Possíveis Fontes de Financiamento
		Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	
R78. Realizar estudo para analisar a vida útil do aterro sanitário existente		R$91.603,66	-	-	R$91.603,66	
R79. Elaborar e executar projeto de aterro sanitário convencional para disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos	Até 2031	-	-	R$123.384,32	R$123.384,32	
R80. Elaborar e executar projeto de aterro de resíduos de construção civil (RCC Inertes) em conjunto com municípios vizinhos a fim de ratear custos	Até 2032	-	-	R$543.347,96	R$543.347,96	
R81. Encerrar as atividades do Aterro Sanitário de Jequié	0	-	R$1.890.439,61	-	R$1.890.439,61	
R82. Realizar capacitação periódica de profissionais para atuar na operação do aterro sanitário;	Contínua a partir de 2032	-	-	R$77.716,14	R$77.716,14	
R83. Reservar recursos por meio da cobrança de tarifas de serviço de limpeza urbana para os custos de operação do aterro sanitário (células de disposição do rejeito, poder resíduos, sistema de drenagem de percolados e gases, tratamento de percolados, sistema de drenagem de águas superficiais, áreas verdes, monitoramento ambiental geotécnico, equipe de operação, administração, impostos e taxas);	Contínua a partir de 2032	-	R$185.113.332,76	R$555.339.982,29	R$740.453.315,06	Recursos Próprios, Taxas/Tarifas (Município)
R84. Elaborar Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD) do vazadouro a céu aberto de Itaibó	2024	R$7.165,92	-	-	R$7.165,92	
R85. Encerrar atividades da área do vazadouro a céu aberto de Itaibó e executar o PRAD	até 2026	R$238.864,11	-	-	R$238.864,11	
	Totais	R$337.633,69	R$37.420.772,38	R$62.279.037,72	R$100.037.443,79	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 98 - Programação da execução do Projeto Responsabilidade Compartilhada

Componente	Serviço Público de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Custo Estimado do Componente	R$265.236.057,48	Participação do Componente no Total do PMSB		37,5%
Programa	Destina Bem Jequié	Custo Estimado do Programa	R$113.225.100,73	Participação do Programa no Componente		42,7%
Projeto	Responsabilidade compartilhada	Custo Estimado do Projeto	R$217.039,67	Participação do Projeto no Programa		0,2%
Responsável pela Execução	Administração Pública Municipal	Parceiros		MMA, SEDUR, CONDER, Empresas Privadas		

Ações	Meta	Custos estimados de atuação				Possíveis Fontes de financiamento
		Curto (2023-2026)	Médio (2027-2030)	Longo (2031-2042)	Total	
R86. Elaborar um cadastro dos geradores de resíduos sólidos sujeitos a elaboração de planos de gerenciamento de resíduos sólidos e da logística reversa;	Até 2026	-	-	-	-	
R87. Elaborar programa de fiscalização dos instrumentos normativos de implementação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos dos geradores previstos no artigo 20 da Lei nº 12.305/2010 identificados no município de Jequié e da implantação da logística reversa;	Até 2026	-	-	-	-	
R88. Elaborar o plano de gerenciamento de resíduos sólidos das repartições públicas, inclusive das unidades públicas de saúde;	Até 2024	R$65.448,00	-	-	R$65.448,00	
R89. Assegurar a continuidade da contratação de empresa responsável pela coleta, transporte e destinação final adequada dos resíduos sólidos das unidades públicas de saúde de responsabilidade da gestão municipal	Contínua					
R90. Capacitar os profissionais da saúde a realizar o manejo adequado dos RSS conforme Plano de Gerenciamento;	Até 2024	R$86.143,67	-	-	R$86.143,67	
R91. Elaborar o Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil (PMGRCC) conforme prevê a Resolução CONAMA nº 307/2002, alterada pelas resoluções 448/2012 e 469/2015;	Até 2026	R$65.448,00	-	-	R$65.448,00	
R92. Receber os PEVs os resíduos sujeitos a logística reversa gerados em pequenas quantidades por fontes difusas;	Até 2026	-	-	-	-	
R93. Firmar convênios com empresas para a destinação de resíduos com logística reversa obrigatória coletados nos PEVs;	Até 2026	-	-	-	-	
R94. Articular com empresas especializadas no reaproveitamento e reciclagem de resíduos de informática, para a coleta e destinação ambientalmente correta.	Até 2026	-	-	-	-	Recursos Próprios (Município), Capital Privado
R95. Articular com distribuidores e comerciantes (rede varejista de lojas de telefonia móvel e locais) o recebimento de pilhas e baterias e o posterior envio a rede de postos de coleta da Gerência de Telefonia/outdoor/SECOM.	Até 2026	-	-	-	-	
R96. Articular com distribuidores e comerciantes locais de lâmpadas e equipamentos de iluminação a adesão ao acordo setorial para a implantação do sistema de logística reversa com a operacionalização do recebimento destes através do modo produto dentro da cadeia produtiva.	Até 2026	-	-	-	-	
R97. Articular com a Receita Federal que possui ponto de coleta no município uma parceria para a manutenção do PEV, e coleta e destinação de pneus inservíveis.	Até 2026	-	-	-		
R98. Articular com os estabelecimentos dos comerciantes varejistas e locais; a orientação aos seus clientes para a devolução das embalagens vazias de óleo lubrificante bem como os óleos usados para ser coletado por empresa especializadas	Até 2026	-	-	-		
R99. Inserir os catadores de materiais recicláveis no ciclo da logística reversa, reconhecendo-os como atores fundamentais para contribuir no gerenciamento adequado destes;	Até 2026	-	-	-		
R100. Incentivar e apoiar as cooperativas ou organizações locais, o recolhimento de óleos comestíveis para a produção de sabão;	Até 2026	-	-	-		
R101. Incentivar e apoiar os estabelecimentos locais, tipo farmácias, na organização de ponto de recebimento de medicamentos vencidos.	Até 2026	-	-	-	-	
	Totais	R$217.039,67	R$0,00	R$0,00	**R$217.039,67**	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

Plano Municipal de Saneamento Básico Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
Produto 8 - Relatório Final do PMSB e do PMGIRS

Quadro 09 - Plano de investimentos para a Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Programa	Projeto	Ação	Curto				Médio						Longo									
			2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042
Incentiva Jequié	Menos é Mais	R1	R$2.014		R$2.014		R$2.014		R$2.014													
		R2																				
		R3																				
		R4																				
		R5																				
		R6																				
		R7																				
		R8																				
		R9																				
		R10																				
		R11																				
		R12																				
		R13																				
		R14																				
		R15																				
		R16																				
		R17																				
		R18																				
		R19	R$5.342.642	R$5.284.601	R$5.218.201	R$5.219.105	R$5.133.677	R$5.038.438	R$5.010.301	R$4.892.152	R$4.760.130	R$4.613.907	R$4.534.890	R$4.357.431	R$4.162.155	R$3.947.723	R$3.797.695	R$3.540.920	R$3.260.894	R$2.954.456	R$2.708.946	R$2.345.768
	Coleta para Todos	R20		R$4.294																		
		R21	R$68.600	R$75.171	R$84.076	R$60.459	R$68.999	R$76.472	R$82.958	R$93.389	R$102.599	R$112.685	R$123.658	R$137.252	R$151.098	R$140.511	R$130.208	R$119.968	R$110.032	R$100.065	R$90.274	R$80.660
		R22			R$16.420	R$16.420	R$16.420	R$16.420	R$16.420	R$16.420												
		R23			R$2.102.850										R$2.102.850							
		R24	R$5.326	R$5.326	R$5.326	R$5.326	R$5.326	R$5.326	R$5.326	R$5.326	R$5.326	R$5.326	R$5.326	R$5.326	R$5.326	R$5.326	R$5.326	R$5.326	R$5.326	R$5.326	R$5.326	R$5.326
	Coleta Seletiva dos Resíduos	R25		R$9	R$570.273	R$668.504	R$783.552	R$918.476	R$1.076.716	R$1.262.093	R$1.479.576	R$1.734.326	R$2.033.032	R$2.383.337	R$2.794.033	R$3.275.440	R$3.839.980	R$4.501.604	R$5.277.512	R$6.187.006	R$7.253.402	R$8.503.646
		R26					R$28.594	R$28.594	R$28.594	R$38.594	R$28.594	R$28.594	R$28.594	R$28.594	R$28.594	R$28.594	R$28.594	R$28.594	R$28.594	R$28.594	R$28.594	R$28.594
		R27						R$46.321	R$231.605	R$231.605												
		R28																				
		R29							R$49.885	R$49.885	R$49.885	R$49.885	R$49.885	R$49.885	R$49.885	R$49.885	R$49.885	R$49.885	R$49.885	R$49.885	R$49.885	R$49.885
		R30																				
		R31																				
		R32	R$23.668																			
	Limpa Jequié	R33	R$4.733.671	R$4.733.671	R$4.733.671	R$4.733.671	R$4.733.671	R$4.733.671	R$4.733.671	R$4.733.671	R$4.733.671	R$4.733.671	R$4.733.671	R$4.733.671	R$4.733.671	R$4.733.671	R$4.733.671	R$4.733.671	R$4.733.671	R$4.733.671	R$4.733.671	R$4.733.671
	Melhorias na Limpeza Publica	R34		R$333.900					R$333.900					R$333.900			R$333.900					
		R35																				
		R36																				
		R37																				
		R38		R$795.400		R$795.400	R$795.400	R$795.400	R$795.400	R$795.400	R$795.400	R$795.400	R$795.400	R$795.400	R$795.400	R$795.400	R$795.400	R$795.400	R$795.400	R$795.400	R$795.400	R$795.400
		R39																				
		R40	R$2.068.533	R$2.068.533	R$2.068.533	R$2.068.533	R$2.068.533	R$2.068.533	R$2.068.533	R$2.068.533	R$2.068.533	R$2.068.533	R$2.068.533	R$2.068.533	R$2.068.533	R$2.068.533	R$2.068.533	R$2.068.533	R$2.068.533	R$2.068.533	R$2.068.533	R$2.068.533
		R41																				
		R42																				
		R43					R$440.800	R$190.800	R$190.800	R$190.800	R$190.800	R$190.800	R$190.800	R$190.800	R$190.800	R$190.800	R$190.800	R$190.800	R$190.800	R$190.800	R$190.800	R$190.800
		R44	R$38.213	R$38.213	R$38.213	R$38.213	R$38.213	R$38.213	R$38.213	R$38.213	R$38.213	R$38.213	R$38.213	R$38.213	R$38.213	R$38.213	R$38.213	R$38.213	R$38.213	R$38.213	R$38.213	R$38.213
	Transformando áreas de Descarte	R45																				
		R46																				
		R47	R$6.560	R$6.560	R$6.560	R$6.560	R$6.560	R$6.560	R$6.560	R$6.560	R$6.560	R$6.560	R$6.560	R$6.560	R$6.560	R$6.560	R$6.560	R$6.560	R$6.560	R$6.560	R$6.560	R$6.560
		R48					R$9.906				R$9.906				R$9.906				R$9.906			
		R49																				
		R50																				
		R51	R$7.488	R$7.488	R$7.488	R$7.488	R$7.488	R$7.488	R$7.488	R$7.488	R$7.488	R$7.488	R$7.488	R$7.488	R$7.488	R$7.488	R$7.488	R$7.488	R$7.488	R$7.488	R$7.488	R$7.488
		R52																				
		R53																				
		R54		R$260.557	R$260.557																	
		R55			R$93.846																	
	Cooperando para Fortalecer	R56			R$24.943	R$24.943	R$24.943	R$24.943	R$24.943	R$24.943	R$24.943	R$24.943	R$24.943	R$24.943	R$24.943	R$24.943	R$24.943	R$24.943	R$24.943	R$24.943	R$24.943	R$24.943
		R57			R$44.850				R$44.850				R$44.850				R$44.850				R$44.850	
		R58			R$177.898	R$177.898	R$177.898	R$177.898	R$177.898	R$177.898	R$177.898	R$177.898	R$177.898	R$177.898	R$177.898	R$177.898	R$177.898	R$177.898	R$177.898	R$177.898	R$177.898	R$177.898
Destina Bem Jequié	Reaproveita e Recicla Jequié	R59	R$3.065	R$3.065	R$3.065	R$3.065	R$3.065	R$3.065	R$3.065	R$3.065	R$3.065	R$3.065	R$3.065	R$3.065	R$3.065	R$3.065	R$3.065	R$3.065	R$3.065	R$3.065	R$3.065	R$3.065
		R60																				
		R61																				
		R62									R$244.153	R$244.153										
		R63																				

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

Programa	Projeto	Ação	Curto					Médio					Longo									
			2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042
		R64																				
		R65																				
		R66																				
		R67																				
		R69																				
	Composta Jequié	R70			R$39.300																	
		R72																				
		R73					R$34.274 R$57.161	R$57.161	R$57.161	R$57.161	R$34.274 R$57.161	R$57.161	R$57.161	R$57.161	R$34.274 R$57.161	R$57.161	R$57.161	R$57.161	R$34.274 R$57.161	R$57.161	R$57.161	R$57.161
		R75																				
		R76			R$88.575 R$171.037	R$88.575 R$67.156	R$88.575 R$82.432	R$88.575 R$101.297	R$88.575 R$124.519	R$88.575 R$153.234	R$188.734	R$232.707	R$287.265	R$355.016	R$439.328	R$480.164	R$525.630	R$576.383	R$633.274	R$697.182	R$769.251	R$850.735
		R78																				
		R79									R$1.650.847	R$7.246.326										
	Disposição final adequada dos Rejeitos	R80																				
		R82																				
		R83										R$7.065 R$66.171.884	R$7.065 R$66.171.884	R$7.065 R$66.171.884	R$7.065 R$66.171.884	R$7.065 R$66.171.884	R$7.065 R$66.171.884	R$7.065 R$66.171.884	R$7.065 R$66.171.884	R$7.065 R$66.171.884	R$7.065 R$66.171.884	R$7.065 R$66.171.884
		R84																				
		R85																				
		R86																				
		R88																				
	Responsabilidade compartilhada	R89		R$65.448																		
		R90																				
		R91		R$86.144																		
		R92			R$65.448																	
		R93																				
		R94																				
		R95																				
		R96																				
		R97																				
		R98																				
		R99																				
		R100																				
		R101																				
Total de investimentos necessários			R$5.782.681	R$6.788.215	R$8.928.226	R$7.035.451	R$12.419.538	R$7.601.725	R$13.491.826	R$13.086.106	R$14.774.790	R$19.537.751	R$13.013.740	R$13.949.089	R$13.821.425	R$14.027.534	R$14.564.648	R$15.185.107	R$16.305.573	R$16.785.807	R$17.809.280	R$19.003.314
			R$27.052.715				R$32.021.263			R$27.086.106		R$33.487.491										

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

5.7.6 Ações de Emergência e Contingência

Toda atividade com potencial de gerar uma ocorrência atípica, cujas consequências possam provocar danos às pessoas, ao meio ambiente e a bens patrimoniais, inclusive de terceiros, devem ter, como atitude preventiva, um planejamento para ações de emergências e contingências.

As ações de emergência são aquelas que visam mitigar os efeitos de acidentes, de causa natural ou não, em qualquer um dos serviços de saneamento. Já as ações de contingência são aquelas que visam evitar ou minimizar impactos ambientais nos serviços de saneamento básico, que podem ou não ocorrer. Diferentemente das emergências, as contingências referem-se a eventos previsíveis e não acidentais (RECESA, 2014).

Para minimizar a probabilidade de ocorrência dessas eventualidades, um plano de ações de atendimento para situações de emergência e contingência deve ser feito, visando a mitigação dos efeitos de acidentes em qualquer um dos serviços de saneamento básico, de forma a garantir a segurança e a continuidade operacional das instalações afetadas com esses serviços.

Os projetos SOS Água, SOS Esgoto, SOS Drenagem e SOS Resíduos Sólidos apresentam as ações de emergência e contingência para os quatros serviços do saneamento básico. Ressalta-se que por se tratar de eventos atípicos não é possível realizar a programação dos custos dessas ações. Portanto, o **Quadro 100,** apresenta a estimativa dos investimentos individuais das ações.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 100 – Custos associados às ações de emergência e contingências dos serviços de saneamento básico

Programa	Projeto	Ações	Custo Estimado da Ação	Custo Estimado do Projeto
Emergência e Contingência para o Abastecimento de Água	SOS Água	Verificar o plano de ação (intervenção propostas) às características da ocorrência;	-	R$ 803.631,26
		Emissão de comunicado prévio à população, quando necessária a interrupção do abastecimento devido à realização de manutenção/melhoria/modificação preventiva,	-	
		Dialogar com órgãos de controle ambiental;	-	
		Contratar obras emergenciais para reparos nas instalações avariadas;	R$ 1.929,06	
		Adequar a ETA à água afluente, em casos de chuvas intensas que causem transtornos ao manancial.	-	
		Emitir comunicado à população, em casos de contaminação dos mananciais alterando a qualidade da água;	R$ 1.457,27	
		Dialogar com órgãos de controle ambiental, em casos de contaminação acidental dos mananciais;	-	
		Ampliar a fiscalização para determinar o agente causador;	R$ 405.139,19	
		Intensificar o monitoramento da água bruta e tratada;	R$ 313.551,26	
		Implementar rodízio de abastecimento, se necessário, quando ocorrer contaminação acidental doso mananciais;	-	
		Deslocar frota de caminhões pipa para fornecimento emergencial de água potável, quando ocorrer contaminação acidental doso mananciais.	R$ 5.148,00	
		Executar rodízio/racionamento do abastecimento, em casos de colapso no sistema devido ao consumo elevado;	-	
		Controlar a água reservada, quando ocorrer colapso no sistema devido ao consumo elevado;	-	
		Executar rodízio/racionamento do abastecimento;	-	
		Disponibilizar caminhões pipa para abastecimento emergencial, em secas prolongadas;	-	
		Controlar o volume de água nos reservatórios, em secas prolongadas;	-	
		Comunicar à concessionária de energia elétrica (Coelba);	-	
		Solicitar gerador de emergência à prestadora de serviços de fornecimento de energia elétrica;	-	
		Acionar a polícia, em casos de vandalismo;	-	
		Executar obras de reparo das instalações atingidas, em casos de vandalismo;	R$ 76.406,49	
		Implementar rodízio de abastecimento, se necessário, em casos de vandalismo.	-	
Emergência e Contingência	SOS Esgoto	Isolar o trecho danificado;	R$ 170.963,78	R$ 1.075.762,38
		Executar limpeza, desobstrução e reparo emergencial nas instalações danificadas.	R$ 867.156,82	

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Programa	Projeto	Ações	Custo Estimado da Ação	Custo Estimado do Projeto
para o Esgotamento Sanitário		Implantar rotina de monitoramento regular da qualidade de soluções alternativas.	-	
		Comunicar aos órgãos de controle ambiental o rompimento da rede;	-	
		Comunicar às autoridades de trânsito o rompimento da rede;	-	
		Sinalizar e isolar a área danificada para evitar acidentes;	R$ 217,00	
		Executar reparo da área danificada com urgência;	-	
		Isolar o trecho danificado do restante da rede.	-	
		Comunicar à concessionário de energia elétrica (Coelba);	-	
		Acionar gerador alternativo de energia;	R$ 25.025,78	
		Instalar tanque de acumulação do esgoto extravasado;	R$ 12.399,00	
		Comunicar aos órgãos de controle ambiental os problemas com os equipamentos e a possibilidade de ineficiência e paralisação das unidades de tratamento;	-	
		Instalar equipamento reserva e/ou realizar reparos nas estruturas danificadas com urgência;	-	
		Comunicar atos de vandalismo à polícia local;	-	
		Promover o isolamento da área e contenção do vazamento do efluente;	-	
		Promover a limpeza da área com caminhão limpa fossa e encaminhar o efluente para o tratamento adequado;	-	
		Promover o isolamento da fossa inadequada	-	
Emergência e Contingência para a Drenagem Urbana	SOS Drenagem	Comunicar o problema à população;	R$ 1.457,27	R$ 2.459.528,68
		Comunicar o problema às instituições, autoridades e Defesa Civil Municipal;	-	
		Encaminhar a população para local seguro, caso exista pessoas em risco;	R$ 787.609,53	
		Executar o serviço de tapa-buraco em casos de erosão nas estradas vicinais;	R$ 1.419.340,00	
		Reparar as instalações danificadas;	R$ 94.044,88	
		Comunicar atos de vandalismo à polícia local;	-	
		Organizar e estruturar um local para acolhimento das famílias atingidas pelos eventos críticos;	R$ 157.077,00	
		Estruturar uma rede de apoio com a convocação de voluntário e para recebimento de doações.	-	
Emergência e Contingência para o manejo	SOS Resíduos	Conceber e implementar cadastro de empresas atualizado que forneçam equipamentos e mão de obra ou preste serviço de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana para a contratação em caráter emergencial;	-	R$ 4.799.792,66

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Programa	Projeto	Ações	Custo Estimado da Ação	Custo Estimado do Projeto
de Resíduos Sólidos		Conceber e implementar cadastro atualizado dos equipamentos de disposição e destinação final de resíduos sólidos ambientalmente adequado, bem como unidade de triagem, de municípios próximos, para serviços de contratação em caráter emergencial;	-	
		Conceber e implementar cadastro atualizado de empresas especializadas em coleta e destinação final ambientalmente adequado de resíduos especiais, incluindo RSS, para serviços de contratação em caráter emergencial;	-	
		Conceber e implementar cadastro atualizado de cooperativas regionais de catadores de resíduos recicláveis, para serviços de contratação em caráter emergencial;	-	
		Conceber e implementar cadastro atualizado de compradores de material recicláveis de outros polos regionais, para contratação em caráter emergencial;	-	
		Conceber e implementar cadastro atualizado de todas as empresas que prestam serviços para viabilizar os acordos setoriais do sistema de logística reversa, para a contratação em caráter emergencial.	-	
		Elaborar, implementar e estabelecer fiscalização da utilização de EPI pelos operadores;	R$ 124.257,20	
		Regulamentar o tipo de acondicionamento para cada resíduos (resíduos domiciliares-residenciais, com volume de até 100 litros; resíduos gerados por pedestres nas vias públicas; resíduos de serviços de saúde; resíduos de feiras; resíduos de construção e obras civis; resíduos recicláveis; resíduos domiciliares-residenciais e não residenciais com volume superior a 100 litros (grandes produtores comerciais); resíduos de varrição; e, resíduos de serviços congêneres) a ser utilizado no município;	-	
		Recomendar aos operadores uma reserva técnica de 15% para equipamentos e no dimensionamento das equipes de trabalho;	-	
		Elaborar e implementar projeto de manutenção de todos os equipamentos utilizados na prestação dos serviços;	R$ 7.438,80	
		Implementar e manter canal de comunicação em pleno funcionamento, para informar e orientar a população urbana e rural sobre a operação e dados da prestação dos serviços elaborar e implementar programa de fiscalização pela vigilância sanitária do município, do manejo dos resíduos sólidos nas unidades de resíduos de serviço de saúde local;	-	
		Realizar atualizações no plano de ação para as ocorrências de incêndio;	-	
		Articular com órgãos ambientais e de recursos hídricos uma gestão de riscos ambientais, para ações conjuntas.	-	
		Informar e orientar a população urbana e rural sobre paralisações ou interrupções dos serviços, através dos canais de comunicação disponíveis, sobre os procedimentos a serem adotados.	-	

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Programa	Projeto	Ações	Custo Estimado da Ação	Custo Estimado do Projeto
		Contratar em caráter emergencial empresas que forneça mão de obra ou preste serviço de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana;	R$ 1.483.334,13	
		Acionar a cota mínima de trabalhadores para atender os pontos críticos da área comercial;	R$ 134.855,16	
		Contratar em caráter emergencial empresas especializadas em coleta e destinação final ambiental adequado de resíduos especiais, incluindo RSS;	R$ 717.166,63	
		Acionar cooperativas que possam, em caráter emergencial, assumir rotas de coleta seletiva prejudicadas;	-	
		Promover negociações com os funcionários.	-	
		Abrir seleção imediata para contratação e novos funcionários	R$ 324.088,08	
		Substituir os veículos com problema pelos veículos previsto na reserva técnica, em caso de danos nos veículos de coleta seletiva;	R$ 267.000,00	
		Contratar em caráter emergencial empresas que forneçam equipamentos para o manejo de resíduos sólidos;	-	
		Providenciar reparo imediato dos veículos;	R$ 1.800,00	
		Destinar os resíduos para outra Unidade de Triagem;	R$ 717.166,63	
		Armazenar os resíduos recicláveis, na medida do possível, em locais estratégicos;	-	
		Informar à população para devida colaboração;	-	
		Providenciar reparo imediato de equipamentos ou estruturas danificados;	R$ 1.800,00	
		Se for ocasionado por incêndio, adquirir novo espaço para realização do serviço;	R$300.000,00	
		Destinar os resíduos para o Aterro Sanitário, em caráter emergencial;	R$ 717.166,63	
		Em caso de danos nas instalações de PEV e LEV recuperar o mais rápido possível, informando a população locais alternativos para funcionamento em caráter provisório, o recebimento dos resíduos.	R$ 3.719,40	
		Se ocorrer acidente e existir área de risco, evacuar a área;	-	
		Providenciar reparos imediatos em equipamentos ou estruturas danificados;	-	
		Buscar disposição dos rejeitos em cidades vizinhas;	-	
		Contratar, em caráter emergência, empresas especializadas na destinação final dos resíduos.	-	
		Estabelecer rotas alternativas e/ou coleta alternativa com equipamentos menores ou manual;	-	
		Realizar mutirões de limpeza em vias críticas com ajuda dos moradores.	-	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

376

Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Produto 8 – Relatório Final do PMSB e do PMGIRS

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃ

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

6 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Relatório de Indicadores de Desempenho do Plano Municipal de Saneamento Básico tem como objetivo o acompanhamento e avaliação da implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Jequié.

Para tal, é necessária a construção de um sistema de indicadores que contemple a dimensão da infraestrutura implantada, os aspectos socioeconômicos e culturais, bem como a qualidade dos serviços ofertados e da solução empregada.

Os indicadores dos componentes do saneamento básico alimentarão o Sistema de Informação Municipal em Saneamento, como disposto no inciso VI, art 9º da Lei 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020. O objetivo deste sistema é monitorar a situação do saneamento municipal em todo o processo de planejamento, elaboração, implantação e avaliação. Este monitoramento auxiliará o processo de tomada de decisão dos gestores sobre as intervenções necessárias para melhoria dos serviços, além de ser importante ferramenta para o controle social, já que estas informações deverão ser divulgadas à população.

Os indicadores, suas respectivas categorias e subcategorias estão apresentados nos quadros a seguir.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 101 - Indicadores da categoria de análise Universalização do Acesso

Categoria	Universalização		
Subcategoria	**Sigla**	**Definição do Indicador**	**Unidade**
Abastecimento de Água	UA1	Cobertura de Atendimento de Água	Percentual (%)
	UA2	Cobertura de Atendimento de Água aos Domicílios	Percentual (%)
	UA3	Cobertura de Atendimento de Água à População Urbana	Percentual (%)
	UA4	Cobertura Atendimento de Água aos Domicílios Urbanos	Percentual (%)
	UA5	Atendimento de Água à População Rural	Percentual (%)
	UA6	Cobertura de Atendimento de Água aos Domicílios Rurais	Percentual (%)
	UA7	Cobertura de atendimento de Água (Soluções Individualizadas[1])	Percentual (%)
	UA8	Cobertura de atendimento de Água às Famílias por Cisternas para Consumo Humano	Percentual (%)
	UA9	Cobertura de Atendimento de Água às Famílias por Cisternas de Produção	Percentual (%)
Esgotamento Sanitário	UE1	Cobertura de Atendimento de Esgoto (rede de esgotamento sanitário)	Percentual (%)
	UE2	Cobertura de Atendimento de Esgoto (rede de esgotamento sanitário) aos Domicílios	Percentual (%)
	UE3	Cobertura de Atendimento de Esgoto à População Urbana (rede de esgotamento sanitário)	Percentual (%)
	UE4	Cobertura de Atendimento de Esgoto aos Domicílios Urbanos (rede de esgotamento sanitário)	Percentual (%)
	UE5	Cobertura de atendimento de esgoto à População Rural (rede de esgotamento sanitário)	Percentual (%)
	UE6	Cobertura de Atendimento de Esgoto aos Domicílios Rurais (rede de esgotamento sanitário)	Percentual (%)
	UE7	Cobertura de Atendimento de Esgoto (solução individualizada[2])	Percentual (%)
	UE8	Cobertura de Atendimento de esgoto à População Urbana (solução individualizada)	Percentual (%)

[1]Soluções Individualizadas de abastecimento de água são soluções onde a fonte de captação (poços, cisternas, nascentes, etc.) abastece somente uma residência.

[2]Soluções Individualizadas de esgotamento sanitário são aquelas onde o destino final do esgoto (fossas sépticas, bacia de evapotranspiração, círculo da bananeira, etc.) atende somente uma residência.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié
quinta-feira, 29 de junho de 2023 | Ano IX - Edição nº 01780 | Caderno 1
Diário Oficial do Município 607

Categoria	Universalização		
Subcategoria	Sigla	Definição do Indicador	Unidade
	UE9	Cobertura de Atendimento de Esgoto à População Rural (solução individualizada)	Percentual (%)
	UE10	Cobertura de Domicílios que Possuem Unidades Hidrossanitárias	Percentual (%)
Manejo de Resíduos Sólidos	UR1	Cobertura do Serviço de Coleta de RDO	Percentual (%)
	UR2	Cobertura do Serviço de Coleta de RDO aos Domicílios	Percentual (%)
	UR3	Cobertura Urbana do Serviço de Coleta de RDO	Percentual (%)
	UR4	Cobertura do Serviço de Coleta de RDO aos Domicílios Urbanos	Percentual (%)
	UR5	Cobertura Rural do serviço de coleta de RDO	Percentual (%)
	UR6	Cobertura do Serviço de Coleta de RDO aos Domicílios Rurais	Percentual (%)
	UR7	Cobertura Urbana do Serviço de Coleta Seletiva	Percentual (%)
	UR8	Cobertura do Serviço de Coleta Seletiva aos Domicílios	Percentual (%)
Drenagem Urbana	UD1	Cobertura de Drenagem Urbana	Percentual (%)

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Quadro 102 - Indicadores da categoria de análise Tecnologia Apropriada

Categoria	Tecnologia Apropriada	
Subcategoria	Sigla	Definição do indicador
-	TA1	Tecnologia Adotada - Abastecimento de Água
	TE1	Tecnologia Adotada - Esgotamento Sanitário
	TR1	Tecnologia Adotada - Resíduos Sólidos
	TR2	
	TD1	Tecnologia Adotada - Manejo de Águas Pluviais
	TD2	

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 103 - Indicadores da categoria de análise Qualidade dos Serviços Prestados

Categoria	Qualidade dos Serviços		
Subcategoria	**Sigla**	**Definição do indicador**	**Unidade**
Qualidade da água	QA1	Taxa de Conformidade da Quantidade de Amostra - Cloro Residual	Percentual (%)
	QA2	Incidência das Análises de Cloro Residual Fora do Padrão	Percentual (%)
	QA3	Taxa de Conformidade da Quantidade de Amostra - Turbidez	Percentual (%)
	QA4	Incidência das Análises de Turbidez Fora do Padrão	Percentual (%)
	QA5	Taxa de Conformidade da Quantidade de Amostra – Coliformes Totais	Percentual (%)
	QA6	Incidência das Análises de Coliformes Totais Fora do Padrão	Percentual (%)
Cortesia no atendimento ao usuário	QC1	Taxa de Reclamações do Serviço de Abastecimento de Água*	Reclamações/mês.Lig.Atv.
	QC2	Taxa de Reclamações do Serviço de Esgotamento Sanitário*	Reclamações/mês.Lig.Atv.
	QC3	Taxa de Reclamações do Serviço Coleta de Resíduos*	Reclamações/logradouro
	QC4	Taxa de Reclamações do Serviço de Drenagem Urbana*	Reclamações/logradouro
Regularidade / continuidade	QR1	Duração Média das Paralisações	Hora/Paralisação
	QR2	Duração Média das Intermitências	Hora/Paralisação?
	QR3	Economias Ativas Atingidas por Paralisações	Economias/Paralisações
	QR4	Economias Ativas Atingidas por Intermitências	Economias/Interrupções
	QR5	Duração Média dos Reparos de Extravasamentos de Esgotos	Hora/Extravasamento
	QR6	Extravasamentos de Esgotos por Extensão de Rede	Extravasamento/km
Segurança	QS1	Nível de Segurança Contra Contaminação dos Mananciais Aquíferos (sup. e subterrâneo)	Percentual (%)
	QS2	Ocorrências quanto a Vandalismo, Roubo/Furto e Depredações.	**Ocorrências**
	QS3	Risco de Acidente de Trabalho	Percentual (%)
	QS4	Taxa de deposições irregulares per capita	Percentual (%)
Condições técnico-operacionais e de manutenção	QT1	Cadastro Técnico Atualizado da Rede de Abastecimento de Água	Percentual (%)
	QT2	Cadastro Técnico Atualizado da Rede de Esgotamento Sanitário	Percentual (%)
	QT3	Cadastro Técnico Atualizado do Sistema de Drenagem	Percentual (%)
	QT4	Cadastro da Rota de Coleta de Resíduo Sólido	Percentual (%)
	QT5	Grau de Qualificação Técnica dos Profissionais de Nível Superior	Percentual (%)
	QT6	Grau de Qualificação Técnica dos Profissionais de Nível Técnico	Percentual (%)
	QT7	Grau de Qualificação Técnica dos Profissionais Qualificados	Funcionários/Ano
Modicidade das tarifas	QM1	Participação das Economias Residenciais de Água no Total das Economias de Água	Percentual (%)
	QM2	Participação da Tarifa Mínima Aplicada no Abastecimento de Água no Salário Mínimo	Percentual (%)
	QM3	Part. das Econ. Residenciais Contempladas com Tarifa Social no Tot. Econ. ativas de Água	Percentual (%)

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 104 – Indicadores da categoria de Adequação à Saúde Pública

Categoria	Adequação à Saúde Pública		
Subcategoria	**Sigla**	**Definição do indicador**	**Unidade**
Saúde Pública	AS1	Taxa de incidência de Esquistossomose	Casos/ 1000 hab.
	AS2	Taxa de incidência de Dengue	Casos/ 1000 hab
	AS3	Taxa de incidência de Hepatite A	Casos/ 1000 hab.
	AS4	Taxa de incidência de Leptospirose	Casos/ 1000 hab.

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Quadro 105 – Indicadores da categoria de análise Intersetorialidade

Código	Nome	Objetivo	Periodicidade do Cálculo	Responsável pela Geração	Responsável pela Divulgação	Intervalo de Validade	Fontes de Origem Dos Dados
Indicador da Existência de normativas instrumentos legais e institucionais	Consolidar a existência de relatórios dos instrumentos legais e projetos desenvolvidos na área	Anual	Gestor	A divulgação dos dados obtidos pelo indicador será feita pelo gestor	A atualização dos dados obtidos pelo indicador será feita pelo gestor	Conforme periodicidade de ocorrência: anual	Colaborador da Prefeitura Municipal indicado pelo Gestor
Indicador de existência de mecanismos de integração e articulação nas esferas administrativas	Identificar a interface entre as áreas administrativas afins com o saneamento	Anual	Gestor	A divulgação dos dados obtidos pelo indicador será feita pelo gestor	A atualização dos dados obtidos pelo indicador será feita pelo gestor	Conforme periodicidade de ocorrência: anual	Colaborador da Prefeitura Municipal indicado pelo Gestor
Indicador de existência de articulação institucional	Identificar articulação entre setores afins ao saneamento	Anual	Gestores institucionais	A divulgação dos dados obtidos pelo indicador será feita pelo gestor institucional	A atualização dos dados obtidos pelo indicador será feita pelo gestor institucional	Conforme periodicidade de ocorrência: anual	Gestor institucional

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 106 – Indicadores da categoria de análise Eficiência

Categoria	Análise Eficiência		
Subcategoria	**Sigla**	**Definição do indicador**	**Unidade**
Energética	EE1	Taxa de consumo de energia elétrica em sistemas de abastecimento de água	kWh/m³
Pessoal e Despesas	EP1	Produtividade: Economias Ativas por Pessoal Próprio	Economias/ empregados
	EP2	Incidência da Despesa de Pessoal e de Serviços de Terceiros nas Despesas Totais de Serviços	Percentual (%)
	EP3	Taxa de Empregados para o Funcionamento do Sistema de Abastecimento de Água	Percentual (%)
	EP4	Taxa de Empregados para o Funcionamento do Sistema Esgotamento Sanitário	Percentual (%)
	EP5	Taxa de Empregados para o Funcionamento do Sistema de Drenagem Urbana	Percentual (%)
	EP6	Taxa de Empregados para o Manejo dos Resíduos Sólidos	Percentual (%)
	EP7	Produtividade dos empregados envolvidos na coleta dos Resíduos Sólidos	Kg/ empregados/ dia
	EP8	Incidência de empregados próprios no total de empregados no manejo de RSU	Percentual (%)
	EP9	Incidência de empregados gerenciais e administrativos no total de empregados no manejo de RSU	Percentual (%)
	EP10	Incidência de varredores no total de empregados no manejo de RSU	Percentual (%)
	EP11	Incidência de capinadores no total empregados no manejo de RSU	Percentual (%)
	EP12	Taxa de catadores organizados	Percentual (%)
	EP13	Taxa de catadores remunerados pelo serviço público	Percentual (%)
	EP14	Incidência das despesas com o manejo de RSU nas despesas da prefeitura	Percentual (%)
	EP15	Despesa per capita com manejo de RSU em relação à população urbana	R$/hab
Recursos financeiros	ER1	Taxa de Faturamento de Água	Percentual (%)
Técnico-operacional	ET1	Taxa dede instalação do hidrômetro	Percentual (%)
	ET2	Perdas na distribuição	Percentual (%)
	ET3	Taxa de Utilização da Infraestrutura de Produção de Água	Percentual (%)
	ET4	Taxa de Utilização da Infraestrutura de Tratamento de Esgoto	Percentual (%)
	ET5	Taxa de Tratamento do Esgoto Coletado	Percentual (%)
	ET6	Eficiência das Ações Contra Eventos Relacionadas à Chuva	Percentual (%)
	ET7	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis	Percentual (%)
	ET8	Taxa de Recuperação de Matéria Orgânica	Percentual (%)
	ET9	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis per capita	Kg/hab/ano
	ET10	Taxa de Recuperação de material orgânico per capita	Kg/hab/ano
	ET11	Cobertura de Coleta dos Resíduos Sólidos da Construção Civil	Percentual (%)
	ET12	Cobertura de Coleta dos Resíduos Sólidos da Construção Civil per capita	Kg/hab/ano
	ET13	Cobertura de Coleta dos Resíduos Sólidos da Saúde	Percentual (%)
	ET14	Cobertura de Coleta dos Resíduos Sólidos da Saúde per capita	Kg/1000hab/ano

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Categoria	Análise Eficiência		
Subcategoria	Sigla	Definição do indicador	Unidade
	ET15	Cobertura de coleta dos resíduos secos por coleta seletiva	Percentual (%)
	ET16	Cobertura de coleta dos resíduos orgânicos por coleta seletiva	Percentual (%)
	ET17	Taxa de matéria orgânica estabilizada por biodigestão	Percentual (%)
	ET18	Consumo médio *per capita* de água	L/hab.dia
	ET19	Produção *per capita* de Resíduos Sólidos	L/hab.dia

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Quadro 107- Indicadores da categoria Sustentabilidade Econômica

Categoria	Sustentabilidade Financeira		
Subcategoria	Sigla	Definição do indicador	Unidade
-	SF1	Indicador de Desempenho Financeiro	Percentual (%)
	SR1	Evasão de Receitas	Percentual (%)
	SR2	Participação da Receita Operacional Direta de Água na Receita Operacional Total	Percentual (%)
	SR3	Participação da Receita Operacional Direta de Esgoto na Receita Operacional Total	Percentual (%)
	SR4	Participação da Receita Operacional Direta de Resíduos Sólidos na Receita Operacional Total	Percentual (%)
	SR5	Receita arrecadada per capita dos serviços de manejo de RSU	R$/habitante
	SR6	Autossuficiência financeira da prefeitura com o manejo de RSU	Percentual (%)

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 108 - Indicadores da categoria Participação e Controle Social

Código	Nome	Objetivo	Periodicidade do Cálculo	Responsável pela Geração	Responsável pela Divulgação	Intervalo de Validade	Fontes de Origem Dos Dados
Constituição de instância de controle social	Conferir instalação do Conselho Municipal de Saneamento Básico ou de Instância de controle social que exerça esse papel	Bienal	Conselho Municipal e gestor	A divulgação dos resultados obtidos pelo indicador será feita pelo Conselho Municipal e pelo gestor	A atualização dos resultados obtidos pelo indicador será feita pelo Conselho Municipal e pelo gestor	Conforme periodicidade de ocorrência: bienal	Município/Conselho Gestor
Fortalecimento de instâncias de cunho participativo	1) Identificar instâncias de cunho participativo. 2)Desenvolver atividades integradas com diferentes temáticas sobre o Saneamento.	Anual	Conselho Municipal e gestor	A divulgação dos resultados obtidos pelo indicador será feita pelo Conselho Municipal e pelo gestor	A atualização dos resultados obtidos pelo indicador será feita pelo Conselho Municipal e pelo gestor	Conforme periodicidade de ocorrência: anual	Relatórios de identificação de instâncias de acompanhamento do Conselho
Acesso à informação	Constatar a transparência nas implementações das ações do PMSB e do PMGIRS	Anual	Conselho Municipal e gestor	A divulgação dos resultados obtidos pelo indicador será feita pelo Conselho Municipal e pelo gestor	A atualização dos resultados obtidos pelo indicador será feita pelo Conselho Municipal e pelo gestor	Conforme periodicidade de ocorrência: anual	Município/Conselho Gestor
Realização de atividades de participação e controle social	1. Dar visibilidade às ações nos diferentes setores de mobilização. 2. Manter a descentralização do processo decisório 3. Qualificar diferentes atores sociais para acompanhamento da implementação do PMSB e do PMGIRS	Anual	Conselho Municipal e gestor	A divulgação dos resultados obtidos pelo indicador será feita pelo Conselho Municipal e pelo gestor	A atualização dos dados obtidos pelo indicador será feita pelo Conselho Municipal e pelo gestor	Conforme periodicidade de ocorrência: anual	Construção de relatório com registro das atividades de participação e controle social pelo Município/Conselho Gestor

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 109 - Indicadores da categoria de análise Implementação do PMSB

Categoria		Implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico
Subcategoria	Sigla	Definição do indicador
Abastecimento de Água	AC1	Índice de implementação de ações de curto prazo
	AC2	Índice de implementação de ações de médio prazo
		Índice de implementação de ações emergenciais
Esgotamento Sanitário	GC1	Índice de implementação de ações de curto prazo
	GC2	Índice de implementação de ações de médio prazo
	GC3	Índice de implementação de ações de longo prazo
Resíduos Sólidos	RC1	Índice de implementação de ações de curto prazo
	RC2	Índice de implementação de ações de médio prazo
	RC3	Índice de implementação de ações de longo prazo
Drenagem Urbana	DC1	Índice de implementação de ações de curto prazo
	DC2	Índice de implementação de ações de médio prazo
	DC3	Índice de implementação de ações de longo prazo
Gestão dos Serviços Públicos	GD1	Índice de implementação de ações de curto prazo
	GD2	Índice de implementação de ações de médio prazo
	GD3	Índice de implementação de ações de longo prazo

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Quadro 110 - Indicadores da categoria Fiscalização e Regulação dos Serviços de Saneamento Básico

Código	Nome	Objetivo	Periodicidade do Cálculo	Responsável pela Geração	Responsável pela Divulgação	Intervalo de Validade	Fontes de Origem Dos Dados
Regulação e Fiscalização dos serviços	Avaliar a atuação do ente regulador e fiscalizador	Anual	Gestor	A divulgação dos resultados obtidos pelo indicador será feita pelo conselho gestor /Agência reguladora	A atualização dos resultados obtidos pelo indicador será feita pelo conselho gestor /Agência reguladora	Conforme periodicidade de ocorrência: anual	Conselho Gestor /Agência reguladora
Operacionalização do ente regulador e fiscalizador	Identificar e descrever as normas e estrutura do ente regulador	Anual	Gestor	A divulgação dos resultados obtidos pelo indicador será feita pelo Conselho gestor/Agência reguladora	A atualização dos resultados obtidos pelo indicador será feita conselho gestor/Agência reguladora	Conforme periodicidade de ocorrência: anual	Conselho Gestor /Agência reguladora

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

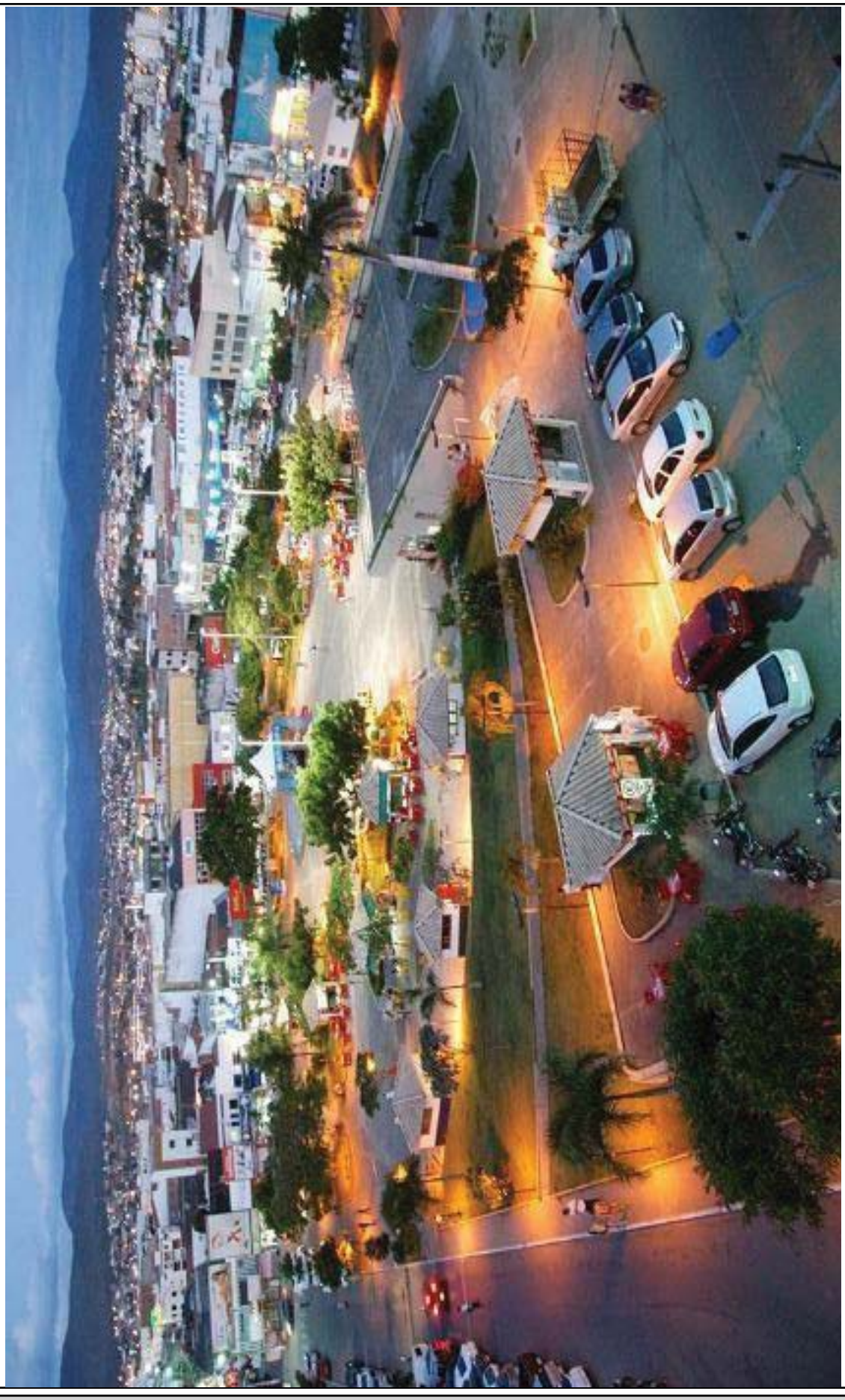
Quadro 111 – Descrição dos indicadores de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Saneamento Básico

Código	Nome	Objetivo	Periodicidade do Cálculo	Responsável pela Geração	Responsável pela Divulgação	Intervalo de Validade	Fontes de Origem Dos Dados
Regulação e Fiscalização dos serviços	Avaliar a atuação do ente regulador e fiscalizador	Anual	Gestor	A divulgação dos resultados obtidos pelo indicador será feita pelo conselho gestor /Agência reguladora	A atualização dos resultados obtidos pelo indicador será feita pelo conselho gestor /Agência reguladora	Conforme periodicidade de ocorrência: anual	Conselho Gestor /Agência reguladora
Operacionalização do ente regulador e fiscalizador	Identificar e descrever as normas e estrutura do ente regulador	Anual	Gestor	A divulgação dos resultados obtidos pelo indicador será feita pelo Conselho gestor/Agência reguladora	A atualização dos resultados obtidos pelo indicador será feita conselho gestor/Agência reguladora	Conforme periodicidade de ocorrência: anual	Conselho Gestor /Agência reguladora

Fonte: Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria, 2022.

Av. Otávio Mangabeira | S/N | Km 3 | Jequié-Ba
pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br
Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié



MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DO PMSB E DO PMGIRS

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

7 MINUTA DO PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº /2022

Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos destinados à Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Saneamento Básico, referente ao abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, em todo o território do município de Jequié-BA.

A Câmara Municipal de Vereadores de Jequié/BA aprovou e eu, Prefeito Municipal, Zenildo Brandão Santana, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo Único, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para a gestão e execução dos serviços públicos municipais de Abastecimento de Água Potável, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas, em todo o território do município, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007, na Lei Federal nº 14.026/2020, na Lei Federal nº 12.305/2010, na Lei Estadual nº 11.172/2008 e na Lei Estadual nº 12.932/2014.

Parágrafo único - Os recursos financeiros para a implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Jequié deverão constar do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos

Anuais do Município.

Art. 2º - O Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de contempla um período de 20 (vinte) anos e contém como principais elementos:

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

I - Avaliação e caracterização da situação de saneamento básico do Município, por meio de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e de qualidade de vida da população;

II - Objetivos e diretrizes gerais, definidos mediante planejamento integrado, observando outros planos setoriais e regionais.

III - Estabelecimento de metas de curto, médio e longo prazos.

IV - Identificação dos obstáculos de natureza político-institucional, legal, econômico-financeira, administrativa, cultural e tecnológica que se interpõem à consecução dos objetivos e metas propostos.

V - Formulação de estratégias e diretrizes para a superação dos obstáculos identificados.

VI - Caracterização e quantificação dos recursos humanos, materiais, tecnológicos, institucionais e administrativos necessários à execução das ações propostas.

VII - Cronograma de execução das ações formuladas.

VIII - Definição dos recursos financeiros necessários, das fontes de financiamento e cronograma de aplicação.

IX - Programa de investimentos em obras e outras medidas relativas à utilização, recuperação, conservação e proteção dos sistemas de saneamento básico, em consonância com o Plano Plurianual de Ação Governamental.

Art. 3º- A execução do PMSB e PMGIRS deverá ser realizada de forma articulada e integrada entre as diversas instituições e órgãos públicos do município das áreas de saúde, meio ambiente, obras e saneamento, inclusive delegatárias da prestação e da regulação e fiscalização dos respectivos serviços.

Art. 4º O executivo municipal, bem como os responsáveis listados no PMSB e no PMGIRS, deverão cumprir com suas responsabilidades e atenderem ao planejamento estabelecido conforme metas para universalização dos serviços de saneamento básico.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Art. 5º - Os recursos financeiros para a implementar do Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Jequié deverão constar do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais do Município.

Art. 6º O Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Jequié/BA será revisto periodicamente, em prazo não superior a 10 (dez) anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

Parágrafo único – A revisão do PMSB e PMGIRS deve observar:

I - Atualização do diagnóstico do município;

II - Avaliação e caracterização da situação da salubridade do Município, por meio de indicadores sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - Avaliação do nível de integração com outros planos setoriais e regionais;

IV - Avaliação do cumprimento das metas estabelecidas;

V - Identificação dos obstáculos de natureza político-institucional, legal, econômico-financeira, administrativa, cultural e tecnológica que se interpõem à consecução dos objetivos e metas propostos e formulação de estratégias e diretrizes para a superação dos obstáculos identificados;

VI - Avaliação do cronograma de execução das ações propostas.

Art. 7º O Projeto de Lei relativo à revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Jequié, ouvida a instância de controle social, será encaminhado pelo Prefeito do Município à Câmara de Vereadores, no máximo 2 meses após a sua atualização.

Parágrafo Único - A previsão orçamentária para a implantação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Jequié/BA deverá constar das leis sobre o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual do Município.

Art. 8º - Todas as revisões do Plano deverão ser elaboradas por órgão do executivo municipal responsável pela coordenação da gestão do saneamento básico no Município, mediante aprovação do Comitê de Coordenação, formado por representantes do poder

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

público e sociedade civil que atuam no saneamento básico do Município, e acompanhado pela instância de controle social.

Art. 9º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, deverá ser elaborada em articulação com as prestadoras dos serviços e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

I – das Políticas Estaduais de Saneamento Básico, de Resíduos Sólidos e de Meio Ambiente;

II – dos Planos Estaduais de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos.

§ 1º A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido.

§ 2º O Poder Executivo Municipal, na realização do estabelecido neste artigo, poderá solicitar cooperação técnica do Estado da Bahia.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, de de 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

REFERÊNCIAS

ABAS. Associação Brasileira de Águas Subterrâneas. Águas Subterrâneas: o que são? Disponível em: <https://www.abas.org/aguas-subterraneas-o-que-sao/> Disponível em 29 set. 2021.

AGERSA. Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia. Nota Técnica nº 23/2019. Disponível em: www.agersa.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Nota_Tecnica_Ibipitanga.pdf. Acesso em 28 jun. 2021.

AGERSA. Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia. Manual de fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Salvador, 2021.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Sedur. Estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado da Bahia. Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.sedur.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=22>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BARROS, R. T. V. Elementos de Gestão de Resíduos Sólidos. Belo Horizonte. Tessitura, 2012.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.026-de-15-de-julho-de-2020-267035421>. Acesso em: 15 set. 2020.BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 jan 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. DOU de 22.6.2010 - Edição extra. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7217.htm>. Acesso em: 05 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.107/2005, de 06 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. DOU de 7.4.2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm>. Acesso em: 05 fev. 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

BRASIL. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. DOU de 8.1.2007 e retificado em 11.1.2007. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 05 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.305/2010, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. DOU de 3.8.2010. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm>. Acesso em: 05 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Cidades. Institutos de Pesquisas Tecnológicas – IPT. Mapeamento de Riscos em Encostas e Margem de Rios. Brasília: Ministério das Cidades, 2007.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Secretaria Geral. Projeto RADAMBRASIL, Folha SD. 23, Salvador; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1982. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=214552&view=detalhes>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. PLANSAB - Plano Nacional de Saneamento Básico. Brasília, 2019. Disponível em: < https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSDRU/ArquivosPDF/Versao_Conselhos_Resolu%C3%A7%C3%A3o_Alta_-_Capa_Atualizada.pdf>. Acesso em: 02 FEV 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em:<http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>. Acesso em: 06 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. ICLEI - Brasil. Planos de gestão de resíduos sólidos: manual de orientação. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES). Brasília: MMA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/agendaambientalurbana/lixao-zero/plano_nacional_de_residuos_solidos-1.pdf>. Acesso em 15 mai. 2022.

BUARQUE, Sérgio C. Metodologia e Técnicas de Construção de Cenários Globais e Regionais. Texto para discussão Nº 939, IPEA – Brasília, 2003.

CERB. Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia. Informações disponibilizadas via e-mail, como resposta à solicitação feita pela Superintendência de Saneamento da Sihs – Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento, por meio do nº SEI 1345-13. Salvador, 2020.

DATASUS. Departamento de Informática do SUS. Estatísticas Vitais. Ministério da Saúde. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>. Acesso em: 16 jun. 2020.

EMBASA. Empresa Baiana de Águas e Saneamento. Plano Setorial Padrão Completo. Jequié, 2020. Disponível em:< http://www.jequie.ba.gov.br/wp-

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

content/uploads/2020/03/Anexo-1-Plano-Setorial-Saneamento-Jequi%C3%A9.pdf >. Acesso em: 04 mai. 2022.

FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente. Orientações Básicas para Drenagem Urbana. Belo Horizonte. 2006. Disponível em: <http://www.feam.br/images/stories/arquivos/Cartilha%20Drenagem.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

FIEB. Federação das Indústrias do Estado da Bahia. Disponível em:<http://www.fieb.org.br/guia/Resultado_Consulta.aspx?localizacao=26&ordenacao=ind_razao_social&page=1&consulta=Consulta+B%u00e1sica&consulta=Consulta+B%u00e1sica&consulta=Consulta+B%u00e1sica&consulta=Consulta+B%u00e1sica&consulta=Consulta+B%u00e1sica&consulta=Consulta+B%u00e1sica>. Acesso em: 22 fev. 2021.

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde. Manual de Saneamento. 4ª edição. Brasília. Ministério da Saúde 2006.

FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. Gestão da coleta seletiva e de organizações de catadores: indicadores e índices de sustentabilidade. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP, 2017. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/documents/20182/39040/MANUAL_COLETA_SELETIVA.pdf/d4a5fd4b-9af1-413b-b136-7592a47fa63d>. Acesso em 15 fev. 2022.

FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. Gestão econômico-financeira no setor de saneamento. 2. ed. Brasília: 2014. 200 p.

FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Orientação para Criação e Organização de Autarquias Municipais de Água e Esgoto. Brasília, 2001.

FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Saneamento. 4ª edição. Ministério da Saúde. Brasília. 2015.

FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Saneamento. 4ª edição. Ministério da Saúde. Brasília. 2006.

FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. Programa Nacional de Saneamento Rural. Brasília, 2019.

FUNDAÇÂO BANCO DO BRASIL. Fossas Sépticas Econômicas. Tecnologia Social. Prefeitura Municipal de Caratinga, MG. 2011. Disponível em: <http://www.abravideo.org.br/Abravideo/arquivos/Folders%20FBB%202011/13_fossas_septicas.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. Bahia – Jequie. História e Fotos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jequie/historico>. Acesso em 30 out. 2021.

IBGE. Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Manual técnico de geomorfologia. 2. ed. Rio de Janeiro,2009. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=281611>. Acesso em: 06 fev. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. Bahia – Jequié, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jequie/panorama>. Acesso em: 21 fev. 2021.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

IBGE. Instituto Brasileiro de Geo3grafia e Estatística. Sinopse dos Resultados do Censo 2010.

IMBITUBA. Plano de Saneamento Básico de Imbituba - Ações para emergência e contingência. Imbituba/SC. 2012. Disponível em: <http://www.imbituba.sc.gov.br/f/saneamento/17991-18019.pdf >. Acesso em: 03 out. 2021.

INEMA, Programa Monitora qualidade das águas do estado da Bahia. PROGRAMA MONITORA. 2014. Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/files/Relatrio_Pardo_C2_2014.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diagnóstico dos Resíduos Sólidos da Atividade de Mineração de Substâncias Não Energéticas. Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7702/1/RP_Diagn%C3%B3stico_2012.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

JEQUIÉ. Prefeitura Municipal de Jequié. Economia. Disponível em: <http://pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br/dados-municipais?content=economia>. Acesso em: 14 mai. de 2022.

JEQUIÉ. Prefeitura Municipal de Jequié. Dados Geográficos. Disponível em: < http://pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br/dados-municipais?content=dados-geograficos>. Acesso em: 14 mai. de 2022.

MARTINS, L. G. B. Determinação de parâmetros hidrológicos por técnicas de sensoriamento remoto em macrodrenagem urbana. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18138/tde-03092012-163957/pt-br.php>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MATINHOS. Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Matinhos - Prospectiva e Planejamento Estratégico. Paraná, 2013. Disponível em: < https://docplayer.com.br/4606250-Municipio-de-matinhos-estado-do-parana-plano-municipal-de-saneamento-basico-prospectiva-e-planejamento-estrategico-ppe.html>. Acesso em: 23 nov. 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. PLANSAB - Plano Nacional de Saneamento Básico. Brasília, 2019. Disponível em: < https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSDRU/ArquivosPDF/Versao_Conselhos_Resolu%C3%A7%C3%A3o_Alta_-_Capa_Atualizada.pdf>. Acesso em: 02 FEV 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. ICLEI - Brasil. Planos de gestão de resíduos sólidos: manual de orientação. Brasília, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Versão Preliminar). Setembro, 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_publicacao/253_publicacao02022012041757.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2021.

MORAES, C. E. S. RIBEIRO, D. C. BITAR, M. E. B. Arranjo Colaborativo Entre Estado e Municípios Em Políticas De Saneamento Básico: O Caso Da Parceria Público-Privada Para

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Gestão De Resíduos Sólidos Urbanos De Minas Gerais. Brasília. 2017. Disponível em: <http://consad.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Painel-35_03.pdf>. Acesso em: 18nov. 2021.

MORAES, L. R. Formulação da Política de Saneamento Ambiental de Alagoinhas-Bahia a Partir de Conferência Municipal como Instrumento de Participação e Controle Social: Exemplo para a Formulação de Políticas Estadual e Nacional de Saneamento. 22º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Joinville - Santa Catarina. 2003. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=REPIDISCA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=16410&indexSearch=ID>. Acesso em: 28 out. 2021.

MORAES, L. R. S; OLIVEIRA FILHO, A. Política e Regulamentação do Saneamento no Brasil: Análise Contemporânea e Perspectivas. In: Simpósio Luso - Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, IX, 2000, Porto Seguro. Anais. Rio de Janeiro: ABES/APRH, 2000

SÃO PAULO. Diretrizes Básicas para Projetos de Drenagem Urbana no município de São Paulo. Disponível em: < https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/normas_tecnicas/index.php?p=31338 >. Acesso em 15 out. 2021.

SEDUR. PEMAPES - Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário. 2011. Disponível em: <http://www.sihs.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=18>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SESAB. Secretária da Saúde do Estado da Bahia. Institucional. Estrutura. Bahia, 2020b. Disponível em:<http://www.saude.ba.gov.br/suvisa/vigilancia-epidemiologica/estrutura/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SNIS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – Série Histórica 2020.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

ESSE PRODUTO **(PRODUTO 8 – RELATÓRIO FINAL DO PMSB E DO PMGIRS)** POSSUI 394 PÁGINAS, O QUAL DATO E ASSINO ABAIXO.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8C7D263C2819F577A53CE7DB8A8D01F

Prefeitura Municipal de Jequié

Editais Administrativos

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 01/2023

SELEÇÃO PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DE DIRETOR E VICE-DIRETOR ESCOLAR DO SISTEMA PÚBLICO MUNICIPAL DE ENSINO DE JEQUIÉ –BA.

RESULTADO DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS DA INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO DO CANDIDATO	FUNÇÃO	RESULTADO DO RECURSO/RAZÃO
WANDER PINHEIRO DE OLIVEIRA	VICE-DIRETOR ESCOLAR	INDEFERIDO Não atendeu o que está posto no item **5.**DA INSCRIÇÃO ONLINE**, subitem 5.1.1.,** nº 3, coluna**:** DOCUMENTO EXIGIDO: Formação mínima exigida: Licenciatura em pedagogia, ou outra licenciatura, com especialização em gestão Escolar, com carga horária mínima de 360 horas. (p.014 do **EDITAL Nº 01/2023 , publicado no DOM** em 12 de junho de 2023) DOCUMENTO APRESENTADO: 1. Licenciatura em Letras e Especialização em Administração Pública.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A357F7C6EDFA98D0156C1F24D3D8A42F

Prefeitura Municipal de Jequié

Outros

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 01/2023

SELEÇÃO PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DE DIRETOR E VICE-DIRETOR ESCOLAR DO SISTEMA PÚBLICO MUNICIPAL DE ENSINO DE JEQUIÉ –BA.

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

FUNÇÃO: DIRETOR ESCOLAR

ADRIANA MEIRELES OLIVEIRA
ALINE FERREIRA LAGO
ANA PAULA SOUSA SANTOS
CHRISTIANE DE OLIVEIRA NASCIMENTO
CRISTINA FÉLIX SILVA
DOMINGAS CRISTINA SOARES ALVES
DORACY RIBEIRO DE CARVALHO
ELIENE ALMEIDA SANTOS DOS ANJOS
ERLER SILVA ANDRADE
EVÂNIA MAIA NOGUEIRA
GILDENITA BARBOSA DA SILVA
ÍTALO DAS VIRGENS BARROS
LUCIANA SOARES DOS SANTOS CRUZ
LUCIANA SOARES XAVIER
MARCOS ROBERTO SANTOS NOVAES
MÁXIMO JOSÉ BISPO DA CRUZ
NAILDE NOVAES COSTA
NÉLIA ROSA BORGES SOUZA
SANDRA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
VANUSA MARIA JESUS BARRETO

FUNÇÃO: VICE - DIRETOR ESCOLAR

AELSON NERY DOS SANTOS
ANGELA SILVIA PEREIRA
FLORISVALBER LIMA DA SILVA
PATRÍCIA SOUZA PORTO CERQUEIRA
PAULO MATOS DE OLIVEIRA

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
428F02FD14A3C4D4E55A31B7368A86E2

Prefeitura Municipal de Jequié

Editais Administrativos

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 01/2023
SELEÇÃO PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DE DIRETOR E VICE-DIRETOR ESCOLAR DO SISTEMA PÚBLICO MUNICIPAL DE ENSINO DE JEQUIÉ –BA.

LINK DE ACESSO AOS ENCONTROS FORMATIVOS DO PROGRAMA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO PARA GESTORES ESCOLARES

Link: https://doity.com.br/curso-de-formacao-para-gestores-escolares-1-etapa

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
C442A78DE98683399B3365A1EAD23A3C